



**A Questão da Sustentabilidade
nas Políticas de Desenvolvimento Urbano:
A Reestruturação Urbana do Baixo 4º Distrito de Porto Alegre (1995-2016)**

Tese de Doutorado

César Bernardes Wagner

**Porto Alegre
2019**

Figura de capa.

Fonte: Blog Porto Imagem, Ano XII - 2019. Porto-Alegre-Aerial-View (24). Publicado 01/10/2012 at 1300x913 em Fotos aéreas de Porto Alegre sensacionais, por Gerson Ibias. Disponível em: <<https://portoimagem.files.wordpress.com/2012/10/porto-alegre-aerial-view-24.jpg>> Acesso em: 1 nov. 2019.

CIP - Catalogação na Publicação

Wagner, César Bernardes

A Questão da Sustentabilidade nas Políticas de Desenvolvimento Urbano: A Reestruturação Urbana do Baixo 4° Distrito de Porto Alegre (1995-2016) / César Bernardes Wagner. -- 2019.

347 f.

Orientadora: Maria Soares de Almeida.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. Políticas públicas. 2. Reestruturação urbana. 3. Desenvolvimento sustentável. 4. Sustentabilidade urbana. 5. Baixo 4° Distrito de Porto Alegre. I. Soares de Almeida, Maria, orient. II. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE ARQUITETURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

**A QUESTÃO DA SUSTENTABILIDADE
NAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO URBANO:
A REESTRUTURAÇÃO URBANA DO BAIXO 4º DISTRITO
DE PORTO ALEGRE (1995-2016)**

Autor:

César Bernardes Wagner

Orientadores:

Profª. Drª. Maria Soares de Almeida
Prof. Dr. Carlos Ribeiro Furtado (Docente Aposentado/UFRGS,
orientador até setembro/2017)

Porto Alegre, dezembro de 2019

César Bernardes Wagner

**A QUESTÃO DA SUSTENTABILIDADE
NAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO URBANO:
A REESTRUTURAÇÃO URBANA DO BAIXO 4º DISTRITO
DE PORTO ALEGRE (1995-2016)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na linha de pesquisa Cidade, Cultura e Política, como requisito para obtenção do título de Doutor em Planejamento Urbano e Regional

Orientadores:

Prof^ª. Dr^ª. Maria Soares de Almeida
Prof. Dr. Carlos Ribeiro Furtado (Docente Aposentado/UFRGS, orientador até setembro/2017)

Porto Alegre, dezembro de 2019

César Bernardes Wagner

**A QUESTÃO DA SUSTENTABILIDADE
NAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO URBANO:
A REESTRUTURAÇÃO URBANA DO BAIXO 4º DISTRITO
DE PORTO ALEGRE (1995-2016)**

BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Soares de Almeida

Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR-UFRGS)

Examinador Externo: Dr. André Huyer

Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul (MPRS)

Examinadora Externa ao Programa: Prof^a. Dr^a. Tânia Marques Strohaecker

Programa de Pós-Graduação em Geografia (POSGEA-UFRGS)

Examinador Externo ao Programa: Prof. Dr. Paulo Roberto Rodrigues Soares

Programa de Pós-Graduação em Geografia (POSGEA-UFRGS)

Examinadora Interna: Prof^a. Dr^a. Clarice Maraschin

Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR-UFRGS)

AGRADECIMENTOS

Agradeço à UNITEC - Institute of Technology New Zealand, e aos meus colegas professores do Departamento de Arquitetura, pelo apoio, suporte e disponibilidade de tempo que permitiu dar início e continuidade a este trabalho. Ao *Head of School*, Peter McPherson, e em especial aos colegas Dr. David Turner e Dr. Dushko Bogunovich, pelo exemplo e generosidade. *Nga mihi nui kia koutou katoa.*

Ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, pela agradável convivência e conhecimentos transmitidos, e à secretaria do Programa, pela ajuda e atenção dispensados.

Agradeço aos técnicos da prefeitura e as pessoas entrevistadas, pela inestimável contribuição ao disponibilizarem as informações necessárias à realização desta pesquisa.

Minha admiração, respeito e agradecimento aos professores da banca de defesa, Dr^a. Clarice Maraschin, Dr^a. Tânia Marques Strohaecker, Dr. Paulo Roberto Rodrigues Soares, e Dr. André Huyer, pela distinção e excelência com que conduziram o processo, e pelas relevantes recomendações para o polimento final da tese.

Em especial, agradeço aos meus dois orientadores. À Professora Doutora Maria Soares de Almeida, pelos ensinamentos, generosidade e disposição em assumir este trabalho. E ao Professor Doutor Carlos Ribeiro Furtado, pela amizade, confiança e pelas enriquecedoras discussões que tivemos desde o início deste projeto.

Agradeço, também, à minha esposa Lúcia, pelo incentivo e companheirismo na longa jornada que foi a elaboração desta tese de doutorado.

Provavelmente é devido a Universidade produzir trabalhos como esta tese, que ela é tanto atacada por alguns setores da nossa sociedade. Desnuda a incompetência, as falsas promessas, a demagogia de muitos agentes públicos.

Fala do examinador externo, Dr. André Huyer.

Dedico este trabalho à população da região do 4º Distrito de Porto Alegre - minha cidade natal - pela sua determinação, coragem e resiliência frente aos desgovernos de um Estado ausente e permissivo às iniciativas predatórias das classes dominantes. Também manifesto o meu maior respeito e admiração a todas as pessoas que, de alguma maneira, lutaram e ainda lutam pela proteção e permanência dos seus espaços públicos, o resgate da sua memória e a preservação da sua história.

Por uma universidade pública, livre e autônoma.

RESUMO

Esta tese aborda a questão da sustentabilidade nas políticas de desenvolvimento urbano propostas pelo governo municipal para a área do Baixo 4º Distrito de Porto Alegre. Na busca pela verificação do grau de sustentabilidade contido nessas políticas, o trabalho analisa o plano de revitalização urbana e reconversão econômica proposto pelo Masterplan do 4º Distrito de Porto Alegre, de 2016. A tese se desenvolve em duas partes: uma teórico-conceitual, na qual são discutidos o processo de reestruturação urbana contemporâneo e os preceitos do desenvolvimento sustentável; e outra de estudo de caso, analisando a inclusão das dimensões conceituais do desenvolvimento sustentável nas políticas públicas nacionais e nos planos governamentais para a área do Baixo 4º Distrito de Porto Alegre. Nas últimas três décadas, uma série de planos e projetos foram elaborados pela prefeitura de Porto Alegre visando a reestruturação urbana do seu antigo distrito industrial. Examinando as circunstâncias que levaram à concepção dessas propostas, é possível identificar três períodos distintos: período Tecnológico, de 1995 à 2004; período Copa do Mundo, de 2006 à 2009; e período Consorciado, de 2013 à 2016. Todos reflexos de posições político-ideológicas e mercadológicas marcadas por uma nova dinâmica econômica e espacial, pautada na parceria público-privado e no discurso sustentável. Para avaliar o grau de real sustentabilidade contido nessas políticas, foi introduzido o Modelo de Verificação Emelianoff-Achselrad (MVEA), estruturado a partir de uma base tecno-material, e outra socioambiental. Esta pesquisa permitiu identificar o uso de uma narrativa ambientalizada, onde o termo sustentabilidade passa a ser usado como uma ferramenta de marketing governamental e empresarial para conferir credibilidade a qualquer projeto urbano. O MVEA se propõe a servir de parâmetro tanto para a formulação como para a avaliação de planos, projetos e políticas públicas urbanas que tenham como objetivo um desenvolvimento plenamente sustentável.

Palavras-chave: Políticas públicas. Reestruturação urbana. Desenvolvimento sustentável. Sustentabilidade urbana. Projeto urbano. Baixo 4º Distrito de Porto Alegre.

ABSTRACT

This thesis addresses the issue of sustainability in the urban development policies proposed by the municipal government of Porto Alegre, Brazil, for the area known as Lower 4th District (*Baixo 4º Distrito*). In order to verify the degree of sustainability contained in these policies, this research analyses the urban revitalization and economic reconversion plan proposed in the 2016 *Masterplan do 4º Distrito de Porto Alegre*. The thesis has two parts: a theoretical-conceptual part, in which the contemporary process of urban restructuring and the precepts of sustainable development are discussed; and another, the case study, which analyses the inclusion of the conceptual dimensions of sustainable development in national public policies and local plans for the Lower 4th District area. In the last three decades, a number of plans and projects have been introduced by the local government with the aim of restructuring its former industrial district. By examining the circumstances that led to these proposals, it is possible to identify three distinct periods: the Technological period 1995 to 2004; the World Cup period 2006 to 2009; and the Consortium period 2013 to 2016. Each of these reflects a distinct political ideology and real estate marketing position, driven by a new economic and spatial dynamic, based on public-private partnership and sustainability narratives. In order to assess the degree of real sustainability contained in these policies, the Emelianoff-Acsehrad Verification Model (MVEA) was introduced, which uses prioritised techno-material and socio-environmental set of criteria. This research made it possible to identify the use of an environmentalized narrative, where the term sustainability is now used as a government and business marketing tool to lend credibility to any urban project. The MVEA is intended to serve as a benchmark for both the formulation and evaluation of plans, projects and public policies aiming for genuine sustainable development.

Keywords: Public policy. Urban restructuring. Sustainable development. Urban sustainability. Urban project. Lower 4th District of Porto Alegre.

LISTA DE QUADROS

| | | |
|--------------|---|----|
| Quadro 1.1. | Classificação e caracterização dos agentes sociais que atuam na produção do espaço urbano | 39 |
| Quadro 1.2. | Caracterização temporal das diferentes fases do processo de gentrificação | 56 |
| Quadro 2.1. | Pré-década de 1960: Período conservacionista | 63 |
| Quadro 2.2. | Década de 1960: Período do despertar acerca da crise ambiental mundial e do impacto causado pelo modelo fordista de crescimento sobre o meio ambiente | 64 |
| Quadro 2.3. | Década de 1970: Período das ações coordenadas e da introdução de uma agenda socioambiental (década marco no movimento ambientalista) | 69 |
| Quadro 2.4. | Década de 1980: Período da definição inicial do conceito de desenvolvimento sustentável | 74 |
| Quadro 2.5. | Dimensões conceituais do desenvolvimento sustentável | 76 |
| Quadro 2.6. | Década de 1990: Período da consolidação e difusão global do conceito de desenvolvimento sustentável | 82 |
| Quadro 2.7. | Década de 2000: Período da ambientalização da consciência social e da construção de consensos sobre o desenvolvimento sustentável..... | 85 |
| Quadro 2.8. | Dimensões conceituais expandidas do desenvolvimento sustentável..... | 87 |
| Quadro 2.9. | Década de 2010: Período do protagonismo das cidades na busca pelo desenvolvimento sustentável | 89 |
| Quadro 2.10. | Classificação e caracterização das distintas representações e práticas sustentáveis de cidades identificadas por Cyria Emelianoff..... | 93 |
| Quadro 2.11. | Classificação e caracterização das distintas representações e práticas sustentáveis de cidades identificadas por Henri Acselrad | 97 |
| Quadro 2.12. | Bases e dimensões da sustentabilidade urbana | 98 |
| Quadro 2.13. | Modelo de Verificação Emelianoff-Acselrad (MVEA) | 99 |

| | | |
|--------------|--|-----|
| Quadro 2.14. | Critérios específicos para a avaliação das dimensões da sustentabilidade urbana no MVEA | 100 |
| Quadro 3.1. | A área do 4º Distrito representada pelas ações de 1998, 2009 e 2016 | 114 |
| Quadro 3.2. | Roteiro de perguntas para entrevista | 121 |
| Quadro 4.1. | Eixos e objetivos da Agenda 21 Brasileira | 136 |
| Quadro 4.2. | Referências às dimensões conceituais do desenvolvimento sustentável identificadas no PPAM 1994-1997 | 149 |
| Quadro 4.3. | Referências às dimensões conceituais do desenvolvimento sustentável identificadas no PPAM 1998-2001 | 152 |
| Quadro 4.4. | Referências às dimensões conceituais do desenvolvimento sustentável identificadas no PPAM 2002-2005 | 157 |
| Quadro 4.5. | Referências às dimensões conceituais do desenvolvimento sustentável identificadas no PPAM 2006-2009 | 160 |
| Quadro 4.6. | Referências às dimensões conceituais do desenvolvimento sustentável identificadas no PPAM 2010-2013 | 164 |
| Quadro 4.7. | Referências às dimensões conceituais do desenvolvimento sustentável identificadas no PPAM 2014-2017 | 169 |
| Quadro 5.1. | Tópicos dos eventos para tratar do plano MASTERPLAN-4D, de 2016 | 220 |
| Quadro 5.2. | Períodos representativos dos planos e ações governamentais para a reestruturação urbana do Baixo 4º Distrito de Porto Alegre | 225 |
| Quadro 6.1. | Quadro síntese do MVEA para o plano MASTERPLAN-4D, de 2016 | 247 |

LISTA DE FIGURAS*

| | | |
|--------------|---|-----|
| Figura 3.1. | Delimitação dos distritos de Porto Alegre nos anos de 1892 e 1915... | 108 |
| Figura 3.2. | Área física do Município abrangida pelo Plano Diretor de 1959..... | 109 |
| Figura 3.3. | O 4º Distrito representado, a partir de 1998, pelo conjunto dos bairros Navegantes, São Geraldo e Floresta | 110 |
| Figura 3.4. | A localização do 4º Distrito junto ao mapa da Estratégia de Promoção Econômica, no 2º PDDUA de 1999..... | 111 |
| Figura 3.5. | A localização das REPOT em Porto Alegre e na sua Região Metropolitana | 111 |
| Figura 3.6. | Localização geográfica da área do 4º Distrito, no Plano de Revitalização do 4º Distrito, de 2009, e sua interface com a Região Metropolitana | 112 |
| Figura 3.7. | Abrangência espacial do Plano de Revitalização do 4º Distrito, de 2009 | 112 |
| Figura 3.8. | Localização da área denominada “Polígono de Adesão”, determinada pelo plano MASTERPLAN-4D de 2016 | 113 |
| Figura 3.9. | Demarcação das áreas nomeadas “Polígono de Expansão”, “Polígono de Adesão”, e “Setor Experimental”, determinadas pelo plano MASTERPLAN-4D de 2016 | 113 |
| Figura 3.10. | Abrangência das áreas do Baixo e Alto 4º Distrito de Porto Alegre... | 116 |
| Figura 5.1. | Porto Alegre em meados do século XIX | 174 |
| Figura 5.2. | Mapa da Estratégica de Promoção Econômica, no 2º PDDUA, priorizando ações de Revitalização Econômica e Tecnópolis junto à região do 4º Distrito de Porto Alegre | 183 |
| Figura 5.3. | Mapa das Macrozonas e da Estruturação Urbana, no 2º PDDUA, indicando a região do 4º Distrito como um Corredor de Urbanidade..... | 183 |

* Figura de capa.

Fonte: Blog Porto Imagem, Ano XII - 2019. Porto-Alegre-Aerial-View (24). Publicado 01/10/2012 at 1300x913 em Fotos aéreas de Porto Alegre sensacionais, por Gerson Ibias. Disponível em: <<https://portoimagem.files.wordpress.com/2012/10/porto-alegre-aerial-view-24.jpg>> Acesso em: 1 nov. 2019.

| | | |
|--------------|---|-----|
| Figura 5.4. | Projetos Integrados TEC 4 - Projeto de Modernização Produtiva e Inovação Tecnológica no 4º Distrito, de 1998 | 184 |
| Figura 5.5. | Abrangência e localização do Projeto Integrado TEC do 4º Distrito (Perímetro Preferencial), de 1998, e sua interface com a Região Metropolitana | 186 |
| Figura 5.6. | Perímetros de Interesse do Projeto Integrado TEC do 4º Distrito, de 1998 | 186 |
| Figura 5.7. | Circuito Tecnológico e suas articulações no Projeto Integrado TEC do 4º Distrito, de 1998 | 187 |
| Figura 5.8. | Conjunto de prédios significativos para a implantação de um Circuito Tecnológico, no Projeto Integrado TEC do 4º Distrito, de 1998 | 187 |
| Figura 5.9. | Revitalização Urbana no 4º Distrito em Porto Alegre: Consolidação dos conteúdos que referenciam a formulação de um Projeto Ambiental, de 2001 | 189 |
| Figura 5.10. | Proposta do Parque Tecnológico Urbano do 4º Distrito, de 2002 à 2005 | 190 |
| Figura 5.11. | Delimitação da região do 4º Distrito, com a localização da área do Parque Tecnológico Urbano do 4º Distrito, de 2002 | 192 |
| Figura 5.12. | Logo do projeto Parque Tecnológico Urbano do 4º Distrito, 2002-2005 | 194 |
| Figura 5.13. | Apresentação do Plano de Revitalização do 4º Distrito, de 2009 | 197 |
| Figura 5.14. | Prospecção de Projetos - COPA 2014, no Plano de Revitalização do 4º Distrito, de 2009 | 199 |
| Figura 5.15. | Perímetro Preferencial da COPA, no Plano de Revitalização do 4º Distrito, de 2009 | 200 |
| Figura 5.16. | Estudos para o Masterplan do 4º Distrito: 1ª Parte - Apresentação do Diagnóstico (GT Executivo do 4º Distrito), de 2015 | 208 |
| Figura 5.17. | Estudos para o Masterplan do 4º Distrito: 2ª Parte - Premissas e Diretrizes (GT Executivo do 4º Distrito), de 2015 | 208 |
| Figura 5.18. | Plano “Masterplan do 4º Distrito de Porto Alegre: Revitalização Urbana e Reconversão Econômica”, de 2016 | 213 |

| | | |
|--------------|---|-----|
| Figura 5.19. | Análise do Potencial Construtivo e Potencial de Aplicação de Incentivos produzidos e apresentados no plano MASTERPLAN-4D, de 2016 | 216 |
| Figura 5.20. | Áreas selecionadas para simulação do potencial de renovação construtivo, junto ao Polígono de Adesão, no plano MASTERPLAN-4D de 2016 | 218 |
| Figura 5.21. | Simulação do potencial construtivo de quadras, junto ao Polígono de Adesão, no plano MASTERPLAN-4D de 2016 | 219 |
| Figura 5.22. | Projeto Rossi Fiategi (2011): “modelo” de ocupação para a região.... | 228 |
| Figura 5.23. | Mapa da área de atuação do Distrito C (Distrito Criativo de Porto Alegre) com a localização dos participantes junto ao bairro Floresta..... | 233 |
| Figura 5.24. | Mapas da área de abrangência do ZISPOA: abrangência inicial, 2015 (esquerda); e abrangência estendida, 2017 (direita) | 235 |

LISTA DE TABELAS

| | | |
|-------------|---|-----|
| Tabela 3.1. | Dados demográficos, segundo os censos do IBGE de 1980, 1991, 2000 e 2010, dos seis bairros que integram a região do 4º Distrito de Porto Alegre | 115 |
| Tabela 5.1. | Nº de empreendimentos imobiliários nos bairros do 4º Distrito abrangidos pela mancha de grandes alturas nos Planos Diretores de 1999 e 2010 | 226 |

LISTA DE SIGLAS

| | |
|---------------|---|
| A21 | Agenda 21 |
| A21Brasileira | Agenda 21 Brasileira |
| A21Cultura | Agenda 21 Cultura |
| A21Global | Agenda 21 Global |
| A21Local | Agenda 21 Local |
| AEIC | Áreas Especiais de Interesse Cultural |
| AITEC | Área de Interesse Tecnológico |
| BID | Banco Interamericano de Desenvolvimento |
| BIRD | Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento |
| BM | Banco Mundial |
| BNDES | Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social |
| BNH | Banco Nacional da Habitação |
| CAPTARE | Gabinete de Captação de Recursos e Investimentos |
| CEPA | Centros de Estudios y Proyectos del Ambiente |
| CEPACs | Certificados de Potencial Adicional de Construção |
| CEITEC | Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada |
| CETEC | Central Tecnológica |
| CDSNU | Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas |
| CF/1988 | Constituição Federal Brasileira de 1988 |
| CGLU | Cidades e Governos Locais Unidos |
| CIU-POA | Centro de Inteligência de Porto Alegre |
| CMMAD | Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento |
| CNPq | Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico |
| CNUADS | Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Rio+10, Cúpula da Terra (<i>Earth Summit</i>), Joanesburgo, África do Sul, 2002 |
| CNUAH | Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos (HABITAT I; HABITAT II; HABITAT III) |
| CNUCD | Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, Cocoyoc, México, 1974 |
| CNUDS | Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio+20, Cúpula da Terra (<i>Earth Summit</i>), Rio de Janeiro, Brasil, 2012 |

| | |
|--------------|--|
| CNUMAD | Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, Rio-92, Cúpula da Terra (<i>Earth Summit</i>), Rio de Janeiro, Brasil, 1992 |
| CNUMAH | Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, Estocolmo-72, Cúpula da Terra (<i>Earth Summit</i>), Estocolmo, Suécia, 1972 |
| COMCET | Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia |
| CONAMA | Conselho Nacional de Meio Ambiente |
| CPDS | Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável |
| CS | Centro de Serviços |
| CT | Circuito Tecnológico |
| DDT | Diclorodifeniltricloroetano |
| DNIT | Departamento Nacional de Infraestrutura |
| DNOS | Departamento Nacional de Obras de Saneamento |
| EAD | Ensino a Distância |
| EC | Estatuto da Cidade |
| EF | <i>Ecological Footprint</i> |
| EPA | <i>Environmental Protection Agency</i> (Agência de Proteção Ambiental dos EUA) |
| EPTC | Empresa Pública de Transporte e Circulação |
| ESTOCOLMO-72 | Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, Cúpula da Terra (<i>Earth Summit</i>), Estocolmo, Suécia, 1972 |
| EUA | Estados Unidos da América |
| FAURR | Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Ritter dos Reis |
| FBCN | Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza |
| FIATECI | Companhia Fiação e Tecidos Porto Alegrense |
| FLACAM | Faculdade Latino-Americana de Ciências Ambientais |
| FMCU | Federação Mundial de Cidades Unidas |
| FMI | Fundo Monetário Internacional |
| FNMA | Fundo Nacional do Meio Ambiente |
| FONPLATA | Fundo Financeiro para o Desenvolvimento dos Países da Bacia do Prata |
| FP | Frente Popular |
| FSM | Forum Social Mundial |
| GADEC | Gabinete de Defesa Civil |
| GAPLAN | Gabinete de Planejamento |

| | |
|----------------|---|
| GPTC | Gerência de Planejamento de Trânsito e Circulação |
| GSL | Governança Solidária Local |
| GT 4º Distrito | Grupo de Trabalho do 4º Distrito |
| GT Estratégico | Grupo de Trabalho Estratégico |
| GT Executivo | Grupo de Trabalho Executivo |
| GT Orla | Grupo de Trabalho da Orla |
| GUD | <i>Global Urban Development</i> |
| HABITAT I | 1ª Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos, Vancouver, Canadá, 1976 |
| HABITAT II | 2ª Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos, Istambul, Turquia, 1996 |
| HABITAT III | 3ª Conferência das Nações Unidas sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável, Quito, Equador, 2016 |
| HIS | Habitação de Interesse Social |
| IA | Índice de Aproveitamento |
| IAB | Instituto dos Arquitetos do Brasil |
| IAB-RS | Instituto dos Arquitetos do Brasil - Departamento do Rio Grande do Sul |
| IBAMA | Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| ICMS | Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviço |
| ICLEI | <i>International Council for Local Environmental Initiatives</i> (Conselho Internacional para Iniciativas Ambientais) |
| IDH | Índice de Desenvolvimento Humano |
| IDS | Indicadores de Desenvolvimento Sustentável |
| IES | Instituições de Ensino Superior de Porto Alegre |
| IETEC | Incubadora Empresarial Tecnológica de Porto Alegre |
| IFDM | Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal |
| IIED | <i>International Institute for Environment and Development</i> (Instituto Internacional para o Meio Ambiente e Desenvolvimento) |
| INOVAPOA | Gabinete de Inovação e Tecnologia |
| InvestePOA | Empresa de Gestão de Ativos do Município |
| IPA | Centro Universitário Metodista |
| IPHAN | Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional |
| IPEA | Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada |

| | |
|----------------|---|
| IPTU | Imposto Predial Territorial Urbano |
| ISS | Imposto sobre Serviços |
| ISSQN | Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza |
| ISTAMBUL-96 | 2ª Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos, HABITAT II, Istambul, Turquia, 1996 |
| IUCN | <i>International Union for Conservation of Nature</i> (União Internacional para a Conservação da Natureza) |
| IULA | <i>International Union of Local Authorities</i> (União Internacional de Autoridades Locais) |
| JOANESBURGO-02 | Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Rio+10, Cúpula da Terra (<i>Earth Summit</i>), Joanesburgo, África do Sul, 2002 |
| LDO | Lei de Diretrizes Orçamentárias |
| MASTERPLAN-4D | Masterplan do 4º Distrito de Porto Alegre: Revitalização Urbana e Reconversão Econômica |
| MCTIC | Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações |
| METROPLAN | Fundação de Planejamento Metropolitano e Regional do Rio Grande do Sul |
| MetroPOA | Escritório-Geral do Metrô de Porto Alegre |
| MMA | Ministério do Meio Ambiente |
| MTE | Ministério do Trabalho e Emprego |
| MUNIC | Pesquisa de Informações Básicas Municipais do IBGE |
| MVEA | Modelo de Verificação Emelianoff-Acsehrad |
| NAIROBI-82 | Conferência das Nações Unidas, Cúpula da Terra (<i>Earth Summit</i>), Nairóbi, Quênia, 1982 |
| NAU | Nova Agenda Urbana |
| NITEC | Núcleo de Estudos em Inovação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul |
| NTU-UFRGS | Núcleo de Tecnologia Urbana da Universidade Federal do Rio Grande do Sul |
| OCDE | Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico |
| ODM | Objetivos de Desenvolvimento do Milênio |
| ODS | Objetivos de Desenvolvimento Sustentável |
| ONG | Organização Não Governamental |
| ONU | Organizações das Nações Unidas |
| ONU-HABITAT | Centro das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos |
| OODC | Outorga Onerosa do Direito de Construir |

| | |
|------------|--|
| OP | Orçamento Participativo |
| OPEP | Organização dos Países Exploradores de Petróleo |
| ORBIS | Observatório Regional Base de Indicadores de Sustentabilidade |
| OUC | Operação Urbana Consorciada |
| PAT | Porto Alegre Tecnópole |
| PD | Plano Diretor |
| PDDU | Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano |
| PDDUA | Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental |
| PDE | Plano de Desenvolvimento Econômico |
| PE | Pegada Ecológica |
| PER | Plano Estratégico de Resiliência |
| PIB | Produto Interno Bruto |
| PIEC | Programa Integrado Entrada da Cidade |
| PIR | Parque Industrial da Restinga |
| PIT-4D | Projeto Integrado TEC do 4º Distrito |
| PIU | Projetos de Intervenção Urbana |
| PLDS | Plano Local de Desenvolvimento Sustentável |
| PMPA | Prefeitura Municipal de Porto Alegre |
| PND | Plano Nacional de Desenvolvimento |
| PNAD | Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios |
| PNMA | Política Nacional do Meio Ambiente |
| PNUMA | Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente |
| PPA | Plano Plurianual |
| PPAM | Plano Plurianual Municipal |
| PPPs | Parcerias Público-Privadas |
| PR-4D | Plano de Revitalização do 4º Distrito |
| PROCEMPA | Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre |
| PT | Partido dos Trabalhadores |
| PTU-4D | Parque Tecnológico Urbano do 4º Distrito de Porto Alegre |
| QUITO-2016 | 3ª Conferência das Nações Unidas sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável, HABITAT III, Quito, Equador, 2016 |
| REPOT | Região de Potencial Tecnológico |

| | |
|--------------|---|
| RIO-92 | Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, Cúpula da Terra (<i>Earth Summit</i>), Rio de Janeiro, Brasil, 1992 |
| RIO+5 | Congresso das Nações Unidas - 19ª Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas, New York, EUA, 1997 |
| RIO+10 | Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Cúpula da Terra (<i>Earth Summit</i>), Joanesburgo, África do Sul, 2002 |
| RIO+20 | Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, Cúpula da Terra (<i>Earth Summit</i>), Rio de Janeiro, Brasil, 2012 |
| RMPA | Região Metropolitana de Porto Alegre |
| SDU | Supervisão de Desenvolvimento Urbano |
| SECAR | Secretaria Extraordinária de Captação de Recursos e Cooperação Internacional |
| SECOPA | Secretaria Extraordinária para a Copa do Mundo 2014 |
| SINDUSCON-RS | Sindicato das Indústrias da Construção Civil no Estado do Rio Grande do Sul |
| SMAMS | Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade |
| SMC | Secretaria Municipal da Cultura |
| SMGL | Secretaria Municipal de Governança Local |
| SMIC | Secretaria Municipal de Indústria e Comércio (ou Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio de Porto Alegre) |
| SMIM | Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana |
| SMPEO | Secretaria Municipal de Planejamento Estratégico e Orçamento |
| SMRI | Secretaria Municipal de Relações Institucionais |
| SMURB | Secretaria Municipal de Urbanismo |
| SPM | Secretaria do Planejamento Municipal |
| TPC | Transferência do Potencial Construtivo |
| TR | Termo de Referencia |
| UCLG | <i>United Cities and Local Governments</i> (Cidades e Governos Locais Unidos) |
| UFRGS | Univeridade Federal do Rio Grande do Sul |
| UIAL | União Internacional de Autoridades Locais |
| UNESCO | <i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</i> (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) |
| UNSCCUR | <i>United Nations Scientific Conference on the Conservation and Utilization of Resources</i> (Conferência Científica das Nações Unidas) |

| | |
|--------------|---|
| | sobre a Conservação e a Utilização de Recursos), Lake Success, EUA, 1949 |
| VANCOUVER-76 | 1ª Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos, HABITAT I, Vancouver, Canadá, 1976 |
| WCED | <i>World Commission on Environment and Development</i> (Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento) |
| WWF | <i>World Wildlife Fund</i> (Fundo Mundial para a Natureza) |

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| INTRODUÇÃO | 26 |
| PARTE I - ESPAÇO URBANO E SUSTENTABILIDADE..... | 30 |
| CAPÍTULO 1 - A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E O PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO URBANA CONTEMPORÂNEO . | 31 |
| 1.1 Revendo conceitos sobre o espaço urbano e a sua produção | 31 |
| 1.2 Definição dos agentes produtores do espaço urbano e sua caracterização..... | 36 |
| 1.3 Políticas públicas urbanas e as relações de poder entre os agentes sociais | 43 |
| 1.4 Marco teórico da reestruturação urbana | 46 |
| 1.5 O fenômeno da gentrificação como processo de reestruturação urbana | 52 |
| CAPÍTULO 2 - PRECEITOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A DIMENSÃO URBANA | 59 |
| 2.1 Por um novo paradigma de desenvolvimento | 60 |
| 2.2 Cronologia de uma agenda global: A construção do conceito de desenvolvimento sustentável | 62 |
| 2.3 Recorte local: As matrizes discursivas da sustentabilidade urbana e a construção do Modelo de Verificação Emelianoff-Acsehrad (MVEA) | 89 |
| CAPÍTULO 3 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA | 103 |
| 3.1 Critérios de seleção da área estudada e do recorte temporal | 104 |
| 3.1.1 Recorte espacial | 107 |
| 3.1.2 Recorte temporal | 116 |
| 3.2 Tipos de fontes de tratamento dos dados | 117 |
| 3.2.1 Fontes bibliográficas | 117 |
| 3.2.2 Fontes documentais | 118 |
| 3.2.2 Entrevistas semiestruturadas | 120 |

| | |
|---|------------|
| PARTE II - O ESTUDO DE CASO DO BAIXO 4º DISTRITO DE PORTO ALEGRE | 123 |
| CAPÍTULO 4 - SUSTENTABILIDADE URBANA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL E NO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE | 124 |
| 4.1 Planos Plurianuais | 127 |
| 4.2 Estatuto da Cidade | 130 |
| 4.3 Agenda 21 Brasileira | 132 |
| 4.3.1 Agenda 21 Local | 137 |
| 4.4 Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (PDDUA) do Município de Porto Alegre de 1999 | 139 |
| 4.5 Planos Plurianuais do Município de Porto Alegre | 142 |
| 4.5.1 Plano Plurianual do Município de Porto Alegre: quadriênio 1994-1997..... | 143 |
| 4.5.2 Plano Plurianual do Município de Porto Alegre: quadriênio 1998-2001..... | 151 |
| 4.5.3 Plano Plurianual do Município de Porto Alegre: quadriênio 2002-2005..... | 154 |
| 4.5.4 Plano Plurianual do Município de Porto Alegre: quadriênio 2006-2009..... | 158 |
| 4.5.5 Plano Plurianual do Município de Porto Alegre: quadriênio 2010-2013..... | 162 |
| 4.5.6 Plano Plurianual do Município de Porto Alegre: quadriênio 2014-2017..... | 166 |
| CAPÍTULO 5 - PLANOS GOVERNAMENTAIS E AÇÕES LOCAIS PARA A REESTRUTURAÇÃO URBANA DO BAIXO 4º DISTRITO DE PORTO ALEGRE | 172 |
| 5.1 Da formação à transformação: o processo de desenvolvimento sócioeconômico e espacial do Baixo 4º Distrito de Porto Alegre..... | 173 |
| 5.2 Evolução dos planos governamentais (Setor Público) | 178 |
| 5.2.1 Período Tecnológico (1995-2004): Projeto Porto Alegre Tecnópole; Projeto Integrado TEC do 4º Distrito; Parque Tecnológico Urbano do 4º Distrito | 178 |
| 5.2.2 Período Copa do Mundo (2006-2009): Grupo de Trabalho do 4º Distrito; Plano de Revitalização do 4º Distrito | 194 |
| 5.2.3 Período Consorciado (2013-2016): Projeto Desafio Porto Alegre Resiliente; Masterplan do 4º Distrito | 200 |
| 5.3 Ações do mercado (Setor Imobiliário) | 225 |
| 5.4 Ações das forças sociais (Setor Coletivo) | 228 |
| 5.4.1 Refloresta (Grupo de Apoio à Revitalização do Bairro Floresta) | 229 |
| 5.4.2 Vila Flores (Associação Cultural Vila Flores) | 231 |
| 5.4.3 Distrito C (Distrito Criativo de Porto Alegre)..... | 232 |
| 5.4.4 ZISPOA (Zona de Inovação Sustentável de Porto Alegre) | 234 |

| | |
|--|-----|
| CAPÍTULO 6 - A QUESTÃO DA SUSTENTABILIDADE NO BAIXO 4º DISTRITO DE PORTO ALEGRE | 237 |
| 6.1 Pressuposto do desenvolvimento sustentável nas políticas públicas urbanas para o Baixo 4º Distrito: Masterplan do 4º Distrito de Porto Alegre | 237 |
| 6.2 Aplicação do Modelo de Verificação Emelianoff-Achselrad (MVEA)..... | 239 |
| 6.2.1 Base Tecno-material (A modernização ecossistêmica da cidade) | 239 |
| 6.2.2 Base Socioambiental (A justiça socioambiental na cidade)..... | 242 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 250 |
| REFERÊNCIAS | 256 |
| OBRAS CONSULTADAS | 273 |
| ANEXOS | 280 |
| APÊNDICES | 346 |

INTRODUÇÃO

Esta tese tem como tema central a investigação sobre a questão da sustentabilidade nas políticas de desenvolvimento urbano. Discute e questiona a difusão de modelos urbanísticos baseados na retórica da sustentabilidade urbana e no uso indiscriminado do termo desenvolvimento sustentável.

Este tema é abordado, de forma específica, a partir da análise do plano proposto, em 2016, pelo governo municipal para a revitalização urbana e reconversão econômica do nosso objeto de estudo: o Baixo 4º Distrito de Porto Alegre.

Tendo como objetivo discutir a proposta de reestruturação urbana desta área da cidade, baseada em um discurso sustentável, a pesquisa se propõe a (i) revisar os conceitos e processos de produção e reestruturação do espaço urbano; ii) identificar e caracterizar os agentes envolvidos nesses processos; iii) examinar os preceitos do desenvolvimento urbano sustentável; iv) analisar os planos governamentais e ações locais para a reestruturação da área do Baixo 4º Distrito de Porto Alegre ; e v) propor um modelo de análise e verificação da sustentabilidade urbana.

Como parte do levantamento de dados e coleta das informações referentes à definição na abrangência da área aqui denominada de Baixo 4º Distrito de Porto Alegre, e dos diversos planos governamentais de reestruturação urbana propostos para a região nas últimas três décadas, este trabalho procura resgatar e apresentar de forma clara e estruturada os períodos e eventos que influenciaram estes processos.

A busca pelas origens e definições do conceito de desenvolvimento sustentável, e sua aplicação ao ambiente urbano, também proporcionou à esta pesquisa a oportunidade de contribuir com um levantamento histórico e cronológico da sua construção e evolução, desde o início da década de 1960 até os dias de hoje.

Infelizmente, nas últimas décadas, o termo “sustentabilidade” ou “desenvolvimento sustentável” também passou a ser usado como uma ferramenta de marketing governamental e empresarial para conferir credibilidade a qualquer projeto urbano - seja ele sustentável ou não -, um selo de garantia capaz de calar todas as vozes contrárias à sua aprovação e implementação.

A hipótese aqui sugerida, é a de que a proposta governamental do “Master Plan de Revitalização Urbana para o 4º Distrito de Porto Alegre vinculado a Reconversão Econômica da Região”¹, de 2016, segue esta mesma lógica, - e neste caso - não atendendo aos preceitos para que seja considerada na perspectiva de um desenvolvimento urbano plenamente sustentável.

Os primeiros questionamentos sobre o desenvolvimento sustentável originaram-se a partir da discussão em torno de problemas ambientais e do uso indiscriminado dos recursos naturais na satisfação de nossas necessidades materiais. A princípio, estas discussões concentraram-se na busca por um novo paradigma de desenvolvimento, que equacionasse o equilíbrio entre crescimento econômico e conservação ambiental, levando em conta, principalmente, as consequências dessa relação na qualidade de vida e no bem-estar da sociedade, tanto presente quanto futura.

As preocupações com relação a um desenvolvimento urbano sustentável ganharam importância através da implementação da Agenda 21 nas diferentes esferas de atuação - Nacional e Local. Governos nacionais e municipais comprometeram-se a definir sua própria Agenda 21, envolvendo a sociedade, fixando prioridades, promovendo parcerias e introduzindo meios de implementação de políticas públicas e programas capazes de operacionalizar seus processos na construção de um novo modelo de desenvolvimento. Ampliou-se assim a consciência de que a questão da sustentabilidade não está restrita apenas à aspectos ambientais e econômicos, envolvendo igualmente as relações sociais de participação e inclusão, respeito às diversidades culturais, e fortalecimento da capacidade institucional na promoção de ações democráticas.

Esta questão passou a ser discutida e incluída tanto a nível nacional, junto aos Planos Plurianuais, leis federais (e.g.: Estatuto da Cidade) e agendas (e.g.: Agenda 21 Brasileira), como a nível municipal, presente na Agenda 21 Local, no Plano Diretor e nos Planos Plurianuais do município de Porto Alegre.

Concomitantemente a este período, que tem como início a década de 1990, uma série de planos e projetos, visando o assim dito desenvolvimento sustentável da área do Baixo 4º

¹ O nome dessa proposta consta do Contrato de Prestação de Serviços assinado, em 31 de março de 2016, entre o município de Porto Alegre e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com interveniência da Fundação Empresa-Escola de Engenharia da UFRGS (FEENG), visando o desenvolvimento de um Master Plan de Revitalização Urbana para o 4º Distrito de Porto Alegre vinculado a Reconversão Econômica da Região (ver Anexo H).

Distrito de Porto Alegre, foram elaborados pela prefeitura de Porto Alegre. Estes foram identificados como pertencentes a três períodos representativos dessas ações: Período Tecnológico, de 1995 à 2004; Período Copa do Mundo, de 2006 à 2009; e Período Consorciado, de 2013 à 2016.

A partir da presunção do uso do termo sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável como retórica vazia nas políticas de desenvolvimento urbano de Porto Alegre, nosso objetivo é propor uma ferramenta de análise e verificação capaz de avaliar o grau de real sustentabilidade contido nessas políticas, de modo a contribuir para a reflexão sobre formas de desenvolver um processo de reestruturação urbana plenamente sustentável. Esta tese introduz o Modelo de Verificação Emelianoff-Acsehrad (MVEA), estruturado a partir de uma base tecno-material, e outra socioambiental. O MVEA se propõe a servir de parâmetro tanto para a formulação como para a avaliação de planos, projetos e políticas públicas que tenham como objetivo um desenvolvimento urbano sustentável.

De modo a informar a construção deste modelo e examinar a questão da sustentabilidade nas políticas de desenvolvimento urbano propostas pelo governo municipal para a área do Baixo 4º Distrito de Porto Alegre, a tese está estruturada em seis capítulos, divididos em duas partes.

A primeira parte, teórico-conceitual e metodológica, abrange três capítulos. O Capítulo 1 está dedicado à compreensão do processo de reestruturação urbana contemporânea, abrangendo a revisão de conceitos sobre a produção do espaço urbano e a caracterização dos agentes envolvidos neste processo. Através desta caracterização, é possível estabelecer as relações de poder entre os mesmos, assim como a ingerência de suas ações na construção das políticas públicas urbanas atuais. O fenômeno da gentrificação é discutido como fator intrínseco deste processo contemporâneo de reestruturação urbana.

O Capítulo 2 examina os preceitos do desenvolvimento sustentável, apresentando as origens e a construção deste conceito. Através de um apanhado histórico, discutimos a evolução das suas dimensões conceituais na busca por um novo paradigma de desenvolvimento, baseado no equilíbrio entre crescimento econômico, conservação ambiental, equidade social, diversidade cultural e eficiência institucional. O estudo das distintas representações e práticas sustentáveis de cidades é utilizado na construção de um modelo, conceitual e operacional, de análise e verificação da sustentabilidade urbana, que será usado posteriormente para a avaliação do plano governamental “Masterplan do 4º Distrito de Porto Alegre: Revitalização Urbana e

Reconversão Econômica”² (MASTERPLAN-4D), de 2016. No Capítulo 3, são apresentados os procedimentos metodológicos da investigação empírica.

A segunda parte, dedicada ao estudo de caso empírico, igualmente abrange três capítulos. O Capítulo 4 examina a inclusão das dimensões conceituais do desenvolvimento sustentável nas leis e planos que regem as políticas de desenvolvimento urbano no Brasil e no município de Porto Alegre.

O Capítulo 5 discute e analisa os planos governamentais e ações locais referentes à reestruturação urbana do Baixo 4º Distrito de Porto Alegre, de 1995 a 2016. Apresenta também um breve apanhado histórico do seu processo de desenvolvimento socioeconômico e espacial.

No Capítulo 6, é avaliado o grau de sustentabilidade urbana contido no plano governamental MASTERPLAN-4D, de 2016, através da aplicação do Modelo de Verificação Emelianoff-Acsehrad (MVEA).

Posteriormente, foram elaboradas algumas Considerações Finais sobre os resultados obtidos em relação aos objetivos e à hipótese da pesquisa. A investigação se encerra com a apresentação das Referências, Obras Consultadas, Anexos e Apêndices.

² Os documentos analisados apresentam diferentes nomes como referência ao plano governamental de 2016: a) “Master Plan de Revitalização Urbana para o 4º Distrito de Porto Alegre vinculado a Reconversão Econômica da Região” (PMPA, 2016d); b) “Masterplan 4º Distrito: Revitalização Urbana e Reconversão Econômica” (NTU-UFRGS, 2016a); c) Masterplan 4D: Operação Urbana Consorciada para Revitalização Urbana e Reconversão Econômica do 4º Distrito de Porto Alegre” (NTU-UFRGS, 2017). As autoras Vanessa Marx, Gabrielle de Araújo e Vitoria Gonzatti de Souza, referem-se ao mesmo como o “Plano Masterplan” (MARX; ARAÚJO; SOUZA, 2019, p.2). Já Clarice M. de Oliveira, o chama de “Projeto Urbano Porto Alegre 4D” (OLIVEIRA, 2017, p.77). Neste trabalho usaremos a denominação “Masterplan do 4º Distrito de Porto Alegre: Revitalização Urbana e Reconversão Econômica” (MASTERPLAN-4D).

PARTE I

ESPAÇO URBANO E SUSTENTABILIDADE

Capítulo 1 - A produção do espaço urbano e o processo de reestruturação urbana contemporâneo

- 1.1 Revendo conceitos sobre o espaço urbano e a sua produção**
- 1.2 Definição dos agentes produtores do espaço urbano e sua caracterização**
- 1.3 Políticas públicas urbanas e as relações de poder entre os agentes sociais**
- 1.4 Marco teórico da reestruturação urbana**
- 1.5 O fenômeno da gentrificação como processo de reestruturação urbana**

CAPÍTULO 1 - A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E O PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO URBANA CONTEMPORÂNEO

O presente capítulo tem por objetivo definir o que entendemos por reestruturação urbana, caracterizando e discutindo seus processos, bem como a identificação dos agentes e sua atuação sobre a produção do espaço urbano. A partir dessa definição, e de sua análise, será possível estabelecer as relações de poder entre agentes na construção das políticas públicas urbanas, e suas consequências sobre o processo de reestruturação urbana contemporânea.

Para estabelecermos uma teoria sobre a atual formação e produção do espaço, assim como sobre as forças atuantes na sua dinâmica e configuração, nos apoiaremos nos escritos de expoentes dos estudos urbanos e regionais como Henri Lefèbvre, Manuel Castells, David Harvey, Edward Soja, Milton Santos, Adriano Botelho e Roberto Lobato Corrêa, além de autores que trabalham com a sociologia urbana como Neil Smith, Faranak Miraftab, Carlos Vainer, Ermínia Maricato, Carlos Furtado e Marcelo Lopes de Souza.

1.1 REVENDO CONCEITOS SOBRE O ESPAÇO URBANO E A SUA PRODUÇÃO

O espaço urbano é produto da direta relação entre o Estado e o Mercado - poder político e poder econômico -, sendo que a construção do mesmo deve ser entendida a partir da subordinação ao modo de produção vigente: a do Estado capitalista. Para o filósofo Henri Lefèbvre, o capitalismo é um processo e o espaço urbano o seu produto (COSTA, 2003). Um espaço que, na visão de David Harvey (2009), e sobre esta mesma lógica capitalista, vira mercadoria e moeda de troca para quem pode pagar por ele.

O poder econômico atua de duas formas na produção do espaço, seja através da propriedade do solo, ou da pressão exercida sobre o Estado. Neste contexto, de controle sobre a propriedade do solo, o valor de troca e a reprodução do capital são potencializados, gerando lucros excepcionais na mão de poucos, ao mesmo tempo em que diminuem as oportunidades e o acesso à terra para grandes contingentes da população. Os processos de valorização do espaço passam necessariamente pela mercantilização deste, alijando os menos favorecidos. O espaço urbano é assim utilizado operacionalmente pelas classes hegemônicas em seu próprio benefício.

Nas palavras de Botelho:

[...] a produção e o consumo do espaço, assim como a urbanização, estão inseridos no amplo processo de reprodução das relações de produção capitalistas, na medida em que são guiados pelos ditames da propriedade privada, e são regulados pelas necessidades do capital de gerar valor excedente (BOTELHO, 2007, p.23).

Foi a partir dos trabalhos de Henri Lefèbvre e Manuel Castells, na década de 70, que se procurou construir “[...] uma concepção mais global da articulação entre sociedade e espaço [...]” (GOTTDIENER, 1997, p.120), reconhecendo a natureza complexa da produção do espaço urbano sob a ótica de um sistema capitalista. Segundo Gottdiener (1997), o espaço urbano, na visão lefèbvreana, adquire uma dimensão multifacetada com diferentes níveis de engajamento. Na relação individual, o espaço se faz representar como o local geográfico de uma determinada ação ou mesmo como a possibilidade social de engajamento nesta. Da mesma forma, para a sociedade, o espaço pode ser visto tanto como um objeto de consumo, um fator na luta de classes, ou mesmo um instrumento político de controle social.

Para Lefèbvre (2004), o controle sobre a produção do espaço constitui, em uma sociedade capitalista, o objetivo maior das forças produtivas³. No caso do Estado, este espaço se tornou um instrumento político de extrema relevância. O autor enfatiza a importância que a sociedade tem no controle destas relações, pois é a partir da produção do espaço que o Estado estabelece o controle social.

Já na visão do também sociólogo Manuel Castells (2000a), considerado por muitos um discípulo de Lefèbvre, o espaço “[...] não é uma pura ocasião de desdobramento da estrutura social, mas a expressão concreta de cada conjunto histórico, no qual uma sociedade se

³ Na dialética marxista, forças produtivas dizem respeito à interação do homem na natureza e dos meios de que dispõe para suprir suas necessidades, ou seja, são todas as forças usadas para organizar, controlar ou transformar a natureza com vistas à produção de bens materiais.

específica” (Ibid., p.181). Ou seja, o espaço se transforma conforme se estabelecem as relações entre sociedade e Estado, porém, intrinsecamente definido como um produto material resultante de uma formação histórica e social - a sociedade dentro de um determinado período histórico. O autor refuta a concepção de que a produção do espaço seja puramente resultado da ação, guiada pela cultura dos homens, e enfatiza que a elaboração de uma teoria do espaço deve ir além da simples descrição dos mecanismos de influência mútua, procurando descobrir os princípios estruturais históricos e sociais da produção e do funcionamento das organizações que o produzem.

Segundo Castells (1982, p.15), “todas as “teorias do espaço” que têm sido produzidas são teorias da sociedade ou especificações destas teorias”. Para o autor, o espaço é reflexo tanto da articulação de práticas históricas concretas da sociedade, quanto das forças produtivas e das relações de produção que se originam dessas forças. Assim, não se propõe em definir uma teoria única do espaço, mas sim uma teoria mais abrangente das questões urbanas.

Reiterando a importância do espaço na análise dos fenômenos sociais, David Harvey (1980) e Edward Soja (1993) se aproximam em muito à posição sustentada por Castells e Lefèbvre. Para estes, o espaço deve ser entendido tanto como expressão das relações sociais, quanto como estrutura social historicamente construída. É possível observar a concordância entre os autores em alguns dos seus textos. Em seu livro “A Justiça Social e a Cidade”, Harvey (1980, p.306) escreve uma frase bastante similar à que Lefèbvre (2004, p.26) apresenta em sua obra “A Revolução Urbana”. O mesmo observamos em relação a Soja, quando ressalta, assim como já o fez Lefèbvre, a concepção de que “o espaço e a organização política do espaço expressam relações sociais, mas também reagem contra elas” (SOJA, 1993, p.97 e 103).

Poderíamos, apressadamente, atribuir estas semelhanças encontradas no texto dos autores, ao fato dos mesmos compartilharem de uma mesma base teórica marxista, no entanto, a existência de tal similitude textual não é um indicativo de que suas posições sejam todas iguais. Diferente de Lefèbvre, David Harvey discorda da importância dada às chamadas “forças estruturais espaciais na sociedade capitalista moderna” (SOJA, 1993, p.97). Para este último, o espaço e a sua organização são resultados de um conjunto de relações inseridas sobre uma estrutura maior, mais complexa, que, concomitantemente, retrata e reage às relações inerentes a essa estrutura. O autor comenta ainda que esse conjunto de relações resulta do embate entre o trabalho e o capital sobre o espaço, em especial sobre o espaço urbano (HARVEY, 1982).

Já Edward Soja (1993, p.101), assim como Lefèbvre, percebe o “[...] espaço como um dado contextual, [...], o espaço criado da organização e da produção social”. Para ele, o espaço socialmente produzido surge como uma estrutura criada pelos homens, assim como tantas outras “construções sociais resultantes da transformação de determinadas condições inerentes ao estar vivo [...]” (Ibid.). O autor entende o espaço como uma estrutura social, uma articulação das práticas históricas e ideológicas que, em sua organização política, expõe as relações sociais. Suas proposições contribuem para o estudo do espaço e o seu papel efetivo na determinação dessas relações, criando uma dialética socioespacial que reconfigura a importância e o sentido do espaço como produto das transformações e das experiências sociais.

No cenário brasileiro, Milton Santos se destaca como um dos pensadores mais influentes na construção de um arcabouço teórico sobre o espaço e os elementos que o compõe. Assim como Soja e Lefèbvre, Santos entende o espaço como uma estrutura social historicamente construída.

Para ele o espaço é:

[...] onde, mediante acumulações e substituições, a ação das diferentes gerações se superpõe. O espaço constitui a matriz sobre a qual as novas ações substituem as ações passadas. É ele, portanto, presente, porque passado e futuro (SANTOS, 2002, p.104).

Produto da intervenção humana sobre a terra, o espaço, segundo afirma o autor, não se constitui em uma coisa, muito menos em um sistema de coisas (SANTOS, 1988). É uma realidade relacional em que as coisas e as conexões entre elas existem e atuam conjuntamente:

O espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável de que participam de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento (Ibid., p.10).

Logo, esse espaço é formado tanto pelo espaço construído, como pelo não construído, mas também passível de construção. Ao compreender o espaço como um arranjo indissociável destes dois lados, Santos (2004) mostra que o espaço construído pelo homem, o espaço social, distingue-se das formas vazias, conservando uma elevada cumplicidade com a estrutura social. Assim como na dialética socioespacial proposta por Soja, falar desses espaços, na visão de Santos, implica a percepção de uma multiplicidade de arranjos e influências, tanto a nível local quanto global.

Para Santos, o espaço não se constitui em fatores fixos, ele se transforma através das mudanças socioeconômicas e produtivas. Nas palavras do autor, “o espaço é manipulado para aprofundar as diferenças de classes [...]” (SANTOS, 2004, p.32), e quanto mais aceleradas e profundas forem essas mudanças, maiores serão os rebatimentos no espaço, e assim, maiores serão as necessidades de adaptação do ser humano a esse espaço em transformação.

Neste caso, o mesmo espaço que une ou separa os homens o faz devido à possibilidade de aumento do lucro para seus produtores e donos do capital. Em uma sociedade capitalista, é através do conhecimento do movimento geral da sociedade que entendemos o movimento geral do espaço.

É importante também salientar que dado às transformações recentes do modo de produção capitalista, principalmente no que se refere à globalização e ao fluxo internacional de capital - o capital transnacional -, o recorte local assume, novamente, um papel de destaque tanto nas questões econômicas como políticas. Essas transformações manifestam-se através de novas formas e lógicas espaciais, nas quais o “espaço dos fluxos” tende a sobrepor-se ao “espaço dos lugares” (CASTELLS, 2000b). Os fluxos necessitam do local, principalmente da dimensão urbana, e nesse sentido contribuem para o desenvolvimento desse espaço, através da pressão exercida para que essa dimensão urbana favoreça a circulação e acumulação do capital.

O espaço, como toda e qualquer realidade social, pode ser definido pela sua forma, estrutura e função (SANTOS, 2004). Considerando algumas particularidades surgidas a partir da evolução das sociedades humanas, podemos caracterizá-lo como urbano ou rural. Em relação a sua dimensão urbana, foco deste estudo, tal espaço é compreendido como o resultado de uma produção social, fruto de um intenso e diversificado processo de construção e reconstrução das mercadorias urbanas, sejam elas materiais ou imateriais, produzidas e consumidas pelos agentes que são sujeitos fundamentais do processo de produção social deste espaço. O resultado da produção do urbano é, portanto, o resultado da atuação desses agentes sociais, em conflito ou em consenso.

Para fins de compreensão desta dinâmica urbana, é preciso, antes de tudo, tomar os agentes sociais na produção do espaço urbano como referência de análise, uma vez que seus interesses e suas escalas de ação determinam processos que, materializados, definem e redefinem a configuração da cidade. A partir de agora identificaremos os diferentes agentes sociais produtores do espaço urbano e discutiremos a sua atuação sobre os processos de formação e reestruturação do urbano.

1.2 DEFINIÇÃO DOS AGENTES PRODUTORES DO ESPAÇO URBANO E SUA CARACTERIZAÇÃO

Diversos agentes atuam na produção do espaço urbano. Neste subcapítulo definimos o que entendemos por agentes e analisamos suas ações sobre o espaço, com particular atenção à atuação do Estado em suas diversas esferas, uma vez que é ele o principal agente na produção e reprodução do espaço urbano.

Aqui usaremos a terminologia de agentes, e não a de atores, uma vez que julgamos ser o primeiro o articulador direto na construção do espaço urbano. Vasconcelos (2012) ilustra o caso com o exemplo do promotor imobiliário, considerando este um ator quando negocia uma licença para a implantação de um imóvel, e um agente quando constrói o imóvel, isto é, quando o mesmo intervém de fato no espaço urbano.

Segundo Botelho (2007) nenhum capitalista pode controlar sozinho os processos de formação e renovação do urbano, cabendo esta função ao Estado. Aos outros agentes sociais cabe a apropriação de seus usos mais rentáveis que são aqueles que geram sobre lucros, isto é, parcela da renda da terra que não foi paga integralmente ao proprietário.

Para a caracterização desses agentes sociais utilizaremos, como base inicial, a classificação de Corrêa (2012), que identifica 5 grupos que atuam diretamente na produção do espaço urbano: i) os proprietários dos meios de produção; ii) os promotores imobiliários; iii) os proprietários fundiários; iv) o Estado; e v) os grupos sociais excluídos. Para o autor, cada um desses agentes se organiza em diferentes segmentos: grandes empresas industriais e de serviços se fazem representar através dos proprietários dos meios de produção; os corretores imobiliários, loteadores, construtoras e incorporadoras seriam os promotores imobiliários; enquanto o Estado se faz representar nas três esferas de governo (municipal, estadual e federal).

O mesmo autor destaca que no estágio atual do capitalismo os três primeiros agentes podem se confundir, estando integrados direta ou indiretamente em grandes corporações, que “compram, especulam, financiam, administram e produzem o espaço urbano” (CORRÊA 1995, p.13). Cabendo ao Estado, através de seus órgãos estatais, a dupla função de agente

produtor de operações concretas sobre o espaço da cidade, e árbitro dos conflitos surgidos entre os outros agentes⁴.

Segundo Corrêa, a localização das grandes empresas industriais e de serviços (o segmento dos proprietários dos meios de produção) influencia diretamente no ordenamento urbano, formando zonas de atração e expansão. Ele destaca o fato das grandes empresas se localizarem inicialmente na zona central da cidade e, com a expansão da tecnologia, o aumento do preço do solo e as mudanças na legislação, se dispersarem para as áreas mais periféricas com o passar do tempo. Tal processo de dispersão das atividades industriais é observado nas diversas fases de transformação socioeconômicas e espaciais ocorridas na área do Baixo 4º Distrito de Porto Alegre (nosso estudo de caso, que será delimitado espacialmente no capítulo 3, e analisado em maior detalhe no capítulo 5).

Os promotores imobiliários são compostos pelos diversos agentes que realizam as incorporações, os financiamentos, o estudo técnico, a construção e a comercialização. Muitas vezes um único agente do mercado imobiliário pode exercer mais de uma das funções mencionadas. Em relação aos proprietários fundiários devemos destacar uma certa dificuldade em caracterizá-los como um grupo homogêneo (CORRÊA, 1995), uma vez que os mesmos se constituem em uma classe diversa, que inclui desde donos de pequenas propriedades, a grandes proprietários e especuladores imobiliários⁵. Isto porque investimentos em terrenos são muito atraentes, especialmente frente à possibilidade de espera para uso futuro em momentos de maior valorização e reserva de valor em momentos de crise. Constitui, portanto, uma forma de manter o investimento e ainda obter ganhos reais.

Logo, a propriedade do solo é um investimento, sendo que os lucros da atividade especulativa podem superar os lucros gerados pelas atividades produtivas. Assim, uma das

⁴ Na visão de Botelho, o Mercado (financeiro), os Produtores e a Propriedade compõem a estrutura principal que define o Setor Imobiliário, onde, por vezes, também podemos observar a ação do Estado, participando e contribuindo junto à este Setor, como parte do Mercado, através de agentes e instituições financeiras públicas. “De qualquer maneira que se analise o setor imobiliário, trata-se de um setor complexo, que envolve, como participantes: consumidores, agentes financeiros, produtores de materiais de construção, comerciantes de materiais de construção, empresários (empreendedores e sub-empreendedores), proprietários fundiários, o capital comercial, promotores e equipe de projeto.” (OSEKI apud BOTELHO, 2007, p. 46).

⁵ Entendemos a especulação imobiliária como a reserva de lotes ou glebas de terras para uso futuro, com o objetivo de se alcançar uma maior valorização do mesmo (CAMPOS FILHO, 1992). Tal processo tem como consequência o aparecimento de grandes vazios não urbanizados no perímetro urbano. Para Campos Filho, o Estado também é um agente fundamental da especulação imobiliária, devido a oferta desigual de áreas urbanizadas, e a falta de um planejamento integrado para a cidade. A especulação também pode ser entendida enquanto a junção dos fatores naturais aos fatores sociais (investimentos), como destaca Santos (1996): “A especulação imobiliária deriva, em última análise, da conjunção de dois fatores convergentes: a superposição do sítio social ao sítio natural.” (Ibid., p.106).

práticas mais comuns dos grandes proprietários é manter sua propriedade a espera do momento propício para a venda. Tais estratégias são variadas, e visam obter a maior renda. Na atualidade, é comum que os grandes proprietários fundiários exerçam pressões sobre o governo para aprovação de zoneamento e implantação de infraestrutura que beneficiem suas propriedades.

Côrrea (1995) destaca que a ação dos grandes proprietários fundiários pode ser conflitante com a dos proprietários dos meios de produção e promotores imobiliários, já que os primeiros querem valorizar suas propriedades, enquanto os demais necessitam de solo urbano a preços acessíveis. No caso do mercado imobiliário, o solo é o fator primordial para a organização de qualquer negócio. Para cada novo processo produtivo é necessário um novo solo, sendo a propriedade da terra de suma importância para capitais investidos no setor. O solo constitui o fator de maior peso na produção de moradias, representando 30% dos custos totais (BOTELHO, 2007).

Sob a ótica da realidade urbana brasileira, e sob o jugo de uma sociedade capitalista, encontramos os grupos sociais excluídos, que não participam do processo oficial de tomada de decisões sobre o futuro da cidade, ficando a sua atuação restrita a produção desorganizada e informal do espaço residencial, uma vez que a habitação constitui um bem seletivo ao qual a população de baixa renda não tem acesso. Sua atuação no espaço urbano está relacionada ao fato de que o mercado imobiliário formal privado é excludente para a maior parte da população, concentrando sua produção nos eixos de maior valorização e, conseqüentemente, direcionando as camadas mais pobres às áreas de menor valorização, ou mesmo impróprias à urbanização. Neste contexto, o valor de troca prevalece sobre o de uso, uma vez que o financiamento da habitação é guiado pelo mercado (BOTELHO, 2007).

Entretanto, mesmo sem participação direta ou influência na gestão urbana junto ao Estado, ou participação no mercado imobiliário formal, os impactos das suas ações sobre a morfologia urbana são diretos e consideráveis: segundo Alfonsin (1997) morar na cidade “fora da lei” é uma realidade que atinge entre 25% e 50% da população urbana brasileira.

Expandindo a classificação proposta por Corrêa, em 2012, vemos como necessário, e pertinente, a inclusão de mais dois agente da produção do espaço urbano: vi) as agências multilaterais; e vii) as comunidades e organizações civis (Quadro 1.1.):

Quadro 1.1. Classificação e caracterização dos agentes sociais que atuam na produção do espaço urbano.

| | AGENTE SOCIAIS | COMO SE ORGANIZAM | COMO ATUAM | REPRESENTAM | SETOR | ESFERA |
|------|-------------------------------------|---|--|------------------------------|---------------------------|-----------------|
| i) | Proprietários dos Meios de Produção | Grandes empresas industriais e de serviços. | “No estágio atual do capitalismo os três primeiros agentes podem se confundir, estando integrados direta ou indiretamente em grandes corporações, que “compram, especulam, financiam, administram e produzem o espaço urbano” (CORRÊA, 1995, p. 13). | O Poder Econômico | Imobiliário | Privada |
| ii) | Promotores Imobiliários | Construtoras; Incorporadora; Corretores imobiliários; Loteadores. | | | | |
| iii) | Proprietários Fundiários | Grandes e pequenos proprietários privados. | | | | |
| iv) | Estado | Municipal; Estadual; Federal. | Possui dupla função: a) Principal agente na produção e reprodução do espaço urbano; b) Árbitro dos conflitos entre os outros agentes. | O Poder Político | Público | Pública |
| v) | Grupos Sociais Excluídos | Não se fazem representar | Tradicionalmente excluídos, não participam do processo oficial de tomada de decisões; Atuação restrita a produção informal do espaço residencial. | – | – | – |
| vi) | Agências Multilaterais | Bancos e Fundações | Organismos ou organizações, nacionais e internacionais, de financiamento e fomento, com o poder - econômico e político - de nortear as políticas públicas urbanas. | O Poder Econômico e Político | Público-privado | Pública-privada |
| vii) | Comunidades e Organizações Cívicas | ONGs, Associações; Movimentos sociais; Grupos e Coletivos de bairro | Ações coletivas locais que atuam como grupos de pressão (atos de insurgência) frente ao Poder Político e ao Poder Econômico. | O Poder Local | Coletivo (Forças Sociais) | Social |

Fonte: Quadro desenvolvido por C. Wagner (2019) com base nas classificações de Corrêa (2012), Botelho (2007) e Miraftab (2016).

As agências multilaterais, representadas pelo Banco Mundial (BM), Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES),

Fundo Financeiro para o Desenvolvimento dos Países da Bacia do Prata (FONPLATA), Fundação Rockfeller, etc., passaram a ser importantes agentes norteadores das políticas públicas urbanas implantadas em muitos municípios brasileiros. A busca por aportes de grandes capitais financeiros, impulsionado por uma maior autonomia das prefeituras - pós CF/1988 - em negociar diretamente com diversos organismos e órgãos nacionais e internacionais de fomento, fez com que os projetos demandantes de recursos tivessem que se adaptar às agendas de financiamento preconizadas por estas instituições.

Com a consolidação e difusão global do conceito de desenvolvimento sustentável, e a aprovação da Agenda 21 Global (Quadro 2.6.), em 1992, a questão da sustentabilidade passa a ser incorporada como uma condição para a contratação desses financiamentos, determinando assim o foco “sustentável” anunciado e sugerido pela grande maioria dos planos urbanísticos a partir da década de 1990.

Representando o “poder” e o conhecimento local, as comunidades e organizações civis são compostas pelos diversos agentes que, através de ações coletivas locais, atuam como grupos de pressão frente ao Poder Político e ao Poder Econômico. Estes grupos de pressão podem estar estruturados sob diferentes denominações: Associação; Movimento Social; Organização Não Governamental (ONG); Grupo de Apoio; Coletivo de Bairro; etc.. Através de práticas cidadãs de ativismo insurgente (MIRAFTAB, 2009), estes grupos se constituem em um importante agente social de negociação e luta pela justiça socioespacial.

Faranak Miraftab (Ibid.) reconhece dois tipos de espaços de ativismo, nos quais as diferentes formas de ação e atos de insurgência protagonizados pelas comunidades e organizações civis podem ocorrer: os espaços convidados, e os espaços inventados⁶. Espaços previamente selecionados e sancionados, tanto pelo Estado como pelos grupos dominantes, são designados de espaços de ação convidados, onde os canais representativos de participação cidadã se estabelecem. São espaços pré-determinados, controlados e limitados à representantes e escolhidos⁷. Já os espaços inventados, ou forjados através da pressão constante do ativismo

⁶ Também chamados de espaços forjados: “[...] mais do que inventado, poderíamos considerar um "espaço forjado" pela luta social, uma vez que sem a pressão política, a prefeitura não havia se disposto a considerar as demandas da população.” (TANAKA, 2017, p.16)

⁷ Muitas vezes, e cada vez mais frequente, estes espaços de ação convidados representam exclusivamente os interesses dos grupos dominantes, se transformando apenas em uma maquiagem de fachada para a agressiva agenda do capital (MIRAFTAB, 2016)

e da luta social (TANAKA, 2017), refletem a busca por uma inclusão ativa nos processos decisórios, realmente participativa, e não apenas representativa e consultiva:

As práticas insurgentes e o planejamento insurgente não buscam por inclusão através de uma melhor representação (seja de especialistas ou de políticos); mas buscam a inclusão autodeterminada, na qual os direitos das pessoas são reais e praticados (MIRAFTAB, 2016, p.368).

Em seus textos “Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano” e “*Insurgent planning: situating radical planning in the global South*”, Miraftab discorre sobre a importância de se pensar um novo tipo de planejamento, nomeado pela autora como planejamento insurgente ou conflitivo⁸, que reconhece “[...] o leque de práticas além das sancionadas pelo Estado e poderes corporativos [...]” (MIRAFTAB, 2016, p.364) como valores e princípios que podem orientar e promover um futuro e um urbanismo mais comunal e humano. Tais práticas cidadãs de ativismo insurgente apontam para uma mudança no foco da ação direta coletiva, que volta-se da democracia representativa para a democracia participativa (MIRAFTAB, 2016).

Segundo Miraftab (Ibid., p.368):

Na democracia representativa, os cidadãos delegam seus direitos a outros - representantes políticos, burocratas ou especialistas técnicos - para atuar em seu melhor interesse. Em contraste, na democracia participativa os cidadãos reconhecem a inadequação dos direitos formais e não incumbem a outros advogar por seus interesses mas, ao contrário, tomam parte diretamente e formulam decisões que afetam suas vidas.

O direito de todos à cidade só será alcançado através da mobilização política e de ações concretas que desafiem a hegemonia capitalista. Na constante luta pela equiparação das relações de poder, o ativismo e a participação cidadã das organizações civis deve se fazer presente em todos os espaços de ação. Seja através dos espaços convidados, por meio de comissões e de seus representantes, ou através de uma gama de espaços inventados, forjados, que podem tanto incluir ações diretas como protestos pacíficos, ocupações e instalações temporárias de espaços públicos - ruas, praças e parques -, ou até mesmo atos performáticos

⁸ Carlos Vainer, em seus textos “Pátria, empresa e mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano” (2000b) e “Os liberais também fazem planejamento urbano? Glosas ao “Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro”” (2000a), ambos publicados em 2000, também discorre sobre o que ele chama de planejamento de conflito: um novo tipo de planejamento transgressor e contra hegemônico.

de insurgência⁹. No subcapítulo 5.4 olharemos para as ações locais de ativismo insurgente - ações das forças sociais (Setor Coletivo) - protagonizadas pelas associações e organizações civis atuantes na área do Baixo 4º Distrito de Porto Alegre, a partir das quais serão discutidos e analisados a abrangência e os efeitos decorrentes destas ações.

Com exceção dos Grupos Sociais Excluídos (v) e as ações de ativismo insurgente, protagonizadas pelas Comunidades e Organizações Cívicas (vii) junto aos espaços inventados, a atuação dos demais Agentes Sociais, descrita no Quadro 1.1., ocorre de acordo com a legislação vigente, residindo aí a importância do papel exercido pelo Estado (iv), por ser ele o guardião e o responsável pela legislação que regulamenta as práticas e estratégias que orientam a produção do espaço urbano. Ainda assim, tanto Corrêa (2012) como Miraftab (2016) enfatizam que, por diversas vezes, tais práticas ocorrem à margem destes mecanismos legais e, em muitos casos, a própria atuação do Estado é contraditória, desrespeitando tanto a legislação quanto os interesses da maioria da população.

Isto ocorre devido as ações do Estado estarem também relacionadas a criação de capital excedente a serem apropriados pelos demais agentes, especialmente os promotores imobiliários. Como grande proprietário fundiário de terras públicas, o Estado também pode se beneficiar destes arranjos, já que negocia com os demais agentes e assume aqui, ele também, a função de promotor imobiliário.

É importante observar que as formas de intervenção de um Estado capitalista seguem a reboque o padrão de acumulação (capitalista) vigente e, conseqüentemente, a sua atuação sobre o espaço urbano não será uniforme. O Estado capitalista, constituído em suas instituições, cujos postos de direção, deliberação e execução são ocupados por pessoas de diversos segmentos sociais, atuará das mais diversas formas, muitas vezes contraditoriamente aos próprios interesses do Estado ou da sociedade como um todo. Esse conflito de interesses emana dos grupos de poder que o compõem, e dos compromissos que tais grupos possuem consigo mesmos, com seu segmento social ou sua classe.

⁹“Uma série de táticas com base no lugar, que simbólica e performaticamente resiste ao re-desenvolvimento na Praça Taksim, re-inventou a praça e deu-lhe um novo significado através do uso imaginativo de seu espaço público. Por exemplo, uma forma não ortodoxa de protesto: permanecer parado. [...]. Enquanto o Homem Parado desmontou as forças policiais, em como manejar os supostamente passivos protestos de massas “apenas parados”, também criou uma presença corporal de pessoas. [...].O protesto do Homem Parado tornou-se um ato inovador de prática cidadã precisamente por causa do contexto histórico, espacial e político no qual teve lugar e deu significado a ele.” (MIRAFTAB, 2016, p.372).

Desta relação, se estabelece o eterno conflito de classes, no qual o Estado apresenta-se como a arena de disputa e o “objeto” de desejo das classes envolvidas no conflito. A luta pelo controle do Estado garante ao vencedor maior possibilidade de apoio às reivindicações da sua classe. Ressalta-se que a concepção do conceito do Estado capitalista tem como objetivo favorecer a compreensão de como esse está atuando contemporaneamente no espaço.

A relação existente entre este Estado capitalista e o espaço urbano apresenta uma unidade, cujo caráter, já mencionado anteriormente por Santos, é histórico e dialético, semelhante à relação existente entre a sociedade e o espaço. Assim, o espaço é produto tanto das transformações como das experiências sociais (SOJA, 1993). Nele, e por ele, as classes sociais e os grupos de poder se confrontam. Quanto mais bem estruturado e situado em meio ao aglomerado humano, maior será o seu valor de troca. Como visto neste subcapítulo, o espaço urbano é fonte intensa de conflitos entre os diferentes agente sociais que atuam e participam deste intrínseco processo de produção e reestruturação da cidade.

1.3 POLÍTICAS PÚBLICAS URBANAS E AS RELAÇÕES DE PODER ENTRE OS AGENTES SOCIAIS

O solo urbano é uma mercadoria especial, pois depende da ação do Estado para sua formação e renovação. Segundo Maricato (2001, p.119) a terra urbana é “[...] um pedaço da cidade, e não terra nua”, ou seja, solo urbano é aquele dotado de infraestrutura, mobiliário e serviços urbanos, condições não totalmente reproduzíveis. Maricato (2001) enfatiza ainda que a importância do Estado não reside apenas no fato deste assumir múltiplas funções na formação do espaço urbano, mas principalmente por ser ele o responsável em regular as ações dos demais agentes. Os conflitos surgidos entre os agentes da esfera privada (Quadro 1.1.) constituem a principal disputa pelo solo urbano, e pela apropriação de seus usos mais rentáveis (no caso do Poder Econômico).

As definições de políticas públicas estão relacionadas também à alocação de recursos financeiros, resultado de múltiplos interesses aos quais o Estado deve atender racionalmente e, em consonância com a vontade da sociedade, executar programas que levem em consideração oportunidades e necessidades coletivas (MARICATO, 2011). Desta forma, as políticas públicas, como ações estatais, assumem múltiplos aspectos. Do ponto de vista econômico, estão relacionadas à dimensão da racionalidade quanto à escolha de prioridades, visto que os recursos

materiais nem sempre são satisfatórios face aos anseios da população. Segundo a ótica administrativa, políticas públicas estão relacionadas ao modo de buscar eficiência nos resultados pela melhoria da organização da máquina estatal. Já na ótica da Ciência Política, políticas públicas visam promover a equidade social através de estratégias que respondam aos diversos interesses dos grupos de pressão sobre as verbas públicas.

Assim, é importante compreender que as políticas públicas são o resultado do jogo de forças que se estabelece no âmbito das relações de poder na sociedade (BOTELHO, 2007). Destas relações participam, em diferentes escalas, todos os setores organizados da sociedade, com os seus mais diversos interesses, cabendo ao Estado intervir no sentido de equilibrar conflitos entre os planos individual e coletivo, sobretudo aqueles provocados pela economia de mercado. Entretanto, muitas vezes observamos que o Estado privilegia, através de suas políticas públicas, determinados setores da sociedade em detrimento de outros. Não é acidental que o resultado destas esteja associado à sobreposição e imposição de certos interesses econômicos e sociais sobre outros, em geral de dimensão classista.

A elaboração das políticas públicas é um processo dinâmico, com negociações, pressões, mobilizações, alianças e/ou coalizões de interesses dos mais diversos setores, e nas mais diversas esferas sociais e políticas, compreendendo a formação de uma agenda que pode refletir ou não os interesses dos setores majoritários da população. Portanto, vai depender do grau de mobilização desta sociedade para se fazer ouvir, e do grau de institucionalização de mecanismos que viabilizem sua participação (SOUZA, 2011).

No Brasil, mesmo imbuídos de uma autonomia legalmente instituída, a participação dos agentes do setor imobiliário e das forças sociais (Quadro 1.1.), representados pelos Conselhos de Políticas Públicas (instituídos a partir da Constituição Federal de 1988), continua vinculada aos órgãos do poder executivo que respondem pela gestão da respectiva política setorial. Neste cenário, não é incomum encontrar uma participação social operada por conselheiros que valorizam fins individualistas ou corporativos que, na prática, obliteram a construção de uma política pública voltada para a maioria.

Além das questões corporativistas, e dos diferentes graus de mobilização da sociedade, observamos a maneira fragmentada com que os movimentos e organizações populares tentam lidar com a pauta reivindicatória de dimensões e aspectos urbanos. Como diz Vainer (2000a, p.119):

A verdade é que, mesmo entre os segmentos mais consistentemente organizados do sindicalismo e do movimento popular, estamos muitíssimo longe de uma percepção da cidade como terreno fundamental da luta econômica, política e cultural. Sindicalistas, mesmo aqueles que representam profissões e ocupações diretamente engajadas na prestação de serviços públicos urbanos, têm enormes dificuldades para reconhecer a dimensão estratégica da cidade¹⁰ que, cada vez mais, se apresenta como espaço e objeto privilegiado da luta política e reivindicatória, da construção de identidades e da construção de alianças.

Uma maior presença e influência na agenda governamental requisita um exercício democrático que prescinde de uma qualificação dos agentes sociais que representam a sociedade civil organizada, como também uma disposição política para a gestão democrática por parte dos agentes governamentais e de suas políticas públicas. E aqui nos deparamos com o paradoxo de que tais políticas públicas são tanto produto das forças sociais quanto produtoras destas.

Em relação ao papel do poder público e suas políticas, Marcelo Lopez de Souza (2004) sustenta a posição de que nem o planejamento nem a gestão (Estatal) podem ser considerados conservadores ou democráticos a priori. Para ele o que define seu caráter conservador ou progressista é o conteúdo social dessas atividades, que vão “[...] depender da constelação de poder (composições e alianças de partidos políticos e organizações da sociedade civil) que influencia predominantemente a ação do Estado” (Ibid., p.24).

Embora não discuta a questão em termos de ideologia, o autor descarta a 'neutralidade' da prática do planejamento e da gestão, uma vez que ambos expressam os interesses e as relações de poder de grupos hegemônicos. Afirmar ainda que, em uma sociedade capitalista, tais práticas tendem a ser conservadoras, porque de fato conservam a ordem econômica e política atual, uma vez que o Estado tende a ser controlado pelas classes dominantes. No entanto, considera que essa tendência não justifica uma condenação de antemão, nem basta para taxar um planejamento e/ou uma gestão em si de antipopular, mesmo porque não é apenas o Estado quem planeja e gera a implementação das políticas urbanas:

Segundo o autor (Souza, 2004, p.178):

Assim como certos agentes modeladores do espaço correspondentes a frações de classe e a grupos dominantes, como o grande capital industrial e imobiliário, elaboram suas estratégias de forma clara e, não raro, sofisticada, também a parcela majoritária da sociedade civil, que não pertence a nenhum grupo dirigente, precisa, sob um ângulo autonomista, qualificar-se e organizar-se para elaborar suas propostas e estratégias e

¹⁰ Novamente a escala local urbana, a cidade, é reconhecida e anunciada como o espaço fundamental e estratégico na condução tanto das questões econômicas, políticas, e culturais, como das sociais e ambientais; o que será discutido, em maior detalhe, no capítulo 2.

lutar para pô-las em prática. Essa luta deverá combinar tanto pressões sobre o Estado (mesmo no caso de ser ocupado por forças progressistas) quanto ações diretas.

Ermínia Maricato argumenta sobre as dificuldades históricas de se alcançar certas práticas genuinamente democráticas e inclusivas no planejamento urbano brasileiro. A autora identifica uma base fundada pela contradição entre a retórica e a prática onde observamos "[...] direitos universais, normatividade cidadã - no texto e no discurso - versus cooptação, favor, discriminação e desigualdade - na prática de gestão urbana." (MARICATO, 2000, p.135).

Para se alcançar uma proposta de gestão mais democrática, embasada na maior participação popular e sob o lema do direito à cidade e da justiça socioespacial, é preciso que se utilizem todos os instrumentos de organização da sociedade civil na construção de uma democracia verdadeiramente participativa em todos os espaços. Em seu texto “Alternativas ao neoliberalismo e o direito à cidade”, Harvey (2009) discute a mediação entre a gestão urbana do Estado e a sociedade, que aqui podemos utilizar para abordar a apropriação político-ideológica do direito à cidade. O autor salienta que uma vez que o poder efetivo de organizar a vida urbana escapa da administração local, e esta passa a desempenhar tão somente o papel de agilizar e coordenar processos, uma ampla coalizão de forças empreendida por diversos agentes sociais se constitui, formando uma ‘densidade social’ variada e conflituosa.

Para compreender o sucesso, ou falência, deste processo, são necessários outros elementos, por exemplo, analisar as práticas participativas na cultura política da cidadania, simultaneamente com a construção de uma rede institucional forte que regule a vida política e que se constitua no espaço por excelência da tomada de decisões. A questão subjacente a esta preocupação diz respeito ao poder dos cidadãos em desenhar as instituições que eles operam e não, simplesmente, observar passivamente situações dadas e impostas. Cabe a sociedade, como um todo, a árdua tarefa de compor a representação política local e, principalmente, fiscalizar a atuação e a integridade deste poder.

1.4 MARCO TEÓRICO DA REESTRUTURAÇÃO URBANA

Primeiramente, neste subcapítulo, faremos algumas considerações sobre a ruptura do antigo sistema fordista¹¹ de produção e o surgimento de um novo paradigma produtivo na

¹¹ Para Harvey, o fordismo do período pós-guerra - seu apogeu - é muito mais um modo de vida total do que um mero sistema de produção em massa. Manifesta-se sobre o espaço através da especialização espacial e funcional,

economia mundial - o período da acumulação flexível (HARVEY, 1998), que resultou em profundas alterações nos processos de reestruturação urbana contemporâneo.

Se observarmos os últimos 50 anos, veremos que o modelo de produção e acumulação capitalista passou por fortes transformações. Segundo David Harvey (1998), foi entre 1965 e 1973 que o fordismo e o keynesianismo¹² se revelaram incapazes de conter as contradições inerentes ao sistema capitalista. A grave recessão de 1973 expôs a incapacidade do modelo fordista para a superação da crise, levando a economia à profundas transformações nas décadas seguintes. O autor cita, como uma das causas, o avanço da indústria fordista na América Latina e no Sudeste Asiático, onde os contratos de trabalho eram menos formais ou puramente inexistentes. Menciona ainda a recuperação econômica da Europa e do Japão pós-guerra. Contexto que ocasionou a maior competição entre as empresas em busca de novos mercados consumidores e de insumos, no qual devemos destacar o choque do petróleo de 1973.

O aumento dos preços do petróleo não só gerou instabilidade no mercado financeiro, como também levou a busca de novas fontes de energia e novos processos de produção que economizassem e otimizassem este recurso. Para Harvey (Ibid.), as políticas econômicas da Europa e dos EUA durante estes anos podem ser entendidas como levianas, já que inundaram o mercado capitalista de fundos, produzindo um quadro econômico inflacionário. Ele critica a rigidez do modo de produção fordista, que resulta na imobilização de capital por um longo período de tempo em sistemas de produção em massa, pressupondo um crescimento estável sem variações no mercado consumidor. Acrescenta-se a este quadro o aumento dos custos de produção e as dificuldades econômicas enfrentadas pelas empresas sob a orientação das estratégias fordistas, que mantinham grandes estoques para o consumo em massa; massa essa que diante da crise reduziu o consumo. Neste contexto, as estratégias fordistas e políticas keynesianas não apresentaram respostas adequadas para a superação da crise econômica.

Na visão de Botelho (2000, p.35), uma das causas da crise do padrão fordista pode ser entendida na evolução do sistema. Para ele o próprio fordismo criou as condições para sua descaracterização e conseqüente crise, através da intensificação do uso do capital, das tecnologias e da mão-de-obra que reduziu a necessidade de grandes quantidades de trabalhadores, rompendo assim com as bases do emprego para as massas. Como conseqüência,

da divisão, da homogeneização de mercados e da distribuição mercadológica em escala mundial. Sob esta conjuntura, o Estado se caracteriza pela regulamentação, rigidez e centralização das políticas regionais e nacionais.
¹² A teoria keynesiana, que previa um crescimento constante aliada a uma forte intervenção estatal, através da manutenção de benefícios e direitos sociais, acabou não se concretizando.

tal modelo econômico tornou-se incapaz de responder a um mercado de crescimento instável. A necessidade de mudar e de adaptar-se à nova conjuntura foi dificultada pela própria natureza do sistema fordista.

Para Harvey (1998, p.135-136), as mudanças eram dificultadas porque:

Havia problemas com a rigidez dos investimentos em capital fixo de larga escala e de longo prazo em sistema de produção em massa que impediam a flexibilidade de planejamento e presumiam crescimento estável em mercados de consumo invariantes. Havia problemas de rigidez nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho (especialmente no chamado setor “monopolista”). [...]. Por trás de toda a rigidez específica de cada área estava a configuração indomável e aparentemente fixa do poder político e relações recíprocas que unia o grande trabalho, grande capital e o grande governo no que parecia cada vez mais uma defesa disfuncional de interesses escusos definidos de maneira tão estrita que solapavam, em vez de garantir, a acumulação do capital.

As empresas passaram a ter o quadro econômico agravado pela queda na demanda por produtos industrializados, aumentando o excesso de capacidade ociosa e seu custo fixo. Como opção a esses fenômenos, as economias capitalistas entraram em um processo de reestruturação das estratégias de produção e reprodução em várias escalas, buscando maior racionalização dos investimentos:

O tempo giro - que sempre é a chave da lucratividade capitalista - foi reduzido de modo dramático pelo uso de novas tecnologias produtivas (automação, robôs) e de novas formas organizacionais (como o sistema de gerenciamento de estoques “just-in-time”, que corta dramaticamente a quantidade de material necessária para manter a produção fluindo). Mas a aceleração do tempo de giro na produção teria sido inútil sem a redução do tempo de giro no consumo. [...]. A acumulação flexível foi acompanhado na ponta do consumo, portanto, por uma atenção muito maior as modas fugazes e pela mobilização de todos os artifícios de indução de necessidades e de transformação cultural que isto implica (Ibid., p.148).

Esta nova política do capital constituiu um rompimento com o modelo anterior de sociedade econômica, porque quebrou o pacto de classes que pressupunha uma estabilidade de acumulação do capital, nível de emprego e capacidade de consumo da produção capitalista. Buscaram-se então novas alternativas tecnológicas para reduzir custos e aumentar a produtividade, como a intensificação do uso da microeletrônica, automação, re-localização de fábricas e fechamento de unidades consideradas inadequadas e caras¹³. As novas tecnologias definiram não apenas um novo processo de produção e circulação de mercadorias, como

¹³ Este mesmo fenômeno, de esvaziamento do território devido a mudança nos padrões de uso e ocupação do solo, será discutido no subcapítulo 5.1, quando examinaremos o processo de transformação socioeconômica e espacial ocorrida junto à área do baixo 4º Distrito de Porto Alegre.

também estabeleceram novas relações sociais e espaciais, através de novas formas de consumo, lazer, trabalho, etc. Observamos aqui que estas mudanças não se restringiram apenas ao modo de produção e consumo, elas também afetaram profundamente todos os aspectos da vida contemporânea, inclusive ditando novos padrões de urbanização para os espaços urbanos.

Como já mencionado anteriormente, esta nova fase do capitalismo contemporâneo teve início no final da década de 1960 e se caracterizou tanto por um processo de desindustrialização, ou perda da importância do setor, como pelo aumento na competitividade entre as cidades, onde as mesmas procuravam se estabelecer como novos centros financeiros, de consumo ou entretenimento (HARVEY, 1998). Assim, a reestruturação da cidade seria consequência e condição para a etapa atual da produção capitalista, denominada por Harvey como acumulação flexível, que seria o embate contra a rigidez do fordismo:

Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviço financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (Ibid., p. 140).

Soja (1993) denomina esta nova forma de intervenção na estrutura da cidade como espacialização flexível, uma vez que tal conceito de flexibilização, referida por Harvey, não se restringe somente à economia, mas também à política e ao espaço. Entre as principais características do período, Soja cita a redefinição do papel do Estado na economia em um momento marcado pelo empreendedorismo urbano¹⁴, flexibilização das relações de trabalho, expansão do setor terciário, uso de novas tecnologias, e uma maior independência do setor financeiro e bancário. Características essas que representam uma nova lógica do modo de produção, modificando o próprio sistema capitalista e a reprodução da vida social.

A reestruturação da rede de produção, circulação e consumo do sistema capitalista, frente a esta nova lógica de espacialização flexível, acarreta a reestruturação do espaço, tanto à nível global como em diferentes escalas. Dele surgem novos padrões de urbanização, enquanto

¹⁴ O empreendedorismo urbano é uma das bases da transição do fordismo para a acumulação flexível, à medida que as mudanças na política urbana garantiram maior flexibilidade geográfica. Muitas mudanças espaciais foram engendradas e financiadas pelo Estado e frequentemente por meio das parcerias público-privadas, nas quais o Estado é o único a arcar com os possíveis ônus, garantido a reprodução do capital via reprodução espacial. O Estado adquire grande importância na contemporaneidade, ainda que este período seja marcado pelo neoliberalismo; sendo as parcerias público-privadas um componente estrutural para a reprodução do capital (BOTELHO, 2000).

resultado e condição para o novo padrão econômico, propiciando intensas modificações no ordenamento interno das cidades e na rede urbana.

Entretanto, para Soja, este não é um processo inteiramente novo. A evolução da estrutura espacial interna da cidade e a configuração espacial regional estão diretamente associadas às diferentes fases do capitalismo, especialmente nos momentos de crise. Para o autor, o processo de reestruturação das matrizes do capitalismo visa sua contínua reprodução e sobrevivência. O que diferencia o atual processo de produção capitalista, dos processos anteriores, são as transformações que o mesmo gerou nas cidades de diferentes escalas, atingindo metrópoles, cidades médias e pequenas, homogeneizando espaços e o modo de vida contemporâneo - características de um mundo globalizado, alicerçado nas novas tecnologias de informação e na flexibilidade de seus processos.

Uma vez que a produção espacial atende às peculiaridades de cada fase da produção capitalista, esta nova lógica política, econômica, tecnológica e social passa a nortear a produção do espaço urbano, que, correspondentemente, se adequa às necessidades de produção e sobrevivência do capital (FERNANDES, 2008). A reestruturação urbana contemporânea, reflexo desta nova política do capital, alterou o papel das cidades, tanto na escala regional, redefinindo suas relações junto aos outros centros urbanos, quanto nos seus espaços intra-urbanos¹⁵, mediante um novo arranjo espaço-temporal, resultando em novos usos do solo, novas morfologias, e novas centralidades. Neste processo, a escala local adquire nova importância.

Segundo Sposito (2004), para falarmos em reestruturação do urbano, devemos ponderar sobre a intensidade do fenômeno e sua importância na reorganização espacial enfocando não apenas as novas morfologias e usos, mas as relações e fluxos estabelecidos a partir destas mudanças. Portanto, para a autora, devemos utilizar o termo reestruturação urbana em períodos em que as mudanças nas cidades não são apenas morfológicas, mas, sobretudo, de caráter estrutural (social, econômico e político).

Apesar de comumente utilizarmos o termo reestruturação urbana para nos referir as mudanças nos padrões de urbanização ocorridos nos últimos 50 anos, é possível constatar que ao longo de sua história e formação, as cidades passaram por este processo algumas vezes. No cenário brasileiro, Fernandes (2008) relacionou a evolução do capitalismo à morfologia urbana

¹⁵ Villaça (1998) aponta que o espaço intra-urbano seria o estudo do arranjo interno dos espaços urbanos.

da cidade do Rio de Janeiro dentro da perspectiva teórica da longa duração, identificando quatro processos de reestruturação urbana, conforme os quatro ciclos de acumulação capitalista. Sendo eles: a) o mercantilismo e a gestão policial (século XVIII); b) o liberalismo industrial (século XIX); c) o fordismo-keynesianismo (século XX); e d) o pós-fordismo, com o neoliberalismo (pós-1970). O autor propõe a superação do dualismo desenvolvimento-subdesenvolvimento com a premissa de que as cidades tendem a reproduzir a morfologia e estruturas das cidades do capitalismo central “com diferentes níveis de intensidade e de defasagens temporais” (Ibid., p.1).

Segundo Harvey:

O capitalismo não pode sobreviver sem seus “ajustes espaciais” (cf. capítulo 2). O capitalismo tem recorrido repetidas vezes à reorganização geográfica (tanto em termos de expansão como de intensificação) como solução parcial para suas crises e seus impasses. Assim, ele constrói e reconstrói uma geografia a sua própria imagem e semelhança. Constrói uma paisagem geográfica distintiva, um espaço produzido de transporte e comunicações, de infraestruturas e de organizações territoriais que facilita a acumulação do capital numa dada fase de sua história [...] (HARVEY, 2004, p.80-81).

Tanto Soja como Harvey concordam que o conceito de acumulação flexível deve ser entendido como um processo contraditório, ao não eliminar completamente as formas de acumulação fordista. Ambos autores reconhecem que muitos dos processos observados hoje, consistem na intensificação de processos anteriores, não obstante, Soja chama a atenção para a ideia de ruptura que o conceito de reestruturação implica:

A reestruturação, em sentido mais amplo, transmite a noção de “freada”, senão de ruptura nas tendências seculares, e de uma mudança em direção a uma ordem e uma configuração significativamente diferentes da vida social, econômica e política. Evoca, pois uma combinação sequencial de desmoronamento e reconstruções, de desconstrução e tentativa de reconstituição, provenientes de algumas tendências ou perturbações nos sistemas de ação e de pensamento aceitos (SOJA, 1993, p.193).

Para Soja (1993), tal reestruturação espacial, produtora de novas diferenciações, é o processo necessário à acumulação de capital, ocorrendo a partir de uma ‘criatividade-destrutiva’ que envolve alterações na estrutura do espaço e da sociedade dentro do capitalismo, pois:

Setorial e espacialmente ele é sempre desigualmente desenvolvido [...] a atividade normal dos capitalistas em busca de lucros — baseia-se, intrinsecamente, nas desigualdades regionais ou espaciais, como meio necessário a sua sobrevivência contínua (Ibid., p. 132).

Assim, compreendemos a reestruturação urbana como um processo de alteração de ordem econômica, social e política, acarretando novos arranjos na estrutura física e funcional de um determinado espaço. Desta forma, a reestruturação urbana contemporânea, baseada na espacialização flexível, é consequência e condição desta nova lógica de mercado, representando um novo padrão de distribuição das atividades e da população no espaço urbano.

Aqui observamos que para entender o processo de reestruturação em nosso objeto de estudo (a área do Baixo 4º Distrito de Porto Alegre), devemos tentar pontuar tais momentos de ruptura, alteração e rearranjos estruturais sinalizados por Soja (1993) e Sposito (2004). Na perspectiva de Lefèbvre (2001, p.58), para desvendarmos estes processos devemos entender os momentos de “[...] descontinuidades temporais e espaciais na teoria da cidade”.

1.5 O FENÔMENO DA GENTRIFICAÇÃO COMO PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO URBANA

Em seu texto “Os liberais também fazem planejamento urbano? Glosas ao Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro”, o urbanista Carlos Vainer (2000a) chama a atenção pra a comercialização do espaço urbano, e a visão da cidade como um “produto” a ser vendido. Ele critica, principalmente, a relação e a participação seletiva dos agentes sociais neste processo de produção dos espaços urbanos, que muitas vezes tem ficado restrita aqueles setores mais ligados ao capital econômico, produzindo paisagens urbanas que as classes médias e médias altas podem “consumir” com tranquilidade, uma vez que os indesejáveis já foram cirurgicamente “gentrificados”.

Frente a esta “revolução urbana” (ASCHER apud MATTOS, 2007, p. 82) promovida pela globalização financeira e por uma maior desregulamentação do mercado imobiliário, este subcapítulo tem como objetivo discutir o processo da gentrificação no contexto das políticas públicas urbanas atuais. O mesmo também visa introduzir o conceito e mostrar a evolução do fenômeno da gentrificação frente a nova dinâmica econômica vigente, discutindo as questões referentes à mercantilização do urbano e sua reestruturação contemporânea.

O que entendemos hoje por gentrificação não é mais apenas uma consequência colateral de um processo de reorganização urbana. Ela agora representa uma ferramenta de transformação urbana utilizada pelo capital privado, em conivência com o poder público, e

vice-versa, para limpar, higienizar e comercializar o espaço urbano “revitalizado”. Faz parte de um processo sistemático de estratégias de competitividade urbana e *city marketing* (MATTOS, 2007). Autores como Neil Smith e Carlos Furtado argumentam que, independentemente de ações pontuais, “[...] o que está em jogo hoje em dia é um processo de gentrificação da cidade.” (FURTADO, 2011, p.36). Como diz Smith:

Essa renovação representa a gentrificação da cidade como uma conquista altamente integrada do espaço urbano, na qual o componente residencial não pode ser racionalmente dissociado das transformações das paisagens do emprego, do lazer e do consumo (SMITH, 2006, p.72).

Inicialmente o fenômeno da gentrificação manifestou-se como um processo espontâneo e rarefeito que representava uma mudança no estilo de vida, mais urbano, de um determinado grupo da sociedade que possuía os meios para tal. Não foi uma visão empresarial ou financeira, nem mesmo política, foi simplesmente a busca individual por uma maior qualidade de vida urbana; maior centralidade, diversidade, e economia de tempo. Já a versão que vemos hoje é a da valorização e apropriação do espaço urbano pelo modo capitalista de produção. É resultado da nova forma urbana da cidade pós-industrial, onde a apropriação do espaço está incluída nas dinâmicas do mercado imobiliário e financeiro, bem como presente nas estratégias do Estado, hierarquizando, fragmentando e gentrificando o espaço através da valorização da propriedade privada (BOTELHO, 2007).

Segundo Neil Smith (2006, p.63), gentrificação é um processo urbano que na sua essência e origem “[...] implica no deslocamento dos moradores das classes populares do centro.”. Este é um fenômeno que foi primeiramente identificado na década de 1960 - expressão cunhada - por Ruth Glass, socióloga Britânica (FURTADO, 2011), ao observar a ação ainda esporádica e rarefeita, durante os anos 1950, da ação das famílias de classe média (a nova gentry urbana) sobre os bairros operários londrinos:

Um após o outro, numerosos bairros operários londrinos foram invadidos pela classe média e média alta. Locais degradados ou com casinhas modestas, com dois aposentos no térreo e dois em cima, foram retomadas quando os contratos de aluguel expiraram, e se tornaram elegantes residências de alto preço. Residências vitorianas maiores, que tinham mudado de função - ou seja, haviam passado a ser utilizadas como pensões familiares ou sublocadas - recuperaram novamente um bom nível de status. Esse processo de gentrificação, uma vez começado em um bairro, se estendeu rapidamente até quase todas as camadas populares que aí moravam originalmente tivessem deixado o lugar e que todas as características sociais tivessem mudado (GLASS apud SMITH, 2006, p.60).

Seguindo a definição análoga ao termo derivado do inglês “*gentry*”, que é a aristocracia britânica sem títulos de nobreza, o fenômeno da gentrificação significaria o aburguesamento de uma determinada área; um processo de substituição dos habitantes locais, geralmente mais pobres, por uma população mais abastada.

Observando similar fenômeno na cidade de New York, Hackworth e Smith (2001) constatam que no primeiro estágio do processo esta substituição socioespacial e econômica, assim como nas cidades europeias, ocorria de uma maneira esporádica e espontânea, promovida por indivíduos (artistas e profissionais liberais) que buscavam, junto às áreas centrais, mais espaço por um menor valor e uma maior centralidade contígua às efervescências culturais e artísticas da cidade.

Áreas degradadas - portuárias, industriais, vilas operárias - eram as mais procuradas pela sua localização e baixo custo. Segundo os autores, neste período inicial, o processo de gentrificação permaneceu esporádico e em escala restrita devido à ausência de interesse, tanto do Estado como das instituições financeiras, por investimentos em zonas ainda consideradas decadentes. Mesmo observando os primeiros sinais da transformação urbana que estava a ocorrer em específicas áreas da cidade, o Estado não implementou programas específicos de renovação ou reestruturação do uso do solo (SMITH, 2006).

Esta primeira fase chamada de Gentrificação Esporádica (anos 1950 e 1960) é posteriormente "aperfeiçoada", durante as duas décadas seguintes, pelos promotores e especuladores imobiliários ficando conhecida como o período de consolidação do processo, onde, em um cenário de crises fiscais e financeiras versus pujança econômica do mercado de créditos de alto risco, o Estado se desembaraça do seu dever social e, seguindo a cartilha neoliberal instaurada nos anos 1980, abre espaço para que o lucro individual se sobreponha ao ganho coletivo.

Neste segundo momento Smith (2006, p.67) observa que "uma vez que os financiamentos públicos favoreceram os investimentos privados, já em alta, as características da gentrificação evoluíram de modo significativo". Com mais dinheiro em circulação, os primeiros ocupantes de antigos edifícios industriais, na sua grande maioria artistas ou jovens ligados a indústria criativa, são cada vez mais substituídos por promotores profissionais, cujo interesse pelo imóvel em processo de gentrificação está diretamente ligado ao seu valor de revenda ou locação. E é neste momento que observamos uma mudança significativa na escala e nos agentes envolvidos neste processo. O fenômeno passa a ser sistemático e elemento de

uma reestruturação mais ampla da cidade, "evoluindo" de uma anomalia local para uma estratégia urbana articulada (FURTADO, 2011):

[...] à medida que o processo avançou, ficou cada vez mais aparente que reabilitação residencial é apenas uma das facetas de processos mais profundos de reestruturação econômica, social e espacial que ocorrem nas cidades (Ibid., p.17).

Neil Smith (2006), em seu texto "A gentrificação generalizada", adverte sobre a previsão equivocada de especialistas e acadêmicos que argumentavam, frente a um cenário de depressão econômica e retração do mercado imobiliário ao final da década de 1980, que o processo de gentrificação observado na cidade de Nova Iorque, durante aquele período, não teria sido mais que um fenômeno momentâneo. Segundo o autor:

A previsão de uma desgentrificação como um novo modelo teve curta duração e mostrou-se uma visão teoricamente estreita (Lees & Bondi, 1995); e, ainda que a cidade tenha conhecido uma longa e profunda recessão e uma renovação geograficamente incerta, a gentrificação começou a ser retomada em 1994 e se ampliou a partir de 1996 (SMITH, 2006, p.71).

A chamada "desgentrificação" não se concretizou, e o que havia começado como decorrência de acontecimentos específicos relacionados ao mercado habitacional, evoluiu para uma expressão sistemática da mudança social em uma nova economia global. O termo gentrificação tornou-se sinônimo tanto de recuperação do valor imobiliário quanto de substituição de camadas social de menor poder aquisitivo das regiões mais centrais. Traduzindo-se em um processo generalizado de especulação imobiliária e expulsão classista.

E de acordo com Smith, "é justamente porque o vocábulo da gentrificação diz a verdade sobre a mudança social implicada na "regeneração" das cidades, que ele parece grosseiro para os promotores, políticos e financistas; [...]" (SMITH, 2006, p.84). Sendo que estes mesmos setores preferem mascarar-la atrás de palavras como "regeneração", "renovação" e "revitalização" urbana.

O que vemos hoje em dia é a terceira fase deste processo, onde o fenômeno da gentrificação torna-se uma estratégia urbana articulada (público/privado) para recuperar, ou melhor dizendo, reivindicar os antigos e degradados bairros populares para o uso de um outro grupo social. "Uma nova "gentrificação complexa" e institucional inaugura agora uma renovação urbana de dimensão classista" (SMITH, 2006, p.79).

A gentrificação tornou-se um fenômeno global, reflexo da nova política do capital transnacional baseada em um processo de acumulação flexível. Não só o seu efeito se faz sentir em todos os centros urbanos ao redor do mundo, como também os agentes financeiros e políticos que impulsionam este fenômeno estão espalhados, e atuando, por todo o planeta¹⁶. O termo Gentrificação Generalizada, ou Gentrificação Complexa, tanto reflete os efeitos destas relações financeiras e políticas na escala global, como o impacto causado pelas ações das políticas públicas urbanas locais, em convivência com interesses corporativos e setoriais, na escala de toda a cidade, e não mais apenas em determinadas áreas do seu território.

Quadro 1.2. Caracterização temporal das diferentes fases do processo de gentrificação.

| | | |
|--------------------------------|---|--|
| 1ª Fase (anos 1950 - 1960) | Gentrificação Esporádica | Isolada e espontânea; processo esporádico e em escala restrita devido à ausência de interesse, tanto do Estado como das instituições financeiras, por investimentos em zonas ainda consideradas decadentes. |
| 2ª Fase (anos 1970 - 1980) | Consolidação do Processo | Mudança significativa na escala e nos agentes envolvidos neste processo: o fenômeno passa a ser sistemático, e elemento de uma reestruturação mais ampla da cidade. |
| 3ª Fase (anos 1990 - hoje) | Gentrificação Generalizada (também referida como Complexa ou Institucional) | Um processo bem mais amplo e multifacetado de reestruturação urbana onde o fenômeno esta invariavelmente ligado a outros processos (sociais, políticos e econômicos), seguindo uma estratégia articulada (público/privado) baseada na lógica estrutural da cidade capitalista. |

Fonte: Quadro desenvolvido por C.Wagner (2019) com base na literatura consultada.

A desequilibrada, e muitas vezes tendenciosa, relação das PPPs (Parcerias Público-Privadas) que observamos em países como o Brasil propiciam e intensificam uma metodologia sistemática de cooperação entre o Estado e o capital imobiliário, tendo como principal objetivo financiar interesses corporativos e setoriais. Este processo se faz ver, mesmo que camuflado, tanto nos planos estratégicos municipais como nas agendas do mercado imobiliário (VAINER, 2000a; ABRAMO, 2007). Isso é observado, por exemplo, nos casos em que junto à uma área com baixo custo venal, com boa centralidade e infraestrutura latente, o poder público local lança um projeto de revitalização, executando parcialmente a obra e deixando para o mercado do capital imobiliário a oportunidade de um bom retorno financeiro. Neste cenário, David Harvey

¹⁶ Porém, Furtado chama a atenção para a importância de não ocorrermos na generalização do processo, procurando entender o fenômeno junto às suas especificidades locais, temporais e históricas: “[...] é preciso sublinhar que, mesmo tomando o processo de gentrificação como um evento específico das sociedades capitalistas, não se deve esquecer que os processos envolvidos são sempre particulares, tanto com relação a diferentes períodos no tempo em uma mesma sociedade, quanto, e muito especialmente, com relação a formações sociais distintas.” (FURTADO, 2014, p.343).

(2013a) argumenta que, ao não se concluírem tais projetos, abre-se caminho para a chegada das empresas privadas e para práticas mais ambiciosas de gentrificação:

[...] uma forma de manter os preços baixos em determinadas comunidades é ter projetos incompletos. Então, o estado oferece intervenções, mas não as termina. E, desse jeito, os moradores vendem a terra a um preço baixo e saem do local. [...]. Desse jeito, desvalorizam um bairro inteiro e, num período de dez anos, é possível reocupá-lo comprando propriedades no entorno. Como o Estado está envolvido nisso? Depende de lugar para lugar. Às vezes, o Estado é apenas incompetente e não sabe o que está fazendo. Nesse caso, o Estado pode começar uma obra e simplesmente parar no meio. Não necessariamente é uma estratégia deliberada. Mas em alguns casos é. E responde aos interesses privados (Ibid., p.3).

Desta forma, hoje devemos entender o fenômeno da gentrificação como parte de um processo bem mais amplo e multifacetado de reestruturação urbana, que está invariavelmente ligado a outras questões de natureza social, política e econômica. Em ações justificadas pela criação de empregos, pela geração de impostos, pelo desenvolvimento do turismo e pela construção de grandes complexos esportivos, culturais e comerciais, a lógica do mercado, e não mais o financiamento de serviços sociais, é o novo *modus operandi* das políticas públicas atuais¹⁷. A produção do espaço urbano, e a sua conseqüente gentrificação, seguem hoje a lógica estrutural da cidade capitalista (CASTELLS, 2000a).

Assim, o conceito de gentrificação foi expandido, se diversificou e, mesmo ainda estando fortemente associado aos fenômenos de substituição populacional e renovação urbana, consiste hoje "[...] principalmente, e primeiramente, na reorganização do espaço para a produção, circulação e consumo de mercadorias" (Furtado, 2011, p.18). O que observamos é a nova fase de um fenômeno planejado e financiado por uma visão neoliberal de cidade. Para Carlos Mattos, "[...] as cidades estão vivendo uma aguda intensificação da mercantilização do desenvolvimento urbano¹⁸" (MATTOS, 2007, p.83).

O atual desenvolvimento urbano das nossas cidades, através de uma gentrificação generalizada e planejada, produz a imagem de uma paisagem urbana aparentemente democrática. Entretanto, não podemos perder de vista as determinações de um Estado capitalista, bem como suas limitações no alcance de uma gestão democrática de promoção do

¹⁷ "Isso não significa que exista um padrão universal, que esteja, de agora em diante, sendo reproduzido continuamente, mas somente que esse é o padrão do momento presente. É também importante dizer que ele não determina uma tendência irreversível, de exclusão de toda a classe trabalhadora da área urbana central da cidade nas sociedades capitalistas. Alguns enclaves podem e devem ocorrer com habitação de baixo custo, ou mesmo irregulares, permanecendo nas áreas ocupadas pelas camadas média e alta na medida em que elas são funcionais para essas camadas sociais." (FURTADO 2014, p.342-343).

¹⁸ Tradução livre do espanhol para o português, feita pelo autor.

direito à cidade. O sistema político implantado está longe de atender equitativamente às demandas sociais da maioria da população. É difícil de conceber que o poder local e suas políticas públicas urbanas atuais possam, ou mesmo queiram, frear os efeitos da gentrificação, uma vez que as contradições inerentes ao capitalismo não são resolvidas devido a sua lógica da acumulação.

Raquel Rolnik, Marcelo Freixo e Patrus Ananias (2012, p.1) enfatizam a necessidade urgente de reflexão sobre qual modelo de cidade está sendo implementado no âmbito destas transformações:

Mas que modelo de cidade é esse? Trata-se de um modelo baseado no paradigma neoliberal que afirma a cidade competitiva, a cidade como um negócio, em que o mais importante é gerar empregos, empreendimentos, recursos. Esta cidade competitiva, infelizmente, se desenvolve desconstituindo direitos e retrocedendo do ponto de vista político e da cidadania.

Só haverá mudança significativa no conteúdo e na metodologia destas políticas públicas com transformações profundas nas elites políticas e na composição do poder político. Mudanças que devem ser conquistadas através da mobilização social e da ação coletiva, sobretudo quando esta passa a ter um conteúdo de proposição e de debate público de alternativas, e não somente da mera crítica. E por fim, para que isso aconteça, é necessário que as proposições sejam legitimadas por um amplo processo participativo e que, acima de tudo, tenham uma abrangência maior que os interesses corporativos ou setoriais.

Capítulo 2 - Preceitos do desenvolvimento sustentável e a dimensão urbana

- 2.1 Por um novo paradigma de desenvolvimento**
- 2.2 Cronologia de uma agenda global: A construção do conceito de desenvolvimento sustentável**
- 2.3 Recorte local: As matrizes discursivas da sustentabilidade urbana e a construção do Modelo de Verificação Emelianoff-Acsehrad (MVEA)**

CAPÍTULO 2 - PRECEITOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A DIMENSÃO URBANA

Este capítulo tem como objetivo (re)posicionar o debate sobre a questão do desenvolvimento sustentável, apresentando e discutindo as origens e a construção deste conceito, a partir da segunda metade do século XX, decorrente da necessidade vital de mudança do modelo econômico desenvolvimentista para um novo estilo de desenvolvimento, que buscasse o equilíbrio entre crescimento econômico, conservação ambiental e equidade social. Pretende também discutir o impacto deste novo paradigma de desenvolvimento na escala local, examinando as diversas representações e matrizes discursivas da sustentabilidade urbana.

Em um primeiro momento, foram selecionados autores cujos trabalhos serviram de referencial teórico tanto na compreensão quanto na construção do conceito de desenvolvimento sustentável aqui utilizado, destacando os nomes de Sérgio Buarque, Sudhanshu Palsule, Mark Roseland, José Eli da Veiga, Ignacy Sachs e Mauro Guimarães, além do estudo e análise de documentos e relatórios produzidos por uma série de agências, instituições e organizações, internacionais e nacionais, responsáveis pela difusão de informações e proposições em prol desse novo paradigma de desenvolvimento (e.g. Relatório Meadows; Relatório Brundtland; Agenda 21 Global; *Transitional Strategies Towards the 21st Century*; Agenda 21 Brasileira; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; Nova Agenda Urbana).

Como referências para o conceito e dimensões de análise da sustentabilidade urbana, bem como para a elaboração de um modelo de verificação dessa sustentabilidade, utilizou-se os estudos da geógrafa francesa Cyria Emelianoff e do economista brasileiro Henri Acsehrad.

2.1 POR UM NOVO PARADIGMA DE DESENVOLVIMENTO

Os debates e reflexões que dominam a cena política e técnico-científica internacional sobre modelos e alternativas de desenvolvimento - capazes de enfrentar os desafios e problemas econômicos, sociais e ambientais contemporâneos - estão levando à formulação de novas concepções de desenvolvimento - endógeno, humano, local -, entre os quais se destaca a proposta de *desenvolvimento sustentável*. Mesmo com as imprecisões e ambiguidades que ainda cercam o conceito, todos os esforços recentes de desenvolvimento têm incorporado, de alguma forma, os postulados de sustentabilidade, procurando assegurar a permanência e a continuidade, a médio e longo prazos, dos avanços e melhorias na qualidade de vida, na organização econômica e na conservação do meio ambiente (BUARQUE, 2008, p.15).

A busca pela definição de um conceito de desenvolvimento sustentável, que reverberasse nas discussões e problemas relacionados às questões econômicas, ambientais e sociais retratadas na primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (Estocolmo-72), conduziram à publicação, em 1987, do relatório “O Nosso Futuro Comum” (*Our Common Future*). Elaborado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) com a missão de propor uma agenda global para a mudança (PALSULE, 2004), o Relatório Brundtland, como também é conhecido, representou uma primeira tentativa de definir o conceito de desenvolvimento sustentável no âmbito global. Tal conceito decorre da ideia de que há um número finito de recursos no planeta e, em contrapartida, um número infinito de desejos humanos. Portanto, a fim de se alcançar o desenvolvimento sustentável é necessário atender às necessidades atuais, sem deixar de assegurar as necessidades das gerações futuras (CMMAD, 1991).

Mesmo demonstrando um caráter genérico e cercado de imprecisões e ambiguidades (BUARQUE, 2008), este primeiro passo na descrição do conceito levou também à definição das dimensões conceituais que viriam a compor o tripé inicial do desenvolvimento sustentável: a justiça social, a proteção ambiental, a eficiência econômica. O relatório também advertia para a necessidade urgente de mudança no modelo de desenvolvimento da sociedade contemporânea e nos paradigmas¹⁹ que o consolidam.

Em seu texto, "O desenvolvimento sustentável e a cidade", Sudhanshu S. Palsule (2004) argumenta que o desenvolvimento sustentável não é um fim em si, mas um processo complexo

¹⁹ Paradigmas aqui entendidos como “estruturas de pensamento que, de modo inconsciente, comandam nosso discurso” (MORIN, 1997 apud GUIMARÃES, 2015, p. 81).

e multidimensional, no qual uma mudança de paradigma - uma mudança comportamental - se faz necessária:

Como as revoluções agrícolas e industrial, a revolução sustentável é uma transformação de nosso paradigma. Um paradigma é a matriz que define uma forma coletiva de sentir, pensar, intuir e valorar. Quando esses quatro pilares do paradigma sofrem uma transformação, o paradigma se abre para a mudança (Ibid., p.37).

E de acordo com Sergio Buarque (2008):

Essa transição para um novo paradigma de desenvolvimento não só demanda novas concepções e percepções como torna viáveis novas propostas de organização da economia e da sociedade que, no passado recente, não passavam de utopia (Ibid., p.17).

Contudo, a dualidade entre o paradigma do crescimento versus o da sustentabilidade tem transformado o desenvolvimento das cidades em tarefa das mais árduas. No caso brasileiro, a construção do urbano tem-se caracterizado como um processo não planejado, sobre o qual as ações do Estado são, em grande parte, de pura reação às externalidades negativas, constituindo-se num processo simplesmente corretivo e sem durabilidade ou resistência; ou seja, sem sustentabilidade. Ao mesmo tempo, como visto no capítulo 1, os processos de produção do espaço urbano são altamente sensíveis às pressões, demandas e conflitos exercidos pelos diversos agentes sociais, dificultando a viabilidade de novas estruturas de pensamento.

O termo desenvolvimento sustentável tornou-se, nos últimos anos, lugar comum em qualquer debate socioeconômico. Uma ferramenta de marketing governamental e empresarial, bem como um desafio aos economistas e planejadores. Para muitos representa inclusive um contrassenso, já que o próprio uso da palavra desenvolvimento junto ao adjetivo sustentável é incorreto, acreditando-se que existe uma incongruência entre crescimento econômico e conservação ambiental. Outros defendem exatamente o contrário, creditando no aumento da renda *per capita* a possibilidade da busca de uma proteção ambiental. No entanto, nem mesmo a intensa evolução tecnológica tem sido capaz de sozinha equacionar os problemas referentes à aspectos sociais, de qualidade do ambiente urbano e tampouco garantir a sustentabilidade das cidades.

A discussão acerca da validade e coerência do conceito, bem como a busca pela definição precisa do mesmo, não são objetivos deste estudo. Por ser um termo amplamente utilizado e possuir divergências ideológicas, optamos inicialmente por uma análise histórico-

temporal do seu surgimento, a partir de preocupações globais emergentes de um ainda embrionário movimento ambientalista, nos anos 60, até os dias atuais, com as novas dimensões culturais e institucionais incorporadas à sua matriz discursiva. Uma vez formulado o que é entendido por desenvolvimento sustentável, este é, então, levado para o meio ambiente urbano, no qual a caracterização e verificação da sustentabilidade urbana são discutidos com base nos escritos de autores como Emelianoff e Acsehrad.

2.2 CRONOLOGIA DE UMA AGENDA GLOBAL: A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A noção de desenvolvimento²⁰, compreendida primordialmente como crescimento econômico e parte integrante do modo de produção capitalista industrial do século XIX, começa a ser posta em cheque a partir da segunda metade do século XX, com a publicação de estudos científicos e acadêmicos que questionam e apontam preocupações acerca do impacto negativo deste modelo de desenvolvimento e crescimento sobre o meio ambiente e seus recursos naturais (PRADO, 2015). A questão ambiental, pela primeira vez, começa a ocupar um papel “oficial”, de destaque, dentro das discussões relativas aos padrões de desenvolvimento, de poluição, de crescimento populacional, e de uso dos recursos naturais.

Estas ações estão representadas, inicialmente, através de iniciativas de caráter essencialmente conservacionistas, tais como a criação da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN)²¹, em 1948, e a prógona conferência científica da ONU de 1949, sobre a Conservação e a Utilização de Recursos (UNSCCUR)²². No Brasil, a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN), criada em 1958, se destaca como a mais importante e influente organização não governamental conservacionista do país neste período. Pioneira nas preocupações ambientalistas e principal articuladora de entidades civis, a FBCN

²⁰ André Luiz Prado (2015), chama a atenção para o próprio significado atribuído ao termo “desenvolvimento”, moldado sob as pressões históricas e ideológicas de uma sociedade ocidental industrial capitalista: “Há um senso comum em torno dessa ideia que a coloca como algo sempre virtuoso, como se “desenvolver” significasse necessariamente “melhorar”. Isso faz com que se pense sempre que algo em “desenvolvimento” é algo que esteja “melhorando”(Ibid.,p.85).

²¹ Criada por um grupo de cientistas vinculados à ONU, a IUCN tinha como objetivo assistir sociedades de todo o mundo na conservação da natureza, assegurando que todo e qualquer uso dos recursos naturais fosse equitativo e ecologicamente sustentável.

²² Conferência, realizada em Lake Success, EUA, pioneira na tratativa de disseminar uma conscientização ecológica global. De caráter prático, foi uma iniciativa conservacionista ecológica que ocorreu no meio acadêmico, científico e político, o que se tornou praxe nas conferências posteriores.

visava pressionar o governo a tomar posições mais decisivas a favor da preservação do mundo natural (FRANCO e DRUMMOND, 2009).

O período conservacionista, pré-década de 1960, refletia assim a crença na ciência como guia para as políticas a serem adotadas para a conservação do patrimônio natural, e na necessidade de um Estado forte como seu executor (Quadro 2.1).

Quadro 2.1. Pré-década de 1960: Período conservacionista.

| Data | Evento ou Ação | Relevância |
|------|---|--|
| 1934 | 1ª Conferência Brasileira de Proteção à Natureza, Rio de Janeiro. | Refletiu a mobilização e o tipo de pensamento presentes nas organizações da sociedade civil e instituições públicas preocupadas com a conservação da natureza. |
| 1948 | Criação da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN). | Assistir sociedades de todo o mundo para a conservação da natureza, e assegurar que todo e qualquer uso dos recursos naturais fosse equitativo e ecologicamente sustentável. |
| 1949 | Conferência Científica da ONU sobre a Conservação e a Utilização de Recursos (UNSCCUR), em Lake Success, EUA. | Disseminar uma conscientização ecológica global. De caráter prático, foi uma iniciativa conservacionista ecológica que ocorreu no meio acadêmico, científico e político, o que se tornou praxe nas conferências posteriores. |
| 1958 | Criada no Brasil a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN). | Pioneira nas preocupações ambientalistas, que por muitos anos foi a mais importante e influente ONG conservacionista do Brasil. |

Fonte: Quadro desenvolvido por C.Wagner (2019) com base na literatura consultada.

Entretanto, foi durante a década seguinte, no início dos anos 1960, com a publicação do livro *Silent Spring*²³ e, posteriormente, do artigo científico *The Tragedy of the Commons*²⁴, que podemos identificar, mesmo que em um estágio ainda embrionário, o prelúdio de uma tomada de consciência reveladora sobre a escala e a gravidade dos problemas ambientais em curso, assim como a improtelável necessidade de (re)ação imediata da comunidade internacional (PNUMA, 2002). Por serem estudos de cunho acadêmico, suas importantes contribuições permaneceram, em um primeiro momento, restritas ao círculo científico e político, não alcançando a atenção e o reconhecimento devido.

²³ Publicado em 1962, o livro escrito pela bióloga marinha Rachel Carson, denuncia os efeitos nocivos do uso do DDT (diclorodifeniltricloroetano) e outros pesticidas sintéticos ao meio ambiente e aos seres vivos. É considerado um marco histórico para o desenvolvimento do movimento ambientalista e a conscientização sobre a vulnerabilidade da natureza à ação humana. Sua divulgação também veio a contribuir para a criação, em 1970, da Agência de Proteção Ambiental dos EUA (EPA).

²⁴ Artigo publicado em 1968 pelo ecologista e filósofo americano Garrett Hardin, na prestigiada revista científica *Science*, sobre os impactos da superpopulação humana sobre os recursos naturais e o meio ambiente.

Tanto a formação do Clube de Roma²⁵, em 1968, quanto as conferências de Paris²⁶ e Founex²⁷, no final dos anos sessenta, sinalizam o início de uma série de eventos e encontros internacionais que viriam a balizar as preocupações ecológicas para uma percepção mais ampliada, inserindo nas discussões de desenvolvimento as preocupações quanto à capacidade de suporte ambiental e o padrão de crescimento populacional e desenvolvimento econômico (Quadro 2.2).

Quadro 2.2. Década de 1960: Período do despertar acerca da crise ambiental mundial e do impacto causado pelo modelo fordista de crescimento sobre o meio ambiente.

| Data | Evento ou Ação | Relevância |
|------|---|--|
| 1962 | Publicação do livro <i>Silent Spring</i> , de Rachel Carlon. | Denuncia os efeitos nocivos do uso do DDT e outros pesticidas sintéticos ao meio ambiente e aos seres vivos. É considerado um marco na conscientização sobre a vulnerabilidade da natureza à ação humana. |
| 1968 | Fundação do Clube de Roma. | Fundado por iniciativa do industrial italiano Aurélio Peccei, tinha como objetivo discutir problemas relativos às perspectivas econômicas e sociais do capitalismo (MEADOWS et. al. apud VIEIRA, 2004, p. 79). |
| 1968 | Publicação do Artigo científico <i>The Tragedy of the Commons</i> , de Garrett Hardin. | Alerta para os impactos da superpopulação humana sobre os recursos naturais e o meio ambiente. |
| 1968 | Coferência da Biosfera (Conferência Intergovernamental para o Uso Racional e a Conservação da Biosfera), Paris. | Primeira reunião global de caráter intergovernamental a adotar uma série de recomendações sobre as questões ambientais, tendo como objetivo central a conservação e o uso sustentável da biosfera. |
| 1969 | Conferência Internacional sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente, organizada pela ONU em Founex, na Suíça. | Discutir as diferenças e a divisão entre os pontos de vista dos países centrais e periféricos em relação ao modelo desenvolvimentista e seu impacto sobre o meio ambiente. |

Fonte: Quadro desenvolvido por C.Wagner (2019) com base na literatura consultada.

Esse início da tomada de consciência dos inúmeros problemas ambientais levou à produção de relatórios globais, impulsionando questões consideradas urgentes e a formulação de recomendações imediatas.

²⁵ Associação formada por empresários, cientistas, pesquisadores e políticos preocupados com questões internacionais relacionadas à economia, política e meio ambiente. O clube propunha limites ao crescimento econômico pautado principalmente no uso de diversos recursos naturais, uma vez que esses recursos não são inesgotáveis e deviam ser preservados de forma ampla.

²⁶ Conferência Intergovernamental para o Uso Racional e a Conservação da Biosfera, também conhecida como Conferência da Biosfera. Organizada pela UNESCO, em 1968, em Paris, é reconhecida ainda hoje como a primeira reunião global de caráter intergovernamental a adotar uma série de recomendações sobre as questões ambientais, tendo como objetivo central a conservação e o uso sustentável da biosfera. Dentre seus principais resultados encontra-se o estabelecimento do Programa o Homem e a Biosfera, que por sua vez é responsável pela criação das Reservas da Biosfera.

²⁷ Conferência Internacional sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente, organizada pela ONU em Founex, Suíça, em 1969, com o objetivo de discutir as diferenças e a divisão entre os pontos de vista dos países desenvolvidos e em desenvolvimento, em relação ao progresso econômico e o seu impacto sobre o meio ambiente.

Dois desses relatórios, produzidos nos primeiros anos da década de 1970, são considerados marcos referenciais no questionamento aos padrões de crescimento adotados pelas nações do norte, e para a necessidade de se buscar uma nova ordem econômica mundial (SACHS, 1993). O Relatório de Founex²⁸, publicado em Junho de 1971, chama a atenção para o esgotamento ambiental decorrente dos padrões de produção e consumo dos países desenvolvidos, denunciando a miséria e a desolação causados por este processo primeiro-mundista de desenvolvimento econômico predatório sobre inúmeras nações subdesenvolvidas. Sua publicação representou um sinal de alerta para que o binômio crescimento-econômico e meio-ambiente fossem compreendidos como os dois lados de uma mesma moeda.

Mauro Guimarães (2015, p.84) aponta para:

[...] a falácia do progresso induzido por esse modelo de desenvolvimento. Primeiramente em relação às questões sociais, já que para a manutenção de sua lógica inerente de acumulação e concentração crescente de capitais produz uma, também crescente, desigualdade social, tanto em nível nacional quanto mundial. Portanto, esse desenvolvimento é produto de subdesenvolvimento.

Seguindo esta mesma lógica de denúncia a um modelo predatório de desenvolvimento e ao uso indiscriminado dos recursos naturais, o Clube de Roma publica, em 1972, o seu primeiro relatório, intitulado *The Limits of Growth*, no qual também expõe a insustentabilidade do modelo de produção e consumo vigentes. O documento, também conhecido como Relatório Meadows²⁹, destaca como principais problemas a industrialização acelerada, o rápido crescimento demográfico, o esgotamento de recursos não renováveis, e a conseqüente deterioração do meio ambiente. Para se atingir uma estabilidade ecológica e econômica, que respeitasse a finitude dos recursos naturais, o mesmo propunha a limitação do crescimento da população global e do capital industrial como única solução viável. A proposição de um “Crescimento Zero”, de se impor um limite ao crescimento (desenvolvimento econômico), resultou em críticas contundentes, tanto dos países industrializados, que defendiam as teorias de crescimento econômico contínuo³⁰, desconsiderando os prognósticos catastróficos previstos no relatório, quanto dos países subdesenvolvidos, que defendiam a tese de que as sociedades ocidentais, depois de um século de crescimento industrial acelerado, defendiam o congelamento

²⁸ Relatório contendo as recomendações propostas e discutidas durante a Conferência Internacional sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente ocorrida dois anos antes em Founex, Suíça.

²⁹ O relatório foi produzido, a pedido do Clube de Roma, por uma equipe de cientistas do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), liderados por Dennis e Donella Meadows. É também conhecido como o (primeiro) Relatório do Clube de Roma.

³⁰ Baseadas no Fordismo-keynesianismo (ver subcapítulo 1.4).

do crescimento baseados em uma retórica ecológica, privando assim os países periféricos do seu próprio desenvolvimento e independência econômica. Apesar de muito criticado, por ambos os lados, o relatório conseguiu direcionar a atenção do mundo científico aos limites naturais de suporte do atual modelo vigente de desenvolvimento e às consequências do consumo indiscriminado destes recursos para o futuro do planeta.

Os Relatórios de Founex e Meadows se transformaram em documentos de grande repercussão no meio político e acadêmico internacional. Suas reflexões sobre o impacto do *modus operandi* do modelo desenvolvimentista e economicista capitalista sobre o meio ambiente, principalmente junto às nações mais pobres, foram determinantes para que países subdesenvolvidos, e em desenvolvimento, tomassem consciência da importância em participarem da primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, no ano de 1972.

Com o objetivo de reavaliar os padrões de desenvolvimento e inserir a problemática ambiental entre as prioridades dos governos dos países participantes, a Conferência de Estocolmo teve um papel importantíssimo na difusão da crise ambiental em escala global. Sua realização, e amplitude junto a comunidade internacional³¹, representou um marco na internacionalização de uma até então incipiente agenda ambiental, através da introdução de 26 princípios e 109 recomendações, entre as quais se destacam, bem como outras, a busca pela parcimônia no uso dos recursos naturais e o direito das pessoas de viverem em um meio ambiente de qualidade que permita uma vida de dignidade e bem-estar (PNUMA, 2002).

As discussões também foram marcadas pelo embate entre preservacionistas e desenvolvimentistas. Alguns governos de países centrais defendiam, ou ao menos assim o declaravam, as teses do “desenvolvimento zero”, como única forma de preservar o meio ambiente da degradação imposta por um desenvolvimento econômico predatório. Já a grande maioria dos representantes dos países periféricos defendiam o direito ao “desenvolvimento a qualquer custo”, como forma de diminuir as disparidades entre norte e sul. Deste embate é cunhado, em 1973, o termo **ecodesenvolvimento**, como uma alternativa à concepção clássica de desenvolvimento.

Inspirados nos argumentos e discussões apresentadas nos relatórios de Founex e Meadows, o termo ecodesenvolvimento é inicialmente introduzido por Maurice Strong,

³¹ A Conferência de Estocolmo instituiu o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

Secretário Geral da Conferência de Estocolmo, e posteriormente expandido e largamente difundido pelo economista franco-polonês Ignacy Sachs. Incorporando dimensões que incluiriam, além da questão ambiente, a questão educacional, cultural, de gestão participativa e ética, Sachs propõe seis princípios básicos³² para a promoção do ecodesenvolvimento: i) satisfação das necessidades básicas; ii) solidariedade com as gerações futuras; iii) participação da população envolvida; iv) preservação dos recursos naturais e do meio ambiente; v) elaboração de um sistema social que garantisse emprego, segurança social e respeito a outras culturas; vi) programas de educação (SACHS, 1993).

Foram precisamente as discussões em torno do termo ecodesenvolvimento que abriram espaço, na década seguinte, para a formulação do conceito de “desenvolvimento sustentável”.

Nas palavras de Sachs (1993, p.19), o termo ecodesenvolvimento contém:

uma mensagem de esperança sobre a necessidade e possibilidade de se projetar e implementar estratégias ambientalmente adequadas, para promover um desenvolvimento socioeconômico equitativo, ou ecodesenvolvimento.

Durante os anos 1970, uma série de conferências e documentos governamentais evidenciam a intrínseca relação entre o abuso do poder econômico e os problemas da degradação ambiental, reiterando a relação perniciosa entre o modelo de desenvolvimento econômico vigente e seus malefícios, tanto ao meio ambiente quanto “[...] à saúde e o bem-estar das populações destituídas de recursos financeiros ou políticos” (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009b, p. 27). Entre os mais representativos destacam-se:

- Declaração de Cocoyoc: documento publicado em 1974, como resultado da conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (CNUCD) e do Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas (PNUMA), ocorrida na cidade de Cocoyoc, México. A declaração adverte para as desigualdades ambientais e econômicas causadas pelos altos índices de consumo praticados pelos países desenvolvidos, e o crescente quadro de pobreza, explosão demográfica e decaimento dos recursos naturais enfrentados pelos países subdesenvolvidos;

³² Em um primeiro momento estes princípios básicos se aplicariam principalmente às regiões subdesenvolvidas, uma vez que precisamente estas áreas, e a sua população, eram as mais afetadas por um desenvolvimento predatório e poluidor.

- Relatório Dag-Hammarskjöld: juntamente com o PNUMA e 13 outras organizações da ONU, a Fundação Dag-Hammarskjöld³³ aprofunda, em 1975, as conclusões da Declaração de Cocoyoc, produzindo um relatório onde critica a sociedade industrial e os países industrializados pelo “confisco” das melhores terras, concentradas nas mãos de uma minoria mais abastada, e a expulsão para a periferia da população mais pobre e a consequente degradação ambiental destas terras;
- Primeira Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos, Vancouver, Canadá: mesmo tendo como temática principal a questão da habitação e da moradia, a conferência Habitat I, de 1976, trouxe importante contribuição ao debate ecodesenvolvimentista, principalmente no que diz respeito ao impacto dos assentamentos humanos sobre o meio ambiente. Inserida em um momento histórico de intensa migração rural-urbana e urbanização descontrolada dos centros urbanos mundiais, especial atenção foi direcionada as questões referentes à gestão dos recursos básicos - saneamento, água, energia - e ao destino e tratamento dos resíduos gerados pelos grandes conglomerados humanos. Desta conferência resultou a criação, em 1978, do Centro das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-HABITAT), também conhecida como Agência Habitat.

A crise mundial, econômica e financeira, instaurada em 1973, resultado do aumento dos preços do petróleo em quase 300% e agravada por uma grave flutuação cambial global, teve diferentes efeitos em relação a questão ambiental. Se em um primeiro momento a divulgação e discussão dos relatórios, documentos e conferências perderam espaço na mídia e nas pautas governamentais, restringindo assim sua força de alcance e mobilização internacional, por outro lado a crise econômica fez com que o debate sobre o esgotamento dos recursos naturais, principalmente os não-renováveis, fosse elevado a um primeiro plano de ação e reação³⁴, indicando urgência na mudança das políticas e na gestão desses recursos. (CARNEIRO, 2012)

³³ Fundação estabelecida em 1962 em memória do segundo secretário geral das Nações Unidas, o diplomata, economista e escritor sueco Dag Hammarskjöld.

³⁴ Em virtude das crises do petróleo de 1973, o governo brasileiro criou, em 1975 o Programa Nacional do Álcool (Proálcool). Pioneiro na implantação de programas de estímulo a biocombustíveis, o Proálcool tinha como objetivo a produção de álcool para atender a demanda tanto do mercado interno quanto externo, assim como as necessidades da política de combustíveis automotivos (HOLANDA, 2004).

Os anos 1970 representaram o início de uma tomada de consciência socioambiental e um marco no movimento ambientalista. Pela primeira vez, ações coordenadas, em escala global, debateram as implicações do modelo desenvolvimentista e suas consequências na produção das desigualdades sociais, econômicas e ambientais (Quadro 2.3).

Em 1976 o III Relatório do Clube de Roma alertava para este problema:

[...] muito antes de esgotarmos os limites físicos do nosso planeta ocorrerão graves convulsões sociais provocadas pelo grande desnível existente entre a renda dos países ricos e dos países pobres (III-RCR, 1976 apud BARBOSA, 2008, p.3).

Quadro 2.3. Década de 1970: Período das ações coordenadas e da introdução de uma agenda socioambiental (década marco no movimento ambientalista).

| Data | Evento ou Ação | Relevância |
|------|---|---|
| 1971 | Publicação do Relatório de Founex. | Alerta para o esgotamento ambiental decorrente dos padrões de produção e consumo dos países do norte, e para a miséria e desolação causados por este processo primeiro-mundista de desenvolvimento econômico predatório sobre os países do sul. |
| 1971 | Fundação do Instituto Internacional para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (IIED), UK. | Instituto fundado com o objetivo de encontrar os meios para o progresso econômico, sem a destruição dos recursos naturais. |
| 1971 | Fundação da Greenpeace, Vancouver, Canada. | ONG atuante nos protestos civis e ações não violentas, com o objetivo de impedir qualquer tipo de dano ambiental. |
| 1972 | Relatório Meadows. | Denuncia a insustentabilidade do modelo de produção e consumo vigentes, chamando a atenção para a escassez de recursos naturais, como água potável e combustíveis fósseis. |
| 1972 | Conferência de Estocolmo: Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (CNUMAH). (<i>Earth Summit</i>). | Difusão da crise ambiental em escala global, com o objetivo de inserir a problemática ambiental entre as prioridades dos governos dos países participantes; dá origem ao Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) |
| 1973 | Surge o termo ecodesenvolvimento, difundido pelo economista franco-polonês Ignacy Sachs. | Pressupõe preocupação tanto com os aspectos e contextos ambientais e sociais, sem desconsiderar os aspectos econômicos. |
| 1973 | Crise do Petróleo. | A crise econômica e principalmente financeira obrigou mudanças nas políticas e na gestão dos recursos naturais. |
| 1974 | Declaração de Cocoyoc. | Critica os altos índices de consumo praticados pelos países desenvolvidos e a relação perversa deste modelo desenvolvimentista com o crescente quadro de pobreza e degradação ambiental identificados juntos aos países subdesenvolvidos. |
| 1975 | Relatório Dag-Hammarskjöld. | Aponta a intrínseca relação entre o abuso do poder econômico e os problemas de degradação ambiental. O documento critica a sociedade industrial e os países industrializados pelo “confisco” das melhores terras, concentradas nas mãos de uma minoria mais abastada, e a expulsão para a periferia da população mais pobre e a conseqüente degradação ambiental destas terras. |
| 1976 | Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos (Habitat I), Vancouver, Canadá. | No que diz respeito ao impacto dos assentamentos humanos sobre o meio ambiente, focou o debate na gestão dos recursos básicos como saneamento, água, e energia, assim como dos resíduos gerados pelos grandes conglomerados humanos. |

| | | |
|------|---------------------------------|---|
| 1976 | III Relatório do Clube de Roma. | Alerta para as implicações do modelo econômico desenvolvimentista e suas consequências na produção das desigualdades ambientais, reconhecendo na pobreza dos países subdesenvolvidos o maior problema ambiental a ser enfrentado. |
|------|---------------------------------|---|

Fonte: Quadro desenvolvido por C. Wagner (2019) com base na literatura consultada.

A expressão “desenvolvimento sustentável” aparece pela primeira vez, relacionada a um documento oficial, em 1980, quando da publicação do relatório *Estratégia Mundial para a Conservação: Conservação de Recursos Vivos para o Desenvolvimento Sustentável* (*World Conservation Strategy: Living Resource Conservation for Sustainable Development*). Documento elaborado pela União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) em colaboração com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e o Fundo Mundial para a Natureza (WWF). Precisamente no capítulo 20, intitulado “Rumo ao Desenvolvimento Sustentável” (IUCN, 1980), o texto enunciava que o desenvolvimento econômico que se pautasse pela sustentabilidade deveria considerar a **capacidade de suporte** dos ecossistemas utilizados, a ser identificada pelo saber ecológico. Apesar das diversas menções ao termo desenvolvimento sustentável, a ênfase maior do documento está na discussão dos efeitos das relações mercantis sobre o social, e não diretamente sobre o meio ambiente:

Os impactos destrutivos combinados de uma maioria pobre, lutando para sobreviver, e uma minoria rica, que consome a maior parte dos recursos do mundo, têm comprometido os próprios meios que permitem a todas as pessoas sobreviver e prosperar³⁵ (Ibid., p. 18).

Organizada pela ONU em 1982, a Conferência de Nairóbi, Quênia, traz a tona novamente as propostas discutidas durante a Conferência de Estocolmo, revisitando as recomendações e examinando os avanços alcançados nos últimos 10 anos. A avaliação foi a constatação do fracasso na evolução e amplificação do debate ambiental, devido, em parte, às crises econômicas e financeiras enfrentadas na década anterior e à fraca adesão de governos e instituições ao ideário ambientalista. Diante deste quadro negativo, foi proposta a criação de um grupo de trabalho - a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD).

³⁵ Tradução livre do inglês feita pelo autor: “*The combined destructive impacts of a poor majority struggling to stay alive and an affluent minority consuming most of the world's resources are undermining the very means by which all people can survive and flourish.*”. Trecho extraído do capítulo 1 - *Introduction: living resource conservation for sustainable development*. (IUCN, 1980, p. 18).

Criada em 1983 pela ONU, junto ao PNUMA, a CMMAD teve como sua primeira presidente a ex-Primeira Ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, responsável em conduzir os trabalhos da comissão na avaliação dos impactos do processo econômico vigente sobre os ecossistemas, e a formulação de propostas que viessem a promover um novo paradigma de desenvolvimento. A CMMAD ficou também conhecida internacionalmente como Comissão Brundtland.

A principal contribuição da CMMAD veio em 1987 com a publicação do relatório “O Nosso Futuro Comum” (*Our Common Future*). Foi através do trabalho de divulgação deste documento que a utilização e definição do conceito de desenvolvimento sustentável ganha notoriedade e força política junto a comunidade internacional. Tendo como base uma agenda global para a mudança, que levasse em conta as inter-relações de pessoas, recursos, meio ambiente e desenvolvimento, o Relatório Brundtland, definiu o conceito de desenvolvimento sustentável como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991, p.46):

Em essência, o desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas (Ibid., p. 49).

Essa conceituação, mesmo que ainda limitada na sua abrangência, um tanto nebulosa e ambígua, foi decisiva para se repensar as dimensões do desenvolvimento e para a conscientização da sociedade, questionando se as práticas econômicas e sociais desenvolvidas até então não estavam limitando a capacidade dos ambientes naturais de suportar a vida no planeta. Assim, através de uma definição mais universal do conceito, começava a se discutir se o modelo de desenvolvimento adotado até o momento seria insustentável ao longo do tempo, comprometendo a vida, não só das atuais, mas também das futuras gerações (VEIGA, 2005).

Em sentido amplo, a estratégia de desenvolvimento sustentável visa promover a harmonia entre os seres humanos e entre sociedade e natureza. Não trata somente da redução do impacto da atividade econômica no meio ambiente, mas principalmente das consequências dessa relação na qualidade de vida e no bem-estar da sociedade, tanto presente quanto futura.

Enfatizando problemas ambientais como o aquecimento global e a deterioração da camada de ozônio - bem como a incapacidade científico-tecnológica de resposta a esses acelerados desafios - a Comissão Brundtland concluiu que os arranjos institucionais e as estruturas de tomada de decisões existentes, tanto a nível dos Estados Nacionais como das organizações internacionais, não abrangiam os objetivos, e demandas, em prol de um desenvolvimento sustentável (WCED, 1987 apud PNUMA, 2002).

Essas preocupações, juntamente com a falta de ações governamentais específicas e organizadas, deu espaço ao fortalecimento das organizações não-governamentais e da importância do papel do terceiro setor³⁶ na discussão e busca de uma harmonia entre o meio ambiente e o desenvolvimento, além do surgimento de diversos partidos políticos verdes³⁷, levando cada vez mais à arena político-institucional a necessidade de mudanças de comportamento e ações transformadoras. O Relatório destaca a interligação entre economia, tecnologia, sociedade e política, assumindo uma visão complexa das causas dos problemas socioeconômicos e ecológicos da sociedade global. Apresenta uma lista de medidas a serem tomadas pelos Estados Nacionais, não negando a necessidade de um crescimento econômico, o que gerou fortes críticas por parte dos ambientalistas mais radicais.

O surgimento da expressão desenvolvimento sustentável está relacionado, assim, ao despertar humano do limite da duração dos recursos naturais não renováveis. De fato, trocas com o ambiente que nos cerca e o uso de fontes naturais de energia são necessários e, ainda, condições para a nossa existência. Contudo, seja por motivos meramente econômicos, seja por ideologias diversas, perceber que essa fonte natural de vida tem um limite - e em alguns casos, próximo - gerou uma crescente inquietação com o futuro, trazendo à tona novas ideias e conceitos.

Nesse contexto, o conceito de desenvolvimento sustentável foi um marco decisivo, consagrando-se como uma nova luz sobre o desenvolvimento, tornando-se ponto de inflexão e reorientando discussões nas mais diversas áreas. Teve início a busca por uma visão mais ampla do desenvolvimento, incorporando novas dimensões na discussão, ao mesmo tempo em que foi tomando espaço uma maior conscientização da sociedade sobre as práticas econômicas e sociais

³⁶ Instituições de direito privado para prestação de serviços públicos. (BUARQUE, 2008, p.20).

³⁷ Partidos políticos de tendência ecologista.

desenvolvidas até então. A sociedade passou a se sentir partícipe do processo, compreendendo o bem-estar coletivo como o objetivo maior do desenvolvimento.

A busca de um padrão de desenvolvimento sustentável ao longo do tempo, muito mais que a formulação de um conceito ou um novo modelo econômico, tornou-se uma aspiração ética, revolucionando o papel do homem na relação entre sociedade e natureza. A percepção dos impactos globais do desenvolvimento local colocou pela primeira vez em questionamento o objetivo do crescimento econômico, como até então compreendido, em concomitância com a manutenção dos seus recursos.

Apesar das fortes discussões geradas pela tentativa de se definir o conceito, encontramos unanimidade em um ponto: hipotética ou não, a conciliação entre conservação da natureza e crescimento econômico moderno é algo que não ocorrerá num curto prazo de tempo, e a presença do Estado, no planejamento e condução da economia e da sociedade, frente a este novo paradigma de desenvolvimento se fará especialmente necessária.

Para Sergio Buarque (2008):

O Estado terá que reforçar sua atuação precisamente nas áreas em que o mercado não é eficaz como regulador espontâneo da economia numa perspectiva de médio e longo prazos, precisamente nas dimensões social e ambiental e nos segmentos estratégicos de limitada e lenta rentabilidade (Ibid., p. 23).

As discussões realizadas durante os anos 1980, considerado o período da definição inicial do conceito de desenvolvimento sustentável (Quadro 2.4.), culminaram com a Declaração de Haia, sobre o meio ambiente, em 1989. O documento, assinado por 24 países, reitera a importância da cooperação internacional nas questões ambientais, enfatizando que não se trata apenas do dever fundamental de preservar o ecossistema, mas sim de uma nova perspectiva de desenvolvimento, baseada em pressupostos éticos que demandam duas solidariedades interligadas: solidariedade sincrônica, com a geração à qual pertencemos, e solidariedade diacrônica com as gerações futuras (SACHS, 1993).

Buarque sustenta que:

[...] o bem estar das gerações atuais não pode comprometer as oportunidades e necessidades futuras, reduzindo as possibilidades de reprodução e desenvolvimento futuro; e o bem-estar de uma parcela da geração atual não pode ser construída em detrimento de outra parte, com oportunidades desiguais na sociedade (BUARQUE, 2008, p.60-61).

Quadro 2.4. Década de 1980: Período da definição inicial do conceito de desenvolvimento sustentável.

| Data | Evento ou Ação | Relevância |
|------|---|---|
| 1980 | Publicação do documento Estratégia Mundial para a Conservação (<i>World Conservation Strategy</i>). | Uso pioneiro da expressão desenvolvimento sustentável, junto ao capítulo intitulado “Em direção ao Desenvolvimento Sustentável” O segmento enunciava que o desenvolvimento econômico que se pautasse pela sustentabilidade deveria considerar a capacidade de suporte dos ecossistemas utilizados, a ser identificada pelo saber ecológico. |
| 1981 | Promulgação da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA). | A Lei nº 6938/1981, da Política Nacional do Meio Ambiente, define a estrutura básica da governança do setor ambiental em nível nacional, tendo como base desta estrutura o Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) e uma vasta rede de conselhos estaduais e municipais (MOURA e BEZERRA, 2016). |
| 1982 | Conferência de Nairóbi: Conferência das Nações Unidas (<i>Earth Summit</i>). | Constatação do fracasso na evolução do debate ambiental, que sofreu forte impacto das crises econômicas da década anterior. Diante deste quadro negativo, é proposto a criação de um grupo de trabalho - a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. |
| 1983 | Criação da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD). | Com o objetivo de avaliar os impactos do processo econômico sobre os ecossistemas, e a formulação de propostas realistas para a construção de um novo paradigma de desenvolvimento. |
| 1986 | Desastre de Chernobyl, URSS. | Ascende as discussões sobre os perigos da energia nuclear como alternativa viável para a produção de energia. |
| 1987 | Publicação do Relatório Brundtland, da CMMAD. | O Relatório definiu desenvolvimento sustentável como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991, p.46). O conceito ganha notoriedade, porém o relatório é bastante criticado por não explicar como pretende conciliar preservação e crescimento no contexto do capitalismo atual. |
| 1989 | Declaração de Haia, Holanda. | Reitera a importância da cooperação internacional nas questões ambientais, e o dever fundamental na preservação do ecossistema para as gerações presentes e futuras. |

Fonte: Quadro desenvolvido por C.Wagner (2019) com base na literatura consultada.

Expondo a dinâmica perversa da acumulação por espoliação adotada pelo capitalismo neoliberal, representado pelo Banco Mundial, os anos 1990 iniciam com a divulgação, não autorizada, do Memorando Summers. O documento, de circulação interna do Banco Mundial, preconizava a “otimização” econômica do planeta, através da recomendação de que as indústrias mais poluentes fossem transferidas para os países menos desenvolvidos. Lawrence Summers, economista-chefe da instituição, argumentava que do ponto de vista da racionalidade econômica, isso faria todo o sentido, uma vez que os mais pobres, em sua maioria, não viveriam o tempo necessário para sofrer os efeitos da poluição ambiental e, como os trabalhadores ganham menos nesses países, as mortes teriam custo mais baixo do que nos países ricos³⁸. Às

³⁸ Em sua defesa, Lawrence Summers alega que o memorando foi escrito por um jovem economista que trabalhava para ele, e que, após uma leitura rápida, co-assinou o documento com o intuito de estimular o debate interno.

vésperas da Rio-92, a sua divulgação gerou um intenso debate junto ao movimento ambientalista, servindo de combustível para a reflexão acerca dos paradigmas que consolidaram a atual sociedade capitalista - urbana, financeira, industrial, globalizada - e seu projeto de mundo baseado em um modelo desenvolvimentista (GUIMARÃES, 2015).

Realizada no Rio de Janeiro, em 1992, e saudada como o mais importante e promissor encontro planetário³⁹ do século XX, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), a Rio-92⁴⁰, representou um momento significativo nas discussões em relação ao futuro do planeta e na proposição de medidas em prol de uma sustentabilidade global. Com o objetivo de equacionar o impasse entre proteção ao meio ambiente e desenvolvimento econômico, diversas declarações de princípios e documentos oficiais foram assinados e aprovados durante os 12 dias do evento. Dentre os mais relevantes, e de maior reverberação entre as comunidades internacionais, podemos destacar a Declaração do Rio sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente, e a Agenda 21 (A21)⁴¹.

Enquanto a Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente reafirmava os princípios formulados em Estocolmo, vinte anos antes, enfatizando o direito do ser humano a uma vida saudável e em harmonia com a natureza, a A21 tinha como objetivo principal promover um novo padrão de desenvolvimento mundial a partir da conciliação de métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica, constituindo as três dimensões básicas que compreendem o tripé conceitual do desenvolvimento sustentável (Quadro 2.5.).

Signatários da Agenda 21 Global (A21Global), incluindo o Brasil, comprometeram-se a definir sua própria Agenda Nacional, fixando prioridades, envolvendo a sociedade e o governo local, promovendo parcerias e introduzindo meios de implementação de políticas públicas e programas capazes de operacionalizar seus processos na construção de um novo modelo de desenvolvimento baseado no tripé da sustentabilidade (BUARQUE, 2008). Ampliou-se assim a consciência de que os problemas ambientais não estão restritos apenas ao binômio crescimento-econômico versus meio-ambiente, envolvem igualmente as relações sociais de participação e cidadania, buscando a melhoria na qualidade de vida das comunidades e a diminuição das desigualdades sociais.

³⁹ Onde compareceram representantes de 179 países e 100 chefes de Estado.

⁴⁰ Também conhecida como Eco-92 ou Cúpula da Terra (*Earth Summit*). *Earth Summit* são também consideradas todas as conferências, de viés ambiental, organizadas pela ONU a cada dez anos; a começar por Estocolmo-72 (e.g.: Nairobi-82; Rio-92; Joanesburgo-02; Rio-12 (também conhecida por Rio+20)).

⁴¹ Também referida como Agenda 21 Global.

Quadro 2.5. Dimensões conceituais do desenvolvimento sustentável.

| Dimensão | Descrição |
|-----------|--|
| Social | Justiça social: bem-estar social; qualidade de vida; inclusão social. |
| Ambiental | Proteção Ambiental: preservação e uso equilibrado dos recursos ambientais. |
| Econômica | Eficiência econômica: eficácia e economia dos processos. |

Fonte: Quadro desenvolvido por C.Wagner (2019) com base na literatura consultada.

Nesse contexto, as cidades assumem um papel preponderante na implantação desta Agenda e pela primeira vez, no âmbito dos organismos internacionais, surge o termo **cidades sustentáveis** como sendo a extensão para a esfera local da operacionalização do desenvolvimento sustentável⁴². A preocupação quanto às cidades sustentáveis está incorporada nos principais objetivos da A21Global⁴³, em especial, nos que se referem à promoção do desenvolvimento sustentável junto aos núcleos urbanos:

A ideia do desenvolvimento local transferiu o foco de atenção da poluição para a gestão, da ênfase na molécula poluidora para a educação ambiental e da técnica comando-controle para as políticas territoriais (VECCHIATTI, 2004, p. 93).

Apesar do aclamado reconhecimento, e da importância da Rio-92 na difusão de um novo paradigma de desenvolvimento, os resultados tangíveis imediatos foram relativamente limitados. Tanto a Agenda 21, quanto outras declarações discutidas e assinadas durante a conferência - Declaração sobre a Mudança do Clima; Declaração da Biodiversidade; e Declaração das Florestas -, foram altamente criticadas por não estabelecerem metas ou datas para o seu cumprimento, fornecendo apenas diretrizes ou recomendações para protocolos posteriores. Mesmo assim, o termo desenvolvimento sustentável passaria a ser inserido, a partir daquele momento, na maior parte das discussões globais e nacionais.

⁴² Em junho de 1994 é formada a rede internacional de cidades sustentáveis, a partir da Primeira Conferência Europeia sobre Cidades e Vilas Sustentáveis (*First European Conference on Sustainable Cities & Towns*), realizada em maio do mesmo ano na cidade de Aalborg, Dinamarca. Na ocasião foi assinada a Carta de Aalborg (*Charter of European Sustainable Cities and Towns Towards Sustainability - Aalborg Charter*), contendo 13 compromissos assumidos pelos signatários com o objetivo de dar início ao processo de implementação da Agenda 21 Local.

⁴³ A Agenda 21 Global será discutida com maior profundidade no capítulo 4, juntamente com a Agenda 21 Brasileira (subcapítulo 4.3), e a Agenda 21 Local (subcapítulo 4.3.1).

Uma serie de publicações e eventos internacionais trataram de difundir e consolidar o conceito no decorrer da década de 1990. No mesmo ano da Rio-92, o Clube de Roma publicaria o Relatório Além dos Limites (*Beyond the Limits*), documento que pode ser considerado a primeira atualização das previsões e conclusões contidas no Relatório Meadows (*The Limits of Growth*), de 1972. A publicação de 1992 argumentava que os limites do planeta já foram excedidos, devido a ação do homem sobre o meio ambiente e a incapacidade da natureza de se regenerar na mesma velocidade em que acontece a sua degradação. Estaríamos usando a energia e os recursos existentes no planeta a uma taxa superior à sua capacidade de reposição, exaurindo o "capital natural" acumulado ao longo de milhões de anos. O relatório reafirma a necessidade, e urgência, na instauração de um novo padrão de desenvolvimento e a importância na medição do impacto do Homem sobre a Terra, através de dados que indiquem, e limitem, a sua “pegada ecológica” (PE)⁴⁴.

Com a publicação, em 1992, do documento *Transitions Strategies Towards the 21st Century*⁴⁵, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Cultura e Ciência (UNESCO), o economista Ignacy Sachs revisitou o conceito de ecodesenvolvimento, de 1973, propondo a adoção de estratégias com vista a se ascender a um novo modelo de desenvolvimento, fundamentado em cinco dimensões principais: a) Sustentabilidade social; b) Sustentabilidade econômica; c) Sustentabilidade ecológica; d) Sustentabilidade geográfica; e e) Sustentabilidade cultural⁴⁶.

⁴⁴ “A Pegada Ecológica ou *Ecological Footprint* (EF) é uma ferramenta de avaliação que representa o espaço necessário para sustentar um determinado sistema ou unidade. Trata-se de um instrumento que contabiliza os fluxos de matéria e energia que entram e saem de um sistema econômico, convertendo-os em área correspondente de terra ou água existentes na natureza para sustentar esse sistema.” (DIAS, 2002). O termo foi cunhado na década de 1990 pelo suíço Mathis Wackernagel. Em 1996 Wackernagel publica, juntamente com William Rees, o livro *Our Ecological Footprint: Reducing Human Impact on the Earth*.

⁴⁵ Este documento foi inicialmente preparado por Sachs para o Simpósio de Haia sobre “Desenvolvimento Sustentável: do Conceito à Ação”, realizado de 25 a 27 de novembro de 1991 (SACHS, 1993, p.29).

⁴⁶ Márcia Santos, José Peixoto e Leyderdavan Xavier (2008, p.45-46), resumem muito bem estas cinco dimensões: “a. **Sustentabilidade social**, isto é, o estabelecimento de um processo de desenvolvimento que conduza a um padrão estável de crescimento, com uma distribuição mais equitativa da renda e dos ativos, assegurando uma melhoria substancial dos direitos das grandes massas da população e uma redução das atuais diferenças entre os níveis de vida daqueles que têm e daqueles que não têm; b. **Sustentabilidade econômica**, tornada possível graças ao fluxo constante de inversões públicas e privadas, além da alocação e do manejo eficientes dos recursos naturais; c. **Sustentabilidade ecológica**, implicando a expansão da capacidade de transporte da “nave espacial terrestre”, mediante a intensificação dos usos do potencial de recursos existentes nos diversos ecossistemas, intensificação esta tornada compatível com um nível mínimo de deterioração deste potencial. O consumo de combustíveis fósseis e outros, de esgotamento rápido além de prejudiciais ao meio ambiente, deveria ser reduzido; d. **Sustentabilidade geográfica**: os problemas ambientais são ocasionados, muitas vezes, por uma distribuição espacial desequilibrada dos assentamentos humanos e das atividades econômicas. Dois exemplos expressivos desta tendência são a excessiva concentração da população em áreas metropolitanas, e a destruição de ecossistemas frágeis, mas de importância crucial, devido a processos não controlados de colonização.

Junto com as cinco dimensões, Sachs (1993) também estabeleceu quatro princípios em que as estratégias de transição para o desenvolvimento sustentável deveriam se basear, enfatizando a necessidade de cooperação entre os países centrais e periféricos e o tempo necessário para a sua implementação⁴⁷.

Os quatro princípios determinavam que:

- i. As estratégias deveriam cobrir um período de várias décadas. Tempo necessário para o reaparelhamento de indústrias, reestruturação de infraestruturas e adaptações culturais. Na visão de Sachs, 30 ou 40 anos seriam necessários para prover as condições essenciais na elaboração de estratégias de transição realmente significativas⁴⁸:

[...] a principal razão para se pensar em estratégias de transição para um período de três a quatro décadas esta na sua não-linearidade; elas devem ser projetadas como uma sequencia de prioridades que mudam ao longo do tempo (SACHS, 1993, p.42);

- ii. Os países industrializados deveriam assumir uma fatia mais do que proporcional dos custos de transição e do ajuste tecnológico:

[...] [os países do Norte] devem estar preparados para uma transferência líquida maciça de recursos para o Sul e o Leste, para ajudá-los a acelerar o seu progresso social e econômico, enquanto evitam os exorbitantes custos ambientais decorrentes (Ibid., p.42);

- iii. As estratégias eficientes dependeriam da ousadia das mudanças institucionais, da habilidade de se projetar pacotes de políticas multidimensionais e da capacidade de se redirecionar o progresso tecnológico:

Daí a necessidade de se buscar uma configuração rural-urbana mais equilibrada e de se estabelecer uma rede de reservas da biosfera para proteger a diversidade biológica, e, ao mesmo tempo, ajudar a população local a viver melhor; e. **Sustentabilidade cultural**, que talvez, constitua a dimensão mais difícil de ser concretizada, na medida em que implica que o processo de modernização deveria ter raízes endógenas, buscando a mudança em sintonia com a continuidade cultural vigente em contextos específicos.” (grifo nosso).

⁴⁷ “A partir das premissas explicitadas [...], conclui-se que, no sentido de se avançar na trajetória do ecodesenvolvimento, cada grupo de países deve concentrar-se em objetivos diferentes, mas sinérgicos.” (SACHS, 1993, p.45).

⁴⁸ Acreditamos também que este período, de 30 a 40 anos, se faz necessário devido a esta estratégia de transição estar associada a uma mudança de paradigma - uma mudança comportamental (PALSULE, 2004) -, demandando, assim, o surgimento - o amadurecimento - de uma nova geração.

“Crescimento primeiro e distribuição depois”, bem como a confiança no “‘efeito cascata’ do crescimento através da desigualdade” devem ser enfaticamente rejeitados (Ibid., p.43);

- iv. As estratégias deveriam, simultaneamente, modular a demanda através de mudanças nos estilos de vida, padrões de consumo e funções de produção, mediante a incorporação de técnicas ambientalmente adequadas e fazendo as escolhas locacionais corretas:

A primeira variável é, de longe, a mais difícil de ser tratada. Atuar sobre ela implica modificar hábitos profundamente arraigados e a visão de “sociedade boa”, cada vez mais identificada com o consumismo; [...] (Ibid., p.44);

Apesar da importância reconhecida no texto de Sachs, como instrumento de se pensar a sustentabilidade para além dos paradigmas desenvolvimentistas, Mauro Guimarães (2015, p.94-95) propõe uma crítica à “[...] visão parcializada e uma crença, até mesmo ingênua, na independência dos processos políticos e socioeconômicos do Sul em relação ao Norte [...]”, já que, na visão do autor, Sachs deposita uma expectativa utópica no poder do Estado em regular e subsidiar a ação do mercado (crescimento-econômico) sobre o meio-ambiente:

Apesar de reconhecer o mercado, ou seja, a lógica do capital que fundamenta a nossa sociedade, como incompatível com a ideia de sustentabilidade (SACHS, 2000, p. 55), e ser um contundente crítico do neoliberalismo e do mito do *laissez-faire* (mercado-livre), Sachs parece caminhar para uma proposta conciliatória de um *Welfare State* (Estado do Bem-Estar Social) ecologizado, em que o Estado teria a função de domesticar (subsídios) o mercado para atender a necessidades não econômicas (SACHS, 2000, p.56). Tal situação, de certa forma experimentada por alguns países europeus, mostra-se onerosa e perpetuadora das desigualdades Norte-Sul, por ser viável para alguns, até certo ponto, pela concentração da riqueza no Norte, além do que essa situação não tem alterado significativamente os valores e atitudes, individuais e coletivas, das sociedades que a vivenciaram (Ibid., p.94).

Em *Transitions Strategies Towards the 21st Century*, Sachs (1993) reforçou o caráter dinâmico do ecodesenvolvimento⁴⁹, e de como seus princípios deveriam estar fundamentados em um processo de mudança, tanto econômica quanto comportamental. Para o autor, a sociedade e o meio ambiente sofrem influência e mudanças contínuas. As tecnologias, os

⁴⁹ O termo ecodesenvolvimento, com do tempo, passa a ser referido, inclusive por Sachs, como pertencente a mesma abordagem fundamental que o termo desenvolvimento sustentável, compartilhando, assim, os mesmo significados e objetivos: “Quer seja denominado ecodesenvolvimento ou desenvolvimento sustentável, a abordagem fundamentada na harmonização de objetivos sociais, ambientais e econômicos não se alterou desde o encontro de Estocolmo até as conferências do Rio de Janeiro, e acredito que ainda é válida [...]” (SACHS, 2000, p.54). “Assim nasceu o conceito de ecodesenvolvimento que, posteriormente, passou a ser chamado de desenvolvimento sustentável e que, nos termos atuais, poderíamos chamar de desenvolvimento socialmente incluyente, ambientalmente sustentável e economicamente sustentado.” (SACHS, 2009, p.28)

hábitos, os valores e as aspirações se modificam rapidamente, e uma sociedade sustentável deve permitir e sustentar essas modificações. O conceito de desenvolvimento sustentável não deve representar um estado estático de harmonia, mas, antes, um processo de mudança, no qual a exploração dos recursos, a aplicação dos investimentos, as dinâmicas sociais e a orientação das inovações tecnológicas e institucionais são feitas de forma consistente face às necessidades tanto atuais quanto futuras.

No decorrer da década de 1990, uma série de conferências e documentos governamentais se encarregaram de dar continuidade e evidência ao conceito de desenvolvimento sustentável, graças a um contexto global de adesão à defesa do meio ambiente. Entre os de maior relevância destacam-se:

- 2ª Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos (Habitat II), Istambul, Turquia (1996): Mesmo tendo como tema principal a questão das condições de habitabilidade das moradias e seu entorno, as discussões evidenciam os problemas causados pelos grandes assentamentos humanos sobre a gestão e o esgotamento dos recursos naturais. Vinte anos após o primeiro evento, a conferência aponta estrategicamente para um desenvolvimento urbano sustentável, a partir da adoção de parcerias entre o poder público e a sociedade civil;
- Publicação do Livro Azul: Publicado em 1996, pela Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (CDSNU), o documento intitulado “Indicadores de Desenvolvimento Sustentável: Marcos e Metodologias”, também conhecido como *Blue Book*, foi o primeiro trabalho a propor um conjunto de indicadores⁵⁰ para o desenvolvimento sustentável, que servisse de apoio aos países membros na elaboração de suas Agendas 21 Nacionais, estipulando uma base metodológica para a incorporação destes indicadores em seus programas e políticas públicas⁵¹;

⁵⁰ O Livro Azul propunha um conjunto de 143 indicadores para o desenvolvimento sustentável, que quatro anos mais tarde, foram reduzidos para 57 (MARTINS, 2006).

⁵¹ “Ponto de partida e uma ferramenta flexível para orientar os países que queiram desenvolver seus programas nacionais utilizando indicadores para medir o progresso em direção ao desenvolvimento sustentável” (RIBEIRO, 2004 p.53).

- Congresso das Nações Unidas, Rio+5, New York (1997): O congresso⁵², realizado 5 anos após a Rio-92, com o tema “Da Agenda à Ação” (*From Agenda to Action*), procurou identificar as principais dificuldades na implementação da Agenda 21 Global, dedicando-se à definir prioridades de ação para os anos seguintes além de conferir impulso político relacionado às negociações ambientais em curso. A Rio+5 também contribuiu para criar um ambiente político propício à aprovação do Protocolo de Kyoto⁵³ em dezembro do mesmo ano;
- Conferência Mundial sobre Cidades-Modelo, Singapura (1999): Organizada pela Agência Habitat, da ONU, tinha como objetivo promover o intercâmbio de ideias sobre cidades-modelo e práticas urbanas bem sucedidas na implementação de estratégias e modelos de desenvolvimento urbano sustentável. Avaliou avanços, e retrocessos, em relação as metas propostas na Agenda Habitat II de 1996.

Com a constatação de que várias metas da Agenda 21 Global estavam longe de serem alcançadas, principalmente pelas nações em desenvolvimento, ficou clara a necessidade de um prazo maior na assimilação das mudanças nos padrões de comportamento individual e gerencial em direção às diretrizes agendadas. A procura por informações que subsidiassem as tomadas de decisões e monitorassem o alcance das metas de sustentabilidade, fez com que, a partir deste momento, diversas propostas de sistemas de indicadores ou índices fossem discutidos e apresentados, na busca por uma melhor operacionalização do desenvolvimento a nível local. Entretanto, retratar a complexidade envolvida na discussão, e as diferentes abordagens da sustentabilidade, continuou sendo um desafio à construção de estatísticas e índices confiáveis.

Apesar das limitações mencionadas acima, segundo Sachs (2009):

[...] as duas décadas que separam a Conferência de Estocolmo [1972] e a Cúpula da Terra do Rio de Janeiro [1992] foram marcadas por intensa atividade intelectual, aprofundando as consequências filosóficas e epistemológicas da revolução ambiental, acumulando conhecimentos sobre o estado da biosfera, o seu complexo funcionamento e aprendendo a analisar e avaliar os efeitos da ação antropogênica potencializados pelo progresso científico e técnico. Ficou cada vez mais claro que a extrapolação das tendências atuais de crescimento selvagem alimentado por um consumo desenfreado de energias fósseis levaria, num futuro mais ou menos distante, a modificações climáticas irreversíveis e de consequências trágicas para a humanidade (Ibid., p.31).

⁵² 19ª Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas.

⁵³ Tratado internacional assinado pelos países integrantes da ONU, que se comprometeram em reduzir a emissão de gases causadores do efeito estufa.

A década de 1990 (Quadro 2.6) representou o período da consolidação e difusão, à nível global, do ideário de um novo modelo de desenvolvimento includente (socialmente), sustentável (ambientalmente) e sustentado (economicamente) (SACHS, 2009).

Quadro 2.6. Década de 1990: Período da consolidação e difusão global do conceito de desenvolvimento sustentável.

| Data | Evento ou Ação | Relevância |
|-------------|---|--|
| 1991 | Divulgação do Memorando Summers. | Expôs a dinâmica perversa da acumulação por espoliação adotada pelo capitalismo neoliberal, representado aqui pelo Banco Mundial. As vésperas da Rio 92, a sua divulgação gerou um intenso debate junto ao movimento ambientalista. |
| 1991 | Simpósio de Haia sobre “Desenvolvimento Sustentável: do Conceito à Ação”, Holanda. | Promovido pela CMMAD, este simpósio serviu de preparação para as discussões e temas que seriam tratados na Rio-92, reunidos no documento final: o “Informe de Haia” (VIEIRA, 2004; ANDRADE, 1996). |
| 1992 | Rio-92: Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD); Eco-92; Cúpula da Terra (<i>Earth Summit</i>). | Simbolizou um momento importante na busca por um novo paradigma de desenvolvimento e a tomada de medidas em prol da sustentabilidade global. Aprovação da Agenda 21 Global da ONU, e a introdução de um novo modelo de desenvolvimento baseado no tripé conceitual da sustentabilidade (justiça social; proteção ambiental; e eficiência econômica). |
| 1992 | Publicação do Relatório Além dos Limites, pelo Clube de Roma. | Apresenta de modo contundente os prejuízos provocados pelo homem no meio ambiente e a incapacidade da natureza de se regenerar na mesma velocidade em que acontece a sua degradação. |
| 1992 | Publicação do documento <i>Transitions Strategies for the 21st Century</i> , de Ignacy Sachs. | Introduz alguns dos fundamentos do debate contemporâneo sobre a necessidade de um novo paradigma de desenvolvimento, baseado na convergência entre economia, ecologia, antropologia cultural e ciência política. |
| 1994 | Formação da rede internacional de cidades sustentáveis. | Formada a partir da Primeira Conferência Europeia sobre Cidades e Vilas Sustentáveis, realizada em maio do mesmo ano na cidade de Aalborg, Dinamarca, com o objetivo de dar início ao processo de implementação da Agenda 21 Local. |
| 1996 | 2ª Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos (Habitat II), Istambul, Turquia. Também conhecida por Cúpula das Cidades. | Aponta estrategicamente para o desenvolvimento urbano sustentável, a partir da adoção de parcerias entre o poder público e a sociedade civil, chamando a atenção para os problemas causados pelos grandes assentamentos humanos sobre a gestão e o esgotamento dos recursos naturais. |
| 1996 | <i>Publicação do Livro Azul</i> . | Publicado pela Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (CDSNU), constitui o primeiro trabalho a propor um conjunto de indicadores para o desenvolvimento sustentável, estipulando uma base metodológica para que países começassem a propor seus próprios processos e políticas. |
| 1997 | <i>Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável (CPDS)</i> . | Criada por decreto do presidente do Brasil, a Comissão reúne representantes da sociedade civil organizada e ministérios afetos às questões de desenvolvimento e de meio ambiente. A presidência e a secretaria executiva da Comissão são exercidas pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA). |
| 1997 | <i>Congresso das Nações Unidas, Rio+5, New York</i> . | Discussões sobre a aprovação do Protocolo de Kyoto, e as dificuldades na implementação da Agenda 21 Global. |
| 1997 | <i>Protocolo de Kyoto</i> . | Assinatura de tratado internacional que visava reduzir as emissões de gases poluentes, responsáveis pelo efeito estufa e o aquecimento global. |

| | | |
|------|---|---|
| 1999 | <i>Conferência Mundial sobre Cidades-Modelo, Singapura.</i> | Promover o intercâmbio de ideias sobre cidades-modelo e práticas urbanas bem sucedidas na implementação de estratégias e modelos de desenvolvimento urbano sustentável. |
|------|---|---|

Fonte: Quadro desenvolvido por C.Wagner (2019) com base na literatura consultada.

As posteriores conferências, fóruns e comissões instauradas a partir dos anos 2000 (Quadro 2.7.), representam um momento de busca pela legitimação do conceito. No esforço em construir consensos, o uso do termo “desenvolvimento sustentável” passou a ser empregado com o intuito de conferir credibilidade a qualquer discurso e ação relacionada as questões ambientais, econômicas ou sociais, independente da sua real efetividade ou não:

Alguns autores consideram que o consenso criado em torno do termo revela exatamente sua imprecisão, mais do que sua clareza (COSTA, 2000). Os consensos construídos a partir do conceito de “desenvolvimento sustentável” em todos os níveis e escalas alimentaram, nos últimos anos, um processo pelo qual diferentes grupos sociais passaram a interiorizar as mais diversas facetas da questão pública sobre o meio ambiente. Esse fenômeno é considerado por alguns autores como um processo de ambientalização da consciência social (BEZERRA, 2005 apud PRADO, 2015, p.86).

Algumas conferências da ONU tiveram particular importância na formação deste consenso, como a Cúpula do Milênio⁵⁴, em New York, em 2000, quando foram aprovados os 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)⁵⁵, e a divulgação da Carta da Terra⁵⁶, assumida pela ONU em 2002, que, baseada em princípios e valores fundamentais, serve como um código ético planetário equivalente à Declaração Universal dos Direitos Humanos no que concerne a busca pelo equilíbrio entre o que é socialmente desejável, economicamente viável e ecologicamente sustentável (SANTOS, 2008).

Em 2002, a comunidade internacional viu-se novamente reunida para uma Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CNUADS), a Rio+10⁵⁷, sediada desta vez em Joanesburgo, África do Sul. Sem apresentar resultados concretos, ou novas estratégias de ação, a Cúpula Mundial limitou-se a buscar o consenso na avaliação geral

⁵⁴ A Cúpula do Milênio reuniu, em New York, 147 chefes de Estado e oficiais de alto escalão dos demais Estados-membros da ONU.

⁵⁵ Dois objetivos tocam diretamente tanto a questão ambiental quanto a busca por um desenvolvimento sustentável global: Objetivo 7 (Garantir a sustentabilidade ambiental); e Objetivo 8 (Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento). Os objetivos deveriam orientar as políticas dos Estados Nacionais para os próximos 15 anos, até o ano de 2015.

⁵⁶ A Carta da Terra foi inicialmente elaborada pela UNESCO em 2000, sendo posteriormente apresentada e adotada pela ONU em 2002.

⁵⁷ Conhecida também como Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável.

das condições atuais e nas prioridades para ações futuras, apenas reforçando compromissos assumidos há 10 anos atrás.

Para Sachs (2009, p.31), a década que separa a Rio-92 (Cúpula da Terra) da Conferência de Joanesburgo (Rio+10) foi decepcionante:

Sáimos da Cúpula da Terra [1992] esperançosos de que o atraso da *praxis* com relação à *episteme*, observado nos 20 anos de intervalo entre as duas conferências [Estocolmo-72 e Rio-92], seria rapidamente recuperado. Mais uma vez subestimamos o dinamismo conservador dos interesses estabelecidos e os efeitos deletérios do pensamento neoliberal. [...]. Houve quem falasse em Rio menos 10 e não em Rio mais 10, apesar do fato de que, no intitulado da Conferência, ocorresse significativo avanço, já que o tema de Joanesburgo [2002] foi o desenvolvimento sustentável. Só que o desenvolvimento sustentável não acontecerá pelo poder do verbo, por encantação. Exige plano de ação com metas, recursos e prazos. Um plano desse fez falta em Joanesburgo.

Ainda em 2002, a nível nacional, a Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável⁵⁸ (CPDS) publica o documento “Agenda 21 Brasileira - Ações Prioritárias”, com o objetivo de internalizar nas políticas públicas do país os valores e princípios do desenvolvimento sustentável, cumprindo assim o compromisso assumido em 1992, quando da assinatura da A21Global. Neste mesmo ano o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) disponibiliza informações sobre a construção de indicadores de desenvolvimento sustentável (IDS) para o Brasil, integrando tanto as dimensões social, ambiental e econômica, quanto a político-institucional (IBGE, 2002).

A dimensão cultural, que já havia sido discutida inicialmente por Ignacy Sachs em 1992, é adotada como referência a partir da primeira edição do Fórum Universal das Culturas, ocorrido em Barcelona em 2004. Durante este evento foi formada a organização Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU)⁵⁹, tendo como um dos seus objetivos a criação de uma comissão para a aprovação da Agenda 21 da Cultura (A21Cultura), consolidando assim a dimensão cultural como o quarto pilar do desenvolvimento sustentável (Quadro 2.8.). A A21Cultura representou um marco ordenador para a construção de políticas públicas de desenvolvimento cultural sustentável:

A Agenda 21 da Cultura (A21C) é o primeiro documento, com vocação mundial, que pretende estabelecer as bases de um compromisso das cidades e dos governos locais

⁵⁸ Comissão criada por decreto presidencial em 26 de Fevereiro de 1997.

⁵⁹ A CGLU, também conhecida pela sigla UCLG (*United Cities and Local Governments*) foi formada pela união de duas grandes associações mundiais de cidades, a IULA (*International Union of Local Authorities* - União Internacional de Autoridades Locais [UIAL]) e a FMCU (Federação Mundial de Cidades Unidas).

para o desenvolvimento cultural sustentável. É essencialmente um documento que promove as linhas estratégicas (princípios e compromissos) de uma política cultural pública. Tendo sido aprovada por cidades e governos locais de todo o mundo comprometidos com os direitos humanos, a diversidade cultural, a sustentabilidade, a democracia participativa e a criação de condições para a paz mundial (MATOSO, 2010, p.66).

Manifesta-se, assim, a percepção de uma sustentabilidade cultural não apenas como a continuidade patrimonial material, mas também, e principalmente, como a continuidade de um patrimônio imaterial, através do respeito aos valores, identidades e heranças construídas por diferentes culturas e etnias ao longo do tempo. Segundo o geógrafo Mark Roseland⁶⁰ e a ambientalista Lena Soots, preservar e melhorar o capital cultural - tangível e intangível -, implica “[...] atenção às tradições e valores, patrimônios e lugares, as artes, diversidade e historia social.”⁶¹ (ROSELAND e SOOTS, 2014, p.301).

Quadro 2.7. Década de 2000: Período da ambientalização da consciência social e da construção de consensos sobre o desenvolvimento sustentável.

| Data | Evento ou Ação | Relevância |
|------|---|---|
| 2000 | Cúpula do Milênio, New York. | Aprovados os 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que deveriam orientar as políticas dos Estados Nacionais durante os próximos 15 anos. |
| 2000 | Carta da Terra. | Aprovação da Carta da Terra, baseada em princípios e valores fundamentais, serve como um código ético planetário equivalente à Declaração Universal dos Direitos Humanos no que concerne à sustentabilidade, à equidade e à justiça. |
| 2000 | Produção do documento “Cidades Sustentáveis: Subsídios à Elaboração da Agenda 21 Brasileira.” | Elaborado pelo Consórcio Parceria 21, o documento “Cidades Sustentáveis: Subsídios à Elaboração da Agenda 21 Brasileira” teve por objetivo “[...] subsidiar a formulação da Agenda 21 brasileira com propostas que introduzam a dimensão ambiental nas políticas urbanas vigentes ou que venham ser adotadas, respeitando-se as competências constitucionais em todas as esferas de governo.” (BEZERRA e FERNANDES, 2000, p.12) |
| 2001 | Estatuto da Cidade. | Promulgada em 10 de julho de 2001, o Estatuto da Cidade é a denominação oficial da lei nº10.257, que regulamenta o capítulo "Política Urbana" da Constituição brasileira. |
| 2002 | Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (do Brasil). | Documento publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) disponibilizando informações sobre a construção de indicadores de desenvolvimento sustentável |

⁶⁰ Além de chamar a atenção para a dimensão cultural no contexto da sustentabilidade, Roseland é um dos principais articuladores da aplicação do conceito de desenvolvimento sustentável nas comunidades locais, questão desenvolvida em seu livro *“Toward sustainable communities: a resource book for municipal and local governments”*, publicado em 1992 e produzido para a Mesa Redonda Nacional sobre o Ambiente e a Economia (*National Round Table on the Environment and the Economy*) do Canadá. *“This book is intended to enable local government officials and citizens who want to apply the concept of “sustainable development” in their communities.”* (ROSELAND, 1992, p. 1). Uma edição revisitada e atualizada deste livro é publicada em 2005 sobre o nome de *“Towards sustainable communities: Resources for citizens and their governments”* (ROSELAND, 2005).

⁶¹ Tradução livre do inglês feita pelo autor: *“Enhancing cultural capital implies attention to traditions and values, heritage and place, the arts, diversity and social history.”*

| | | |
|------|--|---|
| | | (IDS) para o Brasil, integrando as dimensões social, ambiental, econômica e institucional; com edições atualizadas em 2004, 2008, 2010, 2012 e 2015. |
| 2002 | Agenda 21 Nacional (Brasileira). | A CPDS publica o documento Agenda 21 Brasileira - Ações Prioritárias, com o objetivo de internalizar nas políticas públicas do país os valores e princípios do desenvolvimento sustentável. |
| 2002 | Joanesburgo-02: Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Rio+10; (<i>Earth Summit</i>). | Buscou um consenso na avaliação geral das condições atuais e nas prioridades para ações futuras, servindo para estimular novamente a conscientização e o interesse ambiental. Foi criticada por não apresentar um plano de ação com metas, recursos e prazos. |
| 2003 | Criado o Ministério das Cidades. | Criado em Janeiro de 2003, com a finalidade de tratar da política de desenvolvimento urbano, contemplando a ausência de marcos institucionais para as políticas setoriais urbanas - habitação, saneamento e transporte. |
| 2004 | Fórum Universal das Culturas, Barcelona. | Formação da organização Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU), e aprovação da Agenda 21 da Cultura, marco orientador das políticas públicas de cultura. |
| 2006 | Sistema de Informação e Indicadores Culturais (do Brasil). | O Sistema de Informação e Indicadores Culturais (SIIC) iniciou-se em 2004, a partir de um convênio celebrado entre o IBGE e o Ministério da Cultura. Esta publicação, de 2006, constitui marco inicial do processo de organização e construção de um sistema integrado de informações estatísticas e indicadores da cultura; com edição atualizada em 2013. |

Fonte: Quadro desenvolvido por C.Wagner (2019) com base na literatura consultada.

No Brasil, o IBGE e o Ministério da Cultura publicam, em 2006, o estudo “Sistema de Informação e Indicadores Culturais (SIIC)”, constituindo-se no marco inicial do processo de organização e construção de um sistema integrado de informações estatísticas e indicadores culturais que sirvam de subsídio para o planejamento e análise setoriais mais profundas acerca do território nacional (LINS, 2007).

A criação de novos arranjos institucionais, que propiciassem as condições necessárias para um efetivo sistema de governança, participação e fortalecimento da sociedade civil, estava entre os principais aspectos debatidos na subsequente Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS), a Rio+20, realizada no Rio de Janeiro em 2012. Discutiu-se sobre a importância da implementação de estruturas político-institucionais que permitissem a participação efetiva no planejamento e controle social das políticas públicas por parte da sociedade civil. Esta dimensão político-institucional veio se estabelecer como o quinto pilar da sustentabilidade, reforçando e renovando um compromisso político em prol de um desenvolvimento sustentável mais abrangente e inclusivo⁶² (Quadro 2.8.).

⁶² Paralela à Rio+20, ocorreu a Cúpula dos Povos para o Desenvolvimento Sustentável, evento independente à conferência organizada pela ONU, com a participação de associações e redes de organizações não governamentais e movimentos sociais (CARNEIRO, 2012).

Quadro 2.8. Dimensões conceituais expandidas do desenvolvimento sustentável.

| Dimensão | | Descrição |
|-----------------|-----------|--|
| o Tripé inicial | Social | Justiça social: bem-estar social; qualidade de vida; inclusão social. |
| | Ambiental | Proteção Ambiental: preservação e uso equilibrado dos recursos ambientais. |
| | Econômica | Eficiência econômica: eficácia e economia dos processos. |
| Cultural | | Respeito às diversidades culturais: raciais e de gênero; preservação do patrimônio material e imaterial. |
| Institucional | | Estabilidade política: governança; democracia; capacidade institucional; fortalecimento da sociedade civil; garantia e ampliação de direitos humanos. |

Fonte: Quadro desenvolvido por C.Wagner (2019) com base na literatura consultada.

A ampliação das dimensões conceituais do desenvolvimento sustentável reflete a complexidade e transversalidade das sociedades pós-industriais na busca pela construção de um novo ideal de cidade, “[...] a ser atingido através de ações voltadas para o meio ambiente, a democratização da gerência e das decisões nas cidades e a redução das desigualdades.” (MAGALHÃES, 2006, p.14):

Se bem em seus inícios se entendia o desenvolvimento sustentável com referência às condições objetivas dos sistemas de recursos naturais, agora está associado a uma ampla gama de facetas do urbano e certa subjetividade social quanto à qualidade de vida, interdependência, bem estar, inclusão e coesão social. Em outras palavras, abandonou-se a designação racional-objetiva de um campo específico de problemas espaciais (aquele associado ao espaço natural) para incorporar a interpretação ampla e qualitativa desses problemas, na compreensão integral da cidade e da vida urbana (BRAND, 1999 apud MAGALHÃES, 2006, p.9-10).

Com o propósito de atualizar e suceder os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), cuja vigência encerrava em 2015, a Assembleia Geral das Nações Unidas publica, no mesmo ano, o documento "Transformando o nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável". Parte do documento introduz os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): 17 objetivos e 169 metas, que deverão orientar as políticas nacionais e as atividades de cooperação internacional nos próximos quinze anos, constituindo-se assim na proposição de uma Agenda 2030 no âmbito de cada Estado Nacional.

A introdução do adjetivo “sustentável”, no título dos novos Objetivos de Desenvolvimento, simboliza, “oficialmente”, uma mudança de paradigma junto às diretrizes propostas pelas organizações e instituições globais, onde as políticas, planos e projetos nacionais devem ser informados pelos preceitos da sustentabilidade. Com o número de objetivos ampliados de 8 para 17, o debate sobre a dimensão urbana ganha o seu próprio espaço. O Objetivo 11, em particular, refere-se a cidades e comunidades sustentáveis, com o propósito de torná-las: “[...] assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis” (AGENDA2030, 2015).

A crescente atenção à importância da dimensão urbana na sustentabilidade global foi o tópico principal das discussões realizadas na Habitat III, a terceira Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável. A conferência, realizada em 2016, na cidade de Quito, no Equador, teve como finalidade analisar e discutir os processos de urbanização e os avanços ocorridos, nas últimas duas décadas⁶³, em prol do desenvolvimento sustentável, bem como construir uma nova agenda urbana, renovando ações e compromissos políticos assumidos pelos países signatários. Durante a realização da Habitat III foi publicada a Nova Agenda Urbana (NAU), documento que deverá orientar a urbanização sustentável pelas próximas duas décadas. Os postulados da NAU incentivam todos os níveis de governo, assim como a sociedade civil, a tomarem parte dos compromissos pelo desenvolvimento urbano sustentável.

Nos últimos anos, a importância do recorte local ganhou força (Quadro 2.9). A cidade passou a ser o objeto das discussões sobre os problemas ambientais e sobre a construção da sustentabilidade⁶⁴, tornando-se elemento-chave neste processo, principalmente em um planeta com uma população cada vez mais urbana⁶⁵ e com cidades cada vez maiores⁶⁶. Por outro lado, uma vez que as cidades contribuem significativamente para os impactos ambientais⁶⁷, elas também desempenham um papel fundamental no caminho do desenvolvimento sustentável global.

⁶³ Desde a última conferência Habitat II, em Istambul, 1996.

⁶⁴ Em 2016, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) publica, no Brasil, o livro Políticas Públicas para Cidades Sustentáveis: Integração Intersetorial, Federativa e Territorial.

⁶⁵ Em 2010, 84.36% da população brasileira é urbana (LOPES, 2016, p.73).

⁶⁶ Em 2014, o mundo engloba 21 mega-cidades: aquelas com 10 milhões ou mais de habitantes (considerando-se a área do município e sua região metropolitana) (DEARO, 2016).

⁶⁷ “De acordo com o Banco Mundial, as cidades respondem por cerca de 60% do consumo global de energia, e são responsáveis por mais de 70% das emissões globais de gases de efeito estufa” (LOPES, 2016, p.7).

Quadro 2.9. Década de 2010: Período do protagonismo das cidades na busca pelo desenvolvimento sustentável.

| Data | Evento ou Ação | Relevância |
|-------------|---|--|
| 2012 | Rio+20: Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS); (<i>Earth Summit</i>). | Discutir a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável e a criação de novos arranjos institucionais que propiciem as condições necessárias para uma efetivo sistema de governança. |
| 2012 | Cúpula dos Povos para o Desenvolvimento Sustentável, Rio de Janeiro. | Evento independente, paralelo à Rio 2012, com a participação de associações, movimentos sociais e redes de organizações não governamentais. |
| 2015 | Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). | Publicados pela ONU, e também conhecido como Objetivos Globais para o Desenvolvimento Sustentável, os ODS contemplam 17 objetivos e 169 metas, que deverão orientar as políticas nacionais e as atividades de cooperação internacional nos próximos quinze anos (Agenda 2030). Objetivo 11, refere-se particularmente a cidades e comunidades sustentáveis. |
| 2015 | Acordo de Paris. | Acordo aprovado em 2015, na ocasião da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas realizada em Paris, com o objetivo de fortalecer a resposta global à ameaça da mudança do clima, impondo medidas de redução de emissões de gases de efeito estufa a partir de 2020. |
| 2016 | III Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III), Quito, Equador. | Conferência realizada com a finalidade de analisar os processos de urbanização e os avanços ocorridos em prol do desenvolvimento sustentável durante as últimas duas décadas. Publicação da Nova Agenda Urbana (NAU). |
| 2016 | Nova Agenda Urbana (NAU). | Durante a realização da Habitat III foi adotada a Nova Agenda Urbana, documento que deverá orientar o processo de urbanização sustentável pelas próximas duas décadas. |
| 2016 | Publicação do livro Políticas Públicas para Cidades Sustentáveis. | No Brasil, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) publica o livro Políticas Públicas para Cidades Sustentáveis: Integração Intersetorial, Federativa e Territorial, com o objetivo de “[...] oferecer subsídios aos gestores públicos para a formulação e implementação de políticas públicas que favoreçam, simultaneamente, a superação dos passivos da nossa insustentabilidade e a antecipação de uma agenda preventiva e produtiva para as cidades, tendo como fundamento a sustentabilidade urbana” (LOPES, 2016, p14). |

Fonte: Quadro desenvolvido por C.Wagner (2019) com base na literatura consultada.

2.3 RECORTE LOCAL: AS MATRIZES DISCURSIVAS DA SUSTENTABILIDADE URBANA E A CONSTRUÇÃO DO MODELO DE VERIFICAÇÃO EMELIANOFF-ACSELRAD (MVEA)

O termo desenvolvimento sustentável, tratado no subcapítulo anterior, surge dentro dos questionamentos dos limites de suporte (capacidade de suporte) dos ecossistemas naturais sobre o modelo de crescimento econômico vigente, assumindo uma forte preocupação com a preservação das estruturas ambientais do planeta. Inicialmente, essas preocupações foram

concebidas em uma visão de escala global, mas logo se percebeu a necessidade de trazer para o *locus* urbano os questionamentos referentes ao impacto das grandes aglomerações humanas sobre o território e seus recursos naturais.

Assim, a escala local ganha importância, uma vez que grande parte dos problemas ambientais tem origem nas estruturas urbanas locais e no modelo de vida que preconizam. As cidades são sérias consumidoras e degradadoras do ecossistema natural, impermeabilizando solos, alterando ciclos biogeoquímicos, degradando corpos hídricos e solo, poluindo a atmosfera, alterando a paisagem, consumindo recursos, e produzindo a segregação social e o aumento da pobreza:

Em nenhum outro lugar a implementação da 'sustentabilidade' pode ser mais poderosa e benéfica do que na cidade. [...] a sustentabilidade do meio ambiente deve transformar-se no princípio orientador do moderno desenho urbano (ROGERS e GUMUCHDJIAN, 2001, p.5).

Tendo como parâmetro o recorte local, novos aspectos em relação as dimensões conceituais do desenvolvimento sustentável (Quadro 2.8.) passam a ser considerados; aspectos mais próximos da realidade de um cotidiano urbano e suas preocupações. A relação sociedade e meio ambiente passa a ser examinada de forma mais crítica, buscando-se novas alternativas de relacionamento e operacionalidade em um mundo cada vez mais urbanizado e heterogêneo. O ambiente urbano passa a ser percebido como um sistema complexo, composto de vários subsistemas inter-relacionados e interdependentes que formam parte de um sistema maior.

Argumentamos assim, que o caminho em direção ao desenvolvimento urbano sustentável ⁶⁸ deve ser construído através de uma visão sistêmica, percebendo-se e considerando-se os diferentes sistemas que estão em sinergia, interagindo e influenciando um ao outro:

[...] o espaço urbano deve ser compreendido como um sistema complexo formado por elementos e funções que estão estritamente relacionados, a partir da interdependência e a associação entre o meio natural e o construído, mediante a presença da atividade humana na transformação do meio natural (CANEPA, 2007) que somado a um conjunto de interesses distintos presentes no espaço urbano geram toda a complexidade que envolve o contexto urbano e estabelece as bases para o processo de desenvolvimento das cidades. Assim, qualquer intervenção deve captar essa dinâmica

⁶⁸ No âmbito deste trabalho usaremos o termo “desenvolvimento urbano sustentável” quando nos referirmos ao processo com o qual a “sustentabilidade urbana” pode ser atingida, caracterizando-se assim a “cidade sustentável”.

de inter-relações, uma vez que a alteração em um elemento pode provocar mudanças no estado dos demais (MARTINS e CÂNDIDO, 2013, p.1).

É imprescindível, então, olharmos para a cidade através de uma leitura transversal dos vários processos que compõem a estrutura urbana, indagando seu impacto dentro do funcionamento de um sistema maior - seu entorno próximo, ou o planeta como um todo -, bem como a percebendo como um sistema constituído de vários subsistemas, numa relação dialética entre questões locais e globais.

Conforme posto por Zancheti (2002, p.82):

A cidade é um sistema complexo e aberto, isto é, um sistema com muitas variáveis e com um elevado grau de interação interna e externa ao sistema, no qual as variáveis estão em constante transformação. A sustentabilidade de uma cidade será um processo que deverá tratar das relações internas e externas do sistema que a compõe.

Nesta perspectiva, diversas noções de sustentabilidade são construídas, na pretensão de descrever situações que apresentem uma proximidade à realidade ou que sejam adequadas para o sistema urbano em suas diversas inter-relações e contextos, nos quais encontram-se um conjunto de elementos que ora se apresentam em concordância, ora em oposição, fazendo com que os discursos sobre sustentabilidade ainda apresentem diversas contradições e controvérsias (MARTINS e CÂNDIDO, 2013). As distintas apropriações da noção de sustentabilidade urbana geram uma diversidade de conceitos e interpretações, e a cidade passa a ser vista como um espaço fragmentado em seus problemas, relações, políticas e gestão urbanas, gerando resultados inconsistentes ou poucos satisfatórios.

Diante da busca para responder adequadamente ao fenômeno da sustentabilidade, Henri Acselrad (1999) coloca que o que prevalece em torno das discussões são expressões interrogativas recorrentes, nas quais a sustentabilidade é vista como algo em evolução, um conceito infinito que poucos sabem o que é e que requer muita pesquisa adicional, enfatizando que “é sustentável hoje aquele conjunto de práticas portadoras da sustentabilidade no futuro.” (Ibid., p.81). Assim, Acselrad destaca que é necessário entender a sustentabilidade urbana não como uma definição acabada, mas como uma ideia em construção.

Na busca pela sistematização das distintas representações e práticas sobre a sustentabilidade urbana, dois autores se destacam em sua análise: a geógrafa francesa Cyria Emelianoff (1995) e o economista brasileiro Henri Acselrad (1999). Em 1995, Emelianoff

identifica três representações basicamente distintas de cidades, às quais corresponderão também diferentes sentidos capazes de legitimar e dar durabilidade à integridade do urbano. Ao analisar a Rede Internacional de Cidades Sustentáveis, que se formou em 1994, a partir da Primeira Conferência Europeia sobre Cidades e Vilas Sustentáveis (Quadro 2.6.), Emelianoff percebe que essas cidades atuam, através de ações transversais, em três frentes, sendo elas: i) o ecossistema; ii) o patrimônio; e iii) a democracia.

Na visão da autora, a construção da **cidade ecossistêmica** representa uma concepção metabólica de cidade; de equilíbrio entre matérias e fluxos. Entre as estratégias que desenvolve, estão: a exploração de energias renováveis e a taxação de energia não renováveis; a limitação dos deslocamentos humanos pendulares através do planejamento de zonas com funções mistas e a oferta de empregos locais; a racionalização dos transportes através do incentivo à pedestrianização, ao transporte coletivo e a programas ciclovitários; a não subvenção ao automóvel e o encorajamento do trabalho a partir de casa ou do ensino à distância; a diminuição dos transportes de bens e o encorajamento a uma economia da proximidade. Essas cidades se mobilizam para a prevenção do efeito estufa, contra a redução da camada de ozônio e a favor da reciclagem de rejeitos, onde a palavra de ordem de sua ação é uma **vida saudável**.

Na mesma análise, a construção da **cidade patrimonial** é liderada por cidades que já identificaram um patrimônio natural ou cultural, cidades históricas ou turísticas. A palavra de ordem é **qualidade de vida**. Suas estratégias são voltadas para a requalificação do tecido urbano, dos espaços públicos, dos quarteirões e dos prédios históricos, a valorização do patrimônio vivo e natural, incluindo a fauna e a flora urbanas, a “renaturalização” e a recuperação de rios, e a valorização dos espaços públicos e do convívio urbano.

Por fim, a **cidade participativa** é almejada por cidades que desejam reconstruir sua identidade comunitária, sua dinâmica urbana. A palavra de ordem é **vida cívica**. Entre as estratégias desenvolvidas estão: a mobilização dos habitantes; o desenvolvimento de parcerias; e a construção de estratégias formais e informais de participação política.

Para Acselrad (2004, p.29), o discurso de Emelianoff sobre as cidades candidatas à “sustentabilidade”:

[...] tem em comum uma lógica de inclusão numa continuidade espacial e temporal: inclusão das periferias (pela descentralização), da memória (pela reciclagem) e de atores sociais (pela interação) – incluindo não vivos e gerações ausentes. Inclusão da cidade no ecossistema global e do ecossistema local na cidade; inclusão da cidade no

patrimônio das gerações futuras e do patrimônio local nas cidades; inclusão da democracia participativa na cidade e da cidade na “democracia planetária”.

Quadro 2.10. Classificação e caracterização das distintas representações e práticas sustentáveis de cidades identificadas por Cyria Emelianoff.

| Ação (tipo de cidade) | Representação | Estratégia | Diretriz |
|-----------------------|---|---|-------------------|
| Ecológica | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Concepção metabólica; ▪ Equilíbrio entre matérias e fluxos. | <ul style="list-style-type: none"> ▪ a exploração de energias renováveis e a taxação de energia não renováveis; ▪ a limitação dos deslocamentos humanos pendulares através do planejamento de zonas com funções mistas e a oferta de empregos locais; ▪ a racionalização dos transportes através do incentivo à pedestrianização, ao transporte coletivo e a programas cicloviários; ▪ a não subvenção ao automóvel e o encorajamento do trabalho a partir de casa ou do ensino à distância; ▪ a diminuição dos transportes de bens e o encorajamento a uma economia da proximidade. | Vida saudável |
| Patrimonial | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Natural; ▪ Cultural; ▪ Histórica; ▪ Turística. | <ul style="list-style-type: none"> ▪ a requalificação do tecido urbano, dos espaços públicos, dos quarteirões e dos prédios históricos; ▪ a valorização do patrimônio vivo e natural, incluindo a fauna e a flora urbanas; ▪ a “renaturalização” e a recuperação de rios; ▪ valorização dos espaços públicos e do convívio urbano. | Qualidade de vida |
| Participativa | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Identidade comunitária; ▪ Dinâmica urbana. | <ul style="list-style-type: none"> ▪ a mobilização dos habitantes; ▪ o desenvolvimento de parcerias; ▪ a construção de estratégias formais e informais de participação política. | Vida cívica |

Fonte: Quadro desenvolvido por C.Wagner (2019) com base nas distintas representações e práticas sustentáveis de cidades identificadas por Cyria Emelianoff (1995).

Seguindo numa direção semelhante ao estudo produzido por Emelianoff, Henri Acselrad também identifica três propostas de reprodução adaptativa das estruturas urbanas, voltadas para o tratamento da questão ambiental em geral e ambiental urbana, em particular:

No debate contemporâneo, encontramos varias articulações lógicas entre a reprodução das estruturas urbanas e sua base especificamente material. Encontraremos três representações distintas da cidade, às quais corresponderão também diferentes sentidos do que se pretende legitimar capaz de fazer durar a integridade do urbano (ACSELRAD, 2009a, p.54).

Essas representações, ou matrizes discursivas da sustentabilidade urbana (ACSELRAD, 2009a), se manifestariam através da: i) representação técnico-material das cidades; ii) cidade como *locus* da qualidade de vida; e iii) cidade como espaço de legitimação das políticas

públicas. A “**representação técnico-material das cidades**” abordaria aspectos voltados à adoção de mecanismos de **eficiência eco-energética**: no uso dos recursos naturais e no fluxo de matéria-energia, englobando menor desperdício de energia e matérias-primas, bem como a reciclagem e reutilização de resíduos. Esta matriz estaria diretamente relacionada aos novos modelos técnicos e à materialidade do urbano:

[...] caberia ao planejamento urbano minimizar a degradação energética e desacelerar a trajetória da irreversibilidade. Tal representação das cidades aponta para novos modelos técnicos do urbano, fundados na racionalidade econômica aplicada aos fluxos de matéria-energia (Ibid., p.55).

Assim como Emelianoff, Acselrad compreende este fluxo inclusive nas relações espaciais (consumo de espaço, distribuição de pessoas e atividades), uma vez que podem aumentar ou reduzir as perdas de energia, o que se relacionaria à ideia de capacidade de suporte dos espaços urbanos (MAGALHÃES, 2006). A busca por uma distribuição mais adequada das populações e atividades junto ao território representaria uma economia de meios, prevenindo as grandes fragmentações e dispersões urbanas:

A ineficiência eco-energética pode ser traduzida também em termos de distribuição espacial inadequada à economia de meios, ou seja, como o resultado de uma impropria distribuição locacional das populações e das atividades no espaço urbano (ACSELRAD, 2009a, p.55).

Sobre este aspecto, Durazo (1997 apud ACSELRAD, 2009a, p.55) caracteriza este cenário como decorrente das “crescentes assimetrias entre a localização espacial dos recursos e da população, das pressões excessivas sobre o meio físico circundante e sobre os sistemas ecológicos regionais”. Em termos materiais e físicos, as cidades devem ser compreendidas como estruturas que demandam energia, materiais de outros lugares e ainda necessitam de áreas para a disposição de seus rejeitos, que crescem a cada dia com o incentivo ao consumo e a durabilidade de bens cada vez mais curta. Com o crescimento populacional, as cidades tendem a se espalhar, consumindo importantes ecossistemas naturais e terra agricultável.

Esta transição (ou evolução) para projetos de base técnico urbana deverá ser apoiada por uma mudança nos costumes; por uma reeducação ambiental, através da disseminação de uma consciência ecológica “[...] e pelo engendramento de uma “economia da reciclagem”” (Ibid., p.56). A busca pelo equilíbrio ecológico urbano (a representação ecossistêmica da cidade) deverá ser pautada por um metabolismo circular, “[...] a ideia de **metabolismo urbano**

[...]” (Ibid., p.58), onde o consumo é reduzido, os processos são mais eficientes e a reutilização de recursos é maximizada. Os materiais devem ser reciclados, o lixo reduzido, os recursos não-renováveis conservados e deve-se insistir no consumo dos renováveis:

A ideia de metabolismo urbano aponta para um modelo de equilíbrio, a ser obtido pelo ajustamento apropriado dos fluxos e estoques de matéria e energia (Ibid.).

Estes processos aumentam a eficiência global das cidades e reduzem seu impacto no meio ambiente. Para isso, as cidades devem ser planejadas para administrar o uso de recursos e disposição de resíduos, reduzindo sua pegada ecológica, através de uma nova visão de planejamento mais sistêmico e abrangente.

Nessa perspectiva, a cidade sustentável:

[...] será aquela que, para uma mesma oferta de serviço, minimiza o consumo de energia fóssil e de outros recursos materiais, explorando ao máximo os fluxos locais e satisfazendo o critério de conservação de estoques e de redução do volume de rejeitos (DÉLÉAGE, 1995 apud ACSELRAD, 2009a, p.54).

Na representação da cidade como “**espaço da qualidade de vida**”, o enfoque é dado à **cidadania**, ao **patrimônio** e à **pureza** do espaço urbano, no sentido inclusive das implicações sanitárias da produção e práticas urbanas, considerando que o urbano “impregnaria os habitantes das cidades com substâncias nocivas e tóxicas pela sua artificialidade.” (Ibid., p.59). Se constituiriam em ações que favorecessem o asceticismo e a pureza da cidade, questionando:

[...] as emissões de gases e outros poluentes, buscando o seu controle e redução através do diálogo e da negociação, mesmo que em contraposição ao desenvolvimento industrial, numa ampliação da noção de cidadania (MAGALHÃES, p.13, 2006).

Sobre a prática da cidadania, ela remete ao desenvolvimento de instrumentos de diálogo e negociação sobre políticas públicas:

Tal representação da cidadania urbana tende a espriar-se para o conjunto das políticas urbanas, justificando estruturas que favorecem o desenvolvimento do dialogo e da negociação, bem como a realização de pactos de atribuição de sentido à duração das cidades, não só em sua materialidade, mas como institucionalidade sociopolítica (ACSELRAD, 2009a, p. 60).

O patrimônio relaciona-se com os valores, cultura, interpretações e percepções do espaço ao longo do tempo e a existência simbólica de lugares. Estas características são fortemente representativas da identidade do lugar, e fortalecem o vínculo dos habitantes com o

lugar. Esta noção refere-se não só à materialidade das cidades, mas também a seu caráter, suas identidades, seus valores e suas heranças construídas ao longo do tempo:

A perspectiva de fazer durar a existência simbólica de sítios construídos ou sítios naturais significados, eventualmente “naturalizados”, pode inscrever-se tanto em estratégias de fortalecimento do sentido de pertencimento dos habitantes a suas cidades, como de promoção de uma imagem que marque a cidade por seu patrimônio [...] (Ibid., p. 60).

Quando conjugamos estes três pontos - cidadania, patrimônio e pureza - e os associamos ao conceito de sustentabilidade, construímos um quadro interessante. A qualidade de vida e o direito dos cidadãos se processa não só pelo simples direito ao espaço urbano, incluindo toda a diversidade e funcionalidade, mas incorporando a participação comunitária no sentido da polis, de exercer efetivamente a cidadania e a governança, e de gerir seus valores. Neste sentido, o patrimônio também é vivenciado e interpretado, segundo valores individuais e coletivos que são relacionados a uma realidade temporal e espacial. Assim, a preservação do patrimônio biofísico, estético e cultural da cidade contribuiria tanto para o fortalecimento do sentido de permanência dos seus habitantes, como para a promoção de suas imagens, atraindo investimentos dentro do quadro da competição global⁶⁹ (MAGALHÃES, 2006).

Por último, a terceira representação caracterizada por Acselrad seria aquela relacionada à noção da “**cidade como espaço de legitimação das políticas públicas**” (2009a, p.62), que se aplicaria as condições de reconstrução da legitimidade das políticas urbanas através da reinstituição do projeto urbano segundo o modelo da **eficiência** e da **equidade**. Se constituiria na construção de uma melhor equidade social, na distribuição dos serviços e práticas democráticas a toda a população, e eficiência administrativa, promovendo a distribuição adequada dos recursos de acordo com as prioridades locais. Para Martins e Cândido (2013, p.5):

Essa representação da cidade pode ser expressa pelo modelo de eficiência mediante a gestão dos recursos públicos, e pela equidade evidenciada pela disposição de democratizar o acesso aos serviços urbanos, demonstrando a capacidade das políticas urbanas adaptarem a oferta de serviços urbanos à quantidade e à qualidade das demandas da sociedade para promover o equilíbrio entre a oferta e a demanda.

Magalhães (2006) argumenta que a erosão da legitimidade das políticas públicas repercute tanto no desperdício de meios, quanto espacialmente sob a forma de segregação sócio-territorial através da concentração seletiva dos benefícios urbanos:

⁶⁹ 100% Pure New Zealand, é a marca do site oficial de turismo da Nova Zelândia.

[...] a insustentabilidade, que aumentaria “os graus de conflito e incerteza nos processos de reprodução das estruturas urbanas”, adviria da incapacidade dos responsáveis pelas políticas urbanas em prover serviços básicos a todos, em impedir a decadência de alguns de seus espaços físico-econômicos, e em fazer frente a riscos tecnológicos e naturais, impondo mais riscos e desigualdade a populações menos assistidas (Ibid., p.13).

Quadro 2.11. Classificação e caracterização das distintas representações e práticas sustentáveis de cidades identificadas por Henri Acselrad.

| Matriz | Modelo | Estratégia |
|--|---|---|
| A cidade em sua representação técnico-material | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Racionalidade ecoenergética; ▪ Equilíbrio metabólico (metabolismo urbano). | <ul style="list-style-type: none"> ▪ redução do consumo e menor desperdício de energia e matérias-primas; ▪ melhor distribuição das populações, usos e atividades junto ao território; ▪ redução e reciclagem de rejeitos (economia da reciclagem); ▪ reeducação ambiental, através da disseminação de uma consciência ecológica. |
| A cidade como espaço da qualidade de vida | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Pureza; ▪ Cidadania; ▪ Patrimônio. | <ul style="list-style-type: none"> ▪ redução e controle sobre as emissões de gases e outro poluentes; ▪ desenvolver, junto a coletividade, instrumentos de diálogo e negociação sobre as políticas públicas; ▪ preservação e promoção do patrimônio biofísico, estético e cultural da cidade. |
| A cidade como espaço de legitimação das políticas públicas | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Eficiência; ▪ Equidade. | <ul style="list-style-type: none"> ▪ promover a eficiência na administração dos recursos públicos; ▪ promover a equidade social através da democratização na alocação dos recursos públicos. |

Fonte: Quadro desenvolvido por C.Wagner (2019) com base nas distintas representações e práticas sustentáveis de cidades identificadas por Henri Acselrad (2009a).

Ao observarmos as representações e práticas sustentáveis de cidades identificadas por Emelianoff e Acselrad (Quadros 2.10 e 2.11) percebemos uma forte semelhança na construção de seus modelos, através da sua organização em três distintas matrizes e suas específicas dimensões de ação.

Nos parece que tal abordagem evidencia a existência de dois campos específicos de ação para se alcançar a sustentabilidade urbana: um de base tecno-material, manifestando-se através da **modernização ecossistêmica da cidade** e outro de base socioambiental, traduzido na busca pela **justiça socioambiental na cidade**. O primeiro campo, baseado nas premissas de não desperdiçar e não poluir, incluiria as dimensões de uma matriz técnica expandida⁷⁰, na

⁷⁰ Acselrad identifica, em sua matriz “A cidade em sua representação técnico-material” (Quadro 2.11.), dois modelos, ou dimensões: a Racionalidade Ecoenergética, e o Equilíbrio Metabólico (ou Metabolismo Urbano). Propomos expandir para 3 as dimensões da Base tecno-material, incluindo a dimensão Pureza Ecosistêmica, uma vez que entendemos que a busca pela pureza do sistema, através da redução e controle sobre as emissões de gases poluentes e substâncias nocivas e tóxicas, possa também ser encontrada no uso de soluções baseadas em um processo técnico-científico.

procura de soluções baseadas em um processo técnico. Seriam elas: i) a **racionalidade ecoenergética**; ii) o **equilíbrio metabólico**; e iii) a **pureza ecossistêmica**. Já no segundo campo, a materialidade da cidade é vista como politicamente construída, onde sua sustentabilidade é entendida pela combinação de princípios de justiça e ecologia, sugerindo que a degradação ambiental e as injustiças sociais têm as mesmas bases e devem ser analisadas conjuntamente. Sendo necessário, para se alcançar qualidade de vida, bem-estar e cultura, a discussão de uma nova ética do desenvolvimento sustentável, com participação, responsabilidade política e justiça social. As dimensões aqui representadas seriam: iv) a **participação cidadã**; v) o **patrimônio integral**; vi) a **eficiência administrativa**; e vii) a **equidade sócio-territorial** (Quadro 2.12.). Assim, a duração da cidade (ACSELRAD, 2009a), e consequentemente a reprodução de suas relações sociais, estaria assegurada não apenas na sua materialidade, mas principalmente enquanto espaço de direito e cidadania.

Quadro 2.12. Bases e dimensões da sustentabilidade urbana.

| |
|---|
| <p>Base tecno-material (A modernização ecossistêmica da cidade)</p> |
| <p>Descrição: reprodução adaptativa das estruturas urbanas para o ajustamento das bases técnicas e sanitárias da cidade, no tocante a racionalidade ecoenergética, ao equilíbrio metabólico e a pureza do sistema, visando a redução tanto no uso de recursos e na produção de rejeitos, como nas emissões de gases e outros poluentes, através da busca por uma melhor distribuição da população e atividades no espaço urbano.</p> <p>Critério: uma cidade terá melhor continuidade material de estoques e fluxos de recursos e rejeitos, assim como à condições saudáveis de existência, quanto mais adequadas forem suas práticas em busca da racionalidade ecoenergética, do equilíbrio metabólico e da pureza ecossistêmica.</p> |
| <p>Dimensão 1: Racionalidade ecoenergética Dimensão 2: Equilíbrio metabólico Dimensão 3: Pureza ecossistêmica</p> |
| <p>Base socioambiental (A justiça socioambiental na cidade)</p> |
| <p>Descrição: está relacionada aos componentes de base socioambiental, cultural e institucional das práticas urbanas, no tocante as condições plenas da participação cidadã nas discussões e pactos sociais, na preservação do patrimônio integral da cidade, e na reconstituição da legitimidade das políticas públicas para adequação dos serviços urbanos às demandas de toda a população.</p> <p>Critério: uma cidade melhor promoverá a justiça socioambiental, quanto mais adequadas forem as formas de promover a participação cidadã, o patrimônio integral local, e a adaptação das ofertas de serviços urbanos à quantidade e à qualidade das demandas sociais através da legitimidade das políticas públicas no tempo, garantindo eficiência administrativa e equidade sócio-territorial a toda a população.</p> |
| <p>Dimensão 4: Participação cidadã Dimensão 5: Patrimônio integral Dimensão 6: Eficiência administrativa Dimensão 7: Equidade sócio-territorial</p> |

Fonte: Quadro desenvolvido por C.Wagner (2019) com base nas distintas representações e práticas sustentáveis de cidades identificadas por Emelianoff (1995) e Acsehrad (2009a).

Isto posto, propomos a construção de um modelo conceitual, estruturado nestas duas bases - uma tecno-material e outra socioambiental - como um marco ordenador para a verificação e análise da sustentabilidade na cidade. Este modelo, batizado de Modelo de Verificação Emelianoff-Achselrad (MVEA), apresenta, para cada uma das suas 7 dimensões (3 dimensões de base tecno-material e 4 de base socioambiental), a descrição e os critérios para a análise da sustentabilidade urbana (Quadro 2.13). O MVEA se propõe a servir de parâmetro tanto para a formulação como para a avaliação de planos, projetos e políticas públicas que tenham como objetivo o desenvolvimento urbano sustentável.

Quadro 2.13. Modelo de Verificação Emelianoff-Achselrad (MVEA)

| Base tecno-material (A modernização ecossistêmica da cidade) | |
|---|---|
| Dimensão 1: | Descrição: conservação da matéria e da energia, com redução das externalidades ambientais no processo de extração, tratamento, consumo e descarga; distribuição espacial adequada desses recursos em relação às populações e atividades no espaço urbano, privilegiando os recursos locais. |
| Racionalidade ecoenergética | Critério: em termos materiais: uma cidade apresenta racionalidade ecoenergética quando, para uma mesma oferta de serviços, consegue minimizar o consumo de energia e de outros recursos materiais, explorando ao máximo os fluxos locais, conservando o estoque e reduzindo a produção de rejeitos. Em termos de distribuição espacial: uma cidade apresenta racionalidade ecoenergética, quanto melhor for a distribuição espacial da pressão técnica de populações e atividades sobre a base de recursos ambientais urbanos. |
| Dimensão 2: | Descrição: busca o ajustamento dos fluxos e estoques de matéria e energia para a obtenção de equilíbrio, a partir da capacidade adaptativa dos ecossistemas urbanos (resiliência) superarem as condições vulneráveis e ameaças externas. |
| Equilíbrio metabólico | Critério: uma cidade terá melhor equilíbrio metabólico, quando seus ecossistemas urbanos apresentarem capacidade adaptativa para superarem as condições de vulnerabilidade frente às ameaças externas, mantendo o equilíbrio entre a utilização dos recursos e geração de rejeitos. |
| Dimensão 3: | Descrição: aspectos evocados para questionar as bases técnicas do urbano, que por sua artificialidade poderiam impregnar a população urbana com substâncias nocivas e tóxicas. |
| Pureza ecossistêmica | Critério: uma cidade apresentará as condições saudáveis de existência quanto mais conhecer as consequências das práticas e tecnologias urbanas, questionando e reduzindo as implicações sanitárias de tais práticas. |
| Base socioambiental (A justiça socioambiental na cidade) | |
| Dimensão 4: | Descrição: relacionada a existência de estruturas no espaço urbano que favoreçam o diálogo, a negociação, e a participação cidadã, visando a realização de pactos para dar sentido a duração das cidades. |
| Participação cidadã | Critério: uma cidade terá melhor assegurado o direito à participação cidadã quanto melhor promover o diálogo, a negociação e a realização de pactos que resultem na institucionalização da representação coletiva. |
| Dimensão 5: | Descrição: aspectos materiais e imateriais (caráter, identidade, valores e heranças) construídos ao longo da história da cidade, que fazem durar a existência simbólica do patrimônio natural e construído, expresso através dos aspectos históricos, culturais e ambientais, que permitem fortalecer as raízes e origens do seu povo através da conservação das identidades locais. |
| Patrimônio integral | Critério: uma cidade preservará o patrimônio integral, quanto melhor conservar seus aspectos históricos, culturais e ambientais que fizeram e fazem parte de sua história ao longo de sua existência. |

| | |
|-----------------------------------|---|
| Dimensão 6: | Descrição: gestão adequada e eficiente dos recursos públicos para atender as demandas da sociedade, mediante a capacidade política e institucional de intervenção na estrutura urbana. Critério: uma cidade terá uma melhor eficiência administrativa na gestão dos recursos públicos, quanto melhor forem as formas de desenvolvimento da sua capacidade política e institucional na promoção e distribuição desses recursos de acordo com as prioridades locais. |
| Dimensão 7: | Descrição: condições urbanas e distribuição equitativa para acesso dos serviços à toda a população. Critério: uma cidade terá uma melhor equidade sócio-territorial na distribuição dos serviços (qualidade e quantidade), a toda a população, quando mais adequadas forem suas políticas públicas para democratizar o acesso aos serviços urbanos. |
| Eficiência administrativa | |
| Equidade sócio-territorial | |

Fonte: Quadro desenvolvido por C.Wagner (2019) com base nas distintas representações e práticas sustentáveis de cidades identificadas por Emelianoff (1995) e Acselrad (2009a)⁷¹.

Assim, a partir deste modelo conceitual foi proposto um modelo operacional (Quadro 2.14.), onde os critérios gerais de cada dimensão (três de base tecno-material e quatro de base socioambiental) foram organizados em dezoito critérios específicos:

Quadro 2.14. Critérios específicos para a avaliação das dimensões da sustentabilidade urbana no MVEA.

| Base | Dimensão | Critério Específico (pautado na ação e promoção) |
|----------------|-----------------------------|--|
| TECNO-MATERIAL | Racionalidade ecoenergética | 1. Redução do consumo de matéria-energia não renováveis através da promoção do uso de energias renováveis; |
| | | 2. Reciclagem e reutilização de resíduos. |
| | Equilíbrio metabólico | 3. Uso local nos processos de geração e tratamentos de matéria-energia e resíduos; |
| | | 4. Distribuição equilibrada da população e de funções mistas junto ao território; |
| | | 5. Capacidade adaptativa e resiliente para superar condições de vulnerabilidade. |
| | Pureza ecossistêmica | 6. Tratamento dos rejeitos; |
| | | 7. Sistemas de medição, controle, e restrição sobre as emissões de gases e outros poluentes; |
| | | 8. Incentivo à pedestrianização, programas ciclovitários e ao transporte coletivo. |
| | | 9. Restrição ao uso do transporte particular. |
| SOCIOAMBIENTAL | Participação cidadã | 10. Construção de estratégias formais e informais de diálogo, negociação e participação política; |
| | | 11. Promoção da inclusão social. |
| | Patrimônio integral | 12. Preservação e promoção do patrimônio histórico construído; |
| | | 13. Preservação e valorização do patrimônio vivo e natural; |
| | | 14. Preservação e valorização da cultura, caráter, pertencimento e identidade local. |
| | Eficiência administrativa | 15. Promoção à eficiência na administração dos recursos públicos; |
| | | 16. Promover a distribuição desses recursos de acordo com as prioridades locais. |

⁷¹ Maria de Fátima Martins e Gesinaldo Ataíde Cândido (2013; 2015), propõe um modelo de análise da sustentabilidade urbana construído a partir das 3 matrizes discursivas identificadas por Acselrad, contendo a descrição, o critério de análise, os índices temáticos e os indicadores urbanos atribuídos a cada uma das 7 dimensão. Para a construção do MVEA, no tocante as descrições e critérios de análise das bases (Quadro 2.12) e de suas respectivas dimensões (Quadro 2.13), nos apoiamos tanto nos escritos de Emelianoff e Acselrad como no modelo proposto por Martins e Cândido.

| | |
|-----------------------------------|---|
| Equidade sócio-territorial | 17. Promoção da equidade social através da democratização na alocação dos serviços públicos; |
| | 18. Promoção e valorização dos espaços públicos e do convívio urbano junto a todo o território. |

Fonte: Quadro desenvolvido por C.Wagner (2019).

Através da verificação da inclusão e do atendimento, ou não, desses critérios, poderemos determinar seis diferentes graus, ou níveis, de sustentabilidade urbana: Alto; Médio Alto; Médio; Médio Baixo; Baixo; e Nulo⁷². Dessa forma, o modelo permitiria uma análise qualitativa do objeto empírico, pautada nos questionamentos centrais da pesquisa: a questão da sustentabilidade como elemento discursivo das propostas governamentais de intervenção urbana, e o grau de comprometimento do mesmo com os critérios determinantes desta sustentabilidade. Diferentemente de Réus e Andion (2018), não adotaremos critérios quantitativos de parametrização desta classificação, uma vez que nossa investigação e abordagem se concentrará na análise qualitativa dos dezoito critérios específicos, contidos no MVEA, para a avaliação das dimensões da sustentabilidade urbana.

Entendemos que a busca pela construção da sustentabilidade deve abordar desde questões técnicas de infraestrutura urbana, escala e eficiência, até questões de caráter intangível, transversais e multidimensionais que permeiam toda a rede física da cidade, aspectos voltados para o fortalecimento da cidadania, da governança, da ética, da cultura e da justiça social. A aplicação deste modelo conceitual e operacional - imperfeito em sua natureza⁷³, porém correto em sua proposição - se justifica tanto como forma de monitoramento e avaliação da sustentabilidade na cidade existente, como instrumento de investigação e análise dos planos e políticas públicas de intervenção no território e nas áreas urbanas. Sendo precisamente desta segunda maneira que o modelo aqui apresentado será validado: interrogando, analisando e determinando o grau de sustentabilidade urbana contido no plano governamental “Masterplan

⁷² No artigo intitulado “Gestão Municipal e Desenvolvimento Sustentável: Panorama dos Indicadores de Sustentabilidade nos Municípios Catarinenses”, de 2018, Luana Réus e Carolina Andion também sugerem o uso de uma “régua” para a classificação dos municípios catarinenses em relação ao seu nível de desenvolvimento sustentável: “Essa régua classifica os municípios e demais recortes territoriais em cinco níveis de desenvolvimento sustentável: Alto, Médio Alto, Médio, Médio Baixo e Baixo, conforme exposto no Quadro 2. Essas categorias classificam tanto a situação geral, panorâmica do município, quanto a situação particular de uma dimensão, subdimensão ou variável.” (RÉUS e ANDION, 2018, p.104).

⁷³ Tanto o conceito como a noção de sustentabilidade ainda carregam um estado de incerteza na construção do seu significado e na sua conseqüente aplicação. Isto se deve tanto à questão temporal de uma ação presente influenciar um estado de sustentabilidade futura (algo que só poderá ser verificado e comprovado no futuro), como pela variedade de dimensões abrangidas (social, ambiental, econômica, cultural e institucional) e a rapidez com que as mudanças sociais e espaciais transformam as cidades.

do 4º Distrito de Porto Alegre: Revitalização Urbana e Reconversão Econômica”
(MASTERPLAN-4D), de 2016.

Capítulo 3 - Procedimentos metodológicos da investigação empírica

3.1 Critérios de seleção da área estudada e do recorte temporal

3.1.1 Recorte espacial

3.1.2 Recorte temporal

3.2 Tipos de fontes de tratamento dos dados

3.2.1 Fontes bibliográficas

3.2.2 Fontes documentais

3.2.3 Entrevistas semiestruturadas

CAPÍTULO 3 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA

Este capítulo apresenta os procedimentos metodológicos utilizados no presente trabalho. Nele será apresentada a caracterização e universo da pesquisa, assim como os instrumentos e técnicas utilizados neste estudo.

Esta investigação empírica tem por finalidade o estudo sobre a questão da sustentabilidade nas políticas de desenvolvimento urbano, abordado de forma específica a partir da análise e avaliação da sua inclusão, tanto a nível nacional, junto aos Planos Plurianuais, a Lei Federal nº 10.257 (Estatuto da Cidade), e a Agenda 21 Brasileira, como a nível municipal, presente na Agenda 21 Local, no Plano Diretor e nos Planos Plurianuais do município de Porto Alegre. Com esse objetivo, investigaremos a área escolhida como estudo de caso⁷⁴, cuja formação e transformação - assim como a evolução dos planos governamentais e ações locais -, serão detalhadamente examinadas e apresentadas, de forma descritiva, através de um relato histórico. Posteriormente, o grau de sustentabilidade urbana contido no plano governamental “Masterplan do 4º Distrito de Porto Alegre: Revitalização Urbana e Reconversão Econômica” (MASTERPLAN-4D), de 2016, será avaliado e determinado através da aplicação do Modelo de Verificação Emelianoff-Acsehrad (MVEA), buscando responder à hipótese sugerida por esta tese, de que tal proposta não atende aos preceitos para que seja considerada na perspectiva de um desenvolvimento urbano plenamente sustentável.

⁷⁴ “Segundo Gil (1995), o método do estudo de caso caracteriza-se pelo estudo de poucos objetos, de forma a permitir um profundo conhecimento dos mesmos. Este desenho de pesquisa é fundamentado na ideia de que a análise da unidade de um universo determinado permite a compreensão deste universo ou, pelo menos, o estabelecimento das bases para uma futura investigação, mais sistemática e precisa.” (FURTADO, 2003, p.96).

Cabe aqui salientar que o objeto empírico poderia ter outro recorte espacial ou referir-se a outro plano ou projeto, uma vez que o objetivo principal da tese é contribuir com uma proposta de modelo de averiguação do grau de sustentabilidade urbana presente em qualquer ação de requalificação urbana. Entende-se, portanto, o objeto empírico como um exercício acadêmico de análise onde a questão da sustentabilidade mostra-se como elemento discursivo na proposta apresentada para o MASTERPLAN-4D, uma vez que a mesma não se concretizou institucionalmente no âmbito municipal - onde a minuta de lei complementar contratada não teve continuidade, devido a troca de gestão em 2017.

Estruturada como uma pesquisa qualitativa⁷⁵, de natureza descritiva exploratória, serão analisados dados concretos em suas peculiaridades locais e temporais (FLICK, 2009), buscando-se, assim, evitar qualquer anacronismo em relação à conjuntura em que estas políticas públicas, leis, planos e ações foram criadas.

3.1 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DA ÁREA ESTUDADA E DO RECORTE TEMPORAL

Tornamo-nos particularmente interessados pela área do 4º Distrito após um primeiro contato, ainda no início da década de 1990 - por meio de projetos acadêmicos realizados junto a Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul -, através dos quais foi possível perceber a importância locacional daquele território, a riqueza do seu patrimônio histórico e cultural, assim como o seu acelerado estado de decaimento e abandono.

A segunda metade da década de 1990, e início dos anos 2000, “[...] evidencia o novo interesse político na região, após anos de abandono.” (PIQUÉ, 2017, p.9), tanto a nível governamental, com a criação do Projeto Porto Alegre Tecnópolis, e o Parque Tecnológico do 4º Distrito, como acadêmico, com a produção de livros, monografias, dissertações e teses “[...] que enfatiza[m] a identidade própria dessa região.” (Ibid.)⁷⁶.

⁷⁵ Segundo Tony Manzi e Keith Jacobs (MANZI e JACOBS, 2008), a metodologia qualitativa fornece ferramentas que permitem considerar experiências e significados divergentes.

⁷⁶ Dentre os documentos produzidos neste período, poderíamos destacar: a) “Alternativa Ambiental para um Parque Tecnológico na Região Metropolitana de Porto Alegre: A Redescoberta de Navegantes”, Especialização em Pós-Graduação. Autora: Ghissia Hauser, 1994-1995; b) “Projeto Humaitá - Navegantes: o resgate da cidadania”, Boletim Gaúcho de Geografia. Autora: Tânia Marques Strohaecker, 1995; c) “Revitalização urbana do 4º Distrito”. Autor: Eng. Breno Ribeiro, 1997; d) “Porto Alegre Tecnopole: Uma estratégia de desenvolvimento”, Monografia na área de Ciências Econômicas. Autor: Cássio Moreira, 1999; e) “Revitalização de áreas urbanas - um estudo de caso: a rua Voluntários da Pátria”, Dissertação na área do urbanismo. Autora:

Infelizmente, tamanho interesse não se materializou em ações práticas - o Projeto Parque Tecnológico do 4º Distrito foi encerrado em janeiro de 2005 - e outros planos se sucederam sem nenhum impacto concreto sobre a área (e.g.: “Programa Porto do Futuro, Ação: Revitalização do 4º Distrito” de 2009; “Programa Porto do Futuro, Ação: Reintegração do Guaíba ao Cotidiano da Cena Urbana - A Qualificação Urbanística da Faixa de Orla do 4º Distrito”, de 2010; “Projeto MetroPOA”, de 2012⁷⁷) (PMPA, 2009b; PMPA, 2010d).

Alguns projetos pontuais de infraestrutura foram iniciados⁷⁸, porém, sem a aplicação de um plano urbanístico claro e específico para o seu desenvolvimento, a área passou a sofrer os avanços desordenados do setor imobiliário:

A prefeitura planejou, demonstrou ter intenção de agir e iniciou obras de mobilidade. Mas ainda deve um plano urbanístico claro para o Quarto Distrito, cobram os presidentes do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU-RS) e do Instituto dos Arquitetos (IAB-RS) do Estado. “A partir do momento em que a prefeitura não apresenta um plano específico para a região, ela fica ao sabor dos interesses e precisa lidar caso a caso. Aí, às vezes, as obras são melhores para o investidor, às vezes melhores para a cidade.”, sustenta Roberto Py da Silveira, presidente do CAU-RS. Para o presidente do IAB-RS, a falta de planos claros causa insegurança jurídica aos proprietários. “Os investidores não sabem o que vai ocorrer naquela área. Assim, as grandes propriedades acabam funcionando como uma poupança da especulação imobiliária.”, avalia Tiago Holzmann da Silva (FELIN, 2014, p3).

A demanda pela elaboração de um plano de revitalização para a área do 4º Distrito ressurgiu novamente em 2013, quando da candidatura⁷⁹ de Porto Alegre a participar do programa “Desafio 100 Cidades Resilientes”, ação gerenciada pela Fundação Rockefeller⁸⁰. Junto à Estratégia de Resiliência elaborada para Porto Alegre (também conhecida como Plano

Maria da Graça Sebben, 1999; f) “Nós do Quarto Distrito: A classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas”, Tese na área de História. Autor: Alexandre Fortes, 2001; g) “Porto Alegre: Voluntários da Pátria e a Experiência da Rua Plurifuncional (1900-1930)”, Dissertação na área da Arquitetura. Autora: Leila Mattar, 2001; h) “Planejando Porto Alegre Quarto Distrito e Poblenu”. Autor: Arq Luiz Carlos, Zubarán, 2003; j) “O desafio da requalificação: um caminho novo na [Avenida] Voluntários da Pátria: complexo de uso múltiplo”. Autora: Bruna Pinheiro Jobim, 2004 (JUNIOR, 2015; PIQUÊ, 2017).

⁷⁷ O Escritório-Geral do Metrô de Porto Alegre (MetroPOA) foi inaugurado em junho de 2012, e extinto no final de 2016. Para maior informação sobre o projeto MetroPOA - incluindo a linha de tempo do projeto, o trajeto e a posição das 10 estações proposta -, acessar as seções de Anexos e Apêndices contidos no final neste documento.

⁷⁸ “A região tem sido alvo de grandes investimentos públicos, tanto em infraestrutura (Conduto Forçado Álvaro Chaves) como em habitação (Projeto Integrado Entrada da Cidade - Picc) e estruturação viária (prolongamento da rua Voluntários da Pátria, duplicação da Dona Teodora, Viaduto Leonel Brizola e o projeto para conexão do anel viário da BR 448, chamada de Rodovia do Parque, com a BR 290, a Free-Way).” (PMPA, [200-], p.1).

⁷⁹ A PMPA candidatou-se em 2013, assinando o memorando de entendimento em agosto de 2014.

⁸⁰ “O programa, lançado no ano de 2013 e gerenciado pela Fundação Rockefeller, propõe-se a financiar 100 cidades ao redor do mundo interessadas em desenvolver um plano estratégico (“Estratégia de Resiliência”) para orientar as políticas urbanas locais. A adesão ao Programa filantrópico também implica na participação em uma rede global de cidades resilientes para o compartilhamento de soluções inovadoras em políticas urbanas.” (MARX; ARAÚJO; SOUZA, 2019, p.5).

Estratégico de Resiliência), estava o desenvolvimento de um plano para a Revitalização do 4º Distrito:

Conforme o texto final da Estratégia de Resiliência, a revitalização da área deve “representar o piloto para uma cidade que desejamos para toda Porto Alegre” (DESAFIO PORTO ALEGRE RESILIENTE, 2016:21). Dentre as metas apresentadas destacamos o desenvolvimento de cluster de saúde como inovação para a região, com o potencial de atrair novos investimentos que melhorem a economia global da cidade; a atração de grandes empresas para a região; e a implementação de um centro de pesquisa e desenvolvimento em parceria com as duas maiores universidades do Estado (MARX; ARAÚJO; SOUZA, 2019, p.5).

Após um primeiro esboço do plano⁸¹ (Parte 1: Diagnóstico; Parte 2: Premissas e Diretrizes para o Masterplan), elaborado durante o ano de 2015 pelo GT Executivo do 4º Distrito⁸² (PMPA, 2015c; PMPA, 2015d), em 21 de dezembro de 2016, o Núcleo de Tecnologia Urbana da Universidade Federal do Rio Grande do Sul⁸³, entregou ao prefeito José Fortunati (Anexo G), o plano “Masterplan do 4º Distrito de Porto Alegre: Revitalização Urbana e Reconversão Econômica” (MASTERPLAN-4D). Dentre seus objetivos gerais a MASTERPLAN-4D se propôs a: “Revitalizar econômica e socialmente o 4º distrito recuperando sua atratividade.” (NTU-UFRGS, 2017, p.5), e a “Promover a gestão participativa baseada no conceito de Hélice Quádrupla no desenvolvimento do território tendo como princípio básico a inovação, a sustentabilidade, a resiliência social e ambiental e a inteligência territorial.” (Ibid.).

A implantação e desenvolvimento estratégico de um Masterplan para o 4º Distrito, se faz presente no Plano Plurianual Municipal do quadriênio 2014-2017⁸⁴. A Ação n° 2389⁸⁵, intitulada Plano de Desenvolvimento Estratégico do 4º Distrito, estabelece a função de “Elaborar planos, programas e ações com vistas ao detalhamento e à implantação do Masterplan do 4º Distrito e ao desenvolvimento estratégico dele para os próximos 20 anos.” (PMPA, 2016b, p.58).

⁸¹ Também referido como o “Plano Base”.

⁸² Sob coordenação executiva da Secretaria Municipal de Urbanismo (SMURB).

⁸³ Escritório contratado pela PMPA, em 31 de março de 2016, para “[...] o desenvolvimento do Master Plan de Revitalização Urbana para o 4º Distrito de Porto Alegre vinculado à Reconversão Econômica da região.” (PMPA, 2016d, p.1). (Contrato, Termo de Referência, e Termo Aditivo de Contrato disponíveis nos Anexos H, I, e K).

⁸⁴ Em sua versão atualizada de dezembro de 2016.

⁸⁵ Ação inserida no Programa Desenvolvimento com Inovação.

3.1.1 Recorte espacial

A noção de 4º Distrito é uma denominação antiga, para descrever “[...] um território que já foi muito maior do que aquele que estava sendo descrito por diversos atores, e que atingia, na ocasião em que a cidade era dividida em distritos, até mesmo áreas do atual bairro Menino Deus.” (ALBANO, 2001, p.6). O Ato nº 118, de 1915, que alterou os limites dos distritos da cidade - definidos inicialmente pela Lei Orgânica de 1892⁸⁶ -, determinou um novo 4º distrito⁸⁷, “[...] compreendendo as terras baixas da várzea do Gravataí, incluindo os bairros industriais de Navegantes e São João.” (KRAUSE e FRIDMAN, 2017, p.6). Argumentamos que desta inicial demarcação advém a forte associação feita pelos porto-alegrenses entre o 4º Distrito, o distrito industrial⁸⁸, e a localização do bairro Navegantes (Figura 3.1.):

A permanência da denominação “4º Distrito” para Fortes (2004) ainda nos dias de hoje representa o “senso de pertencimento a um universo social particular” que se constituiu ao longo da história recente da cidade e “indica o peso da base territorial e da inserção político-administrativa na constituição de uma identidade coletiva que se estendia para além dos limites familiares, étnicos, político-ideológicos ou profissionais (p. 33)” (FERNANDES, [2001-], p.4).

O Plano Diretor de 1959⁸⁹, Lei 2046/59 - primeiro plano legalmente instituído em Porto Alegre (NYGAARD, 2005) -, tinha como seu limite norte, de abrangência para a área física do Município⁹⁰, a Av. Sertório (Figura 3.2). Entendemos que esta delimitação, mesmo que correspondendo apenas a uma divisão administrativa, ajudou a reforçar a caracterização da área associada ao 4º Distrito, como o espaço entre a Estação Rodoviária Municipal, ao sul - limite

⁸⁶ “A Lei Orgânica de 1892 previu que o território do município de Porto Alegre fosse dividido em distritos, cuja primeira configuração foi traçada pelo Ato nº 7, no mesmo ano.” (KRAUSE e FRIDMAN, 2017, p.5). Inicialmente o município foi dividido em cinco distritos (ver Figura 3.1.).

⁸⁷ “O Quarto Distrito de Porto Alegre correspondia originalmente aos bairros Navegantes-São João que em extensão ocupavam a região até o limite com Canoas, estendendo-se na direção leste até o Passo da Areia. Até os anos 1950, Porto Alegre se dividia em Distritos. Somente em 1959 o Quarto Distrito foi dividido em bairros e deixou de existir oficialmente: [...]” (FERNANDES, 2014, p.45).

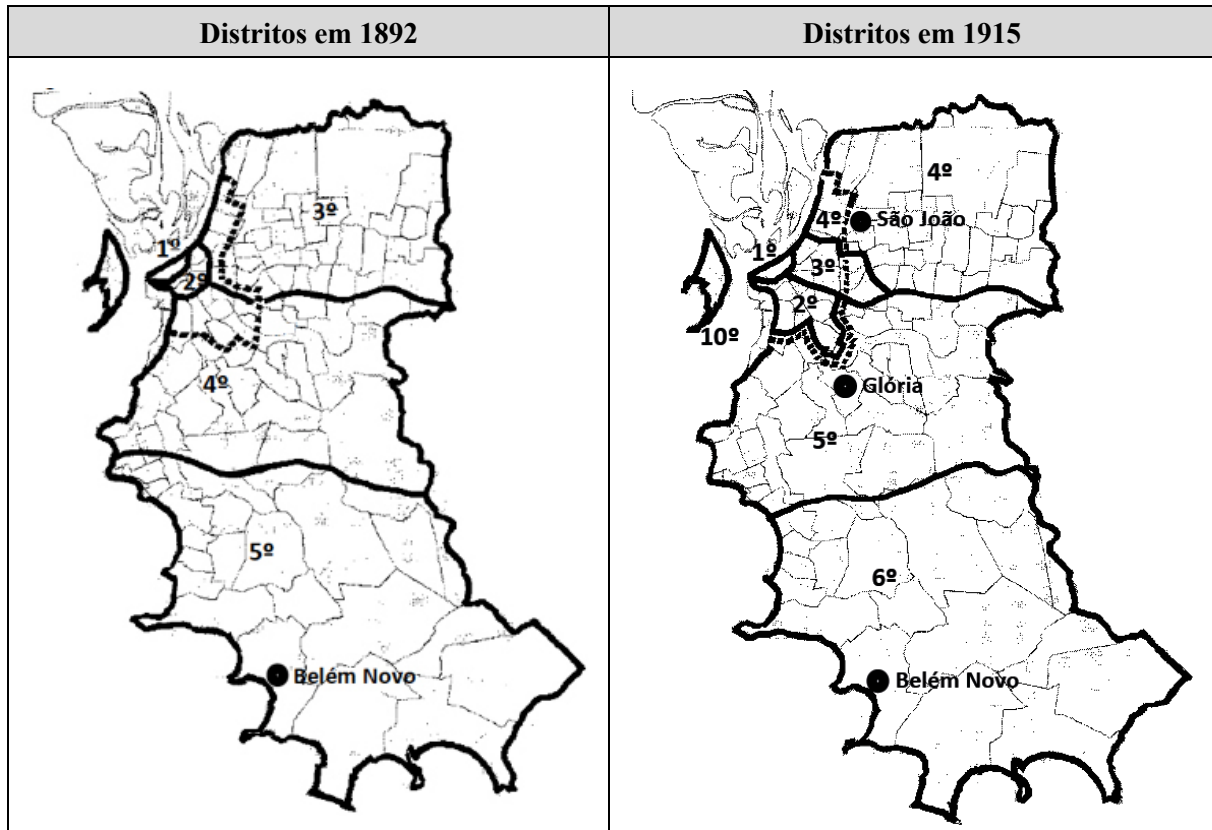
⁸⁸ Em seu livro “Porto Alegre e sua Evolução Urbana”, Célia Ferras de Souza e Dóris Maria Müller situam a fase de industrialização da cidade a partir deste período, compreendido entre 1890 e 1945 (SOUZA E MÜLLER, 2007, P.75). “O saneamento do bairro Navegantes foi acompanhado de outras melhorias que visavam a dar condições às indústrias que lá se instalaram e que ainda continuavam a instalar-se, completando assim o seu caráter de bairro, **tido por muito tempo como o bairro industrial da cidade.**” (Ibid., p.79)(grifo nosso).

⁸⁹ Foi também no ano de 1959 que se dissolveu a delimitação distrital, definindo-se a maior parte dos bairros do município (FERNANDES, 2014). “A primeira delimitação de bairros da capital foi em 1957, através da Lei 1762, quando foi delimitado o Bairro Medianeira na Zona Leste por iniciativa e mobilização dos seus moradores. Após, a Lei nº 2.022 de sete de dezembro de 1959, institucionalizou a delimitação do centro e de outros 57 bairros da capital, dissolvendo a delimitação distrital.” (ibid., p.63).

⁹⁰ “A área física do Município, abrangida pelo Plano [1959], coincidia, na época, com a superfície mais densificada da cidade, onde era mais urgente a regulamentação.” (PMPA, 1986, p. 8).

da área correspondente ao Centro Histórico - e a ponte do Guaíba⁹¹, ao norte - inaugurada em dezembro de 1958⁹², e continuação da Av. Sertório.

Figura 3.1. Delimitação dos distritos de Porto Alegre nos anos de 1892 e 1915.



Fonte: (KRAUSE e FRIDMAN, 2017, p.6).

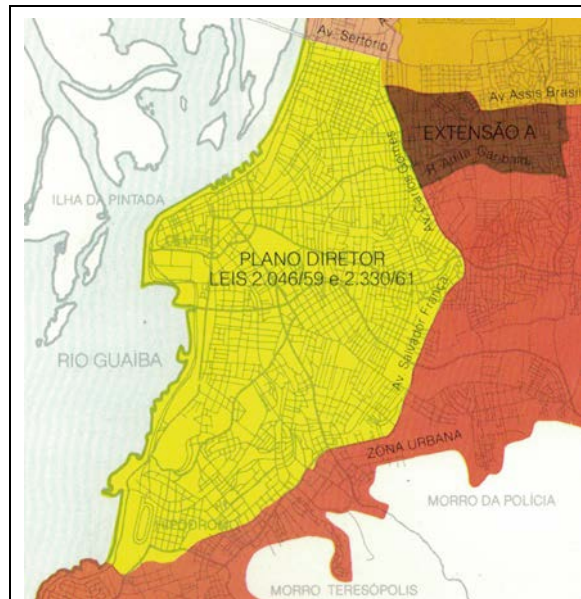
Para a arquiteta aposentada da Secretaria do Planejamento Municipal de Porto Alegre (SPM), e participante da equipe de trabalho do “Projeto Especial Integrado TEC 4: Projeto de Modernização Produtiva e Inovação Tecnológica no 4º Distrito”, Maria Tereza Albano (2001, p.6), as pessoas:

[...] ora associavam 4º Distrito apenas ao bairro Navegantes e ao seu entorno mais imediato, ora o reconheciam como a concentração comercial da Avenida Presidente Roosevelt ou ainda, como o espaço entre a Rodoviária Municipal e a Travessia Getúlio Vargas [...].

⁹¹ Também referida como Travessia Régis Bittencourt ou Travessia Getúlio Vargas.

⁹² “[...] em 1958 foi construída a ponte sobre o Guaíba, o que permitiu a ligação, por estrada, de Porto Alegre à zona sul do Estado.” (SOUZA E MÜLLER, 2007, P.79).

Figura 3.2. Área física do Município abrangida pelo Plano Diretor de 1959.



Fonte: (PMPA, 1986, p.8).

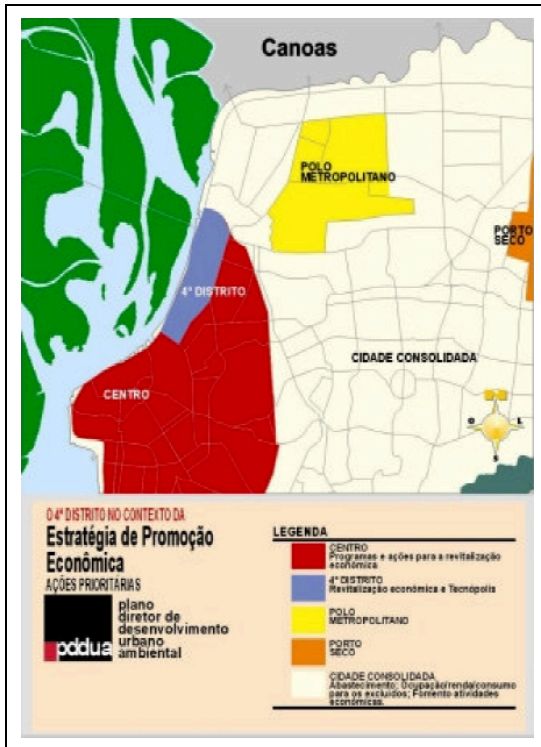
Em 1998, a partir de uma nova proposta de divisão dos bairros de Porto Alegre encaminhada à Câmara Municipal (ALBANO, 2001), o 4º Distrito passa a representar o conjunto de três bairros: Navegantes, São Geraldo e Floresta; ficando o adjacente bairro Marcílio Dias - onde se localizavam as atividades portuárias, ferroviárias e rodoviárias, assim como a Estação Rodoviária - excluído do agrupamento⁹³ (Figura 3.3). Tanto o mapa da Estratégia de Promoção Econômica, incluído no 2º PDDUA - aprovado em 1999 -, como o mapa das REPOTs (Região de Potencial Tecnológico) - produzido pelo Projeto Porto Alegre Tecnópole⁹⁴ -, corroboram para reforçar esta percepção locacional da área então associada ao 4º Distrito (Figuras 3.4 e 3.5).

⁹³ Para Gelson Saldanha Junior, “A dificuldade em determinar a extensão desse território e seus limites deve-se, entre outras razões, às modificações nos limites oficiais dos bairros e, principalmente, pela alteração urbana da área em função do acréscimo de território com os aterros e com a inserção/alteração de elementos viários importantes como a ponte do Guaíba e a Av. Castelo Branco (BR-290). Cabe citar também, a alteração das características de uso da área ao longo das últimas décadas.” (JUNIOR, 2015, p.350).

⁹⁴ “Desde a sua construção, o PAT [Porto Alegre Tecnópole] definiu uma estrutura organizacional e áreas de ação prioritárias - as REPOTs -, dentre as quais, o IV Distrito foi assinalado com foco no complexo eletroeletrônico.” (HAUSER, 2004a, p.22). “Uma das ações iniciais do PAT foi o estudo, realizado em 1996, que buscou identificar pólos de competências não-específicos, através da identificação de Regiões de Potencial Tecnológico (REPORTs) na RMPA [Região Metropolitana de Porto Alegre].” (HAUSER; ZEN; LOPES, 2004, p.46).

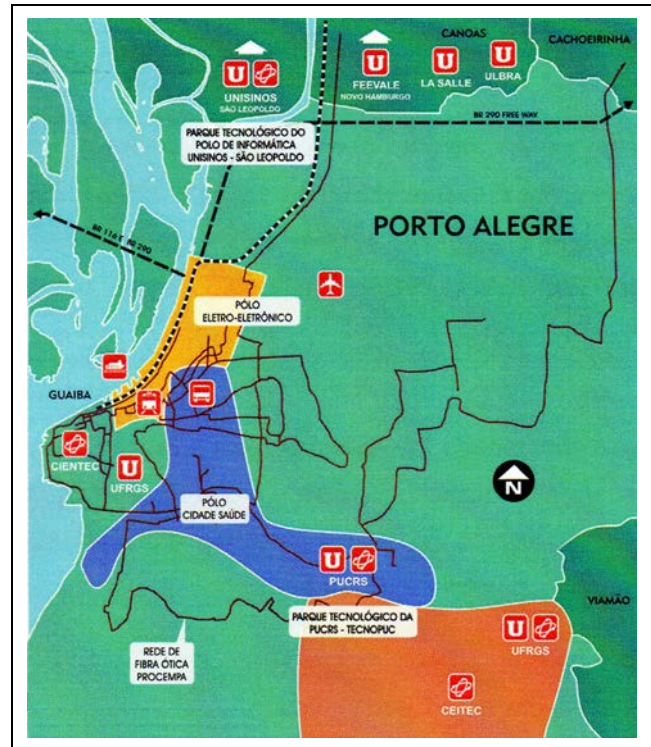
longitudinalmente, os bairros Navegantes, São Geraldo e Floresta pela metade⁹⁹ (Figuras 3.6. e 3.7.).

Figura 3.4. A localização do 4º Distrito junto ao mapa da Estratégia de Promoção Econômica, no 2º PDDUA de 1999.



Fonte: (ALBANO, 2001, p.23).

Figura 3.5. A localização das REPOT em Porto Alegre e na sua Região Metropolitana¹⁰⁰.



Fonte: (HAUSER, 2004a, p.22).

Elaborado em 2009, pelo Grupo de Trabalho do 4º Distrito¹⁰¹ (GT 4º Distrito), o Plano de Revitalização do 4º Distrito (PR-4D), anunciava:

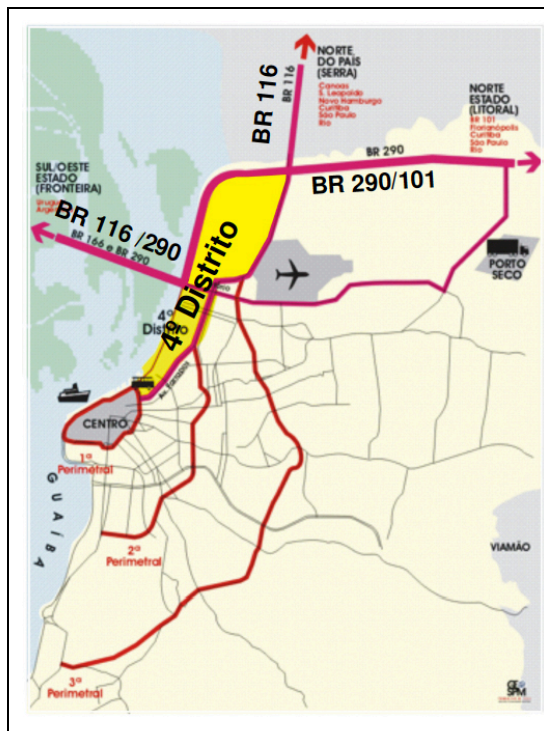
⁹⁹ Podemos especular que a decisão de determinar a Av. Farrapos como o limite leste deste “novo” 4º Distrito seja oriunda de uma percepção já existente em relação às diferentes características fundiárias e os tipos distintos de usos e atividades encontradas à oeste e à leste da Av. Farrapos. Em seu texto “Construir no construído. Pré-existência e coexistência: relato de uma experiência didática”, Paulo Bregatto e Tiago Silva sustentam esta tese: “Os estudantes identificaram duas zonas diferenciadas no 4º Distrito, virtualmente separadas pela Av. Farrapos. As características fundiárias, os tipos de usos e atividades, a escala das construções permitiram aos estudantes definirem que, à oeste da Av. Farrapos, está a metade fabril do bairro, com uma concentração maior de indústrias, galpões, depósitos, e com terrenos com grandes dimensões. À leste da Av. Farrapos está a zona mais residencial que mantém muitas das características do bairro operário do começo do século passado, tanto em sua estrutura fundiária como em muitas construções remanescentes deste período.” (BREGATTO e SILVA, 2008, p.4). Outro aspecto, que poderia ser determinante nesta escolha, estaria na própria natureza limítrofe definida pela Av. Farrapos; um forte divisor físico, entre a área leste e oeste, acentuado pela presença do primeiro corredor de ônibus implantado na cidade no ano de 1980.

¹⁰⁰ Observamos que por se tratar de um mapa especulativo, em relação a localização das REPOTs, a área designada ao polo eletroeletrônico do 4º Distrito engloba, além dos bairros Navegantes, São Geraldo e Floresta, o bairro Marcílio Dias e a parte nordeste do bairro Centro.

¹⁰¹ Em parceria com outras secretarias: “Secretarias envolvidas: SPM [Secretaria de Planejamento Municipal], SMAM [Secretaria Municipal do Meio Ambiente], SMC [Secretaria Municipal da Cultura], EPTC [Empresa Pública de Transporte e Circulação], SMOV [Secretaria Municipal de Obras e Viação], SMIC [Secretaria

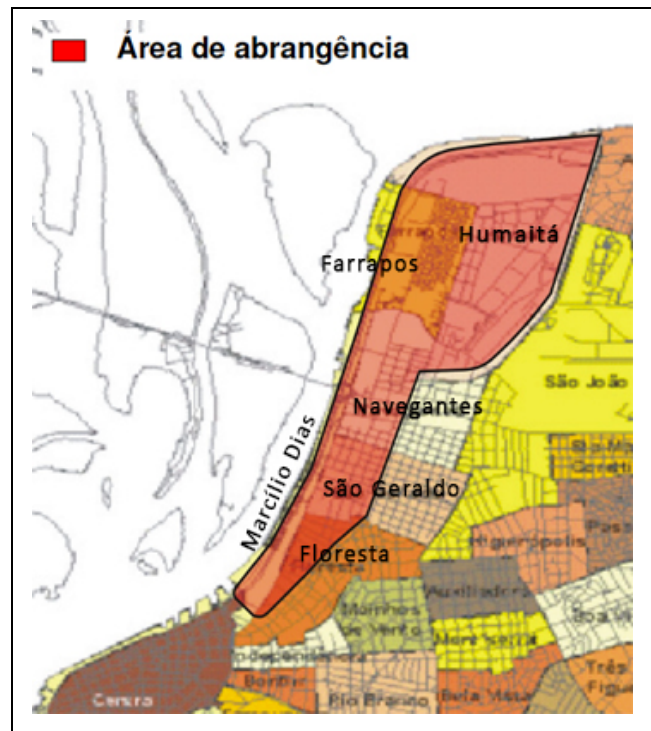
Área de atuação - os estudos englobam a área que vai da Estação Rodoviária, seguindo pela Rua Voluntários da Pátria, um eixo estruturador com grande potencial de renovação, até o Bairro Humaitá, onde se localizará a Arena do Grêmio. [...]. **Tendo como horizonte a Copa de 2014**, o GT 4º Distrito está priorizando estudos para a elaboração do Projeto Urbano de duplicação para a Rua Voluntários da Pátria (trecho entre a Rodoviária e a Ponte do Guaíba). Uma das propostas é a reciclagem de uso de prédios existentes ao longo da via (inventariados e listados como de interesse cultural) adaptando-os para uso residencial e/ ou comercial. **É uma das formas de revitalizar o 4º Distrito**. O projeto urbanístico está sendo elaborado por um grupo intersecretarias, com a coordenação do GT 4º Distrito, em parceria com a Secopa, contemplando projetos de paisagismo, viário, cicloviário, acessibilidade, infraestrutura, iluminação, mobiliário urbano e preservação do patrimônio cultural. Também em parceria com o GT Orla estão sendo elaborados um diagnóstico e diretrizes para a Orla Norte do Guaíba, região onde está situada a antiga Doca Turística (PMPA, [200-], p.1) (grifo nosso).

Figura 3.6. Localização geográfica da área do 4º Distrito, no Plano de Revitalização do 4º Distrito, de 2009, e sua interface com a Região Metropolitana.



Fonte: (PMPA, 2009b, p.5).

Figura 3.7. Abrangência espacial do Plano de Revitalização do 4º Distrito, de 2009.

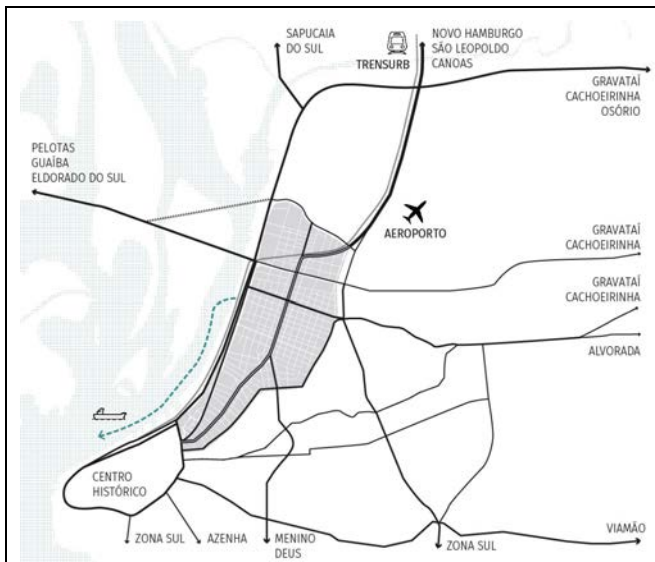


Fonte: (PMPA, 2009b, p.6).

Municipal da Produção, Indústria e Comércio], DMLU [Departamento Municipal de Limpeza Urbana], DMAE [Departamento Municipal de Água e Esgoto], SMGAE [Secretaria Municipal de Gestão e Acompanhamento Estratégico], SECOPA [Secretaria Extraordinária da Copa], SEACIS [Secretaria Especial de Acessibilidade e Inclusão Social], DEP [Departamento de Esgotos Pluviais].” (PMPA, 2009b, p.4).

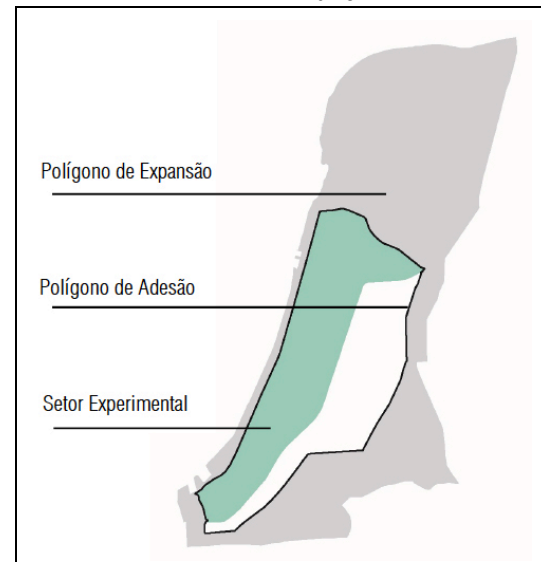
Em 2016, com a proposta apresentada pelo Núcleo de Tecnologia Urbana da UFRGS, o plano MASTERPLAN-4D propõe “[...] modificações na região delimitada por um polígono de adesão de 581.3ha onde hoje residem 28 mil porto-alegrenses e trabalham 85 mil pessoas.” (NTU-UFRGS, 2017, p.10). Este Polígono de Adesão inclui a totalidade dos bairros Navegantes, São Geraldo, Floresta, e parte dos bairros Marcílio Dias e Humaitá, determinando como seu limite norte, o traçado da nova ponte sobre o Guaíba e a Rua Dona Teodora (Figuras 3.8. e 3.9.).

Figura 3.8. Localização da área denominada “Polígono de Adesão”, determinada pelo plano MASTERPLAN-4D de 2016.



Fonte: (NTU-UFRGS, 2017, p.5).

Figura 3.9. Demarcação das áreas nomeadas “Polígono de Expansão”, “Polígono de Adesão”, e “Setor Experimental”, determinadas pelo plano MASTERPLAN-4D de 2016.


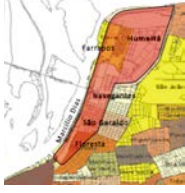



Fonte: (NTU-UFRGS, 2017, p.10).

Examinando como as diferentes representações e percepções associadas à localização do 4º Distrito foram sendo alteradas no decorrer dos anos, constatamos que a maleabilidade dos seus limites físicos - ora ampliados, ora reduzidos - deve-se tanto às intervenções urbanas de cunho estrutural - construção de aterros e elementos viários (e.g.: Av. Farrapos; ponte do Guaíba; Av. Presidente Castello Branco; o corredor de ônibus sobre a Av. Farrapos; o Trensurb) -, como às alterações nas características de uso de seus bairros, prescritas tanto nos planos diretores¹⁰² como nas ações governamentais de 1998, 2009 e 2016 (Quadro 3.1.).

¹⁰² Marcado pelas ideias do urbanismo racionalista e funcionalista, o Plano Diretor de 1959 introduziu, junto a área do 4º Distrito, “[...] um desenvolvimento restritivo à apenas as atividades de caráter industrial [...]” (JUNIOR, 2015, p.357).

Quadro 3.1. A área do 4º Distrito representada pelas ações de 1998, 2009 e 2016.

| Ano | Ação | Abrangência | Área | Mapa |
|------|--|---|--|---|
| 1998 | Nova proposta de divisão dos bairros de Porto Alegre encaminhada à Câmara Municipal; o 4º Distrito passa a representar o conjunto de três bairros. | A totalidade dos bairros Navegantes, São Geraldo, e Floresta. | Navegantes (174ha), São Geraldo (144ha), e Floresta (167ha). Total: 485ha (IBGE, 2010). |  |
| 2009 | Programa Porto do Futuro - Ação: Plano de Revitalização do 4º Distrito (PR-4D), organizado pelo Grupo de Trabalho do 4º Distrito. | A totalidade dos bairros Humaitá e Farrapos; e parte dos bairros Navegantes, São Geraldo, Floresta e Marcílio Dias. | O GT 4º Distrito não revela a área total da ação. Por aproximação calculamos uma área total de 880ha ¹⁰³ . |  |
| 2016 | Masterplan do 4º Distrito de Porto Alegre: Revitalização Urbana e Reconversão Econômica (MASTERPLAN-4D) | A totalidade dos bairros Navegantes, São Geraldo, e Floresta; e parte dos bairros Marcílio Dias e Humaitá. | Polígono de adesão: 581.3ha (NTU-UFRGS, 2017, p.10). |  |

Fonte: Quadro desenvolvido por C.Wagner (2019) com base na literatura consultada.

Os dados demográficos apresentados na Tabela 3.1., demonstram uma taxa de crescimento negativa da população (entre 1980 e 2010) nos bairros Floresta, São Geraldo e Navegantes, enquanto os bairros Humaitá e Farrapos apresentam uma taxa positiva de crescimento.

Podemos hoje identificar duas áreas bastante distintas, quando nos referimos ao 4º Distrito: uma área ao sul, correspondendo aos bairros Navegantes, São Geraldo, Floresta e Marcílio Dias, de ocupação antiga e industrial, rica em patrimônio e distribuída sobre um traçado regular; e outra área ao norte, junto aos bairros Humaitá e Farrapos, de ocupação esparsa, oriunda de aterros sanitários e habitações populares, e mais recentemente, da inserção de equipamentos urbanos de grande porte (e.g.: Parque Mascarenhas de Moraes; Projeto Grêmio: complexo multifuncional, arena desportiva, hotel, centro de convenções, prédios de habitação coletiva e shopping center) (PMPA, [200-]).

No Art.83, inciso V, da Revisão do 2º PDDUA (L.C. nº 646, de 22 de Julho de 2010), o 4º Distrito aparece como compreendendo “[...] parte dos Bairros Floresta, São Geraldo, Navegantes e Humaitá, destacado nas estratégias do PDDUA de estruturação urbana, qualificação ambiental, promoção econômica e produção da Cidade como espaço de revitalização urbana com reconversão econômica” (PMPA, 2011a, p.83).

¹⁰³ Para o cálculo de aproximação, consideramos: 100% da área dos bairros Humaitá (416ha) e Farrapos (165ha); 60% da área do bairro Navegantes (174ha); 40% da área do bairro São Geraldo (144ha); 30% da área do bairro Floresta (167ha); e 70% da área do bairro Marcílio Dias.

Tabela 3.1. Dados demográficos, segundo os censos do IBGE de 1980, 1991, 2000 e 2010, dos seis bairros que integram a região do 4º Distrito de Porto Alegre.

| Bairro | Área (ha) | População (hab) | Densidade Populacional (hab/ha) | Taxa de Crescimento | Domicílios (2000) | Renda Mensal Média ¹⁰⁴ (salário mínimo) ¹⁰⁵ |
|---------------|-----------|--|--|---------------------------------------|-------------------|---|
| Marcílio Dias | 124 | 240 (1980) 158 (1991) 598 (2000) 1.118 (2010) | 2 (1980) 1 (1991) 5 (2000) 9 (2010) | -3,75 (1980-1991) 15,9 (1991-2000) | 184 | 1,51 salários (2000) |
| Floresta | 167 | 22.946 (1980) 25.408 (1991) 14.941 (2000) 14.972 (2010) | 137 (1980) 152 (1991) 89 (2000) 89 (2010) | 0,93 (1980-1991) -5,7 (1991-2000) | 6.012 | 12,39 salários (2000) |
| São Geraldo | 144 | 13.864 (1980) 5.516 (1991) 8.692 (2000) 8.292 (2010) | 96 (1980) 38 (1991) 60 (2000) 57 (2010) | -8 (1980-1991) 5,2 (1991-2000) | 3.157 | 5,40 salários (1991) 8,29 salários (2000) |
| Navegantes | 174 | 10.543 (1980) 6.449 (1991) 4.475 (2000) 4.322 (2010) | 60 (1980) 37 (1991) 26 (2000) 25 (2010) | -4,3 (1980-1991) -4 (1991-2000) | 1.592 | 7,07 salários (2000) |
| Humaitá | 417 | 3.220 (1980) 10.765 (1991) 10.470 (2000) 11.502 (2010) | 8 (1980) 26 (1991) 25 (2000) 27 (2010) | 11,6 (1980-1991) -0,3 (1991-2000) | 3.426 | 6 salários (2000) |
| Farrapos | 165 | 12.179 (1980) 13.410 (1991) 17.019 (2000) 18.986 (2010) | 74 (1980) 81 (1991) 103 (2000) 115 (2010) | 0,88 (1980-1991) 2,5 (1991-2000) | 4.814 | 2,2 salários (1991) 3 salários (2000) |

Fonte: Tabela elaborado por C. Wagner (2019), com base nas informações obtidas junto ao site do IBGE e da PMPA.

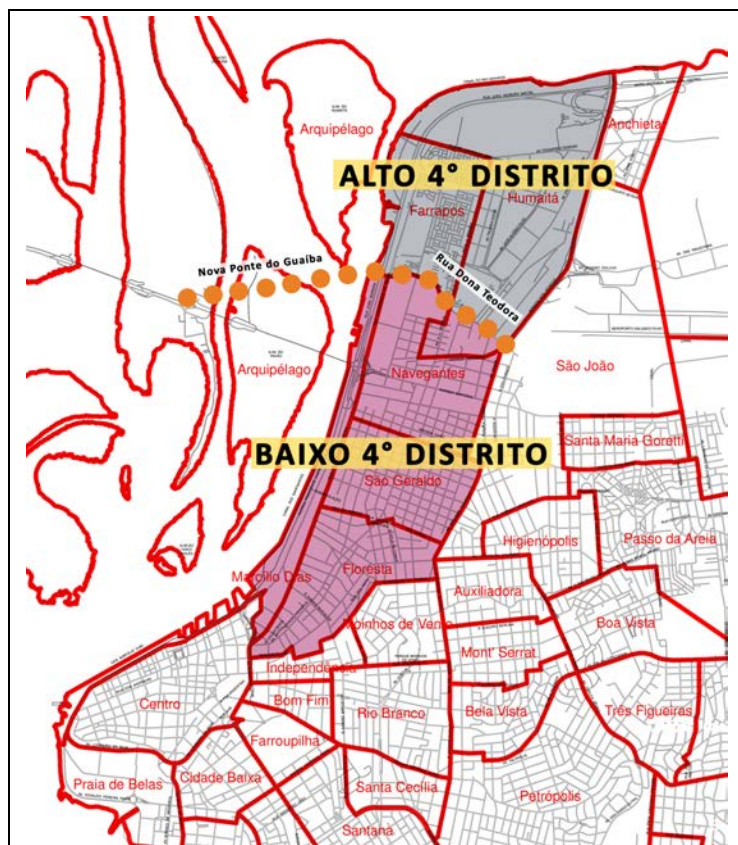
Desta constatação, propomos aqui a construção de uma nova representação do 4º Distrito, sendo este organizado em duas áreas: o Baixo 4º Distrito, situado na sua porção sul, e o Alto 4º Distrito, localizado no seu extremo norte, tendo como limite, entre as áreas, o traçado da nova ponte sobre o Guaíba e a duplicação da Rua Dona Teodora - novos elementos viários na estrutura urbana que demarcam uma forte divisão entre as duas partes (Figura 3.10.). A denominação Baixo 4º Distrito será usada neste trabalho para nos referirmos a totalidade da área abrangida pelos bairros Marcílio Dias, Floresta, São Geraldo, Navegantes, e uma pequena fração sul do bairro Humaitá. O adjetivo “Baixo”, aqui introduzido, além de fazer menção a sua posição cartesiana, referencia também as terras baixas em que se encontra, contrariamente à

¹⁰⁴ Os dados apresentados em 1991, indicam o rendimento médio mensal do chefe do domicílio, enquanto os dados de 2000, indicam o rendimento médio mensal dos responsáveis pelo domicílio.

¹⁰⁵ Como termo de comparação, a renda mensal média do bairro Moinhos de Vento (adjacente ao bairro Floresta), registra 29,33 salários (2000).

elevada topografia do eixo da Av. Independência e dos bairros adjacentes ao seu entorno leste¹⁰⁶.

Figura 3.10. Abrangência das áreas do Baixo e Alto 4º Distrito de Porto Alegre.



Fonte: Elaborado por C.Wagner (2019) sobre o Geo-Mapa “Bairros Videntes” de junho de 2011, SPM, PMPA.

3.1.2 Recorte temporal

Em relação ao seu recorte temporal, a pesquisa focaliza especialmente o período entre 1995 e 2016. A década de 1990 representa a fase inicial da consolidação e difusão global do conceito de sustentabilidade (Quadro 2.6.), marcando também um período importante para a área do Baixo 4º Distrito, com a criação, em 1995, do Projeto Porto Alegre Tecnópole, que inclui propostas para a implantação de um Parque Tecnológico no 4º Distrito. O recorte se encerra em dezembro de 2016, com a entrega, junto à prefeitura municipal, do plano

¹⁰⁶ Em algumas publicações do mercado imobiliário, a área mais vibrante do bairro Floresta, situada entre as avenidas Farrapos e Cristóvão Colombo, é referida como o “Baixo Moinhos”. Nestes casos, a denominação é usada como uma estratégia de marketing para “colar” sua imagem à outros bairros de maior valorização (e.g.: Independência; Moinhos de Vento; e Auxiliadora).

“Masterplan do 4º Distrito de Porto Alegre: Revitalização Urbana e Reconversão Econômica” (MASTERPLAN-4D).

Examinando as circunstâncias que levaram à concepção dessas propostas, é possível identificar três períodos distintos: Período Tecnológico, de 1995 à 2004; Período Copa do Mundo, de 2006 à 2009; e Período Consorciado, de 2013 à 2016. Todos reflexo de posições políticas ideológicas e mercadológicas marcadas por uma nova dinâmica econômica e espacial, pautada na parceria público-privado e no discurso sustentável.

3.2 TIPOS DE FONTES DE TRATAMENTO DOS DADOS

Segundo Robert Yin (2001), as fontes de evidências de tratamentos dos dados comumente utilizadas na realização de estudos de caso são: documentação, registros em arquivos, entrevistas, observações diretas, observação participante e artefatos físicos. Conforme o autor, “um ponto forte da coleta de dados do estudo de caso é a oportunidade de usar diferentes fontes de evidências” (Ibid, p.123). A utilização de múltiplas fontes torna o achado ou a conclusão mais convincente e acurada, proporcionando várias avaliações do mesmo fenômeno. Para isso é necessário realizar a convergência de evidências, por meio da triangulação dos dados provenientes de cada fonte, para reforçar a validade do constructo do estudo de caso (YIN, 2001). Usar evidências de múltiplas fontes aumenta a convicção de que o estudo de caso foi apresentado e analisado de forma precisa.

Para este estudo, em particular, as informações coletadas foram obtidas em três fontes de natureza distinta: bibliográfica, documental, e entrevistas semiestruturadas, com pessoas selecionadas pela sua representatividade no contexto das ações, planos e projetos elaborados, durante os últimos 24 anos, para a área do Baixo 4º Distrito de Porto Alegre.

3.2.1 Fontes bibliográficas

Antes do desenvolvimento do estudo de caso propriamente dito, foi necessária a revisão da literatura e sua sistematização, levando-nos assim à discussão de conceitos-chave fundamentais sobre o atual processo de reestruturação urbana - com a identificação dos agentes

e sua atuação sobre a produção do espaço urbano -, e a uma cuidadosa apresentação da evolução e construção do conceito de desenvolvimento sustentável e sua aplicação na dimensão urbana.

Partimos então para a análise, tanto das questões referentes as ações governamentais - na construção de suas políticas públicas e na proposição de planos e projetos creditados como sustentáveis -, como da evolução e reestruturação da área compreendida como o Baixo 4º Distrito de Porto Alegre, através de informações coletadas a partir de livros e publicações acadêmicas (artigos, dissertações e teses nacionais e internacionais).

3.2.2 Fontes documentais

O passo seguinte compreendeu uma pesquisa documental incluindo mapas, planos, leis, relatórios de pesquisa e documentos oficiais obtidos junto às instituições públicas, assim como matérias publicadas nos três principais jornais de Porto Alegre: Correio do Povo, Jornal do Comércio e Zero Hora.

Em nossa procura por informação, estávamos particularmente interessados na investigação e análise de três aspectos: i) os recentes planos de desenvolvimento urbano elaborados para a área do Baixo 4º Distrito de Porto Alegre; ii) a atuação dos principais agentes envolvidos no seu processo de reestruturação; e iii) a extensão com que a questão da sustentabilidade passa a fazer parte das políticas de desenvolvimento urbano, tanto a nível nacional (Plano Plurianual; Estatuto da Cidade; Agenda 21 Brasileira), como a nível municipal (Agenda 21 Local; Plano Plurianual do Município; Plano Diretor). Estas informações foram pesquisadas junto ao Ministério do Meio Ambiente, ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados, e à Prefeitura Municipal de Porto Alegre (incluindo a Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade; a Secretaria Municipal do Urbanismo; a Secretaria do Planejamento Municipal, a Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio; o Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia; o Gabinete de Inovação e Tecnologia; a Secretaria Extraordinária de Captação de Recursos e Cooperação Internacional; e a Secretaria Extraordinária da Copa do Mundo de Porto Alegre).

Também foi examinado o mais recente plano governamental, o Masterplan do 4º Distrito de Porto Alegre: Revitalização Urbana e Reconversão Econômica (MASTERPLAN-4D), de 2016, na tentativa de detectar as mudanças de atitude do poder público em relação às

novas estratégias para a área, verificando a inclusão, ou não, de práticas sustentáveis de desenvolvimento urbano. As informações referentes ao plano MASTERPLAN-4D, foram acessadas e coletadas pelo autor em múltiplas fontes: a) junto ao Contrato e Termo de Referência, assinado entre a PMPA e a UFRGS, para o “Desenvolvimento do Master Plan de Revitalização Urbana para o 4º Distrito de Porto Alegre Vinculado à Reconversão Econômica da Região”, de 31 de março de 2016, assim como o Termo Aditivo de Contrato, de 30 de setembro de 2016; b) em duas versões resumidas e editadas do plano MASTERPLAN-4D¹⁰⁷, que se encontravam, quando da realização deste trabalho, disponíveis nos sites do SINDUSCON-RS¹⁰⁸ e da PMPA¹⁰⁹; e c) em duas consultas, realizadas nos dias 11 e 22 de Dezembro de 2017, ao Núcleo de Tecnologia Urbana da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Av. Osvaldo Aranha, nº 440, sala 504), escritório contratado pela PMPA para a elaboração do plano. Na ocasião, o autor teve acesso ao Documento Final do Plano e a Minuta de Lei Complementar proposta. Por serem documentos de propriedade da PMPA, e por não estarem disponíveis ao público¹¹⁰, na sua versão completa, não foi possível a obtenção de uma cópia, contando o autor apenas com registros e anotações de próprio punho.

A não publicização integral, pela PMPA, dos documentos finais - Plano e Minuta de Lei Complementar -, situação que ainda persiste até os dias de hoje, demonstra a falta da necessária transparência esperada de uma parceria público-privado. Os mesmos, deveriam estar, há muito, disponíveis para o debate e o escrutínio da população¹¹¹.

¹⁰⁷ As autoras Vanessa Marx, Gabrielle de Araújo e Vitoria Gonzatti de Souza, (MARX; ARAÚJO; SOUZA, 2019), assim como Clarice M. de Oliveira (OLIVEIRA, 2017), utilizam estes documentos como base para suas reflexões sobre o plano governamental MASTERPLAN-4D, de 2016.

¹⁰⁸ Neste documento, elaborado pelo NTU-UFRGS e premiado com o Sinduscon Premium 2016/2017, o plano é introduzido com o nome “Masterplan 4D: Operação Urbana Consorciada para Revitalização Urbana e Reconversão Econômica do 4º Distrito de Porto Alegre” (NTU-UFRGS, 2017) (Para mais informação ver Anexo P). Documento disponível em: <http://www.sinduscon-rs.com.br/premium2017/assets/uploads/PREMIO_SINDUSCON_NTU.pdf> Acesso em: 4 nov. 2017.

¹⁰⁹ Disponível em: <http://4distrito.portoalegre.rs.gov.br/sites/default/files/Masterplan_4Distrito.pdf> Acesso em: 22 nov. 2017.

¹¹⁰ Com a mudança de partido político à frente da Prefeitura de Porto Alegre, em janeiro de 2017 (gestão Nelson Marchezan Junior / PSDB / 2017-2021), a velha prática política da descontinuidade, mais uma vez, se fez presente. Passados hoje quase três anos da sua conclusão, nenhum aspecto do plano foi amplamente discutido, ou implementado, estando a totalidade dos documentos finais ainda ausentes do site da PMPA; indisponíveis ao escrutínio da população.

“Em fevereiro [2017], o prefeito Nelson Marchezan Júnior (PSDB) anunciou, diante de empresários e lideranças comunitárias, a sua disposição de não interromper o processo de revitalização do 4º Distrito. [...]. Infelizmente, passaram-se seis meses de governo, e até o momento nada aconteceu [...]” (ZACHER, 2017, p.[?]).

¹¹¹ Assim como determina o princípio da transparência na Administração Pública, caput art. 37 da Constituição Federal (CF/1988).

3.2.3 Entrevistas semiestruturadas

Segundo Lakatos e Marconi (2003), a entrevista é uma importante fonte de informação em estudos de caso, podendo ser desenvolvida de diversas maneiras, variando seu padrão ou estrutura, conforme o propósito da pesquisa. Para este estudo em particular, utilizou-se um roteiro de perguntas previamente elaborado - uma das características da entrevista semiestruturada (MANZINI, 2003).

Onze pessoas foram selecionadas como participantes para as entrevistas. Sua seleção não foi acidental, tendo-se escolhido pessoas com uma história, passada e presente, conectada aos projetos e ações propostas para a área. Seguindo a classificação dos agentes sociais que atuam na produção do espaço urbano, discutida no subcapítulo 1.2 (Quadro 1.1.), os entrevistados foram selecionados a partir de 3 grupos: a) o Setor Público - profissionais técnicos que atuam, ou atuaram, na PMPA; b) o Setor Imobiliário - membro da indústria da construção civil; e c) o Setor Coletivo, também referido como Forças Sociais - participantes de associações, movimentos e coletivos de bairros. As entrevistas foram realizadas no período compreendido entre os dias 1º e 22 de Dezembro de 2017.

Assim, foram entrevistados¹¹², do Setor Público, seis arquitetos e um sociólogo, respectivamente denominados SP1, SP2, SP3, SP4, SP5, SP6 e SP7; do Setor Imobiliário, um consultor na área da arquitetura e urbanismo, denominado SI1; e do Setor Coletivo, três integrantes de projetos colaborativos e associações atuantes na área do Baixo 4º Distrito de Porto Alegre, respectivamente denominados SC1, SC2 e SC3.

Todas as entrevistas foram conduzidas de forma presencial pelo próprio autor. O tipo de abordagem utilizada foi a de permitir que cada entrevistado relatasse sobre a sua própria experiência, relacionando fatos que pudessem ajudar a reconstruir, o melhor possível, a história dos diversos planos e ações - públicas e privadas -, desenvolvidas, ou propostas, para a área. Assim, após a introdução de uma pergunta genérica sobre o seu envolvimento com a área, outras questões eram introduzidas de forma a extrair mais informação, enfocando fatos particulares que sentíamos que poderiam ser aprofundados, tanto em relação as questões envolvendo a formulação do plano governamental MASTERPLAN-4D, como a sua própria percepção e entendimento do que constitui um desenvolvimento urbano sustentável.

¹¹² Aqui não faremos distinção de gênero, com o objetivo de preservar a anonimidade do entrevistado.

O roteiro de perguntas para entrevista (Quadro 3.2.) possui seis perguntas gerais (questões gerais), organizadas em seus respectivos tópicos (1. Apresentação; 2. Processo e Engajamento; 3. Percepção; 4. Dificuldades e Desafios; 5. Sustentabilidade; e 6. Desenvolvimento Urbano Sustentável). Estas seis perguntas (questões gerais) foram dirigidas a todos os entrevistados. Outras perguntas específicas (questões específicas), que também fazem parte do roteiro, foram direcionadas a diferentes entrevistados, dependendo da sua relação específica com o determinado tópico.

Nossa intenção com este tipo de entrevista era a de coletar informações qualitativas que pudessem consubstanciar a análise, tanto histórica como política, das relações e ações públicas e privadas por traz dos vários projetos e planos propostos para a área do Baixo 4º Distrito de Porto Alegre. Comparando estas informações com as informações coletadas de outras fontes, poderíamos confirmá-las, complementá-las e/ou enriquecê-las. Assim, o material coletado pelas entrevistas foi analisado de acordo com cada tópico específico e utilizado no desenvolvimento do estudo de caso com esta finalidade. Os trechos das entrevistas incluídos neste documento aparecem em itálico, para destacá-los das demais citações.

Quadro 3.2. Roteiro de perguntas para entrevista.

| Tópico | Questões gerais | Questões Específicas |
|--|---|--|
| 1. Apresentação | Conte um pouco da sua relação (e da relação da instituição a qual você esta vinculado) com a área do Baixo 4º Distrito. | Qual o seu interesse pelo 4º Distrito? |
| | | É uma relação pessoal ou profissional? |
| 2. Processo e Engajamento | Quem, e de que forma, participou da elaboração e das discussões (workshops) para a construção do MASTERPLAN-4D? | Como foi a consulta com a comunidade (Workshop Diretrizes Sociais)? Aberta ao público ou convite? |
| | | Houve divulgação / chamada (jornais, internet, etc.)? |
| | | Como você vê este processo de participação? |
| | | Quais os objetivos discutidos? |
| | | É possível ter acesso as atas / relatórios dos eventos? |
| | | Como a equipe responsável sistematizou / processou as informações obtidas através dos workshops? |
| | | Houve reapresentação / discussão dos resultados junto a comunidade? |
| | | Porque e como foi a decisão de contratar um grupo externo à prefeitura para desenvolver o plano e a legislação (Minuta de Lei Complementar)? |
| Como a equipe chegou aos 7 objetivos do plano? | | |

| | | |
|---------------------------------------|--|---|
| | | Como você vê o acordo de uso da ferramenta CITYZOOM ¹¹³ (programa de simulação urbana desenvolvido e licenciado pelo NTU-UFRGS) pela PMPA? |
| 3. Percepção | Ao seu ver, quais instituições e agentes sociais atuam de fato, hoje, no desenvolvimento e na transformação da área do Baixo 4º Distrito? | Como você percebe a área do Baixo 4º Distrito hoje? Ocupada ou desocupada? |
| | | Ao seu ver, os incentivos fiscais concedidos para a área já apresentam melhorias para o bairro? Quais? Poderia descrever? |
| 4. Dificuldades e Desafios | Que dificuldades a elaboração do novo plano (MASTERPLAN-4D) enfrentou? E que desafios você percebe que o mesmo tem pela frente? | Que elementos no processo de desenvolvimento do plano foram positivos, e por que? E quais foram negativos, e por que? |
| | | O que você acredita que poderia melhorar, tanto no processo da sua concepção, como no plano em si? |
| | | Que possibilidades você enxerga hoje para a futura implementação do plano? |
| 5. Sustentabilidade | Sendo a sustentabilidade uma das premissas do plano, em que medida você considera que a mesma é ou não atendida? E se for atendida, quais as dimensões conceituais da sustentabilidade, ao seu ver, estão contempladas no plano? | Você entende que o MASTERPLAN-4D propõe um desenvolvimento sustentável para a área? Como? |
| | | Quais indicadores serão usados para medir o desenvolvimento sustentável da área, e como se pretende fazer o monitoramento dos mesmos? |
| | | O que você entende por quadras rápidas e quadras lentas? |
| 6. Desenvolvimento Urbano Sustentável | O que você entende por desenvolvimento urbano sustentável? | |

Fonte: Quadro desenvolvido por C.Wagner (2019).

¹¹³ “[...] software CITYZOOM, desenvolvido pelo NTU/UFRGS, e que será disponibilizado para uso dos técnicos da PMPA pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da assinatura do contrato.” (PMPA, 2016e, p.10). O Termo de Referência não explana como será negociado o acesso (valores, direito de uso) dos técnicos da PMPA ao referido software, uma vez que o prazo da sua disponibilidade prescrever.

PARTE II

O ESTUDO DE CASO DO BAIXO 4º DISTRITO DE PORTO ALEGRE

Capítulo 4 - Sustentabilidade urbana nas políticas públicas no Brasil e no município de Porto Alegre

4.1 Planos Plurianuais

4.2 Estatuto da Cidade

4.3 Agenda 21 Brasileira

4.3.1 Agenda 21 Local

4.4 Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (PDDUA) do Município de Porto Alegre de 1999

4.5 Planos Plurianuais do Município de Porto Alegre

4.5.1 Plano Plurianual do Município de Porto Alegre: quadriênio 1994-1997

4.5.2 Plano Plurianual do Município de Porto Alegre: quadriênio 1998-2001

4.5.3 Plano Plurianual do Município de Porto Alegre: quadriênio 2002-2005

4.5.4 Plano Plurianual do Município de Porto Alegre: quadriênio 2006-2009

4.5.5 Plano Plurianual do Município de Porto Alegre: quadriênio 2010-2013

4.5.6 Plano Plurianual do Município de Porto Alegre: quadriênio 2014-2017

CAPÍTULO 4 - SUSTENTABILIDADE URBANA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL E NO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE

Como referido no capítulo 1, as políticas públicas constituem instrumentos da ação governamental, visando coordenar as atividades privadas e os meios à disposição do Estado para a implementação de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados considerando o bem-estar da comunidade e o bom funcionamento das cidades (BUCCI, 2002). Tais objetivos devem incorporar as dimensões da sustentabilidade, tanto na produção, como na gestão do espaço urbano, através da busca pelo equilíbrio entre desenvolvimento e defesa do meio ambiente, preservando-o para as presentes e futuras gerações. Este capítulo se propõe a examinar quando e de que modo a inserção das dimensões conceituais do desenvolvimento sustentável (Quadro 2.8.)¹¹⁴ passaram a ser incluídas e construídas nas leis e planos que regem as políticas de desenvolvimento urbano no Brasil, e em específico nos Planos Plurianuais e nos

¹¹⁴ Notadamente, mas não exclusivamente, no que se refere à dimensão ambiental, uma vez que esta dimensão foi a primeira a ser associada diretamente à questão da sustentabilidade - ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e duradouro -, sinalizando uma mudança no paradigma do desenvolvimento.

Planos Diretores do município de Porto Alegre, cidade onde se localiza o nosso recorte espacial: o Baixo 4º Distrito.

A expressão “sustentabilidade”, já trabalhada no capítulo 2, remete, na sua origem, ao conceito de gestão durável dos recursos ambientais. Nas palavras de Dias (2009, p.158), a ideia de sustentabilidade das cidades:

[...] permite-nos compreender que o planejamento e a execução de políticas públicas não que ser pensados na atualidade e para o futuro, o que implica a prestação de serviços públicos de forma duradoura, para todos, hoje e amanhã. Este processo de planejamento e execução de políticas urbanas sob o signo da sustentabilidade pressupõe o bem-estar coletivo, a segurança e o bem-estar para todos os que habitam os espaços urbanos, e, ainda, a proteção ao meio ambiente como condição *sine qua non* à realização de cidades, de espaços urbanos sustentáveis.

A sustentabilidade urbana há que ser encarada como um processo no qual as ações presentes do poder público e da comunidade devem considerar e promover uma situação desejável no futuro, observando cuidadosamente os resultados semeados no passado. Segundo Acelrad (2009a), a sustentabilidade urbana é definida em função da maior eficiência no uso dos recursos naturais e pela capacidade de distribuir equitativamente os benefícios e ônus da experiência urbana a todos os seus habitantes, oferecendo níveis adequados de qualidade de vida tanto no presente como no futuro. É precisamente este âmbito temporal - diacrônico (SACHS, 1993) -, de uma ação presente influenciando um resultado futuro, que as políticas públicas têm como desafio para atingir um desenvolvimento urbano plenamente sustentável.

Segundo Montalvão (2009, p.42), as políticas públicas:

[...] são essenciais para uma evolução histórica bem sucedida nas cidades, pois são elas que irão impulsionar o espaço urbano em direção ao planejamento, à organização de diretrizes e à execução de um meio sustentável para se viver, bem como demonstrar quais serão as necessidades primordiais para cada indivíduo no momento [...].

Nesse sentido, “os objetivos de interesse público não podem ser sacrificados pela alternância no poder, essencial à democracia” (BUCCI, 2002, p.271). As políticas públicas devem possuir diretrizes claras e específicas, na sua formulação, para a concretização e efetiva execução das suas metas. Cabendo assim aos representantes do povo - o Poder Legislativo -, organizar as grandes linhas das políticas públicas, e ao Poder Executivo sua execução e continuidade. Ressalte-se que essa separação das funções estatais não é absoluta, pois, para a concretização das políticas públicas:

O próprio caráter diretivo do plano ou programa implica a permanência de uma parcela da atividade ‘formadora’ do direito nas mãos do governo (Poder Executivo), perdendo-se a nitidez da separação entre os dois centros de atribuição (BUCCI, 2002, p. 270).

Por outro lado, cabe também o controle judicial de omissões do Poder Público, tanto na formulação como na execução de políticas públicas que promovam o desenvolvimento (sustentável) da cidade e assegurem qualidade de vida a seus habitantes. Isso significa que cabe ao Judiciário, por meio de ações legais, impor ao Poder Público a execução de políticas públicas estabelecidas em normas constitucionais e infraconstitucionais. No Brasil, é a Constituição Federal de 1988 (CF/1988), sua lei maior, especialmente em seu artigo 225¹¹⁵, que consagra o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado – inclusive o meio ambiente urbano. Aqui, a qualificação do meio ambiente como “urbano” não significa que haja compartimentalização do mesmo. O adjetivo “urbano” apenas vem delimitar a problemática ambiental em um espaço geográfico determinado: a cidade¹¹⁶.

Em seguida discutiremos os principais planos, leis e programas que governam e orientam as políticas públicas no Brasil - especificamente no que se refere à promoção de um desenvolvimento urbano sustentável -, sendo eles: os Planos Plurianuais; o Estatuto da Cidade; o Plano Diretor; e a Agenda 21 Brasileira (Nacional) e Local. Antes de examinarmos este conjunto em mais detalhe, introduzimos aqui alguns conceitos básicos, e significados, referentes a terminologia usada na sua construção:

- **Política:** define a fase de formulação de políticas como sendo o estágio onde as propostas ganham forma e estatuto, recebendo tratamentos formais mínimos, ao serem definidos objetivos, metas e recursos. As políticas transformam-se em programas quando é explicitada a estratégia de implementação e, por uma ação de autoridade, são criadas as condições iniciais para sua implementação (SILVA e COSTA, 2002);
- **Plano:** é o conjunto de programas que buscam objetivos comuns. O plano ordena os objetivos gerais e os desagrega em objetivos específicos, que serão os objetivos gerais

¹¹⁵ Art. 225 (Título VIII: Da Ordem Social; Capítulo VI: Do Meio Ambiente): “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o poder de defendê-lo e preservado para as presentes e futuras gerações.” (BRASIL, 2016, p.131).

¹¹⁶ Entretanto, é importante salientar que a busca por políticas públicas visando a sustentabilidade urbana não podem desprezar o fato de que as cidades também fazem parte de outras dinâmicas territoriais, sociais e ambientais, que vão muito além dos limites da sua própria dimensão física e espacial.

dos programas. O plano organiza as ações programáticas em uma sequência temporal, de acordo com a racionalidade técnica e as prioridades de atendimento (COHEN e FRANCO, 2004);

- **Programa:** é um conjunto de atividades organizadas para serem realizadas dentro de cronograma e orçamento específicos disponíveis para a implementação de políticas, ou para a criação de condições que permitam o alcance de metas políticas desejáveis (ALAHARJA e HELGASON, 2000);
- **Projeto:** é um instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto final que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do governo. Quando essas operações se realizam de modo contínuo ou permanente, são denominadas de Atividades (GARCIA, 1997);
- **Diretriz:** é o delineamento das ações que norteiam a elaboração e a execução de programas e projetos específicos (GARCIA, 1997);
- **Objetivo:** é a situação que se deseja obter ao final da implementação do programa, mediante a aplicação dos recursos e da realização das ações previstas (COHEN e FRANCO, 2004);
- **Meta:** é a dimensão quantitativa, temporal e espacial do objetivo (COHEN e FRANCO, 2004).

4.1 PLANOS PLURIANUAIS

A estrutura atual de planejamento governamental tem seu marco regulatório na Constituição Federal de 1988 (CF/1988), a qual estabelece, no artigo 165, § 1º, a elaboração de um Plano Plurianual (PPA) abrangendo um período de quatro anos, em todas as três esferas de governo. A CF/1988 estabelece que o Executivo deve submeter à aprovação do Legislativo um PPA contendo as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública para as despesas de capital e para os programas de longa duração:

No plano plurianual constam, detalhadamente, os atributos das políticas públicas executadas, tais como metas físicas e financeiras, público-alvo, produtos a serem entregues à sociedade, etc. Segundo o que dispõe o artigo 165, § 1º, da Constituição Federal, a lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de

capital e outras delas decorrentes, e para as relativas aos programas de duração continuada (MELO; FILHO; JESUS, 2013, p.1).

O PPA torna-se, assim, o instrumento legal de planejamento de maior alcance temporal no estabelecimento das prioridades e no direcionamento das ações do governo¹¹⁷. Estabelece para a administração pública diretrizes, objetivos e metas que orientarão a aplicação dos recursos para um período equivalente ao mandato do chefe do Poder Executivo, considerado um exercício financeiro. O período de vigência do plano encontra-se deslocado em relação ao mandato, sendo que sua elaboração ocorre no primeiro ano de governo, com validade até o fim do primeiro ano do exercício financeiro do mandatário subsequente (PARES e VALLE, 2006).

Os objetivos do PPA devem expressar a transformação da realidade socioeconômica que se quer alcançar. No PPA, o programa é a unidade de gestão que dá corpo e integra estes processos de elaboração, implementação e avaliação dos sistemas de planejamento e orçamento. Dessa forma, o PPA assume a função de elo central de um sistema integrado de planejamento e orçamento, orientando os gastos anuais por meio da Lei de Diretrizes Orçamentárias¹¹⁸ (LDO). É este sistema integrado que permite a articulação das ações de governo executadas em um horizonte de médio e longo prazo com as de curto prazo. Na visão de Ariel Pares e Beatrice Valle (2006), o PPA emerge como um instrumento de planejamento de duplo propósito: orientar as políticas públicas e as grandes mudanças na sociedade, a partir de ações executadas no horizonte de plurianualidade, bem como apoiar a política fiscal de médio prazo, a partir de sua articulação com o orçamento.

Bastos e Martins (apud PROCOPIUCK *et al.*, 2007, p. 403), argumentam que:

Em síntese, no contexto das finanças públicas a elaboração do PPA se configura um processo de imposição de metas de planejamento, que permite à sociedade dimensionar suas pretensões e seu perfil econômico, integrando-os nas projeções governamentais ou adotando critério próprio para desenvolvimento de suas atividades de acordo com realidades locais.

¹¹⁷ “O início dessa nova fase é marcado pelo desenvolvimento da metodologia do PPA, pelo Ministério do Planejamento em conjunto com o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, que teve sua primeira implementação no quinquênio 1991-1995. Porém, de acordo com Rodrigues (1996, p. 9), somente com a estabilização da economia alcançada em 1994 é que foi permitida a recolocação da discussão de cenários de longo prazo no Brasil, revitalizando, assim, o instrumental do planejamento.” (PROCOPIUCK *et al.*, 2007, p.400).

¹¹⁸ A CF/1988 estabeleceu que junto com o PPA também fossem instituídos as Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o Orçamento Geral da União (OGU) como componentes deste sistema integrado de planejamento e orçamento (SILVA e COSTA, 2002).

A nível federal e de forma explícita, a inserção da dimensão ambiental é observada pela primeira vez no PPA 2000-2003¹¹⁹, sob duas vertentes. A primeira considera a política ambiental da mesma forma que as demais áreas setoriais, representando um avanço em relação aos planos anteriores, ficando sob a responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente (MMA) a definição das diretrizes estratégicas, objetivos setoriais e programas. A segunda vertente incorpora a dimensão ambiental no conjunto das agendas de temas transversais a todo o PPA. Estas agendas tratam de princípios a serem observados por todos os órgãos durante a elaboração do plano e dos programas, assim identificadas: a) Agenda dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento; b) Agenda de Gestão do Estado; c) Agenda Ambiental; d) Agenda de Empregos e de Oportunidades de Renda; e) Agenda da Informação e Conhecimento.

Se observarmos o contexto temporal em que o PPA 2000-2003 é elaborado, veremos que a preocupação com a inserção das dimensões ambiental, social e institucional, junto ao supracitado plano, refletem o momento pelo qual o país, e o mundo, passavam, de um maior debate e conscientização sobre a importância de se promover um novo paradigma de desenvolvimento, e a busca pelo alinhamento às questões de eficiência administrativa e participação cidadã¹²⁰. Tanto a Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável (CPDS)¹²¹, criada em 1997, sobre presidência do MMA, como as discussões para a elaboração da Lei nº. 10.257, conhecida como Estatuto da Cidade, de 2001, influenciaram a construção deste plano (Quadros 2.6. e 2.7.).

Todos os subseqüentes PPAs produzidos pelo Governo Federal (2004-2007¹²²; 2008-2011¹²³; etc.) foram elaborados após a conclusão da Agenda 21 Brasileira¹²⁴. O processo de construção da Agenda 21 Nacional contou com ampla participação dos diferentes segmentos

¹¹⁹ O PPA 2000-2003 recebe o nome de “Avança Brasil” (CUNHA, 2006).

¹²⁰ Este alinhamento se mostra em consonância com sistemas de governança e gestão orçamentaria participativa, junto às finanças e o planejamento público, prescritas no Estatuto da Cidade - lei federal nº 10.257 -, aprovada e sancionada em 10 de julho de 2001.

¹²¹ Esta comissão foi criada com o objetivo de desenvolver a AG21 Brasileira (Nacional).

¹²² Este plano recebe a denominação “Brasil, um País de Todos” (CUNHA, 2006). Para Mario Procopiuck e outros, o PPA 2004-2007 manteve a mesma estrutura do plano anterior, porém “[...] inovou ao representar um primeiro esforço de tornar-se permeável à participação social.[...]. Tanto esse plano quanto o anterior ganham destaque pelo fato de trazerem esforços no sentido de constituírem estrutura e técnicas de elaboração, com objetivos de viabilizar canais participativos para atores privados e do terceiro setor, apontando assim para o alinhamento com a ampliação dos espaços democráticos, para condução das políticas públicas.” (PROCOPIUCK *et al.*, 2007, p.402).

¹²³ Entre os 10 objetivos estratégicos para alcançar a agenda de desenvolvimento proposta pelo Governo Federal estava a promoção do “[...] crescimento econômico ambientalmente sustentável, com geração de empregos e distribuição de renda.” (MELO; FILHO; JESUS, 2013, p.6).

¹²⁴ Após quatro anos de discussões foi publicado, em 2002, o documento Agenda 21 Brasileira - Ações Prioritárias, com o objetivo de internalizar nas políticas públicas do país os valores e princípios do desenvolvimento sustentável (Quadro 2.7.).

sociais, e a posição que norteou os trabalhos foi a de produzir um documento capaz de subsidiar a elaboração dos novos PPAs, promovendo a formulação de políticas públicas baseadas em um modelo de crescimento sustentável. A concepção e aplicação da AG21 Brasileira será discutida posteriormente no subcapítulo 4.3.

Mesmo que, em suas diretrizes e estratégias os PPAs apontem para a consolidação de um desenvolvimento urbano sustentável, com proteção ambiental, inclusão social e capacidade institucional, Melo, Filho e Jesus (2013) chamam a atenção para o fato destes planos possuírem, em sua grande maioria, apenas distribuições orçamentárias e disposições sobre as políticas públicas de forma meramente citada. A autora ressalta a falta de um real planejamento:

Apesar de ser de extrema importância o reconhecimento das melhorias ocorridas neste plano [2008-2011] em relação aos anteriores, deve-se ressaltar aqui que ainda há muito que modificar. O ponto inicial é o jus ao nome. O documento não é um plano, não existe, efetivamente, um planejamento nele, desta forma, ou muda-se o nome para Orçamento ou elabora-se um planejamento de verdade (Ibid., p.11).

4.2 ESTATUTO DA CIDADE

Aprovada e sancionada em 2001, a Lei Federal de nº 10.257, regulamentou os principais institutos jurídicos e políticos de intervenção urbana no país. Com a denominação de Estatuto da Cidade (EC), esta lei regulamenta os artigos 182 e 183 da CF/1988, estabelece diretrizes gerais da política urbana nacional e cria normas de ordem pública e interesse social em prol do direito de todos à cidade:

Trata-se de uma lei importantíssima, uma vez que nem todos os municípios possuem leis locais de ordenamento urbano, e quando isto acontece, suas disposições auxiliam na persecução dos objetivos da política urbana, fixando um mínimo de disciplina e ordem no estratégico crescimento da cidade, de modo a se gerar desenvolvimento (SILVA, 2013, p.6).

O Estatuto da Cidade sinaliza uma mudança de paradigma caracterizada pela busca de solução para os graves problemas sociais, a partir do direito urbano-ambiental e do planejamento participativo. Este novo direito separa o direito de propriedade do direito de construir, não reconhecendo a propriedade se esta não cumprir com a sua função social (Ibid.). Em seu artigo 2º, o EC dispõe que a política urbana tem por objetivo ordenar o pleno

desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, garantindo, em seu inciso I, o direito de todos a cidades sustentáveis¹²⁵.

Esse direito é entendido como:

art. 2º, inciso I - [...] o direito à terra, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 2008, p.15).

No mesmo artigo, incisos IV, VI e VIII, determinam:

art. 2º, inciso IV - [o] planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente.

art. 2º, inciso VI - ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar: a) a utilização inadequada dos imóveis urbanos; b) a proximidade de usos incompatíveis ou inconvenientes; c) o parcelamento do solo, a edificação ou o uso excessivos ou inadequados em relação à infra-estrutura urbana; d) a instalação de empreendimentos ou atividades que possam funcionar como pólos geradores de tráfego, sem previsão de infra-estrutura correspondente; e) a retenção especulativa do imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização; f) a deterioração das áreas urbanizadas; g) a poluição e a degradação ambiental.

art. 2º, inciso VIII - a adoção de padrões de produção e consumo de bens e serviços e de expansão urbana compatíveis com os limites da sustentabilidade ambiental, social e econômica do município e do território sob sua área de influência (Ibid., p.15-16).

Como se pode observar, há uma ênfase na preocupação com o cumprimento da função social da propriedade urbana, de modo a se evitar a ocorrência de danos ao meio ambiente urbano que, por sua vez, implicará em danos à saúde da população e na degradação das características ambientais daquele local. Segundo o EC, o desenvolvimento das cidades deverá respeitar os limites da sustentabilidade, aqui tratada no sentido da durabilidade ambiental e da justiça social, ou seja, o desenvolvimento urbano deve ocorrer com “[...] ordenação, sem caos e destruição, sem degradação, possibilitando uma vida urbana digna para todos” (SILVA, 2013, p.18). Trata-se de preservar o direito coletivo da população a condições de vida urbana digna, ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e ao acesso a equipamentos e serviços públicos. Assim, o direito à moradia e o direito a cidades sustentáveis passaram a ser aceitos como direitos de todos.

¹²⁵ “Sobre o termo cidades sustentáveis importa dizer que se trata de expressão nova no panorama legislativo pátrio. A locução inspira-se no direito ambiental, onde surgiu e de onde se expandiu a locução desenvolvimento sustentável.” (SILVA, 2013, p.18).

Segundo Rodriguez e Saule Jr. (2002, p.116):

[...] [o] direito à moradia e a cidades sustentáveis, reconhecidos como direitos humanos pelo sistema internacional e nacional de proteção dos direitos humanos, são os fundamentos para a promoção de uma política urbana que tenha como meta e prioridade a urbanização e regularização dos assentamentos precários, visando a melhorar as condições de vida, tanto no aspecto da moradia como ambiental [...].

O pleno exercício deste direito compreende também condições de cidadania, de participação da sociedade no desenvolvimento institucional e no fortalecimento da capacidade de planejamento das cidades. A gestão democrática e sustentável das cidades representa a possibilidade de que os instrumentos de política urbana não sejam apenas “ferramentas a serviço de concepções tecnocráticas, mas, ao contrário, verdadeiros instrumentos de promoção do direito à cidade para todos sem exclusão” (BUCCI, 2002, p. 324). Frente a isto, e alinhado com tendências de abertura à participação popular na definição de diretrizes de planejamento e gestão pública, o Estatuto da Cidade determina que os Planos Plurianuais Municipais devem constar nos debates, audiências e consultas públicas de gestão orçamentária participativa (PROCOPIUCK, 2007):

No âmbito municipal, a gestão orçamentária participativa de que trata a alínea f. do inciso III do art. 4º desta Lei incluirá a realização de debates, audiências e consultas públicas sobre as propostas do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual, como condição obrigatória para sua aprovação pela Câmara Municipal (BRASIL, 2005, p.217).

4.3 AGENDA 21 BRASILEIRA

Dentre os diversos acordos¹²⁶ internacionais estabelecidos pela Conferência Rio-92¹²⁷, a aprovação da Agenda 21 Global (AG21 Global) representou um marco no que se refere à promoção e implementação de práticas relacionadas ao desenvolvimento de cidades mais sustentáveis, através do compromisso para a incorporação do conceito de desenvolvimento sustentável nas políticas públicas em âmbito mundial.

¹²⁶ Entre os documentos e acordos estabelecidos pela Rio-92, podemos destacar 4: i) Convenção do Clima e Biodiversidade; ii) Declaração de Princípios de Floresta; iii) Declaração do Rio para o Meio Ambiente e Desenvolvimento; e iv) Agenda 21 Global (SACHS, 1993).

¹²⁷ Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), Rio de Janeiro, 1992; também conhecida como Eco-92.

O programa e documento AG21 Global, constituído por quarenta capítulos, reúne um conjunto de premissas e recomendações sobre como as nações devem agir para alterar seu vetor de desenvolvimento em prol de modelos mais sustentáveis. Recomenda a criação de programas e uma maior regulamentação e controle por parte das agências ambientais de várias nações. Alerta aos países signatários¹²⁸, a responsabilidade de incorporarem, em suas políticas públicas, metas que os coloquem a caminho de um desenvolvimento sustentável:

A Agenda 21, resultante da Conferência, não deixa dúvida de que os governos tem a prerrogativa e a responsabilidade de deslanchar e de facilitar processo de construção das agendas 21 nacionais e locais. A convocação para as Agendas, entretanto, depende da mobilização de todos os segmentos da sociedade, sendo a democracia participativa a via política para a mudança esperada (BEZERRA e FERNANDES, 2000, p.7).

A sua aprovação representou um importante passo, ainda que modesto, para a construção de um plano de ação a ser adotado a nível global, nacional e local. Através da incorporação de parâmetros de cooperação internacional e do estabelecimento de diretrizes visando a promoção de um novo padrão de desenvolvimento global, se buscava corrigir o desequilíbrio ambiental e a injustiça social entre as nações, coibindo padrões insustentáveis de produção e consumo. Assim, a introdução do termo Agenda teve como intuito o registro, de fato, em documento, de compromissos que expressassem um desejo forte de mudança em relação a um modelo predatório e mercantilista de desenvolvimento.

A construção desta Agenda Global, a nível nacional e local, também implicou na busca por um conceito de gestão democrática, que propiciasse a efetiva participação da sociedade neste processo:

A Agenda 21 é um processo de planejamento participativo que resulta na análise da situação atual de um país, estado, município, região, setor, e planeja o futuro de forma sustentável. E esse processo deve envolver toda a sociedade na discussão dos principais problemas e na formação de parcerias e compromissos para a sua solução a curto, médio e longo prazos. A análise do cenário atual e o encaminhamento das propostas para o futuro devem ser realizados dentro de uma abordagem integrada e sistêmica das dimensões econômica, social, ambiental e político-institucional da localidade. Em outras palavras, o esforço de planejar o futuro, com base nos princípios da Agenda 21, gera inserção social e oportunidades para que as sociedades e os governos possam definir prioridades nas políticas públicas (SILVA apud ARAUJO e CARVALHO, 2011, p.693).

No caso brasileiro, seguindo os compromissos assumidos em 1992 (Rio-92), para a elaboração de uma Agenda Nacional, o país criou, em 1997, a Comissão de Políticas de

¹²⁸ Representantes de 179 países acordaram e assinaram a Agenda 21 Global durante a Rio-92 (FONSECA, 2016).

Desenvolvimento Sustentável (CPDS)¹²⁹, com a finalidade de coordenar, elaborar e acompanhar a implementação da Agenda 21 Brasileira (AG21 Brasileira). Como metodologia de consulta, foram construídos, ao longo do processo, instrumentos de governança entre os vários seguimentos de governo, o setor privado e o terceiro setor (BEZERRA, 2005):

Em um primeiro momento, foram feitos termos de referência para a contratação de consórcios que, com o auxílio de workshops e seminários de consultas públicas com a população brasileira, deram sequência ao processo da AG21. Efetuou-se um diagnóstico da realidade do país, elaborando cenários futuros em que o desenvolvimento nacional fosse pautado pelo paradigma da sustentabilidade, bem como foram identificadas as ações prioritárias para que essa mudança de modelo ocorresse (FONSECA, 2016, p.313-314).

Sob a liderança do Ministério do Meio Ambiente (MMA), e sua Secretaria Executiva, nominada Coordenação da Agenda 21/MMA, a construção da AG21 Brasileira foi estruturada em 6 temas com seus respectivos consórcios:

1. Cidades sustentáveis (Consórcio Parceria 21);
2. Redução das desigualdades sociais (Consórcio Parceria 21);
3. Agricultura sustentável (Consórcio Museu Emílio Goeldi);
4. Gestão de recursos naturais (Consórcio TCBR/Funatura);
5. Ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável – Consórcio CDS-UnB/Abipti;
6. Infraestrutura e integração regional – Consórcio Sondotécnica/Crescente Fértil.

A produção destes 6 documentos temáticos serviu de subsídio para a formulação do primeiro documento intitulado “Agenda 21 Brasileira: bases para discussão”, que seria levado a discussão da sociedade brasileira (FONSECA, 2016). No caso do documento temático “Cidades sustentáveis”¹³⁰, elaborado pelo Consórcio Parceria 21, as principais ações e prioridades propostas, podem ser sintetizadas em:

- aperfeiçoar a regulamentação do uso e da ocupação do solo urbano e promover o ordenamento do território;

¹²⁹ Criada por decreto presidencial, a CPDS reúne representantes da sociedade civil organizada e ministérios afetos às questões de desenvolvimento e de meio ambiente. A presidência e a secretaria executiva da CPDS são exercidas pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA).

¹³⁰ Elaborado pelo Consórcio Parceria 21, o documento “Cidades Sustentáveis: Subsídios à Elaboração da Agenda 21 Brasileira” teve por objetivo “[...] subsidiar a formulação da Agenda 21 brasileira com propostas que introduzam a dimensão ambiental nas políticas urbanas vigentes ou que venham ser adotadas, respeitando-se as competências constitucionais em todas as esferas de governo.” (BEZERRA e FERNANDES, 2000, p.12)

- promover o desenvolvimento institucional e o fortalecimento da capacidade de planejamento e de gestão democrática da cidade;
- promover mudanças nos padrões de produção e consumo das cidades;
- desenvolver e estimular a aplicação de instrumentos econômicos no gerenciamento dos recursos naturais (BEZERRA e FERNANDES, 2000).

Em antecipação a realização da Rio+10¹³¹, em Johannesburgo, e com o objetivo de internalizar nos PPAs¹³², e nas políticas públicas do país, os valores e princípios do desenvolvimento sustentável, a CPDS publica, em 2002, o documento final para o programa Agenda 21 Brasileira¹³³, intitulado “A Agenda 21 Brasileira: Ações Prioritárias”. A proposta estabeleceu 21 objetivos para o Desenvolvimento Sustentável nacional, organizados em 5 eixos temáticos (Quadro 4.1).

No decorrer das discussões para a produção desta Agenda Nacional, buscou-se diagnosticar os problemas urbanos-ambientais e as estratégias mais relevantes para a promoção do desenvolvimento sustentável das cidades brasileiras. O tema sustentabilidade urbana aparece explicitamente anunciado no Eixo: “Estratégias para a sustentabilidade urbana e rural”, incorporado principalmente questões relacionadas à gestão do espaço urbano, ao desenvolvimento integrado, a mobilidade urbana, e a promoção da Agenda 21 Local. Dentre as ações propostas, “[...] verifica-se a necessidade de regularização do uso e ocupação do solo urbano; da promoção do desenvolvimento institucional e do fortalecimento da capacidade de planejamento e gestão democrática da cidade.” (BRASIL, 2002a).

São apresentadas também questões relacionadas a necessidade de promover mudanças nos padrões de consumo da cidade bem como o desenvolvimento e estímulo da aplicação de instrumentos econômicos no gerenciamento dos recursos naturais. São questões complexas, uma vez que temas como eficiência, crescimento e equidade, confrontam interesses de natureza econômica e político-institucional em que residem as maiores tensões em momentos de mudança (MOURA e BEZERRA, 2016). Para tanto, o programa da AG21 Brasileira, introduziu

¹³¹ Dez anos após a Rio 92, a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a Rio+10, realizada em Johannesburgo, na África do Sul, buscava um consenso na avaliação geral das condições atuais e nas prioridades para ações futuras.

¹³² “O principal compromisso pactuado com a sociedade [na produção da AG21 Brasileira] era o de subsidiar o sistema de planejamento do país, incluindo no PPA ações capazes de orientarem os rumos do país na direção do desenvolvimento sustentável.” (MOURA e BEZERRA, 2016, p.103-104)

¹³³ A Agenda 21 Brasileira é, de fato, composta de dois documentos: “Agenda 21 Brasileira: Ações Prioritárias”, que estabelece os caminhos para a construção da sustentabilidade brasileira, e “Agenda 21 Brasileira: Resultado da Consulta Nacional”, produto das discussões realizadas em todo o território nacional (BRASIL, 2002a; 2002b).

compromissos graduais de médio ou de longo prazos, propiciando tempo e condições favoráveis para que as empresas e os agentes sociais envolvidos nas negociações possam superar, ou adaptar-se, aos obstáculos inerentes à este tipo de processo.

Quadro 4.1. Eixos e objetivos da Agenda 21 Brasileira.

| |
|---|
| Eixo: A economia da poupança na sociedade do conhecimento |
| Objetivo 1 - Produção e consumo sustentáveis contra a cultura do desperdício; Objetivo 2 - Ecoeficiência e responsabilidade social das empresas; Objetivo 3 - Retomada de planejamento estratégico, infraestrutura e integração regional; Objetivo 4 - Energia renovável e biomassa; Objetivo 5 - Informação e conhecimento para o desenvolvimento sustentável. |
| Eixo: Inclusão social para uma sociedade solidária |
| Objetivo 6 - Educação permanente para o trabalho e a vida; Objetivo 7 - Promover a saúde e evitar a doença, democratizando o SUS; Objetivo 8 - Inclusão social e distribuição de renda; Objetivo 9 - Universalizar o saneamento ambiental protegendo o ambiente e a saúde. |
| Eixo: Estratégia para a sustentabilidade urbana e rural |
| Objetivo 10 - Gestão do espaço urbano e a autoridade metropolitana; Objetivo 11 - Desenvolvimento sustentável do Brasil rural; Objetivo 12 - Promoção da agricultura sustentável; Objetivo 13 - Promover a Agenda 21 Local e o desenvolvimento integrado e sustentável; Objetivo 14 - Implantar o transporte de massa e a mobilidade sustentável. |
| Eixo: Recursos naturais estratégicos: água, biodiversidade e florestas |
| Objetivo 15 - Preservar a quantidade e melhorar a qualidade da água nas bacias hidrográficas; Objetivo 16 - Política florestal, controle do desmatamento e corredores de biodiversidade. |
| Eixo: Governança e ética para a promoção da sustentabilidade |
| Objetivo 17 - Descentralização e pacto federativo: parcerias, consórcios e poder local; Objetivo 18 - Modernização do Estado: gestão ambiental e instrumentos econômicos; Objetivo 19 - Relações internacionais e governança global para o desenvolvimento sustentável; Objetivo 20 - Cultura cívica e novas identidades na sociedade da comunicação; Objetivo 21 - Pedagogia da sustentabilidade: ética e solidariedade. |

Fonte: Quadro desenvolvido por C.Wagner (2019) com base no documento “A Agenda 21 Brasileira: Ações Prioritárias” (BRASIL, 2002a).

Moura e Bezerra (2016, p.104) argumentam que um dos méritos do documento está no reconhecimento dos potenciais conflitos entre os objetivos pretendidos:

Desta forma, a Agenda 21 [Brasileira] enfatizou a negociação como elemento imprescindível para reduzir conflitos entre os objetivos pretendidos, levando em consideração que, historicamente, as políticas voltadas para o desenvolvimento socioambiental têm demonstrado menor poder de barganha.

4.3.1 Agenda 21 Local

Em sincronia com os ditames do Estatuto da Cidade, a Agenda 21 Brasileira reconhece a importância da escala local na concretização de políticas públicas pautadas no paradigma da sustentabilidade. Ambos seguem os princípios da descentralização estabelecidos na Constituição Federal de 1988 (CF/1988), que promove a transferência de autoridade, e de poder decisório, para instâncias subnacionais:

Entidades estaduais também se envolveram na construção da Agenda 21 brasileira, visto que o processo foi desenhado como uma ação de toda a sociedade e não apenas como um projeto de governo. Ao convocar a sociedade para propor soluções passíveis de serem executadas sob o princípio da corresponsabilidade, o processo da Agenda 21 logrou mobilizar recursos latentes na sociedade, criando um clima favorável à construção de soluções endógenas de desenvolvimento sustentável, fazendo com que os estados pudessem liderar a elaboração de suas próprias agendas 21 (Ibid., p. 104).

Paralelamente à produção da AG21 Brasileira, a CPDS, através da Coordenação da Agenda 21/MMA, promovia suporte técnico aos estados e municípios para a construção de suas Agendas 21 Locais (AG21 Local). Tanto que a ideia de promoção de AG21 Locais aparece como um dos 21 objetivos listados no documento final para o programa AG21 Brasileira: “Objetivo 13 - Promover a Agenda 21 Local e o desenvolvimento integrado e sustentável”.

O MMA define a Agenda 21 Local como:

Um processo participativo multissetorial de construção de um programa de ação estratégico dirigido às questões prioritárias para o desenvolvimento sustentável local. Como tal, deve aglutinar os vários grupos sociais na promoção de uma série de atividades no nível local, que impliquem mudanças no atual padrão de desenvolvimento, integrando as dimensões socioeconômicas, político-institucionais, culturais e ambientais da sustentabilidade (BRASIL, 2003a, p. 31).

Segundo Igor Ferraz da Fonseca (2016), em artigo intitulado “A retórica da boa governança: as agendas 21 locais no Brasil”, a Coordenação da Agenda21/MMA, em conjunto com o Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), passa a priorizar, a partir de 2003, todo o financiamento e auxílio técnico exclusivamente à elaboração de AG21 Locais, “[...] em detrimento do acompanhamento da implementação dos outros vinte objetivos.” (Ibid., p.316). Para o autor, esta mudança de foco, “[...] uma decisão política (e não técnica) do MMA [...]” (p.316), teria como principal razão as dificuldades, e custos, de implementação de todos os objetivos propostos na AG21 Nacional - temas que lidam com questões complexas e de natureza sistêmica. A crítica também reflete sobre a concepção do programa, que se baseia

numa lógica de produção de projetos e produtos, e não na construção de um processo de mudança; de um planejamento a médio e longo prazo:

A AG21 deve ser um processo. Seu objetivo máximo é a mudança de um modelo de desenvolvimento socialmente injusto, ambientalmente predatório e economicamente inviável no longo prazo, para um modelo de desenvolvimento sustentável, capaz de compatibilizar crescimento econômico, justiça social e preservação ambiental (Brasil, 2002a). A agenda reflete um amplo processo social, e seu alcance não pode ser limitado à lógica de projetos e produtos. Contudo, alguns fatores fizeram com que, no Brasil, a AG21 tenha sido trabalhada por meio da lógica de produtos e projetos (Ibid., p.318).

Esta lógica aparece de maneira mais visível na cartilha “Passo a passo da Agenda 21 Local”, publicada e divulgada pelo MMA em 2005. Esta contém uma metodologia padrão (e genérica) a todas as localidades brasileiras para a elaboração de suas AG21 Locais, e para a construção do seu produto final; o Plano Local de Desenvolvimento Sustentável (PLDS):

O passo a passo da Agenda 21 Local é considerado o Manual da Boa Governança (MBG) (Fonseca e Bursztyn, 2009), que consiste, na prática, em uma “receita de bolo” com critérios e procedimentos padronizados considerados necessários para o desenvolvimento local. Estas receitas metodológicas são geralmente impostas por agentes financiadores, na tentativa de replicar boas práticas focadas no desenvolvimento local (Ibid., p.312).

O PLDS representa, neste prescritivo manual, o “[...] elemento principal do processo de construção e implementação da Agenda 21 Local.” (BRASIL, 2006, p.33). Editais publicados e financiados pelo MMA, via FNMA, priorizam a elaboração do plano, que passa a ser o produto final de um projeto com prazo máximo de dezoito meses para a sua execução:

Os municípios deveriam prestar contas dos recursos recebidos e apresentar ao FNMA produtos relativos à realização do projeto. Os processos locais de AG21 financiados pelo MMA têm por obrigação apresentar documentos, em prazo definido, que comprovem a realização do projeto de construção da AG21, com base nas ações e procedimentos determinados pelos editais (FONSECA, 2016, p.311).

Esta lógica reducionista de produção de projetos e produtos - em detrimento da elaboração de processos permanentes - que se tornou a base para a construção das AG21 Locais, em nada garante a continuidade, a existência de recursos, ou mesmo vontade política, para a implementação dessas ações, fazendo com que muitos projetos sejam engavetados após a publicação de seus PLDS. Apesar do conjunto de boas intenções contidas nas AG21 Locais, a generalização das ações em escala nacional e a padronização metodológica usada na construção destes programas, impediram o foco nas peculiaridades e particularidades locais. Resultando

na falta de uma consistente participação social e na eventual descontinuidade do processo à nível de governo e gestor, inviabilizando assim, tanto em escala nacional como local, a geração de políticas para a promoção de um desenvolvimento efetivamente sustentável.

4.4 PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO E AMBIENTAL (PDDUA) DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE DE 1999¹³⁴

Considerado o instrumento básico do planejamento municipal, o Plano Diretor (PD) é uma exigência constitucional, consagrada na Constituição Federal de 1988 (CF/1988), e regulamentada em 2001, pelo Estatuto da Cidade. Suas diretrizes reafirmam os princípios básicos estabelecidos pela constituição, de caráter municipalista, que tem no PD municipal o seu principal instrumento de desenvolvimento e implementação dos objetivos gerais da política urbana:

[...] é sempre no nível municipal que se expressará, com maior concretude e de maneira mais acorde com a realidade local, o planejamento urbanístico. E isso se dará especialmente através do Plano Diretor, instrumento básico para a política urbana consagrado na Constituição Federal de 1988, cujas características e importância, juntamente com outros importantes instrumentos concebidos para a implementação adequada das políticas públicas no trato das questões urbanístico-ambientais [...] (CANEPA, 2007, p.153)

Ao incorporar pela primeira vez um capítulo específico sobre Política Urbana (Capítulo II, Título VII)¹³⁵, a CF/1988¹³⁶ estabelece, mais precisamente no seu artigo 182, como competência do poder público municipal a responsabilidade pela execução de uma política de desenvolvimento urbano, tendo por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir as condições dignas de vida aos seus habitantes (BRASIL, 2016). Sendo uma lei municipal aprovada pela Câmara de Vereadores, e o principal instrumento para a política urbana do município, é o Plano Diretor que especifica como estes objetivos e princípios serão aplicados em cada município.

¹³⁴ O Plano Diretor de 1959 (Lei 2046/59) e o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de 1979 (Lei Complementar nº 43, não são retratados neste trabalho, uma vez que a inserção das dimensões conceituais do desenvolvimento sustentável passam a ser identificadas somente a partir da elaboração do PDDUA de 1999 (Lei Complementar 434/99).

¹³⁵ A Constituição Federal de 1988 dedicou um capítulo (Capítulo II) à Política Urbana, inserido no Título VII (Da Ordem Econômica e Financeira). Neste capítulo estão presentes os artigos 182 e 183.

¹³⁶ Conhecida também como a Constituição Cidadã, pela participação da sociedade civil nas diversas fases da sua elaboração.

Orientando as políticas e programas para o desenvolvimento da cidade, o Plano Diretor é parte integral do processo de planejamento municipal, se constituindo no norteador das ações delineadas nos Planos Plurianuais (PPA) dos governos locais.

Segundo Bateira (2006, p.60):

O Plano Diretor não é um instrumento apenas técnico: a participação da população é fundamental para que os seus objetivos sejam atingidos. A elaboração do Plano Diretor deve ser um processo informativo, participativo e formador de cidadãos!

No caso de Porto Alegre, a inserção das dimensões conceituais do desenvolvimento sustentável ao seu PD passam a ser identificadas a partir da elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (PDDUA), Lei Complementar 434/99, de 1999, nominado também de 2º PDDUA¹³⁷. Influenciado pelo contexto político e social de luta pela redemocratização do país, o Plano de 1999 se consolida pela participação cidadã nas discussões sobre a cidade, “[...] e que em seu modelo espacial considera todo o território de Porto Alegre como cidade¹³⁸.” (CRUZ, 2006, p.132).

Segundo a arquiteta Maria Tereza Albano (1999, p.171):

Enquanto o 1º PDDU é produzido em pleno período autoritário, o 2º PDDUA é produto típico de um momento de revisão de posturas, dentro do processo e redemocratização do país. Assim, enquanto um inova propondo, por exemplo, a participação possível, o outro se consolida, desde o seu início, como projeto que tem, na participação da cidadania na discussão da cidade, seu pressuposto fundamental.

O PDDUA é também reflexo das discussões, conferências e acordos assumidos nas duas últimas décadas do século XX¹³⁹, centrados na busca por um novo paradigma de

¹³⁷ O cuidado com a evolução da cidade data de 1914, com o Plano Geral de Melhoramentos, também conhecido como Plano Maciel de 1914. Entretanto, o primeiro plano legalmente instituído em Porto Alegre foi o Plano Diretor de 1959 (NYGAARD, 2005), Lei 2046/59, também conhecido como Plano Edvaldo Pereira Paiva. O subsequente plano, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, data de 1979, Lei Complementar nº 43, de 21/07/79 (PMPA, 1986). Este plano é nominado também de 1º PDDU de Porto Alegre.

¹³⁸ “Uma proposta interessante, que resultou desta discussão, foi, justamente, a que introduz o conceito de que “tudo é cidade” incorporando a atual zona rural à área urbana, com a intenção de preservar seus valores ambientais e manter sua vocação para a atividade rural, de lazer e o turismo, além do uso residencial, com baixíssima ocupação. Hoje, como se sabe, as propriedades situadas naquela área estão vinculadas ao INCRA, o que retira a capacidade de gerenciamento da região das mãos do Poder Público Municipal. Ainda com relação à qualificação ambiental, o espaço urbano passa a ser avaliado, no novo Plano, como um ambiente único, onde adquirem igual importância os patrimônios natural (verde) e o cultural.” (PMPA, [19--a], p.1).

¹³⁹ Os mais significativos eventos seriam a: Publicação do Relatório Brundtland, da CMMAD, em 1987; Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92; Agenda 21 Global, de 1992; Publicação do Relatório “Além dos Limites”, pelo Clube de Roma, em 1992; Publicação do documento “Transitions Strategies Towards the 21st Century”, pela UNESCO, em 1993; Conferência Habitat II, em 1996;

desenvolvimento; na necessidade de equacionar os binômios crescimento-econômico e preservação-ambiental, isto é, de crescer sem destruir (VEIGA, 2005). Na sua justificativa, o PDDUA é apresentado como:

Um Plano de desenvolvimento que necessariamente deva ser de natureza **sustentável**, haja vista a sua exigência, frente aos novos condicionantes sócio-ambientais e aos princípios da comunidade internacional acordados na Agenda 21 das Nações Unidas (PMPA, 2000, p.3).

No entanto, observamos que o adjetivo “sustentável” também passa a ser usado para substituir noções muito próximas, como “firme” ou “durável”:

Uma cidade com este nível de concertação econômica e solidariedade social, estará em melhores condições de explorar todas as suas potencialidades, promovendo seu auto-financiamento e, por consequência sua **sustentabilidade** como um todo (PMPA, 2000, p.3) (grifo nosso).

De acordo com José Eli da Veiga (2005, p.188):

Essa banalização faz com que ele [o adjetivo “sustentável”] acabe sendo muito usado para qualificar um crescimento econômico que não seria passageiro, instável ou oscilante, ou mesmo para se referir à consistência dos mais variados tipos de fenômenos.

A incorporação do termo “sustentabilidade”, nos seus mais variados significados e arranjos (e.g.: “desenvolvimento sustentável” ou “desenvolvimento urbano sustentável”) ¹⁴⁰, aparece em vários momentos no texto da Lei 434/99. Apresentamos aqui algumas destas situações:

Parte I: Do Desenvolvimento Urbano Ambiental

Título I: Dos Princípios

Art. 2º: O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental incorpora o enfoque ambiental de planejamento na definição do modelo de desenvolvimento do Município, das diretrizes e das estratégias para a execução de planos, programas e projetos, enfatizando a participação popular, **a sustentabilidade econômica, social e ambiental** (PMPA, 2000, p.13) (grifo nosso).

Publicação do “Livro Azul”, em 1996; criação da Comissão Nacional de Políticas de Desenvolvimento Sustentável, em 1997; elaboração do Protocolo de Kyoto, em 1997.

¹⁴⁰ O expressão “sustentabilidade urbana” não é mencionado na L.C. 434/99; ela aparece na revisão do plano, de 2010, (L.C. 646/10), Art. 92: “Áreas de Interesse Cultural são áreas que apresentam ocorrência de Patrimônio Cultural e que devem ser analisadas, visando a sua preservação no quadro da **sustentabilidade urbana** e ao resgate da memória cultural por meio da revitalização, restauração e potencialização das áreas significativas, por meio de flexibilização e fomento pelo Poder Público, identificadas no Anexo 3 desta Lei Complementar. (Alterado pela L.C. n° 646, de 22 de julho de 2010)” (PMPA, 2011a, p.88) (grifo nosso). Os termos “cidade sustentável” ou “resiliência” não são mencionados em nenhuma das versões.

Parte I: Do Desenvolvimento Urbano Ambiental

Capítulo V: Da Promoção Econômica

Art. 20: Constituem a Estratégia de Promoção Econômica:

II - Programa de Qualificação da Cidadania, que tem como principais metas a democratização do conhecimento técnico para os diversos tipos de atividades produtivas no Município, o incentivo a medidas que orientem para a visão de **desenvolvimento sustentável nas empresas** e a oferta de alternativas de atividades para a população de baixa renda;

III - Programa de Desenvolvimento Sustentável para a Macrozona 8¹⁴¹, que contemple, entre outras, ações e políticas de fomento à produção primária, de proteção ao patrimônio natural e de saneamento ambiental, com vistas à fixação das populações rurais, ao desenvolvimento de atividades de lazer e turismo e à qualificação das áreas habitacionais; (PMPA, 2000, p.25) (grifo nosso).

Parte I: Do Desenvolvimento Urbano Ambiental

Capítulo IV: Das Zonas de Uso

Art. 32: As Zonas de Uso representam parcelas do território municipal, propostas com as mesmas características, em função de peculiaridades a serem estimuladas nas seguintes categorias:

VI - Áreas de Proteção do Ambiente Natural - zonas previstas para atividades que, conciliando a proteção da flora, da fauna e dos demais elementos naturais, objetivem a perpetuação e a **sustentabilidade do patrimônio natural**; (PMPA, 2000, p.38-39) (grifo nosso).

Parte II: Do sistema de planejamento

Capítulo VI: Do Monitoramento da Densificação

Art. 66: O Município promoverá o monitoramento da densificação através de patamares máximos de densidade por Macrozona e Unidades de Estruturação Urbana, com o objetivo de atender à demanda e racionalizar os custos de produção e manutenção dos equipamentos urbanos e comunitários de forma a garantir o **desenvolvimento urbano sustentável** (PMPA, 2000, p.53) (grifo nosso).

Apesar das incongruências encontradas na aplicação do termo, o emprego da expressão “sustentabilidade urbana” constitui um sinal bastante positivo. Revela, entre outras coisas, a extensão da tomada de consciência de boa parte dos agentes responsáveis pelo planejamento e administração da cidade. Segundo Veiga (2005, p.192), o seu uso, mesmo quando panfletário ou vago, pode também vir a comunicar a ideia de que “[...] não se deve perseguir o desenvolvimento *tout court*, mas que ele deve ser qualificado: precisa ser ecologicamente sustentável.”.

4.5 PLANOS PLURIANUAIS DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE

Como referido anteriormente, a presente Carta Magna brasileira especifica, entre outros aspectos, a competência municipal para o desenvolvimento de suas políticas urbanas, cabendo

¹⁴¹ “Macrozona 8 - Cidade Rururbana: área caracterizada pela predominância de patrimônio natural, propiciando atividades de lazer e turismo, uso residencial e setor primário, compreendendo os núcleos intensivos de Belém Velho, Belém Novo e Lami, bem como as demais áreas a partir da linha dos morros da Companhia, da Polícia, Teresópolis, Tapera, das Abertas e Ponta Grossa;” (PMPA, 2000, p.34).

ao Poder Público local, e à coletividade, o dever de eleger prioridades baseadas em diretrizes legais gerais, bem como criar outras disposições normativas para a concretização dos interesses municipais:

Nesse processo de planejamento e orçamento, como o principal instrumento, o PPAM [Plano Plurianual Municipal] exerce a função de especificar o que o governo pretende fazer, indicando o que se espera que atores extra-estatais façam, encetando, assim, rumos e promovendo atmosfera e estrutura econômica local estável para que possam funcionar em consonância e sinergia com ambientes estratégicos público-privados mais amplos (PREMCHAND, 2001. GOLDSMITH; EGGERS, 2004). Portanto, sob tais condicionantes, diante da falta de regulamentação específica sobre a matéria fiscal e orçamentária, o poder local pode e deve instituir legislação própria com o intuito de estabelecer a normatização do PPAM, de modo não-conflitante com a legislação federal e estadual em vigor, com vistas a levar a termo as políticas públicas que se façam necessárias em seus espaços territoriais, até que legislação superior entre em vigor (PROCOPIUCK *et al.*, 2007, p.409).

No caso de Porto Alegre, respeitando o recorte histórico proposto para este estudo (1995-2016), examinaremos os seis Planos Plurianuais Municipais (PPAMs) produzidos durante este período (1994-1997; 1998-2001; 2002-2005; 2006-2009; 2010-2013; e 2014-2017), no intuito de identificarmos quando, e de que modo, a questão da sustentabilidade passa a fazer parte da sua construção.

4.5.1 Plano Plurianual do Município de Porto Alegre: quadriênio 1994-1997

O final dos anos 80 e início dos anos 90 representa um momento de redefinição no modo como se insere a temática da gestão democrática na agenda pública municipal de Porto Alegre.

Se tanto a nível nacional com latino-americano verificamos a reforma dos Estados do continente inspirada pelo chamado “Consenso de Washington” - “[...] representando uma verdadeira guinada em direção ao neoliberalismo das políticas públicas na região.” (FARIA, 2002, p.53) -, no caso específico da prefeitura de Porto Alegre, constatamos o inverso: a proposição de um modelo alternativo visando modificar a agenda pública e transformar as relações entre Estado e sociedade¹⁴². Este período corresponde ao primeiro mandato¹⁴³, iniciado

¹⁴² “O prefeito Olívio Dutra, no prefácio a Horn (1994), revela claramente essa intencionalidade consciente quando faz referência ao “objetivo ousado de construir uma nova referência entre o poder público e a sociedade”, a qual também é facilmente verificável nos documentos que subsidiaram as decisões de governo e nos debates internos do PT que se veicularam na imprensa partidária.” (FARIA, 2002, p.81).

¹⁴³ O governo da Frente Popular esteve no comando da prefeitura da Porto Alegre durante quatro mandatos consecutivos. Seus prefeitos foram: Olívio Dutra (1989-1992), Tarso Genro (1993-1996), Raul Pont (1997-2000), Tarso Genro (2001-2002) e João Verle (2002-2004).

em Janeiro de 1989, da Frente Popular (FP) - coligação encabeçada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) - à frente do governo de Porto Alegre. Propõem-se assim um modelo de gestão baseado nos princípios da inclusão social, da participação popular e da equidade tributária.

Segundo Faria (2002, p.54):

Esse novo tipo de Estado representa uma ruptura com o insulamento burocrático que tem sido o modelo de Estado dominante nas iniciativas neoliberais (Conaghan e Malloy, 1994) e toma forma através da construção de um tipo de Estado inserido por meio de uma rede de capilaridade que o relaciona com a sociedade civil e que, penso, possa ser compreendido pelo conceito de Evans (1992) de *embedded autonomy* [autonomia inserida].

Durante estes primeiros anos, as bases para uma democracia participativa, através do envolvimento da população nas diversas instâncias de decisão da administração pública municipal, foram lançadas, tendo como sua expressão maior o Orçamento Participativo¹⁴⁴ (OP). Outras importantes mudanças políticas implementadas durante este período foram a reestruturação dos sistemas de controle e gerência da Prefeitura, especialmente na área financeira, através de uma reforma tributária¹⁴⁵, e a implementação de uma remodelação administrativa com a criação do Gabinete de Planejamento (GAPLAN), diretamente ligado ao prefeito e responsável pela elaboração do orçamento, ficando a antiga Secretaria de Planejamento responsável unicamente pela gestão urbana (FARIA, 2002).

¹⁴⁴ Fruto dos movimentos democráticos que resultaram do processo de redemocratização do sistema político brasileiro, o OP buscou, através de uma gestão pública participativa, a eficiência, transparência e equidade das políticas públicas. Em Porto Alegre “O processo teve início com a divisão do território municipal em 16 regiões, em cada uma das quais as entidades comunitárias e de vizinhança ali sediadas foram convidadas a se fazerem presentes em reuniões plenárias onde, com base no princípio da representatividade proporcional ao número de cidadãos participantes, as prioridades do plano de governo e a composição do orçamento foram debatidas e foram eleitos delegados para um conselho de representantes de cada região, num processo que teve três rodadas de discussão, e que incluía também a prestação de contas do orçamento anterior. Dois representantes de cada uma das regiões passaram a compor o Conselho do Orçamento Participativo, o qual, em função de um critério de necessidades e carências, desde então, define uma hierarquia das demandas de todas as regiões e faz a distribuição das destinações dos recursos orçamentários. Uma reunião desse conselho decide a proposta que o prefeito encaminha ao Legislativo, a qual inclui não apenas investimentos e obras, mas toda a estrutura da despesa, inclusive gastos de pessoal, assim como a definição da receita e das propostas de alterações da legislação tributária necessárias. Além disso, esses conselheiros passaram a ter uma atividade permanente, acompanhando as votações na Câmara Municipal que dizem respeito ao orçamento e às obras e demais projetos escolhidos e, posteriormente, fiscalizando a execução do gasto orçado e das obras e dos projetos definidos e seu cronograma, juntamente com os representantes de cada região.” (FARIA, 2002, p.67).

¹⁴⁵ “[...] a reforma tributária que viabilizou financeiramente a prefeitura porto-alegrense só foi possível a partir da nova configuração do pacto federativo surgido da Constituinte de 1988, da mesma forma que os gastos sociais foram afetados pelo processo de descentralização operado pelas demais esferas de governo em direção aos municípios ao longo da década de 1990, especialmente nas áreas de saúde, educação e assistência.” (FARIA, 2002, p.61).

De acordo com Faria (2002, p.77):

Os resultados alcançados foram claramente redistributivos, quer na progressividade da carga tributária implantada, quer na eleição dos beneficiários das políticas públicas, as camadas de menor renda e as regiões mais carentes da cidade.

O PPAM 1994-1997 representa a continuidade desta política, voltada para os interesses da maioria e estruturada na participação representativa - *vide* OP -, porém, com uma melhor articulação na atuação do governo em relação ao desenvolvimento da economia local, caracterizado pela reestruturação da Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio¹⁴⁶ (SMIC) e sua respectiva influência na elaboração e operacionalização de um plano específico para o desenvolvimento da economia do município - o Plano de Desenvolvimento Econômico¹⁴⁷ (PDE), de 1994:

O PDE apresenta o conceito de “gestor político da economia” para indicar um papel propositivo, regulador e indutor para o governo municipal. Ou seja, caberia ao governo propor políticas, regulamentar e fomentar processos de desenvolvimento econômico, através da articulação com agentes econômicos e organizações da sociedade civil. O sentido estratégico de tais políticas seria o enfrentamento da exclusão social e a criação de um “novo modelo de desenvolvimento”, coincidindo, desse modo, com a vertente teórica social do desenvolvimento local (MOURA; LOIOLA; LIMA, 1999, p.125).

Através de diretrizes como “Qualidade de vida mínima aos excluídos” e “Dinamização da economia da cidade”, o PDE propôs articular a questão do combate à exclusão social com a intervenção na economia formal, criando programas e projetos tanto nas áreas de tecnologia e trabalho, com incubadoras tecnológicas (e.g.: IETEC - Incubadora Empresarial Tecnológica de Porto Alegre) e tecnópolis (e.g.: Projeto Porto Alegre Tecnópolis), como na descentralização espacial¹⁴⁸ das atividades econômicas (e.g.: PIR - Parque Industrial da Restinga; REPOTs - Regiões de Potencial Tecnológico; Porto Seco, e o desenvolvimento de Centros de Bairro).

¹⁴⁶ As mudanças na estrutura desta secretaria ocorreram a partir de 1991: “Em 91, em lugar das diretorias de fomento, foram criadas duas supervisões: abastecimento alimentar e desenvolvimento econômico. A primeira corresponde à ênfase que era dada naquele momento à problemática do alto custo de vida, particularmente dos alimentos. [...]. A segunda supervisão foi sendo desmembrada no processo, evidenciando o direcionamento dado ao tema, chegando até ao formato atual: apoio a empreendimentos, desenvolvimento tecnológico e economia popular. Essas mudanças foram empreendidas, segundo o discurso, como reflexo da prioridade dada ao desenvolvimento local na gestão de Porto Alegre (MOURA; LOIOLA; LIMA, 1999, p.127).

¹⁴⁷ Plano de Desenvolvimento Econômico: Crescimento em Todos os Sentidos. Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1994.

¹⁴⁸ Denominada de “Cidade policêntrica” no PDE (PMPA, 1994).

Como parte deste novo processo de planejamento participativo, envolvendo o debate público na decisão de políticas e formulação dos planos, programas e projetos para o desenvolvimento futuro da cidade, foi criado, em 1993 - primeiro ano do governo de Tarso Genro -, o Projeto Cidade Constituinte, oficialmente denominado “Projeto Porto Alegre Mais - Cidade Constituinte”:

[...] onde, após um longo processo preparatório de discussões, um congresso da cidade [1º Congresso da Cidade] estabeleceu um conjunto de diretrizes, ações de governo e projetos, entre os quais o plano de desenvolvimento da cidade, que se desdobraram “em torno de nove eixos que sintetizam o tipo de cidade que a cidadania de Porto Alegre quer para o futuro” (ALONSO apud FARIA, 2002, p.72).

Diversas diretrizes foram discutidas e aprovadas durante o 1º Congresso da Cidade¹⁴⁹ (1993), sendo incluídas posteriormente tanto ao PDE de 1994¹⁵⁰ como ao PPAM 1994-1997¹⁵¹. Dentre os assuntos tratados no Congresso da Cidade estava também a revisão do 1º Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), de 1979, objetivo que foi mudado, quando, em 1996, se decidiu formular um novo Plano Diretor, e não apenas reformular o antigo (CRUZ, 2006)¹⁵².

Tendo se desdobrado em quatro fases, o Projeto Cidade Constituinte¹⁵³ desempenhou sua função de instância deliberativa durante 7 anos, encerrando suas atividades após a aprovação do novo plano, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA) de 1999 (Ibid.).

¹⁴⁹ “Embora o I Congresso da Cidade tenha sido realizado em 1993, já no segundo mandato do PT à frente da Prefeitura, a viabilização desse tipo de discussão começou, como é fácil ver dada a sua envergadura, muito antes.” (FARIA, 2002, p.81).

¹⁵⁰ “A discussão pública do plano ocorreu, de maneira indireta, no processo Cidade Constituinte, 1993/94, no grupo temático Desenvolvimento Econômico. No final de 1994 houve um seminário de apresentação pública do PDE.” (MOURA; LOIOLA; LIMA, 1999, p.127).

¹⁵¹ “A implantação de grandes obras estruturais da cidade, definidas na Cidade Constituinte” (PMPA, 1993, p.39), e “Democratização do progresso de planejamento urbano da cidade, com a participação do movimento popular e da sociedade civil organizada (“Cidade Constituinte”)” (PMPA, 1993, p.54), aparecem, junto ao PPAM 1994-1997, como respectivas diretrizes da Secretaria Municipal de Obras e Viação e da Secretaria do Planejamento Municipal.

¹⁵² “O objetivo foi mudando, evoluindo do debate sobre o futuro da cidade, passando para a elaboração da metodologia de reformulação do antigo Plano Diretor e resultando na decisão de formular um novo Plano, em 96, quando se formula um novo modelo. Este último, um objetivo que revelou-se não consensual e gerador de fortes polêmicas principalmente entre o corpo técnico da SPM e os defensores do modelo do 1º PDDU.” (CRUZ, 2006, p.144).

¹⁵³ O Projeto Cidade Constituinte produziu 3 Congressos da Cidade durante este período (1993-2000): 1º Congresso da Cidade (Tema: Cidade Constituinte), em dezembro de 1993; 2º Congresso da Cidade (Tema: O Lugar de Todas as Coisas. Congresso dedicado a tratar da elaboração do PDDUA), em dezembro de 1995; e 3º Congresso da Cidade (Tema: Construindo a Cidade do Futuro), em maio de 2000 (PMPA, 2015a).

Alonso ressalta o importante papel que estas iniciativas - Projeto Cidade Constituinte; discussão do Plano Diretor e do Plano de Desenvolvimento Econômico - tiveram para o fortalecimento da participação popular na decisão de políticas e formulação de planos e estratégias:

Um [...] aspecto das mudanças políticas da Administração Popular para o qual quero chamar atenção foi o processo sistemático de ampliação da participação popular e o aumento da *accountability* do governo. A face mais conhecida do alargamento da democracia participativa é, sem dúvida, o orçamento. Entretanto, antes de um episódio, a participação foi instituída como um modo de governar, e se desdobrou tanto no resgate e na reorganização dos conselhos municipais gestores das políticas públicas, os quais tiveram sua representatividade ampliada com a mudança de sua composição e passaram a ser instâncias de formulação e decisão das políticas, quanto em outras iniciativas de decisão de políticas e formulação de planos e estratégias, como o projeto Cidade Constituinte, a discussão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano ou o Plano de Desenvolvimento Econômico, que tiveram continuidade nos governos subseqüentes (ALONSO apud FARIA, 2002, p.69).

O termo “Sustentabilidade”, ou “Desenvolvimento Sustentável”, *per se*, não se faz presente em nenhuma das diretrizes, objetivos ou metas anunciadas no PPAM 1994-1997. Referências às dimensões conceituais do desenvolvimento sustentável (social, ambiental, econômica, cultural, e institucional) aparecem ainda de uma maneira bastante simplista e genérica (e.g.: Melhoria [...] da qualidade ambiental da cidade (p.32); Incentivo à discussão da dimensão cultural [...] (p.33); Contribuir para o desenvolvimento da consciência ecológica [...] (p.46); Estudo do aproveitamento de fonte energética (p.63); etc.) (Quadro 4.2.). Os pontos de maior destaque estariam nas ações relacionadas aos novos arranjos institucionais, facilitando a democratização da gerência e das decisões através da inclusão e da participação popular - promovendo a dimensão social e institucional do desenvolvimento sustentável.

Outra importante característica identificada no plano - reflexo tanto de uma política voltada a participação popular, como de um momento histórico de progresso tecnológico¹⁵⁴ - é o seu foco no desenvolvimento da economia local, através da promoção de atividades econômicas e comerciais direcionadas as pequenas e médias empresas, e a promoção do apoio e incentivo ao desenvolvimento tecnológico. Dentre as diretrizes e metas delineadas no PPAM 1994-1997, junto a Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio (SMIC), destacamos os seguintes: Apoio ao desenvolvimento tecnológico (p.46); Formulação de

¹⁵⁴ A Terceira Revolução Industrial evidencia os avanços tecnológicos na indústria da computação, ganhando destaque, a partir dos anos 1990, com o uso e disseminação do computador pessoal e da internet. Engloba o uso da tecnologia e do sistema informático tanto na produção industrial, com a automação no processo produtivo, como no comércio e na prestação de serviços. Representa uma visão de futuro e de desenvolvimento.

programas de apoio às micros, pequenas e médias empresas e cooperativas (p.46); Ampliação do projeto Incubadora Empresarial Tecnológica, visando apoio e incentivo ao desenvolvimento tecnológico (p.47); Criação de um fórum de Ciência e Tecnologia (p.47); Convênios com Universidades e organismos do setor, locais, nacionais e internacionais, visando o aumento do intercâmbio e da pesquisa tecnológica (p.47-48).

Seguindo esta lógica, é criado, em 1995, o Projeto Porto Alegre Tecnópole¹⁵⁵:

[...] criado em 1995, enquanto um projeto que busca, por um lado, valorizar as competências em ciência e tecnologia já instaladas no território da Região de influencia econômica de Porto Alegre, e, por outro lado, agir sobre a organização social através da estruturação de uma parceria multi-institucional capaz de definir um projeto de desenvolvimento regional auto-sustentável (HAUSER; MORAES; RECH, 1997, p.109).

Ainda sobre a sombra de uma economia em recuperação, a prefeitura de Porto Alegre inicia, através da recém criada (1994) Secretaria Extraordinária de Captação de Recursos¹⁵⁶ (SECAR), uma serie de tratativas de cooperação com outros governos nacionais e internacionais, na busca por recursos provenientes de agências multilaterais:

É interessante o fato de que a lógica de criação do embrião da Secar, o Gabinete Extraordinário, não distinguia entre a dimensão nacional e a internacional: o objetivo do gabinete era captar recursos de agências tanto nacionais quanto internacionais para financiar projetos de infra-estrutura ou de fins sociais. Mesmo assim, as principais fontes dos recursos captados foram agências internacionais como Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Fondo Financiero para el Desarrollo de la Cuenca del Plata (Fonplata), que, justamente naquele momento, começavam a negociar diretamente com alguns governos subnacionais. A constituição do Gabinete foi fundamental para reivindicar, com êxito, perante as agências internacionais, a possibilidade de negociar acordos diretamente, com o aval do governo central. Porto Alegre, juntamente com São Paulo, foi uma das primeiras prefeituras do país a conseguir isso (SALOMON e NUNES, 2007, p. 5).

¹⁵⁵ Este projeto será discutido em maior detalhe no subcapítulo 5.2 - Evolução dos planos governamentais (Setor Público).

¹⁵⁶ “Sobre as bases do Gabinete Extraordinário para a Captação de Recursos, de 1993, o prefeito Tarso Genro (PT, 1993-1996) estabeleceu, em 1994, a Secretaria Extraordinária de Captação de Recursos (Secar). Ainda que somente em 1996 a Secar tenha passado a chamar-se Secretaria Extraordinária de Captação de Recursos e Cooperação Internacional, desde 1994 suas funções incluíam a coordenação da cada vez mais abundante agenda de relações internacionais da Prefeitura em sua totalidade” (SALOMON e NUNES, 2007, p.5).

Dentro desta nova estrutura de governo, a SECAR se destacou tanto nas atividades de captação de recursos, como nas atividades de comunicação e de relações públicas, promovendo e divulgando as bem sucedidas práticas do OP¹⁵⁷:

Inicialmente com a abertura das negociações com o BID para a construção da Terceira Perimetral [...], em 1995, a área de captação de recursos alcançou um nível muito satisfatório na preparação de projetos e bom conhecimento sobre as potenciais fontes de financiamento internacional (SALOMON e NUNES, 2007, p. 11).

Quadro 4.2. Referências às dimensões conceituais do desenvolvimento sustentável identificadas no PPAM 1994-1997.

| PPAM 1994-1997 (Lei Nº 7.290) - Gestão: Tarso Genro (PT) - Nº de páginas do documento: 77 | |
|---|--|
| Secretarias | Diretrizes; Objetivos; e Metas |
| Mensagem | <u>Desenvolvimento Econômico de Porto Alegre</u> (p.5). <u>Diretrizes gerais das finanças municipais:</u> Do nosso ponto de vista, a administração das finanças do município deve coadunar-se com os princípios de justiça tributária, inversão de prioridades na política de gastos, transparência e administração eficiente dos recursos, democratização do poder público . Considerando a experiência da Administração Popular em Porto Alegre, a materialização desses princípios encontrou seus dois pilares fundamentais na realização da Reforma Tributária, pelo lado das receitas, e na implantação do Orçamento Participativo, pelo lado das despesas (p.7). <u>Reforma Tributária</u> (p.8). <u>Orçamento Participativo:</u> [...] adoção do orçamento participativo como uma diretriz geral para a Administração Popular (p.9). |
| Departamento de Esgotos Pluviais | <u>Diretrizes:</u> 5) Desenvolvimento de programas de educação ambiental e ampliação da participação comunitária visando, melhoria dos serviços de manutenção e conservação (p.32). <u>Objetivos:</u> - Melhoria do escoamento pluvial e da qualidade ambiental da cidade (p.32). |
| Secretaria Municipal da Cultura | <u>Diretrizes:</u> 2) Descentralização e aumento da participação popular na definição da política cultural , elemento base da construção da cidadania (p.33). 5) Incentivo à discussão da dimensão cultural do projeto MERCOSUL e suas repercussões regionais e nacionais (p.33). 6) Preservação da memória cultural da cidade através da proteção do patrimônio cultural, melhoria e atualização da legislação, desenvolvimento de projetos educativos, atualização do inventário, restauração, conservação dos bens tombados e realização de registros e publicações sobre a história da cidade (p.33). <u>Objetivos: Descentralização da Cultura</u> (p.34). |
| Secretaria Municipal de Obras e Viação | <u>Diretrizes:</u> 2) Apoio e incentivo ao crescimento dos novos pólos urbanos da cidade (descentralização da cidade) (p.39). 3) Implantação das grandes obras estruturais da cidade, definidas na Cidade Constituinte (p.39). <u>Metas:</u> - Construção de 120 km de vias urbanas, inclusas as vias estruturais: 3ª pista da Av. Sertório , duplicação das Avs. Cavalhada, Eduardo Prado e Campos Velho (p.39). - Recuperação da iluminação pública das Avs. Castelo Branco , [...] (p.39). |

¹⁵⁷ Em 1996 a prefeitura participa da Cúpula das Cidades (Habitat II), em Istambul, Turquia, para divulgar as práticas do Orçamento Participativo, recebendo prêmios e reconhecimento internacional como melhor prática social.

| | |
|---|--|
| <p>Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio</p> | <p><u>Objetivos:</u> - Contribuir para o desenvolvimento da consciência ecológica da população escolar (p.46). <u>Diretrizes:</u> 2) Incentivo à descentralização econômica e espacial da cidade (p.46). 3) Apoio ao desenvolvimento tecnológico (p.46). 4) Formulação de programas de apoio às micros, pequenas e médias empresas e cooperativas (p.46). 9) Incentiva à relocalização e à instalação de novas indústrias em áreas adequadas, visando a criação de empregos e geração de renda sem comprometer o meio ambiente (p.46). <u>Metas:</u> - Conclusão da 1ª e 2ª etapas do loteamento industrial da Restinga, construção de escola para treinamento de mão-de-obra, implantação de berçários industriais (p.47). - Ampliação do projeto Incubadora Empresarial Tecnológica, visando apoio e incentivo ao desenvolvimento tecnológico (p.47). - Criação de um fórum de Ciência e Tecnologia (p.47). - Convênios com Universidades e organismos do setor, locais, nacionais e internacionais, visando o aumento do intercâmbio e da pesquisa tecnológica (p.47-48).</p> |
| <p>Secretaria Municipal dos Transportes</p> | <p><u>Diretrizes:</u> 1) Municipalização do trânsito, com priorização das vias de transporte coletivo (p.49). 2) Apoio ao desenvolvimento de formas alternativas de transporte (ciclovias) (p.49). 3) Melhoria da qualidade, apoio ao desenvolvimento de novas tecnologias e redução dos custos do sistema de transporte coletivo da cidade (p.49). <u>Objetivos:</u> - Apoio ao aumento da participação da sociedade civil e do movimento comunitário na formulação das políticas de transporte (p.49). <u>Metas:</u> - Implementar a integração de linhas urbanas entre si e o Trensurb (p.51).</p> |
| <p>Secretaria do Planejamento Municipal</p> | <p><u>Diretrizes:</u> 1) Democratização do processo de planejamento urbano da cidade, com a participação do movimento popular e da sociedade civil organizada ("Cidade Constituinte") (p.54). 2) Intervenções urbanas de repercussões estratégicas para o futuro da cidade, visando a ocupação dos vazios urbanos e de apoio e incentivo aos centros de bairros (p.54). <u>Objetivos:</u> - Descentralização dos serviços urbanos e redução das deseconomias da excessiva concentração (p.54). - Racionalização dos serviços de transporte pesado de carga e melhoria do sistema viário da zona norte da cidade (p.54-55). <u>Metas:</u> - Realização de seminários sobre urbanismo, desenvolvimento econômico e democratização do Estado e elaboração da proposta básica (p.55).</p> |
| <p>Secretaria Municipal do Meio Ambiente</p> | <p><u>Diretrizes:</u> 4) Desenvolvimento de programas e intercâmbio com entidades, objetivando ações de preservação e proteção da flora, fauna e do meio ambiente (p.56). 7) Ampliação das ações de controle de poluição industrial e de serviços (p.56). <u>Metas:</u> - Desenvolvimento de programas de educação ambiental junto a escolas, comunidade e instituições científicas (p.57). - Recolhimento de veículos de transportes coletivos com emissão de fumaça fora dos padrões (p.57). - Avaliação da qualidade de ar na região metropolitana em conjunto com entidades estaduais (p.57).</p> |
| <p>Departamento Municipal de Água e Esgoto</p> | <p><u>Metas:</u> - Implantação do Programa Educação Ambiental (p.62).</p> |

| | |
|--|--|
| Departamento Municipal de Limpeza Urbana | <p><u>Diretrizes:</u> 3) Continuidade e ampliação da coleta seletiva do lixo (p.63). 7) Pesquisa e introdução de novas tecnologias que aumentem a eficácia da coleta, armazenamento, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos (p.63).</p> <p><u>Objetivos:</u> - Melhoria dos padrões ambientais (p.63). - Estudo do aproveitamento de fonte energética (p.63). - Reciclagem do lixo domiciliar (p.63). - Redução da quantidade do lixo produzido, do custo da coleta regular e valorização do lixo como matéria-prima e fonte energética (p.63).</p> |
|--|--|

Fonte: Quadro desenvolvido por C.Wagner (2019) com base nas informações coletadas junto ao Plano Plurianual 1994-1997, do Município de Porto Alegre (PMPA, 1993) (grifo nosso).

4.5.2 Plano Plurianual do Município de Porto Alegre: quadriênio 1998-2001

O Plano Plurianual 1998-2001, produzido sob a gestão Raul Pont (PT), representou um momento de consolidação da agenda e das políticas sociais propostas até então pelo governo da Frente Popular, sem grandes modificações institucionais nem introdução de novas prioridades, mas com um crescimento importante das atividades desenvolvidas (SALOMON e NUNES, 2007):

O Plurianual [1998-2001] está apenas interpretando - à luz das diretrizes, objetivos e metas - a continuidade desta tendência de progresso material e social que Porto Alegre inspira. Sem concessões descabidas, mas com seriedade e denodo, a Administração Popular tem sabido promover a nossa Capital, sem comprometer seu futuro, e sem capitular a força dos grandes monopólios. Impondo, sim, padrões elevados e socializados de desenvolvimento e qualidade de vida (PMPA, 1997, p.7).

Pontos a destacar neste quadriênio seriam a criação, em 1999, de um Grupo de Trabalho específico para tratar das questões relacionadas a orla do Guaíba, o Grupo de Trabalho da Orla (GT Orla)¹⁵⁸, e as discussões e seminários para a elaboração do novo projeto de lei do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA) do município:

A SPM, em 1998, utilizando a metodologia da FLACAM, realizou seminários de elaboração de projetos integrados como: “Corredor de centralidade da Anita Garibaldi/Nilo Peçanha” (indução de investimentos); “Quarto Distrito Navegantes”

¹⁵⁸ Até 1999, todos os estudos e projetos propostos, ou realizados, junto a orla do Guaíba representaram ações esporádicas e pontuais, sem uma visão conjunta ou estratégica para toda a sua extensão. O GT Orla se constitui em uma instância de trabalho intersecretarias que atua desde 1999 sob coordenação da antiga Secretaria de Planejamento Municipal (SPM), “[...] com o propósito de conhecer as condições atuais desta área, diagnosticar seus conflitos, potencialidades e vocações, de modo a subsidiar a construção dos instrumentos necessários para que estes espaços possam ser aproveitados ao máximo.” (PMPA, 2003a, p.1).

(revitalização urbana e reconversão econômica); “Eixo Lomba/Restinga” (regulação em área periférica de conflitos entre ocupação e preservação ambiental); “Mobilidade e Qualificação Urbana” (Espaços Abertos e Mobiliário Urbano); “Sistema de Avaliação do Desempenho Urbano” (planejamento prospectivo); “Sistema de Geoprocessamento e Sistema de Informações”. Em abril de 1999 “estabeleceu uma parceria” com a Coordenação Geral de Modernização Administrativa da Secretaria Municipal da Administração visando a reestruturação interna da SPM. Realizou entrevistas com os funcionários, pois “a nova estrutura deveria ser montada com a participação direta dos funcionários”, e realizou um Seminário para identificar as ações estratégicas para os próximos dois anos (PMPA Apud CRUZ, 2006, p.128).

O PPAM 1998-2001 também evidencia um posicionamento de vanguarda, quando menciona, ainda que brevemente, junto às diretrizes propostas pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAM), a instrução para a “Construção da Agenda 21 [Local]” (Quadro 4.3.). A Agenda 21, já discutida neste capítulo, representa o compromisso assumido pelas nações signatárias, durante a Rio-92, na promoção e implementação de práticas relacionadas ao desenvolvimento de cidades mais sustentáveis. Mesmo que ainda não explicitado em palavras, o conceito de desenvolvimento sustentável começa, cada vez mais, a permear os planos e os ideais das políticas do município.

Quadro 4.3. Referências às dimensões conceituais do desenvolvimento sustentável identificadas no PPAM 1998-2001.

| PPAM 1998-2001 (Lei Nº 8.022) - Gestão: Raul Pont (PT) - Nº de páginas do documento: 121 | |
|---|---|
| Secretarias | Diretrizes; Objetivos; e Metas |
| Mensagem | <u>Economia de Porto Alegre nos anos 90:</u> O Plurianual está apenas interpretando - à luz das diretrizes, objetivos e metas - a continuidade desta tendência de progresso material e social que Porto Alegre inspira. Sem concessões descabidas, mas com seriedade e denodo, a Administração Popular tem sabido promover a nossa Capital, sem comprometer seu futuro, e sem capitular a força dos grandes monopólios. Impondo, sim, padrões elevados e socializados de desenvolvimento e qualidade de vida (p.7). <u>Premissas do plano:</u> A Administração Popular tem mostrado seu compromisso democrático com a população de Porto Alegre. Tem feito isso de várias maneiras nestes últimos 8 anos - especialmente através do Orçamento Participativo. Agora, este compromisso foi ampliado, com a discussão da Proposta do Plano Plurianual, com a população através do Orçamento Participativo (p.16). |
| Lei Nº 8022 | Art. 4º - Nos termos do artigo 116, inciso III, § 1º, da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, fica garantida a participação da comunidade na elaboração e acompanhamento das leis de diretrizes orçamentárias e orçamentos anuais (p.19). |
| Diretrizes Gerais | 1. Continuidade do Orçamento Participativo , como principal instrumento de gestão pública democrática, planejamento participativo e controle popular sobre o Estado, com sua constante modernização, através do ajuste crítico do governo e da sociedade (p.23). 5. Política de incentivo ao desenvolvimento econômico e de geração de renda no município de Porto Alegre (p.23). |

| | |
|--|--|
| Gabinete do Prefeito - GP e Secretaria do Governo Municipal - SGM | <u>Objetivos:</u> 6. Organizar, coordenar e acompanhar o processo do Orçamento Participativo e Plano Plurianual, em conjunto com o GAPLAN (p.29). |
| Departamento de Esgotos Pluviais - DEP | <u>Objetivos:</u> 6. Desenvolvimento do Plano Diretor de Drenagem Urbana, complementação Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (PDDUA) e Plano Diretor de Meio Ambiente e Saneamento (PDMAS) , promovendo a gestão Integrada do Sistema de Drenagem e a cidade em desenvolvimento e em adensamento (p.37). 9. Desenvolver atividades e ações de Educação Ambiental, visando melhorar a relação homem/natureza , especialmente no que se refere às águas pluviais e esgotos (p.37-38). |
| Secretaria Extraordinária de Captação de Recursos e Cooperação Internacional - SECAR | <u>Diretrizes:</u> 2. Estabelecer e coordenar a política de intercâmbio e cooperação multilateral e bilateral com cidades, instituições e ONG's, elaborar a executar políticas de projeção internacional da cidade e desenvolver as atividades relacionadas com a função de cidade filiada à Rede de Cidades do MERCOSUL (p.39). <u>Objetivos:</u> 12. Articular políticas de cooperação intercâmbio com cidades de interesse estratégico, visando a dar suporte ao desenvolvimento tecnológico e comercial de Porto Alegre (p.40). |
| Gabinete de Planejamento - GAPLAN | <u>Diretrizes:</u> 1. Executar o planejamento estratégico do Governo, compatibilizando as decisões políticas da Coordenação de Governo, os planejamentos dos diversos órgãos da Administração Municipal e as prioridades apresentadas pela comunidade, incorporando as contribuições das diversas instâncias através do processo do Orçamento Participativo (p.45). |
| Secretaria Municipal da Cultura - SMC | <u>Diretrizes:</u> 7. Memoria: - Desenvolver ações de educação patrimonial na área do patrimônio natural e cultural buscando a construção das memórias sociais (p.48); - Criar e/ou aperfeiçoar mecanismos legais que garantam e ampliem as ações de proteção em relação ao patrimônio cultural material e imaterial da cidade (p.48). <u>Metas:</u> - Implementar o Conselho da Cultura (p.48). |
| Secretaria Municipal de Obras e Viação - SMOV | <u>Diretrizes:</u> Implantação das grandes obras estruturais da cidade - III Perimetral e outras (p.57). |
| Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio - SMIC | <u>Objetivos:</u> 39. Localizar e realocar as atividades industriais, no Parque Industrial da Restinga (PIR), contribuindo com a desconcentração industrial da cidade, melhoria do meio ambiente e geração de emprego e renda , principalmente na zona sul da cidade (p.73). |
| Secretaria Municipal dos Transportes - SMT | <u>Diretrizes:</u> 8. Desenvolver estudos preliminares sobre a viabilidade de implantação de um metrô subterrâneo no Município de Porto Alegre (p.78). <u>Objetivos:</u> 6. Controlar a emissão de poluentes por parte dos veículos de transporte . Implantar novas tecnologias energéticas (troleibus) e monitorar a qualidade do ar nos terminais da área central (p.79). 10. Reduzir o tempo de deslocamento dos usuários, melhorando a fluidez do trânsito (p.80). 12. Reduzir os impactos negativos ao ambiente adotando medidas restritivas ao transporte individual nas áreas de maior congestionamento (p.80). <u>Metas:</u> - Campanha ar puro (p.79). |

| | |
|---|---|
| | - Estudos e implantação de tecnologias alternativas (p.79). - Adotar medidas restritivas ao transporte individual, criando bolsões de estacionamentos [ampliando as áreas de estacionamento pago] e bicicletários próximos aos terminais de transportes [implantar ciclovias] (p.79). |
| Secretaria de Planejamento Municipal - SPM | <u>Objetivos:</u> 2) Regulamentação legal, instrumentalização administrativa e adequação do sistema de informações ao 2º PDDUA (p.87). <u>Meta:</u> - Elaboração de legislação complementar e reguladora do 2º PDDUA (p.87). |
| Secretaria Municipal do Meio Ambiente - SMAM | <u>Diretrizes:</u> 4. Elaboração do Plano Diretor de Proteção Ambiental (p.92). 6. Apoio aos eventos educativos relativos ao meio ambiente [...] (p.92). 9. Construção da Agenda 21 (p.92). <u>Objetivos:</u> 8. Estabelecer as bases para as estratégias de qualificação ambiental estabelecidas pelo 2º PDDUA , para as ações de proteção e planejamento ambiental do Município e para revisão da legislação municipal (p.93). |
| Departamento Municipal de Limpeza Urbana - DMLU | Diretrizes, objetivos e metas similares ao PPAM anterior (1994-1997). |

Fonte: Quadro desenvolvido por C.Wagner (2019) com base nas informações coletadas junto ao Plano Plurianual 1998-2001, do Município de Porto Alegre (PMPA, 1997) (grifo nosso).

4.5.3 Plano Plurianual do Município de Porto Alegre: quadriênio 2002-2005

Dando continuidade às estratégias e atividades internacionais de promoção e construção de uma imagem¹⁵⁹ de cidade solidária, participativa e competitiva¹⁶⁰, Porto Alegre passa a ser membro, em 1997, da IULA (*International Union of Local Authorities* - União Internacional de Autoridades Locais [UIAL])¹⁶¹ - uma das mais antigas e respeitadas organizações internacionais de cidades “de esquerda” (SALOMON e NUNES, 2007). Ainda na década de 1990, em 1999, e posteriormente em 2002, o município assina um acordo de cooperação com

¹⁵⁹ “A decisão de criar uma “marca Porto Alegre” foi um elemento presente desde o princípio na estratégia de internacionalização da cidade. Entre outras coisas, os responsáveis municipais encarregados de elaborar uma estratégia internacional para Porto Alegre consideraram que as negociações com agências internacionais para a obtenção de recursos seriam facilitadas se seus interlocutores pudessem situar a cidade no mapa e associá-la a uma imagem positiva.” (SALOMON e NUNES, 2007, p.10-11).

¹⁶⁰ Dentre as diretrizes e objetivos estabelecidos pela SECAR, destacamos os seguintes: “Estabelecer e coordenar a política de intercâmbio e cooperação multilateral e bilateral com cidades, instituições e ONG's, elaborar a executar políticas de projeção internacional da cidade e desenvolver as atividades relacionadas com a função de cidade filiada à Rede de Cidades do MERCOSUL. [...]. Articular políticas de cooperação intercâmbio com cidades de interesse estratégico, visando a dar suporte ao desenvolvimento tecnológico e comercial de Porto Alegre (PMPA, 1997, p.39-40).

¹⁶¹ Criada em 1913, posteriormente mudou o seu nome para UCLG (*United Cities and Local Governments* - Cidades e Governos Locais Unidos [CGLU]). Importante instituição internacional, na disseminação de teorias e práticas relacionadas ao planejamento e à administração urbana, assim como na formação de uma intensa comunidade transnacional de planejadores, administradores e reformadores urbanos (DUHA, 2007).

a prefeitura de Barcelona¹⁶², cidade considerada referência para o planejamento urbano nas décadas de 1980 e 1990¹⁶³, e para o desenvolvimento baseado no conhecimento e na inovação¹⁶⁴, a partir dos anos 2000. E foi precisamente “[...] entre janeiro de 2001 e dezembro de 2004, coincidindo com a quarta e última das administrações municipais sucessivas do PT (Genro e Verle) [que] a atividade internacional viveu um dinamismo sem precedentes.” (SALOMON e NUNES, 2007, p.9):

A agenda internacional de Porto Alegre, desenvolvida ao longo de pouco mais de dez anos - desde a criação da Secar, em 1994, até a saída do PT do governo municipal a partir de 2005 -, esteve baseada em uma estratégia visível, bem articulada e que buscou a maior coerência possível com o projeto político do PT em sua dimensão internacional. [...]. Esse dinamismo e as importantes transformações qualitativas da agenda nos permitem falar de "um salto adiante" para referirmo-nos à agenda internacional de Porto Alegre nesse período [2001-2004].

Durante este período, Porto Alegre produziu um amplo catálogo de instrumentos de cooperação centrado no intercâmbio de boas práticas - tanto a nível nacional como internacional¹⁶⁵ -, protagonizando também forte ativismo junto as duas grandes associações mundiais de cidades, a IULA e a FMCU (Federação Mundial de Cidades Unidas)¹⁶⁶. Tanto em relação a dimensão social, quanto cultura, Porto Alegre se destacou a nível internacional,

¹⁶² “Os responsáveis pela Secar consideraram profundamente o exemplo de Barcelona, uma cidade com uma imagem internacional que explora seu próprio modelo de cidade e suas práticas de gestão urbana.” (SALOMON e NUNES, 2007, p.11). É bom lembrar também que esta relação de intercâmbio entre Porto Alegre e Barcelona é antiga, remetendo-nos à palestra proferida pelo espanhol Jordi Borja “Participação Popular e Planejamento Participativo - A Experiência de Barcelona”, durante os eventos do Cidade Constituinte, em 1993 (PMPA, 2015a).

¹⁶³ “Somente na década de 1980, com a política urbanística de preparação de Barcelona para os Jogos Olímpicos de 1992, ocorreu um ponto de inflexão, que acabou por influenciar a reestruturação dessa antiga área industrial, localizada próxima da área central da cidade. O Poblenou tornou-se uma das quatro áreas olímpicas, nas quais pretendia-se desenvolver pontos estratégicos de novas centralidades (Bohigas, 1999). Inaugurou-se assim um novo momento no planejamento da cidade, no qual a participação do setor privado para o financiamento de infraestrutura e habitação foi peça relevante na viabilização do projeto olímpico” (GADENS e BEL, 2018, p.562).

¹⁶⁴ “Assim, após alguns anos de declínio econômico, essa região voltou a atrair atenção, sendo objeto de diversos planos, até a proposição do Plano 22@, aprovado no ano 2000 pela prefeitura municipal. Esse plano foi idealizado em um contexto de desenvolvimento urbano baseado no conhecimento (knowledge-based urban development - KBUD), que legitimou suas diretrizes e proposições (Duarte & Sabaté, 2013)” (Ibid.).

¹⁶⁵ “[...] buscou-se priorizar as relações internacionais com cidades segundo alguns critérios preestabelecidos e de acordo com os interesses estratégicos de Porto Alegre. Foram privilegiadas as relações bilaterais com as seguintes categorias de cidades: as governadas pela esquerda ou com governos de esquerda durante longos períodos de tempo; as capitais do Mercosul; as com experiências interessantes em matéria de gestão e de políticas públicas comerciais; as com um papel destacado nas redes internacionais de cidades; e as com atrativos como interlocutores comerciais potenciais. Bolonha, Barcelona, Paris, Montevidéu, Buenos Aires e Santiago estão entre as cidades com as quais Porto Alegre estreitou relações levando em conta um ou mais desses critérios (SALOMON e NUNES, 2007, p.9-10).

¹⁶⁶ Ambas associações foram unificadas em 2004, com o estabelecimento da UCLG (*United Cities and Local Governments* - Cidades e Governos Locais Unidos [CGLU]). “[...] a criação de uma única organização universal que representasse os interesses dos governos locais dentro e fora do sistema das Nações Unidas.” (SALOMON e NUNES, 2007, p.10).

sediando, em 2001, o principal evento mundial da antiglobalização - em contraposição ao Fórum Econômico de Davos -, o Fórum Social Mundial¹⁶⁷ (FSM), e participando, de forma fundamental, na produção da Agenda 21 das Cidades para a Cultura durante a formação da organização internacional de Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU), ocorrido junto ao Fórum Universal das Culturas, em Barcelona, em 2004:

A Agenda 21 das Cidades para a Cultura é um documento elaborado a partir do exemplo da Agenda 21 para o Meio Ambiente. Foi aprovada em 2004, por cerca de mil representantes de governos locais, a iniciativa de Porto Alegre e Barcelona contém o compromisso dos governos locais de fazer da cultura uma dimensão-chave das suas políticas urbanas (SALOMON e NUNES, 2007, p.14).

Produzido já sob a influência de diretrizes ambientais, sociais, econômicas e institucionais estabelecidas em uma série de leis e documentos (e.g.: 2º PDDUA¹⁶⁸; Estatuto da Cidade¹⁶⁹; Cidades Sustentáveis - Subsídios à Elaboração da Agenda 21 Brasileira¹⁷⁰; Indicadores de Desenvolvimento Sustentável para o Brasil¹⁷¹; e Agenda 21 Brasileira - Ações Prioritárias¹⁷²), o PPAM 2002-2005 (Quadro 4.4.), por primeira vez, passa a usar o termo “desenvolvimento sustentável”, porem, relacionando-o, ainda de maneira limitada e simplista, tão somente à questão da durabilidade ambiental e do crescimento econômico.

O seu uso pode ser observado junto as Diretrizes Gerais do Plano: “Consolidar o crescimento econômico de Porto Alegre através de uma perspectiva de *desenvolvimento sustentável*, diversificado e de qualidade, integrado ao Mercosul e ao projeto de desenvolvimento do Rio Grande do Sul.” (PMPA, 2001, p.29) (grifo nosso); junto às diretrizes

¹⁶⁷ “[...] a decisão do comitê organizador do Fórum Social Mundial de celebrá-lo em Porto Alegre estava relacionada com a imagem de cidade solidária que fora provocada internacionalmente a partir da difusão do OP, ainda que isso não exclua outras razões. O perfil de Porto Alegre como cidade solidária e capital internacional da democracia participativa, com efeito, casava bem com as características do Fórum.” (SALOMON e NUNES, 2007, p.11).

¹⁶⁸ O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre, Lei Complementar 434/99, foi sancionado em 1999.

¹⁶⁹ Promulgada em 10 de julho de 2001, o Estatuto da Cidade é a denominação oficial da Lei nº10.257, que regulamenta o capítulo “Política Urbana” da Constituição brasileira.

¹⁷⁰ Elaborado, em 2000, pelo Consórcio Parceria 21, o documento “Cidades Sustentáveis: Subsídios à Elaboração da Agenda 21 Brasileira” teve por objetivo “[...] subsidiar a formulação da Agenda 21 Brasileira com propostas que introduzam a dimensão ambiental nas políticas urbanas vigentes ou que venham ser adotadas, respeitando-se as competências constitucionais em todas as esferas de governo.” (BEZERRA e FERNANDES, 2000, p.12)

¹⁷¹ Documento publicado, em 2002, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) disponibilizando informações sobre a construção de indicadores de desenvolvimento sustentável (IDS) para o Brasil, integrando as dimensões social, ambiental, econômica e institucional; com edições atualizadas em 2004, 2008, 2010, 2012 e 2015.

¹⁷² A CPDS (Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável) publica, em 2002, o documento “Agenda 21 Brasileira - Ações Prioritárias”, com o objetivo de internalizar nas políticas públicas do país os valores e princípios do desenvolvimento sustentável.

da Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio (SMIC): “Desenvolver uma política municipal, através da nova Secretaria Municipal de Abastecimento, que integre ações visando a soberania alimentar, tendo como eixo estratégico o *desenvolvimento sustentável*, dinamizando o meio rural, propiciando uma mudança estrutural na lógica dos grandes conglomerados.” (PMPA, 2001, p.142) (grifo nosso); e como uma das metas da Secretaria de Planejamento Municipal (SPM): “Desenvolver Programa de *Desenvolvimento Sustentável* para a Macrozona 8 que contemple ações políticas de fomento à produção primária, de proteção ao patrimônio natural e de saneamento ambiental.” (PMPA, 2001, p.182) (grifo nosso).

Quadro 4.4. Referências às dimensões conceituais do desenvolvimento sustentável identificadas no PPAM 2002-2005.

| PPAM 2002-2005 (Lei Nº 8.748) - Gestão: Tarso Genro e João Verle (PT) Nº de páginas do documento: 261 | |
|--|--|
| Secretarias | Diretrizes; Objetivos; e Metas |
| Mensagem | - [...] condição de capital de melhor qualidade de vida , conforme a metodologia da ONU, que utiliza Índice de Desenvolvimento Humano - IDH [...] (p.7). - [...] Porto Alegre hoje é reconhecida internacionalmente. Inclusive a participação democrática foi citada no relatório do Banco Mundial (World Development Report, 2000, página108) como uma forma eficiente para o desenvolvimento local (p.8). - [...] o Plano Plurianual é um excelente instrumento para reivindicarmos e realizarmos nossas aspirações em prol do desenvolvimento econômico , da melhor qualidade de vida na nossa cidade e, por consequência, do bem estar social (p.8). |
| Premissas do Plano | -[...] três eixos prioritários do Governo [...]: Combate a Exclusão Social, Radicalização da Democracia e Desenvolvimento Econômico, Emprego e Tecnologia (p.21). |
| Diretrizes Gerais | 2. Ampliar o reconhecimento nacional e internacional de Porto Alegre como cidade referência em democracia, diversidade cultural e qualidade de vida (p.29). 8. Consolidar o crescimento econômico de Porto Alegre através de uma perspectiva de desenvolvimento sustentável, diversificado e de qualidade , integrado ao Mercosul e ao projeto de desenvolvimento do Rio Grande do Sul (p.29). 9. Executar ações e obras de qualidade da infra-estrutura urbana e do saneamento básico para eleva o nível de qualidade de vida de Porto Alegre , de acordo com as decisões do Orçamento Participativo e as orientações presentes nas estratégias do Plano Diretor de desenvolvimento Urbano e Ambiental (p.29). |
| Gabinete do Prefeito - GP | <u>Diretriz:</u> Estabelecer intercâmbios e cooperações multilaterais e bilaterais com cidades e Organizações Não Governamentais (ONGs) e projetar internacionalmente a Cidade de Porto Alegre (p.40). <u>Objetivo:</u> Articular projetos de intercambio cultural, tecnológico e comercial com as cidades irmãs de Porto Alegre, com destaque para as cidades do MERCOSUL (p.40). <u>Meta:</u> Coordenar executivamente a participação de Porto Alegre na Rede de Cidades do Mercosul (MERCOCIDADES) , na União de Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas (UCCLA), na Federação Mundial de Cidades Unidas (FMCU) e na Associação internacional de Cidades Educadoras (AICE) (p.40). |

| | |
|--|--|
| Secretaria Extraordinária de Captação de Recursos e Cooperação Internacional - SECAR | <p><u>Objetivos e metas:</u> - Captar recursos [para varias obras de infra-estrutura] e buscar parcerias junto à iniciativa privada (p.62). <u>Meta:</u> Coordenar a elaboração, o encaminhamento e a negociação de projetos, captando recursos e realizando parcerias na área tecnológica a fim de dinamizar o setor de eletrônica e informática (p.63).</p> |
| Secretaria Municipal da Cultura - SMC | <p><u>Objetivo:</u> Dar continuidade ao projeto Memoria dos Bairros e iniciar um projeto de Memoria da Cidade (p.79). <u>Meta:</u> Pesquisar a história dos bairros junta aos seus moradores (p.79).</p> |
| Secretaria Municipal de Obras e Viação - SMOV | <p><u>Diretriz:</u> - Qualificar a circulação viária (p.120). <u>Objetivo:</u> - Criar uma consciência ecológica na população através do convívio com o lago (p.120).</p> |
| Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comercio - SMIC | <p><u>Diretriz:</u> - Contribuir para a constituição de Porto Alegre como um polo referencial de desenvolvimento e capacitação tecnológica (p.141). - Desenvolver uma política municipal, através da nova Secretaria Municipal de Abastecimento, que integre ações visando a soberania alimentar, tendo como eixo estratégico o desenvolvimento sustentável, dinamizando o meio rural, propiciando uma mudança estrutural na lógica dos grandes conglomerados (p.142).</p> |
| Secretaria Municipal dos Transportes - SMT | <p><u>Objetivo:</u> - Desenvolver estudos para Plano Cicloviário na Cidade de Porto Alegre (p.153). <u>Objetivo:</u> - Viabilizar a implantação da “Linha 2” do Metrô no Município de Porto Alegre (p.153).</p> |
| Secretaria de Planejamento Municipal - SPM | <p><u>Meta:</u> - Desenvolver Programa de Desenvolvimento Sustentável para a Macrozona 8 que contemple ações políticas de fomento à produção primária, de proteção ao patrimônio natural e de saneamento ambiental. (p.182).</p> |
| Secretaria Municipal do Meio Ambiente - SMAM | <p><u>Meta:</u> - Detalhar as Áreas de Proteção do Ambiente Natural indicadas no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA) de 1999 (p.190).</p> |

Fonte: Quadro desenvolvido por C.Wagner (2019) com base nas informações coletadas junto ao Plano Plurianual 2002-2005, do Município de Porto Alegre (PMPA, 2001) (grifo nosso).

4.5.4 Plano Plurianual do Município de Porto Alegre: quadriênio 2006-2009

Com a troca de gestão e partido político em 2005, as mudanças a nível das secretarias municipais e o redirecionamento nos planos e nas políticas públicas foram inevitáveis. Contudo é possível identificar traços de continuidade com respeito a alguns aspectos do governo anterior:

[...] é de se destacar a opção do governo que substituiu o PT de manter, na medida do possível, não somente essa imagem da cidade, como também a mesma lógica de construção de uma imagem internacional. A promoção de Porto Alegre como "cidade rede da democracia" por parte do governo entrante partiu do reconhecimento dos sucessos alcançados na administração anterior. Além disso, de maneira similar à difusão do OP fora do Brasil empreendida pelo PT, o atual governo [gestão 2005-

2008] aproveita todas as oportunidades para difundir a "governança local solidária", um programa municipal de parcerias para o desenvolvimento entre diferentes atores locais (SALOMON e NUNES, 2007, p.11).

A captação de recursos foi uma das dimensões da agenda que mais mudou com o novo governo, alterando o foco para a atração de investimentos privados, sendo a parceria com a iniciativa privada - cooperação público-privada - o principal eixo de intervenção e negociação: “A isso se dedica a Captare [Gabinete de Captação de Recursos e Investimentos], o novo nome - com conotações, por certo, muito claras - com o qual se rebatizou a Secar [antiga Secretaria Extraordinária de Captação de Recursos e Cooperação Internacional].” (Ibid.). A mudança também foi sentida através de uma nova política de promoção empresarial, abandonando-se a política anterior, que privilegiava o fomento a pequena e média empresa, em prol de uma política voltada ao desenvolvimento das grandes companhias, com ênfase à “[...] remoção de obstáculos ao empreendedorismo, aos novos negócios, e viabiliza-las, se necessário, por intermédio de parcerias público-privadas.” (PMPA, 2005, p.11).

Outra mudança significativa, dentro do escopo deste trabalho, foi o desmonte, em 2005, do Projeto Porto Alegre Tecnópolis - que incluía o Parque Tecnológico do 4º Distrito - e a criação, em 2006, do Grupo de Trabalho do 4º Distrito¹⁷³ (GT 4º Distrito), junto a Secretaria do Planejamento Municipal (SPM):

[...] em 1º de janeiro de 2005 ocorre a mudança política na Prefeitura de Porto Alegre, com a conseqüente desmontagem do projeto no 4º Distrito, que já tinha 10 anos. [...]. Em 22 de fevereiro de 2005 foi postada a última notícia no site POA Tecnópolis, mantido pela Prefeitura, e que foi desativado pouco dias depois (PIQUÉ, 2017, p.9).

Diferente dos planos anteriores, nos quais as políticas públicas estavam setorializadas sob as várias secretarias e departamentos, o PPAM 2006-2009 introduz uma nova estrutura, organizada em 3 eixos e 21 Programas Estratégicos, compostos por diversas ações planejadas por diferentes órgãos, com o objetivo de serem pensadas e executadas de forma conjunta para o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis (PMPA, 2005). Os 3 eixos ordenavam, respectivamente, as questões: a) sociais; b) ambientais; e c) econômico-financeiras e de gestão; replicando, desta forma, o tripé inicial das dimensões conceituais do desenvolvimento

¹⁷³ “O GT 4º Distrito foi criado na SPM por solicitação da própria comunidade. Tem o objetivo de formular diretrizes, projetos e programas que contribuam para qualificar o espaço urbano de forma ordenada e planejada, buscando o **desenvolvimento sustentável** da região e melhoria da qualidade de vida. Estas ações deverão ter caráter público e privado. Área de atuação - os estudos englobam a área que vai da Estação Rodoviária, seguindo pela Rua Voluntários da Pátria, um eixo estruturador com grande potencial de renovação, até o Bairro Humaitá, onde se localizará a Arena do Grêmio.” (PMPA, [200-], p.1) (grifo nosso).

sustentável (Quadro 2.5.). Também é possível observar, junto a justificativa referida pelo Programa Porto do Futuro¹⁷⁴ (Quadro 4.5.), a inclusão tanto da dimensão Cultural como da dimensão Institucional, identificando assim, por primeira vez em um PPAM, as cinco dimensões conceituais expandidas do desenvolvimento sustentável (Quadro 2.8.):

Programa Porto do Futuro. Órgão Resp.: Secretaria do Planejamento Municipal. Justificativa: A partir de um processo de planejamento e de gestão inovador, o Programa Porto do Futuro tem como desafio articular um conjunto de ações voltadas para produzir a Cidade das próximas décadas, **dentro de uma perspectiva de sustentabilidade ambiental, com gestão democrática, desenvolvimento econômico, inclusão social e valorização do patrimônio, não só natural como também cultural** (Ibid.) (grifo nosso).

Quadro 4.5. Referências às dimensões conceituais do desenvolvimento sustentável identificadas no PPAM 2006-2009.

| PPAM 2006-2009 (Lei N° 9.814) - Gestão: José Fogaça (PPS) - N° de páginas do documento: 335 | |
|---|---|
| Programas Estratégicos | Órgãos Responsáveis; Justificativas; Objetivos; Ações; Órgãos Executores; Descrições; Finalidades; e Produtos |
| Mensagem | [...] conectar Porto Alegre ao esforço internacional de atingir em 2015, as chamadas Metas do Milênio - documento assinado pelos 191 Estados-Membros da Organização das Nações Unidas e que visa à erradicação da extrema pobreza e a fome; atingir o ensino básico fundamental; promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde materna; combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças; garantir a sustentabilidade ambiental e estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento (p.10). A democracia participativa faz parte da história dessa cidade. Exatamente por isso, o Orçamento Participativo é preservado no Plano Plurianual como um dos projetos estratégicos prioritários da Prefeitura, e a ele se soma ainda o programa de Governança Solidária Local , que tem como objetivo aprofundar ainda mais a democracia participativa e a qualidade de nossa cidadania (p.11-12). |
| Programa: Cidade Acessível (Programa Finalístico) | Órgão Resp.: SECRETARIA MUNICIPAL DOS TRANSPORTES Justificativa: Necessidade de integração dos modais de transporte, qualificação do transporte público e do sistema viário e desenvolvimento de transporte ambientalmente responsável. Objetivo: Aprimorar a mobilidade na cidade de Porto Alegre (p.119). |
| | Ação 39: CONTROLE DA EMISSÃO DE GASES E POLUIÇÃO SONORA Órgão Execut.: SECRETARIA MUNICIPAL DOS TRANSPORTES Descrição: Contribuir para o controle da poluição ambiental (emissão de gases e poluição sonora) através da regulamentação e fiscalização dos veículos, tanto os individuais como os do transporte público. Finalidade: Contribuir para a redução da poluição ambiental (p.120). |
| | Ação 46: TRANSPORTE SUSTENTÁVEL Órgão Execut.: SECRETARIA MUNICIPAL DOS TRANSPORTES Descrição: Desenvolvimento de estudo sobre intervenções para a melhoria da qualidade do ar nos pontos críticos da mobilidade na cidade, incluindo implantação de uma rede ciclovias. Finalidade: Contribuir para a redução da poluição ambiental e qualidade de vida da população. Produto: Projeto de transporte sustentável - rede de ciclovias (p.124). |

¹⁷⁴ A justificativa deste Programa foi alterada e ampliada em dezembro de 2008, com a publicação do PPAM 2006-2009 - Consolidado, Lei N° 10.598 (PMPA, 2008).

| | |
|---|--|
| <p>Programa: Cresce Porto Alegre (Programa Finalístico)</p> | <p><u>Ação 93:</u> INCENTIVOS PARA EMPREENDIMENTOS AMBIENTALMENTE RESPONSÁVEIS <u>Órgão Execut.:</u> SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE <u>Descrição:</u> Incentivar atividades ambientalmente responsáveis através da instituição de benefícios e estímulos fiscais (IPTU e ISS ecológico). <u>Finalidade:</u> Promover a cultura de responsabilidade social e fiscal. <u>Produto:</u> empreendimentos ambientalmente responsáveis (p.154).</p> |
| <p>Programa: Integrado Entrada da Cidade - PIEC (Programa Finalístico)</p> | <p><u>Ação: 139 - AÇÕES DE POLÍTICAS SOCIAIS</u> <u>Órgão Execut.:</u> SECRETARIA MUNIC DE COORDENAÇÃO POLÍTICA E GOVERNANÇA LOCAL [relacionados ao Programa Integrado Entrada da Cidade]. <u>Descrição:</u> Diagnosticar as necessidades e potencialidades do local visando priorizar programas sociais (p.185).</p> <hr/> <p><u>Ação: 143 - DUAS UNIDADES DE TRIAGEM DE RESÍDUOS SÓLIDOS</u> <u>Órgão Execut.:</u> DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA <u>Descrição:</u> Construção de 8 (oito) Unidades de Triagem, conforme programa Entrada da Cidade. <u>Finalidade:</u> Diminuição de resíduos para os Aterros Sanitários e geração de renda (p.187).</p> <hr/> <p><u>Ação: 146 - MOBILIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA</u> <u>Órgão Execut.:</u> SECRETARIA MUNIC DE COORDENAÇÃO POLÍTICA E GOVERNANÇA LOCAL <u>Descrição:</u> Articular e capacitar a rede social das comunidades. <u>Finalidade:</u> promover o capital social e empoderar o capital humano das comunidade, visando diagnosticar e planejar novos programas na busca do desenvolvimento local sustentável. <u>Produto:</u> Rede social das comunidades articulada e capacitada (p.188).</p> |
| <p>Programa: Mais Recursos, Mais Serviços (Programa Finalístico)</p> | <p><u>Ação: 178 - PARCERIAS COM 3º SETOR</u> <u>Órgão Execut.:</u> DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA <u>Descrição:</u> Consolidar o gerenciamento integrado dos resíduos sólidos, buscando reduzir a geração de resíduos, implementando campanhas que incentivem a população a realizar a sua separação, reaproveitamento, reciclagem, coletas diferenciadas, tratamento e destinação final adequadas com utilização do potencial energético. <u>Finalidade:</u> Promover a limpeza da cidade (p.209).</p> |
| <p>Programa: Porto do Futuro (Programa Finalístico) [Nota do autor: A justificativa deste Programa, aqui apresentada, foi alterada e ampliada no PPAM 2006-2009 - Consolidado, de dezembro de 2008, Lei N° 10.598]</p> | <p><u>Órgão Resp.:</u> SECRETARIA DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL <u>Justificativa:</u> A partir de um processo de planejamento e de gestão inovador, o Programa Porto do Futuro tem como desafio articular um conjunto de ações voltadas para produzir a Cidade das próximas décadas, dentro de uma perspectiva de sustentabilidade ambiental, com gestão democrática, desenvolvimento econômico, inclusão social e valorização do patrimônio, não só natural como também cultural. <u>Objetivo:</u> Com vistas a atingir seus objetivos, além de indicar territórios da Cidade passíveis de intervenções estratégicas de desenvolvimento urbano, o Programa tem também como atribuição propor os instrumentos e as regulamentações necessárias para a implementação das diversas políticas expressas no Plano Diretor e nos demais planos setoriais que o complementam (p.191).</p> |
| <p>Programa: Porto Verde (Programa Finalístico)</p> | <p><u>Órgão Resp.:</u> SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE <u>Justificativa:</u> Em vista do fato de Porto Alegre possuir várias áreas que demandam ação imediata ou oportunidades no âmbito ambiental, o programa de Sustentabilidade Ambiental surge como ferramenta de intervenção prioritária da Prefeitura, atuando na melhoria das condições ambientais de forma complementar ao esforço de conscientização da população via educação ambiental. <u>Objetivo:</u> Promover a conservação e preservação ambiental do município e a conscientização da população via a educação ambiental (p.247).</p> |

| | |
|---|--|
| | <p><u>Ação: 229</u> - ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL <u>Órgão Execut.:</u> SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE <u>Descrição:</u> Definir diretrizes voltadas ao entendimento da cidade como patrimônio coletivo. Formar cidadãos conscientes através de ações integradas de prevenção, conservação e preservação do ambiente urbano. Realizar eventos para difundir a Educação Ambiental, bem como interagir com a sociedade nesta questão (p.247).</p> |
| | <p><u>Ação: 230</u> - MEMÓRIA DA CIDADE <u>Órgão Execut.:</u> SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA <u>Descrição:</u> Restaurar prédios e monumentos de valor histórico e cultural na cidade de Poa; implantar projetos de educação patrimonial; organizar cursos e seminários sobre patrimônio material e imaterial. <u>Finalidade:</u> Restaurar prédios e promover a conscientização dos cidadãos quanto a preservação de prédios e monumentos históricos; implantar uma política cultural específica em relação ao patrimônio material e imaterial (p.248).</p> |
| <p>Programa: Governança Solidária Local (Programas de Gestão de Políticas Públicas)</p> | <p><u>Órgão Resp.:</u> SECRETARIA MUNIC DE COORDENAÇÃO POLÍTICA E GOVERNANÇA LOCAL <u>Justificativa:</u> Visa aprofundar o compromisso da Prefeitura com a democracia participativa e inclusive implantando a Governança Solidária Local nas 16 regiões do Orçamento Participativo. <u>Objetivo:</u> Implantar o Modelo de GSL, fortalecendo o processo da gestão participativa de forma territorializada; potencializando o capital social e humano, através da cooperação entre o setor público, a iniciativa privada e o terceiro setor, com vista ao alcance das metas de desenvolvimento da ONU (p.297).</p> |

Fonte: Quadro desenvolvido por C.Wagner (2019) com base nas informações coletadas junto ao Plano Plurianual 2006-2009, do Município de Porto Alegre (PMPA, 2005) (grifo nosso).

4.5.5 Plano Plurianual do Município de Porto Alegre: quadriênio 2010-2013

O Plano do quadriênio 2010-2013 foi também organizado em Programas Estratégicos, porém, os doze programas propostos - nove a menos do que o anterior¹⁷⁵ -, agora divididos em 4 eixos - ambiental; social; econômico-financeiro; e gestão -, não especificavam o órgão executor das ações, tornando o documento confuso em relação a qual secretaria ou departamento ficaria responsável pela condução e execução do programa.

Com a escolha de Porto Alegre para ser uma das cidades-sedes da Copa do Mundo de 2014, o número de Programas Estratégicos do governo aumentou para treze, com a inclusão, em outubro de 2010, do Programa Porto Alegre Copa 2014¹⁷⁶ (Quadro 4.6.). Este programa

¹⁷⁵ “Foi realizada em 2009 a revisão dos 21 Programas Estratégicos com base na análise do Mapa Estratégico. Visando dar mais agilidade na execução dos Programas, evitando sobreposição de funções e facilitando o controle, foram realizados alguns agrupamentos, exclusões, e inclusão de novos Programas.” (PMPA, 2014a, p.94).

¹⁷⁶ Foi ainda no final da gestão anterior (José Fogaça, 2005-2008), que foi criada a SECOPA (Secretaria Extraordinária para a Copa do Mundo 2014), com o objetivo de “[...] gerenciar, em parceria com as demais secretarias municipais, a preparação de Porto Alegre para a Copa do Mundo [...]” (PMPA, 2009m, p.1). Relembrando que o Brasil foi oficializado pela FIFA, como sede da Copa do Mundo de 2014, no dia 30 de outubro de 2007. A SECOPA foi extinta no final de 2014.

determinou a coordenação e gerenciamento de um plano de ações para atender às demandas referentes à Copa do Mundo de 2014, com o objetivo de preparar e qualificar a cidade para receber o evento. Dentre as ações prioritárias deste programa destacamos o acompanhamento da duplicação da Av. Voluntários da Pátria, da reestruturação da malha viária do entorno da Estação Rodoviária (Complexo da Rodoviária), da ampliação do sistema priorizado de transporte público (BRT), e da implantação das obras de arte na III Perimetral¹⁷⁷ (PMPA, 2010a).

Em 2009 - primeiro ano da gestão Fogaça-Fortunati -, e com o continuado objetivo de atrair investimentos e promover a inovação tecnológica no município, foi criado, em substituição ao antigo Gabinete de Captação de Recursos e Investimentos (CAPTARE), o INOVAPOA (Gabinete de Inovação e Tecnologia), tendo como principal missão desenvolver políticas públicas de ciência, tecnologia e inovação, através da promoção do "[...] crescimento sustentável, geração de renda e inclusão socioeconômica no Município de Porto Alegre." (PMPA, 2014a, p.105).

Órgão com status de secretaria, o INOVAPOA:

[...] visa divulgar institucionalmente Porto Alegre, estimular e apoiar a interação empresas-universidades, elaborar projetos de desenvolvimento e planejamento de longo prazo, articular políticas públicas incentivadoras da inovação e do desenvolvimento tecnológico, apoiar empresas locais nas decisões estratégicas, identificar e atrair investimentos, promover oportunidades de negócios, realizar parcerias entre empresas da região e outras nacionais e internacionais, apoiar a expansão das empresas existentes e a criação, a instalação e a atração de novas empresas (PMPA, 2012, p.1).

Uma das áreas prioritárias das ações do INOVAPOA será a região do Baixo 4º Distrito, com a instalação da primeira incubadora de Economia Criativa da capital, em 2014, e a Lei da Inovação e Tecnologia, que prevê políticas de incentivos financeiros e fiscais. Estas ações, e seus impactos junto ao 4º Distrito, serão discutidas em maior detalhe no subcapítulo 5.2 - Evolução dos Planos Governamentais (Setor Público).

Ao examinarmos o conteúdo do PPAM 2010-2013 identificamos o que chamamos de uma "Sustentabilização" do Plano; do discurso político que o PPAM representa. Este artifício discursivo, repleto de ideologias socialmente hegemônicas, indica um processo de

¹⁷⁷ Por "obras de arte" entenda-se obras de engenharia de trânsito, como elevados, viadutos e trincheiras.

ambientalização¹⁷⁸ da consciência social (BEZERRA, 2005), onde o termo “sustentabilidade” ou “desenvolvimento sustentável” é usado, de maneira generalizada e ilusória, como um selo de garantia estampado em velhas políticas, “[...] constituindo assim uma ideia capaz de desmontar todas as resistências e colocar-se como mito salvador.” (PRADO, 2015, p.83). E parte da construção deste mito - de um futuro sustentável e acessível a um curto prazo de 4 anos -, está simbolizada nos planos para a Copa do Mundo de 2014 e sua referida agenda sustentável.

É o que constatamos ao examinarmos o Programa Cidade Solidaria e Participativa (Ação nº 1830), que determina a realização do V Congresso da Cidade¹⁷⁹, e enfatiza a finalidade de “Consensuar um Pacto de Futuro comum para Porto Alegre até 2014, tendo como pano de fundo a preparação da Capital para a Copa do Mundo e como objetivo estratégico seu Desenvolvimento Sustentável.” (PMPA, 2011b, p.91):

Ação: 1830 - V CONGRESSO DA CIDADE

Descrição: Congresso da Cidade é a instância máxima do sistema de participação da Capital. O tema principal é o "**Desenvolvimento Sustentável**", conforme deliberado no congresso anterior, o avanço do protagonismo da população na participação do OP, nos Fóruns de Planejamento e nos Conselhos de Políticas Públicas, e a necessidade de preparar e mobilizar Porto Alegre para a Copa de 2014.

Finalidade: Consensuar um Pacto de Futuro comum para Porto Alegre até 2014, tendo como pano de fundo a preparação da Capital para a Copa do Mundo e como objetivo estratégico seu **Desenvolvimento Sustentável** (Ibid., p.90-91) (grifo nosso).

Quadro 4.6. Referências às dimensões conceituais do desenvolvimento sustentável identificadas no PPAM 2010-2013.

| PPAM 2010-2013 (Lei Nº 10.963) - Gestão: José Fogaça (PMDB) e José Fortunati (PDT) Nº de páginas do documento: 303 | |
|---|--|
| Programas Estratégicos | Justificativas; Objetivos; Ações; Descrições; Finalidades; Produtos; Unidades de Medida; Metas e Indicadores |
| Programa: Cidade Inovadora | <u>Ação: 1911</u> - DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL DE PORTO ALEGRE <u>Descrição:</u> Promoção e divulgação dos diferenciais competitivos e colaborativos de Porto Alegre por meio da participação no circuito das grandes feiras e eventos nacionais e internacionais. <u>Finalidade:</u> Aumentar a visibilidade de Porto Alegre no cenário nacional e internacional visando atrair investimentos estratégicos que promovam a cidade no circuito global da inovação tecnológica. Fortalecer a imagem de Porto Alegre como cidade inovadora, empreendedora e modelo em democracia participativa (p.31). |

¹⁷⁸ “O termo “ambientalização” é um neologismo semelhante a alguns outros usados nas ciências sociais para designar novos fenômenos ou novas percepções de fenômenos vistos da perspectiva de um processo” (LOPES, 2006, p.34). Aqui usamos também o termo “sustentabilização”, para definir este processo.

¹⁷⁹ Relembramos, que o Projeto Cidade Constituinte produziu 3 Congressos da Cidade durante o período de 1993 e 2000: 1º Congresso da Cidade, em 1993; 2º Congresso da Cidade, em 1995; e 3º Congresso da Cidade, em 2000. O 4º Congresso da Cidade (Tema: Democracia e gestão do Estado), ocorreu em outubro de 2003, ainda durante a quarta e última gestão do PT (Tarso Genro e João Verle), e o 5º Congresso da Cidade (Tema: O Caminho até 2022; também chamado de “Território dos Cuidadores da Cidade”), ocorreu em dezembro de 2011, na gestão de José Fogaça (PMDB) e José Fortunati (PDT) (PMPA, 2015a).

| | |
|---|---|
| | <p>Ação: 1914 - SOLUÇÕES INOVADORAS PARA A SUSTENTABILIDADE <u>Descrição:</u> Promoção, incentivo e busca de alternativas e soluções economicamente viáveis, ambientalmente corretas e socialmente justas para a resolução dos problemas urbanos. <u>Finalidade:</u> Qualificar os processos de gestão de resíduos sólidos urbanos. Avaliar a matriz energética atual e propor inovações para geração de energia limpa. Qualificar os processos construtivos por meio do incentivo a novos processos e fomentar a inserção de materiais que garantam melhor desempenho térmico e energético. Estabelecer parcerias com instituições que apóiem conhecimento em sustentabilidade. <u>Produto:</u> Ações de sustentabilidade (p.34).</p> |
| Programa: Cidade Integrada | <p><u>Justificativa:</u> Necessidade de proporcionar ambientes de qualidade, com infraestrutura e acessibilidade urbana, executando os serviços de manutenção e melhorias necessárias para o bem-estar da população. <u>Objetivo:</u> Promover a preservação e a conscientização ambiental, a urbanização e a manutenção dos espaços públicos, garantindo e otimizando a mobilidade urbana, bem como proporcionar as intervenções necessárias para manter o patrimônio cultural da Cidade (p.37).</p> <p>Ação: 1084 - Orla do Guaíba <u>Descrição:</u> Elaboração e implementação de projetos paisagísticos para recuperar e manter as áreas degradadas e as áreas de lazer; promoção da educação ambiental, da fiscalização e do plantio de mata ciliar. <u>Finalidade:</u> Revitalizar e preservar áreas da orla do Guaíba (p.59).</p> <p>Ação: 1118 - TRANSPORTE CICLOVIÁRIO <u>Descrição:</u> Implantação da rede de ciclovias e seus equipamentos complementares, conforme proposto no Plano Diretor Cicloviário Integrado. <u>Finalidade:</u> Dotar a Cidade de infraestrutura adequada para o modal bicicleta, incentivando o seu uso como forma de contribuir para a redução da poluição ambiental e para aumentar a qualidade de vida da população (p71-72).</p> |
| Programa: Cidade Solidária e Participativa | <p><u>Justificativa:</u> Garantir o compromisso com a democracia participativa e incentivar a vocação solidária dos porto-alegrenses. <u>Objetivo:</u> Fortalecer o Orçamento Participativo e agregar ao processo de participação popular o modelo de Governança Solidária Local (p.77).</p> <p>Ação: 1830 - V CONGRESSO DA CIDADE <u>Descrição:</u> Congresso da Cidade é a instância máxima do sistema de participação da Capital. O tema principal é o "Desenvolvimento Sustentável", conforme deliberado no congresso anterior, o avanço do protagonismo da população na participação do OP, nos Fóruns de Planejamento e nos Conselhos de Políticas Públicas, e a necessidade de preparar e mobilizar Porto Alegre para a Copa de 2014. <u>Finalidade:</u> Consensuar um Pacto de Futuro comum para Porto Alegre até 2014, tendo como pano de fundo a preparação da Capital para a Copa do Mundo e como objetivo estratégico seu Desenvolvimento Sustentável (p.90-91).</p> |
| Programa: Cresce Porto Alegre | <p>Ação: 1468 - IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE TRIAGEM DE RESÍDUOS SÓLIDOS <u>Descrição:</u> Construção de Unidades de Triagem de Resíduos Sólidos na Região Humaitá / Navegantes. <u>Finalidade:</u> Diminuir a quantidade de resíduos para os aterros sanitários e promover geração de trabalho e renda. <u>Produto:</u> Unidade de triagem em operação. <u>Unid. Medida:</u> Número de unidades de triagem. <u>Metas:</u> 1 unidade em 2010. [Nota do autor: Apenas 1 unidade construída em 4 anos.] (p.97).</p> |
| Programa: Porto do Futuro | <p><u>Justificativa:</u> Porto Alegre precisa ordenar seu crescimento, promovendo o desenvolvimento urbano sob a perspectiva da sustentabilidade socioambiental. <u>Objetivo:</u> Desenvolver um conjunto de regulamentações, projetos e ações para produzir a Cidade das próximas décadas, com políticas direcionadas para cada território e de acordo com as diretrizes do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental. <u>Indicador(es):</u> Documentos de regulamentação finalizados (p.247)</p> |

| | |
|---|--|
| Programa: Porto Alegre COPA 2014 [Nota do autor: Programa incluído em outubro de 2010.] | <u>Ação:</u> 1458 - Ampliação do sistema priorizado de transporte público - BRT (p.279). |
| | <u>Ação:</u> 1924 - METRÔ DE PORTO ALEGRE (METRÔPOA) <u>Descrição:</u> Execução de estudos, projetos e obras para a implantação do Metrô de Porto Alegre (MetrôPoa). <u>Finalidade:</u> Implantar a primeira fase do MetrôPoa. <u>Produto:</u> Estudos e projetos realizados (p.284). |
| | <u>Ação:</u> 1533 - OBRAS HABITACIONAIS DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - COPA <u>Descrição:</u> Produção de unidades habitacionais, atendendo conceitos de sustentabilidade, readequando e complementando a infraestrutura urbana. A ação prevê a construção de habitações de interesse social para famílias que estejam em áreas onde estão previstas obras para a Copa de 2014, mais especificamente, famílias das vilas Dique e Nazaré. <u>Finalidade:</u> Produzir unidades habitacionais, atendendo conceitos de sustentabilidade, readequar e complementar a infraestrutura urbana. <u>Produto:</u> Unidades habitacionais (p.284). |

Fonte: Quadro desenvolvido por C. Wagner (2019) com base nas informações coletadas junto ao Plano Plurianual 2010-2013, do Município de Porto Alegre (PMPA, 2011b) (grifo nosso).

4.5.6 Plano Plurianual do Município de Porto Alegre: quadriênio 2014-2017

O PPAM do quadriênio 2014-2017 representa a terceira fase de um modelo de gestão iniciado em 2005¹⁸⁰. Segundo o Plano¹⁸¹:

A primeira fase, compreendida entre 2005 e 2008, contempla a montagem do Modelo de Gestão, com o estabelecimento das suas diretrizes expressas no Mapa Estratégico e na estruturação da visão sistêmica. Para a execução das estratégias, foram definidos os programas estratégicos que compuseram o Plano Plurianual PPA 2006 – 2009.

A segunda fase, entre 2009 e 2012, é definida como uma etapa de aprendizado, na qual houve um refinamento dos conteúdos, revisão dos programas, territorialização e definição das competências a serem desenvolvidas junto aos servidores municipais. A partir da revisão em 2009, o Modelo que abrangia 21 Programas Estratégicos concentrou ações em 12 programas. Em 2010, com a seleção de Porto Alegre para ser uma das cidades-sedes da Copa de 2014, mais um programa foi incluído: Porto Alegre Copa 2014.

Atualmente, Porto Alegre encontra-se na terceira fase, 2013 a 2016, da implantação do Modelo de Gestão e o objetivo a ser alcançado é a consolidação e expansão do Modelo. Com isso, iniciaram-se várias atividades, tais como a revisão do Mapa

¹⁸⁰ Após quatro mandados consecutivos da Frente Popular (1989-2004), um mesmo governo, representado nas figuras de José Fogaça (PPS/PMDB) e José Fortunati (PDT), também esteve no comando da prefeitura de Porto Alegre durante três mandatos consecutivos, de 2005 a 2016.

¹⁸¹ O PPAM 2014-2017 sofreu quatro alterações durante o período da sua vigência:

PMPA. Plano plurianual 2014-2017 - Versão Original, Lei N° 11.474. Porto Alegre, 2013b;

PMPA. Plano plurianual 2014-2017 - 1ª Alteração, Lei N° 11.520. Porto Alegre, 2013c;

PMPA. Plano plurianual 2014-2017 - 2ª Alteração, Lei N° 11.706 e 11.748. Porto Alegre, 2014b;

PMPA. Plano plurianual 2014-2017 - 3ª Alteração, Lei N° 11.939 e 11.983. Porto Alegre, 2015;

PMPA. Plano plurianual 2014-2017 - Versão Atualizada, Lei N° 12.138 e 12.176. Porto Alegre, 2016b.

Dentro do escopo deste trabalho, examinamos a sua Versão Atualizada, de 2016, por ser a mais completa, onde as referências às ações PORTO ALEGRE RESILIENTE (Ação: 2416), e PLANO DE DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DO 4º DISTRITO (Ação: 2389), se fazem presentes. A Versão Original, de 2013, é utilizada somente para a análise do PROGRAMA: NOSSA COPA, programa este excluído a partir da 2ª Alteração, de 2014.

Estratégico, a reforma administrativa, a contratualização de metas e o alinhamento da estratégia com o orçamento.

O Contrato de Gestão envolve o comprometimento quanto ao atingimento de metas das mais de 200 ações de curto, médio e longo prazo, divididas em três eixos: Social, de Ambiência e de Gestão, a fim de gerar reais benefícios aos porto-alegrenses. É um contrato de resultados, que visa transformar intenções estratégicas em entregas concretas (PMPA, 2016b, p.X).

Coerente, na sua estrutura, com o anterior, o plano foi organizado em Programas Estratégicos, totalizando doze programas - inicialmente eram treze (o Programa Nossa Copa foi finalizado em 2014)¹⁸². Os mesmos foram redefinidos, a partir de 2013, após uma revisão da estrutura administrativa, estabelecendo novos objetivos e metas no intuito de integrar a execução física e financeira¹⁸³. Esta revisão da estrutura administrativa, proposta a partir de 2013, resultou não só na mudança de nomes e funções das secretarias, como também na realocação de técnicos antigos e experientes para outros setores e departamentos. Esta reestruturação, envolvendo a troca de nomes, funções e pessoal, é bastante criticada pelos técnicos entrevistados para este trabalho (capítulo 3). A crítica enfatiza a perda de “identidade” e o desmonte do conhecimento técnico e “saber consagrado” presentes em algumas secretarias e equipes, representando, para muitos, uma estratégia deliberada de governo ao estilo “*divide et impera*”¹⁸⁴.

Para otimizar esta nova configuração:

[...] o Mapa Estratégico foi revisado. O mesmo enfatiza três eixos: Ambiência, Social e Gestão. Deles derivam os objetivos estratégicos que são os norteadores para a composição dos programas estratégicos bem como para a definição das suas ações. Esses Programas formatam o Plano Plurianual 2014 - 2017 (Ibid., p.XI).

De acordo com o documento Modelo de Gestão PMPA, produzido pelo Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia (COMCET), um dos objetivos delineados junto ao Eixo Ambiência foi posicionar Porto Alegre como “[...] referência na implementação da Agenda de Cidades Sustentáveis.”, promovendo “[...] o desenvolvimento Urbano e Econômico, com Sustentabilidade Ambiental.” (PMPA, 2016a, p.8). Para tanto, desde o final de 2011, Porto Alegre é signatária do Programa Cidade Sustentável¹⁸⁵, uma iniciativa do Instituto Ethos, Rede

¹⁸² Em 2014 a Secretaria Extraordinária da Copa do Mundo de Porto Alegre (SECOA) foi extinta.

¹⁸³ “A fim de promover uma maior sinergia na elaboração e execução da estratégia, foi criada a Secretaria Municipal de Planejamento Estratégico e Orçamento (SMPEO) através da Lei Municipal nº 11.401 de 27 de dezembro de 2012.” (PMPA, 2016b, p.XI).

¹⁸⁴ Dividir e conquistar, ou dividir para reinar (tradução livre do autor).

¹⁸⁵ O “ato de assinatura” do programa foi de fato um compromisso de campanha assumido por dezenas de prováveis candidatos, a começar pelo atual prefeito, à época, José Fortunati. O ato ocorreu durante o IV Congresso

Nossa São Paulo e Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis. Parte do compromisso assumido foi a produção do “Plano de Metas para uma Porto Alegre mais Sustentável”, uma atuação conjunta entre as secretarias de Governança Local (SMGL) e de Planejamento Estratégico e Orçamento (SMPEO) (PMPA, 2014c). Publicado em setembro de 2013, o plano contemplava 40 metas distribuídas em nove eixos articulados com os 13 Programas Estratégicos que compõem o PPAM 2014-2017. No entanto, além de abranger um período muito curto para a sua aplicação - “[...] Porto Alegre lança agora [setembro de 2013] o Plano de Metas que se propõe a cumprir até 2016, [...]” (PMPA, 2013a, p.1) -, o Plano de Metas proposto para uma Porto Alegre mais Sustentável não especificava quais mecanismos seriam usados para que as desejadas metas fossem alcançadas, atendo-se meramente a prever soluções simplistas e paliativas, à um problema complexo e sistêmico:

Tendo como referência o ano de 2012, o plano de metas prevê, por exemplo, aumentar o percentual de mulheres empregadas no governo municipal de 54,99% para 56%, reduzir o percentual de domicílios urbanos sem ligação com rede de esgoto de 11,8% para 10% e aumentar a porcentagem do território com finalidades de conservação de 9,91% para 10,66% (Ibid.).

Na busca por um aval internacional - um selo de garantia pró-sustentabilidade -, que viabiliza-se o acesso à parcerias e investimentos provenientes de agências nacionais e internacionais, a prefeitura de Porto Alegre assina, em agosto de 2014, um memorando de entendimento¹⁸⁶ do Projeto 100 Cidades Resilientes (também conhecido por Desafio Cem Cidades Resilientes), deflagrando o programa Porto Alegre Resiliente¹⁸⁷ e a construção de um

Brasileiro do Municipalismo, sediado em Porto Alegre em novembro de 2011. O evento, que reuniu gestores públicos municipais e possíveis candidatos às eleições de 2012, tinha como tema central “As Cidades Sustentáveis”. Porto Alegre deixou de ser signatária do programa ao final da gestão Fortunati, em 2016.

¹⁸⁶ A PMPA candidatou-se em 2013, assinando o memorando de entendimento em agosto de 2014. “A experiência foi concluída em 2016, sendo considerada a primeira da América Latina junto ao programa.” (MARX; ARAÚJO; SOUZA, 2019, p.5).

¹⁸⁷ Na 2ª Alteração do PPAM 2014-2017 (com alterações até 31/12/2014), foi introduzida, junto ao Programa: Segurança Integrada, a ação nº 2347: PORTO ALEGRE RESILIENTE. “Descrição: Ação integrada entre os órgãos municipais e setores da sociedade para a construção e implementação de Plano de Resiliência em Porto Alegre. Finalidade: Criar uma cultura de resiliência que ajude a cidade a se preparar, se adaptar e, rapidamente, se recuperar de choques, tensões, desastres e eventos adversos. Produto: Plano de Resiliência.” (PMPA, 2014b, p.180-181).

“Em 23 de fevereiro de 2014 realizou-se o 1º Workshop Desafio Porto Alegre Resiliente, que teve por objetivo apresentar formalmente o projeto às secretarias e aos serviços da Prefeitura, iniciando também, a construção de conhecimentos sobre resiliência, enquanto novo conceito a ser incorporado na Gestão. [...]. Envolvidas as comunidades e os setores do Governo Municipal, fazia-se necessário, então, ampliar a participação do terceiro setor e das universidades e promover a participação do empresariado, de forma a equilibrar a composição dos atores implicados no processo. A estratégia utilizada para isso foi a realização do 2º Workshop Desafio Porto Alegre Resiliente, que aconteceu no dia 15 de dezembro de 2014, pautado pelo resultado das reuniões comunitárias e do GT PMPA.” (DESAFIO PORTO ALEGRE RESILIENTE, 2015, p.4).

Plano de Resiliência em Porto Alegre, para 2015. O projeto *100 Resilient Cities*, organizado e patrocinado pela Fundação Rockfeller¹⁸⁸, teria como objetivo principal:

[...] ampliar a resiliência urbana, que nada mais é do que a capacidade dos indivíduos, comunidades, instituições, empresas e sistemas de sobrevivência, adaptação e crescimento, independentemente do stress crônico ou choque agudo que experimentarem. E dentro desse stress crônico ou choque agudo estão terremotos, enchentes, doenças, ataques terroristas, altas taxas de desemprego, transporte público ineficiente, violência e escassez de comida e água. E o Brasil é representado dentro do programa por Porto Alegre e Rio de Janeiro. A capital gaúcha já lançou a sua estratégia de resiliência, que prevê, entre outras coisas, **a revitalização de um distrito**, a atualização do plano de transportes e mobilidade urbana e o fortalecimento da estrutura e das ações de defesa civil (MEUPLANETA, 2015, p.2) (grifo nosso).

Quadro 4.7. Referências às dimensões conceituais do desenvolvimento sustentável identificadas no PPAM 2014-2017.

| PPAM 2014-2017 (Lei Nº 12.138 e 12.176) - Gestão: José Fortunati (PDT) Nº de páginas do documento: 309 | |
|---|--|
| Programas Estratégicos | Justificativas; Objetivos; Ações; Descrições; Finalidades; Produtos; Unidades de Medida; Metas e Indicadores |
| Apresentação | Capital da Democracia Participativa [...] reafirma seu compromisso com o processo que mobiliza os cidadãos, há quase um quarto de século, na aplicação dos recursos públicos e, por conseguinte, nas políticas públicas (p.IV). |
| | Obras: Legado para a Qualidade de Vida Além dos investimentos com recursos próprios, a Prefeitura resgata investimentos que eram aguardados há anos pela população, como as obras na III Perimetral e a linha do Metrô , [...] (p.V). Em época de Copa do Mundo , há obras em evidência sendo realizadas, muitas motivadas pela realização do Mundial, [...] (p.V). |
| | Relações com Outras Cidades Com sua presença nas redes Metropolis e Mercocidades e pela referência como berço do Fórum Social Mundial, a capital gaúcha segue sendo modelo de gestão. Desde 2011, é signatária da Carta Compromisso da Rede Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis para criar parâmetros voltados à avaliação e melhoria da qualidade de vida nas cidades, o que é feito pelo Observatório da Cidade (p.VI). |
| | Crescimento Sustentável E a cidade cresce de forma sustentável, realizando o maior investimento em saneamento da história através do Projeto Integrado Socioambiental, o PISA, [...]. A Prefeitura busca alternativas para os resíduos sólidos, ampliando a coleta seletiva e a coleta automatizada, melhorando a qualidade do transporte público, construindo novas ciclovias, incentivando o transporte hidroviário, garantindo os direitos dos animais e preservando a tradição que Porto Alegre tem no respeito ao meio ambiente. Por essas e outras iniciativas, Porto Alegre recebeu em 2013 homenagem do Programa de Desenvolvimento da ONU “em reconhecimento a sua notável contribuição e apoio ao Desenvolvimento Urbano, Sustentável e Inclusivo” (p.VII). |
| 1.3.1. Programas Estratégicos | O PPA 2014-2017 contempla os avanços e as mudanças que o governo propõe para a sociedade porto-alegrense para promover o desenvolvimento da cidade, com inovação e sustentabilidade ambiental com foco em quem mais precisa, de modo a garantir mais qualidade de vida para todos (p.XII). |

¹⁸⁸ Os Planos de Resiliência seriam elaborados através de um conjunto de metodologias desenvolvidas pelas próprias cidades, com o apoio técnico, institucional e financeiro da Fundação Rockfeller.

| | |
|---|--|
| <p>Programa: Cidade em Transformação</p> | <p>Justificativa: Proporcionar à população maior segurança e fluidez nos deslocamentos, incrementar a valorização de áreas culturais e melhorar a qualidade das condições naturais do ambiente urbano.</p> <p>Objetivo: Integrar todas as ações municipais que tratam de intervenções na ambiência e na estruturação urbana, visando à qualificação da mobilidade, valorização do patrimônio cultural e natural e melhoria do saneamento ambiental (p.25).</p> <hr/> <p>Ação: 1458 - AMPLIAÇÃO DO SISTEMA PRIORIZADO DE TRANSPORTE PÚBLICO - BRT</p> <p>Descrição: Ampliação e qualificação da infraestrutura, abrangendo pavimentação dos corredores de ônibus, estações de corredores, estações de integração (terminais) e elementos de informação ao usuário e ITS (Sistemas Inteligentes de Transportes).</p> <p>Finalidade: Ampliar e qualificar os corredores dos eixos Protásio Alves, Bento Gonçalves e João Pessoa, preparando a infraestrutura necessária para a implantação do sistema BRT (p.27).</p> <hr/> <p>Ação: 2229 - CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS</p> <p>Descrição: Instalação de uma Central de Tratamento de Resíduos Sólidos Domiciliares.</p> <p>Finalidade: Cumprir a Política Nacional de Resíduos Sólidos e criar alternativa econômica pela geração de energia, a partir dos resíduos sólidos urbanos (lixo domiciliar).</p> <p>Produto: Implantação da Central de Tratamento de Resíduos (p.28).</p> <hr/> <p>Ação: 2269- FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO DA POLUIÇÃO URBANA</p> <p>Descrição: Fiscalização e monitoramento da poluição nas suas diversas formas de manifestação presentes na paisagem urbana, por meio de um conjunto de intervenções junto aos polos poluidores da Cidade.</p> <p>Finalidade: Reduzir os agentes poluidores em suas diversas formas de manifestação existentes na Cidade (p.32).</p> <hr/> <p>Ação: 2211 - METRÔ DE PORTO ALEGRE - METRÔPOA</p> <p>Descrição: Consolidação do Edital de Licitação (viabilidade técnica, econômico-financeira e jurídica) para contratação do Metrô de Porto Alegre.</p> <p>Finalidade: Viabilizar a publicação do edital de licitação e contratação do objeto.</p> <p>Produto: Minuta do edital (p.38).</p> <hr/> <p>Ação: 1118- TRANSPORTE CICLOVIÁRIO</p> <p>Descrição: Implantação da rede de ciclovias e seus equipamentos complementares, conforme proposto no Plano Diretor Cicloviário Integrado.</p> <p>Finalidade: Dotar a Cidade de infraestrutura adequada para o modal bicicleta, incentivando o seu uso como forma de contribuir para a redução da poluição ambiental e para aumentar a qualidade de vida da população.</p> <p>Produto: Ciclovias construídas (p.42).</p> |
| <p>Programa: Desenvolvimento com Inovação</p> | <p>Justificativa: Fomentar o desenvolvimento econômico, potencializando as vantagens competitivas da Cidade e incentivando a inovação, o empreendedorismo e a maior qualificação do capital humano, de forma a ampliar as oportunidades de trabalho e de renda da população. Garantir o planejamento urbano sob a perspectiva da sustentabilidade socioambiental, resultando no crescimento ordenado da Cidade.</p> <p>Objetivo: Promover o desenvolvimento da Cidade, fortalecendo o planejamento urbano sob a perspectiva da sustentabilidade socioambiental e dinamizando a matriz econômica do Município ao incentivar o crescimento dos setores produtivos, a diferenciação do capital humano, a inovação e a tecnologia (p.47).</p> <hr/> <p>Ação: 1544- PLANO ENERGÉTICO MUNICIPAL</p> <p>Descrição: Montagem da matriz energética municipal.</p> <p>Finalidade: Fomentar o uso de energias limpas, visando à racionalização de gastos em energia elétrica, colaborando para potencializar a auto-sustentabilidade urbana.</p> <p>Produto: Plano energético finalizado (p.59).</p> <hr/> <p>Ação: 2416- PORTO ALEGRE RESILIENTE - GESTÃO ESTRATÉGICA</p> <p>Descrição: Gestão das iniciativas estratégicas para o aumento da resiliência de Porto Alegre.</p> <p>Finalidade: Gerenciar a implementação da Estratégia de Resiliência de Porto Alegre, conforme preconiza o Projeto Desafio Porto Alegre Resiliente para as suas iniciativas estratégicas.</p> |

| | |
|---|---|
| | <p>Produto: Ampliar para 12 iniciativas concluídas da Estratégia de Resiliência de Porto Alegre (p.60).</p> |
| | <p>Ação: 1914- SOLUÇÕES INOVADORAS PARA A SUSTENTABILIDADE Descrição: Promoção, incentivo e busca de alternativas e soluções economicamente viáveis, ambientalmente corretas e socialmente justas para a resolução dos problemas urbanos. Finalidade: Qualificar os processos de gestão de resíduos sólidos urbanos; avaliar a matriz energética atual e propor inovações para geração de energia limpa; qualificar os processos construtivos, por meio do incentivo a novos processos, e fomentar a inserção de materiais que garantam melhor desempenho térmico e energético; e estabelecer parcerias com instituições que apóiem conhecimento em sustentabilidade (p.65).</p> |
| <p>Programa: Nossa Copa [Nota do autor: programa finalizado em 2014 e excluído do PPAM 2014-2017 - Versão Atualizada (PMPA, 2016b)]</p> | <p>Programa: 152 - Nossa Copa [PPAM 2014-2017 - Versão Original (PMPA, 2013b, p.59)] Justificativa: Garantir a qualidade do evento Copa do Mundo em Porto Alegre por meio de intervenções que tragam legado positivo para cidade quanto às melhorias urbanas e ao engajamento social. Objetivo: Promover a estrutura e as atrações culturais e de entretenimento específicas do evento Copa do Mundo, cumprindo as exigências da FIFA e fomentando a hospitalidade e a participação popular (p.59).</p> |
| <p>Programa: Porto Viver</p> | <p>Ação: 2162 - Nômades Urbanos Descrição: Nômades Urbanos pretende repovoar vários espaços da Cidade com intervenções artísticas de cultura urbana, desafiando criadores de múltiplas áreas de expressão para que intervenham em espaços urbanos desocupados ou abandonados, dando-lhes nova vida ou identidade por meio da arte. O mote CURTIR Porto Alegre, COMPARTILHAR culturas constitui-se em um programa que conjuga cultura urbana e arte contemporânea, intervindo em espaços alternativos, desconhecidos ou sem caráter. Finalidade: Despertar artistas e comunidades para as manifestações que o nomadismo urbano impõe à paisagem da Cidade, para a realidade e a forma como seus habitantes incorporam a si este fenômeno e, finalmente, que reflexos o fenômeno desenha na cultura e na arquitetura urbana que todos partilhamos. Produto: Espaços resgatados (p168-169).</p> |

Fonte: Quadro desenvolvido por C. Wagner (2019) com base nas informações coletadas junto ao Plano Plurianual 2014-2017, do Município de Porto Alegre (PMPA, 2016b) (grifo nosso).

Assim, o termo “resiliência” aparece como o novo conceito a ser incorporado nas políticas públicas do município, enquanto a expressão “sustentabilidade”, ou “sustentável”, - onipresente em vários dos programas, planos ou ações descritas no PPAM 2014-2017 (Quadro 4.7.) -, continua a ser empregada de uma maneira genérica, manifestando-se, ora no sentido de expressar autonomia em relação ao sistema em que se insere (e.g.: “[...] colaborando para potencializar a auto-sustentabilidade urbana.” (PMPA, 2016b, p.59).), ora no sentido mais primário do seu alcance, referindo-se meramente à dimensão ambiental (e.g.: “[...] promover o desenvolvimento da cidade, com inovação e sustentabilidade ambiental.” (Ibid., p.XII).).

Capítulo 5 - Planos governamentais e ações locais para a reestruturação urbana do Baixo 4º Distrito de Porto Alegre

- 5.1 Da formação à transformação: o processo de desenvolvimento socioeconômico e espacial do Baixo 4º Distrito de Porto Alegre**
- 5.2 Evolução dos planos governamentais (Setor Público)**
 - 5.2.1 Período Tecnológico (1995-2004): Projeto Porto Alegre Tecnópole; Projeto Integrado TEC do 4º Distrito; Parque Tecnológico Urbano do 4º Distrito**
 - 5.2.2 Período Copa do Mundo (2006-2009): Grupo de Trabalho do 4º Distrito; Plano de Revitalização do 4º Distrito**
 - 5.2.3 Período Consorciado (2013-2016): Projeto Desafio Porto Alegre Resiliente; Masterplan do 4º Distrito**
- 5.3 Ações do mercado (Setor Imobiliário)**
- 5.4 Ações das forças sociais (Setor Coletivo)**
 - 5.4.1 Refloresta (Grupo de Apoio à Revitalização do Bairro Floresta)**
 - 5.4.2 Vila Flores (Associação Cultural Vila Flores)**
 - 5.4.3 Distrito C (Distrito Criativo de Porto Alegre)**
 - 5.4.4 ZISPOA (Zona de Inovação Sustentável de Porto Alegre)**

CAPÍTULO 5 - PLANOS GOVERNAMENTAIS E AÇÕES LOCAIS PARA A REESTRUTURAÇÃO URBANA DO BAIXO 4º DISTRITO DE PORTO ALEGRE

Este capítulo estuda os diferentes planos e ações elaborados pelo poder público, iniciativa privada e a sociedade civil, para o desenvolvimento da área do Baixo 4º Distrito de Porto Alegre, entre os anos de 1995 à 2016. Primeiramente faremos um breve apanhado histórico da formação e transformação desta área da cidade, destacando os principais eventos que influenciaram o seu processo de desenvolvimento socioeconômico e espacial, seguindo, assim, para o detalhamento e discussão dos planos e ações apresentadas pelos setores Público, Imobiliário e Coletivo.

5.1 DA FORMAÇÃO À TRANSFORMAÇÃO: O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIOECONÔMICO E ESPACIAL DO BAIXO 4º DISTRITO DE PORTO ALEGRE

As primeiras intervenções nesta região datam da primeira década do século XIX, com a abertura, entre a então mata existente, de um caminho que ligasse o centro da cidade à embocadura do Rio Gravataí. Posicionada paralela às margens do Guaíba, esta via ganharia o nome popular de Caminho Novo¹⁸⁹:

[...] constituindo-se em um dos primeiros da cidade e que, durante muito tempo, funcionou como o elo entre a região central, as chácaras situadas à beira do Guaíba e a Várzea do Gravataí (MATTAR, 2014, p.185).

[...] já em 1830 era freqüente a movimentação de caixeiros-viajantes pelos caminhos próximos a foz do rio Gravataí, que ligavam a cidade com outros municípios (MELLO e ROCHA, 2005, p.4).

Constituída basicamente por chácaras e quintas, estas áreas passaram a ser desmembradas em lotes menores a partir de 1890 (MATTAR, 2010) com o objetivo de abrigar as primeiras oficinas e fabriquetas que começavam a se instalar nesta região periférica da cidade, assim como a criação de loteamentos populares¹⁹⁰ para a grande leva de imigrantes que chegavam ao Estado¹⁹¹.

A gestação dessas pequenas e médias fábricas, assim como os inúmeros armazéns e depósitos - com mercadorias vindas de localidades do interior, ou mesmo de outros estados, por via fluvial ou em carretas pelo Caminho Novo -, ganhou um impulso significativo a partir de fins do século XIX e início do XX, “[...] com a implantação da estrada de ferro até São Leopoldo, Novo Hamburgo e, posteriormente, Caxias do Sul [...]” (MELLO e ROCHA, 2005, p.7):

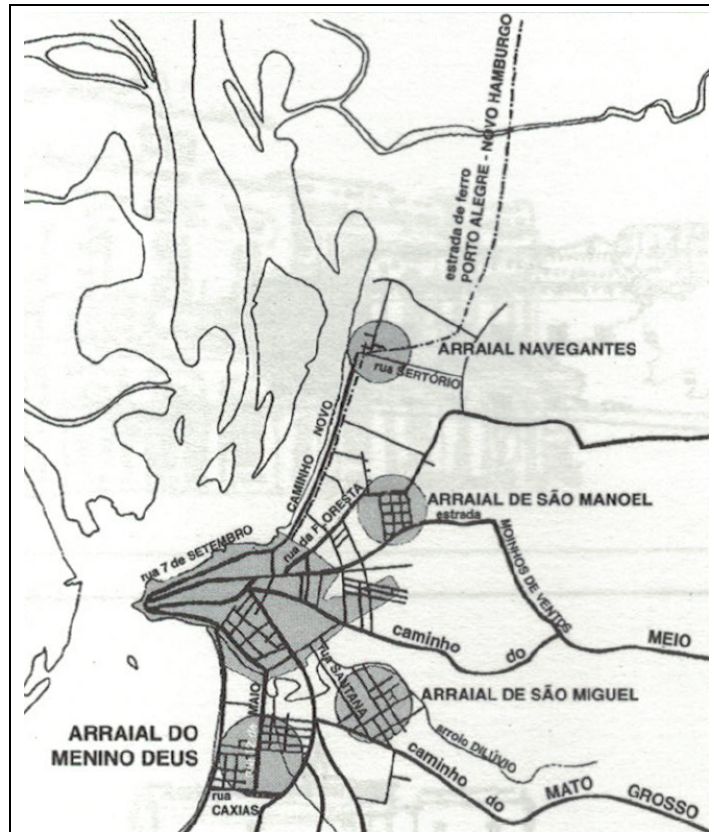
¹⁸⁹ Em 1870, o Caminho Novo passa a chamar-se Rua Voluntários da Pátria, em homenagem aos voluntários da Guerra do Paraguai (1864-1870). “A denominação de Caminho Novo permaneceu até 1870, quando por iniciativa do vereador Olinto de Carvalho, foi substituído pelo nome atual, em homenagem aos voluntários da guerra do Paraguai.” (SAHUDO apud MATTAR, 2010, p.49).

¹⁹⁰ “De 1890 em diante, Porto Alegre entra na fase da industrialização. Situação propícia para, em 1895, surgir a Companhia Territorial Porto Alegrense com o objetivo de desmembrar as chácaras da antiga região do Arraial dos Navegantes. A intenção era promover um loteamento popular.” (OLIVEIRA; MATTAR, 2009, p. 2160).

¹⁹¹ Na sua grande maioria imigrantes alemães, italianos e poloneses. Leila Mattar (2001, p.47), identifica o ano de 1824 como o início do novo fluxo imigratório no estado.

[...] o que era um arraial começa a se transformar rapidamente em bairro fabril e operário, expandindo-se por uma série de quadras ao longo das ruas paralelas e perpendiculares, da Rua Voluntários da Pátria até Avenida Sertório.

Figura 5.1. Porto Alegre em meados do século XIX.



Fonte: (SOUZA e MÜLLER, 2007, p. 62).

Assim, a porção norte da cidade passou a se expandir rapidamente nas décadas seguintes, através da introdução de diversos melhoramentos urbanos¹⁹², consolidando sua vocação industrial, comercial e residencial. Obras significativas como os aterros e a abertura da avenida Farrapos, em 1940, ajudaram a reforçar essa imagem:

O conjunto de obras viárias e de infra-estrutura, implementadas na gestão de Loureiro da Silva (1937-43), acarretou indiretamente importantes alterações naqueles bairros. Na época da sua construção, a avenida Farrapos foi decisiva para a consolidação da área como zona industrial da cidade, quando então, outras indústrias se instalaram em Navegantes. A moderna artéria, larga, bela e iluminada, implantada em meio aos antigos quarteirões do loteamento de origem, certamente contrastava com o restante do bairro (MATTAR, 2010, p.99).

¹⁹² “Ao longo de anos, outros melhoramentos implementados pela municipalidade, em infra-estrutura e sistema viário, provocaram o gradativo incremento no número de edificações destinadas a moradias, sobretudo a partir de 1925.” (MATTAR, 2010, p.87).

Apesar dos constantes problemas com as enchentes¹⁹³ e o precário sistema de saneamento, o processo de urbanização e densificação da área se intensificou, principalmente no período pós II Guerra Mundial, motivado pela situação econômica e a política de substituições das importações por produtos nacionais (MATTAR, 2010). Devido a sua característica multifuncional, baseada na mistura e na heterogeneidade, o bairro Navegantes, e seus arredores¹⁹⁴, desenvolveu uma condição de autossuficiência no atendimento às necessidades dos seus moradores - trabalho, serviços, lazer e moradia -, ficando o mesmo conhecido como bairro-cidade (Ibid.).

Assim como a abertura da Av. Farrapos, que dividiu o bairro industrial ao meio, outras obras viárias foram, no decorrer das próximas décadas (1950, 1960 e 1970), separando e seccionando o Baixo 4º Distrito do resto da cidade (e.g.: a construção da ponte sobre o Guaíba (1958) - intensificando o tráfego da Av. Sertório -, e o elevado no cruzamento das ruas Voluntários da Pátria e Conceição, interrompendo a conexão do antigo Caminho Novo com a região central). Sucessivos aterros, para a construção do Cais Navegantes (1949) e do Cais Marcílio Dias (1956), assim como a construção da Av. Presidente Castello Branco, posicionada sobre um dique de proteção contra enchentes (década de 1970), determinaram a completa partição entre seus bairros e o Guaíba:

Assim, tornou-se inevitável o gradual e definitivo afastamento entre a Rua Voluntários da Pátria e o Guaíba, no passado parte integrante da mesma. Uma combinação de atividades tradicionais do lugar mantinha essa estreita relação, e era a expressão dessa adjacência (MATTAR, 2014, p.191).

A década de 1960 marca o início de um processo gradual de deslocamento das diversas indústrias localizadas no Baixo 4º Distrito para outros municípios da Região Metropolitana (Canoas, Cachoeirinha e Gravataí). Vários fatores contribuíram para esta situação. Dentre estes: o fácil acesso propiciado pela construção da BR116 e as ligações entre as avenidas Sertório e Assis Brasil; o aumento do preço do solo e os custos derivados da excessiva aglomeração

¹⁹³ Sendo a pior delas a famosa enchente de 1941. “[...] que ficou marcada na memória coletiva dos moradores do 4º. Distrito. Como sabido, a grande enchente causou danosos prejuízos para a cidade e, principalmente, para a zona norte, que, por sua condição geográfica, foi a mais atingida.” (MATTAR, 2010, p.101).

¹⁹⁴ O adjacente bairro Floresta ficou conhecido como “bairro de chaminés”, devido a sua quantidade de indústrias. “Grandes indústrias se instalaram por ali, como a Bopp, posteriormente Brahma, fábricas de fogões, de camas, de pregos, indústria de cigarros e outras, daí ser chamado pela comunidade, na época, de “bairro de chaminés” (PMPA, 2012a, p.1).

urbana (FURTADO, 2003, p.131)¹⁹⁵; grandes extensões de terras a um custo baixo e com infraestrutura disponível nos municípios vizinhos.

Segundo Furtado (2003, p.138), ações do Governo do Estado, junto a estes municípios, tiveram forte influência neste processo de suburbanização¹⁹⁶ da indústria:

Durante os anos 1970, quase todas as novas grandes indústrias escolheram outros municípios fora de Porto Alegre, na Região Metropolitana, para estabelecer as suas atividades de produção industrial, aproveitando as vantagens da oferta de áreas a preços baixos. De fato, essas iniciativas foram fortemente apoiadas pelo Governo do Estado, através da implantação dos distritos industriais desenvolvidos pela Companhia de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Estado do Rio Grande do Sul - CEDIC, desde 1973, em alguns dos municípios periféricos de Porto Alegre (por exemplo, Gravataí e Cachoeirinha). Nestes distritos, toda a infraestrutura necessária foi implantada com o suporte financeiro do Estado.

Como consequência deste processo, os operários do setor industrial migraram para estes municípios, para estarem perto do trabalho, pagando menores valores pela moradia e assim, evitarem os custos de longos deslocamentos diários.

O zoneamento é apontado como outra das principais causas da desindustrialização do Baixo 4º Distrito (FURTADO, 2003; MATTAR, 2010):

[...], o Primeiro Plano Diretor da cidade (1959) previa um modelo urbanístico baseado no Zoneamento de Usos para toda a sua área, incentivando ou proibindo a localização de certas atividades nos seus diversos setores; para o bairro Navegantes, foi referendado a vocação industrial, em quase toda a sua extensão. [...]. No entanto, segundo alguns autores, o plano de 1959 mostrou-se conservador no que se refere à regulamentação de situações ou tendências de crescimento existentes. Por outro lado, sinalizava com algumas rupturas, como a visão “anti-industrial”, já que estabelecia limites rígidos para a instalação de atividades produtivas, contribuindo para a sua “desindustrialização” (MATTAR, 2010, p.313).

A medida que o plano impões sérias restrições à certas atividades industriais - fazendo com que grandes indústrias se transferissem para os municípios vizinhos -, o uso residencial junto à área do Baixo 4º Distrito entrou em processo de estagnação e descaracterização (Ibid., p.314), introduzindo assim outras atividades não produtivas, como depósitos, transportadoras, garagens e estacionamentos. O Plano Diretor de 1979 reafirma uma zona de usos industrial e

¹⁹⁵ “A reduzida oferta de lotes com características apropriadas para indústria, os altos preços das áreas urbanas e os problemas de circulação parecem ser as principais causas deste processo.” (ALONSO apud FURTADO, 2003, p.131).

¹⁹⁶ “Suburbanização entendido como o processo de mudança de localização de atividades econômicas ou de residências das áreas mais centrais da capital para a sua periferia, ou mesmo para áreas próximas a ela na região perimetropolitana.” (FURTADO, 2003, p.140).

atacadista como predominantes nessa área (STROHAECKER, 1995), dando continuidade ao gradativo declínio da população e do uso residencial “[...] juntamente com suas antigas formas de sociabilidade.” (MATTAR, 2010, p.319):

Os diversos fatores citados, acabaram influenciando na quebra da unidade, outrora existente, entre moradia e trabalho. A desarticulação, ocasionada pelo afastamento das habitações e a substituição dos antigos espaços definiram outras configurações ao local e contribuíram para a degradação da sua paisagem construída e o empobrecimento advindo da redução da antiga atividade econômica, evidenciados nas últimas décadas (Ibid.).

A implantação do corredor de ônibus da Av. Farrapos, em 1980, assim como o metrô de superfície Trensurb - inaugurado em 1985 -, ajudaram a reforçar ainda mais o caráter de isolamento da área, transformada, não mais em um espaço de permanência e convívio, mas em um local de passagem. Segundo Tânia Strohaecker (1995, p.123):

Os recursos canalizados para essa área, a partir de então, restringiram-se aos problemas viários de conexão com o resto da cidade e seu entorno, o que acarretou em uma perda de identidade, transformando-a em mero local de passagem.

A autora também chama atenção, para o fato da implantação destas grandes obras urbanas - de grande impacto sobre o território - terem ocorrido durante o regime militar - sem os apropriados canais de discussão com a população local:

As grandes intervenções urbanas são realizadas geralmente em períodos políticos onde impera o autoritarismo. As décadas de sessenta a oitenta foram marcadas pela desarticulação da sociedade civil perante a ordem instalada, o que facilitou a implantação de obras de vulto, sem grandes resistências da população ali residente (Ibid., p.123-124).

Em 1990, o novo governo municipal da Frente Popular, anuncia um projeto para os bairros Humaitá, Farrapos e Navegantes, com o objetivo principal de “[...] reverter o processo de degradação urbana e ambiental através do investimento em habitação popular, saneamento e estrutura viária.” (STROHAECKER, 1995, p.124):

Este projeto vinha ao encontro à sua plataforma política, que propunha o investimento em áreas até então relegadas pelas antigas administrações municipais, privilegiando a população mais carente.

O Projeto Humaitá-Navegantes marca o início - ainda que incipiente e restrito à questões de regularização fundiária e saneamento básico - de um processo de maior participação

democrática, através do envolvimento da população nas diversas instâncias de decisão da administração pública municipal.

Segundo Tânia Strohaecker (1995, p.126):

A partir do Projeto Humaitá-Navegantes e da democratização das demandas comunitárias através do Orçamento Participativo, a sociedade civil passou a se articular de várias formas, procurando captar os principais anseios dos bairros.

A seguir, serão apresentados e discutidos os planos governamentais propostos para a área do Baixo 4º Distrito, entre os anos de 1995 e 2016.

5.2 EVOLUÇÃO DOS PLANOS GOVERNAMENTAIS (SETOR PÚBLICO)

Durante as últimas três décadas, uma série de planos, visando a revitalização urbana e a reconversão econômica da área do Baixo 4º Distrito, foram elaborados pela prefeitura de Porto Alegre. Observando o conjunto destes planos, é possível identificar três períodos distintos, motivados tanto por posições político-ideológicas, como por oportunidades de ocasião. Aqui, os definimos como: **Período Tecnológico**, de 1995 à 2004; **Período Copa do Mundo**, de 2006 à 2009; e **Período Consorciado**, de 2013 à 2016 (Quadro 5.2.). Uma série de eventos foram analisados e levados em consideração para se chegar a esta classificação. A seguir apresentaremos e discutiremos, em detalhes, os três períodos, seus planos e as condições que levaram a elaboração destas propostas.

5.2.1 Período Tecnológico (1995-2004): Projeto Porto Alegre Tecnópole; Projeto Integrado TEC do 4º Distrito; Parque Tecnológico Urbano do 4º Distrito

Este período inicia com a criação do **Projeto Porto Alegre Tecnópole (PAT)**, em 1995¹⁹⁷, com o objetivo de produzir um conjunto de ações tecnopolitanas¹⁹⁸ capazes de

¹⁹⁷ Termo de Cooperação assinado em 1995: “Em 31 de julho de 1995 foi assinado um Termo de Cooperação do Projeto Porto Alegre Tecnópole, entre a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, as Universidades (UFRGS, PUC e Unisinos), o SEBRAE e a FIERGS.” (HAUSER, 1995, p.15).

¹⁹⁸ “O Termo de Referência apresenta também a noção de Ação Tecnopolitana como toda *a atividade de interesse público, realizada em parceria, que promove o processo de inovação tecnológica no âmbito da produção de bens e serviços intensivos em conhecimento*. Como ação tecnopolitana assume importância fundamental a Incubadora Empresarial e Tecnológica de Porto Alegre - IETEC. Existente desde 1991, esta incubadora é uma resposta

valorizar as competências em ciência e tecnologia já existentes na Região de influência econômica de Porto Alegre, possibilitando assim o redirecionamento deste potencial para a revitalização urbana e reconversão econômica do território¹⁹⁹. Jorge Piqué (2017) chama atenção para a importância dada ao 4º Distrito durante as discussões iniciais deste projeto:

Na discussão pública de diversos projetos para Porto Alegre, no primeiro Congresso da Cidade, realizado neste mesmo ano [1993], o 4º Distrito aparece como um dos temas importantes. Especialmente o Projeto Tecnópolis trazia a discussão do papel da tecnologia e da inovação como fatores de desenvolvimento da cidade, sendo que a prefeitura publicou em 1993, “Tecnópolis: desenvolvimento tecnológico no mundo e o caso de Porto Alegre”, de Roberto Spolidoro. Essa proposta de utilizar a tecnologia como ferramenta de desenvolvimento urbanístico resultou em 1994 na ideia de desenvolver o Parque Tecnológico do 4º Distrito [...]. (Ibid., p.8).

O termo tecnópole, aqui empregado, advém de um processo de interação da pesquisa universitária com empreendimentos privados e a parceria da administração pública²⁰⁰, com vistas ao desenvolvimento econômico e social de uma determinada região (HAUSER, 1995). O PAT teria como finalidade preparar e equipar Porto Alegre, e sua Região Metropolitana, para enfrentarem os desafios trazidos pela sociedade do conhecimento (HAUSER; ZEN; LOPES, 2004, p.43):

A revolução tecnológica e a globalização econômica alteraram radicalmente os processos produtivos, o ciclo dos produtos e as relações de mercado, bem como as relações sociais e de trabalho, gerando um novo paradigma, uma nova sociedade baseada no conhecimento e na informação. Este novo paradigma, denominado sociedade do conhecimento, vem produzindo mudanças profundas na estrutura das cidades e das regiões, criando, nestas, a necessidade de se prepararem para enfrentar novos desafios e de aproveitar oportunidades que lhes confirmam inserção competitiva.

Através do sub-projeto Regiões de Potencial Tecnológico (REPOTs), de 1996, o PAT identificou quatro polos de vocações específicas distribuídos em diferentes localidades do território (Porto Alegre e sua Região Metropolitana), conformando assim “[...] uma Tecnópole

concreta à crença de que o município pode desempenhar um novo papel como gestor político da economia.” (ALBANO, 2001, p.11).

¹⁹⁹ A iniciativa de implantar o projeto tecnópolis no Brasil, “[...] faz parte de um convênio de cooperação entre os governos brasileiro e francês, que selecionou as duas cidades [Porto Alegre e Uberlândia] devido à infra-estrutura científica e tecnológica apresentada. [...] Em Porto Alegre, o projeto será desenvolvido em conjunto com a Incubadora Empresarial e Tecnológica e com o Trade Point, ambos implantados há cerca de dois anos.” (Correio do Povo, 22/01/95 apud HAUSER, 1995, Anexos).

²⁰⁰ Este processo, referente às parcerias entre universidades, empresas e o governo - e sua contribuição para a inovação tecnológica e o desenvolvimento econômico - é também conhecido por Modelo **Tríplice Hélice** da Inovação. Termo cunhado na década de 1990.

Poli-Nucleada (RECH e MORAES, 1996) apresentando vários ambientes de inovação interconectados, [...]” (HAUSER; MORAES; RECH, 1997, p.24).

Os quatro polos seriam (Figura 3.5.):

- Polo Eletroeletrônico (bairro Navegantes, na Zona Norte);
- Polo Cidade Saúde (eixo Av. Ipiranga e suas adjacências, nas Zonas Central e Leste);
- O triângulo Parque Industrial da Restinga, Campus do Vale da UFRGS e Campus da PUC / TECNOPUC (Zonas Sul e Leste)²⁰¹, e;
- Polo de Informática, do Parque Tecnológico da Unisinos / TECNOSINOS (São Leopoldo, Região Metropolitana de Porto Alegre).

A identificação do 4º Distrito²⁰² como um polo de competências eletroeletrônico é resultado, dentre outros fatores, do estudo realizado pela arquiteta Ghissia Hauser, técnica da METROPLAN²⁰³ (Fundação de Planejamento Metropolitano e Regional do Rio Grande do Sul), em seu trabalho de especialização²⁰⁴ intitulado “Alternativa Ambiental para um Parque Tecnológico na Região Metropolitana de Porto Alegre: a Redescoberta de Navegantes” (HAUSER, 1995).

Neste estudo, realizado no ano de 1995, Ghissia entrevistou empresários do complexo eletrônico da Região Metropolitana de Porto Alegre, constatando que:

[...] a região de Navegantes (São Geraldo, Navegantes, Floresta) apresentava uma forte concentração destas empresas, contando com 40% das empresas do complexo eletrônico da região metropolitana. Na mesma pesquisa, os empresários justificavam a escolha desta localização pela facilidade de acesso ao local, a existência de serviços como bancos e restaurantes, a disponibilidade de prédios desocupados, o valor dos imóveis e a centralidade da área em relação à cidade (HAUSER; MORAES; RECH, 1997, p.25).

²⁰¹ Região onde posteriormente se localizaria também a CEITEC (Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada), inaugurada em março de 2009.

²⁰² A Figura 3.5. situa o Polo Eletroeletrônico em uma área que engloba, além dos bairros Navegantes, São Geraldo, Floresta e Marcílio Dias, a porção nordeste do bairro Centro.

²⁰³ A arquiteta foi também representante desta entidade junto a Primeira Reunião Interinstitucional para a Criação de uma Comissão Pró-Tecnópolis no Município de Porto Alegre, ocorrida no dia 21 de dezembro de 1993 nas dependências da Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio - Supervisão de Desenvolvimento Econômico (HAUSER, 1995, Anexos).

²⁰⁴ Pós-Graduação em Formação Ambiental, junto a Facultad Latinoamericana de Ciencia Ambientales (FLACAM), La Plata, Argentina, julho de 1995. Prof. orientador: Arq. Lineu Castello.

Um novo olhar se assenta sobre a região. A área do Baixo 4º Distrito passa, a partir deste momento, a fazer parte novamente das discussões e decisões de governo, mas agora não mais como um problema - uma zona industrial em esgotamento e marginalizada -, mas como parte da solução, através do desenvolvimento tecnológico e do incentivo à descentralização econômica e espacial da cidade²⁰⁵ (PMPA, 1993). A exemplo do ocorrido nos Jogos Olímpicos de 1992, com os bairros industriais, localizados próximos à área central de Barcelona, o Baixo 4º Distrito passa a ser visto como o nosso Poblenou: uma região estratégica para a cidade, na promoção de novas economias, urbanidades e arranjos público-privados de financiamento das infraestruturas urbanas. Não podemos esquecer que esta sugestão estava atual e corrente à época, remetendo-nos à palestra proferida pelo espanhol Jordi Borja, “Participação Popular e Planejamento Participativo - A Experiência de Barcelona”, durante os eventos do Projeto Porto Alegre Mais - Cidade Constituinte, em 1993. (PMPA, 2015a).

O Projeto Cidade Constituinte desempenhou um importante papel na construção dos mecanismos de consulta e participação da sociedade civil organizada na democratização do processo de planejamento urbano da cidade. Dentre os mais significativos, assim como o Orçamento Participativo, podemos destacar a realização do 2º Congresso da Cidade, em 1995. Com o tema “O Lugar de Todas as Coisas”, o congresso se dedicou a tratar da revisão do antigo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), vigente desde 1979, e da formulação de um novo plano, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA), promulgado em 1999.

Em mensagem do Prefeito Raul Pont (PMPA, 2000, Contra-capa):

É com satisfação que entrego aos cidadãos porto-alegrenses o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre (PDDUA). A sua elaboração resultou de um longo processo de discussão com os mais diversos segmentos da comunidade, atendendo o compromisso assumido com a população no I e II Congresso da Cidade realizados em 1993 e 1995, que definiram a reformulação do Plano Diretor como uma de suas diretrizes principais para uma cidade com gestão democrática.

²⁰⁵ O Plano Plurianual Municipal, referente ao quadriênio 1994-1997 (PMPA, 1993), estabelece, dentre as diretrizes anunciadas pela Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio (SMIC), o “Incentivo à descentralização econômica e espacial da cidade”, o “Apoio ao desenvolvimento tecnológico”, e a “Formulação de programas de apoio às micros, pequenas e médias empresas e cooperativas” (p.46). No mesmo documento a Secretaria do Planejamento Municipal (SPM) tem, respectivamente, como diretrizes e metas, “Intervenções urbanas de repercussões estratégicas para o futuro da cidade, visando a ocupação dos vazios urbanos e de apoio e incentivo aos centros de bairros” e a “Transferência de empresas de transporte de carga do 4º Distrito para o Porto Seco” (p.54-55), a fim de requalificar este espaço através do desenvolvimento de novas economias e de uma nova urbanidade para a área.

No novo Plano, também referido como o 2º PDDUA, a área do Baixo 4º Distrito é destaque, principalmente, nas Estratégias de: Qualificação Ambiental - como Bairro de Interesse Cultural (PMPA, 2000, p.22) e Recuperação Paisagística (Ibid., p.24); Promoção Econômica - como região destinada a Revitalização Econômica e Tecnópolis (Ibid., p.26) (Figura 5.1); Produção da Cidade²⁰⁶ (ibid., p.29); e Estruturação Urbana, através dos elementos estruturadores do modelo espacial Corredores de Centralidade e Corredores de Urbanidade (Figura 5.3.):

Corredor de Centralidade é o espaço definido por duas vias estruturadoras principais com o objetivo de:

- I- tornar mais eficiente o sistema de transporte urbano e as condições de ingresso metropolitano com a criação de novas alternativas de circulação;
- II- caracterizar um espaço onde se estimule a diversidade de usos, a fim de propiciar às áreas residenciais vizinhas o atendimento de suas necessidades;
- III- estruturar prioritariamente um Sistema de Espaços Abertos de importância para toda a cidade;
- IV- estimular prioritariamente a densificação visando a orientar estrategicamente a ocupação do solo;
- V- estruturar uma rede de polos comerciais multifuncionais, formando centros de bairros que visem a atender à população em suas necessidades de bens, serviços e empregos.

Corredor de Urbanidade é o espaço urbano que envolve parcialmente os Bairros Cidade Baixa, Bom Fim, Independência e **Navegantes**, com características de uso semelhantes às dos Corredores de Centralidade, diferenciando-se, entretanto, pela presença de Patrimônio Cultural e ser valorizado e pela necessidade de investimentos públicos e privados que propiciem a interação social (Ibid., p.36) (grifo nosso).

Além das Estratégias, “[...] que são a referência maior do plano [...]” (ALBANO, 2001, p.3), o novo instrumental inclui Projetos Especiais Integrados e Operações Consertadas, que substanciam a compreensão da necessidade de parcerias, trocas e articulações entre os diferentes agentes públicos e privados. Abrindo, assim, espaço para um planejamento mais projetual e menos normativo (DAMASIO, [20--], p.1). Para tanto, este processo requer, além de uma maior participação social nos diferentes níveis de formulação dos planos e políticas públicas, uma melhor integração entre as secretarias e a (re)qualificação do seu corpo técnico.

²⁰⁶ Encontra-se, no mapa das Estratégias de Produção da Cidade (PMPA, 2000, p.29), o programa de projetos especiais indicados para a área do 4º Distrito, sendo eles: Setor Privado, Porto, RFFSA, Trensurb, Rodoviária, Comércio, Serviços, Indústria, Lazer, Habitação, Hotéis, Cultura. “Capítulo VI Da Produção da Cidade - Art. 23. Compõem a Estratégia de Produção da Cidade: I- Programa de Projetos Especiais, que busca promover intervenções que, pela multiplicidade de agentes envolvidos no seu processo de produção ou por suas especificidades ou localização, necessitam critérios especiais e passam por acordos programáticos estabelecidos com o Poder Público, tendo como referencia os padrões definidos no Plano Regulador.” (Ibid., p.27-28)

Segundo Milton Cruz (2006, p.116):

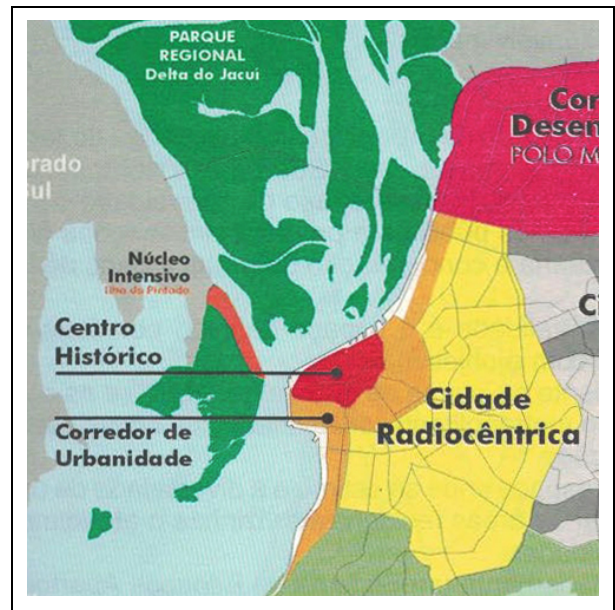
Após o encaminhamento do novo projeto de lei do PPDUA ao Legislativo, o Executivo tomou iniciativas que objetivavam reestruturar a SPM [Secretaria do Planejamento Municipal] para o planejamento e a gestão, de acordo com as concepções do novo Plano Diretor.

Figura 5.2. Mapa da Estratégica de Promoção Econômica, no 2º PDDUA, priorizando ações de Revitalização Econômica e Tecnópolis junto à região do 4º Distrito de Porto Alegre.



Fonte: Imagem extraída do mapa Estratégia de Promoção Econômica - ações prioritárias, 2º PDDUA de Porto Alegre (PMPA, 2000, p.26).

Figura 5.3. Mapa das Macrozonas e da Estruturação Urbana, no 2º PDDUA, indicando a região do 4º Distrito como um Corredor de Urbanidade.



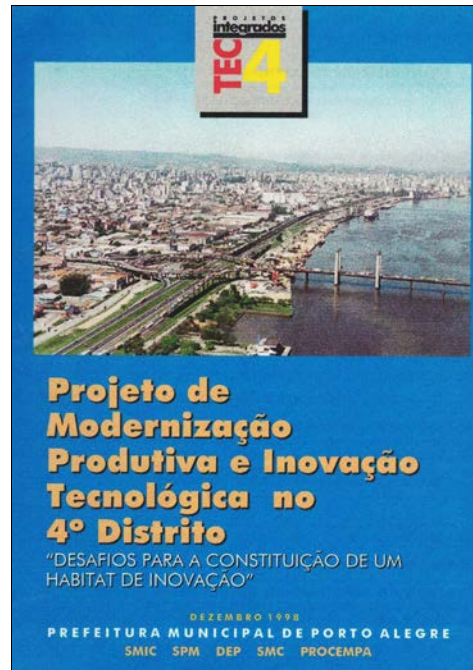
Fonte: Imagem extraída do mapa Macrozonas, 2º PDDUA de Porto Alegre (PMPA, 2000, p.35).

Uma das primeiras iniciativas tomadas foi a contratação da Fundação CEPA (Centros de Estudios y Proyectos del Ambiente)²⁰⁷, para a realização de oficinas e seminários mensais junto à algumas secretarias da PMPA, com o objetivo de treinar seu corpo técnico dentro de uma metodologia baseada no plano-processo, buscando a consolidação de uma prática mais projetual no planejamento (ALBANO, 2001). De um desses seminários, direcionado à elaboração de um projeto integrado para a área do 4º Distrito - Projetos Integrados TEC 4 -,

²⁰⁷ Trata-se de fundação de pesquisa e consultoria com sede em La Plata, Argentina, vinculada à Facultad Latinoamericana de Ciencia Ambientales (FLACAM). Em 1996, a Fundação CEPA prestou consultoria metodológica para na elaboração do PDDUA (ALBANO, 2001, p.30), e orientou, em 1998, os projetos integrados da Prefeitura Municipal de Porto Alegre (Ibid., p.42).

resultou a proposta “Projeto de Modernização Produtiva e Inovação Tecnológica no 4º Distrito: Desafios para a Construção de um Habitat de Inovação”, de 1998 (PMPA, 1998) (Figura 5.4.).

Figura 5.4. Projetos Integrados TEC 4 - Projeto de Modernização Produtiva e Inovação Tecnológica no 4º Distrito, de 1998.



Fonte: (PMPA, 1998, imagem de capa).

Elaborado em conjunto pelas Secretarias Municipais da Produção, Indústria e Comércio (SMIC) - secretaria responsável pela gerência do projeto -, Planejamento (SPM), Cultura (SMC), Departamento de Esgotos Pluviais (DEP), Companhia de Processamento de Dados (PORCEMPA), e sob a consultoria dos arquitetos Ruben Pesci, Jorge Perez, e da geógrafa Lucia Pesci (Fundação CEPA), o **Projeto Integrado TEC do 4º Distrito** (PIT-4D), de 1998, pode ser considerado o primeiro projeto²⁰⁸ - governamental e intersetorial - à propor estratégias de

²⁰⁸ Outros estudos pontuais já haviam sido realizados anteriormente, pela equipe da SPM, tendo como foco a área do Baixo 4º Distrito. Dentre estes, podemos destacar:

- 1984 - Elaboração do trabalho “Projeto de Reabilitação Urbana da Avenida Voluntários da Pátria, Porto Alegre”, realizado em parceria com a SPM, pelos arquitetos Rômulo Krafta e Douglas Aguiar (ALBANO, 2001, p.9);
- 1988 - Desenvolvimento de pesquisa promovida através do Programa MAB (Man and Biosphere Programme) / UNESCO, sob a coordenação do arquiteto professor Lineu Castelo e participação de técnicos da SPM (Ibid.);
- 1992 - Projeto Porto Alegre Workshop, desenvolvido em pelo Laboratório de Análise, Pesquisa e Projeto em Arquitetura Urbana do Programa de Pós-graduação em Arquitetura - PROPAR. Entre as ações deste projeto foi realizada a oficina “O Corredor dos Transbordos”, para estudo da área da RFFSA, junto à área do Baixo 4º Distrito, tendo como convidado o arquiteto Philippe Panerai, a participação de técnicos da PMPA, e alunos da Pós-graduação do PROPAR (Ibid.);
- 1996 - Realização do “Seminário Internacional sobre Reabilitação de Centros Urbanos”, realizado como uma promoção do Instituto Goethe, da Associação de ex-bolsistas da Alemanha e da PMPA. (Ibid.)

revitalização urbana e reconversão econômica para a área do Baixo 4º Distrito de Porto Alegre²⁰⁹.

A proposta, elaborada durante o período de um ano (de março a dezembro de 1998), baseava-se nos conceitos de Região de Potencial Tecnológico (REPOT) - gatilho para o desenvolvimento econômica da área, visando promover a inovação tecnológica com a “[...] presença de indústrias não poluentes e não geradoras de externalidades negativas na região.” (PMPA, 1998, p.2) -, e nos elementos projetuais e estruturadores do espaço urbano (Centros de Bairro, Corredores de Urbanidade, Sistema de Espaços Abertos) contidos no novo Plano Diretor. A área se organizava em um Perímetro Preferencial (com área aproximada de 250ha), delimitado pela Rua Voluntários da Pátria, avenidas Sertório e Farrapos, e a 1ª Perimetral (na altura do Terminal Rodoviário), e um Perímetro de Intervenção Prioritária (com área aproximada de 80ha), contido entre as ruas Voluntários da Pátria, Comendador Tavares, Santos Dumont e Paraíba (PMPA, 1998) (Figuras 5.5. e 5.6.)²¹⁰.

O projeto se estrutura a partir da implementação de um Centro de Serviços (CS) e um Circuito Tecnológico (CT), aos quais outras atividades complementares (condomínio de empresas de base tecnológica, incubadoras, escritórios de negócios) se acoplariam definindo uma rede espacial, tendo a Rua Voluntários da Pátria como espinha dorsal deste arranjo²¹¹.

²⁰⁹ É possível constatar, ao examinarmos o Plano Plurianual Municipal correspondente ao quadriênio 1998-2001 (PMPA, 1997), a importância dada a este projeto pelas duas secretarias diretamente envolvidas na questão da reconversão econômica e revitalização urbana da área do Baixo 4º Distrito - a Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio (SMIC), e a Secretaria do Planejamento Municipal (SPM): “**SMIC - Objetivos:** Propor e realizar projetos que promovam a consolidação do bairro Navegantes e adjacências, enquanto região de potencial tecnológico [REPOT], do município de Porto Alegre, especializada em atividades do complexo eletrônico e informática. - **Metas:** Implantar “Viveiro de Empresas” como elemento estruturador do Distrito Tecnológico da REPOT de Navegantes. Identificar obras viárias e de infra-estrutura necessária a qualificação da REPOT de Navegantes.” (Ibid., p.76) (grifo nosso). “**SPM - Objetivos:** Revitalização da área conhecida como 4º Distrito, através de ações concentradas entre a PMPA e empresários, com intervenções urbanísticas e de indução do potencial da região. - **Metas:** Criação de uma equipe multidisciplinar para o desenvolvimento do projeto e de um fórum permanente de debates. Definição de limites da área de estudo. Criação de uma metodologia de trabalho que viabilize o desenvolvimento do projeto através do Plano de Ação Regional. Elaboração de um termo de referencia para a área.” (Ibid., p.88) (grifo nosso).

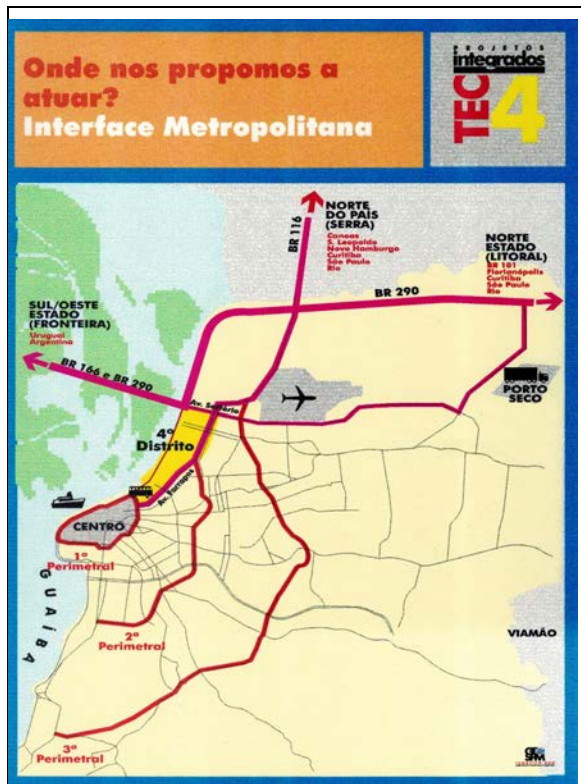
²¹⁰ Na Figura 5.5., além dos Perímetros de Interesse (Perímetro Preferencial e Perímetro de Intervenção Prioritária) podemos também observar, em linha amarela, o que seria compreendido, pela equipe do projeto, como a representação da área correspondente o 4º Distrito, delimitado, a oeste pela orla do Guaíba, ao norte pela Rua Dona Teodora, a leste, pela Av. Benjamin Constant, e ao sul pela 1ª Perimetral. A mesma abrangência, definida neste trabalho, como a área correspondente ao **Baixo 4º Distrito** (Figura 3.10).

²¹¹ Não há dúvida de que a Rua Voluntários da Pátria se articula como o eixo organizador deste arranjo, pelas suas características históricas, potencial de duplicação, e principal via de acesso ao Centro e à Zona Norte da cidade, contudo, como sinaliza a arquiteta da SPM, Maria Tereza Fortini Albano, “Partindo do princípio de que o Circuito Tecnológico deveria voltar-se para o interior da vida local foram definidas como vias principais de uma eventual rede espacial, as que fossem paralelas à Rua Voluntários da Pátria - Missões, Rio Grande e Santos Dumont - associadas às transversais desta, localizadas preferentemente entre as ruas Comendador Tavares e Polônia.” (ALBANO, 2001, p82).

Parte da estratégia para a revitalização urbana e resgate do patrimônio cultural e histórico da área estava na identificação e seleção de prédios com tipologias de antigas indústrias, depósitos ou transportadoras²¹² - compatíveis com a perspectiva de reciclagem - para a instalação desses Núcleos, ou Nós, que articulariam espacialmente o CT (Figuras 5.7. e 5.8):

Mediante as discussões que acompanharam a concepção do projeto ficou entendido que a possibilidade de instalação de empresas em estruturas existentes, com valores para integrar o Patrimônio Cultural da sociedade, possibilitaria não só a implantação de uma tecnópole diferenciada, capaz de manter a identidade tipológica da área industrial histórica de Porto Alegre, mas também, de contribuir para a desejada revitalização urbana com qualificação ambiental (ALBANO, 2001, p.48).

Figura 5.5. Abrangência e localização do Projeto Integrado TEC do 4º Distrito (Perímetro Preferencial), de 1998, e sua interface com a Região Metropolitana.



Fonte: (PMPA, 1998, p.5).

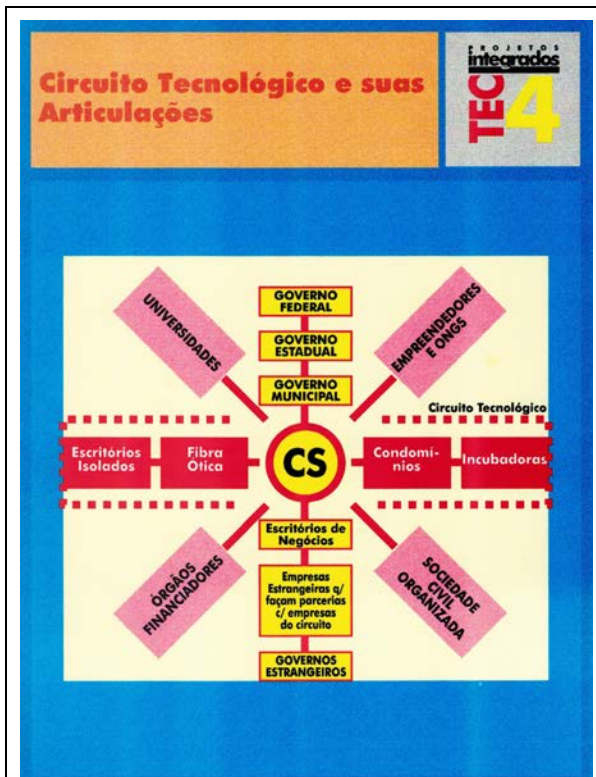
Figura 5.6. Perímetros de Interesse do Projeto Integrado TEC do 4º Distrito, de 1998.



Fonte: (PMPA, 1998, p.7).

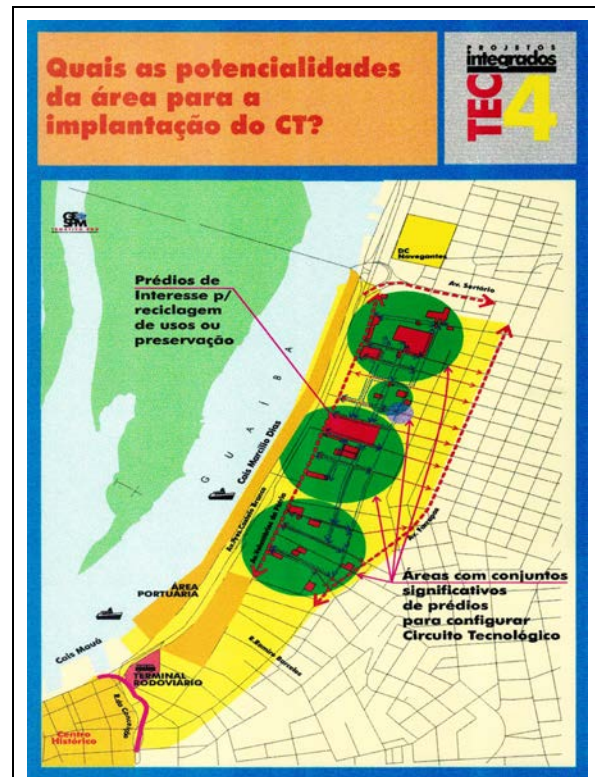
²¹² Dentre os prédios mais significativos identificados e selecionados para serem os Núcleos / Nós neste Circuito Tecnológico destacamos: a fábrica Neugebauer, a antiga Gerdau (conhecida pela fabricação de móveis), o antigo Cinema Navegantes, a transportadora Javali, a Ughini, indústria Fiateci e fábrica da Brahma (ALBANO, 2001, p.82, 107).

Figura 5.7. Circuito Tecnológico e suas articulações no Projeto Integrado TEC do 4º Distrito, de 1998.



Fonte: (PMPA, 1998, p.11).

Figura 5.8. Conjunto de prédios significativos para a implantação de um Circuito Tecnológico, no Projeto Integrado TEC do 4º Distrito, de 1998.



Fonte: (PMPA, 1998, p.13).

Apesar das limitações presentes na estrutura administrativa, técnica e política, para lidar com as complexidades e exigências de um processo projetual concertado em parceria, este projeto marca um momento importante na conscientização coletiva - ao menos na esfera governamental - das potencialidades e da importância da área do Baixo 4º Distrito para a cidade de Porto Alegre e sua Região Metropolitana. Foi a partir deste projeto, que se iniciaram várias frentes de trabalho capitaneadas por secretarias que haviam estado, inicialmente, envolvidas na elaboração do PIT-4D.

No ano de 2000, a Secretaria Municipal da Cultura (SMC) desenvolveu, em conjunto com a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Ritter dos Reis (FAURR), o trabalho intitulado “Delimitação de Áreas Especiais de Interesse Cultural no 4º Distrito”. Sob coordenação da arquiteta Elena Santos Graeff (SMC), o estudo tinha como objetivo identificar os valores e características dos espaços e estruturas existentes passíveis de readequação funcional. As informações serviriam como subsídio, não só para o desenvolvimento do proposto Circuito Tecnológico junto às preexistências locais, como, principalmente, para encaminhar, junto ao

Plano Diretor (detalhamento do plano), uma proposta de definição dos regimes urbanísticos das áreas de interesse cultural para o Baixo 4º Distrito. Quando o plano entrou em vigor, em 1999, estes dispositivos de controle do regime urbanístico não haviam sido detalhados, o que resultou, à época, na definição de índices de aproveitamento (IA) relativamente altos (1.9, 2.4)²¹³, podendo-se também chegar, em algumas áreas, a alturas de 52 metros; o que poderia vir a estimular um processo de substituição, e não de preservação, junto a área. Segundo entrevista realizada pelo autor com representante do setor público, um novo regime urbanístico em relação às AEIC (Áreas Especiais de Interesse Cultural) - embasado pelo estudo realizado pela SMC e FAURR - foi posto em pauta na Conferência de Avaliação do Plano Diretor de 2003. Infelizmente, o mesmo não foi aprovado naquela ocasião²¹⁴.

A Secretaria do Planejamento Municipal (SPM), através do então instituído Grupo de Revitalização Urbana do 4º Distrito²¹⁵, continuou trabalhando, entre 1998 e 2001, as questões propostas no PIT-4D, procurando “[...] aprofundar alguns conteúdos com vistas a um melhor conhecimento das potencialidades urbanísticas da área.” (ALBANO, 2001, p.112). Considerando que o projeto não avançou como uma prioridade de governo, o grupo desenvolveu projetos pontuais em parceria com outras secretarias (Projeto de Arborização para a Av. Farrapos; Projeto de Qualificação Ambiental de parte da Av. Pres. Franklin Roosevelt - Espaço Roosevelt; Projeto Eixo Estruturador Rua Voluntários da Pátria), e buscou discutir, de forma concertada e intersetorial, as interfaces do PIT-4D com outros projetos de interesse governamental no entorno mais imediato (Projeto Integrado da Zona Norte; Projeto Orla do Guaíba; Projeto Porto Organizado; Projeto de Revitalização da Área Central).

Estas ações aparecem documentadas na publicação “Revitalização Urbana no 4º Distrito em Porto Alegre: Consolidação dos conteúdos que referenciam a formulação de um

²¹³ Com o uso do dispositivo Solo Criado, de compra de índices, estes valores podem chegar a 3.0.

“Do ponto de vista conceitual, aprovado em 1990, o solo criado surge como instrumento legal em Porto Alegre, através da Lei Orgânica, capítulos da política e reforma urbana e habitacional, arts. 201, 202, 203, 212. Foi demandado pelo movimento da Reforma Urbana, como instrumento capaz de subsidiar a política habitacional e promover o enfrentamento das desigualdades sociais. [...] Assim é que dos debates subsequentes resultou a LC. 315/94, solo criado, aprovada e sancionada pelo executivo municipal [...]” (PMPA, 1996, p.12).

A partir da aprovação do Estatuto da Cidade, em 2001, este dispositivo (Solo Criado) passou a ser chamado de Outorga Onerosa do Direito de Construir (OODC).

²¹⁴ “Os estudos sobre Áreas Especiais de Interesse Cultural [AEIC] em desenvolvimento desde o ano de 2000 colocam como pressuposto que para este tipo de área não deverá ser utilizado o Solo Criado. Portanto, considerando a perspectiva de valorização do patrimônio edificado, é necessário avaliar com muita propriedade a aplicação deste instrumento no 4º Distrito.” (ALBANO, 2001, p.108).

²¹⁵ Grupo técnico vinculado ao 4º Distrito (ALBANO, 2001, p.113).

Projeto Ambiental”, de novembro de 2001, organizada pela arquiteta Maria Tereza Fortini Albano (SPM) (Figura 5.9.).

Figura 5.9. Revitalização Urbana no 4º Distrito em Porto Alegre: Consolidação dos conteúdos que referenciam a formulação de um Projeto Ambiental, de 2001.



Fonte: (ALBANO, 2001, imagem de capa).

Outro trabalho de grande importância, alinhado ao Projeto Porto Alegre Tecnópole e ao conceito das REPOTs, de promover o desenvolvimento econômico da área através de iniciativas de base tecnológica, foi a proposta do **Parque Tecnológico Urbano do 4º Distrito** (PTU-4D), de 2002 (Figura 5.10.). Coordenado pela arquiteta Guissia Hauser, entre fevereiro de 2002 e março de 2005, junto a Secretaria Municipal de Produção, Indústria e Comércio (SMIC)²¹⁶ - Supervisão de Desenvolvimento Tecnológico (SDTEC) -, o projeto contou com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e apoio do CEITEC (Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada)²¹⁷, PROCEMPA (Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre) e METROPLAN (Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e regional).

²¹⁶ Em 1999, quando ambos os governos (Estadual e Municipal) estavam sob gestão do mesmo partido (Partido dos Trabalhadores), a arquiteta Guissia Hauser foi cedida pela METROPLAN à SMIC, voltando à primeira quando da conclusão da proposta, em 2005 (mesmo ano da troca de partido à frente do governo municipal).

²¹⁷ A princípio, a possibilidade de instalação da sede do CEITEC - MOTOROLA (à época se chamava Centro de Excelência Ibero-Americana em Tecnologia Avançada) na área do Baixo 4º Distrito, acelerou o projeto PTU-4D. Entretanto, “[...] a ideia de implantação do CEITEC naquele local teve de ser abandonada, pois o solo naquela área é inadequado, já que produz um nível de vibrações superior ao aceitável pelos instrumentos de precisão microeletrônica do CEITEC.” (HAUSER, 2004a, p.24).

Figura 5.10. Proposta do Parque Tecnológico Urbano do 4º Distrito, de 2002 à 2005.



Fonte: (HAUSER, 2004a, imagem de capa).

Segundo Ghissia (1995, p.24):

Os parques tecnológicos podem ter um significado simbólico muito importante, por representarem uma forma palpável de comprovação da existência de um processo tecnopolitano numa determinada região, materializado através da qualificação de um território. Os parques tecnológicos facilitam o reconhecimento visual da existência de uma tecnópolis, cujas principais bases e características residem nos acordos institucionais e nas formas de gestão. Em muitos casos, os parques tecnológicos são utilizados como elementos estruturadores de um espaço tecnopolitano.

Diferentemente dos parques tecnológicos fechados, o PTU-4D se propunha a ser um parque aberto, inserido na malha urbana do Baixo 4º Distrito, e, por conseguinte, gerador de externalidades positivas para a região:

Este modelo de parque tecnológico contrapõe-se ao tradicional, normalmente estruturado em áreas delimitadas, como os distritos industriais, e que necessitam de elevados investimentos financeiros. O parque urbano aberto aproveita-se da infraestrutura de serviços já existente na área, reduzindo os investimentos necessários para a execução do projeto. Além disso, no caso de Porto Alegre, o empreendimento constitui-se em um instrumento de revitalização de uma importante área de cidade (HAUSER, 2004c, p.81).

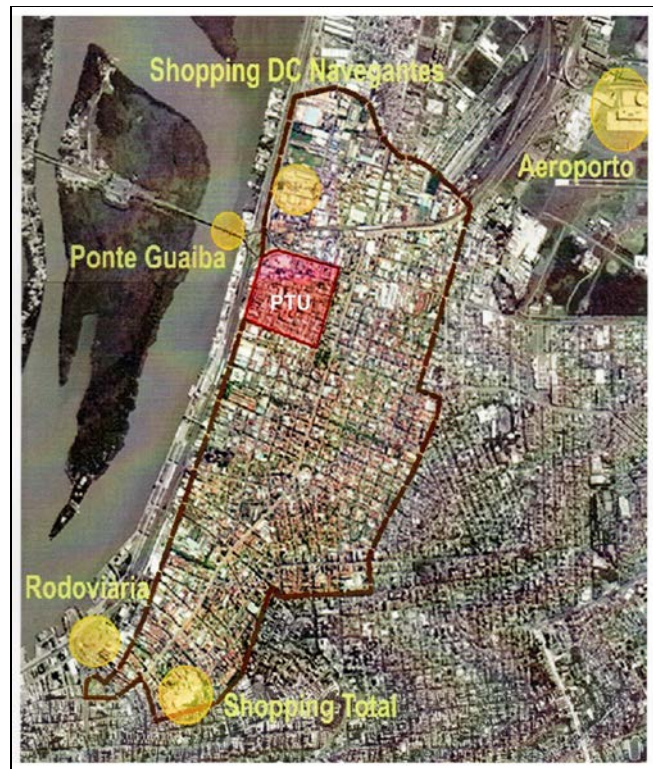
Elaborado com referência nas experiências de Barcelona²¹⁸ (Projeto 22@Barcelona) e do Porto Digital, em Recife²¹⁹, a proposta sugeria a delimitação de um polígono formado pela Rua Voluntários da Pátria, as avenidas Sertório e Presidente Franklin Roosevelt, e a Rua Cairú, totalizando uma área de 26ha, como área de intervenção do PTU-4D (Figura 5.11.). A primeira ação seria a instalação de uma Central Tecnológica (CETEC) na área de intervenção - para efeito demonstrativo -, junto a um prédio já adquirido pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, no ano de 2000, para este fim²²⁰. Nas fases seguintes estaria prevista a realização de intervenções nos demais prédios e terrenos da área, com o objetivo de atrair outros usos - residencial, comercial, lazer -, assim como a capilarização da rede de fibra ótica em toda a área do parque, “[...] dado que a transmissão de dados em alta velocidade é fator imprescindível para a atração de empresas de base tecnológica para a região.” (HAUSER, 2004a, p.41). Processo este desenvolvido em parceria com a PROCEMPA, na busca do melhor traçado para a instalação de uma rede pública de fibra ótica em todas as REPOTs.

²¹⁸ As prefeituras de Porto Alegre e Barcelona cooperavam, deste 1999, na busca de soluções para a área do Baixo 4º Distrito. Em 2000 foi realizado o 1º Encontro Porto Alegre - Barcelona: “Entre 17 e 20 de abril de 2000 os arquitetos Jordi Henrich e Ricardo Fayos apresentaram diversos trabalhos realizados para Poblenou-Barcelona enquanto Porto Alegre registrou os avanços para o 4º Distrito. Participaram deste evento aproximadamente 40 pessoas de diferentes órgãos do município além de representantes de universidades da Região Metropolitana de Porto Alegre. O ato de encerramento contou com a presença do prefeito Raul Pont.” (ALBANO, 2001, p.101). O arquiteto catalão Josep Maria Llop Torné, e o economista Rafael González Tormo, diretor do Projeto 22@Barcelona, foram consultores, durante o ano de 2002, do Parque Tecnológico Urbano do 4º Distrito (HAUSER, 2004a, p.25).

²¹⁹ “Alguns projetos urbanos implantados ou em fase de implantação já seguem essa ideia de utilizar as atividades industriais da nova economia e do setor terciário avançado como fio condutor e elemento motriz da revitalização de áreas urbanas degradadas. [...]. O projeto 22@BCN revitalizou o tecido urbano do antigo bairro industrial de Poblenou, em Barcelona, misturando funções e fomentando a instalação de empresas intensivas em conhecimento - as atividades @. Já o projeto do Porto Digital, focado em empresas da nova economia, impulsionou o programa de revitalização do Recife Antigo, iniciado em 1987, que previa a transformação da área em polo de lazer com bares, restaurantes, cafeterias, cachaçarias, lojas de artesanato, galerias de arte, entre outros.” (Ibid., p.16-17).

²²⁰ “A Prefeitura Municipal de Porto Alegre, considerando adequado o IV Distrito como local para a instalação de um parque tecnológico, adquiriu, em 2000, com recursos demandados pelo Orçamento Participativo, o prédio da [antiga] Transportadora Javali [Rua João Inácio, nº 247, bairro Navegantes], construído em fins da década de 1950. O objetivo é instalar ali a Central Tecnológica (CETEC), instituição que disponibilizará espaços físicos para o Núcleo de Gestão do Parque Tecnológico do IV Distrito e para a instalação de um condomínio de empresas de base tecnológica, oriundas das incubadoras da RMPA, de *spin offs* de outras empresas ou de empresas já existentes, além de centros de capacitação de serviços especializados.” (Ibid., p.23). Em 2001, “[...] foi licitado, realizado e aprovado nos órgãos competentes, o projeto executivo de reforma e ampliação do prédio para abrigar a CETEC, cujo programa de necessidades contemplava setores social, empresarial, administrativo, de apoio técnico e de serviços. A equipe responsável pelo projeto foi coordenada pelo arquiteto Silvio Rocha e pelo engenheiro Airton Gonçalves.” (Ibid., p.24).

Figura 5.11. Delimitação da região do 4º Distrito, com a localização da área do Parque Tecnológico Urbano do 4º Distrito, de 2002²²¹.



Fonte: (HAUSER, 2004a, p.27).

A proposta especificava diretrizes, modelos de gestão (administrativa e financeira), e aspectos jurídicos, estimando a conclusão da estruturação do projeto PTU-4D para junho de 2005, com o início da implantação do parque para agosto do mesmo ano (HAUSER, 2004c, p.82). Nas considerações finais sobre a proposta, a coordenadora do projeto, Ghissia Hauser, alerta para o fato de que:

O resultado final do projeto Parque Tecnológico Urbano do IV Distrito de Porto Alegre dependerá, portanto, deste projeto inicial [CETEC] e das definições subsequentes, de caráter prático e simbólico, que atendam a necessidades de identidade, de participação e de mercado e que exigem flexibilidade e dinamismo. Para tanto, o projeto necessita dispor de mecanismos de auto-regulação, de interação e de ajuste durante o próprio processo de realização para dar sentido às novas ações, sem abandonar os espaços edificados em outros momentos do passado. Em suma, a

²²¹ É interessante observarmos, na Figura 5.11., a representação da área associada, pela equipe do projeto PTU-4D, ao 4º Distrito: à exceção da exclusão do bairro Marcílio Dias, esta região corresponde a mesma abrangência do que, neste trabalho, nos referimos como a área do **Baixo 4º Distrito** (Figura 3.10). Em relação a inclusão, ou não, do bairro Marcílio Dias, entendemos que no final da década de 90, e início dos anos 2000, ainda existia muita indefinição de qual destino seria dado ao Cais Marcílio Dias: se a atividade portuária seria retirada, possibilitando o uso público de sua área, ou se, ao contrário, sua atividade portuária seria intensificada. Esta permanente indefinição, junto aos órgãos governamentais, fazia com que a área ficasse excluída de qualquer plano ou projeto; inclusive da sua representação como parte do 4º Distrito.

concertação dos interesses dos múltiplos agentes públicos e privados é condição *sine qua non* para o sucesso do PTU (HAUSER, 2004a, p.45).

Já era possível identificar, ao examinarmos o PPAM 2002-2005²²², uma certa divisão, e por consequência, a perda de força entre as ações empreendidas pela SMIC e pela SPM para a área do Baixo 4º Distrito. Diferentemente de trabalharem como uma equipe colaborativa, multidisciplinar, e intersetorial, para o desenvolvimento de um mesmo projeto estruturador²²³ do “Distrito Tecnológico da REPOT de Navegantes” - ação inicialmente especificada junto ao PPAM 1998-2001 (PMPA, 1997, p.76, 88) -, ambas as secretarias trabalhavam de maneira isolada e pontual, perdendo assim, a possibilidade de encaminharem uma proposta mais abrangente e global para a área (ALBANO, 2001, p112):

Embora durante o ano de 1998 se tenha tentado trabalhar de forma integrada, de maneira nenhuma se pode falar que houve durante os anos que se seguiram integração / articulação entre diversos organismos. Nem mesmo entre a SPM e a SMIC, responsáveis pela coordenação das questões relacionadas à revitalização urbana e ao desenvolvimento econômico, se criou uma sistemática de trabalho capaz de definir um fio condutor do projeto mais global.

Não nos foi possível determinar, com exatidão, a razão, ou razões, pelas quais os projetos PIT-4D, de 1998, e PTU-4D, de 2002-2005, não alcançaram o sucesso esperado - talvez dificuldade de articulação entre as secretarias; setores sufocados dentro de suas próprias atribuições; falta de apoio político; falta de recursos financeiros; falta de uma parceria empresarial de peso (a localização da sede do CEITEC, junto ao PTU-4D, tinha como objetivo ser o projeto ancora para a transformação da área). Entretanto, em 2005, com a troca de partido à frente do governo municipal, o redirecionamento nos planos e nas políticas públicas foram inevitáveis. Na visão da nova gestão²²⁴, tanto o Projeto Porto Alegre Tecnópolis, como o projeto

²²² Enquanto a SMIC tinha como metas “Ampliar a área de abrangência do PAT (Porto Alegre Tecnópolis)” e “Contribuir para a implantação e consolidação do Parque Tecnológico Urbano do 4º Distrito” (p.141), a SPM não estava diretamente envolvida com as ramificações espaciais e urbanísticas deste projeto, ficando a sua atuação restrita, e redirecionada, à projetos pontuais “[...] de renovação e revitalização de áreas comerciais tradicionais, polos de comércio e serviços e formação de novas áreas comerciais, prioritariamente: Azenha, Presidente Roosevelt e Voluntários da Pátria” (p.183) (PMPA, 2001).

²²³ Este projeto poderia ter sido formulado com a fusão de ambos os planos (PIT-4D e PTU-4D), uma vez que estes baseavam-se na mesma estratégia de revitalização urbana e reconversão econômica através da inovação tecnológica.

²²⁴ Segundo entrevista realizada pelo autor com representante do setor público, o novo secretário da SMIC haveria anunciado: “*Tem que trocar o nome Porto Alegre Tecnópolis [PAT]; esse nome é do PT. Não querem trocar? Então eu vou acabar com o PAT.*” O mesmo entrevistado ponderou: “*Eles não fazem política de Estado; eles fazem política de governo.*” (Agente do Setor Público - SP6).

Parque Tecnológico Urbano do 4º Distrito, estavam por demais associados às políticas - à imagem - do governo anterior. Assim, a decisão foi encerrar as suas atividades:

[...] em 1º de janeiro de 2005 ocorre a mudança política na Prefeitura de Porto Alegre, com a consequente desmontagem do projeto no 4º Distrito, que já tinha 10 anos. Com o final do projeto da Prefeitura aparecem algumas publicações, em 2005, que procuravam dar conta dos objetivos de um projeto que não existia mais. [...]. Em 22 de fevereiro de 2005 foi postada a última notícia no site POA Tecnópole, mantido pela Prefeitura, e que foi desativado pouco dias depois. (PIQUÉ, 2017, p.9).

Figura 5.12. Logo do projeto Parque Tecnológico Urbano do 4º Distrito, 2002-2005.



Fonte: (PIQUÉ, 2017a, p.30).

5.2.2 Período Copa do Mundo (2006-2009): Grupo de Trabalho do 4º Distrito; Plano de Revitalização do 4º Distrito

Este período teve início, em 2006, com o anúncio da criação do **Grupo de Trabalho do 4º Distrito** (GT 4º Distrito). Junto ao site da PMPA, a sua fundação é creditada à uma solicitação da própria comunidade²²⁵, e à busca do desenvolvimento sustentável da região:

O GT 4º Distrito foi criado na SPM por solicitação da própria comunidade. Tem o objetivo de formular diretrizes, projetos e programas que contribuam para qualificar o espaço urbano de forma ordenada e planejada, buscando o desenvolvimento sustentável da região e melhoria da qualidade de vida. Estas ações deverão ter caráter público e privado (PMPA, [200-], p.1).

Na página da prefeitura, nenhuma menção é feita aos projetos governamentais desenvolvidos nos último oito anos para a área - Projeto Integrado TEC do 4º Distrito, e Parque Tecnológico Urbano do 4º Distrito -, e ainda que a ação de “Desenvolvimento de Parque Tecnológico” (Ação 87 - Programa: Cresce Porto Alegre), apareça referida no PPAM 2006-

²²⁵ Segundo o documento: Anexo XI - Termo de referência para contratação de consultoria, o “O Grupo de Trabalho - GT 4º Distrito foi criado na SPM a partir de uma demanda da Comunidade junto à Coordenação do Programa de Regionalização e Participação, no final de 2006.” (PMPA, 2010b, p.1).

2009 (PMPA, 2005, p.151), nem o Projeto Porto Alegre Tecnópolis, nem o Polo Eletroeletrônico do 4º Distrito, são citados no Plano. Renuncia-se assim a uma política pública específica de estímulo ao desenvolvimento de uma tecnópolis na área.

Segundo Jorge Piqué:

O 4º Distrito havia perdido a relevância que tinha na estratégia da Prefeitura para a cidade. [...] a questão de alta tecnologia, especialmente a criação de um polo tecnológico, foi inteiramente abandonada nas gestões seguintes da Prefeitura, [...] (PIQUE, 2017, p.10).

Apesar da existência, junto ao PPAM 2006-2009, da ação “Elaboração do Projeto 4º Distrito” (Ação 57 - Programa: Cidade Integrada), tendo como produto um Plano Urbano de Revitalização (PMPA, 2005, p.133), os estudos capitaneados pelo GT 4º Distrito somente ganharam tração a partir de outubro de 2007, com a formalização do Brasil como sede da Copa do Mundo de 2014, e a criação, em 2008, da SECOPA (Secretaria Extraordinária para a Copa do Mundo 2014). Segundo o site da prefeitura:

Tendo como horizonte a Copa de 2014, o GT 4º Distrito está priorizando estudos para a elaboração do Projeto Urbano de duplicação para a Rua Voluntários da Pátria (trecho entre a Rodoviária e a Ponte do Guaíba). Uma das propostas é a reciclagem de usos de prédios existentes ao longo da via (inventariados e listados como interesse cultural) adaptando-os para uso residencial e/ou comercial. É uma das formas de revitalizar o 4º Distrito.

O projeto urbanístico está sendo elaborado por um grupo intersecretarias, com a coordenação do GT 4º Distrito, em parceria com a Secopa, contemplando projetos de paisagismo, viário, cicloviário, acessibilidade, infraestrutura, iluminação, mobiliário urbano e preservação do patrimônio cultural (PMPA, [200-], p.1).

Com as ações visando a realização da Copa do Mundo de 2014, a área de atuação, assim como a representação da abrangência do 4º Distrito, foi ampliada para o norte (Figuras 3.6., 3.7.), incluindo os bairros Farroupilha e Humaitá²²⁶ - local da futura morada da “Arena do Grêmio”:

²²⁶ Segundo entrevista realizada pelo autor com representante do setor público, esta decisão de estender a atuação do GT 4º Distrito para a Zona Norte (bairros Humaitá e Farroupilha) foi recebida com protestos pela equipe da SPM. Foi sugerido, pela equipe, a criação de um novo grupo de trabalho (e.g.: GT Zona Norte de Porto Alegre) para melhor lidar com as complexidades e especificidades desta imensa região. O pedido não foi atendido, alegando-se carência de pessoal: “Ele [o Supervisor de Desenvolvimento Urbano] quis que fosse o mesmo grupo [GT 4º Distrito], pois a PMPA já estava carente de equipe.” (Agente do Setor Público - SP1).

Área de atuação - os estudos englobam a área que vai da Estação Rodoviária, seguindo pela Rua Voluntários da Pátria, um eixo estruturador com grande potencial de renovação, até o Bairro Humaitá, onde se localizará a Arena do Grêmio (Ibid.).

Como produto destas ações, em 2009 foi apresentado à Câmara de Vereadores de Porto Alegre o **Plano de Revitalização do 4º Distrito (PR-4D)**, tendo como objetivo:

Formular diretrizes e planos concertados entre o poder público e privado que constituam respostas aos anseios e demandas da sociedade, de forma a qualificar o espaço urbano de maneira ordenada e planejada, buscando o desenvolvimento sustentável desta região e melhoria da qualidade de vida. (PMPA, 2009b, p.4)

A região de atuação, do PR-4D, foi dividida em três áreas de trabalho: i) Área 1 - Perímetro Preferencial; ii) Área 2 - Perímetro de Transição; e iii) Área 3 - Perímetro do PIEC (Programa Integrado Entrada da Cidade), Arena do Grêmio e entorno (Figura 5.13).

A Área 1 - Perímetro Preferencial, corresponde a mesma área trabalhada anteriormente no Projeto Integrado TEC do 4º Distrito (PIT-4D) - igualmente referida, em 1998, pela alcunha de Perímetro Preferencial (Figuras 5.5. e 5.6.)²²⁷. Assim como no PIT-4D, a proposta para o desenvolvimento deste Perímetro Preferencial baseava-se no moto “Revitalização Urbana e Reconversão Econômica” (PMPA, 2009b, p.21) - através da miscigenação de usos, densificação, sistema de espaços abertos, e valorização do patrimônio cultural -, incorporando também os trabalhos mais recentes realizados pela SPM²²⁸ - Projeto de Arborização para a Av. Farrapos; Projeto de Qualificação Ambiental de parte da Av. Pres. Franklin Roosevelt (Espaço Roosevelt); Projeto Eixo Estruturador Rua Voluntários da Pátria -, porém sem nenhuma menção ao Circuito Tecnológico, aos Núcleos de inovação tecnológica, ou ao Parque Tecnológico Urbano (PTU-4D). De fato, salvo a vaga menção da “[...] prospecção de oportunidades para novos empreendimentos.” (PMPA, 2009b, p.21), o PR-4D não apresentava nenhuma estratégia ou política clara de reconversão e produção econômica para a área do seu Perímetro Preferencial.

A Área 2 - Perímetro de Transição, “[...] tem seu centro na Avenida Sertório, que representa um dos principais acessos à cidade desde a Ponte do Guaíba (Travessia Régis

²²⁷ No PIT-4D, de 1998, o Perímetro Preferencial era delimitado pela Rua Voluntários da Pátria (ao oeste), Av. Sertório (ao norte), Av. Farrapos (ao leste), e a 1ª Perimetral (na altura do Terminal Rodoviário, ao sul). Em 2009, o PR-4D inclui parte do bairro Marcílio Dias, estendendo seu limite oeste até a linha férrea do TRENSURB, junto a Av. Presidente Castello Branco. Assim a região da rodoviária, e seu entorno imediato, são incluídos junto a área do seu Perímetro Preferencial.

²²⁸ De uma certa maneira, o GT 4º Distrito herdou o conhecimento técnico dos funcionários da SPM - ex-Grupo da Revitalização Urbana do 4º Distrito -, que haviam trabalhado, deste 1998, em projetos para a região.

Bittencourt) e BR 290 (Freeway).” (PMPA, 2009f, p.1). Região da interface entre a área sul e norte, este espaço configura-se em um polígono de estruturação complicada: uma ilha circundada por vias expressas, e uma linha férrea (TRENSURB) de difícil transposição. A Igreja Nossa Senhora dos Navegantes é a expressão maior deste isolacionismo espacial.

Figura 5.13. Apresentação do Plano de Revitalização do 4º Distrito, de 2009.



Fonte: Folder produzido pelo Grupo de Trabalho 4º Distrito, da Secretaria do Planejamento Municipal, como parte do Programa Estratégico: Porto do Futuro.

Em 2010, através do GT 4º Distrito, foi elaborado um Termo de Referência (TR) para a contratação de uma consultoria, com o objetivo de gerar um plano específico de revitalização urbana para o Perímetro de Transição (PMPA, 2011, p.39). Em janeiro de 2014, foi entregue à prefeitura o “Plano de Revitalização Urbana para a Área 2 - Quarto Distrito: Entorno da Igreja Nossa Senhora dos Navegantes”, proposta desenvolvida pela empresa Plural Consultoria em Planejamento Territorial Ltda. Assim como aconteceu com o PR-4D, após o encerramento da

Copa do Mundo de 2014, o Plano de Revitalização Urbana para a Área 2 perdeu relevância entre os assuntos da prefeitura.

A Área 3 - Perímetro do PIEC, Arena do Grêmio e entorno, era vista como o “[...] espaço com potencialidade para grandes empreendimentos e intervenções do setor privado e do poder público (empreendimentos residenciais; continuidade da Av. 3ª Perimetral e da Av. Voluntários da Pátria; conexão com a futura BR- 448; 4ª Perimetral (Av. A.J. Renner X Av. Fernando Ferrari) e futura localização do novo Complexo Multifuncional Arena do Grêmio.” (PMPA, 2009h, p.1). Ao norte desta área se localizariam os grandes empreendimentos imobiliários, pressupondo a “[...] formação de Parcerias Público Privadas - PPPs em obras de infraestrutura, qualificação dos espaços urbanos e serviços, devendo vir acompanhadas da densificação habitacional e miscigenação de usos.” (PMPA, 2009b, p.8).

A área central acomodaria os reassentamentos em conjuntos habitacionais - através do Programa Integrado Entrada da Cidade (PIEC) - e empreendimentos residenciais para a classe média, enquanto ao sul, já dentro do bairro Navegantes, era proposto a criação de um Polo de Logística e um Polo Tecnológico, junto ao DC Navegantes, IPA (Centro Universitário Metodista), e escolas técnicas (PMPA, 2009h, p.15).

O Plano de Revitalização do 4º Distrito (PR-4D), de 2009, se caracterizava pela prospecção de projetos (Figura 5.14.) que viabilizassem obras de infraestrutura e mobilidade urbana para a região, tendo como oportunidade de financiamento - através de recursos do governo federal e fundos internacionais - a realização da Copa do Mundo de 2014²²⁹. O desenvolvimento das diretrizes do PR-4D seguiram as demandas da Secretaria Extraordinária para a Copa do Mundo 2014 (SECOPA) (PMPA, 2009b, p.15), e não, necessariamente, as demandas da comunidade.

A Figura 5.15. demonstra o interesse em vincular a região do 4º Distrito, incluindo inclusive a sua extremidade mais ao norte (o Alto 4º Distrito), à realização da Copa do Mundo. A Av. Farrapos e a Rua Voluntários da Pátria eram enaltecidas como parte do “Caminho da Copa”, vias de importante acesso à cidade e conectores entre o “Território Arena do Grêmio” e o estádio oficial da copa, o Gigante da Beira Rio:

²²⁹ “[...] o 4º Distrito está totalmente inserido no Território Urbano Preferencial de investimentos para a COPA 2014, onde ocorrem, atualmente, movimentos de densificação e miscigenação através dos empreendimentos habitacionais, de comércio e de serviços, pressupostos do PDDUA para a efetiva revitalização daquela região da Cidade.” (PMPA, 2014d, p.3).

Av. Farrapos - Caminho da Copa: A “Qualificação da av. Farrapos” é imprescindível por se tratar da via mais importante ao considerarmos os deslocamentos que se desenvolvem a partir da entrada na Cidade, quer por via aérea (Aeroporto Salgado Filho) ou terrestre. Compõe, com a rua Voluntários da Pátria, “Caminho da COPA” na medida em que estabelece os fluxos viários entre a Arena do Grêmio em direção ao Centro Histórico, encaminhando pelas vias que margeiam a Orla do Guaíba, até o Gigante da Beira Rio, estádio oficial da COPA 2014 (PMPA, 2014d, p.64).

Figura 5.14. Prospecção de Projetos - COPA 2014, no Plano de Revitalização do 4º Distrito, de 2009.



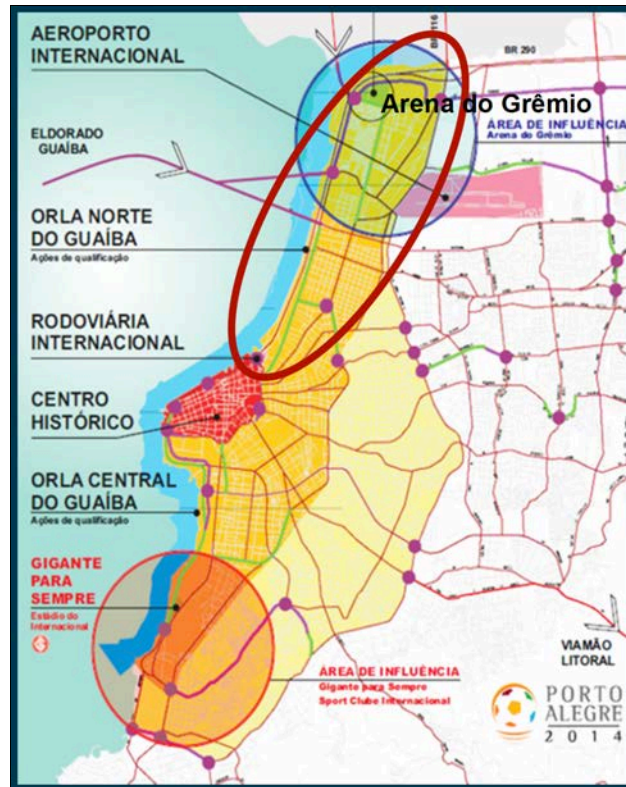
Fonte: (PMPA, 2009g, p.3-6).

Ao final da Copa do Mundo, em 2014, seu legado se fazia pouco visível junto a área do 4º Distrito. Apesar das licitações aprovadas e contratos assinados, as obras de duplicação do “Eixo Voluntários” pouco avançaram²³⁰; o Complexo do “Território da Rodoviária” continuava em obras; no “Território Arena do Grêmio”, exceto o estádio - inaugurado em dezembro de 2012 -, nada no seu entorno mudara. O “Eixo Farrapos” não passou por reforma, assim como o

²³⁰ O projeto para a duplicação da Rua Voluntários da Pátria (trecho entre Viaduto da Conceição/Rodoviária e a Ponte do Guaíba/Av. Sertório) é bastante controverso. A obra de 3,5 quilômetros de extensão exige a desapropriação e a retirada de vários prédios históricos, com o perigo de uma descaracterização da região e perda de parte importante do seu patrimônio cultural. Outro problema que também poderia ser agravado pela duplicação, e o decorrente aumento do seu fluxo veicular (incluindo corredores de ônibus), seria a criação de mais uma barreira entre o 4º Distrito e a orla. Passados 5 anos (em reportagem de 2017) do início (agosto 2012) das obras “[...] apenas um trecho de três quadras foi entregue, somando menos de 500 metros, entre a Rua da Conceição e a Ernesto Alves. Ainda assim, com três anos de atraso, calçadas, ciclovia e parte da sinalização estão pendentes. No segundo trecho, até o cruzamento com a Sertório, não há previsão para a realização da obra.” (WEBER, 2017, p.2).

“Plano de Revitalização Urbana para a Área 2 - Quarto Distrito: Entorno da Igreja Nossa Senhora dos Navegantes” não foi implantado.

Figura 5.15. Perímetro Preferencial da COPA, no Plano de Revitalização do 4º Distrito, de 2009.



Fonte: (PMPA, 2014d, p.7).

O PR-4D continuou - disponível no site da prefeitura (GT 4º Distrito) - como referência de um projeto que já não mais existia; dormente, à espera da próxima grande ideia (ou do próximo Megaevento) para a revitalização urbana e reconversão econômica do 4º Distrito.

5.2.3 Período Consorciado (2013-2016): Projeto Desafio Porto Alegre Resiliente; Masterplan do 4º Distrito

Este período inicia em 2013, com a candidatura de Porto Alegre ao programa “Desafio 100 Cidades Resilientes”:

[...] uma iniciativa pioneira da filantropia internacional, do qual a cidade de Porto Alegre faz parte. O programa, lançado no ano de 2013 e gerenciado pela Fundação Rockefeller, propõe-se a financiar 100 cidades ao redor do mundo interessadas em desenvolver um plano estratégico (“Estratégia de Resiliência”) para orientar as

políticas urbanas locais. A adesão ao Programa filantrópico também implica na participação em uma rede global de cidades resilientes para o compartilhamento de soluções inovadoras em políticas urbanas²³¹ (MARX; ARAÚJO; SOUZA, 2019, p.5).

Como já referido anteriormente - no capítulo 2 -, é precisamente a partir da segunda década do século XXI que o recorte local ganha força, crescendo a importância, e participação, dos governos locais na fundamentação de políticas inovadoras que buscassem soluções aos problemas ambientais, sociais, culturais, institucionais e econômicos da sociedade moderna. Segundo Vanessa Marx, Gabrielle de Araújo e Vitoria Gonzatti de Souza (2019, p.5):

[...] a resiliência urbana expressa a ideia de que as cidades são cada vez mais o lugar do risco, ou seja, onde impactos diversos da globalização se materializam, e, ao mesmo tempo, o lugar de onde emanam as principais iniciativas para resolvê-los.

Com a assinatura, em agosto de 2014, do memorando de entendimento do programa Desafio 100 Cidades Resilientes²³², a prefeitura de Porto Alegre lançou o **Projeto Desafio Porto Alegre Resiliente**, tendo como um dos seus objetivos a construção - com apoio financeiro e técnico da Fundação Rockefeller - de um Plano Estratégico de Resiliência (também referido, em textos e artigos examinados, como Plano Estratégico, Plano de Resiliência, ou Estratégia de Resiliência) para a cidade de Porto Alegre²³³. O projeto foi realizado a partir de ação integrada entre poder público, entidades privadas e sociedade civil organizada, tendo como principais parceiros o Gabinete de Inovação e Tecnologia (INOVAPOA), a Secretaria Municipal de Governança Local (SMGL), o Gabinete de Defesa Civil (GADEC), a ONG CIU-POA (Centro de Inteligência de Porto Alegre) e a Universidade federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

²³¹ “Tierney (2015) argumenta que a abordagem da resiliência nas políticas norte-americanas de redução de riscos de desastres possui ressonâncias com os discursos e práticas do projeto neoliberal, sendo um exemplo a diminuição do papel do Estado que é substituído por parcerias público-privadas e contratos. Na análise realizada acerca da abordagem da resiliência e o projeto neoliberal, a autora cita ainda o Programa “100 Cidades Resilientes”, problematizando quais os atores considerados protagonistas na construção da resiliência urbana. Uma das fontes de recursos disponibilizada pela Fundação Rockefeller para as cidades que aderiram ao programa é o acesso a uma plataforma de parceiros especializados, a partir da qual os governos locais acessam ferramentas e metodologias para orientar o plano de ação de suas políticas urbanas. A análise de Tierney (2015) demonstra que o desenvolvimento da estratégia de resiliência se inclina para o setor com fins lucrativos e empresas corporativas norte-americanas globais, deixando de fora as instituições do sul global, na medida em que a plataforma é composta basicamente pelos primeiros atores.” (MARX; ARAÚJO; SOUZA, 2019, p.5).

²³² São signatários do programa a Prefeitura de Porto Alegre (prefeito José Fortunati), a Fundação Rockefeller (Bryna Lipper), e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (professor Luis Carlos Pinto).

²³³ A ação 2347, presente na segunda alteração de Plano Plurianual do Município de Porto Alegre, quadriênio 2014-2017 (incluindo alterações até o dia 31 de dezembro de 2014), junto ao Programa - Segurança Integrada, descreve “[...] a construção e implementação de Plano de Resiliência em Porto Alegre.” (PMPA, 2014b, p.180), tendo com “Produto: Plano de Resiliência.” (Ibid., p.181).

Segundo Cezar Busatto²³⁴, CRO (Coordenador de Resiliência de Porto Alegre) do Projeto Desafio Porto Alegre Resiliente:

O Desafio Porto Alegre Resiliente ousou sonhar com uma cidade referência em Resiliência na América Latina até 2022, quando a capital dos Gaúchos celebra seus 250 anos (DESAFIO PORTO ALEGRE RESILIENTE, 2016, p.70).

Durante a construção do Plano Estratégico de Resiliência (PER), a área do 4º Distrito assumiu importância na proposição de soluções inovadoras frente aos grandes problemas e desafios identificados na cidade de Porto Alegre. Dentre as cinco áreas foco identificadas, destacamos:

DIVERSIFICAR A ECONOMIA DA CIDADE²³⁵ - Situações a serem enfrentadas: áreas deprimidas da cidade como o **4º Distrito**, necessidade de alavancar vocações da cidade como o **cluster da saúde**, necessidade de fomentar a **economia criativa e da inovação**, de forma a diversificar e fortalecer a economia da cidade; necessidade de promover o empreendedorismo e atrair novos investimentos, de modo a gerar novas oportunidades de negócios, trabalho e renda, especialmente para a juventude (DESAFIO PORTO ALEGRE RESILIENTE, 2015, p.22) (grifo nosso).

A fase de aprofundamento do conhecimento das áreas foco, resultou na definição de objetivos estratégicos e na seleção de iniciativas “[...] que se colocam como significativas oportunidades para o aumento da resiliência da cidade.” (DESAFIO PORTO ALEGRE RESILIENTE, 2016, p.20). Dentre as seis iniciativas em destaque, a primeira indicada, junto ao Plano Estratégico de Resiliência de Porto Alegre, foi a Revitalização do 4º Distrito:

A revitalização do 4º Distrito tem como objetivo a transformação de uma região de 892 ha, que possui caráter estratégico para o fortalecimento da economia da cidade e busca promover formas de explorar o potencial acumulado de uma região importante do Município. Essa revitalização tem como fundamento o uso de novas tecnologias nas áreas da saúde, informação e comunicação e buscará a inclusão produtiva das populações vulneráveis, tornando a região aberta a novas oportunidades de negócios, trabalho e renda, principalmente para jovens abraçados por uma visão resiliente capaz de propiciar o enfrentamento de adversidades e de se desenvolver de forma harmônica e pacífica. A área deve representar o piloto de uma cidade que desejamos para toda Porto Alegre a partir do conjunto das outras iniciativas de suporte (Ibid., p.21).

Mais uma vez, um plano governamental de revitalização do 4º Distrito vem a tona, e, novamente, sem nenhuma referência direta, citação ou possível construção, a partir dos

²³⁴ Além de CRO do Projeto Desafio Porto Alegre Resiliente, Cezar Buzatto também era o Secretário Municipal de Governança Local (SMGL).

²³⁵ Para lidar com esta questão foi criado o Grupo de Trabalho (GT) Diversificação da Economia, tendo como tópicos fomentar a economia criativa, as novas tecnologias, e um polo tecnológico para o 4º Distrito (DESAFIO PORTO ALEGRE RESILIENTE, 2015, p.24).

trabalhos já realizados e desenvolvidos em anos anteriores (e.g.: Projeto Integrado TEC do 4º Distrito, de 1998; Parque Tecnológico Urbano do 4º Distrito, de 2002; Plano de Revitalização do 4º Distrito, de 2009). Como diria Orwell, a história passa a ser contada pelos vencedores, e no caso específico de Porto Alegre, ela também inicia a partir do ponto de vista da “nova” secretaria responsável pela gerência do projeto²³⁶. Para a elaboração do PER de Porto Alegre, estavam diretamente envolvidos o Gabinete de Inovação e Tecnologia (INOVAPOA)²³⁷ e a Secretaria Municipal de Governança Local (SMGL), através de Cezar Buzatto, secretário titular da SMGL, e coordenador do Núcleo Estratégico Desafio Porto Alegre Resiliente.

O foco direcionado no desenvolvimento de um cluster da saúde e no fomento à inovação e novas tecnologias - muito mais do que uma estratégia de resiliência visando atender aos interesses e as empresas locais - estava diretamente vinculado à atração de duas grandes empresas internacionais para a região do 4º Distrito: a alemã Medical Valley e a francesa Airbus. Estas parcerias haviam sido capitaneadas, desde dezembro de 2014, pela Secretaria Municipal da Fazenda (SMF), através do secretário Jorge Tonetto:

O grupo Airbus vai investir 55 milhões de dólares para construir uma fábrica em Porto Alegre. O anúncio foi feito pelo prefeito José Fortunati, após um encontro com o governador do Rio Grande do Sul, José Ivo Sartori. De acordo com fontes locais, a fábrica será localizada no Quarto Distrito, na área central da capital gaúcha. O contrato deve ser assinado em 2015 e o início das operações está previsto ao longo de 2016. As negociações foram iniciadas pela Secretaria Municipal de Finanças [Fazenda], Jorge Tonetto, em dezembro do ano passado (DEFESA, 2015, p.1-2).

A presidente do Badesul, Susana Kakuta, disse que o cluster [da saúde] já nasce com a visão de três componentes importantes poder público, empresas e entidades. Ela acrescentou que o Estado tem condições ímpares para a iniciativa, com mão de obra especializada na área da saúde, além contar com importantes centros de pesquisa em áreas como Tecnologia de Informação, semicondutores, economia do conhecimento, além do projeto Porto Alegre Health Care. [...]. A internacionalização do Medical Valley de Erlangen está sendo desenvolvida e implementada pelo governo alemão em três países: Brasil; China e Estados Unidos (JORNAL DO COMÉRCIO, 2015, p.1).

²³⁶ É importante destacar que a partir de 2013, as secretarias municipais passaram por uma revisão na sua estrutura, resultando não só na mudança de nomes e funções, como também na realocação de técnicos antigos e experientes para outros setores e departamentos. Esta reestruturação - envolvendo a troca de nomes, funções e pessoal -, é bastante criticada pelos técnicos entrevistados para este trabalho (capítulo 3). A crítica enfatiza a perda de “identidade” e o desmonte do conhecimento técnico e “saber consagrado” presentes em algumas secretarias e equipes; representando, para muitos, uma estratégia deliberada de governo ao estilo “dividir para conquistar”.

²³⁷ Gabinete com status de secretaria, criado em 2009, tendo como principal missão desenvolver políticas públicas de ciência, tecnologia e inovação. A área do Baixo 4º Distrito se destaca como uma região prioritária às ações do INOVAPOA, com a instalação da primeira incubadora de Economia Criativa da capital, em 2014, e a Lei da Inovação e Tecnologia, que prevê políticas de incentivos financeiros e fiscais.

Com o objetivo de transformar estas parcerias em âncoras do projeto de revitalização do 4º Distrito²³⁸, a SMF passou, no início de 2015, a gerenciar um Grupo de Trabalho Estratégico (GT Estratégico)²³⁹, “[...] com o fito de identificar e propor diretrizes para promover e otimizar ações com vistas à consolidação do desenvolvimento do 4º Distrito.” (PMPA, 2016c, p.4).

Segundo Clarice M. de Oliveira, em seu artigo intitulado “Cidades Artificiais: Um Estudo Exploratório do Projeto Urbano Porto Alegre 4D”:

A mudança da coordenação do projeto para o ex-Secretário da Fazenda Jorge Tonetto representou um marco no desenvolvimento do projeto. Segundo um entrevistado, a Secretaria da Fazenda coordena o projeto pois é nela que se viabiliza economicamente a sua implementação (OLIVEIRA, 2016, p.91).

Este viés abertamente econômico e financeiro do projeto está presente no discurso do secretário Tonetto, através da criação de uma empresa de gestão de ativos do município para a venda de CEPACs (Certificados de Potencial Adicional de Construção):

O primeiro passo envolve a criação da empresa de gestão de ativos (Engeapoa)²⁴⁰. [...] "Esse é o primeiro passo. Acho que pode sair ainda neste ano. O que pretendemos é fazer investimentos próprios com a utilização de recursos tributários", antecipa. Segundo Tonetto, outro objeto da Engeapoa serão os potenciais construtivos. [...] Trazidos a valor presente, os índices totais da capital gaúcha equivaleriam a R\$ 16 bilhões. A ideia é repassar a administração para a nova empresa. Com isso, dentro de um planejamento voltado ao fomento do 4º Distrito, será possível criar políticas de incentivo a empresas com a doação do terreno e também dos índices. Assim, a prefeitura, por meio da empresa de gestão, receberia um retorno em dividendos anuais. "O sonho de reativar a atratividade do 4ª Distrito seria dificultado se a prefeitura necessitasse extrair recursos do próprio caixa. Esse estoque de índices pode ser considerado o pré-sal de uma cidade", justifica Tonetto (VIGNA, 2015, p.1).

Juntamente com o GT Estratégico, em 2015, foi instituído o GT Executivo do 4º Distrito, sediado junto a Secretaria Municipal de Urbanismo (SMURB), e sob coordenação da arquiteta Ada Raquel Schwartz. Inicialmente os trabalhos de ambos os GTs foram subdivididos em temas relacionados à análise do Projeto @22Barcelona, Parques Tecnológicos Brasil,

²³⁸ “A ambição da prefeitura de Porto Alegre é tornar a Airbus âncora de um projeto de revitalização do Quarto Distrito, na Zona Norte, e base para desenvolvimento de projetos como o Smart City, que prevê o uso de tecnologias digitais para melhorar convívio e bem-estar, além de reduzir custos e consumo de recursos. Outro plano é tornar a parceria o embrião de um centro de pesquisa e desenvolvimento que aumente a inserção da cidade nos negócios de tecnologia.” (SFREDO, 2015, p.2).

²³⁹ GT composto por titulares de outras secretarias, incluindo a SMGL e a SMURB.

²⁴⁰ Posteriormente mudou-se o nome para InvestePOA (Empresa de Gestão de Ativos do Município).

CEPACs, Empresa de Ativos Municipais, Cluster da Saúde, e Lei de Incentivos para Inovação (PMPA, 2016c, p.2).

Buscando conhecer diferentes experiências no uso de instrumentos financeiros e urbanísticos, em junho de 2015, uma comitiva de representantes da prefeitura, Câmara Municipal e de empresários dos setores da tecnologia da informação, saúde, educação e construção civil, visitou, em Barcelona, o distrito de inovação 22@Barcelona, “[...] referência para o projeto de desenvolvimento do 4º Distrito de Porto Alegre.” (PMPA, 2016c, p.7).

Segundo o ex-Secretário Municipal da Fazenda Jorge Tonetto, que coordenava o grupo junto com o ex-Secretário de Urbanismo, Valter Nagelstein, “nesta primeira fase do projeto está sendo discutido todo o equipamento urbano necessário para dar uma ambiência de qualidade ao local e atrair investimentos de empresas” (FERRAZ apud OLIVEIRA, 2016, p.90-91).

Subsequentes visitas técnicas transcorreram em São Paulo e Rio de Janeiro, com o objetivo de observarem os instrumentos da Operação Urbana Consorciada (OUC) e da venda de CEPACs, utilizados em ambas as cidades (e.g.: Operação Urbana Faria Lima, SP; Operação Urbana Água Branca, SP; Operação Urbana Porto Maravilha, RJ):

A Operação Urbana Consorciada - OUC - pode ser compreendida como instrumento de transformação estrutural de uma porção da cidade, promovida basicamente por meio da parceria entre o poder público e o investimento privado. [...]. Tratando-se de instrumento de parceria público-privado para o desenvolvimento urbano, as OUCs apresentam elementos para que essa parceria se efetive. Os principais são os incentivos urbanísticos atrelados ao pagamento de contrapartidas, que tanto servem de atrativos para investimentos privados quando induzem os empreendimentos a se adequarem às transformações ensejadas na política urbana. Esses incentivos, definidos pelo Estatuto da Cidade, são a modificação de índices e características de parcelamento, o uso e a ocupação do solo e a alteração de normas de edificação. Há ainda a possibilidade de emissão de Cepacs - Certificados de Potencial Adicional de Construção - como maneira de antecipar a contrapartida oriunda do benefício concedido e a vinculação dos recursos obtidos ao programa de obras da operação urbana (MONTANDON e SOUZA, 2007, p.78).

Bienenstein, Sousa e Bienenstein (2018, p.4), definem os CEPACs como:

[...] títulos mobiliários, regulados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que podem ser negociados no mercado. Correspondem à contrapartida dos proprietários, usuários permanentes ou investidores adquirentes do potencial adicional de construção. O título desvincula a posse do terreno do potencial construtivo, ou seja, do direito adicional de construir já que qualquer um pode comprar o título, independentemente de ter ou não um lote, “gerando um novo tipo de especulação imobiliária financeirizada”.

Vários autores trabalhados na tese (VAINER, 2000b; OLIVEIRA, 2016; BIENENSTEIN; SOUSA; BIENENSTEIN, 2018; MARX; ARAÚJO; SOUZA, 2019), veem com ceticismo a utilização destes instrumentos - quando usados sobretudo como forma de captação de recursos através de parcerias público-privadas -, uma vez que os mesmos podem ocasionar a desregulamentação do uso e ocupação do solo, induzindo à um processo de gentrificação generalizada com a perda do controle da gestão do território pelo Estado, apontando, assim, para um processo de privatização da cidade:

Em outras palavras, este instrumento está alinhado ao avanço do ideário neoliberal, que promoveu o desmonte do Estado, trazendo constrangimentos financeiros às cidades, reforçando a flexibilização das legislações urbanas e passando a compreender a gestão da cidade nos moldes empresariais. Nesse sentido, as Operações Urbanas vêm contribuindo para que as cidades, cada vez mais, tenham “como horizonte o mercado, [e para] tomarem decisões a partir das informações e expectativas geradas no e pelo mercado” (VAINER, 2000, p. 86) (BIENENSTEIN; SOUSA; BIENENSTEIN, 2018, p.3).

Tendo como objetivo a utilização destes instrumentos para o desenvolvimento do 4º Distrito, a PMPA instituiu: a) o InvestePOA (Empresa de Gestão de Ativos do Município)²⁴¹, “tendo em vista a venda de CEPACs²⁴² para a região e a possibilidade da emissão de debentures da dívida pública na bolsa de valores [...]” (OLIVEIRA, 2016, p.91); b) um projeto de lei de incentivo fiscal e isenção de impostos para empresas de base tecnológica, inovadoras e de economia criativa que venham se instalar na região²⁴³; e c) a elaboração de um Projeto

²⁴¹ Em 30 de dezembro de 2015: “**Criação da InvestePoa** - A empresa foi criada pela Lei 11.991/2015 para administrar ativos do município, [...]” (PMPA, 2016c, p.10). “A Secretaria Municipal da Fazenda, articuladora das estratégias para o 4º Distrito, dá sustentação econômica às propostas idealizadas para a região. O secretário da pasta, Jorge Tonetto, conta com a consolidação da InvestePoa, empresa de gestão de ativos da Capital, para **viabilizar o potencial construtivo da região e a articulação com investidores.**” (SCHMIDT, 2016, p.1) (grifo nosso). A InvestePoa estaria vinculada diretamente à SMF.

²⁴² “Embora a venda de CEPACs pareça ser a fórmula para o sucesso de uma OUC, experiências como a do Porto Maravilha no Rio de Janeiro demonstram que o setor privado não tem o interesse necessário para deslanchar uma operação deste porte. Neste caso, todos os CEPACs foram comprados pela Caixa Econômica Federal, ou seja, pelo setor público.” (OLIVEIRA, 2016, p.91).

²⁴³ “A Prefeitura de Porto Alegre está encaminhando à Câmara Municipal [em 15 de outubro de 2015] o Projeto de Lei de incentivos fiscais que concede redução do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) para os serviços de pesquisa e desenvolvimento nas áreas de tecnologia e saúde, em todas as regiões da cidade. A proposição também prevê a isenção de IPTU e ITBI, por tempo determinado, aos imóveis utilizados por empresas de base tecnológica ou empresas inovadoras que venham se instalar nos bairros Floresta, São Geraldo, Navegantes, Humaitá e Farrapos, no 4º Distrito da Capital. A proposta anunciada nesta quinta-feira, 15, pelo vice-prefeito Sebastião Melo, em ato no Salão Nobre do Paço Municipal, está alinhada às diretrizes da Lei Complementar Municipal de Incentivo à Inovação nº 721, de 2013, e é parte das iniciativas que objetivam promover a reestruturação urbana e econômica do 4º Distrito de Porto Alegre, nos mesmos moldes do projeto 22@Barcelona, modelo de cidade inteligente. “Estamos criando as condições para que o projeto de revitalização do 4º Distrito se efetive”, afirmou Melo.” (PMPA, 2016c, p.20).

Consortiado para o 4º Distrito - uma Operação Urbana para a Revitalização Urbana e Reconversão Econômica da região.

O instrumento de Projeto Consortiado, criado em 2001, pelo Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001) com o nome de Operações Urbanas Consorciadas (OUC), sinalizou a possibilidade de elaboração de uma lei diferenciada - uma lei própria - para o desenvolvimento de áreas específicas da cidade. Representou também, um mecanismo de flexibilização dos regimes urbanísticos contidos nos Planos Diretores. O 2º PDDUA, de 1999, já admitia esta possibilidade, através dos Projetos Especiais - Empreendimento de Impacto Urbano de Segundo Nível (Art.62, Capítulo V) (PMPA, 2000, p.51). Na sua revisão, de 2010 (L.C. n° 646, de 22 de julho), a área do 4º Distrito aparece nominada para um Projeto Especial de Impacto Urbano de 3º grau (Operação Urbana Consorciada), como espaço de revitalização urbana com reconversão econômica:

Subseção IV - Das Áreas de Revitalização

Art.83, inciso V - **4º Distrito** - compreende parte dos Bairros Floresta, São Geraldo, Navegantes e Humaitá, destacado nas estratégias do PDDUA de estruturação urbana, qualificação ambiental, promoção econômica e produção da Cidade como espaço de **revitalização urbana com reconversão econômica**; [...] (PMPA, 2011a, p.83) (grifo nosso).

Art. 153. Em prazo exequível, o Executivo Municipal apresentar. Projeto Especial de Impacto Urbano de 3º Grau - **Operação Urbana Consorciada - para a revitalização do 4º Distrito**, visando à obtenção de recursos (PMPA, 2011a, p.151) (grifo nosso).

A referência à proposição de um Projeto Consortiado para o 4º Distrito, através de um Masterplan, se faz também presente na terceira alteração do Plano Plurianual do Município de Porto Alegre, quadriênio 2014-2017 (incluindo alterações até o dia 31 de dezembro de 2015), junto ao Programa - Desenvolvimento com Inovação:

Ação: 2389 - PLANO DE DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DO 4º DISTRITO.

Descrição: Elaborar planos, programas e ações com vistas ao detalhamento e à implantação do **Masterplan do 4º Distrito** e ao desenvolvimento estratégico dele para os próximos 20 anos.

Finalidade: Potencializar as estratégias de Promoção Econômica (art. 19 do PDDUA) e de Produção da Cidade (art. 21 do PDDUA), com o objetivo de estabelecer políticas que busquem a dinamização da economia do 4º Distrito e a melhoria da qualidade de vida da região, por meio de ações diretas com os setores produtivos e com a comunidade e, assim como, a articulação com outras esferas de poder; promover oportunidades empresariais para o desenvolvimento urbano.

Produto: Plano de Implementação de Ações no 4º Distrito (PMPA, 2015b, p.58) (grifo nosso)

Os primeiros estudos para a elaboração do **Masterplan do 4º Distrito**, foram inicialmente produzidos pelo GT Executivo do 4º Distrito (Figuras 5.16. e 5.17.), durante o segundo semestre de 2015²⁴⁴, e apresentados à Câmara dos Vereadores em 18 de dezembro de 2015, durante o 1º Seminário para o Desenvolvimento do 4º Distrito. Segundo um representante do setor público entrevistado, esta primeira apresentação de um “Plano Base”, junto à Câmara dos Vereadores, buscava o aval político para a elaboração de um plano diretor específico para a área: a Operação Urbana 4º Distrito.

Nas palavras do vice-prefeito, Sebastião Melo:

Queremos ter um plano diretor que possa inspirar outros bairros. Pensamos em fazer uma dosagem do uso do solo urbano para atrair investimentos do setor privado em infraestrutura (PMPA, 2016c, p.18).

Figura 5.16. Estudos para o Masterplan do 4º Distrito: 1ª Parte - Apresentação do Diagnóstico (GT Executivo do 4º Distrito), de 2015.



Fonte: (PMPA, 2015c, capa).

Figura 5.17. Estudos para o Masterplan do 4º Distrito: 2ª Parte - Premissas e Diretrizes (GT Executivo do 4º Distrito), de 2015.



Fonte: (PMPA, 2015d, capa).

Após o aval político estabelecido - e referendando o anunciado pelo vice-prefeito -, agora era necessário atrair os investidores do setor privado, promovendo a área como um potencial para investimentos lucrativos. Segundo os próprios estudos realizados pela prefeitura (GT Estratégico e GT Executivo do 4º Distrito), o próximo passo seria a contratação de uma consultoria responsável tanto pela definição de um plano urbanístico específico para a área, como por um estudo de potencial construtivo, visando a prospecção de parcerias público-privadas e a atração de investimentos nacionais e internacionais. Tendo como discurso uma

²⁴⁴ Em outubro de 2015, Josep Piqué, vice-presidente da Associação Internacional de Parques Científicos e Tecnológicos (Iasp) e secretário de Crescimento Econômico e Inovação de Barcelona, visitou Porto Alegre e avaliou os estudos elaborados pelo GT Executivo do 4º Distrito (PMPA, 2016c, p.6).

ação resiliente, o slogan era transformar o 4º Distrito no lugar mais inovador da América Latina²⁴⁵.

Segundo Marx, Araújo e Souza (2019, p.7):

Esta estratégia liga-se ao que Vainer (2002) chama de marketing urbano: a cidade como uma mercadoria a ser exposta de forma a atrair os investidores, principalmente os internacionais - o que está ligado à ideia da transferência de modelos.

Em 31 de março de 2016, foi assinado o “CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE E A UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS), COM INTERVENIÊNCIA DA FUNDAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DE ENGENHARIA DA UFRGS (FEENG), VISANDO O **DESENVOLVIMENTO DO MASTER PLAN DE REVITALIZAÇÃO URBANA PARA O 4º DISTRITO DE PORTO ALEGRE VINCULADO À RECONVERSÃO ECONÔMICA DE REGIÃO.**” (PMPA, 2016d, p1)²⁴⁶. O contrato, no valor de R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais), teve prazo estipulado inicialmente para 6 (seis) meses, sendo posteriormente ampliado por mais 3 (três) meses, através de um Termo Aditivo de Contrato, assinado no dia 30 de setembro do mesmo ano, no valor de R\$ 112.500,00 (cento e doze mil e quinhentos reais) (PMPA, 2016f)²⁴⁷. Ficavam também especificados os responsáveis pela coordenação e fiscalização da execução dos serviços contratados:

O Coordenador Técnico da equipe da UFRGS que desenvolverá o PLANO DE TRABALHO será o Docente Benamy Turkienicz (Coordenador do Núcleo de Tecnologia Urbana (NTU/UFRGS). Pelo MUNICÍPIO, a Coordenação Técnica ficará ao encargo da Arquiteta Ada Raquel Doederlein Schwartz, matrícula 471073/1, lotada

²⁴⁵ Slogan que faz parte do folder promocional do Masterplan. Pode ser encontrado no site <www.4distrito.portoalegre.rs.gov.br> Acesso em: 9 ago. 2018.

²⁴⁶ Em relação às qualidades exigidas da contratada, o Termo de Referência para contratação de serviços técnicos especializados para elaboração do Master Plan do 4º Distrito (PMPA, 2016e, p.8), determina: “Entende-se como semelhante e compatível a experiência em elaboração de estudos urbanísticos, com aporte de apoio de profissionais com experiência comprovada, similar ou correspondente, em todo ou em parte, ao objetivo do TR. Ressalta-se a importância da experiência e do conhecimento envolvendo Cidades Inteligentes (*Smart Cities*).”. Outras consultorias, imagina-se, também possuiriam tais predicados, entretanto não nos foi possível encontrar, durante todo o tempo dedicado a esta pesquisa, dados ou informações referentes à convites e à seleção de outras empresas do ramo. Se tais dados e informações de fato existem, mais uma vez fica evidenciado uma falha no sistema político-administrativo de acesso livre e direto à informações que deveriam ser públicas e de fácil obtenção, expondo assim a falta da necessária transparência esperada de uma parceria público-privado.

²⁴⁷ O Contrato de Prestação de Serviços, Termo de Referência do mesmo, e Termo Aditivo de Contrato, assim como a documentação referente aos prazos e valores contratados, podem ser consultados, na sua totalidade, nos anexos deste trabalho (Anexos G, H, I, J, e K).

na Secretaria Municipal de Urbanismo e Coordenadora do Grupo de Trabalho Executivo do 4º Distrito (PMPA, 2016d, p.9).

Segundo as cláusulas primeira e segunda do Contrato de Prestação de Serviços (Ibid, p.2-5), o objeto da contratação - o Desenvolvimento do Master Plan - abrangia a elaboração de 6 produtos, detalhados a seguir:

1. MASTERPLAN

- Estrutura Conceitual de Articulação das Áreas e de Uso do Solo;
- Espacialização dos Clusters de Negócios / Caracterização do Mix de Uso do Solo;
- Desenho Urbano e Simulação de Paisagem Urbana.

2. SIMULAÇÃO DO POTENCIAL CONSTRUTIVO

- Caracterização e consolidação das aptidões e restrições ambientais legais e administrativas;
- Caracterização e consolidação das aptidões e restrições originadas relacionadas à infraestrutura local;
- Modelagem do Potencial Construtivo baseado em parâmetros de desempenho associados à definição de Edifício Protótipo;
- Simulação do Potencial Construtivo baseado em parâmetros de desempenho associados à definição de Edifício Protótipo;
- Análise de impacto ambiental, cultural e social envolvendo simulações do impacto visual de ambientes urbanos, suas quadras e Edifício Protótipo;
- Modelo de Conversão do Potencial Construtivo baseado em parâmetros de desempenho para as regras utilizadas pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre;
- Exemplos de Conversão e Validação do Modelo de Conversão.

3. ESTRUTURA DE MOBILIDADE

- Caracterização e Configuração da Estrutura Viária: Consolidação e Adaptação;
- Compatibilização da Estrutura Física Viária com os diferentes modais de transporte;
- Caracterização da lógica de articulação dos diferentes modais de transporte entre si e com os Clusters de Negócios;
- Caracterização da estrutura de articulação dos diferentes modais de transporte com os usos residenciais existentes e futuros;
- Caracterização da articulação entre a estrutura de transportes metropolitana, municipal e local;

- Caracterização da estrutura de mobilidade voltada para o pedestre e meios de transporte de curto alcance.

4. CARACTERIZAÇÃO, ADAPTAÇÃO E COMPLEMENTAÇÃO DE REDES DE INFRAESTRUTURA

- Descrição e Hierarquização das prioridades de intervenção nas Redes de Infraestrutura (Águas Urbanas, Energia e Comunicações);
- Caracterização e Descrição dos projetos de infraestrutura necessários para a consolidação da AITEC (Área de Interesse Tecnológico)²⁴⁸;
- Descrição da Estrutura de Gestão das Redes de Infraestrutura da AITEC;
- Compatibilização das Redes de Infraestrutura com os Projetos Estruturantes da AITEC.

5. REDAÇÃO DA MINUTA DE LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL

- Embasamento Jurídico;
- Definição de instrumentos urbanísticos a serem utilizados na **operação urbana**;
- Conversão do Master Plan em Lei;
- Elaboração, discussão e consolidação do Projeto de Lei;
- Ajustes na Minuta da Lei.

6. TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA / CAPACITAÇÃO

- Capacitação presencial para uso do Software CityZoom (30 horas), incluindo apostila;
- Capacitação EAD (Ensino a Distância) em Modelagem Urbana com ênfase em ambientes de simulação de potencial construtivo (40 horas) incluindo apostila.

A quarta cláusula, responsável pela vigência do contrato, especificava um prazo de vigência do mesmo de 6 (seis) meses, porém, o prazo para a entrega final da prestação dos serviços, bem como dos seis produtos detalhados acima, seria de apenas 4 (quatro) meses, “[...] contando a partir da assinatura do presente instrumento [...]” (Ibid., p.6). Sendo 2016 um ano eleitoral, é possível conjecturar que a pressa na entrega desse grupo de produtos - de tamanha complexidade -, em exíguos 4 meses de trabalho, deva-se, entre outras coisas, ao desejo do governo municipal de usar o mesmo como uma promessa de campanha, uma vez que o vice-

²⁴⁸ Segundo a Lei Complementar nº 721, de 29 de Novembro de 2013, que estabelece medidas de incentivo e apoio à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente empresarial, acadêmico e social no Município de Porto Alegre e dá outras providências, a AITEC está definida como: “entorno geográfico de alguma empresa, instituição ou entidade de ensino ou pesquisa com potencial alavancado de renda, novas oportunidades empreendedoras ou de desenvolvimento tecnológico.” (PMPA, 2013e, p.1).

prefeito, Sebastião Melo (gestão 2013-2016), buscava sua eleição para prefeito no pleito de outubro. Entretanto, devido ao não pagamento em dia da parcela inicial de entrada, e razões vinculadas à viabilidade do Master Plan, o contrato e prazo de vigência foram prorrogados - através de um Termo Aditivo de Contrato (PMPA, 2016f, p.3) - por um período de mais 3 (três) meses, com término em 29 de dezembro de 2016 (Ibid., p.6):

A prorrogação promovida por este Termo Aditivo se deve aos seguintes fatores:

- O contrato tinha vigência de 06 (seis) meses, a contar da data da assinatura do mesmo, em 31/03/2016 e previa o pagamento de parcela inicial de entrega. Devido aos trâmites municipais, houve atraso deste pagamento à CONTRATADA, e os trabalhos tiveram início somente em 02/05/2016, fato comprovado pela Ordem de Início 1.2016;
- A Administração sentiu necessidade de promover o aditamento do Contrato em epígrafe por razões vinculadas à viabilidade do Master Plan do 4º Distrito: com o aditamento, a vantagem será da Administração Pública, uma vez que os serviços até agora fornecidos pela CONTRATADA são de qualidade superior e têm atendido plenamente as necessidades da CONTRATANTE (Ibid., p.4).

O Termo Aditivo, de 30 de setembro de 2016, também redefinía um novo perímetro para inclusão de produtos a serem entregues no Master Plan, incluindo um Polígono de Adesão Experimental - referido também como Setor Experimental (Figura 3.9) - onde quadras²⁴⁹ do Setor Oeste do 4º Distrito estariam sujeitas a uma regulamentação urbanística diferenciada, a ser incluída na Minuta de Lei Complementar Municipal:

8. DETALHAMENTO DE QUADRAS DO SETOR OESTE DO 4º DISTRITO (Polígono de Adesão Experimental):

- 8.1. Inclusão, na Minuta da Lei, da Regulação Urbanística referente às quadras do Setor Oeste do 4º Distrito (Polígono de Adesão Experimental).
- 8.2. Entrega dos Anexos da Lei referidos às quadras Setor Oeste do 4º Distrito (Polígono de Adesão Experimental), incluindo elementos gráficos relativos à Regulação Urbanística.
- 8.3. Consolidação da Minuta da Lei e dos seus Anexos (Ibid., p.6).

Entregue ao prefeito José Fortunati, no dia 21 de dezembro de 2016 (Anexo M), o **“Masterplan do 4º Distrito de Porto Alegre: Revitalização Urbana e Reversão Econômica”** (MASTERPLAN-4D) (Figura 5.18.) delimitou a sua ação sobre o território do 4º Distrito à uma área total de 581.3ha, referida como “Polígono de Adesão”. Esta área compreendia a totalidade dos bairros Navegantes, São Geraldo, Floresta, e parte dos bairros

²⁴⁹ Estas quadras, também referidas no MASTERPLAN-4D como “Quadras Rápidas”, eram vistas, e desejadas, pelos investidores do setor imobiliário, como áreas de grande potencial construtivo, devido às generosas dimensões dos terrenos ali localizados e ao reduzido número de proprietários envolvidos.

Marcílio Dias e Humaitá, tendo como seu limite norte o traçado da nova ponte sobre o Guaíba e a Rua Dona Teodora²⁵⁰ (Figuras 3.8. e 3.9.):

A Operação Urbana Consorciada 4º Distrito²⁵¹ envolve modificações na região delimitada por um polígono de adesão de 581.3ha onde hoje residem 28 mil porto-alegrenses e trabalham 85 mil pessoas. Um dos objetivos da OUC 4D é aumentar a população residente para 120.000 habitantes e promover uma infraestrutura de grandes equipamentos, espaços públicos de qualidade e habitações de interesse social (NTU-UFRGS, 2017, p.10).

Figura 5.18. Plano “Masterplan do 4º Distrito de Porto Alegre: Revitalização Urbana e Reconversão Econômica”, de 2016²⁵².



Fonte: (NTU-UFRGS, 2016a, imagem de capa).

No interior do Polígono de Adesão, com uma área de 341.9ha - tendo a Av. Farrapos como seu divisor leste - se localizou o já referido “Setor Experimental” (Figura 3.9.), com

²⁵⁰ Região a qual, neste trabalho, nos referimos como o Baixo 4º Distrito (Figura 3.10).

²⁵¹ Apesar de não ter se concretizado institucionalmente - uma vez que a sua Minuta de Lei Complementar ainda não foi aprovada como lei municipal -, o MASTERPLAN-4D se caracteriza como uma Operação Urbana Consorciada, segundo declara o Coordenador do projeto: “Coordenador do projeto Masterplan de Revitalização Urbana e Reconversão Econômica do 4º Distrito, o arquiteto e doutor em Urbanismo Benamy Turkienicz afirma que o plano é o que se chama de operação urbana consorciada, no qual um consórcio de proprietários se une a investimentos privados, com a intermediação por parte do poder público, em uma espécie de Parceria Público-Privada (PPP).” (Fonte: Jornal Zero Hora. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/portoalegre/noticia/2016/12/revitalizacao-do-4-distrito-preve-desapropriacoes-em-cinco-bairros-8843370.html>> Acesso em 27 set. 2017). (Para mais informação ver Anexos L, N e P).

²⁵² Imagem de capa do documento disponível no site da prefeitura - com versão resumida do plano. Interessante observar que a volumetria apresentada não representa os quatro prédios, com 17 pavimentos cada, já existentes no terreno da Fiateci (Empreendimento residencial e comercial Rossi Fiateci) (Figura 5.22.). Disponível em: <www.4distrito.portoalegre.rs.gov.br> Acesso em: 9 ago. 2018.

grandes possibilidades de adensamento e potencial de renovação (NTU-UFRGS, 2016a, p.28), devido às generosas dimensões dos terrenos ali localizados:

O Polígono de Adesão contém uma região de 341.9ha nomeada Setor Experimental, região degradada, **pouco ocupada e com potencial de rápida transformação**. No Setor Experimental a OUC 4D prevê que a população residente, hoje de 9.664 habitantes, atinja 60.000 pessoas (NTU-UFRGS, 2017, p.10) (grifo nosso).

Segundo Clarice de Oliveira (2016), o discurso propagado por parte dos envolvidos no projeto, e reforçado pela mídia local, de que a região do Baixo 4º Distrito seria uma região pouco ocupada, e um lugar sem vida, seria mais uma tentativa de legitimar um processo velado de gentrificação generalizada (SMITH, 2006). Uma estratégia articulada entre os poderes público e privado para a renovação do potencial construído de uma área supostamente vazia, abandonada da cidade, e por consequência, sem vida local. Segundo análise realizada pela autora²⁵³, este argumento não se sustenta:

Sobre a disseminação da ideia de revitalização para legitimar o projeto Porto Alegre 4D, vale ressaltar essa não é uma região vazia e sem vida. [...] [...], sim, a área tem uma ocupação mais rarefeita e apresenta alguma parcela de lotes desocupados, mas não configura um vazio urbano (OLIVEIRA, 2016, p.87).

Devido precisamente a esta percepção sobre o território, de uma área “[...] pouco ocupada e com potencial de rápida transformação.” (NTU-UFRGS, 2017, p.10), as estratégias propostas pelo MASTERPLAN-4D se concentraram nos quarteirões do cobijado Setor Experimental, através de cinco Projetos de Intervenção Urbana (PIU)²⁵⁴ - dispostos sobre a extensão de quatro segmentos (clusters). Estes clusters estariam interligados por uma via estruturadora - disposta no sentido norte-sul -, referida como “Via da Inovação”²⁵⁵, e

²⁵³ A esse respeito ver: OLIVEIRA, Clarice M. de. Cidades artificiais: um estudo exploratório do projeto urbano Porto Alegre 4D. In: **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, v.3, n.1, p.77-99, jun. 2016.

²⁵⁴ Dentre os cinco PIU, encontram-se: Centro Comercial Estação Farrapos; Terminal Intermodal Cairú; Parque Linear Elevado; Praça das Artes; e Centro Administrativo Municipal.

²⁵⁵ Junto aos primeiros estudos realizados pelo GT Executivo do 4º Distrito, em 2015 (Plano Base), já se mencionava a criação de uma nova via, num conceito de *Living Lab*: “Nova via (estilo via parque) paralela à Farrapos e à Voluntários, com caráter de BAIXO FLUXO DE VEÍCULOS e ALTO FLUXO DE PEDESTRES, para funcionar como LIVING LAB;” (PMPA, 2015d, p.21). No MASTERPLAN-4D o conceito é incorporado nos objetivos gerais: “Tornar o território do 4º distrito um ecossistema de inovação tecnológica e social a céu aberto, um Living Lab.” (NTU-UFRGS, 2017, p.5). Na visão de um dos entrevistados (SC2), a inclusão de uma via da inovação - um *Living Lab* a céu aberto - para abrigar as ações e estudos de novas tecnologias, não passou de uma “*maquiagem de fachada*” - que provavelmente nunca sairia do papel -, criada apenas com o objetivo de conferir um aval de credibilidade sustentável ao plano.

organizados seguindo as funções de: Interatividade; Arte e Ciência; Tecnologia e Indústria; e Saúde e Bem Estar.

Parte da estratégia para a implementação dos PIU refere-se às chamadas “Quadras Rápidas”. Estas quadras, consideradas rápidas por permitirem um processo acelerado de transformação, seriam:

[...] quadras, ou até mesmo conjunto de quadras, que por pertencer a um mesmo proprietário ou por apresentar edificações sem uso de grande porte, teriam um alto potencial de transformação no curto prazo (OLIVEIRA, 2016, p.92).

Outra estratégia prevista no plano, foi a elaboração do modelo de Transferência do Potencial Construtivo (TPC), funcionando em conjunto com a construção de Consórcios de Quadras. Este conceito de Quadras Consorciadas se refere, sobretudo, às quadras rápidas, uma vez que seriam estas áreas os “[...] motores na transformação do bairro.” (NTU-UFRGS, 2017, p.10), e o principal objeto de desejo do setor imobiliário devido ao seu rápido potencial de transformação.

Em uma Quadra Consorciada Inteira, seria considerado um percentual construtivo adicional de 10%, como incentivo a adesão ao plano, e um percentual de 20%, como limite, para a compra de potencial adicional construtivo - através do dispositivo de compra de índices Outorga Onerosa do Direito de Construir (OODC), ou como é comumente chamado, Solo Criado. Assim, o MASTERPLAN-4D, propunha a possibilidade de alterar um índice de aproveitamento (IA)²⁵⁶ de 3,0 (já considerado um índice antieconômico de ocupação do solo)²⁵⁷ para 4,3 - conforme apresentado no documento “Masterplan 4º Distrito: Revitalização Urbana e Reconversão Econômica” (NTU-UFRGS, 2016a), através da Análise do Potencial

²⁵⁶ “Geralmente indica um valor numérico que, quando multiplicado pela área do terreno, resulta na área máxima edificável que se permite em algumas regulamentações urbanísticas. Serve para gerenciar o processo de densificação horizontal ao nível dos terrenos urbanos. Também chamado de Coeficiente de Aproveitamento (CA) ou Índice de Aproveitamento do Terreno (IAT).” (ACIOLY e DAVIDSON apud HUYER, 2016, p.91).

²⁵⁷ “Em 1995 a Prefeitura de Porto Alegre encomendou um estudo sobre o tema ao Engenheiro Civil Juan L. Mascaró e a Arquiteta e Urbanista Lúcia R. Mascaró, do Programa de Pós Graduação em Arquitetura, do Departamento de Arquitetura, da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Foi denominado “Estudo das possibilidades de adensamento”. [...]. O Estudo prosseguiu, apresentando quais densidades, traduzidas em índices de aproveitamento, refletiam cada uma das características de ocupação do solo. Apresentou as seguintes conclusões, para “coeficiente construtivo”, “índice líquido”:

Antieconômica por baixa densidade: Índice de aproveitamento = 0,25

Econômica aceitável de baixa densidade: Índice de aproveitamento = 0,8

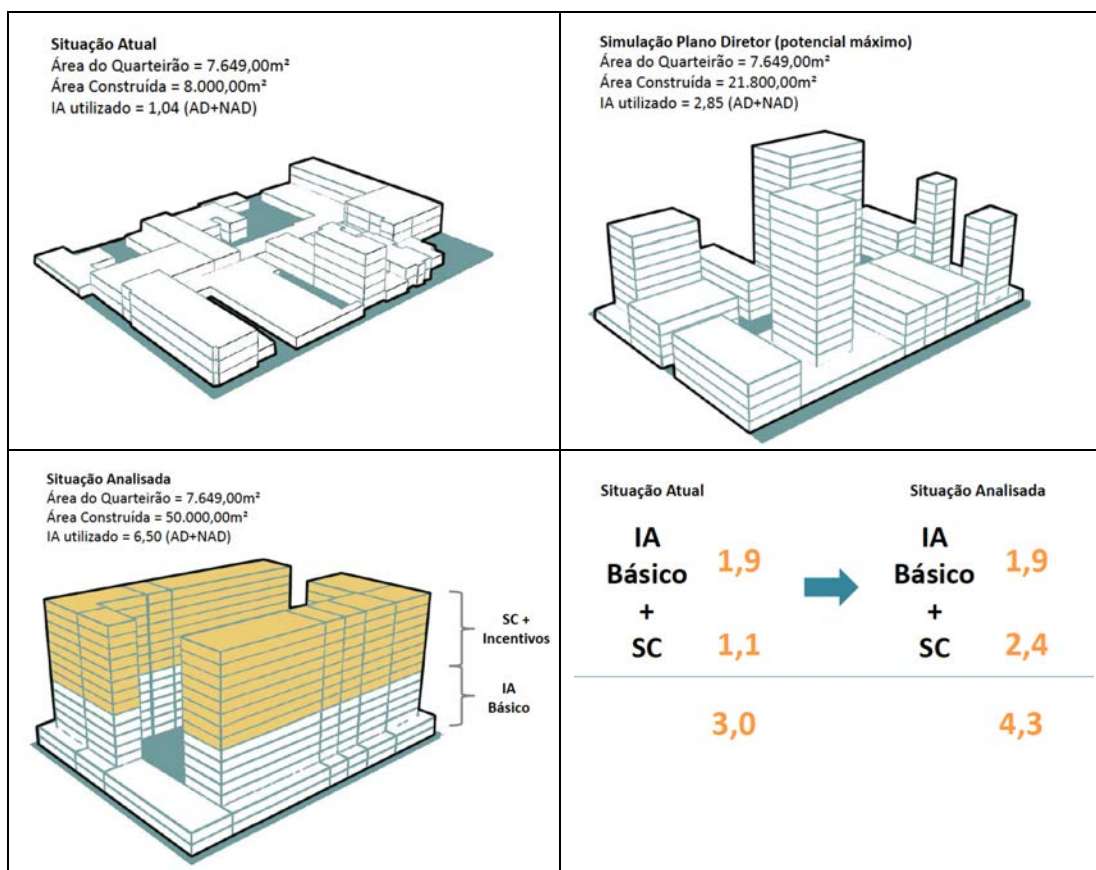
Econômica desejável: Índice de aproveitamento de 1,3 a 2,0

Econômica aceitável de alta densidade: Índice de aproveitamento = 2,7

Antieconômica por alta densidade: Índice de aproveitamento superior a 2,7” (HUYER, 2016, p.92 e 94) (grifo nosso).

Construtivo e Potencial de Aplicação de Incentivos (p.21 e 22) junto ao quarteirão estudado, delimitado pelas Avenidas São Paulo, Maranhão, Presidente Flanklin Roosevelt e Ernesto Fontoura (Figura 5.19).

Figura 5.19. Análise do Potencial Construtivo e Potencial de Aplicação de Incentivos produzidos e apresentados no plano MASTERPLAN-4D, de 2016.



Fonte: (NTU-UFRGS, 2016a, p.23-26).

Segundo André Huyer (2016, p.97), substanciado pelos trabalhos de Juan e Lucia Mascaró²⁵⁸, e Claudio Acioly e Forbes Davidson²⁵⁹, “Um índice de aproveitamento na faixa do antieconômico [superior a 2,7], frente ao Estatuto da Cidade, **fere os princípios da sustentabilidade e do equilíbrio.**” (grifo nosso):

Com base nestes estudos pode-se deduzir o que ocorrerá se uma cidade implementar um índice de aproveitamento superior a 2,7. Terá congestionamentos de trânsito, sua infraestrutura urbana (vias, redes de abastecimento de água, energia e esgotos, etc.) ficará obsoleta e sobrecarregada. Consequentemente, o inciso I do artigo 2º do

²⁵⁸ PMPA (Prefeitura Municipal de Porto Alegre). **Avaliação da Capacidade de Adensamento da Cidade.** Secretaria do Planejamento Municipal - Reformulação 1º PDDU, GT 3.1. Porto Alegre, 1996.

²⁵⁹ ACIOLY, Claudio; DAVIDSON, Forbes. **Densidade urbana: um instrumento de planejamento e gestão urbana.** Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

Estatuto da Cidade não será contemplado, uma vez que ele estipula “garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito [...] ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana [...]”²⁶⁰.

Em contrapartida ao uso destes dispositivos, 25% da área da Quadra Consorciada passaria a ser solo público, “[...] destinado a equipamentos [públicos], áreas verdes e habitação de interesse social ²⁶¹.” (NTU-UFRGS, 2017, p.13). Entretanto, a construção destes equipamentos - bibliotecas, escolas, creches, centros comunitários, praças, jardins e habitações de interesse social (HIS) -, não seriam de responsabilidade do empreendedor, mas de um Conselho Gestor (coordenado pelo prefeito municipal, e formado por membros do governo e da sociedade), que administraria ativos e recursos relativos às Quadras Consorciadas.

Clarice de Oliveira (2016, p.94) chama a atenção para dois problemas que poderiam ocorrer, tanto da gestão destes ativos, como da dispersão das HIS sobre todo o território do 4º Distrito - distribuídos nos 5% do solo das Quadras Rápidas Consorciadas:

Cabe lembrar o caso do Porto Maravilha e o fato de que nenhuma das escolas e dos postos de saúde previstos foram construídos, pois os fundos destinados foram realocados para a construção do Museu do Amanhã. Para o 4º Distrito, os entrevistados que participaram da elaboração do projeto não julgam que isso seria um problema, afinal se em um primeiro momento os investimentos necessários são para os projetos âncora, isto não significa que no futuro não possam ser realocados em projetos de caráter mais social.

Ainda no Masterplan 4D está prevista a localização de HIS de maneira pulverizada no território, a fim de evitar a criação de ‘ghetos’ como os hoje existentes. Se por um lado, no Masterplan é proposto um passo positivo com relação a esse problema; por outro, faltam mecanismos que evitem que esta estratégia sirva, na verdade, para a expulsão dos mais pobres da região. Aqui é preciso mencionar o projeto Porto Alegre Resiliente, com financiamento da Fundação Rockefeller, que inclui no seu projeto estratégico, dentre outros programas, a revitalização do 4º Distrito e a agilização do título de propriedade às famílias de baixa renda. A combinação título de propriedade para HIS e construções de alta qualidade pulverizadas no território só tem um resultado já suficientemente concretizado em tantas cidades: a gentrificação rápida e eficaz.

Este modelo de Transferência do Potencial Construtivo, associado ao conceito de Quadras Consorciadas, se constitui em um componente importante nas negociações entre o setor imobiliário e o setor público, que passa a ver o Baixo 4º Distrito - sobretudo seu Setor Experimental - como um grande ativo a sua disposição ou, como mencionado pelo secretário

²⁶⁰ BRASIL. Estatuto da Cidade. Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001.

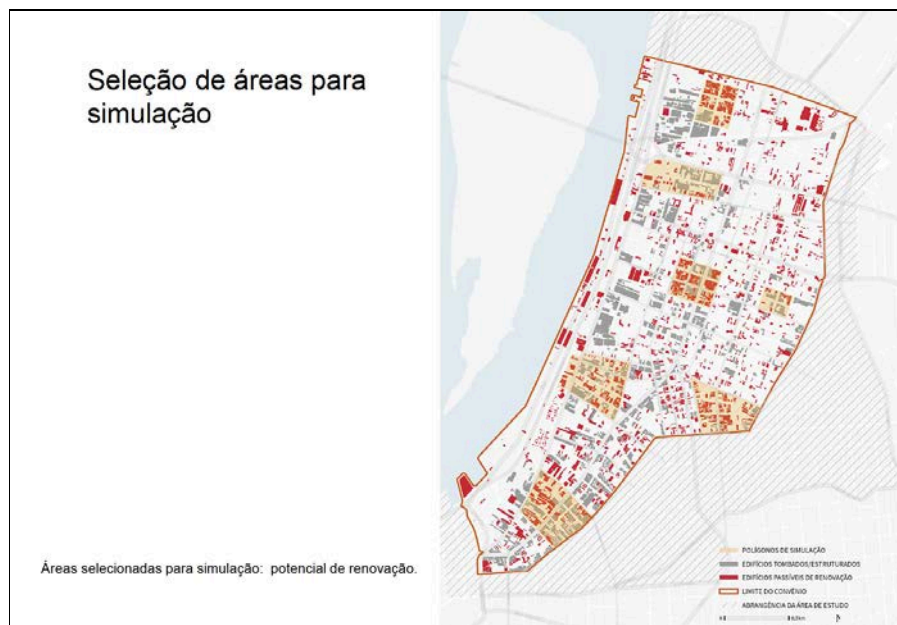
²⁶¹ Os 25% da área da Quadra Consorciada ficariam divididos em: 5% HIS; 10% Equipamento Público; e 10% Áreas Verdes/Espaços públicos.

municipal da fazenda, Jorge Tonetto, em 2015: “Esse estoque de índices pode ser considerado o pré-sal de uma cidade.” (VIGNA, 2015, p.1).

Para demonstrar seu potencial de renovação construtivo, o plano do MASTERPLAN-4D, disponibilizado nos sites da PMPA (NTU-UFRGS, 2016a) e do SINDUSCON-RS (NTU-UFRGS, 2017), apresentou simulações das modelagens possíveis para algumas das quadras selecionadas (Figuras 5.20. e 5.21.). Além das modelagens, foram organizadas oficinas com os proprietários de grandes terrenos no 4º Distrito²⁶², com o objetivo de apresentar e discutir este modelo:

Durante a elaboração do projeto, foram realizadas apresentações, workshops e debates envolvendo os modelos e conceitos propostos. [...]. Oficinas com proprietários de grandes terrenos no 4D foram realizadas com o intuito de testar o modelo de Transferência do Potencial Construtivo (TPC) e constituição de consórcios de quadras. As recomendações originadas nestes encontros foram total ou parcialmente incorporadas na versão final do Masterplan (NTU-UFRGS, 2017, p.14).

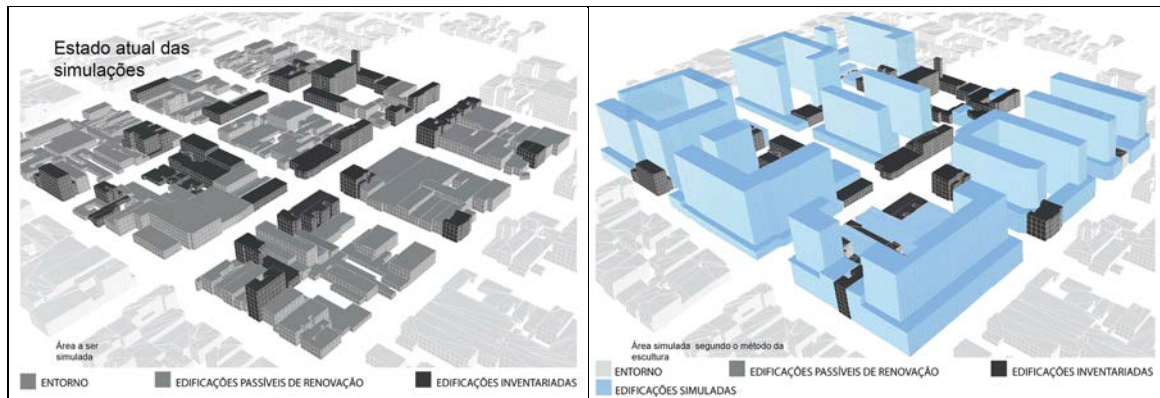
Figura 5.20. Áreas selecionadas para simulação do potencial de renovação construtivo, junto ao Polígono de Adesão, no plano MASTERPLAN-4D de 2016.



Fonte: (NTU-UFRGS, 2016a, p.28).

²⁶² Verdadeiros “latifúndios urbanos”, como se refere um dos entrevistados do setor coletivo: “O jogo de interesses é muito grande. Existem latifúndios enormes aqui. Proprietários que estão a muitos anos amornando suas terras para se valorizarem; para que grandes empreendimentos venham, e resolvam a sua vida. Sem se importarem de que forma isso vai escoar para o território.” (Agente do Setor Coletivo - SC3).

Figura 5.21. Simulação do potencial construtivo de quadras, junto ao Polígono de Adesão, no plano MASTERPLAN-4D de 2016.



Fonte: (NTU-UFRGS, 2016a, p.39-40).

Em relação à inclusão da população de alta vulnerabilidade social residente na região, e a participação da sociedade civil no processo de consulta para a elaboração do MASTERPLAN-4D, de 2016, a percepção foi de um procedimento construído com a finalidade de gerar uma aparência de participação e consulta popular, legitimando, assim, uma ação de governo com um viés fortemente empresarial e imobiliário.

Como relatam dois agentes do Setor Coletivo entrevistados, e participantes neste processo de “consulta”:

Eu apenas participei de um workshop, organizado pela prefeitura, que discutia mais o lado social. [...]. Não sei como foram os outros, mas esse estava cheio de banalidades, de desejos de melhorias sem nenhuma forma concreta para realizar. Eu acho que é mais uma aparência de participação popular que é necessária para prefeitura. Ela faz, mas as decisões são tomadas em outros fóruns, envolvendo grandes empresas, etc. (Agente do Setor Coletivo - SC1);

Em algumas reuniões, não workshops, com a prefeitura, e pessoas interessadas no projeto, ouvi inclusive a proposta que se devia criar uma associação do 4º Distrito, por que não havia nenhuma representatividade. Uma ideia absurda na minha opinião, por que não se cria associação de cima para baixo apenas para inventar um interlocutor e dar uma aparência de participação (Ibid.);

O que acontece é que esses agentes [Setor Público e Setor Imobiliário] que propõe uma transformação top-down, eles selecionam certos representantes da população e acham que conversando com esses “representantes”, eles conversaram com a totalidade da comunidade; que eles assim entenderam a realidade local. Nós repetimos inúmeras vezes: nós não somos a comunidade do bairro Floresta; nós não representamos a comunidade local! Nós somos apenas um dos atores, de um recorte muito específico (Agente do Setor Coletivo - SC3).

Na visão de Clarice Oliveira, isso se explica através da formação de uma coalisão entre o setor público e o setor privado, com parcerias e interesses mútuos, ficando a representatividade local restrita a um teatro das aparências:

[..] existe toda uma teia de articulações entre atores e instituições, e de instrumento de parcerias entre o setor público e o setor privado que vão além da forma urbana. Para a elaboração do projeto, a rede de atores que formam a coalisão para crescer, nos termos de Logan e Molotch (1993), pode ser facilmente percebida. Elites locais, políticos, grupos específicos das universidades e mídia corporativa formam esta coalisão. A população residente é colocada à margem deste processo, restringindo-se à presença em momentos e situações construídos para garantir a aparência de participação (OLIVEIRA, 2016, p.94).

Ao menos vinte e oito encontros (Quadro 5.1.) foram realizados pelas equipes da PMPA, anunciando o direito de todos a participarem das discussões sobre a elaboração do plano MASTERPLAN-4D. Entretanto, a maioria desses encontros (vinte e três) foram fechados ao público em geral, sendo o acesso restrito apenas à participantes selecionados e convidados pela PMPA e pelo NTU-UFRGS. Examinando o conjunto de participantes envolvidos - ou a natureza do encontro -, é possível identificar 6 grupos de eventos organizados em seus respectivos tópicos²⁶³: i) Social; ii) Econômico; iii) Saúde; iv) Tecnologia; v) Educação; e vi) Sociedade.

Quadro 5.1. Tópicos dos eventos para tratar do plano MASTERPLAN-4D, de 2016.

| SOCIAL | |
|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • <u>Acesso</u>: Fechado - participantes convidados; • <u>O que</u>: Debates e workshops com o objetivo de levantar questões e medidas práticas com foco em promover a revitalização inclusiva do 4º Distrito; • <u>Quem organizava</u>: SMGL, e Desafio Porto Alegre Resiliente; • <u>Para quem</u>: Representantes de secretarias e serviços municipais, universidades, associações comunitárias, do empresariado, moradores, e agentes sociais que atuam na região. | <p>Evento: 1º Workshop Diretrizes Sociais <u>Data</u>: 6 de maio de 2016 <u>Local</u>: Santander Cultura</p> |
| | <p>Evento: 2º Workshop Diretrizes Sociais <u>Data</u>: 9 de junho de 2016 <u>Local</u>: Comunidade Santa Terezinha (manhã), e Associação Cultural Vila Flores (tarde)</p> |
| | <p>Evento: 3º Workshop Diretrizes Sociais <u>Data</u>: 26 de setembro de 2016 <u>Local</u>: Associação Cultural Vila Flores</p> |
| ECONÔMICO | |
| <ul style="list-style-type: none"> • <u>Acesso</u>: Fechado - participantes convidados; • <u>O que</u>: Consultas às demandas e sugestões dos segmentos econômicos e institucionais; • <u>Quem organizava</u>: Comitês Estratégicos e Executivos do 4º Distrito, NITEC, e NTU-UFRGS; • <u>Para quem</u>: Representantes de entidades empresariais, de universidades, e comunidades presentes e/ou interessadas em investir na região. | <p>Evento: Reunião AEHN (Associação das Empresas dos Bairros Humaitá e Navegantes) <u>Data</u>: 18 de abril de 2016 <u>Local</u>: Laboratório Saúde (empresa do presidente da AEHN)</p> |
| | <p>Evento: Primeira Consulta <u>Data</u>: 19 de maio de 2016 <u>Local</u>: Casa dos Conselhos</p> |

²⁶³ Tópicos que refletem tanto os quatro clusters da proposta (Interatividade; Arte e Ciência; Tecnologia e Indústria; e Saúde e Bem Estar), quanto a questão da inserção social.

| | |
|---|--|
| | <p><u>Evento:</u> Palestra Porto Alegre do Amanhã (Jorge Tonetto, Titular da SMF) <u>Data:</u> 31 de maio de 2016 <u>Local:</u> Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas do Estado do Rio Grande do Sul</p> <p><u>Evento:</u> Apresentação de Estudos do Masterplan para Empresários e Proprietários de Terrenos <u>Data:</u> 13 de outubro de 2016 <u>Local:</u> Nós Coworking</p> <p><u>Evento:</u> Apresentação de Estudos do Masterplan para Escritórios de Arquitetura <u>Data:</u> 19 de outubro de 2016 <u>Local:</u> ASBEA (Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura)</p> <p><u>Evento:</u> Reunião entre PUC e UFRGS sobre Projeto Conjunto <u>Data:</u> 25 de outubro de 2016 <u>Local:</u> NTU-UFRGS (Núcleo de Tecnologia Urbana da UFRGS)</p> <p><u>Evento:</u> Reunião com Candidatos a Vice-prefeito sobre a Implementação do Masteplan em 2017 <u>Data:</u> 26 de outubro de 2016 <u>Local:</u> Hotel Porto Alegre</p> <p><u>Evento:</u> Workshop com Empreendedores do 4º Distrito <u>Data:</u> 21 de novembro de 2016 <u>Local:</u> Nós Coworking</p> <p><u>Evento:</u> Apresentação de Estudos do Masterplan para CDL (Câmara de Dirigentes Lojistas de Porto Alegre) <u>Data:</u> 21 de novembro de 2016 <u>Local:</u> Sede CDL</p> <p><u>Evento:</u> Consulta a Diretores de Unidade da Reitoria UFRGS <u>Data:</u> 23 de novembro de 2016 <u>Local:</u> UFRGS</p> <p><u>Evento:</u> Apresentação de estudos do Masterplan para AEHN <u>Data:</u> 9 de dezembro de 2016 <u>Local:</u> Hotel IBIS</p> |
| SAÚDE | |
| <ul style="list-style-type: none"> • <u>Acesso:</u> Fechado - participantes convidados; • <u>O que:</u> Encontros com representantes das principais instituições médicas da capital, para debaterem as ações projetadas para o desenvolvimento da região do 4º Distrito, com foco em serviços e tecnologias da saúde; • <u>Quem organizava:</u> SMF, e SMURB • <u>Para quem:</u> Integrantes do Grupo Health Hub, formado por representantes da Federação de Hospitais e Estabelecimentos de Saúde do Rio Grande do Sul (FEHOSUL), do SINDIHOSPA, dos Hospitais Santa Casa, Conceição, Mãe de Deus, Moinhos de Vento, da Unimed, Pontifícia Universidade Católica (PUCRS) e Faculdade de Tecnologia em Saúde (FASAÚDE). | <p><u>Evento:</u> 1ª Reunião Cluster da Saúde <u>Data:</u> 25 de maio de 2016 <u>Local:</u> SMF</p> <p><u>Evento:</u> Apresentação de Estudos do Masterplan para SINDIHOSPA (Arq. Ada Raquel Schwartz, SMURB) <u>Data:</u> 25 de maio de 2016 <u>Local:</u> Sindicato dos Hospitais e Clínicas de Porto Alegre (SINDIHOSPA)</p> <p><u>Evento:</u> Apresentação de Estudos do Masterplan para SINDIHOSPA <u>Data:</u> 1 de dezembro de 2016 <u>Local:</u> Sindicato dos Hospitais e Clínicas de Porto Alegre (SINDIHOSPA)</p> |

| TECNOLOGIA | |
|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • <u>Acesso</u>: Fechado - participantes convidados; • <u>O que</u>: Consultas às demandas e sugestões dos segmentos de IT, e novas tecnologias; • <u>Quem organizava</u>: SMF, e INOVAPOA; • <u>Para quem</u>: Representantes da indústria da inovação, polos tecnológicos, incubadoras e universidades. | <p><u>Evento</u>: 9º Fórum Internacional de TI (Jorge Tonetto, Titular da SMF) <u>Data</u>: 18 de maio de 2016 <u>Local</u>: Teatro do Bourbon Country</p> |
| EDUCAÇÃO | |
| <ul style="list-style-type: none"> • <u>Acesso</u>: Fechado - participantes convidados; • <u>O que</u>: Reuniões para a apresentação do Plano Base e dos estudos para o plano da MASTERPLAN-4D; • <u>Quem organizava</u>: INOVAPOA; • <u>Para quem</u>: Representantes das principais instituições de ensino superior de Porto Alegre. | <p><u>Evento</u>: Fórum das Instituições de Ensino Superior de Porto Alegre (IES) (Arq. Ada Raquel Schwartz, SMURB) <u>Data</u>: 14 de junho de 2016 <u>Local</u>: Auditório do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE)</p> |
| | <p><u>Evento</u>: Fórum das Instituições de Ensino Superior de Porto Alegre (IES) <u>Data</u>: 29 de julho de 2016 <u>Local</u>: Sala do CMDUA, SMURB</p> |
| | <p><u>Evento</u>: Fórum das Instituições de Ensino Superior de Porto Alegre (IES) <u>Data</u>: 21 de outubro de 2016 <u>Local</u>: PUC</p> |
| | <p><u>Evento</u>: Apresentação para alunos e professores da escola de Administração (UFRGS) <u>Data</u>: 24 de outubro de 2016 <u>Local</u>: UFRGS</p> |
| | <p><u>Evento</u>: Fórum das Instituições de Ensino Superior de Porto Alegre (IES) <u>Data</u>: 16 de novembro de 2016 <u>Local</u>: PUC</p> |
| SOCIEDADE | |
| <ul style="list-style-type: none"> • <u>Acesso</u>: Aberto • <u>O que</u>: Apresentações, palestras, conversas; • <u>Quem organizava</u>: Associação Cultural Vila Flores, Casas Colaborativas POA, IAB-RS, Nós Coworking, PUCRS, UFRGS, PMPA; • <u>Para quem</u>: Comunidade em geral, entidades representativas, etc. | <p><u>Evento</u>: Conversa com os Candidatos à Prefeitura <u>Data</u>: 13 de setembro 2016 <u>Local</u>: Associação Cultural Vila Flores</p> |
| | <p><u>Evento</u>: Palestra Operação Urbana Consorciada do 4º Distrito (Arq. Benamy Turkienicz, NTU-UFRGS) <u>Data</u>: 21 de setembro 2016 <u>Local</u>: IAB-RS</p> |
| | <p><u>Evento</u>: Workshop Desafios e Oportunidades 4D (Arq. Benamy Turkienicz, NTU-UFRGS) <u>Data</u>: 7 de outubro 2016 <u>Local</u>: Nós Coworking</p> |
| | <p><u>Evento</u>: Workshop Revitalização 4D (Arq. Benamy Turkienicz, NTU-UFRGS) <u>Data</u>: 20 de outubro 2016 <u>Local</u>: PUCRS</p> |
| | <p><u>Evento</u>: Festival #Deslocamentos 4D (Arq. Benamy Turkienicz, NTU-UFRGS) <u>Data</u>: 10-11 de dezembro 2016 <u>Local</u>: Associação Cultural Vila Flores</p> |

Fonte: Quadro desenvolvido por C.Wagner (2019) com base nas informações disponíveis nos sites da PMPA, Associação Cultural Vila Flores, Casas Colaborativas POA, IAB-RS, Nós Coworking, e PUCRS, (NTU-UFRGS, 2016c, p.8-9).

Apenas os eventos relacionados ao grupo Sociedade foram abertos ao público em geral. Porém, estes eventos - ocorridos somente a partir do dia 13 de setembro - não tiveram um caráter de consulta às demandas da população, ou de sugestões que pudessem ter alguma influência na elaboração do plano. Representaram muito mais uma vitrine política para a divulgação de um plano que seria entregue à PMPA no dia 21 de dezembro de 2016.

A Secretaria Municipal de Governança Local (SMGL), através do seu secretário titular Cezar Busatto - também coordenador do Projeto Desafio Porto Alegre Resiliente -, ficou responsável pela organização dos 3 workshops Diretrizes Sociais. Representantes de secretarias e serviços municipais, universidades, associações comunitárias, e agentes sociais que atuam na região, trabalhariam junto à população de alta vulnerabilidade social da área (Setor Experimental), com o objetivo de gerar diretrizes²⁶⁴ - através de uma Carta de Diretrizes - que serviria de subsídio para a elaboração do MASTERPLAN-4D, tendo como princípio uma revitalização inclusiva do 4º Distrito.

Infelizmente, apesar dos esforços realizados pela equipe da SMGL - na produção de mapas, relatórios e diretrizes -, e dos demais envolvidos nestes workshops, as demandas do grupo Social foram, mais uma vez, postas à margem deste processo. Segundo o relato de um agente do Setor Público, envolvido diretamente com a equipe:

Depois que entregamos as diretrizes gerais [Carta de Diretrizes, elaborada após o terceiro, e último, workshop das Diretrizes Sociais, e entregue ao NTU-UFRGS no final de outubro] nunca mais fomos chamados para nada; para nenhuma reunião com a equipe que estava fazendo o Masterplan. O grupo da parte social não foi mais chamado. E como nunca vimos o plano final, não sabemos se colocaram dentro. Não houve retorno. Nem para a comunidade, e nem para o grupo do SMGL (Agente do Setor Público - SP7);

E não adianta querer botar a culpa para essa administração [em referência à atual gestão municipal: Nelson Marchezan Júnior 2017-2020]. Isso já vinha acontecendo antes; é o reflexo de como este Masterplan foi concebido (Ibid.).

Este mesmo entrevistado reconhece que os workshops, muito mais do que discutir propostas, tinham como intenção principal - por parte da equipe técnica da SMGL -, sensibilizar os gestores, e a equipe do NTU-UFRGS, para a situação de extrema vulnerabilidade à qual a população da Vila Santa Terezinha (antiga Vila dos Papeleiros) está exposta:

²⁶⁴ Diretrizes identificadas através das qualidades de resiliência definidas no Plano Estratégico de Resiliência de Porto Alegre.

Os workshops [diretrizes sociais] foram, principalmente, uma tentativa de sensibilizar os gestores, arquitetos e técnicos envolvidos na elaboração do Masterplan sobre a realidade das pessoas que ali vivem; e não necessariamente para discutir propostas. Foi mais uma tentativa de mostrar pros gestores, para quem estava fazendo o Masterplan, a necessidade de se olhar a vulnerabilidade social da região. Pelo menos para uma coisa funcionou, pois no começo eles queriam tirar a Vila Santa Terezinha dali! Ela permanece. Mas e agora? Não tem nada; não tem plano pra vila!.(Ibid.).

Talvez esta percepção do entrevistado, de que os interesses da comunidade local não seriam contemplados no plano - restringindo os workshops a meros exercícios de sensibilização -, deva-se a anos de experiências passadas frente a similares exercícios, e a nítida constatação de que tudo foi feito muito às pressas:

Como foi tudo muito corrido, ficou tudo encima da hora. Não houve uma discussão “pós-diretrizes”. Não houve discussão com os grupos envolvidos (Ibid.).

A impressão que fica, segundo as palavras do entrevistado “[...] é que o grupo da SMGL [responsável pela organização dos workshops Diretrizes Sociais] foi chamado apenas para dar credibilidade ao plano.” (Ibid.).

Assim, corroborando com a visão de outros autores (OLIVEIRA, 2016; MARX; ARAÚJO; SOUZA, 2019), e o relato dos entrevistados, é possível argumentar que o plano governamental Masterplan do 4º Distrito de Porto Alegre: Revitalização Urbana e Reconversão Econômica (MASTERPLAN-4D), de 2016, representou, principalmente, um projeto para o mercado imobiliário. Um plano desenvolvido às pressas - visando, entre outras coisas, as eleições de outubro de 2016 -, baseado na flexibilização do regime urbanístico da região, através do instrumento da Operação Urbana Consorciada - Projeto Especial de Impacto de 3º Grau para a revitalização do 4º Distrito (PMPA, 2011a, p.151) -, e tendo, como principal objetivo, criar atrativos para a indústria da construção civil em troca da venda de potenciais construtivos. Na visão da arquiteta responsável pela Coordenação Técnica do MASTERPLAN-4D - pelo Município (PMPA, 2016d, p.9) -, e coordenadora do GT Executivo do 4º Distrito, Ada Raquel Schwartz, “O papel do Poder Público é tornar a região atrativa.” (SINDIHOSPA, 2016, p.1). Porém, fica a questão: atrativa para quem?

O quadro a seguir (Quadro 5.2.) apresenta um resumo da sistematização proposta, por este trabalho de tese, dos períodos representativos dos planos e ações governamentais para a reestruturação urbana do Baixo 4º Distrito de Porto Alegre:

Quadro 5.2. Períodos representativos dos planos e ações governamentais para a reestruturação urbana do Baixo 4º Distrito de Porto Alegre.

| Período | Ano | Evento | Características do Período |
|---------------|-----------|--|--|
| Tecnológico | 1995-2004 | Projeto Porto Alegre Tecnópole | <ul style="list-style-type: none"> • Ênfase na questão tecnopolitana e na criação de polos tecnológicos; • Redirecionamento deste potencial para a revitalização urbana e reconversão econômica do território; • A identificação do 4º Distrito como um polo de competências eletroeletrônico; • Fomento à pequena e média empresa; • Formulação de programas de apoio às micros, pequenas e médias empresas e cooperativas. |
| | 1998 | Projeto Integrado TEC do 4º Distrito | |
| | 2002-2004 | Parque Tecnológico Urbano do 4º Distrito | |
| Copa do Mundo | 2006 | Criado o Grupo de Trabalho do 4º Distrito | <ul style="list-style-type: none"> • Visava viabilizar obras de infraestrutura e mobilidade urbana tendo como horizonte a Copa do Mundo de 2014; • Falta de uma estratégia clara de reconversão econômica para a área; • Fomento à grande empresa; • Formulação de programas de parceria público-privada, como o principal eixo de intervenção e negociação do governo. |
| | 2007 | Formalização do Brasil como sede da Copa de 2014 | |
| | 2009 | Plano de Revitalização do 4º Distrito | |
| Consorticiado | 2013-2016 | Projeto Desafio Porto Alegre Resiliente | <ul style="list-style-type: none"> • Reestruturação das secretarias municipais; • Elaboração do Plano Estratégico de Resiliência de Porto Alegre, tendo a reconversão do 4º Distrito como prioridade; • Fomento à atração de investimentos privados e a criação de uma empresa de gestão de ativos do município; • Utilização do instrumento Operação Urbana Consorciada para a flexibilização do regime urbanístico e venda de potencial adicional de construção. |
| | 2016 | Masterplan do 4º Distrito | |

Fonte: Quadro desenvolvido por C.Wagner (2019).

5.3 AÇÕES DO MERCADO (SETOR IMOBILIÁRIO)

Através de levantamentos, junto ao SINDUSCON-RS ²⁶⁵, do número de empreendimentos imobiliários construídos na área do Baixo 4º Distrito (mais precisamente nos bairros Floresta, São Geraldo e Navegantes), Vanessa Marx, Gabrielle de Araújo e Vitoria Gonzatti de Souza (2019), demonstram que, mesmo com os aumentos em alturas (52 metros) permitido pela nova versão do Plano Diretor (revisão de 2010)²⁶⁶, os três bairros "[...] foram

²⁶⁵ No período de 2007 à 2016.

²⁶⁶ Em algumas áreas do Baixo 4º Distrito, o limite foi ampliado de 45 para 52 metros.

alvo de apenas, em média, 14 empreendimentos novos cada um no período de 10 anos [...].” (Ibid., p.10)²⁶⁷. Segundo os autores:

Possivelmente o setor imobiliário ainda não vem enxergando a área como um potencial para investimento lucrativo, devido principalmente à degradação física e a população em vulnerabilidade social que ocupa grande parte da área (OLIVEIRA, 2017), aguardando o início do processo de “revitalização” e a certeza de valorização do solo, ou até mesmo aguardando a concretização da OUC para avaliar as possibilidades de regime urbanístico diferenciado e as contrapartidas a ser negociadas (Ibid.).

Tabela 5.1. N° de empreendimentos imobiliários nos bairros do 4º Distrito abrangidos pela mancha de grandes alturas nos Planos Diretores de 1999 e 2010.

| Bairro | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | Total em 10 anos |
|-------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|----------------|------------------|
| Floresta | 4 | 3 | 2 | 1 | 1 | 1 | 2 | 4 | 1 | sem informação | 19 |
| São Geraldo | 2 | 2 | 1 | 1 | 2 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 13 |
| Navegantes | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 10 |

Fonte: Tabela desenvolvida por Vanessa Marx, Gabrielle de Araújo e Vitoria Gonzatti de Souza (MARX; ARAÚJO; SOUZA, 2019, p.10), com dados coletados junto ao SINDUSCON-RS para um período de 10 anos (2010-2017).

Destes empreendimentos três merecem destaque²⁶⁸, por serem usados nos sites da prefeitura (PMPA, [200-]) e nos eventos para tratar do plano governamental MASTERPLAN-4D (e.g.: Tópico Econômico - Evento: Primeira Consulta) (Quadro 5.1.), como referências para a revitalização da área e o emprego de Consórcios de Quadras Rápidas:

- Empreendimento residencial: Portal do Guaíba;
Ano de conclusão: **não foi construído**;
Construtora: Espaço Novo;
Bairro Navegantes (Rua Comendador Tavares, 181);
Especificações: 3 torres, com 8 pavimentos,
(96 unidades de 2 dormitórios + box).
- Empreendimento residencial: Pateo Lisboa;
Ano de conclusão: out. 2010;
Construtora: Cádiz;

²⁶⁷ A esse respeito ver: MARX, Vanessa; ARAÚJO, Gabrielle de; SOUZA, Vitoria Gonzatti de. Estratégia global-local e reflexos no 4º Distrito de Porto Alegre. In: XVIII ENANPUR, 2019, Natal. *Anais...*, p.1-22, 2019.

²⁶⁸ Mais detalhes sobre estes empreendimentos podem ser encontrados nos Anexos.

Bairro: São Geraldo (Rua São Paulo, 633);
Especificações: 2 torres com 8 pavimentos,
(unidades de 1, 2 e 3 dormitórios).

- Empreendimento residencial e comercial: Rossi Fiategi;
Ano de conclusão: 2011;
Construtora: Vonpar/Rossi;
Bairro: São Geraldo (Av. Av. Polônia, 255);
Especificações: 1 torre comercial (158 salas), e 3 torres residenciais de 17 pavimentos, (432 unidades de 2 e 3 dormitórios).

Segundo entrevistado, que participou do evento Primeira Consulta (Quadro 5.1.), direcionado à “[...] empresários atuantes no 4º Distrito, instituições de ensino superior da região metropolitana bem como a investidores interessados na sua revitalização.” (NTU-UFRGS, 2016b, p.19), a imagem do projeto Rossi Fiategi estampava a primeira página do folder do encontro, como “modelo” para o desenvolvimento da região:

Uma tentativa de transformar totalmente a região por meio de grandes investimentos privados; oferecendo incentivos para atrair grandes companhias e construtoras, incentivando um “modelo Fiategi” de ocupação do território (Agente do Setor Coletivo - SC2).

As Operações Urbanas Consorciadas²⁶⁹ são importantes instrumentos de flexibilização dos regimes urbanísticos contidos nos Planos Diretores, com o objetivo, entre outros, de atrair investimentos privados para específicas áreas da cidade. Porém, estes instrumentos exigem muito cuidado na sua aplicação para que não comprometam o seu propósito de promover a justiça social, em favorecimento de um ganho puramente econômico e especulativo. Segundo Marx, Araújo e Souza (2019, p.9):

É preciso ter atenção especialmente quando as propostas se concentram em áreas chamadas de “novas centralidades” ou áreas de expansão do capital imobiliário, como é o caso do 4º Distrito. Neste modelo de parceria entre o setor público e o privado, pode-se questionar se a ideia do autofinanciamento da OUC não acabaria por criar mais desigualdade devido a concentração de investimentos e valorização imobiliária em uma região, levando em consideração que o governo costuma ser o agente de desbloqueio do potencial da área da OUC, realizando os investimentos iniciais (FIX, 2000). O histórico de operações na cidade de São Paulo vem mostrando, segundo a autora, que quem acaba captando esta valorização são os agentes imobiliários.

²⁶⁹ “Coordenador do projeto Masterplan de Revitalização Urbana e Reconversão Econômica do 4º Distrito, o arquiteto e doutor em Urbanismo Benamy Turkienicz afirma que o plano é o que se chama de operação urbana consorciada, no qual um consórcio de proprietários se une a investimentos privados, com a intermediação por parte do poder público, em uma espécie de Parceria Público-Privada (PPP).” (Fonte: Jornal Zero Hora. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2016/12/revitalizacao-do-4-distrito-preve-desapropriacoes-em-cinco-bairros-8843370.html>> Acesso em 27 set. 2017). (Para mais informação ver Anexos L, N e P).

Figura 5.22. Projeto Rossi Fiateci (2011): “modelo” de ocupação para a região.



Fonte: (SKYSCRAPERCITY, 2013).

5.4 AÇÕES DAS FORÇAS SOCIAIS (SETOR COLETIVO)

Faranak Miraftab (2016) e Carlos Vainer (2000a; 2000b), discutem a questão do planejamento insurgente, ou conflitivo, como mecanismo para equilibrar a disputa pelo espaço urbanizado. Com a formação de grupos de pressão que possam atuar frente aos Poderes Político e Econômico, vocalizando as demandas locais através da mobilização política e de ações concretas que desafiem a hegemonia capitalista - do lucro especulativo em detrimento de uma maior justiça social.

Devido à heterogeneidade do território do Baixo 4º Distrito, percebida pelas diferentes características fundiárias e os tipos distintos de usos e atividades encontradas à oeste e à leste da Av. Farrapos²⁷⁰ - característica fabril, com maior concentração de pequenas indústrias, galpões e depósitos à oeste; característica mais residencial, com pequeno comércio local à leste -, as ações das Forças Sociais se concentram na sua faixa leste, principalmente junto ao bairro Floresta, devido a sua proximidade com os bairros Centro, Independência e Moinho de Ventos.

²⁷⁰ É importante salientar também a característica de “borda” definida pela Av. Farrapos: um forte divisor físico entre as duas faixas, acentuado pela presença do primeiro corredor de ônibus implantado na cidade no ano de 1980.

Diversas atividades relacionadas à economia criativa²⁷¹ (design, publicidade, arquitetura, arte, mídia, informática, casas colaborativas) buscavam estes espaços, precisamente pela sua localização central e pelos baixos valores de locação, criando a oportunidade de uma maior sinergia entre estes grupos na construção de espaços de ativismo (MIRAFTAB, 2016).

Segundo Jorge Piqué (PIQUÉ, 2017, p.10-11), idealizador, em 2013, do Distrito Criativo de Porto Alegre:

O ano de 2012 foi o início de uma nova retomada de toda a questão do 4º Distrito, mas desta vez desde uma maior presença da sociedade civil. Além disso, desta vez o eixo foi deslocado do bairro Navegantes para o bairro Floresta, onde dois empreendimentos começaram a ganhar visibilidade nos meios de comunicação, o Vila Flores e o Porto Alegre Hostel Boutique. Foram importantes também nesta mesma época as reuniões de um grupo de moradores, denominado Refloresta, que começaram a discutir e manifestar as necessidades de seu bairro, que não eram atendidas pela Prefeitura.

Através da análise das fontes documentais e bibliográficas - introduzidas no capítulo 3 -, quatro ações locais do Setor Coletivo se destacam, a partir da segunda década do século XXI, junto às diversas publicações sobre a região e na mídia local. Sendo estas: o Refloresta; a Vila Flores; o Distrito C; e a ZISPOA.

5.4.1 Refloresta (Grupo de Apoio à Revitalização do Bairro Floresta)

Formado em maio de 2012, o Grupo de Apoio à Revitalização do Bairro Floresta, também conhecido pela alcunha de Refloresta, se constituía em uma associação de moradores e empreendedores do bairro Floresta, com o objetivo de canalizar as demandas da população local e ser a ponte de comunicação e reivindicação destas demandas junto ao governo municipal. Através de reuniões quinzenais, e sob a presidência do empreendedor local Carlos Augusto Alves²⁷², o grupo buscava a melhoria nas condições básicas de habitabilidade na área (iluminação pública, segurança, calçamento, esgoto, coleta de lixo) e, conseqüentemente, o resgate dos espaços públicos de convivência do bairro.

²⁷¹ John Howkins (2001), define a economia criativa como a ação de transformar ideias em recursos financeiros, envolvendo, assim, um processo de criação que gera a produção de um produto, serviço ou conhecimento.

²⁷² Carlos Augusto Alves foi também o fundador, em dezembro de 2011, do Porto Alegre Hostel Botique (na Rua São Carlos, esquina Rua Gaspar Martins) e presidente da Associação dos Albergues da Juventude do Brasil. Caberia aqui, também citar o nome de outros dois idealizadores do Refloresta, como o poeta e músico Ricardo Silvestrin, e a proprietária do brechó Balaio de Gatos, Helena Prates.

Em reunião com o prefeito José Fortunati, no dia sete de agosto de 2012, o grupo apontou para a necessidade de melhorias urgentes para a área:

[...] qualificação da iluminação pública das vias e parques, a conservação das calçadas, o levantamento dos proprietários dos prédios abandonados, o combate à prostituição e maior fiscalização da Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC) (CMPA, 2012, p.1).

Dentre as principais iniciativas alcançadas pelo grupo poderíamos destacar a criação do brechó de rua “Solte suas Roupas ao Vento”, e a volta da Feira Modelo da Praça Florida²⁷³:

“Solte suas roupas ao vento” é o nome dado ao brechó que será realizado semanalmente, na rua São Carlos, entre as ruas Gaspar Martins e Comendador Azevedo, no bairro Floresta, das 11h às 19h. [...]. No total, serão mais de 20 bancas ao ar livre, instaladas em uma rua cuja comunidade se esforça para ver revitalizada e transformada. A criação do brechó se integra às ações do Refloresta – Grupo de Apoio Para a Revitalização do Bairro Floresta, movimento criado recentemente para solucionar problemas como aqueles enfrentados por moradores da rua São Carlos. O grupo tem desenvolvido ações como programações culturais no Porto Alegre Hostel Boutique, caminhadas e passeios ciclísticos como forma de vivenciar o bairro valorizando sua história, passeios e arquitetura (REFLORESTA, 2018, p.1).

Os moradores do bairro Floresta comemoraram nesta terça-feira, 6 [de agosto de 2013], a volta de um antigo hábito: encontros com amigos e vizinhos em torno da feira modelo da praça Florida, que voltou a ser realizada depois de quase 20. A feira, na esquina das ruas São Carlos e Comendador Azevedo, ocorreu com a união de esforços da prefeitura e do Grupo de Apoio à Revitalização do Bairro Floresta (Refloresta). Na visita ao local, o prefeito em exercício Sebastião Melo destacou a importância da ocupação dos espaços públicos. Segundo ele, a praça Florida é um dos símbolos do processo de revitalização do bairro Floresta. “A área era marcada principalmente pela prostituição e aos poucos estamos mudando essa imagem. Temos, na rua São Carlos, o brechó que ocorre sempre aos sábados e, agora, a feira modelo, nas terças-feiras. Ações assim valorizam o bairro e as pessoas de bem”, afirmou Melo (PMPA, 2013d, p.1).

Infelizmente, com o passar do tempo - e com o término da Copa do Mundo de 2014 -, a tão aguardada revitalização proposta pela prefeitura foi, mais uma vez, posta de lado, fazendo também com que as reuniões e as iniciativas locais perdessem força. O brechó de rua “Solte suas Roupas ao Vento” durou apenas quatro anos, de 2010 a 2014. Em entrevista ao veículo de comunicação Sul21 (agosto de 2017), Helena Prates, proprietária do brechó Balaio de Gatos, e uma das idealizadoras do grupo Refloresta, relata a sua decepção com o processo de revitalização do bairro:

²⁷³ O nome oficial da Praça Florida, na Rua São Carlos, é Praça Bartolomeu de Gusmão.

[...] sobre a revitalização, eu acompanhei todas as possibilidades. Tinha um movimento todo de “vamos revitalizar”! E nada. Eu foi em todas as reuniões. [...]. Te dizer que eu vejo alguma coisa aqui? Não. E vejo cada vez menos e menos. [...] o bairro esta falido, esta tudo falido. É aluga-se, aluga-se, aluga-se. As pessoas todas exprimidas, não conseguem pagar o aluguel. Eu estou muito pessimista em relação as coisas, de melhora (CANOFRE, 2017, p.16).

5.4.2 Vila Flores (Associação Cultural Vila Flores)

O Vila Flores abriu suas portas, pela primeira vez, em dezembro de 2012, convidando a comunidade para conhecer o edifício desenhado por José Lutzenberge, na esquina das ruas São Carlos e Hoffmann, e os novos planos que os proprietários tinham para o prédio. Este primeiro contato simbolizou o aspecto colaborativo e aberto que o Vila Flores viria a assumir junto à comunidade local. O ano de 2013 marca o início do “Projeto Vila Flores - Uma Experiência Aberta”, através de mutirões, encontros, oficinas e festivais multiartísticos (e.g.: Simultaneidade), e pavimenta a proposta para o que viria a ser a Associação Cultural Villa Flores (ACVF):

Associação Cultural Vila Flores é uma associação sem fins lucrativos, existente desde 2013 e formalizada em 2014. É a entidade responsável pela programação cultural do espaço e pela articulação junto ao poder público, à iniciativa privada e à sociedade em prol dos interesses da comunidade artística e criativa do Vila Flores, buscando promover a integração com a comunidade do entorno (ACVF, 2017, p.1)

Participante ativo das reuniões e ações do coletivo Refloresta junto ao bairro Floresta, o Vila Flores também desempenhou um papel importante, como articulador e espaço agregador, nas discussões referentes ao plano governamental MASTERPLAN-4D. Dois encontros para discutir as diretrizes sociais do plano ocorreram no Vila Flores - segundo e terceiro Workshop Diretrizes Sociais (em 9 de junho e 26 de setembro de 2016) -, assim como dois eventos aberto ao público em geral, “Conversa com os Candidatos à Prefeitura” e “Festival #Deslocamentos 4D” (Quadro 5.1.). No papel de empreendedora local, a ACVF também participou do evento fechado “Primeira Consulta” (19 de maio de 2016), principal reunião direcionada aos segmentos econômicos, empresariais e imobiliários.

Apesar de sua forte expressão junto à comunidade local, através de ações de vizinhança (e.g.: Ocupa Calçada; Conversas de Vizinhos), ações comunitárias (e.g.: De Vila a Vila e Projeto Skate na Vila, junto à Vila Santa Terezinha), e de ativismo político (e.g.: reuniões com o prefeito; Conversa com os Candidatos à Prefeitura), o Vila Flores sempre enfatizou que não

representa todos os desejos e anseios da comunidade do bairro Floresta, muito menos, das várias comunidades presentes no Baixo 4º Distrito de Porto Alegre.

5.4.3 Distrito C (Distrito Criativo de Porto Alegre)

Assim como o Refloresta e o Vila Flores, o Distrito C (Distrito Criativo de Porto Alegre) concentra suas principais ações no bairro Floresta, mais precisamente no seu setor leste, delimitado pelas avenidas Farrapos e Cristóvão Colombo (Figura 5.23.). Segundo seu idealizador, Jorge Piqué²⁷⁴, esta área da cidade já apresentava uma concentração espontânea de atividades relacionadas à economia criativa:

Foram estas as condições para a criação, em 2013, do projeto Distrito Criativo de Porto Alegre (Distrito C), com grande parte de sua área localizada no Floresta. Essa região, ao sul do 4º Distrito, próxima do Centro Histórico e de bairros estruturados, como o Independência e o Moinho de Ventos, apresentava melhores condições para uma ação de inovação social, que tivesse como ponto de partida, não um masterplan genérico e abstrato, mas as dezenas de artistas e empreendedores de economia criativa, do conhecimento e da experiência, que espontaneamente haviam se instalado nessa região e estavam entretanto invisíveis para a cidade, lutando contra todas as dificuldades (PIQUÉ, 2017, p.11).

Curiosamente, diferente do Refloresta e do Vila Flores, que partiram da iniciativa de moradores e/ou empreendedores locados no bairro, o Distrito C surge da visão e do interesse de um observador externo ao bairro, operando como um catalizador para as potencialidades que já se faziam presentes na região, facilitando interações entre os participantes²⁷⁵ do Distrito C, a comunidade, as instituições de ensino, e a prefeitura municipal.

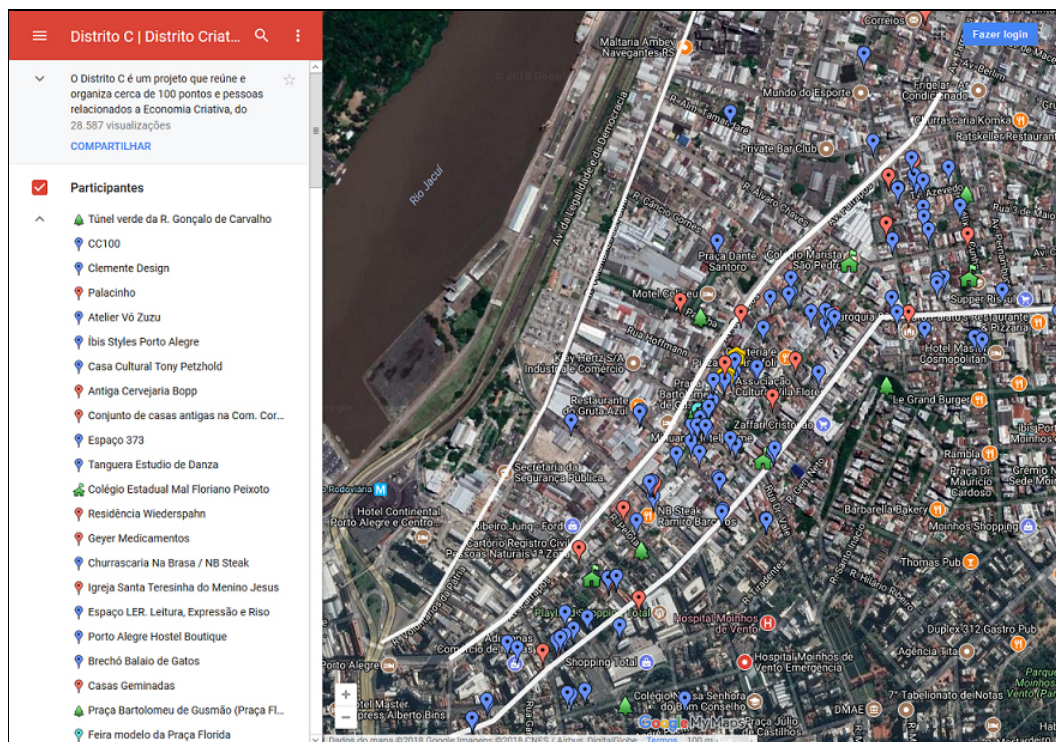
Participante ativo das ações e reuniões iniciais do grupo Refloresta, o projeto Distrito C atua como mais um agente coletivo nas dinâmicas sociais do território, buscando articular as reivindicações da comunidade em relação à melhorias urbanas e o desenvolvimento de novos processos produtivos locais (e.g.: Economia Criativa; Economia do Conhecimento; e Economia da Experiência) (DISTRITOC, 2017). Promove também eventos, palestra, seminários, e

²⁷⁴ Fundador e Diretor Executivo da UrbsNova - Agencia de Design Social e Inovação.

²⁷⁵ “O Distrito C, ou Distrito Criativo de Porto Alegre (distritocriativo.wordpress.com), se intitula um “Polo de Economia Criativa, Economia do Conhecimento e da Experiência”, formado por aproximadamente 100 artistas e empreendedores, os quais se distribuem na porção norte do centro da cidade, na região conhecida como 4º Distrito.” (BUGS e BORTOLI, 2018, p.9).

passeios guiados, com o objetivo de conscientizar tanto a população, como o setor público e privado, sobre a importância de se pensar o Baixo 4º Distrito coletivamente, através da valorização do existente, do que já está acontecendo na região; num processo *bottom up*, “[...], isto é, que parte da própria realidade social existente, sem propor grandes mudanças físicas.” (Ibid., p.2).

Figura 5.23. Mapa da área de atuação do Distrito C (Distrito Criativo de Porto Alegre) com a localização dos participantes junto ao bairro Floresta²⁷⁶.



Fonte: (BUGS e BORTOLI, 2018, p.9).

O Distrito C foi um importante articulador para a inclusão da economia criativa no projeto de lei de incentivos fiscais para o 4º Distrito - lei regulamentada em 16 de outubro de 2015:

As empresas de base tecnológica, inovadoras e de economia criativa instaladas nos bairros Floresta, São Geraldo, Navegantes, Humaitá e Farrapos já podem fazer o cadastramento para solicitar isenção do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) por um período de cinco anos. As empresas do ramo que vierem a se instalar na região ainda poderão solicitar isenção do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) para aquisição de sua sede. A medida faz parte do programa de revitalização da Região do 4º Distrito e está sendo conduzida pela

²⁷⁶ Mapeamento do Distrito C de Porto Alegre desenvolvido através do Google My Maps. Disponível em: <<https://www.google.com/maps/d/viewer?mid=1Hfz2GdrHJH8rpoYQZt4QCKnGnHg&ll=30.021086272012685%2C-51.21127422280506&z=16>> Acesso em: 20 nov. 2018.

Secretaria Municipal da Fazenda (SMF) e pela Diretoria de Inovação (PMPA, [201-ja, p.1).

Entretanto, segundo entrevistado do setor coletivo, estes incentivos, até o momento, não foram muito efetivos:

Não se vê o efeito; difícil acesso às informações na prefeitura. Na prática, os entraves burocráticos e de informação, ou mesmo de comunicação, impedem que a coisa aconteça (Agente do Setor Coletivo - SC3).

5.4.4 ZISPOA (Zona de Inovação Sustentável de Porto Alegre)

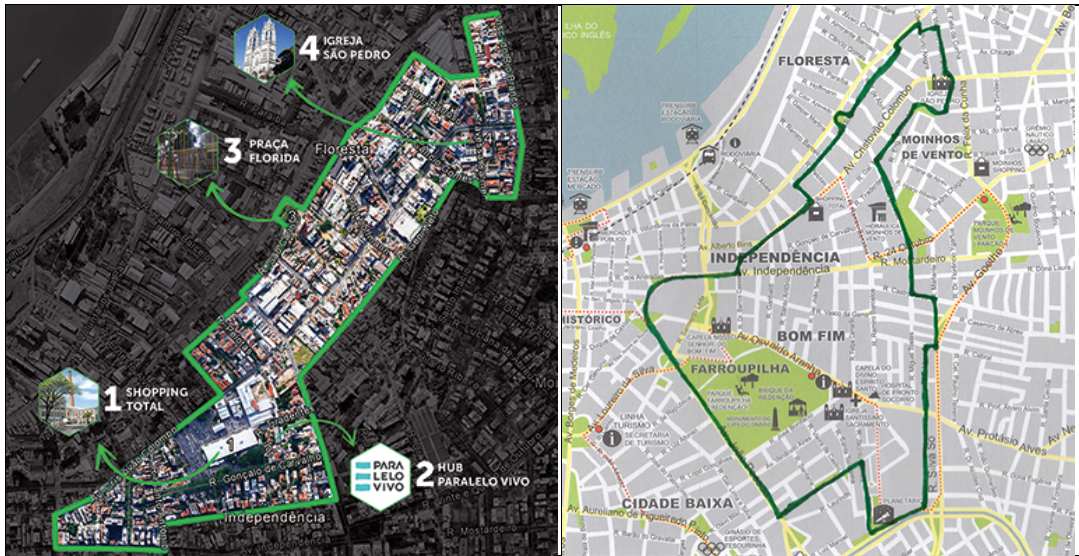
Formada em setembro de 2015, a Zona de Inovação Sustentável de Porto Alegre (ZISPOA) foi idealizada por Marc Weiss, presidente do *Global Urban Development* (GUD)²⁷⁷, que trabalhou inicialmente, em 2013, como consultor estratégico - financiado pelo Banco Mundial - junto ao governo do Estado, para a implementação da Estratégia Econômica *Leapfrog*, que tinha como objetivo “[...] tornar o Estado do Rio Grande do Sul o lugar mais sustentável e inovador da América Latina até 2030.” (ZISPOA, 2017, p.1). Parte da Estratégia Econômica *Leapfrog*, consistia a criação de Zonas de Inovação Sustentável.

Através de contatos estabelecidos com a prefeitura de Porto Alegre, junto ao Secretário Municipal de Governança Local e coordenador do Projeto Desafio Porto Alegre Resiliente, Cezar Buzatto, o GUD foi convidado, em fevereiro de 2014, para participar do 1º Workshop Desafio Porto Alegre Resiliente, em preparação para a elaboração do Plano Estratégico Resiliente de Porto Alegre (PER). Tendo a Revitalização do 4º Distrito como uma das principais iniciativas indicadas pelo PER, a Zona de Inovação Sustentável de Porto Alegre deveria estar, de alguma maneira, vinculada a este espaço:

Os limites da zona foram traçados a partir de múltiplos critérios do Dr. Marc Weiss, alguns dos quais subjetivos, e pela região estar habitada por algumas casas colaborativas da cidade. No início do projeto, havia sentido estar próximo do 4º Distrito, dado que era um projeto do governo municipal vigente na época que estava ativo e com uma boa visibilidade (MACEDO, 2017, p.111).

²⁷⁷ “Global Urban Development: é uma ONG (Organização Não Governamental) de políticas internacionais, com rede profissional de mais de 600 líderes e especialistas atuando em 60 países. É comprometida com a geração de desenvolvimento e qualidade de vida em diferentes países, buscando dar a oportunidade que todas as pessoas e lugares vivam e prosperem em paz entre si e com a natureza.” (MACEDO, 2017, p.69).

Figura 5.24. Mapas da área de abrangência do ZISPOA: abrangência inicial, 2015 (esquerda); e abrangência estendida, 2017 (direita).



Fonte: (MACEDO, 2017, p.84; ZISPOA, 2017).

Trabalhando em parceria com a casa colaborativa Hub de Inovação Sustentável Paralelo Vivo - sediada no bairro Independência -, a área de atuação da ZISPOA foi delimitada, inicialmente, junto aos bairros Floresta e Independência, sendo posteriormente estendida aos bairros Bom Fim, Farroupilha, Rio Branco e Santana (Figura 5.24.). Seguindo os princípios estabelecidos para a ZISPOA²⁷⁸, de “[...] fomentar startups e o crescimento de negócios entre jovens empreendedores universitários, técnicos, estudantes e ativistas sociais.” (ZISPOA, 2017, p.1), Marc Weiss baseou a decisão em estender a área de abrangência à necessidade de incorporar uma série de outras iniciativas e casas colaborativas atuantes dos bairros adjacentes, assim como reforçar sua relação à dois importantes agentes de pesquisa e educação: o campus central e o campus médico da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Entretendo, por se tratar de um modelo composto por pessoas que, na sua grande maioria, não moravam nem trabalhavam na região - no caso específico dos bairros que compreendem a extensão do Baixo 4º Distrito (Figura 3.10.) -, o envolvimento da comunidade local, no processo de consulta, desenvolvimento e implantação dos projetos e ações da ZISPOA, se tornou quase nulo, e pouco eficiente para a realidade destes bairros, tornando-se,

²⁷⁸ “A ZISPOA está focada em se tornar o lugar mais sustentável e inovador da América Latina até 2020, através da realização de cinco objetivos principais, vir a ser o lugar: 1) Mais Alimentado por Energia Solar; 2) Mais Eficiente Energeticamente; 3) Mais Conectado Digitalmente; 4) Mais Amigável a Tecnologias Renováveis; e 5) Mais Amigável a Bicicletas.” (ZISPOA, 2017, p.1).

nas palavras de Luíza Ferreira de Macedo (2017) “[...], um movimento “pseudo bottom-up”.” (Ibid., p.112). Apesar destas limitações, a autora vê também pontos positivos nesta iniciativa:

Um ponto que é importante destacar que os projetos e ações da ZISPOA tiveram pouco envolvimento com a comunidade local, que era um dos objetivos do movimento, contudo os projetos e ações realizados pelo movimento, mesmo sendo de um público out-in, gera impacto social já que há uma preocupação de realizar projetos dentro do limite da ZISPOA (Ibid., p.88).

Já Oliveira (2016), argumenta que, apesar do discurso inclusivo e social associado à essas ações, sua abordagem possui ressonâncias com as práticas do projeto neoliberal:

É importante destacar que o trabalho de Weiss é financiado pelo Banco Mundial e que ele trabalha diretamente com estudantes das universidades locais em atividades sempre associadas ao empreendedorismo e à inovação configurando-se, também, como uma estratégia de difusão de práticas neoliberais.

Independentemente do foco, ou da abrangência, de suas ações, Refloresta, Villa Flores, Distrito C e ZISPOA, representam importantes vetores de atuação social, não somente como aglutinadores de ideias e práticas sustentáveis, mas também como demandantes e fiscalizadores das intervenções do Estado sobre o bem público.

Capítulo 6 - A questão da sustentabilidade no Baixo 4º Distrito de Porto Alegre

- 6.1 Pressuposto do desenvolvimento sustentável nas políticas públicas urbanas para o Baixo 4º Distrito: Masterplan do 4º Distrito de Porto Alegre**
- 6.2 Aplicação do Modelo de Verificação Emelianoff-Achselrad (MVEA)**
 - 6.2.1 Base Tecno-material (A modernização ecossistêmica da cidade)**
 - 6.2.2 Base Socioambiental (A justiça socioambiental na cidade)**

CAPÍTULO 6 - A QUESTÃO DA SUSTENTABILIDADE NO BAIXO 4º DISTRITO DE PORTO ALEGRE

Este capítulo se propõe a analisar o plano governamental “Masterplan do 4º Distrito de Porto Alegre: Revitalização Urbana e Reconversão Econômica” (MASTERPLAN-4D), de 2016, verificando se o mesmo atende aos preceitos para que seja considerado na perspectiva de um desenvolvimento urbano plenamente sustentável. Para tanto examinaremos como o plano responde aos critérios especificados no Modelo de Verificação Emelianoff-Achselrad (MVEA) - modelo desenvolvido e apresentado no subcapítulo 2.3 -, avaliando o seu grau de desempenho frente às sete dimensões da sustentabilidade urbana (três dimensões de base tecno-material e quatro de base socioambiental), sendo elas, respectivamente: i) Racionalidade ecoenergética; ii) Equilíbrio metabólico; iii) Pureza ecossistêmica; iv) Participação cidadã; v) Patrimônio integral; vi) Eficiência administrativa; e vii) Equidade sócio-territorial.

6.1 PRESSUPOSTO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS URBANAS PARA O BAIXO 4º DISTRITO: MASTERPLAN DO 4º DISTRITO DE PORTO ALEGRE

Entregue ao prefeito José Fortunati em 21 de dezembro de 2016 (Anexo M), o plano MASTERPLAN-4D foi elaborado em resposta ao Artigo 153 do 2º PDDUA - incluído na revisão de 2010 -, o qual determinava que, em prazo exequível, ao Executivo Municipal caberia apresentar um Projeto Especial de Impacto Urbano de 3º Grau - também referido como Operação Urbana Consorciada -, para a revitalização da região do 4º Distrito, “[...] visando à

obtenção de recursos.” (PMPA, 2011a, p.151). Assim, o PPAM de 2014-2017²⁷⁹ - gestão Fortunati - especificava também, junto a Ação nº2389²⁸⁰, sua determinação em elaborar um Masterplan do 4º Distrito, com o objetivo de:

Estabelecer políticas que busquem a dinamização da economia do 4º Distrito e a melhoria da qualidade de vida da região, por meio de ações diretas com os setores produtivos e com a comunidade e, assim como, a articulação com outras esferas de poder; promover oportunidades empresariais para o desenvolvimento urbano. (PMPA, 2015b, p.58)

Como referido anteriormente, no subcapítulo 5.2.3, o plano buscava atrair - através de um discurso direcionado ao fomento de novas tecnologias, estratégias de resiliência e grandes oportunidades de negócios - empresas nacionais e internacionais (e.g.: Airbus; Medical Valley) para investirem na região:

Para transformar uma região com muitos locais degradados e entregue a atividades econômicas de baixo valor em Área de Inovação Tecnológica, urbanamente agradável, socialmente inclusiva, ambientalmente sustentável e economicamente atraente foi definido um Objetivo Geral e caracterizados sete Objetivos Específicos, todos constituídos por estratégias de ação (NTU-UFRGS, 2017, p.5).

Com a finalidade de financiar estas estratégias de ação, o plano destacava o incentivo à Parcerias Público-Privadas (PPP) e a venda de CEPACs (Certificados de Potencial Adicional de Construção). Sendo importante, assim, para a viabilização do plano - através da flexibilização do regime urbanístico²⁸¹ -, o aumento significativo na compra de índices construtivos e o conseqüente incremento na densificação da área e verticalização das novas construções (Figura 5.19.). Independentemente das possíveis externalidades decorrentes deste modelo de negócio sobre o território, o Objetivo Geral do plano definia seus princípios básicos como sendo “[...] a inovação, a **sustentabilidade**, a resiliência social e ambiental e a inteligência territorial.” (Ibid.) (grifo nosso).

²⁷⁹ Em sua terceira alteração, que incluindo modificações até o dia 31 de dezembro de 2015.

²⁸⁰ Ação: 2389 - PLANO DE DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DO 4º DISTRITO, junto ao Programa - Desenvolvimento com Inovação (PMPA, 2015b, p.58).

²⁸¹ Flexibilização proposta através da utilização do instrumento da Operação Urbana Consorciada (Projeto Especial de Impacto Urbano de 3º Grau) (PMPA, 2011a, p.151).

6.2 APLICAÇÃO DO MODELO DE VERIFICAÇÃO EMELIANOFF-ACSELRAD (MVEA)

Isto posto, analisaremos a seguir - através dos critérios estabelecidos no Modelo de Verificação Emelianoff-Acselrad (Quadro 2.13 e 2.14) -, o plano governamental MASTERPLAN-4D, de 2016, interrogando seus objetivos e estratégias frente à dois campos específicos de ação da sustentabilidade urbana: um de base tecno-material, representado na modernização ecossistêmica do espaço urbano, e outro de base socioambiental, traduzido na busca pela justiça social e ambiental. Neste processo, dois documentos produzidos pelo Núcleo de Tecnologia Urbana da UFRGS, e publicizados amplamente pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA) - “Masterplan 4º Distrito: Revitalização Urbana e Reconversão Econômica” (NTU-UFRGS, 2016a)²⁸² -, e pelo Sindicato das Industrias da Construção Civil no Estado do Rio Grande do Sul (SINDUSCON-RS) - “Masterplan 4D: Operação Urbana Consorciada para Revitalização Urbana e Reconversão Econômica do 4º Distrito de Porto Alegre” (NTU-UFRGS, 2017)²⁸³ -, serão analisados, uma vez que os documentos finais - Plano e Minuta de Lei Complementar - ainda não se encontram disponíveis para consulta pública²⁸⁴. Reiteramos também, que outros autores (OLIVEIRA, 2017) e (MARX; ARAÚJO; SOUZA, 2019) utilizaram estes mesmos documentos supracitados como base para suas reflexões sobre o plano MASTERPLAN-4D. As informações analisadas neste capítulo serão compiladas no quadro síntese 6.1.

6.2.1 Base Tecno-material (A modernização ecossistêmica da cidade)

Como referido anteriormente, no subcapítulo 2.3, este campo baseia-se nas premissas de não desperdiçar e não poluir, bem como na busca por soluções e ajustes de uma matriz de base técnica e sanitária, visando a redução tanto no uso de recursos e na produção de rejeitos,

²⁸² Este documento pode ser encontrado no site da PMPA, <<http://4distrito.portoalegre.rs.gov.br/>>, dedicado a promover o plano - entre a população e os investidores - com o slogan: “O lugar mais inovador da América Latina está nascendo. Masterplan: o futuro da região em detalhes.”

²⁸³ Documento premiado com o Sinduscon Premium 2016/2017. (Para mais informação ver Anexo P). Documento disponível em: <http://www.sinduscon-rs.com.br/premium2017/assets/uploads/PREMIO_SINDUSCON_NTU.pdf> Acesso em: 4 nov. 2017.

²⁸⁴ O autor teve acesso, para consulta, de uma cópia dos documentos finais - Plano e Minuta de Lei Complementar -, quando em visitas de pesquisa (11 e 22 de dezembro de 2017) junto ao escritório contratado pela PMPA para a elaboração do plano. Assim, é possível afirmar que os dois documentos analisados representam um resumo fidedigno das estratégias e objetivos propostos e inclusos nos documentos finais.

como nas emissões de gases e outros poluentes, caracterizado também por uma melhor distribuição da população e atividades no espaço urbano.

As três dimensões que representam estas práticas são: i) Racionalidade ecoenergética; ii) Equilíbrio metabólico; e iii) Pureza ecossistêmica.

i) Racionalidade ecoenergética:

A racionalidade ecoenergética é representada pela busca da redução do consumo de matéria-energia não renovável através da promoção do uso de energias renováveis, assim como do estímulo à processos de reciclagem e reutilização de resíduos.

O MARSTERPLAN-4D, propõe:

- o uso das coberturas de grandes áreas para a produção de energia através da instalação de placas fotovoltaicas (estimativa de 1.500m² de área disponível);
- Incentivo à instalação de placas fotovoltaicas nas fachadas e coberturas para geração de energia;
- Estudo volumétrico dos quarteirões e edificações, para melhor desempenho lumínico e otimização na captação de energia solar.

Os estudos volumétricos seriam desenvolvidos com o auxílio da ferramenta computacional CityZoom, um programa desenvolvido e licenciado pelo Núcleo de Tecnologia Urbana da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (NTU-UFRGS), para a construção e estudo de modelos urbanísticos tridimensionais²⁸⁵. Segundo o Coordenador do NTU-UFRGS e Coordenador Técnico da equipe da UFRGS responsável pelo desenvolvimento do plano, o docente Benamy Turkienicz (PMPA, 2016d, p.9), o programa CityZoom calcularia a exposição solar de cada prédio estimando a quantidade de produção de energia fotovoltaica possível no 4º Distrito (VIDAL, 2016, p.3).

O plano também menciona o incentivo ao uso de tecnologia “verde” nas edificações, e a criação de infraestruturas avançadas de Telecomunicações e Distribuição de Energia - estratégias contidas no Objetivo 3: Infraestrutura Urbana (NTU-UFRGS, 2016a, p.4; 2017, p.6)

²⁸⁵ Parte do contrato com a prefeitura estipulava a capacitação dos técnicos do município no uso da ferramenta: “[...], será ministrada capacitação no uso de modelos digitais, em especial do software CityZoom - parte presencial e parte EAD -, tendo por objetivo colocar ao alcance dos técnicos do município ferramentas para simulação do impacto construtivo, monitoramento ambiental e uso do solo no território municipal.” (NTU-UFRGS, 2017, p.2).

-, porém o mesmo não são especificados os mecanismos de incentivo, implementação e controle desses sistemas.

Em relação a processos de reciclagem e reutilização de resíduos, o plano não apresenta, ou detalha, nenhuma ação específica, apenas mencionando brevemente a intenção em promover soluções “[...] resilientes para o gerenciamento de águas urbanas, manejo de resíduos e produção de energia.” (NTU-UFRGS, 2017, p.6).

ii) Equilíbrio metabólico:

O grau de Equilíbrio Metabólico pode ser verificado através da distribuição equilibrada entre matérias e fluxos; do encorajamento à uma economia de proximidade - geração local de matéria-energia; processamento e tratamento local de resíduos; funções mistas distribuídas pelo território -, gerando capacidade adaptativa e resiliente para superar condições de vulnerabilidade.

Como referido anteriormente, parte da energia seria produzida localmente através do uso de placas fotovoltaicas, entretanto, na documentação pública disponível sobre o plano, não são mencionadas ações específicas relativas ao processamento e tratamento local de resíduos.

O estímulo à miscigenação de usos e a construção de edificações multifuncionais, aparecem nos Objetivo 2 (Urbanidade) e 5 (Solo Público) (Ibid., p.6-7), através da Transferência de Potencial Construtivo (TPC), instrumento este referido no plano como “[...] principal moeda de troca do solo privado para solo público.” (Ibid., p.7). Entretanto, Helterson Leite (2017, p.4) adverte para os riscos no uso deste instrumento como uma prática essencialmente arrecadatória:

[...] quando estes instrumentos ganham coloração fiscal, pode-se argumentar que sua utilização deixaria de ter intenção urbanística e passaria a ter pleno intento arrecadatório, visando apenas abastecer o Erário, a despeito do resultado concreto no espaço e de sua função no ordenamento e planejamento urbano.

O plano também indica a distribuição de equipamentos públicos, áreas verdes e habitação de interesse social (HIS) juntos às quadras consorciadas (totalizando 25% da área da quadra), porem o mesmo não especifica outros mecanismos de distribuição destes usos para o restante da área.

Parte da sua capacidade adaptativa de resiliência - frente aos constantes alagamentos existentes na região -, viria da construção de reservatórios de retenção de águas, através de incentivos aos proprietários para a construção, em seus lotes, de áreas passíveis de alagamento para amortecimento de águas. Novamente, não são especificados os mecanismos de incentivo e controle para tais ações.

iii) Pureza ecossistêmica:

A Pureza ecossistêmica evoca o controle e manejo das práticas e tecnologias urbanas, que por sua artificialidade poderiam impregnar o ecossistema com substâncias nocivas e tóxicas. Seus parâmetros especificam o tratamento de rejeitos, sistemas de medição, controle e restrição sobre as emissões de gases e outros poluentes, incentivo à pedestrianização, programas cicloviários e ao transporte coletivo, e restrições ao uso do transporte particular.

Esta é provavelmente a dimensão na qual o plano apresenta o pior grau de sustentabilidade urbana, uma vez que não é mencionada ou detalhada nenhuma prática ou tecnologia referente ao tratamento de rejeitos ou as emissões de gases e outros poluentes. São mencionadas as propostas municipais para a implementação de uma rede cicloviária na região²⁸⁶, com a inclusão de novas ciclovias (NTU-UFRGS, 2016a, p.49-50), e anunciados a articulação de diferentes modais de transportes e o incentivo à caminhabilidade (Objetivo 4), porém, sem apresentar nenhuma ação específica para a sua implementação.

6.2.2 Base Socioambiental (A justiça socioambiental na cidade)

Este campo está relacionado aos componentes de base socioambiental, cultural e institucional das práticas urbanas, no que tange às condições plenas da participação cidadã nas discussões e pactos sociais, na preservação do patrimônio integral da cidade, e na reconstituição da legitimidade das políticas públicas para adequação dos serviços urbanos às demandas de toda a população.

As quatro dimensões que representam estas práticas são: iv) Participação cidadã; v) Patrimônio integral; vi) Eficiência administrativa; e vii) Equidade sócio-territorial.

²⁸⁶ Projeto PDCI 2008, Projeto PDMU 2015, e Projeto de Conexão (todas em estágios de projeto). A ciclovia sobre a Rua Voluntários da Pátria, aparece como “obra” (NTU-UFRGS, 2016a, p.49).

iv) Participação cidadã:

A Participação cidadã se faz representar através da existência de estruturas formais e informais que favoreçam estratégias de diálogo, negociação e participação política da população. Pactos sociais que resultem na institucionalização da representação coletiva e na promoção da inclusão social.

Segundo o plano, a promoção da gestão participativa estaria assegurada através da criação de um Conselho Gestor, integrado por membros do governo, instituições de ensino e pesquisa, empreendedores e sociedade civil. Entretanto, se tomarmos o processo de consulta para a elaboração do MASTERPLAN-4D como um direto precedente - Quadro 5.1 e depoimentos dos agentes do Setor Coletivo entrevistados (Capítulo 5) -, veremos uma grande possibilidade de que a população local seja colocada novamente à margem deste processo; participantes de uma estrutura montada com o objetivo de gerar uma ilusória aparência de participação e poder decisório. Além de que, nestes cenários de coalisões e espaços convidados (MIRAFTAB, 2016), não é incomum encontrarmos uma participação social operada por conselheiros que valorizem fins individuais, ou corporativos, acima dos desejos e vontades da maioria.

Em relação a promoção da inclusão social, o plano indica a distribuição de habitação de interesse social (HIS) junto às Quadras Consorciadas (5% da área da quadra), assim como o uso dos recursos provenientes da venda de Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPACs) para a produção e qualificação de HIS²⁸⁷ (NTU-UFRGS, 2016a, p.7). Mesmo visto como um ponto positivo, o sucesso desses dispositivos dependerá de uma série de fatores, entre os quais o interesse do setor imobiliário em investir capital na compra de terrenos e CEPACs, e na real destinação destes fundos para projetos de caráter social. Cabe lembrar, que em outras operações urbanas - como no caso da Operação Urbana Porto Maravilha (RJ) -, a procura do setor imobiliário pela compra dos CEPACs foi um fracasso (GIANNELLA, 2019, p.17), e os fundos, destinados à construção de escolas e postos de saúde, foram utilizados - com anuência do Conselho Gestor do projeto - na construção do Museu do Amanhã (OLIVEIRA, 2016, p.94).

Segundo Glauco Bienenstein, Daniel de Sousa e Regina Bienenstein (2018, p.5), a venda de CEPACs, através do instrumento da Operação Urbana Consorciada, surge:

²⁸⁷ O plano menciona também a flexibilização de padrões construtivos de HIS. Esta é uma proposta que sempre causa preocupação, uma vez que essa flexibilização pode levar a baixos padrões de qualidade e desempenho das novas edificações.

[...] como alternativa para gestões municipais submetidas a estrangulamentos financeiros, transformando-se numa espécie de “fórmula mágica” (FIX, 2001), numa “janela de oportunidades” que não pode ser desperdiçada. São Paulo, há mais de duas décadas, vem convivendo com a implantação dessas Operações [Operação Urbana Faria Lima, SP; Operação Urbana Água Branca, SP], e o Rio de Janeiro estrutura a OUC do Porto Maravilha entre outras propostas.

v) Patrimônio integral:

O Patrimônio integral compreende aspectos materiais e imateriais, relativos a preservação e valorização tanto do patrimônio físico - natural e construído - como de questões referentes à cultura, caráter, pertencimento e identidade local.

Em relação à preservação e promoção do patrimônio histórico construído, o plano introduziu o conceito de Bacias Visuais. São identificados uma série de Marcos Visuais (silos; chaminés; edifícios representativos)²⁸⁸, e classificados segundo sua influência na escala regional, urbana e local. Assim, a partir de dois pontos de observação - a Ponte do Guaíba e o Morro Ricaldone -, a “visada” (e.g.: *viewshaft*) dos Marcos Visuais de escala regional²⁸⁹ deveria ser preservada (NTU-UFRGS, 2016a, p.15). Este conceito se configura como uma proposta importante para a preservação e valorização do Patrimônio integral do Baixo 4º Distrito. Entretanto, o plano não especifica que mecanismos de controle serão usados para reforçar essas determinações, ainda mais em um projeto que tem na venda do potencial construtivo - e sua decorrente verticalização - o principal motor econômico para viabilizar a transformação da área:

A previsão de promover uma compatibilização entre o patrimônio a ser mantido e as novas construções, além da consideração das ambiências urbanas e marcos visuais são citados entre os objetivos na elaboração do Masterplan (NTU-UFRGS, 2017). Contudo, é necessário que as incorporadoras imobiliárias que serão atraídas para investir na região comprometam-se com a qualidade dos projetos (MARX; ARAÚJO; SOUZA, 2019, p.10)..

Questões relativas à preservação e valorização da identidade local, caráter, sensação de pertencimento, e heranças construídas ao longo do tempo, estariam intrinsicamente ligadas à permanência, no Baixo 4º Distrito, do comércio e da população local - os verdadeiros guardiões

²⁸⁸ Os Marcos Visuais selecionados são: Elevador da Ponte; Chaminé DC Navegantes; Paróquia Nossa Senhora dos Navegantes; Paróquia da Paz; Chaminé Neugebauer; Antigo Cinema Navegantes; Edifício Dufrio; Colégio Concórdia; Chaminé Fiategi; Silos; Igreja Polonesa (NS de Monte Claro); Moinho Riograndense; Silos Maltaria Navegantes; Igreja Metodista; Igreja São Geraldo; Edifício Clube Gondoleiros; Prédio Unimed; Silos da CESA; Igreja São Pedro; Igreja Batista da Floresta; Edifício Secretaria de Segurança Pública; Igreja Santa Terezinha; Edifício Ely; Edifício Sulbanco; Chaminé Shopping Total (NTU-UFRGS, 2016a, p.14).

²⁸⁹ Os Marcos Visuais de escala regional selecionados são: Elevador da Ponte; Chaminé DC Navegantes; Chaminé Neugebauer; Edifício Dufrio; Chaminé Fiategi; Silos; Silos Maltaria Navegantes; Silos da CESA; Edifício Secretaria de Segurança Pública (Ibid., p.15).

de suas histórias e memórias. Contudo, o plano o se esforçou em apresentar a região como uma área “[...] pouco ocupada e com potencial de rápida transformação.” (NTU-UFRGS, 2017, p.10). Neste caso, dificilmente o comércio e os moradores locais permanecerão na área, sendo vítimas de um processo de renovação urbana de dimensão classista (SMITH, 2006), marcada pela “limpeza social”, especialmente por intermédio da expulsão da população de baixa renda.

vi) Eficiência administrativa:

A Eficiência administrativa decorre da gestão adequada e eficiente dos recursos públicos, e da sua capacidade política e institucional na promoção e distribuição desses recursos de acordo com as prioridades locais.

O plano governamental MASTERPLAN-4D apresenta, como um de seus objetivos, a promoção da “[...] gestão participativa no desenvolvimento do território e a qualificação do sistema de planejamento.” (NTU-UFRGS, 2016a, p.2), através da criação de um Grupo Gestor. Este Grupo Gestor, baseado no conceito de Hélice Quádrupla, seria integrado por membros do governo, instituições de ensino e pesquisa, empreendedores e sociedade civil. Este sistema de gestão estaria organizado em três níveis de atuação: 1º) Conselho Gestor - formado pelos membros do Grupo Gestor; 2º) Estrutura Executiva - empresa (pessoa jurídica integrada à Administração Municipal)²⁹⁰ responsável por gerir os ativos e recursos; e 3º) Atuação Integrada dos Órgãos Municipais - intercâmbio de informações e definição do papel de cada Secretaria Municipal, Departamento e Empresa Pública. Seria também implementado um sistema de monitoramento e controle do território, com o objetivo de desenvolver “[...] um método sistemático para monitorar a evolução do sistema urbano que qualifique o gerenciamento e a atuação técnica e viabilize a participação da sociedade.” (Ibid., p.79).

Se por um lado esta estrutura é vista como um passo positivo com relação à Eficiência administrativa na gestão e distribuição dos recursos, cabe aqui lembrar a natureza empresarial do plano - tendo como *modus operandi* a preocupação em criar atrativos para a indústria da construção civil em troca da venda de potenciais construtivos (NTU-UFRGS, 2017, p.14) -, aliada à fragilidade dos mecanismos de participação cidadã num contexto de desmonte do Estado e de fragmentação do tecido social (MAGALHÃES, 2006).

²⁹⁰ Aos moldes da InvestePOA (Empresa de Gestão de Ativos do Município).

vii) Equidade sócio-territorial:

A Equidade sócio-territorial pode ser avaliada através do grau de democratização ao acesso dos serviços públicos, e da promoção e valorização dos espaços de convívio urbano à toda a população, através da sua distribuição igualitária sobre todo o território.

O plano indica a localização de alguns desses equipamentos públicos - educação e saúde -, assim como áreas de lazer, praças e jardins públicos, “[...] em terrenos doados pela iniciativa privada através do mecanismo de TPC.” (NTU-UFRGS, 2017, p.7). Seguindo este conceito, 20% da área das Quadras Consorciadas - quadras identificadas pelo seu alto potencial de transformação no curto prazo (OLIVEIRA, 2016) - seria destinada à equipamentos públicos (10%) e áreas verdes/espços públicos (10%). Novamente, o sucesso deste tipo de ação estará diretamente vinculado ao interesse do setor imobiliário em investir capital na compra desses terrenos, e no subsequente direcionamento dos fundos administrados pelo Conselho Gestor na construção dos equipamentos públicos. Fora o mecanismo de TPC, aplicado junto às Quadra Consorciadas, o plano não especifica outras ações para a distribuição desses equipamentos no restante da área do Baixo 4º Distrito.

É possível constatar, que a estratégia utilizada, para promover a equidade sócio-territorial, baseia-se unicamente na venda de potencial construtivo e na doação de terrenos pela iniciativa privada, ficando aparente, como referido anteriormente, a fragilidade sistêmica (econômica, administrativa e executiva) deste tipo de proposta.

Através da aplicação do Modelo de Verificação Emelianoff-Achselrad - sintetizado no quadro 6.1. -, é possível identificar, no plano governamental MASTERPLAN-4D, estratégias positivas em relação a alguns campos específicos de ação da sustentabilidade urbana, em particular a adoção de procedimentos de redução do consumo de matéria-energia não renováveis, a preservação do patrimônio histórico construído através de Bacias Visuais, e a criação de Conselhos Gestores responsáveis pela definição de prioridades para a alocação dos recursos. Entretanto, a falta de maior especificidade nos mecanismos de incentivo, implementação e controle desses sistemas, assim como a falta de estratégias para o tratamento, reciclagem, e reutilização de resíduos, demonstram algumas das limitações e falhas observadas no plano.

Quadro 6.1. Quadro síntese do MVEA para o plano MASTERPLAN-4D, de 2016.

| Base | Dimensão | Critério (ação e promoção) | Características do Plano MASTERPLAN-4D | Grau de Sustentabilidade Urbana (Alto; Médio Alto; Médio; Médio Baixo; Baixo; e Nulo) |
|-----------------------|--|--|--|---|
| TECNO-MATERIAL | Racionalidade ecoenergética | 1. Redução do consumo de matéria-energia não renováveis através da promoção do uso de energias renováveis; | Uso das coberturas de grandes áreas para a produção de energia através da instalação de placas fotovoltaicas; Incentivo à instalação de placas fotovoltaicas nas fachadas e coberturas para geração de energia; Estudo volumétrico dos quarteirões e edificações (CityZoom) para melhor desempenho lumínico e otimizando na captação de energia solar; Incentivo ao uso de tecnologias “verde” nas edificações, entretanto não são especificados os mecanismos de incentivo, implementação e controle desses sistemas. | Médio Alto |
| | | 2. Reciclagem e reutilização de resíduos. | O plano não cita ou detalha nenhuma ação específica. | Nulo |
| | Equilíbrio metabólico | 3. Uso local nos processos de geração e tratamentos de matéria-energia e resíduos; | Uso local de placas fotovoltaicas; O plano não cita ou detalha nenhuma ação específica em relação ao tratamento local de resíduos. | Médio Baixo |
| | | 4. Distribuição equilibrada da população e de funções mistas junto ao território; | Uso do instrumento de Transferência de Potencial Construtivo (TPC) como estímulo à miscigenação de usos junto às quadras consorciadas (25% da área da quadra), mas não especifica outros mecanismos de distribuição destes usos para o restante da área. | Médio Baixo |
| | | 5. Capacidade adaptativa e resiliente para superar condições de vulnerabilidade. | Construção de reservatórios de retenção de águas, entretanto não são especificados os mecanismos de incentivo e controle sobre tais ações. | Médio Baixo |
| | Pureza ecossistêmica | 6. Tratamento dos rejeitos; | O plano não cita ou detalha nenhuma ação específica. | Nulo |

| | | | | |
|-----------------------|----------------------------------|---|--|-------------|
| | | 7. Sistemas de medição, controle, e restrição sobre as emissões de gases e outros poluentes; | O plano não cita ou detalha nenhuma ação específica. | Nulo |
| | | 8. Incentivo à pedestrianização, programas cicloviários e ao transporte coletivo; | O plano cita a proposta municipal da rede cicloviária para a área (nenhuma obra concluída) e anuncia a promoção de diferentes modais de transportes e o incentivo a caminhabilidade, mas não detalha nenhum mecanismo para a sua implementação. | Médio Baixo |
| | | 9. Restrição ao uso do transporte particular. | O plano não cita ou detalha nenhuma ação específica. | Nulo |
| SOCIOAMBIENTAL | Participação cidadã | 10. Construção de estratégias formais e informais de diálogo, negociação e participação política; | Criação de um Conselho Gestor; Risco de gerar apenas uma ilusória aparência de participação e poder decisório. | Médio |
| | | 11. Promoção da inclusão social. | Localização de habitação de interesse social junto às quadras consorciadas (5% da área da quadra); Flexibilização de padrões construtivos de HIS; Uso dos recursos provenientes da venda de CEPACs para a produção e qualificação de HIS; Risco dos recursos não serem usados para este fim. | Médio Alto |
| | Patrimônio integral | 12. Preservação e promoção do patrimônio histórico construído; | Preservação de Bacias Visuais; Uso dos recursos provenientes da venda de CEPACs para a preservação do patrimônio histórico construído; Entretanto, o plano não especifica que mecanismos de controle serão usados para reforçar essas determinações. | Médio |
| | | 13. Preservação e valorização do patrimônio vivo e natural; | O plano não cita ou detalha nenhuma ação específica. | Nulo |
| | | 14. Preservação e valorização da cultura, caráter, pertencimento e identidade local. | O plano apresenta a região como uma área abandonada e sem vida; Aumento do risco de gentrificação com a expulsão da população de baixa renda. | Baixo |
| | Eficiência administrativa | 15. Promoção à eficiência na administração dos recursos públicos; | Criação de um Grupo Gestor encarregado em acompanhar a implementação do plano. Fragilidade dos mecanismos de participação e decisão cidadã. | Médio |

| | | | | |
|--|--|---|--|--------------------|
| | | 16. Promover a distribuição desses recursos de acordo com as prioridades locais. | Criação de Conselho Gestor responsável pela definição de prioridades para a alocação de recursos; Plano de natureza empresarial, com risco dos recursos não serem distribuídos de acordo com as prioridades locais. | Médio |
| Equidade sócio-territorial | | 17. Promoção da equidade social através da democratização na alocação dos serviços públicos; | Localização de equipamentos públicos junto às quadras consorciadas (10% da área da quadra), mas não especifica outros mecanismos de implementação destes equipamentos para o restante da área. | Médio Baixo |
| | | 18. Promoção e valorização dos espaços públicos e do convívio urbano junto a todo o território. | Criação de novas áreas verdes e de lazer junto às quadras consorciadas (10% da área da quadra), mas não especifica outros mecanismos de implementação destes espaços para o restante da área. | Médio Baixo |
| Grau de Sustentabilidade Urbana | | | | Médio Baixo |

Fonte: Quadro desenvolvido por C.Wagner (2019).

Também são identificadas ações voltadas a atrair o interesse do setor imobiliário para a região, através da adoção de parcerias público-privadas, da flexibilização das normas urbanísticas, e da utilização de mecanismos de venda de potenciais construtivos. Ações como estas, refletem as dinâmicas de um processo contemporâneo de financeirização do espaço urbano, onde o Estado, declarando condições financeiras precárias, justifica operações urbanas de venda e flexibilização de índices como a única solução viável para a “revitalização” de “[...] áreas chamadas de “novas centralidades” ou áreas de expansão do capital imobiliário, como é o caso do 4º Distrito.” (MARX; ARAÚJO; SOUZA, 2019, p.9). O foco destas ações não está na população residente, mas na valorização do solo e na atração de investidores nacionais e estrangeiros, gerando com isso “[...] o risco do avanço do empreendedorismo urbano e da gentrificação da área [...]” (Ibid., p.18).

Em conclusão, o plano MASTERPLAN-4D, de 2016, pode até atender às exigências governamentais especificadas no Termo de Referência e Contrato assinado junto à PMPA, porém, de acordo com a avaliação do modelo MVEA, o mesmo apresenta um grau Médio Baixo de sustentabilidade urbana, não atendendo, assim, aos preceitos - estabelecidos por este trabalho acadêmico - para que seja considerado na perspectiva de um desenvolvimento urbano plenamente sustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Que ninguém se engane, só consigo a simplicidade através de muito trabalho.

Clarice Lispector

Nesta tese, buscamos refletir sobre a questão da sustentabilidade nas políticas de desenvolvimento urbano do município, através do resgate e análise dos diversos planos e ações propostos para a área do Baixo 4º Distrito de Porto Alegre. Investigar o padrão de desenvolvimento sustentável dos nossos municípios é fundamental em um planeta com uma população cada vez mais urbana e cidades cada vez maiores. Em uma sociedade caracterizada pela urbanização incompleta e exclusiva, o paradigma da sustentabilidade se transforma em algo ainda mais desafiador, e debruçar-nos sobre essa realidade se faz absolutamente necessário, assim como contribuir para a construção de políticas públicas que atendam aos preceitos de um desenvolvimento urbano plenamente sustentável.

Neste contexto, partimos para uma leitura sistêmica e transversal dos vários processos que compõem a estrutura da cidade, investigando os diferentes discursos sobre a sustentabilidade urbana, destacando a existência de várias articulações de bases tecno-materiais e socioambientais. A noção de sustentabilidade urbana passa a ser compreendida através de diferentes perspectivas e percepções, uma vez que essa está vinculada às mudanças ocorridas na sociedade, em seus diversos processos de desenvolvimento. Muitos desses, contribuindo para o aumento das vulnerabilidades estabelecidas no espaço da cidade, emergindo com isso, diversas representações e interpretações da mesma, para descrever os aspectos inerentes à sustentabilidade ou a insustentabilidade do urbano.

Parte da motivação em desenvolver esta pesquisa, partiu do interesse em resgatar o histórico dos diversos planos e projetos governamentais propostos para a reestruturação do antigo distrito industrial de Porto Alegre. Através da investigação de documentos elaborados pela PMPA e a realização de entrevistas com diversos profissionais técnicos que participaram dessas ações, foi possível identificar o recorte temporal ao qual o trabalho deveria se ater: 1995 à 2016. Estabelecido em 1995, o Projeto Porto Alegre Tecnópole (PAT) representou a primeira

ação governamental claramente estruturada com o objetivo de propor a revitalização urbana e a reconversão econômica de Regiões de Potencial Tecnológico (REPOTs), a partir de uma estratégia baseada em ações tecnopolitanas capazes de valorizar as competências em ciências e tecnologia já existentes na sua região de influência econômica. Nesta ocasião, a região do Baixo 4º Distrito foi identificada como um Polo Eletroeletrônico. O recorte temporal se encerra em 2016, com a entrega do plano governamental Masterplan do 4º Distrito (MASTERPLAN-4D), que propôs uma lei diferenciada para o desenvolvimento da área. A elaboração de um Projeto Especial de Impacto Urbano de 3º Grau (Operação Urbana Consorciada), para a revitalização urbana com reconversão econômica do 4º Distrito, já estava contemplado na revisão de 2010 (L.C. n 646, de 22 de julho) do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre (Art. 83, inciso V; Art., 153).

Esta investigação também permitiu identificar e caracterizar esses planos e projetos governamentais - produzidos nas últimas três décadas -, em 3 diferentes períodos, representativos tanto de posições político-ideológicas, como das dinâmicas econômicas e espaciais que preconizavam. O período Tecnológico, de 1995 à 2004, se caracterizava pela ênfase na questão da modernização produtiva e da inovação tecnológica como ferramenta para a reestruturação urbana da região, através do fomento à pequenas e médias empresas do setor eletroeletrônico localizadas nos bairros São Geraldo, Navegantes e Floresta. O período Copa do Mundo, entre 2006 e 2009, não apresentava uma clara estratégia de reconversão econômica para a região, prospectando apenas oportunidades de financiamento, através de recursos do governo federal e fundos internacionais, para obras de infraestrutura e mobilidade urbana, tendo como horizonte a realização da Copa do Mundo de 2014. É também um período que se caracterizou pelos efeitos do neoliberalismo nas políticas públicas, através de ações voltadas, preferencialmente, ao apoio às grandes empresas e a formulação de programas de parceria público-privada como o principal eixo de intervenção e negociação do município. Já o período Consorciado, de 2013 à 2016, se caracterizou por intensificar a participação privada no aporte de capitais para o financiamento das políticas públicas, através da criação de fundos de investimentos e da venda de potencial adicional de construção como principais estratégias para a revitalização urbana e reconversão econômica da região, porém, com um maior poder de flexibilização dos regimes fiscais e urbanísticos propiciado pelo instrumento da Operação Urbana Consorciada (OUC). Mesmo sendo um instrumento - instituído pelo Estatuto da Cidade - que tem como objetivo a busca pela justiça social e a viabilização do direito de todos à cidade

formal, outros exemplos de OUCs (e.g.: Operação Urbana Faria Lima, SP; Operação Urbana Água Branca, SP; Operação Urbana Porto Maravilha, RJ; Operação Urbana Rio das Pedras, RJ) já demonstraram sua ineficácia como instrumento legal na justa distribuição dos ônus e bônus das transformações urbanas (FIX, 2000).

Outra constatação da pesquisa, referente aos diferentes períodos representativos destas ações, está na falta de continuidade das suas políticas, planos e projetos. A velha prática da descontinuidade emerge a cada troca de gestão que represente um novo partido político à frente do governo municipal. Projetos são interrompidos, planos são abandonados, conhecimentos e informações são esquecidos. Constantes reformulações junto às secretarias e departamentos - com a troca de nomes e o desmonte do conhecimento técnico e “saber consagrado” das equipes - faz com que “novos” projetos sejam reinventados a partir da estaca zero, sem nenhuma referência ou articulação com a história e o conhecimento adquirido através de planos e propostas passadas. Assim, o Baixo 4º Distrito perde, e a cidade perde.

A análise dos planos e projetos do recorte temporal serviu também de fundamentação na construção de uma nova interpretação para a abrangência da área do 4º Distrito, baseada nas distintas particularidades identificadas em suas porções norte e sul. Apoiado nessa investigação, este trabalho propôs o uso da denominação “Baixo 4º Distrito” quando nos referirmos a sua porção sul - área abrangida pela totalidade dos bairros Marcílio Dias, Floresta, São Geraldo, Navegantes e uma pequena fração sul do bairro Humaitá -, e “Alto 4º Distrito” para descrevermos a sua porção norte - área abrangida pela totalidade do bairro Farrapos e grande parte do bairro Humaitá. O traçado da nova ponte sobre o Guaíba e a duplicação da Rua Dona Teodora - importantes elementos viários e fortes divisores físicos da estrutura urbana - demarcam o limite entre as duas áreas.

Outra questão que motivou este trabalho foi a busca pela definição de critérios para a construção de um modelo de verificação do grau de real sustentabilidade contido nas políticas públicas de desenvolvimento urbano. Alguns autores (ACSELRAD, 2004; BEZERRA, 2005; MAGALHÃES, 2006) consideram que o termo sustentabilidade vem sendo empregado como um artifício discursivo, repleto de ideologias socialmente hegemônicas, para instaurar um pensamento unificado de modo a legitimar os interesses de determinados agentes produtores do espaço urbano. Em um primeiro momento, a discussão sobre a produção deste possibilitou refletir a cerca da atuação desses agentes e o rebatimento das suas ações em relação ao território, bem como compreender os efeitos do modo de produção capitalista sobre esse processo. O

desenvolvimento urbano é, assim, resultado da ação e atuação desses agentes sociais, em especial do Estado, através dos governos organizados nas diversas esferas da federação, em um contexto de capitalismo periférico onde o desenvolvimento de certas partes do sistema ocorre às custas do subdesenvolvimento de outras. Essa atuação dos governos para a reestruturação do urbano se materializa através das políticas públicas, que condicionam o desenvolvimento das cidades. A redefinição do papel do Estado, e de suas políticas públicas, em uma contemporaneidade marcada pelo empreendedorismo urbano e uma maior independência do setor financeiro e bancário, reflete o modo de inserção das cidades em uma regulação que é própria ao capitalismo em sua fase flexível (HARVEY, 1998), replicando, assim, uma lógica na qual o espaço urbano é produzido, essencialmente, para o negócio.

Frente a isso, o aumento na competitividade entre as cidades, levando a um processo em que as mesmas procuram se estabelecer como novos centros financeiros, de consumos ou entretenimento, representa, como indicam Soja (1993) e Harvey (1998), uma tentativa de construir um novo modo de regulação urbana compatível com os requisitos das práticas neoliberais. Neste contexto, a busca de um selo de garantia “sustentável” estaria diretamente associada a estratégias do modelo de cidade-empresa, cidade competitiva (VAINER, 2000b; ROLNIK; FREIXO; ANANIAS, 2012), sendo esta condição um dos atributos *sine qua non* para a atração de investimentos no contexto da globalização e do capital transnacional. Este fenômeno representa um processo de ambientalização da consciência social (BEZERRA, 2005), no qual o discurso da sustentabilidade é assim utilizado operacionalmente pelas classes hegemônicas em seu próprio benefício. A sustentabilização do debate sobre políticas públicas tende a buscar a instauração de consensos simbólicos, com o objetivo de dar às cidades, e seus gestores, um atributo a mais para atrair capitais através de uma dinâmica - via de regra predatória (ACSELRAD, 2004) - voltada à competição interurbana.

A investigação sobre as origens do conceito de desenvolvimento sustentável proporcionou a oportunidade de contribuir com um levantamento histórico e cronológico das circunstâncias que determinaram a busca por um novo paradigma de desenvolvimento e a definição das suas dimensões conceituais. Este olhar nos permitiu constatar que tanto o conceito como a noção de desenvolvimento sustentável ainda carregam um estado de incerteza na construção do seu significado e na sua consequente aplicação, evidenciando a imprecisão e a multiplicidade de leituras possíveis e até mesmo simultâneas que o tornam impreciso enquanto elemento norteador de políticas públicas. Isto se deve tanto à questão temporal, de uma ação

presente influenciar um estado de sustentabilidade futura - algo que só poderá ser verificado e comprovado com o passar do tempo -, como pela amplitude e diversidade das dimensões conceituais que compõe este processo. Assim, em concordância com Acselrad (2009), torna-se necessário pensar o desenvolvimento sustentável a partir da inclusão e inter-relação de diferentes aspectos tratados todos de forma sistêmica, uma vez que suas dimensões sociais, econômicas, ambientais, culturais e institucionais estão intrinsicamente associadas. Pensar em um novo modelo de desenvolvimento sustentável significa, necessariamente, buscar um novo equilíbrio entre essas forças (dimensões), guiadas por uma consciência holística, numa visão de conjunto, em que os diversos sistemas estão interagindo e influenciando uns aos outros.

Tendo como base a classificação e caracterização das distintas representações e práticas sustentáveis de cidades identificadas por Emelianoff (1995) e Acselrad (2009a), esta tese propôs a construção de um modelo conceitual e operacional - Modelo de Verificação Emelianoff-Acselrad (MVEA) - capaz de avaliar o grau de real sustentabilidade contido nas políticas públicas de desenvolvimento urbano. A sua aplicação se mostrou válida e adequada possibilitando uma análise mais complexa, explorando várias dimensões do plano governamental Masterplan do 4º Distrito (MASTERPLAN-4D), de 2016, visto que planos desta envergadura podem apresentar intenções ambiciosas em seus objetivos e estratégias, sem necessariamente demonstrarem a capacidade para implementá-las.

A análise do plano MASTERPLAN-4D permitiu identificar o uso de uma narrativa ambientalizada, influenciada tanto pela elaboração do Plano Estratégico de Resiliência (PER) de Porto Alegre - produzido entre 2014 e 2016 -, como por objetivos político-econômicos que visavam, entre outros, a captação de financiamentos nacionais e internacionais, para os quais as “garantias” sustentáveis se faziam necessárias. As representações propostas indicavam a busca por consensos, através de um protagonismo urbano ancorado em promessas de um desenvolvimento plenamente sustentável e, conseqüentemente, resiliente, em uma espécie de *city marketing* (MATTOS, 2007) ecológico. Entretanto, o plano acabou se mostrando uma estratégia de reestruturação urbana compatível com as dinâmicas de um capitalismo flexível (ACSELRAD, 2004), tendo como principal objetivo atrair o interesse do setor imobiliário através de mecanismos de venda de potenciais construtivos, aumentando assim o risco “[...] do avanço do empreendedorismo urbano e da gentrificação da área, excluindo moradores, movimentos sociais urbanos e população vulnerável da região [...]” (MARX; ARAÚJO; SOUZA, 2019, p.18). Assim, é possível afirmar que o resultado produzido pelo MVEA foi

condizente com todos os elementos que a análise revelou, mostrando que o método foi satisfatório em determinar um grau Médio Baixo de sustentabilidade urbana ao plano governamental MASTERPLAN-4D, confirmando a hipótese da pesquisa, de que o mesmo não atende aos preceitos para que seja considerado na perspectiva de um desenvolvimento urbano plenamente sustentável.

Destacamos como limite deste trabalho o fato de ter como foco específico a análise do grau de sustentabilidade urbana contido do plano governamental MASTERPLAN-4D, não tendo sido o mesmo também direcionado à uma similar análise dos outros planos e projetos formulados a partir de 1995. Os resultados apresentados, entretanto, nos permite refletir sobre os desafios na implementação de estratégias efetivamente sustentáveis, frente às pressões e transformações do espaço urbano contemporâneo. A partir da proposição de uma nova metodologia de avaliação da sustentabilidade urbana, reconhecemos na mesma um ponto de partida para novas linhas de pesquisa, através do aperfeiçoamento dos seus critérios de análise - inclusive mediante a adoção de critérios quantitativos - e da sua aplicação em outras realidades urbanas.

Em conclusão, apesar dos indiscutíveis avanços inerentes ao reconhecimento da necessidade de adoção de critérios de sustentabilidade na gestão urbana, fica evidente uma perigosa inversão da lógica que orienta muitas dessas políticas públicas: a sustentabilidade como uma condição para a competitividade entre cidades, ou seja, um mero selo de garantia na competição por recursos e investimentos, e não um direito fundamental e básico de todos. O Modelo de Verificação Emelianoff-Acselrad (MVEA) se propõe a contribuir para reverter essa lógica, servindo de parâmetro tanto para a formulação como para a avaliação de políticas públicas urbanas que tenham como objetivo a efetiva promoção da qualidade de vida e da conservação do meio ambiente.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Pedro. A cidade Com-fusa: a mão inotesexidável do mercado e a produção da estrutura urbana nas grandes metrópoles latino-americanas. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais/ANPUR**, v.9, n.2, p.25-53, 2007.
- ACIOLY, Claudio; DAVIDSON, Forbes. **Densidade urbana: um instrumento de planejamento e gestão urbana**. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.
- ACSELRAD, Henri. Discursos da sustentabilidade urbana. In: **Revista de Estudos Urbanos e Regionais**. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional - ANPUR. Publicação semestral da Anpur (maio/novembro), Número 1, Campinas, p.79-90, 1999.
- ACSELRAD, Henri. Desregulamentação, contradições espaciais e sustentabilidade urbana. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.107, p.25-38, jul./dez. 2004.
- ACSELRAD, Henri. Sentidos da sustentabilidade urbana. In: ACSELRAD, Henri (Org.). **A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. Rio de Janeiro: Lamparina, p.43-70, 2009a.
- ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello do A.; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é Justiça Ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009b.
- ACVF. **Associação Cultural Vila Flores**. Disponível em: <<https://vilaflores.wordpress.com/associacao-cultural-vila-flores/>> Acesso em: 16 abr. 2017.
- AGENDA2030. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**, ONU, 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em: 6 out. 2017.
- ALA-HARJA, Marjukka; HELGASON, Sigurdur. Em Direção às Melhores Práticas de Avaliação. **Revista do Serviço Público**, ano 51, n. 4, Brasília, out./dez., 2000.
- ALBANO, Maria Tereza Fortini. **O processo de formulação do 2º Plano de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre: ruptura, reunião de fragmentos, inovação ou manutenção de uma tradição secular?** Porto Alegre, 1999, 187f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, UFRGS, Porto Alegre, 1999.
- ALBANO, Maria Tereza Fortini (Org.). **Revitalização urbana no 4º Distrito em Porto Alegre: Consolidação dos conteúdos que referenciam a formulação de um Projeto Ambiental**. Porto Alegre, nov. 2001.
- ALFONSIN, Betânia de Moraes. **Direito à moradia: instrumentos e experiências de regularização fundiária nas cidades brasileiras**. Rio de Janeiro: Observatório de Políticas Urbanas, FASE/IPPUR, 1997.
- ANDRADE, Sueli Amália de. Por um ecodesenvolvimento integral. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v.14, n.19, p.149-160, 1996.
- ARAUJO, Geraldo Jose Ferraresi de; CARVALHO, Cesar Machado de. A Agenda 21 e a Elaboração de Políticas Públicas para a Sustentabilidade Urbana. **Fórum Ambiental da Alta Paulista** (Periódico Eletrônico), São Paulo, v. 7, n. 4, p. 685-699, 2011.

- BARBOSA, Gisele Silva. O Desafio do Desenvolvimento Sustentável. **Revista Visões**, 4ª Edição, Nº4, Volume 1, 2008.
- BATEIRA, Carmem *et al.* **A cidade que queremos!** Brasília: Ministério das Cidades, 2006.
- BEZERRA, Gustavo das Neves. Consensualismo e localismo na competição interterritorial: a experiência da Agenda 21 no Estado do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v.7, n.1, p.91-109, 2005.
- BEZERRA, Maria do Carmo de Lima; FERNANDES, Marlene Allan (Coords.). **Cidades sustentáveis: subsídios à elaboração da Agenda 21 brasileira**. Brasília: MMA/IBAMA/Consórcio Parceria 21 IBAM-ISER-REDEH, 2000.
- BIENENSTEIN, Glauco; SOUSA, Daniel Mendes Mesquita de; BIENENSTEIN, Regina. Urbanização de Rio das Pedras: por que uma Operação Urbana Consorciada? **Seminário de Pesquisa, PPGAU, UFF**, 2018. Disponível em: <http://nephu.sites.uff.br/wp-content/uploads/sites/457/2019/07/Artigo-PPGAU-OUC-Rio-das-Pedras_Glauco_Final_18_11-1.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2019.
- BRASIL. Lei Nº 10.257, de 10 julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Atos do Poder Legislativo, Brasília, DF, 11 jul. 2001. Seção 1, p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em: 11 ago. 2017.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Agenda 21 Brasileira: ações prioritárias**. Brasília: MMA, 2002a. Disponível em: <<http://goo.gl/83BuBY>>. Acesso em: 3 jun. 2016.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Agenda 21 Brasileira: resultado da consulta nacional**. Brasília: MMA, 2002b. Disponível em: <<http://goo.gl/p1QP0c>>. Acesso em: 3 jun. 2016.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Construindo a Agenda 21 Local**. 2. ed. Brasília: MMA, 2003a.
- BRASIL. **Estatuto da Cidade: Guia para implementação pelos municípios e cidadãos**. Brasília: Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação, Coordenação de Publicações, 2005.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Passo a passo da Agenda 21 Local**. 2. ed. Brasília: MMA, 2006.
- BRASIL. **Estatuto da Cidade**. Dispositivos Constitucionais, Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001, Vetos Presidenciais, Lei no 6.766, de 19 de dezembro de 1979, Lei no 8.245, de 18 de outubro de 1991, Decreto no 5.790/2006, Índice Temático. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo nº 186/2008. Brasília: Senado Federal, Secretaria de Editoração e Publicações Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

- BREGATTO, Paulo Ricardo; SILVA, Tiago Holzmann da. Construir no construído. Pré-existência e coexistência: relato de uma experiência didática. **Arquitexto**, ano 09, out. 2008. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/09.101/102>> Acesso em: 16 dez. 2017.
- BOTELHO, Adriano. **Do fordismo à acumulação flexível: a produção do espaço num contexto de mudança das estratégias de acumulação do capital**. 2000. 148f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- BOTELHO, Adriano. **O urbano em fragmentos: a produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário**. São Paulo: Annablume, Fapesq, 2007.
- BUARQUE, Sergio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: Metodologia de planejamento**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
- BUCCI, Maria Paula Dallari. **Direito administrativo e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2002.
- BUGS, Geisa; BORTOLI Fábio. Participação ativista-colaborativa utilizando cartografias digitais. **VIRUS** [online], São Carlos, n.17, 2018. Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus17/?sec=4&item=9&lang=pt>> Acesso em: 20 nov. 2018.
- CADIZ. **Pateo Lisboa**. Disponível em: <<https://portaldoguaiba.wordpress.com/tag/bairro-sao-geraldo/>> Acesso em: 16 ago. 2013.
- CAMPOS FILHO, Cândido Malta. **Cidades brasileiras: seu controle ou o caos. O que os cidadãos devem fazer para a humanização das cidades no Brasil**. São Paulo: Studio Novel, 1992.
- CANEPA, Carla. **Cidades sustentáveis: o município como locus da sustentabilidade**. São Paulo: RCS, 2007.
- CANOFRE, Fernanda. No 4 Distrito de Porto Alegre, abandono e promessas se misturam. A quem serve a ‘revitalização’?. **Sul21**, Porto Alegre, 14 de agosto de 2017. Disponível em: <<http://especiais.sul21.com.br/gentrificacao/no-antigo-centro-industrial-de-porto-alegre-abandono-e-promessas-se-misturam-a-quem-serve-a-revitalizacao/>> Acesso em: 13 set. 2017.
- CARNEIRO, Beatriz Scigliano. A construção do dispositivo meio ambiente. **Revista Ecológica**, São Paulo, n. 4, set-dez, p.2-15, 2012.
- CASTELLS, Manuel. A intervenção administrativa nos grandes centros urbanos. **Espaço e Debates**, número 06, ano 02, São Paulo: Cortez, 1982.
- CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**, São Paulo: Paz e Terra, 2000a.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2000b.
- CMMAD (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO). **Nosso futuro comum (Relatório Brundtland)**. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

- CMPA (Câmara Municipal de Porto Alegre). **4º Distrito: Adeli e Todeschini apoiam revitalização e consulado no bairro Floresta**, 8 de agosto de 2012. Disponível em: <http://www2.camarapoa.rs.gov.br/default.php?reg=17687&p_secao=246&di=2012-08-08> Acesso em: 9 set. 2018.
- COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Avaliação de Projetos Sociais**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1995.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandrini; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, p.41-52, 2012.
- COSTA, Geraldo Magela. A contribuição da teoria do espaço de Lefebvre para a análise urbana. In: X Encontro Anual da ANPUR, 2003, Belo Horizonte. **Anais...** p.9-14, Niterói: UFF, 2003.
- CRUZ, Milton. **O impacto da Participação Social no processo de elaboração da Política de Planejamento Urbano de Porto Alegre: Uma análise comparativa entre o processo de formulação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano - 1º PDDU (1979) e o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental - PDDUA (1999)**. Porto Alegre, 2006, 192f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFRGS, Porto Alegre, 2006.
- CUNHA, Carla G. S.. **Avaliação de políticas públicas e programas governamentais: tendências recentes e experiências no Brasil**. Trabalho elaborado durante o curso “*The Theory and Operation of a Modern National Economy*”, ministrado na George Washington University, no âmbito do Programa Minerva, em 2006.
- DAMASIO, Cláudia Pilla. Uma proposta de simplificação, flexibilização, negociação e participação popular. **PMPA-SPM**, Porto Alegre, [20--]. Disponível em: <<http://www.portoalegre.rs.gov.br/planejaja/spm2/5.htm>> Acesso em: 6 ago. 2017.
- DEARO, Guilherme. As 21 mega-cidades do mundo. **Exame**, 2016. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/ciencia/as-21-mega-cidades-do-mundo/>>. Acesso em: 6 fev. 2019.
- DEFESA. Airbus vai se instalar em Porto Alegre. **Grupo Edefa S.A.**, 26 de maio de 2015. Disponível em: <<https://www.defensa.com/edio-brasil/airbus-vai-instalar-em-porto-alegre>> Acesso em: 3 de set. 2015.
- DESAFIO PORTO ALEGRE RESILIENTE. **Avaliação preliminar de resiliência**. 100 Resilient Cities. Porto Alegre, 2015.
- DESAFIO PORTO ALEGRE RESILIENTE. 100 Resilient Cities. Porto Alegre, 2016.
- DIAS, Daniella S. **Desenvolvimento urbano**. Curitiba: Juruá, 2009.
- DIAS, Genebaldo. **Pegada Ecológica e Sustentabilidade Humana**. São Paulo: Gaia, 2002.
- DISTRITOC. **Distrito Criativo de Porto Alegre**. Disponível em: <<https://distritocriativo.wordpress.com/intro/>> Acesso em: 9 mar. 2017.

- DUHA, Sthefania Dezordi. A IULA-International Union of Local Authorities: características, temas, estrutura e rede de participantes (1913-1960). In: **Salão de Iniciação Científica**, 19, 2007, Porto Alegre. Livro de resumos. Porto Alegre: UFRGS, 2007.
- EMELIANOFF, Cyria. “Les Villes Durables: L’émurgence de nouvelles temporalités dans de vieux espaces urbains”. In: **Ecologie Politique**, nº 13, printemps, p.37-58, 1995.
- FARIA, Luiz Augusto Estrella. A administração popular em Porto Alegre: uma experiência alternativa de reforma do estado na América Latina. **Revista de Economia Contemporânea**, 6(2), p.51-83, jul./dez. 2002.
- FELIN, Bruno. Quarto Distrito espera há pelo menos 30 anos por uma revitalização. In: **GaúchaZH**. Porto Alegre, p.1-26, 16 nov. 2014. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2014/11/Quarto-Distrito-espera-ha-pelo-menos-30-anos-por-uma-revitalizacao-4643635.html>> Acesso em: 24 nov. 2014.
- FERNANDES, Ana Clara. **Legislação Municipal e Revitalização em Porto Alegre**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, p.1-10, [201-]. Disponível em: <<https://www.yumpu.com/pt/document/view/4591293/ana-clara-fernandes-legislacao-municipal-e-revitalizacao-em>> Acesso em: 3 mar. 2018.
- FERNANDES, Ana Clara. **Cemitérios Industriais: contribuição para a análise espacial da metrópole de Porto Alegre - RS/Brasil**. Porto Alegre, 2014, 207f. Tese (Doutorado), Instituto de Geociências, Programa de Pós Graduação em Geografia, UFRGS, Porto Alegre, 2014.
- FERNANDES, Nelson Nóbrega. Capitalismo e morfologia urbana na longa duração: Rio de Janeiro (século XVIII-XXI). **Scripta Nova** [online], Barcelona, v. XII, n. 270, ago. 2008. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-270/sn-270-56.htm>>. Acesso: 24 jun. 2016.
- FIX, Mariana. A fórmula mágica da parceria público-privada: operações urbanas em São Paulo. **Cadernos de Urbanismo**, nº 3. Rio de Janeiro: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, 2000.
- FLICK, Uwe. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- FONSECA, Igor Ferraz da. A retórica da boa governança: as agendas 21 locais no Brasil. In: MOURA, Adriana Maria Magalhães de (Org.). **Governança ambiental no Brasil: instituições, atores e políticas públicas**. Brasília: Ipea, p.311-328, 2016.
- FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. O cuidado da natureza: a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza e a experiência conservacionista no Brasil: 1958-1992. Textos de História. **Revista do Programa de Pós-graduação em História da UnB**, v.17, n.1, 2009.
- FURTADO, Carlos Ribeiro. **Gentrificação e (re)organização urbana no Brasil: o caso de Porto Alegre (1965-1995)**. Porto Alegre, 2003, 250f. Tese (Doutorado), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós Graduação em Sociologia, UFRGS, Porto Alegre, 2003.
- FURTADO, Carlos Ribeiro. **Gentrificação e (re)organização urbana em Porto Alegre**. Porto Alegre: UFRGS, 2011.
- FURTADO, Carlos Ribeiro. Intervenção do Estado e (re)estruturação urbana: um estudo sobre gentrificação. **Cadernos Metrópole** [online], São Paulo, vol.16, n.32, p.341-364, 2014.

- GADENS, Leticia Nerone; BEL, Joaquin Sabaté. Planejamento urbano flexível na cidade contemporânea: contribuições a partir da análise do Plano22@ Barcelona. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, 10(3), p. 558-575, set./dez., 2018.
- GARCIA, Ronaldo C.. **Avaliação de Ações Governamentais: pontos para um começo de conversa**. Brasília, IPEA/CENDEC, out., 1997.
- GIANNELLA, Leticia. Financeirização e produção do espaço urbano no Porto Maravilha, Rio de Janeiro/RJ: neoliberalismo às avessas? In: XVIII ENANPUR, Natal. **Anais...**, p.1-28, Natal: EDUFRN, 2019.
- GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1997.
- GRÊMIO, **Arena do Grêmio**. [s.d.]. Disponível em: <<https://gremio.net/conteudo/index/18>> Acesso em: 12 nov. 2014.
- GUIMARÃES, Mauro. Sustentabilidade e educação ambiental. In CUNHA, Sandra Baptista da; GUERRA, Antonio José Teixeira (Org.). **A Questão Ambiental: Diferentes Abordagens**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p.81-105, 2015.
- HACKWORTH, Jason; SMITH, Neil. The changing state of gentrification. **Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie**, v. 92, n. 4, p.464-477, 2001.
- HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.
- HARVEY, David. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. In: **Espaço e Debates**, número 06, ano 02, São Paulo: Cortez, 1982.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1998.
- HARVEY, David. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.
- HARVEY, David. Alternativas ao neoliberalismo e o direito à cidade. **Novos Cadernos NAEA**, v. 12, n. 2, p.269-274, 2009.
- HARVEY, David. Urbanização incompleta é estratégia do capital. **Brasil de Fato** [online], 25 nov. 2013a. Disponível em: < <https://www.brasildefato.com.br/node/26691/>>. Acesso em: 5 dez. 2013.
- HAUSER, Ghissia. **Alternativa Ambiental para um Parque Tecnológico na Região Metropolitana de Porto Alegre: A Redescoberta de Navegantes**. Trabalho de conclusão do Curso de Pós-graduação em Formação Ambiental da Facultad Latinoamericana de Ciências Ambientales (FLACAM), La Plata, Argentina, 1995.
- HAUSER, Ghissia; MORAES, José L.V.; RECH, César. Estruturação do circuito de tecnologia da região de potencial tecnológico de Navegantes. In: VII Seminário Nacional de Parques Tecnológicos e Incubadoras de Empresas, 1997, Salvador. **Anais...**, p.22-27, Brasília: 1997.
- HAUSER, Ghissia (Coord.). **Parque tecnológico urbano do 4º distrito**. Porto Alegre: Nova Prova, 2004a.
- HAUSER, Ghissia. Parque Tecnológico Urbano do IV Distrito de Porto Alegre. In: HAUSER, Ghissia; ZEN, Aurora Carneiro (Orgs.). **Parques tecnológicos: um debate em aberto**. Porto Alegre: Nova Prova, p.81-82, 2004c.

- HAUSER, Ghissia; ZEN, Aurora; LOPES, Rodrigo. O programa Porto Alegre Tecnólope e o desenvolvimento tecnológico regional. In: HAUSER, Ghissia; ZEN, Aurora Carneiro (Orgs.). **Parques tecnológicos: um debate em aberto**. Porto Alegre: Nova Prova, p.43-54, 2004.
- HOLANDA, Ariosto. **Biodiesel e inclusão social**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2004.
- HOWKINS, John. **The creative economy: How people make money from ideias**. London: Penguin Books, 2001.
- HUYER, André. **Descaminhos do planejamento urbano no Brasil: tendências atuais de afrontar o Estatuto da Cidade, o caso do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 2016, 373f. Tese (Doutorado), Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, UFRGS, Porto Alegre, 2016.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Indicadores de desenvolvimento sustentável**. Diretoria de Geociências. Rio de Janeiro, 2002.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Censo Demográfico 2010**. 2010. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>> Acesso em: 16 Jul. 2015.
- IUCN (International Union for Conservation of Nature and Natural Resources). **World Conservation Strategy: living resource conservation for sustainable development**. Gland (Switzerland): IUCN, 1980.
- JORNAL DO COMÉRCIO. Implantação de cluster da saúde avança no Rio Grande do Sul: Iniciativa segue modelo alemão com a participação de diversos setores. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, 12 de agosto 2015. Disponível em: <<http://jcrs.2cloud.com.br/site/noticia.php?codn=204815>> Acesso em: 20 nov. 2016.
- JUNIOR, Gelson Saldanha. IV Distrito de Porto Alegre: onde começa, onde termina. In: 1º Colóquio Internacional de História Cultural da Cidade: Sandra Jatthy Pesavento, 2015, Porto Alegre. **Anais...**, p.348-361, Porto Alegre: PROPUR-UFRGS, 2015.
- KRAUSE, Cleandro; FRIDMAN, Fania. Segregação residencial em perspectiva histórica: delimitações administrativas e de áreas de intervenção urbanística em Porto Alegre. In: XVII ENANPUR, 2017, São Paulo. **Anais...**, p.1-20, São Paulo: FAUUSP, 2017.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.
- LEFÈBVRE, Henry. **O direito a cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.
- LEFÈBVRE, Henry. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 2004.
- LEITE, Helterson Ribeiro da Silva. **Instrumentos de recuperação de mais-valia fundiária urbana: considerações teóricas**. São Paulo, 2017, 20f. Monografia, Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, FAU-USP, 2017.
- LINS, Cristina Pereira de Carvalho. Sistemas de informações e indicadores culturais. In: III ENECULT, **Anais...**, p.1-18, Salvador, 2007.
- LOPES, Alberto (Coord.). **Políticas públicas para cidades sustentáveis: integração intersetorial, federativa e territorial**. Rio de Janeiro: IBAM, MCTI, 2016.

- LOPES, José Sérgio Leit. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. In: **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n.25, p.31-64, jan/jun. 2006.
- MACEDO, Luíza Ferreira de. **A contribuição da Zona de Inovação Sustentável de Porto Alegre (ZISPOA) para projetos colaborativos voltados para cidades**. Porto Alegre, 2017, 148f. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós Graduação em Design, UFRGS, Porto Alegre, 2017.
- MAGALHÃES, Roberto Anderson de Miranda. A construção da Sustentabilidade Urbana: Obstáculos e Perspectivas. In: III Encontro da ANPPAS, **Anais...**, p.1-18, Brasília, 2006.
- MANZI, Tony; JACOBS, Keith. Chapter 2 - Understanding institutions, actors and networks: Advancing constructionist methods in urban policy research. In: MAGINN, P.; THOMPSON, S.; TONTS, M. (Eds) **Qualitative Urban Analysis: An International Perspective** (Studies in Qualitative Methodology, Vol. 9), Bingley: Emerald Group Publishing Limited, pp. 29-50, 2008.
- MANZINI, Eduardo José. Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada. In: MARQUEZINE, M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMOTE; S. (Orgs.) **Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial**. Londrina: Eduel, p.11-25, 2003.
- MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, p.121-192, 2000.
- MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- MARTINS, Ana Raquel Paiva. **Desenvolvimento Sustentável: uma análise das limitações do índice de desenvolvimento humano para refletir a sustentabilidade ambiental**. Rio de Janeiro, 2006, 127f. Dissertação (Mestrado), Engenharia de Produção, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.
- MARTINS, Maria de Fátima; CÂNDIDO, Gesinaldo Ataíde. Análise da sustentabilidade urbana no contexto das cidades: proposição de critérios e indicadores. In: XXXVII Encontro da ANPAD, **Anais...**, p.1-16, Rio de Janeiro, 2013.
- MARTINS, Maria de Fátima; CÂNDIDO, Gesinaldo Ataíde. Modelo de avaliação do nível de sustentabilidade urbana: proposição para as cidades brasileiras. In: **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v.7, n.3, set./dez., p.397-470, 2015.
- MARX, Vanessa; ARAÚJO, Gabrielle de; SOUZA, Vitoria Gonzatti de. Estratégia global-local e reflexos no 4º Distrito de Porto Alegre. In: XVIII ENANPUR, 2019, Natal. **Anais...**, p.1-22, 2019.
- MATOSO, Rui. **Cultura e Desenvolvimento Humano Sustentável**, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/8953/1/LIVRO_Cultura%20e%20Desenvolvimento%20Humano%20Sustent%C3%A1vel%20-%20Rui%20Matoso%202010_.pdf>. Acesso em: 10 out. 2017.

- MATTAR, Leila Nesralla. **Porto Alegre: Voluntários da Pátria e a Experiência da Rua Plurifuncional (1900-1930)**. Porto Alegre, 2001, 347f. Dissertação (Mestrado), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Curso de Pós Graduação em Historia, PUCRS, Porto Alegre, 2001.
- MATTAR, Leila Nesralla. **A Modernidade de Porto Alegre: Arquitetura e Espaços Urbanos Plurifuncionais em Área do 4º Distrito**. Porto Alegre, 2010, 354f. Tese (Doutorado), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós Graduação em Historia, PUCRS, Porto Alegre, 2010.
- MATTAR, Leila Nesralla. O 4º Distrito de Porto Alegre. In: CUSTÓDIO, Luiz Antônio; KLEIN, Liane (Orgs.). **Viva o Centro a Pé**. Porto Alegre: Editora da Cidade, p.185-195, 2014.
- MATTOS, Carlos A. de. Globalización, negocios inmobiliarios y transformación urbana. **Nueva Sociedad**, n.212, p.82-96, 2007.
- MELLO, Luciana; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. De arraial a bairro industrial: o que o Navegantes ainda tem? **Illuminuras**. Série do Banco de Imagens e Efeitos Visuais. PPGAS/UFRGS, Porto Alegre, v.79, p.1-15, 2005.
- MELO, Ana Cristina de Oliveira; FILHO, Roberto Guimaraes Costa; JESUS, Valéria Souza de. Análise do plano plurianual Brasil 2008-2011. In: IV Encontro de Administração Política para o Desenvolvimento do Brasil, 2013, Vitória da Conquista. **Anais...**, p.1-12, 2013.
- MEUPLANETA. **Projeto 100 Resilient Cities**. [S.I.] 2015. Disponível em: <<http://www.meuplaneta.net/page/2/>>. Acesso em: 11 jul. 2018.
- MIRAFTAB, Faranak. Insurgent planning: situating radical planning in the global South. **Planning Theory**, v.8(1), p.32-50, 2009.
- MIRAFTAB, Faranak. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. [online], Recife, v.18, n.3, p.363-377, Set.-Dez. 2016.
- MONTALVÃO, Elisamara Godoy. **Gestão de obras públicas**. Curitiba: Ibplex, 2009.
- MONTANDON, Daniel Todtmann; SOUZA, Felipe Francisco de. **Land Readjustment e Operações Urbanas Consorciadas**. São Paulo: Romano Guerra, 2007.
- MOURA, Alexandrina Sobreira de; BEZERRA, Maria do Carmo. Governança e sustentabilidade das políticas públicas no Brasil. In: MOURA, Adriana Maria Magalhães de (Org.). **Governança ambiental no Brasil: instituições, atores e políticas públicas**. Brasília: Ipea, p.91-110, 2016.
- MOURA, Suzana; LOIOLA, Elizabeth; LIMA, Ana Luiza de Codes. A gestão local do desenvolvimento econômico: as experiência de Salvador e Porto Alegre. **Revista O&S**, v.6, n.15, maio/agosto, p.119-133, 1999.
- NTU-UFRGS (Núcleo de Tecnologia Urbana - Universidade Federal do Rio Grande do Sul). **Masterplan - 4º Distrito: Revitalização Urbana e Reconversão Econômica**. Porto Alegre, p.1-79, 21 dez. 2016a. Disponível em: <http://4distrito.portoalegre.rs.gov.br/sites/default/files/Masterplan_4Distrito.pdf> Acesso em: 22 nov. 2017.
- NTU-UFRGS (Núcleo de Tecnologia Urbana - Universidade Federal do Rio Grande do Sul). **Masterplan de revitalização do 4º Distrito - Relatório 01**. Porto Alegre, jun. 2016b.

- NTU-UFRGS (Núcleo de Tecnologia Urbana - Universidade Federal do Rio Grande do Sul). **Masterplan de revitalização do 4º Distrito - Relatório Final**. Porto Alegre, dez. 2016c.
- NTU-UFRGS (Núcleo de Tecnologia Urbana - Universidade Federal do Rio Grande do Sul). **Masterplan 4D - Operação Urbana Consorciada para Revitalização Econômica do 4º Distrito de Porto Alegre**. Porto Alegre, p.1-14, 2017. Disponível em: <http://sindusconrs.com.br/premium2017/assets/.../PREMIO_SINDUSCON_NTU.pdf> Acesso em: 22 nov. 2017.
- NYGAARD, Paul Dieter. **Planos Diretores de cidades: discutindo sua base doutrinaria**. Porto Alegre: UFRGS, 2005.
- OLIVEIRA, Alice de; MATTAR, Leila Nesralla. Os loteamentos do Quarto Distrito de Porto Alegre. In: **X Salão de Iniciação Científica PUCRS**, p.2160-2164, 2009.
- OLIVEIRA, Clarice M. de. Cidades artificiais: um estudo exploratório do projeto urbano *Porto Alegre 4D*. In: **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, v.3, n.1, p.77-99, jun. 2016.
- PALSULE, Sudhanshu S. O desenvolvimento sustentável e a cidade. In: MENEGAT, R.; ALMEIDA, G. (Orgs.). **Desenvolvimento sustentável e gestão ambiental nas cidades: estratégias a partir de Porto Alegre**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p.33-57, 2004.
- PARES, Ariel; VALLE, Beatrice. A retomada do planejamento governamental no Brasil e seus desafios. In: GIACOMONI, James; PAGNUSSAT, José Luiz (Orgs.). **Planejamento e orçamento governamental**. Brasília: ENAP, p.229-270, 2006.
- PIQUÉ, Jorge. Prefácio. In: BEM, Judite Sanson de; BORGES, Maria de Lourdes; ARAUJO, Margarete Panerai; WAISMANN, Moisés (Orgs.). **Porto Alegre: o despertar do 4º distrito**. Canoas, RS: Unilasalle, p.7-13, 2017.
- PIQUÉ, Jorge. Distritos de Innovación y Creación: Barcelona y Porto Alegre. **UrbsNova**, Porto Alegre, 16 de nov. 2017a. v.3.0. Disponível em: <<https://urbsnova.wordpress.com/2014/01/22/inovacao-criacao/>> Acesso em: 10 dez. 2017.
- PMPA (Prefeitura Municipal de Porto Alegre). **A necessária reeleitura da cidade**. Porto Alegre, [19--]a. Disponível em: <http://www.portoalegre.rs.gov.br/planeja/spm2/1.htm>>. Acesso em: 14 jan. 2014.
- PMPA (Prefeitura Municipal de Porto Alegre). **Porto Alegre: Planejar para viver melhor**. Secretaria do Planejamento Municipal, 1986.
- PMPA (Prefeitura Municipal de Porto Alegre). **Plano plurianual 1994-1997, Lei N° 7.290**. Porto Alegre, 1993.
- PMPA (Prefeitura Municipal de Porto Alegre). **Plano de desenvolvimento econômico: crescimento em todos os sentidos**. Porto Alegre, 1994.
- PMPA (Prefeitura Municipal de Porto Alegre). **Avaliação da Capacidade de Adensamento da Cidade**. Secretaria do Planejamento Municipal - Reformulação 1º PDDU, GT 3.1. Porto Alegre, 1996.
- PMPA (Prefeitura Municipal de Porto Alegre). **Plano plurianual 1998-2001, Lei N° 8.022**. Porto Alegre, 1997.

- PMPA (Prefeitura Municipal de Porto Alegre). **Projetos Integrados TEC 4: Projeto de modernização produtiva e inovação tecnológica no 4º Distrito - “Desafios para a construção de um habitat de inovação”**. Porto Alegre, dez. 1998.
- PMPA (Prefeitura Municipal de Porto Alegre). **Qualificação do espaço público**. GT 4º Distrito, [200-]. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?p_secao=150>. Acesso em: 23 jun. 2015.
- PMPA (Prefeitura Municipal de Porto Alegre). **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental**. Secretaria do Planejamento Municipal. PDDUA. Lei Complementar 434/99. Porto Alegre: Corag, 2000.
- PMPA (Prefeitura Municipal de Porto Alegre). **Plano plurianual 2002-2005, Lei N° 8.748**. Porto Alegre, 2001.
- PMPA (Prefeitura Municipal de Porto Alegre). **Diretrizes Urbanísticas para a Orla do Guaíba no Município de Porto Alegre**. Secretaria do Planejamento Municipal, 2003a.
- PMPA (Prefeitura Municipal de Porto Alegre). **Plano plurianual 2006-2009 - Retificativa, Lei N° 9.814**. Porto Alegre, 2005.
- PMPA (Prefeitura Municipal de Porto Alegre). **Plano plurianual 2006-2009 - Consolidado, Lei N° 10.598**. Porto Alegre, 2008.
- PMPA (Prefeitura Municipal de Porto Alegre). **Programa Porto do Futuro. Ação: Revitalização do 4º Distrito. Projetos estratégicos**. Secretaria do Planejamento Municipal, 2009b. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/spm/usu_doc/projetos_estrategicos_parte_1.pdf> Acesso em: 8 mar. 2013.
- PMPA (Prefeitura Municipal de Porto Alegre). **Programa Porto do Futuro. Ação: Revitalização do 4º Distrito. Área 2- Limites e potencialidades**. Secretaria do Planejamento Municipal, 2009f. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/spm/usu_doc/parte_3_-area_2.pdf> Acesso em: 8 mar. 2013.
- PMPA (Prefeitura Municipal de Porto Alegre). **Programa Porto do Futuro. Ação: Revitalização do 4º Distrito. Área 1, 2 e 3 - Projetos Globais**. Secretaria do Planejamento Municipal, 2009g. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/spm/usu_doc/parte_4_-_area_3.pdf> Acesso em: 8 mar. 2013.
- PMPA (Prefeitura Municipal de Porto Alegre). **Programa Porto do Futuro. Ação: Revitalização do 4º Distrito. Área 3- Limites e potencialidades**. Secretaria do Planejamento Municipal, 2009h. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/spm/usu_doc/projetos_globais.pdf> Acesso em: 8 mar. 2013.
- PMPA (Prefeitura Municipal de Porto Alegre). **Secopa**. 2009m. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/secopa/default.php?p_secao=5>. Acesso em: 23 jun. 2015.
- PMPA (Prefeitura Municipal de Porto Alegre). **4º Distrito**. Diretoria de Inovação, [201-]a. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/inovapoa/default.php?p_secao=1369> Acesso em: 23 mar. 2017.
- PMPA (Prefeitura Municipal de Porto Alegre). **Plano plurianual 2010-2013 - 1ª Alteração, Lei N° 10.963**. Porto Alegre, 2010a.

- PMPA (Prefeitura Municipal de Porto Alegre). **Anexo XI - Termo de referência para contratação de consultoria. Grupo de Trabalho - GT 4º Distrito.** Secretaria do Planejamento Municipal, 2010b. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smov/usu_doc/81025122termo_de_referencia.pdf> Acesso em: 14 maio 2014.
- PMPA (Prefeitura Municipal de Porto Alegre). **Programa Porto do Futuro. Ação: Reintegração do Guaíba ao Cotidiano da Cena Urbana. A Qualificação Urbanística da Faixa de Orla do 4º Distrito.** Secretaria do Planejamento Municipal, abril 2010d.
- PMPA (Prefeitura Municipal de Porto Alegre). **Relatório de Atividades de 2010.** Gabinete do Prefeito. Porto Alegre, 2011.
- PMPA (Prefeitura Municipal de Porto Alegre). **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental - Revisão 2010.** Secretaria do Planejamento Municipal. PDDUA. Lei Complementar 646/10. Porto Alegre, 2011a.
- PMPA (Prefeitura Municipal de Porto Alegre). **Plano plurianual 2010-2013 - Revisão, Lei Nº 10.963.** Porto Alegre, 2011b.
- PMPA (Prefeitura Municipal de Porto Alegre). **Inovapoa.** 2012. Disponível em: <<http://www.datapoa.com.br/organization/about/inovapoa>>. Acesso em: 25 jun. 2015.
- PMPA (Prefeitura Municipal de Porto Alegre). **Reunião debate revitalização do bairro Floresta,** 6 de agosto de 2012a. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal_pmpa_novo/default.php?p_noticia=153925&REUNIAO+DEBATE+REVITALIZACAO+DO+BAIRRO+FLORESTA> Acesso em: 9 set. 2018.
- PMPA (Prefeitura Municipal de Porto Alegre). **Conheça o plano de metas para Cidades Sustentáveis.** 3 out. 2013a. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal_pmpa_novo/default.php?p_noticia=164192&CONHECA+O+PLANO+DE+METAS+PARA+CIDADES+SUSTENTA%E2%80%A6>. Acesso em: 9 jul. 2018.
- PMPA (Prefeitura Municipal de Porto Alegre). **Plano plurianual 2014-2017 - Versão Original, Lei Nº 11.474.** Porto Alegre, 2013b.
- PMPA (Prefeitura Municipal de Porto Alegre). **Plano plurianual 2014-2017 - 1ª Alteração, Lei Nº 11.520.** Porto Alegre, 2013c.
- PMPA (Prefeitura Municipal de Porto Alegre). **Feira Modelo incentiva revitalização do bairro Floresta.** Diretoria de Promoção Econômica, 6 de agosto de 2013d. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal_pmpa_novo/default.php?p_noticia=162640&FEIRA+MODELO+INCENTIVA+REVITALIZACAO+DO+BAIRRO+FLORESTA> Acesso em: 6 mar. 2017.
- PMPA (Prefeitura Municipal de Porto Alegre). **Lei Complementar Nº 721, de 29 de Novembro de 2013.** Porto Alegre, 2013e.
- PMPA (Prefeitura Municipal de Porto Alegre). **Modelo de Gestão.** Porto Alegre, 2014a.
- PMPA (Prefeitura Municipal de Porto Alegre). **Plano plurianual 2014-2017 - 2ª Alteração, Lei Nº 11.706 e 11.748.** Porto Alegre, 2014b.

- PMPA (Prefeitura Municipal de Porto Alegre). **Programa Cidades Sustentáveis é apresentado para lideranças**. 1 out. 2014c. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal_pmpa_novo/default.php?p_noticia=172944&PROGRAMA+CIDADES+SUSTENTAVEIS+E+APRESENTA%E2%80%A6>. Acesso em: 25 nov. 2017.
- PMPA (Prefeitura Municipal de Porto Alegre). **Programa Desenvolver com Inovação. Ação: Detalhamento do PDDUA. Etapa: Revitalização do 4º Distrito**. Secretaria Municipal de Urbanismo (SMURB) e Supervisão de Desenvolvimento Urbano (SDU), Maio 2014d. Disponível em: <<https://4distrito.files.wordpress.com/2014/06/maio-2014-puc-sp-city.pdf>> Acesso em: 1 set. 2014
- PMPA (Prefeitura Municipal de Porto Alegre). **Orçamento Participativo de Porto Alegre: 25 Anos**. Porto Alegre, 2015a.
- PMPA (Prefeitura Municipal de Porto Alegre). **Plano plurianual 2014-2017 - 3ª Alteração, Lei N° 11.939 e 11.983**. Porto Alegre, 2015b.
- PMPA (Prefeitura Municipal de Porto Alegre). **Revitalização Urbana e Reconversão Econômica do 4º Distrito. 1ª Parte: Apresentação do Diagnóstico**. GT Executivo do 4º Distrito, Secretaria Municipal de Urbanismo, 18 dez. 2015c. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/spm/usu_doc/4d1.pdf> Acesso em: 22 nov. 2017.
- PMPA (Prefeitura Municipal de Porto Alegre). **Revitalização Urbana e Reconversão Econômica do 4º Distrito. 2ª Parte: Premissas e Diretrizes para o Masterplan**. GT Executivo do 4º Distrito, Secretaria Municipal de Urbanismo, 18 dez. 2015d. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/spm/usu_doc/4d2.pdf> Acesso em: 22 nov. 2017.
- PMPA (Prefeitura Municipal de Porto Alegre). **Modelo de Gestão PMPA - Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia**. Porto Alegre, 2016a.
- PMPA (Prefeitura Municipal de Porto Alegre). **Plano plurianual 2014-2017 - Versão Atualizada, Lei N° 12.138 e 12.176**. Porto Alegre, 2016b.
- PMPA (Prefeitura Municipal de Porto Alegre). **Relatório GT Estratégico 4D**. Coordenação: Secretário Jorge Tonetto, 2016c. Disponível em: <<http://4distrito.portoalegre.rs.gov.br/sites/default/files/Relatorio-GT-ESTRATEGICO-4D.pptx>> Acesso em: 14 ago. 2019.
- PMPA (Prefeitura Municipal de Porto Alegre). **Contrato de prestação de serviços visando o desenvolvimento do Master Plan de Revitalização Urbana para o 4º Distrito de Porto Alegre vinculado à Reconversão Econômica da Região**. Secretaria Municipal de Urbanismo, 2016d. Disponível em: <https://cnc.procempa.com.br/cnc/PublicTempStorage/contrato_2016_614611662316.pdf> Acesso em: 16 ago. 2019.
- PMPA (Prefeitura Municipal de Porto Alegre). **Termo de Referência para contratação de serviços técnicos especializados para a elaboração do Master Plan do 4º Distrito**. Secretaria Municipal de Urbanismo, 2016e. Disponível em: <https://cnc.procempa.com.br/cnc/PublicTempStorage/contrato_2016_614611662316.pdf> Acesso em: 16 ago. 2019.

- PMPA (Prefeitura Municipal de Porto Alegre). **Termo aditivo ao contrato de prestação de serviços para desenvolvimento do Master Plan de Revitalização Urbana para o 4º Distrito de Porto Alegre vinculado à Reconversão Econômica da Região**. Secretaria Municipal de Urbanismo, 2016f. Disponível em: <https://cnc.procempa.com.br/cnc/PublicTempStorage/contrato_2016_629187205539.pdf> Acesso em: 16 ago. 2019.
- PNUMA (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE). **Global environment outlook 3 (GEO-3): past, present and future perspectives**. Londres: PNUMA, 2002. Disponível em: <<http://www.unep.org/geo/geo3/>>. Acesso em: 3 out. 2017.
- PRADO, André Luiz. Desenvolvimento urbano sustentável: de paradigma a mito. Oculum Ensaio, **Revista do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da PUC-Campinas**, v.12, n.1, p.83-97, 2015.
- PROCOPIUCK, Mario; MACHADO, Evanio Tavares; REZENDE, Alcides; BESSA, Fabiane Lopes Bueno Netto. O plano plurianual municipal no sistema de planejamento e orçamento brasileiro. **RSP - Revista do Serviço Público**, v.58, n.4, Brasília: Escola Nacional de Administração Pública, p.397-415, out/dez., 2007.
- REFLORESTA. **Grupo de Apoio à Revitalização do Bairro Floresta**. Disponível em: <<https://pt-br.facebook.com/events/354216121333878/>> Acesso em: 9 set. 2018.
- RÉUS, Luana; ANDION, Carolina. Gestão Municipal e Desenvolvimento Sustentável: Panorama dos Indicadores de Sustentabilidade nos Municípios Catarinenses. Desenvolvimento em Questão. Ijuí: Editora Unijuí, Ano 16, n. 45, p.97-117, out./dez., 2018.
- RIBEIRO, Nelson. Indicadores de desenvolvimento sustentável: metodologia e experiências. **4º Seminário Fluminense de Indicadores**. Cadernos de textos. Rio de Janeiro: Fundação CIDE, p.116, 2004.
- RODRIGUEZ, Maria Elena; SAULE JR., Nelson. Direito à moradia. In: LIMA JR., Jayme Benvenuto; ZETTERSTRÖM, Lena (Orgs.). **Extrema pobreza no Brasil: a situação do direito à alimentação e moradia adequada**. São Paulo: Edições Loyola, p.109-160, 2002.
- ROGERS, Richard; GUMUCHDJIAN, Philip. **Cidades para um pequeno planeta**. Gustavo Gili, Barcelona, 2001.
- ROLNIK, Raquel; FREIXO, Marcelo; ANANIAS, Patrus. Para aprofundar o debate em torno do projeto de cidade no Brasil. In: **Blog da Raquel Rolnik**, 3 out. 2012. Disponível em: <<https://raquelrolnik.wordpress.com/2012/10/03/marcelo-freixo-no-rio-e-patrus-ananias-em-bh-para-aprofundar-o-debate-em-torno-do-projeto-de-cidade-no-brasil/>>. Acesso em: 3 out. 2013.
- ROSELAND, Mark. **Toward sustainable communities: a resource book for municipal and local governments**. Ottawa: NRTEE-TRNEE, 1992.
- ROSELAND, Mark. **Towards sustainable communities: Resources for citizens and their governments**. Gabriola Island, Canada: New Society Publishers, 2005.
- ROSELAND, Mark; SOOTS, Lena. Strengthening Local Economies. In: WHEELER, Stephen M.; BEATLEY, Timothy (Eds.). **The sustainable urban development reader**. New York: Routledge, p.152-169, 2014.

- SACHS, Ignacy. Estratégias de transição para o Século XXI. In: BURSZTYN, Marcel (Org.). **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense, p.29-56, 1993.
- SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Garamond, Rio de Janeiro, 2000.
- SACHS, Ignacy. O desenvolvimento sustentável: do conceito à ação, de Estocolmo a Joanesburgo. In: VARELLA, Marcelo D.; BARROS-PLATIAU, Ana Flávia (Orgs.). **Proteção internacional do meio ambiente**. Brasília: Unita, UniCEUB e UnB, p.26-33, 2009.
- SALOMON, Mónica; NUNES, Carmen. A ação externa dos governos subnacionais no Brasil: os casos do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre. Um estudo comparativo de dois tipos de atores mistos. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v.29, n.1, p.1-15, jan/jun., 2007.
- SANTOS, Márcia F. R.; PEIXOTO, José A. A.; XAVIER, Leyderdavan de Souza. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável: Estudo Comparativo entre Brasil e Suíça. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p. 42-58, set/dez., 2008.
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teórico e metodológico da geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988.
- SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2002.
- SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Edusp, 2004.
- SCHMIDT, Marina. Propostas para o 4º Distrito avançam. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, 18 de janeiro 2016. Disponível em: <http://jcrs.uol.com.br/_conteudo/2016/01/economia/477689-propostas-para-o-4-distrito-avancam.html> Acesso em: 21 nov. 2016.
- SFREDO, Marta. Afinal, o que a Airbus vai fazer em Porto Alegre? Multinacional anuncia intenção de investir ao menos R\$ 150 milhões na Capital. **GaúchaZH**, Porto Alegre, 9 de maio de 2015. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/noticia/2015/05/marta-sfredo-afinal-o-que-a-airbus-vai-fazer-em-porto-alegre-4756697.html>> Acesso em: 20 nov. 2016.
- SILVA, Carlos Sérgio Gurgel. Política urbana brasileira: em busca de cidades sustentáveis. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 18, n.3532, 3 mar. 2013. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/23856>>. Acesso em: 30 set. 2018.
- SILVA, Pedro L. B.; COSTA; Nilson R.. **A Avaliação de Programas Público: reflexões sobre a experiência brasileira**. Relatório Técnico. Cooperação Técnica BID-IPEA. Brasília: IPEA, 2002.
- SINDIHOSPA. **Sindicato dos Hospitais e Clínicas de Porto Alegre**. SMUrb apresenta plano de revitalização e reconversão econômica do 4º Distrito no SINDIHOSPA. Porto Alegre, 6 de julho de 2016. Disponível em: <<http://www.sindihospa.com.br/2012/index2.php?case=1&idnot=1574>> Acesso em: 21 nov. 2017.
- SKYSCRAPERCITY. **Rossi Fiategi**. Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=915182&page=4>> Acesso em: 16 ago. 2013.

- SMITH, Neil. A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à "regeneração" urbana como estratégia urbana global. In: BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. **De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de "revitalização" dos centros urbanos**. São Paulo: Annablume, p.59-87, 2006.
- SOJA, Edward W. **Geografias pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- SOUZA, Celia Ferraz de; MÜLLER, Dóris Maria. **Porto Alegre e sua evolução urbana**. Porto Alegre: UFRGS, 2007.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **Planejamento urbano e ativismos sociais**. São Paulo: UNESP, 2004.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a Cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo**. 2004. 504f. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.
- STROHAECKER, Tânia Marques. Projeto Humaitá-Navegantes: o resgate da cidadania. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros, n. 20, p.123-126, 1995.
- TANAKA, Gisele. Planejamento e conflitos sociais: reflexões a partir lutas urbanas. In: XVII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2017, São Paulo. **Anais...**, p.1-19, São Paulo: 2017.
- VAINER, Carlos. Os liberais também fazem planejamento urbano? Glosas ao “Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro”. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, p.105-119, 2000a.
- VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, p.75-103, 2000b.
- VASCONCELOS, Pedro de Almeida. A utilização dos agentes sociais nos estudos de geografia urbana: avanço ou recuo? In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **A produção do espaço urbano – Agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, p. 75-96, 2012.
- VECCHIATTI, Karin. Três fases rumo ao desenvolvimento sustentável: do reducionismo à valorização da cultura. **São Paulo Perspectiva**, v. 18(3), p.90-95, 2004.
- VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- VIDAL, Heron. Bruno. Porto Alegre busca seu Distrito Criativo. Região que compreende a Estação Rodoviária e o DC Shopping quer investimentos que inovem. In: **Correio do Povo**. Porto Alegre, p.1-9, 16 de julho de 2016. Disponível em: <<https://www.correiodopovo.com.br/noticias/geral/porto-alegre-busca-seu-distrito-criativo-1.207227>> Acesso em: 21 dez. 2016.

- VIEIRA, Flávio Lúcio R. Desenvolvimento sustentável: a história de um conceito. **Saeculum: Revista de História**, João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, n.10, p.79-112, jan/jul., 2004.
- VIGNA, Rafael. Revitalização do 4º Distrito está mais próxima: Um dos primeiros passos, segundo a prefeitura de Porto Alegre, será criar uma empresa para a gestão de ativos. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, 6 de julho de 2015. Disponível em: <<http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=201446>> Acesso em: 3 dez. 2015.
- VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.
- WEBER, Jéssica Rebeca. Obras paradas, insegurança e prédios em ruínas: a degradação da Rua Voluntários da Pátria. **GaúchaZH**, Porto Alegre, 12 de abril 2017. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2017/04/obras-paradas-inseguranca-e-predios-em-ruinas-a-degradacao-da-rua-voluntarios-da-patria-9769953.html>> Acesso em: 24 set. 2017.
- WORDPRESS. **Portal do Guaíba**. Disponível em: <<https://portaldoguaiba.wordpress.com/tag/bairro-sao-geraldo/>> Acesso em: 14 ago. 2013.
- YIN, Robert. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- ZACHER, Mauro. A necessária revitalização do 4º Distrito. In: **Jornal do Comércio**. Edição impressa de 13 de setembro de 2017. Porto Alegre, p.[?], 2017. Disponível em: <https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/2017/09/opiniao/585067-a-necessaria-revitalizacao-do-4-distrito.html>. Acesso em: 22 nov. 2017.
- ZANCHETI, Silvio Mendes. O desenvolvimento sustentável urbano. In: ZANCHETI, Silvio Mendes (Org.) **Gestão do Patrimônio Cultural Integrado**. Centro de Conservação Integrada Urbana e Territorial. Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano, Recife: Editora Universitária da UFPE, p.79-83, 2002.
- ZISPOA. **Zona de Inovação Sustentável de Porto Alegre**. Disponível em: <<https://www.zispoa.info/historia>> Acesso em: 16 jun. 2017.

OBRAS CONSULTADAS

- A/MBIENTE. Los “Aterros” de Porto Alegre. In: **Revista A/mbiente: Ética y Estética para el Ambiente Construído**, Buenos Aires, n. 82, Desplegable para Coleccionar, n. 7, mar. 2000.
- ABRAMO, Pedro. Dinâmica espacial e instabilidade do mercado imobiliário: a ordem-desordem urbana. In: ABRAMO; Pedro (Org.). **Cidade em transformação: entre o plano e o mercado**. p.161-188, 2001
- ACSELRAD, Henri (Org.). **A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- AGUIAR, Douglas; NETTO, Vinícius M. (Orgs.). **Urbanidades**. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2012.
- ALFONSIN, Betânia de Moraes. Regulamentação fundiária: Um imperativo ético da cidade sustentável - o caso de Porto Alegre. In: SAULE JR., Nelson (Coord.). **Direito à cidade: trilhas legais para o direito às cidades sustentáveis**. São Paulo: Max Limonad, p.157-172, 1999.
- ALVIM, Angélica Tanus Benatti; CASTRO, Luiz Guilherme Rivera de (Orgs.). **Avaliação de políticas urbanas: contexto e perspectivas**. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, Mackpesquisa e Romano Guerra Editora, 2010.
- AMARAL FILHO, Marcos Jordão Teixeira do. Capítulo IV - Da gestão democrática da cidade. In: ALMEIDA, Fernando Dias Menezes de; MEDAUAR, Odete (Coords.). **Estatuto da Cidade: Lei n. 10.257, de 10.07.2001**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, p.175-180, 2002.
- BEM, Judite Sanson de; BORGES, Maria de Lourdes; ARAUJO, Margarete Panerai; WAISMANN, Moisés (Orgs.). **Porto Alegre: o despertar do 4º distrito**. Canoas, RS: Unilasalle, 2017.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Edital FNMA no 2/2003: construção de Agendas 21 locais**. Brasília: MMA, jul. 2003b.
- BREHENY, Michael. Densities and sustainable cities: the UK experience. In: Echenique, Marcial; Saint Andrew (Eds). **Cities for the New Millennium**. London: Spon Press, p.39-51, 2001.
- CAMPOS, Heleniza Ávila. **Centralidades lineares em centros metropolitanos: a terceira perimetral de Porto Alegre (RS)**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2012.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. De la “geografía de la acumulación” a la “geografía de la reproducción”: un diálogo con Harvey. **Scripta Nova** [online], Barcelona, v. XII, n. 270, ago. 2008. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-270/sn-270-143.htm>>. Acesso em: 16 jul. 2016.
- CARNEIRO, E.J. A oligarquização da “política ambiental” mineira. In: ZHOURI, A.; LACHEFSKY, K.; PEREIRA, D. (Org.). **A insustentável leveza da política ambiental**. Belo Horizonte: Autêntica, p.65-88, 2005.
- CASTELLS, Manuel. Crise do Estado, consumo coletivo e contradições urbanas. In: POULANTZAS, Nicos (Org.). **O Estado em crise**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2000c.

- CASTELLS, Manuel. **O fim do milênio**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- CGLU (CIDADES E GOVERNOS LOCAIS UNIDOS). Agenda 21 da Cultura. **Revista do Observatório Itaú Cultural**. São Paulo, n.1, 2007.
- COMPANS, Rose. Cidades sustentáveis, cidades globais: antagonismo ou complementariedade?. In: ACSELRAD, Henri (org.). **A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- CUNHA, Sandra Baptista da; GUERRA, Antonio José Teixeira (Org.). **A Questão Ambiental: Diferentes Abordagens**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p.81-105, 2015.
- EMELIANOFF, Cyria; THEYS, Jacques. “Les Contradictions de La Ville Durable”. In: **Développement Durable Villes et Territoires**, nº 13, jan., p.53-63, 2000.
- FURTADO, Fátima. O processo de Monitoramento, Avaliação e Controle de Projetos. In ZANCHETTI, Silvio Mendes (Org). **Gestão do Patrimônio Cultural Integrado**. Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano, Recife: Editora Universitária da UFPE, 2002.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1995.
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Editora Loyola, 2012.
- HARVEY, David. A liberdade da cidade. In: MARICATO, Ermínia *et al.* **Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, p.27-34, 2013b.
- HAUSER, Ghissia; ZEN, Aurora Carneiro (Orgs.). **Parques tecnológicos: um debate em aberto**. Porto Alegre: Nova Prova, 2004.
- HAUSER, Ghissia. As tecnópolis. In: HAUSER, Ghissia; ZEN, Aurora Carneiro (Orgs.). **Parques tecnológicos: um debate em aberto**. Porto Alegre: Nova Prova, p.19-26, 2004b.
- JANNUZZI, Paulo de M. **Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações**. Campinas: Alínea, 2001.
- JENKS, Mike. Introduction: Sustainable Urban Form in Developing Countries? In: JENKS, Mike; BURGESS, Rod (Eds). **Compact Cities: Sustainable Urban Forms for Developing Countries**. London: Spon Press, p.1-6, 2000.
- JORGENSEN JR., Pedro. Cinco notas a-sistemáticas sobre as operações urbanas. In: ABRAMO; Pedro (Org.). **Cidade em transformação: entre o plano e o mercado**. p.261-271, 2001
- KRAFTA, Rômulo; AGUIAR, Douglas de. Projeto de Reabilitação Urbana da Avenida Voluntários da Pátria, Porto Alegre. **Cadernos Brasileiros de Arquitetura-Desenho Urbano II**, São Paulo, v.13, p.35-52, set.,1984.
- LEITE, Carlos; AWAD, Juliana di Cesare Marques. Cidades sustentáveis, cidades inteligentes: desenvolvimento sustentável num planeta urbano. Porto Alegre: Bookman, 2012.
- LEME, Taciana Neto. Governança ambiental no nível municipal. In: MOURA, Adriana Maria Magalhães de (Org.). **Governança ambiental no Brasil: instituições, atores e políticas públicas**. Brasília: Ipea, p.147-174, 2016.

- LIMONAD, Ester. Urbanização e organização do espaço na era dos fluxos. In: SANTOS, Milton *et al.* **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- LIMONAD, Ester. Um novo planejamento ou um novo Estado para um novo Brasil? In: LIMONAD, Ester; CASTRO, Edna. **Um novo planejamento para um novo Brasil**. Rio de Janeiro: Letra Capital, p.80-99, 2014.
- MACLAREN, Virginia W. Urban Sustainability Reporting. In: WHEELER, Stephen M.; BEATLEY, Timothy (Eds.). **The sustainable urban development reader**, London: Routledge, p.203-210, 2004.
- MASCARÓ, Juan José; MASCARÓ, Lucia. Densidades, Ambiência e Infra-estrutura Urbana. **Arquitextos**, 02.017, São Paulo, Vitruvius, out. 2001. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/02.017/842>>. Acesso em: 9 set. 2013.
- MIRRA, Álvaro Luiz Valery. Princípios fundamentais do direito ambiental. **Revista de Direito Ambiental**, n. 2, p.50-66, abr./jun., 1996.
- MORAES, José L. V.; RECH, César; LAHORGUE, Maria Alice. Projeto Porto Alegre Tecnópole: um projeto de desenvolvimento em rede. In: VII Seminário Nacional de Parques Tecnológicos e Incubadoras de Empresas, 1997, Salvador. **Anais...**, p.108-116, Brasília: 1997.
- MOURA, Adriana Maria Magalhães de. Trajetória da política ambiental federal no Brasil. In: MOURA, Adriana Maria Magalhães de (Org.). **Governança ambiental no Brasil: instituições, atores e políticas públicas**. Brasília: Ipea, p.13-44, 2016.
- NEUMAN, Michael. The Compact City Fallacy. In: **Journal of Planning Education and Research**, v.25, n.1, p.11-26. Virginia: Sage Publications, 2005.
- NEWMAN, Peter; KENWORTHY, Jeffrey. **Sustainability and cities: overcoming automobile dependence**. Washington: Island Press, 1999.
- PMPA (Prefeitura Municipal de Porto Alegre). **Avaliação da Capacidade de Adensamento do 2º PDDUA**. Porto Alegre, [19--]b. Disponível em: <<http://www.portoalegre.rs.gov.br/planeja/spm2/13.htm>>. Acesso em: 14 jan. 2014.
- PMPA (Prefeitura Municipal de Porto Alegre). **Cidade sustentável: enfoque global do 2º PDDUA**. Porto Alegre, [19--]c. Disponível em: <<http://www.portoalegre.rs.gov.br/planeja/spm2/3.htm>>. Acesso em: 14 jan. 2014.
- PMPA (Prefeitura Municipal de Porto Alegre). **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano**. Secretaria do Planejamento Municipal. 1º PDDU. Lei Complementar 43/79. Porto Alegre: Corag, 1979.
- PMPA (Prefeitura Municipal de Porto Alegre). **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental - PDDUA. 1ª Conferência de Avaliação do Plano Diretor. Resoluções aprovadas nos dias 6 de setembro, 10 e 11 de outubro de 2003**. Secretaria do Planejamento Municipal, 2003b.
- PMPA (Prefeitura Municipal de Porto Alegre). **Plano plurianual 2010-2013, Lei N° 10.741**. Porto Alegre, 2009a.

- PMPA (Prefeitura Municipal de Porto Alegre). **Programa Porto do Futuro. Ação: Revitalização do 4º Distrito. Área 1- Perímetro Preferencial.** Secretaria do Planejamento Municipal, 2009c. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/spm/usu_doc/area_1perimetro.pdf> Acesso em: 8 mar. 2013.
- PMPA (Prefeitura Municipal de Porto Alegre). **Programa Porto do Futuro. Ação: Revitalização do 4º Distrito. Área 1- Projetos Pontuais.** Secretaria do Planejamento Municipal, 2009d. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/spm/usu_doc/area_1_pontuais_ok.pdf> Acesso em: 8 mar. 2013.
- PMPA (Prefeitura Municipal de Porto Alegre). **Programa Porto do Futuro. Ação: Revitalização do 4º Distrito. Área 1- Projetos Estratégicos.** Secretaria do Planejamento Municipal, 2009e. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/spm/usu_doc/area_1_estrategicos_0k.pdf> Acesso em: 8 mar. 2013.
- PMPA (Prefeitura Municipal de Porto Alegre). **Programa Porto do Futuro. Ação: Revitalização do 4º Distrito. Ações do Poder Público.** Secretaria do Planejamento Municipal, 2009i. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/spm/usu_doc/parte_5_acoes_pp.pdf> Acesso em: 8 mar. 2013.
- PMPA (Prefeitura Municipal de Porto Alegre). **Programa Porto do Futuro. Ação: Revitalização do 4º Distrito. Ações do Setor Privado.** Secretaria do Planejamento Municipal, 2009j. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/spm/usu_doc/parte_6_setor_privado.pdf> Acesso em: 8 mar. 2013.
- PMPA (Prefeitura Municipal de Porto Alegre). **Programa Porto do Futuro. Ação: Revitalização do 4º Distrito. Prospeção de Áreas para Unidades Habitacionais com Vistas à Revitalização do 4º Distrito.** Secretaria do Planejamento Municipal, 2009k. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/spm/usu_doc/parte_7_prospeccao_habit.pdf> Acesso em: 8 mar. 2013.
- PMPA (Prefeitura Municipal de Porto Alegre). **4D: Distrito de Inovação de Porto Alegre.** Secretaria Municipal da Fazenda (Coord. estratégica) e Secretaria Municipal de Urbanismo (Coord. executiva), [201-]b. Disponível em: <<http://4distrito.portoalegre.rs.gov.br/sites/default/files/PMPA-4D-FinalAnimada-REDUZIDA.pdf>> Acesso em: 1 agosto 2019.
- PMPA (Prefeitura Municipal de Porto Alegre). **Relatório GT Estratégico 4D.** Secretaria Municipal da Fazenda (Coord. estratégica), [201-]c. Disponível em: <<http://4distrito.portoalegre.rs.gov.br/?q=projeto/relatorio-gt>> Acesso em: 1 agosto 2019.
- PMPA (Prefeitura Municipal de Porto Alegre). **Relatório de Atividades 2010.** Porto Alegre, mar. 2011c.
- PMPA (Prefeitura Municipal de Porto Alegre). **Programa Porto do Futuro. Ação: Detalhamento do PDDUA. Etapa: Revitalização do 4º Distrito.** Secretaria Municipal de Urbanismo (SMURB) e Supervisão de Desenvolvimento Urbano (SDU), jul. 2013e. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/inovapoa/usu_doc/s10.pdf> Acesso em: 1 set. 2014
- PROJETO DESIGN. Concurso Universitário de Urbanismo - Urban21: Revelações do urbanismo. **Revista Projeto Design.** São Paulo: Arco Editorial, n.428, p.64-71, dez. 2015.

- PROPAR-UFRGS (Programa de Pós-Graduação em Arquitetura - Universidade Federal do Rio Grande do Sul). **Projeto Porto Alegre - 1992 Oficinas**. Laboratório de Análise, Pesquisa e Projeto: Arquitetura Urbana. Faculdade de Arquitetura - UFRGS, Porto Alegre, 1992.
- RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. Os desafios da reforma urbana nas metrópoles brasileiras. In: KLINK, Jeroen (Org.). **Governança das Metrópoles: conceitos, experiências e perspectivas**. p.75-98, 2010.
- RODRIGUES, Arlete Moysés. A matriz discursiva sobre o “meio ambiente”: produção do espaço urbano – agentes, escalas, conflitos. In: CARLOS, Ana Fani Alessandrini; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, p.207-230, 2012.
- ROGERS, Richard; POWER, Anne. **Cities for a Small Country**. London: Faber and Faber, 2000.
- ROLNIK, Rolnik. Regulação Urbanística no Brasil. Conquistas e Desafios de um Modelo em Construção. In: Seminário Internacional: Gestão da Terra Urbana e Habitação de Interesse Social, PUCCAMP, 2000. **Anais...**, p.1-19, Campinas: 2000.
- ROMERO, Maria A. Bustos. Frentes do urbano para a construção de indicadores de sustentabilidade intra urbana. In: Indicadores de sustentabilidade urbana: comportamento socioeconômico, gestão ambiental, recursos hídricos, ventilação e iluminação. **Paranoá: cadernos de arquitetura e urbanismo**, ano 6, n.4, Brasília: FAU UnB, p. 47-62, 2007.
- RUDLIN, David; FALK, Nicholas. **Sustainable urban neighbourhood: building the 21st century home**. Oxford: Architectural Press, 2009.
- RUSCHEL, Simone Pretto. **A modernidade na Avenida Farrapos**. Porto Alegre, 2004, 190f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós Graduação em Arquitetura, UFRGS, Porto Alegre, 2004.
- SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986a.
- SACHS, Ignacy. **Espaço, tempos e estratégias do desenvolvimento**. São Paulo: Vértice, 1986b.
- SACHS, Ignacy. **Transitions Strategies Towards the 21st Century**, Nature and Resources, 28(1), 1992.
- SANTOS, Milton. **Economia espacial: críticas e alternativas**. São Paulo: Hucitec, 1979.
- SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel 2000.
- SAULE JR., Nelson (Coord.). **Direito à cidade: trilhas legais para o direito às cidades sustentáveis**. São Paulo: Max Limonad, 1999.
- SCUSSEL, Maria Conceição Barletta; SATTLER, Miguel Aloysio. In: Indicadores de sustentabilidade urbana: comportamento socioeconômico, gestão ambiental, recursos hídricos, ventilação e iluminação. **Paranoá: cadernos de arquitetura e urbanismo**, ano 6, n.4, Brasília: FAU UnB, p.31-44, 2007.
- SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção de espaço**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1984.

- SMITH, Neil. **The New Urban Frontier: Gentrification and the Revanchist City**. London: Routledge, 1996.
- SMITH, Neil. Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano. **GeoUSP** [online], São Paulo, nº 21, p. 15-31, 2007.
- SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. **Del proyecto urbano a la producción del espacio: morfología urbana de la ciudad de Pelotas, Brasil (1812-2000)**. Barcelona, 2002, 507f. Tese (Doutorado), Facultad de Geografía e Historia, Departamento de Geografía Humana, Programa de Doctorado em Pansamiento Geográfico y Organización del Territorio, Universidad de Barcelona, Barcelona, 2002.
- SOJA, Edward W. **Postmetropolis: critical studies of cities and regions**. Malden: Blackwell, 2000.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC de desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2003.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. A cidade, a palavra e o poder: práticas, imaginários e discursos heterônomos e autônomos na produção do espaço urbano. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, , p. 147-166, 2012.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Urbanização difusa e cidades dispersas: perspectivas espaço-temporais contemporâneas. In: REIS, N. G. (Org.). **Sobre dispersão urbana**. São Paulo: Via das Artes, p. 35-54 , 2009.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, p. 123-145, 2012.
- TELES, Paula Cristina Ribeiro da Silva. **Os territórios (sociais) da mobilidade: um desafio para a Área Metropolitana do Porto**. Porto, Portugal: Lugar do Plano, 2005.
- TEODORO, Pacelli Henrique Martins. O Sofisma da Sustentabilidade Urbana. In: **Mercador**, v.11, n.24, p.101-113, jan.2012.
- TITTON, Cláudia Pauperio. Reestruturação produtiva e regeneração urbana. In: I Circuito de Debates Acadêmicos das Ciências Humanas - II Conferência do Desenvolvimento, Associações de Pós-Graduação e Ipea, 2011, Brasília. **Anais...**, p.1-21, Brasília: Ipea, 2012a.
- TITON, Claudia Pauperio. **Reestruturação produtiva e regeneração urbana: o caso do IV Distrito de Porto Alegre**. São Paulo, 2012, 313f. Dissertação (Mestrado), Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2012b.
- TRINDADE JR., Saint-Clair C. Agentes, redes e territorialidades urbanas. In: **Revista Território**, ano III, n.15, , p. 31-50, jul/dez. 1998.
- TURNER, David *et al.* Best Practice in Medium Density Housing Design. In: **Housing New Zealand Corporation**. Wellington, 2004. Publicação digital. Disponível em:

<<http://www.hnzc.co.nz/hnzc/dms/172176FAF8F02E37F07072E797D13851.pdf>>.
Acesso em: 24 nov. 2013

- UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization). **Education for sustainable development**. United Nations decade 2005-2014, Section for Education for Sustainable Development/United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, Paris, 2004. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/en/>>. Acesso em: 3 nov. 2013.
- UNITED NATIONS. **Indicators of Sustainable Development: Framework and Methodologies**. United Nations Sales Publication, n. E.96.11.A.16, New York, 1996.
- VAINER, Carlos. Quando a cidade vai às ruas. In: MARICATO, Ermínia *et al.* **Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, p.35-40, 2013.
- WILLIAMS, Katie; BURTON, Elizabeth; JENKS, Mike. Achieving the compact city through intensification: an Acceptable Option?. In JENKS, Mike; BURTON, Elizabeth; WILLIAMS, Kate (Eds.). **The Compact City: A Sustainable Urban Form?** London: E & FN Spoon, 1996.
- ZOUAIN, Desirée M. Parques Tecnológicos. In: HAUSER, Ghissia; ZEN, Aurora Carneiro (Orgs.). **Parques tecnológicos: um debate em aberto**. Porto Alegre: Nova Prova, p.27-40, 2004.



ANEXOS

- Anexo A -** Notícia vinculada no site da Prefeitura Municipal de Porto Alegre sobre a criação do grupo de trabalho GT 4º Distrito.
- Anexo B -** Notícia vinculada no site da Prefeitura Municipal de Porto Alegre sobre o Gabinete de Inovação e Tecnologia (INOVAPOA) e o Grupo de Trabalho Porto Alegre Criativa.
- Anexo C -** Notícias vinculadas no site da Prefeitura Municipal de Porto Alegre sobre ações e propostas para o 4º Distrito.
- Anexo D -** Notícias vinculadas na mídia sobre as ações do mercado (Setor Imobiliário) na área do Baixo 4º Distrito.
- Anexo E -** Notícia vinculada na mídia sobre as ações das forças sociais (Setor Coletivo) na área do Baixo 4º Distrito.
- Anexo F -** Notícia vinculada na mídia sobre a situação de abandono do 4º Distrito.
- Anexo G -** Valor e prazo do Contrato de Prestação de Serviços firmado entre o Município de Porto Alegre e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, tendo como objetivo a consultoria para o desenvolvimento do Master Plan de Revitalização do 4º Distrito.
- Anexo H -** Contrato de Prestação de Serviços, celebrado entre o município de Porto Alegre e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, visando o desenvolvimento do Master Plan de Revitalização Urbana para o 4º Distrito de Porto Alegre Vinculado à Reconversão Econômica da Região.
- Anexo I -** Termo de Referência para contratação de serviços técnicos especializados para elaboração do Master Plan do 4º Distrito.
- Anexo J -** Valor e prazo do Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços firmado entre o Município de Porto Alegre e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, tendo como objetivo a redefinição de novo perímetro para inclusão de produtos a serem entregues no Master Plan.
- Anexo K -** Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços, celebrado entre o Município de Porto Alegre e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para desenvolvimento do Master Plan de Revitalização Urbana para o 4º Distrito de Porto Alegre vinculado à reconversão econômica da região.

- Anexo L** - Notícia vinculada no site do Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento do Rio grande do Sul (IAB-RS), sobre a palestra “Operação Urbana Consorciada do 4º Distrito”, ministrada pelo coordenador do projeto MASTERPLAN-4D²⁹¹.
- Anexo M** - Notícia vinculada na mídia sobre a entrega do “Masterplan do 4º Distrito (4D)” ao prefeito José Fortunati.
- Anexo N** - Notícia vinculada na mídia contendo a afirmação, do coordenador do projeto Masterplan de Revitalização Urbana e Reconversão Econômica do 4º Distrito, de que o plano é o que se chama de operação urbana consorciada.
- Anexo P** - Notícia vinculada no site do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul (CAU-RS) sobre o prêmio entregue pelo Sindicato das Indústrias da Construção Civil no Estado do Rio Grande do Sul (Sinduscon-RS) ao Núcleo de Tecnologia Urbana (NTU-UFRGS), pelo projeto “MASTERPLAN 4D - Operação Urbana Consorciada para Revitalização Urbana e Reconversão Econômica do 4º Distrito de Porto Alegre”.
- Anexo Q** - Mapas do percurso e notícias veiculadas na mídia sobre o Projeto MetroPOA.

²⁹¹ Vídeo do evento disponível em: <<https://www.youtube.com/user/iabrstv>>.

Anexo A - Notícia vinculada no site da Prefeitura Municipal de Porto Alegre sobre a criação do grupo de trabalho GT 4º Distrito.



Prefeitura de Porto Alegre

Secretarias Departamentos Empresas Serviços

URBANISMO > Projetos e Ações > GT 4º Distrito

| | |
|---|---|
| A Secretaria | Qualificação do espaço público |
| Serviços / Consultas | O GT 4º Distrito foi criado na SPM por solicitação da própria comunidade. Tem o objetivo de formular diretrizes, projetos e programas que contribuam para qualificar o espaço urbano de forma ordenada e planejada, buscando o desenvolvimento sustentável da região e melhoria da qualidade de vida. Estas ações deverão ter caráter público e privado. |
| Planejamento Urbano | |
| Cidade | Área de atuação - os estudos enlobam a área que vai da Estação Rodoviária, seguindo pela Rua Voluntários da Pátria, um eixo estruturador com grande potencial de renovação, até o Bairro Humaitá, onde se localizará a Arena do Grêmio. |
| Plano Diretor | A região tem sido alvo de grandes investimentos públicos, tanto em infraestrutura (Conduto Forçado Álvaro Chaves) como em habitação (Projeto Integrado Entrada da Cidade - Piec) e estruturação viária (prolongamento da rua Voluntários da Pátria, duplicação da Dona Teodora, Viaduto Leonel Brizola e o projeto para conexão do anel viário da BR 448, chamada de Rodovia do Parque, com a BR 290, a Free-Way). |
| Conselho do Plano Diretor (CMDUA) | Também há ações do setor privado em andamento ou previstas para a região, como: |
| Aprovação - Edificações | <ul style="list-style-type: none">• Empreendimento Residencial - Incorporadora Rossi S/A - Bairro Humaitá (em venda 1.400 unidades habitação coletiva, junto ao Parque Mascarenhas de Moraes).• Empreendimento Residencial - Construtora Cádiz - Bairro São Geraldo / avenida Polônia (em venda dois prédios de habitação coletiva - oito pavimentos, com unidades de 1, 2 e 3 dormitórios).• Empreendimento Residencial - Construtora Incorporadora Espaço Novo - Bairro Navegantes / rua Com. Tavares, 181 (em venda prédio de habitação coletiva - oito pavimentos com unidades de 2 dormitórios e box).• Projeto Fiategi-Vonpar/ Rossi Incorporadora Área da Fiategi (em estudos) - Bairro São Geraldo (1 prédio comercial e 4 prédios residenciais de 17 pavimentos, com unidades de 2 e 3 dormitórios). |
| Aprovação - Parcelamento Solo | •Projeto Grêmio (complexo multifuncional: arena,hotel, centro de convenções, prédios de habitação coletiva e shopping center). Também ainda em fase de estudos. |
| Licenças | O "Projeto Arena" tem um Termo de Compromisso, que foi assinado em 18 de março de 2009. Uma área com 34 ha foi doada pelo Estado à Federação dos Círculos Operários do RS, permitindo o uso por parte do Grêmio. Outra área foi doada à Federação, na Restinga, onde a escola que funciona no local atualmente passará a ocupar. |
| Estudo de Viabilidade Urbanística (EVU) | De acordo com a Fundação de Economia e Estatística (FEE) o empreendimento aumentará em mais de 68 milhões de reais o ICMS do RS e abrirá 45 mil empregos diretos e indiretos. A proposta prevê um estádio com capacidade para 50 mil espectadores (área de 175 mil m²); shopping center; centro de eventos; hotel; um conjunto habitacional e um centro empresarial. |
| Vistorias - Habite-se | Tendo como horizonte a Copa de 2014, o GT 4º Distrito está priorizando estudos para a elaboração do Projeto Urbano de duplicação para a Rua Voluntários da Pátria (trecho entre a Rodoviária e a Ponte do Guaíba). Uma das propostas é a reciclagem de uso de prédios existentes ao longo da via (inventariados e listados como de interesse cultural) adaptando-os para uso residencial e/ ou comercial. É uma das formas de revitalizar o 4º Distrito. |
| Fiscalização | O projeto urbanístico está sendo elaborado por um grupo intersecretarias, com a coordenação do GT 4º Distrito, em parceria com a Secopa, contemplando projetos de paisagismo, viário, cicloviário, acessibilidade, infraestrutura, iluminação, mobiliário urbano e preservação do patrimônio cultural. |
| Manutenção de Edificações | Também em parceria com o GT Orla estão sendo elaborados um diagnóstico e diretrizes para a Orla Norte do Guaíba, região onde está situada a antiga Doca Turística. |
| Comissões | O GT 4º Distrito atua com a participação da Secopa, Smam, SMC, EPTC, Smov, DMLU, Dmae, DEP e SMGAE. |
| Legislação | |
| Relatórios | |
| Notícias | |
| Consulte seu Processo | |

Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Disponível em:

<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?p_secao=150> Acesso em: 23 jun. 2015.

Anexo B - Notícia vinculada no site da Prefeitura Municipal de Porto Alegre sobre o Gabinete de Inovação e Tecnologia (INOVAPOA) e o Grupo de Trabalho Porto Alegre Criativa.

The screenshot shows the website interface for INOVAPOA. At the top left is the logo of the Prefeitura de Porto Alegre. Below it is a navigation menu with links for Secretarias, Departamentos, Empresas, and Serviços. A search bar is located at the top right. The main content area features a header with the text 'ONDE ESTÁ O AEDES?' and a large image. Below this is a sidebar with a list of links: O inovapoa, Legislação, Licitações, Editais e Concursos, Porto Alegre Criativa, Eventos, Bolsas, Emprega Unipoa, Notícias, and Links. The main text area is titled 'Porto Alegre Criativa' and contains several paragraphs of text, a 'METODOLOGIA' section, and 'TERMOS ESPECÍFICOS' including 'ECONOMIA CRIATIVA', 'INOVAÇÃO SOCIAL', and 'INOVAÇÃO'. On the right side, there is a weather widget showing 15°C and 6°C, a 'Banco de Imagens' section with links for Rádio WEB, TV Prefeitura, Diário Oficial, and Webcams, and a 'FALA 156' banner. At the bottom right, there are links for 'Sites de A a Z' and '[+] Notícias da INOVAPOA' with a 'voltar ao topo' button.

INOVAPOA > Porto Alegre Criativa > O Projeto

O inovapoa
Legislação
Licitações, Editais e Concursos
Porto Alegre Criativa
Eventos
Bolsas
Emprega Unipoa
Notícias
Links

Porto Alegre Criativa

Potencializar uma revolução tecnológica e estimular o desenvolvimento dos setores criativos e culturais na Capital é de fundamental importância para uma cidade que busca o crescimento do setor e prima pela valorização do seu capital intelectual, suas cadeias produtivas, projetos e empreendimentos, respeitando as vocações locais da cidade. Com este intuito, a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, por intermédio do Gabinete de Inovação e Tecnologia – Inovapoa e Secretaria Municipal de Cultura, lançou recentemente o Grupo de Trabalho “Porto Alegre Criativa”, com o objetivo de implantar um Programa Municipal de Economia Criativa e desenvolver um arranjo produtivo local (APL), através da inovação social com uso de processos de inteligência colaborativa para gerir a solução de problemas urbanos.

A iniciativa pretende unir esforços, juntamente com a sociedade civil, para estabelecer diretrizes e novas políticas públicas de fomento à economia criativa e científica no município. Será formado oficialmente, no mês de outubro/ 2013, um Comitê de Fomento à Economia Criativa, que vislumbra também a implantação de um Pólo do setor na cidade.

Uma das metas do Grupo “Porto Alegre Criativa” é promover o desenvolvimento econômico, social e cultural da Capital gaúcha, através de um ecossistema de empreendedorismo e inovação.

METODOLOGIA:

Co-criação de Oficinas de alinhamento de conceitos e definições sobre Economia Criativa, Definição de Políticas Públicas para EC, Mapeamento da Economia Criativa, Formação Continuada, Programas de Intercâmbio e Cooperação Técnica em âmbito Nacional e Internacional.

O “Porto Alegre Criativa” abrange aspectos econômicos e sociais, envolvendo cadeias produtivas, agentes criativos, interfaces tecnológicas e modelos inovadores de empreendimento. Promove a geração de emprego e renda, abertura de novos mercados e estimula a diversidade cultural, inclusão social e o desenvolvimento humano.

TERMOS ESPECÍFICOS:

ECONOMIA CRIATIVA: O conceito de “Economia Criativa” abrange o conjunto de atividades que produzem riqueza por meio da propriedade intelectual, tendo o capital intelectual como principal recurso produtivo onde estão inseridas todas as áreas da tecnologia da informação e seu desenvolvimento de software e hardware, a indústria da mídia, da comunicação e do entretenimento, o turismo, a produção das instituições acadêmicas e ainda, atividades relacionadas com o setor de serviços, engajadas com o trabalho dos profissionais liberais.

Além disso, cada ramo de atividade produtiva desenvolve seu próprio enfoque sobre o tema, enfatizando os aspectos econômicos e diversidades culturais das cadeias produtivas relacionadas com a produção cultural. Vale lembrar que a definição de EC é um dos raros conceitos que ganham relevância por meio de políticas públicas: a Austrália foi o primeiro país a promover políticas de Estado neste âmbito, em 1994, e o termo adquire visibilidade internacional a partir de 1997, quando o governo britânico do trabalhista Tony Blair cria a força-tarefa das indústrias criativas.

INOVAÇÃO SOCIAL é o termo que se refere a novas estratégias, conceitos e organizações que atendem a necessidades sociais de todos tipos: das condições de trabalho e educação até o desenvolvimento de comunidades, que desenvolvem e fortalecem a sociedade civil.

INOVAÇÃO é a mudança de comportamento de agentes como produtores e consumidores. A mudança pode abranger qualquer coisa: processos, métodos, dispositivos, produtos ou serviços. Em uma economia interligada de informação e conhecimento intensiva em serviços e processos, boa parte do que podemos definir como inovação envolve a tríade Pessoas, Negócio e Tecnologias, com transversalidade, resultando em experiências que respondam a demandas da sociedade – ou que criem tais demandas no público.

> Sites de A a Z

[+] Notícias da INOVAPOA
voltar ao topo ^

Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Disponível em:
<http://www.inovapoa.com/default.php?p_secao=59> Acesso em: 12 jun. 2015.

Anexo C - Notícias vinculadas no site da Prefeitura Municipal de Porto Alegre sobre ações e propostas para o 4º Distrito



SecretariasDepartamentosEmpresasServiços

URBANISMO

| | |
|---|--|
| A Secretaria | |
| Serviços / Consultas | |
| Planejamento Urbano | |
| Cidade | |
| Plano Diretor | |
| Conselho do Plano Diretor (CMDUA) | |
| Aprovação - Edificações | |
| Aprovação - Parcelamento Solo | |
| Licenças | |
| Estudo de Viabilidade Urbanística (EVU) | |
| Vistorias - Habite-se | |
| Fiscalização | |
| Manutenção de Edificações | |
| Comissões | |
| Legislação | |
| Relatórios | |
| Notícias | |
| Consulte seu Processo | |

Propostas para revitalização do 4º Distrito são apresentadas

21/01/2014 13:06:49

Foto: Elio Bandeira/Divulgação PMPA



Propostas para revitalizar o 4º Distrito de Porto Alegre, especialmente na área do entorno da Igreja Nossa Senhora dos Navegantes, elaboradas pela empresa Plural Consultoria, contratada via licitação com base nas diretrizes apontadas pelo Grupo de Trabalho 4º Distrito, foram apresentadas nesta terça-feira, 21, ao titular da Secretaria Municipal de Urbanismo (Smurb), Cristiano Tatsch, e a arquitetos e urbanistas da secretaria.

Arquiteta Izabele Colusso detalhou propostas de revitalização do 4º Distrito

O estudo de viabilidade urbanística para a região do 4º Distrito, especialmente no entorno da Igreja Nossa Senhora dos Navegantes, foi detalhada pelas arquitetas Izabele Colusso e Geisa Roraro, da Plural. A região foi dividida em três grandes áreas, com propostas de criação de espaços livres e de iniciativas para melhorar a acessibilidade.

Uma das propostas envolve o quarteirão entre a avenida Presidente Franklin Roosevelt e as ruas Comendador Tavares, Dr. João Inácio e Voluntários da Pátria. Nessa área, como existem muitos prédios de interesse histórico, a intenção é ampliar os acessos a pedestres e utilizar os armazéns e outros prédios sem uso para atividades culturais e de lazer.

Na área envolvendo a igreja, onde se realiza a tradicional Festa dos Navegantes, em fevereiro, o projeto prevê o prolongamento da rua Dona Margarida, que passa ao lado do prédio, a criação de uma nova passarela e também a adoção de uma nova iluminação para valorizar a igreja, além de melhorias no entorno e da construção de um túnel até a orla do Guaíba.

Na terceira área, que engloba as antigas instalações das Indústrias Guayba, a sugestão é de abertura de uma via já existente dentro do terreno, em direção à orla, com a criação de uma passarela para o acesso dos pedestres ao outro lado da Avenida Castelo Branco, também visando o acesso à orla.

O projeto, que está em fase de finalização, já foi mostrado ao prefeito José Fortunati e será encaminhado de forma definitiva à prefeitura antes de a consultoria apresentá-lo a potenciais parceiros para a implementação das melhorias.

O projeto urbanístico está sendo elaborado por um grupo intersecretarias, com a coordenação do GT 4º Distrito, em parceria com a Secopa, contemplando projetos de paisagismo, viário, cicloviário, acessibilidade, infraestrutura, iluminação, mobiliário urbano e preservação do patrimônio cultural. Também em parceria com o GT Orla, estão sendo elaborados um diagnóstico e diretrizes para a Orla Norte do Guaíba, região onde está situada a antiga Doca Turística. O GT 4º Distrito atua com a participação da Secopa, Smam, SMC, EPTC, Smov, DMLU, Dmae, DEP e SMGAE.

O GT 4º Distrito foi criado por solicitação da própria comunidade. Tem o objetivo de formular diretrizes, projetos e programas que contribuam para qualificar o espaço urbano de forma ordenada e planejada, buscando o desenvolvimento sustentável da região e melhoria da qualidade de vida. Essas ações deverão ter caráter público e privado.

Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?p_noticia=166885&PROPOSTAS+PARA+REVITALIZACAO+DO+40+DISTRITO+SAO+APRESENTADAS> Acesso em: 12 jun. 2015



Secretarias

Departamentos

Empresas

Serviços

INOVAPOA

O Inovapoa

Legislação

Licitações, Editais e Concursos

Porto Alegre Criativa

Eventos

Bolsas

Emprega Unipoa

Notícias

Links

Prefeito em exercício visita Projeto Vila Flores no 4º Distrito

19/05/2015 16:59:32

Foto: Ivo Gonçalves/PMPA



Sebastião Melo destacou a importância do projeto

dentro dos espaços, vinculados à área artística e cultural do 4º Distrito. Eles atuam em oficinas, escritórios e atelier de arte de forma colaborativa e criativa. Essa atuação gera uma transversalidade cultural nas relações. Aqui eles não são tratados com locatários, mas sim como residentes", explicou Aline Bueno.

O Centro de Cultura, Educação e Negócios Criativos Vila Flores foi visitado na tarde desta terça-feira, 19, pelo prefeito em exercício, Sebastião Melo, e representantes das secretarias municipais de Governança Local, Segurança e Inovapoa.

A colaboradora do projeto, Aline Bueno, fez uma apresentação das atividades desenvolvidas no local, desde 2012 quando ocorreu a ocupação do prédio por empreendedores da economia criativa da cidade. "Temos empreendedores colaborativos

dentro dos espaços, vinculados à área artística e cultural do 4º Distrito. Eles atuam em oficinas, escritórios e atelier de arte de forma colaborativa e criativa. Essa atuação gera uma transversalidade cultural nas relações. Aqui eles não são tratados com locatários, mas sim como residentes", explicou Aline Bueno.

Em 2014 o Vila Flores, nome alusivo à localização no bairro Vila Floresta, foi o terceiro finalista do Prêmio Brasil Criativo, promovido pelo Ministério da Cultura. Entre as próximas atividades que serão marcantes para o projeto estão a realização do Seminário de Resiliência do 4º Distrito; Estatuto da Cidade e Vitalidade Urbano e cursos de formação profissional.

Sebastião Melo ressaltou a importância das ações desenvolvidas pelo Vila Flores e considerou a perfeita a integração das ações do projeto com a vizinhança e comércio local. "O prefeito José Fortunati e o governador José Ivo Sartori estão buscando a Airbus para se instalar no 4º Distrito. O Vila Flores poderá estar inserido na formação profissional para essa empresa de tecnologia. As secretarias e órgãos da prefeitura estão envolvidos com a visão de futuro de vocês", salientou o prefeito em exercício.

A comitiva da prefeitura realizou visita aos projetos da Ong Mulher em Construção, Salabice (oficina de bicicletas) e recebeu relato sobre o evento Primeira Junção Makers (fazedores), que tem o objetivo de elevar projetos pessoais a pequenos empreendimentos, sem perder o caráter sustentável e de forma a valorizar aspectos da cultura e economia locais. A visita também foi acompanhada por uma turma de estudantes do Colégio Batista localizado, na avenida Cristóvão Colombo.

O Vila Flores

O complexo arquitetônico formado por três edificações e um pátio em um terreno de 1.415 m² está situado na rua São Carlos esquina com a rua Hoffmann e foi construído entre os anos 1925 e 1928 pelo engenheiro-arquiteto José Franz Seraph Lutzenberger. As edificações estão listadas no Inventário do Patrimônio Cultural de Bens Imóveis do Bairro Farroupilha/Santana e Floresta, classificadas como imóveis de Estruturação.

No local são realizadas atividades nas áreas de Arte e Cultura – artes cênicas, artes visuais, audiovisual, música, literatura, gastronomia, gestão cultural, cultura brasileira e conexões com culturas estrangeiras; Educação – educação transdisciplinar, transversal, informal, inovadora e transformadora; Empreendedorismo – economia criativa, empreendedorismo e inovação social, produção local; Regeneração Urbana – urbanismo, patrimônio material e imaterial, meio ambiente e cidadania.

Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Disponível em: <http://www.inovapoa.com/default.php?p_noticia=177824&PREFEITO+EM+EXERCICIO+VISITA+PROJETO+VILA+FLORES+NO+4O+DISTRITO> Acesso em: 20 jun. 2015



Secretarias

Departamentos

Empresas

Serviços

URBANISMO

| |
|---|
| A Secretaria |
| Serviços / Consultas |
| Planejamento Urbano |
| Cidade |
| Plano Diretor |
| Conselho do Plano Diretor (CMDUA) |
| Aprovação - Edificações |
| Aprovação - Parcelamento Solo |
| Licenças |
| Estudo de Viabilidade Urbanística (EVU) |
| Vistorias - Habite-se |
| Fiscalização |
| Manutenção de Edificações |
| Comissões |
| Legislação |
| Relatórios |
| Notícias |
| Consulte seu Processo |

Comitiva busca em Barcelona modelo de projeto para o 4º Distrito

20/06/2015 10:00:52

Foto: Adriana Marchiori/Divulgação PMPA



Grupo unificou as informações a serem apresentadas na Espanha

Barcelona numa cidade referência em tecnologia, inovação e qualidade de vida.

Com o propósito de desenvolver o 4º Distrito da capital gaúcha, comitiva com representantes da prefeitura, Câmara Municipal e empresários embarcam neste sábado, 20, para a Espanha com o objetivo de conhecer o exemplo do distrito de Inovação 22@Barcelona, que se assemelha à região de Porto Alegre. A ideia, de acordo com o secretário municipal da Fazenda, Jorge Tonetto, que coordena o grupo juntamente com o secretário municipal de Urbanismo, Valter Nagelstein, é conhecer o modelo de *smart city* e a visão de futuro que há 20 anos transformou

"Estamos buscando investimentos para o 4º Distrito de Porto Alegre e com isso pretendemos revigorar a região", disse. Tonetto destaca que o grupo irá conhecer as boas práticas do 22@Barcelona, que transformou as áreas industriais de Poblenou, pertencente ao distrito de San Martín, em um ambiente de alta qualidade para trabalhar e viver. "Queremos buscar parcerias para construção de um ambiente de inovação no 4º Distrito. Visitaremos universidades, empresas de tecnologia e órgãos governamentais e apresentaremos as potencialidades de Porto Alegre".

Para Maria Fernanda Bermúdez, secretária do Inovapoa, responsável pela implementação da política de ciência, inovação e tecnologia em Porto Alegre, a missão é muito oportuna. "A Capital já é integrante do projeto Open & Agile Smart Cities, uma iniciativa da União Europeia e do Banco Mundial e a missão certamente ajudará a fortalecer esse reconhecimento internacional", afirma Maria Fernanda.

Para o secretário Municipal de Urbanismo, Valter Nagelstein, o caso de sucesso econômico e urbano de Barcelona é um modelo que pode ser implantado em Porto Alegre. "O 4º Distrito tem todas as características urbanas e estratégicas para isso", afirmou.

Além dos secretários, viajam para a Espanha o presidente da Câmara Municipal, Mauro Pinheiro, o vereador Kevin Krieger, dirigentes do setor de ensino, saúde, pesquisa e empresários da construção civil e do setor de Tecnologia da Informação (TI). O grupo esteve reunido na Secretaria Municipal da Fazenda, na semana passada, para unificar as informações do município que serão apresentadas em Barcelona.

Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smf/default.php?p_noticia=178505&COMITIVA+BUSCA+EM+BARCELONA+MODELO+DE+PROJETO+PARA+O+4O+DISTRITO> Acesso em: 20 jun. 2015



Prefeitura de Porto Alegre

Secretarias ▼ Departamentos ▼ Empresas ▼ Serviços ▼

SERVIDOR

- Portal do Servidor
- RH 24 Horas
- Oportunidades
- Diário Oficial
- Legislação
- Previdência
- Ouvidoria
- Escola de Gestão Pública
- Outros Serviços

Parques tecnológicos de Barcelona são modelo para o 4º Distrito

22/06/2015 16:31:23

Foto: Divulgação/PMPA



Comitiva de Porto Alegre visitou o modelo de smart city com 4,5 mil empresas

Groupalia, Capgemini, Schneider Electric, Indra, Cisco e diversas startups também iniciou-se numa área semelhante ao 4º Distrito da capital gaúcha, que perdeu a vocação industrial, mas possui grande potencial urbanístico e de empreendedorismo e inovação.

De acordo com o secretário municipal da Fazenda, Jorge Tonetto, que coordena o grupo junto com o secretário de Urbanismo, Valter Nagelstein, nesta primeira fase do projeto está sendo discutido todo o equipamento urbano necessário para dar uma ambiência de qualidade ao local e atrair investimentos de empresas.

A comitiva foi recepcionada pelo presidente do Escritório de Crescimento Econômico da prefeitura de Barcelona, Josep Piqué, que apresentou, pela manhã, a Rede de Parques Científicos e Tecnológicos de Catalunha, o Barcelona Synchrotron Park, Parc Tecnològic del Vallès e Parc de Recerba UAB.

À tarde, Piqué, que também é secretário de Inovação e Desenvolvimento Econômico de Barcelona, reuniu-se com o grupo porto-alegrense para identificar ações de parceria visando à construção de um ambiente de inovação no 4º Distrito.

Além dos secretários, integram a comitiva o presidente da Câmara Municipal, Mauro Pinheiro, o vereador Kevin Krieger, os dirigentes do setor de Tecnologia da Informação (TI), José Antônio Antonioni, da Softsul, Eduardo Hahn da Sucesu-RS, e Leticia Batistela, da Assespro-RS.

Do setor de ensino, o pró-reitor de Pesquisa, Inovação e Desenvolvimento da PUCRS, Jorge Audy; da Saúde, Salvador Gullo Filho, do Porto Alegre Health Care; e do Sinduscon, Ricardo Sessegolo e Antônio Zago.

Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Disponível em:

<http://www1.prefpoa.com.br/portal_pmpa_servidor/default.php?p_noticia=178597> Acesso em: 22 jun. 2015

Anexo D - Notícias vinculadas na mídia sobre as ações do mercado (Setor Imobiliário) na área do Baixo 4º Distrito.

- Empreendimento residencial: Portal do Guaíba;
- Ano de conclusão: não foi construído;
- Construtora: Espaço Novo;
- Bairro Navegantes (Rua Comendador Tavares, 181);
- Especificações: 3 torres, com 8 pavimentos, (96 unidades de 2 dormitórios + box).

Os preços mais competitivos da região do 4º Distrito

29/09/2010 in Preços/Valores | Tags: Portal do Guaiba, Valor apartamento, Valores | by gonzalezpk |
Deixe um comentário

Apartamentos a partir de **R\$ 270.300,00 ***

Referente ao apartamento 104 com Box 29 – área privativa de 67m²

"Localizado a poucas quadras do Lago Guaíba, em Porto Alegre, e próximo a muitos outros lugares importantes para a cidade, o empreendimento Residencial Portal do Guaíba será composto de 3 torres – 32 aptos em cada torre, totalizando 96 unidades, com 1 Box por apartamento. São apartamentos de 2 dorm., 56 m² de área privativa numa planta muito bem resolvida, com preços sem concorrência na região."



Plantão de vendas: (51) 3343 2525
Rua Comendador Tavares, 181 - B. Navegantes - Porto Alegre - RS
Incorporação registrada sob nº R.3/173.399 no Registro de Imóveis da 1ª Zona de Porto Alegre

Fonte: <<https://portaldoguaiba.wordpress.com/tag/bairro-sao-geraldo/>> Acesso em 14 ago. 2013.

Portal do Guaíba



Fonte: <<https://portaldoguaiba.wordpress.com/tag/bairro-sao-geraldo/>> Acesso em 14 ago. 2013.

- Empreendimento residencial: Pateo Lisboa;
- Ano de conclusão: out. 2010;
- Construtora: Cádiz;
- Bairro: São Geraldo (Rua São Paulo, 633);
- Especificações: 2 torres com 8 pavimentos (unidades de 1, 2 e 3 dormitórios).

"PATEO LISBOA: Viva uma nova história

Próximo ao centro, localizado na esquina das Avenidas São Paulo e Polônia, além da estação São Pedro (Trensurb), existem mais de 100 linhas de ônibus e lotação que passam próximo ao empreendimento. A região é cercada por diversos estabelecimentos e serviços de qualidade. Você pode ir até o Shopping Total, passar no Supermercado Rissul e, à noite, curtir um cinema no CineSystem."



Fonte: <<http://www.cadizc.com.br/detalhes.php?id=29>> Acesso em 16/ ago. 2013.

Pateo Lisboa



Fonte: <<http://www.cadizc.com.br/detalhes.php?id=29>> Acesso em 16/ ago. 2013.

- Empreendimento residencial e comercial: Rossi Fiateci;
- Ano de conclusão: 2011;
- Construtora: Vonpar/Rossi;
- Bairro: São Geraldo (Av. Av. Polônia, 255);
- Especificações: 1 torre comercial (158 salas), e 3 torres residenciais de 17 pavimentos, (432 unidades de 2 e 3 dormitórios).

"O Rossi Fiateci será construído no quarteirão que abriga a antiga fábrica de tecidos Fiateci e terá características únicas, como a localização privilegiada, opções de lazer, serviço e moradia com 400 apartamentos, 158 salas comerciais e 52 lojas. O empreendimento inclui os bairros Floresta, Navegantes, São Geraldo e São João. Próximo ao Moinhos de Vento, do centro da cidade e de bairros residenciais, o lugar conta com vista espetacular para o Lago Guaíba."



Fonte: < <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=915182&page=4> > Acesso em: 16 ago. 2013.

Rossi Fiategi

Como vai ficar a região onde será construído o novo empreendimento:



CENTRO

Guaiaba

Rua Voluntários da Pátria

Torre comercial

Torres residenciais

Av. São Pedro

Centro comercial e museu do 4º Distrito

Rua Santos Dumont

Praça pública

Av. Polônia

A Fiategi

ARIVALDO CHAVES, ED 17/04/2010

O projeto

- O que é: empreendimento com três torres residenciais e uma comercial, além de uma praça e um museu
- Onde: 4º Distrito de Porto Alegre
- Investimento: R\$ 80 milhões
- Área construída: 74 mil m²
- Torres: 4
- Apartamentos: 432 (de dois e três dormitórios, de 70 m² no mínimo)
- Salas comerciais: 158 (a partir de 32 m²)
- Lojas: 52

Fundada em 1891, a Companhia Fiação e Tecidos Porto Alegrense (Fiategi) foi uma das primeiras empresas a se instalar na região do 4º Distrito. Foi dela o planejamento de aberturas de ruas como o Caminho Novo (hoje Voluntários da Pátria). Em maio deste ano, a Fiategi transferiu a operação para uma fábrica em Canoas.

Fonte: Rossi

Fonte: < <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=915182&page=4> > Acesso em: 16 ago. 2013.

Anexo E - Notícia vinculada na mídia sobre as ações das forças sociais (Setor Coletivo) na área do Baixo 4º Distrito.

EMPREENDEDORISMO Notícia da edição impressa de 27/10/2014

Nasce um vilarejo criativo em Porto Alegre

O 4º Distrito, na zona Norte da Capital, começa a se transformar em um polo de negócios nas áreas de inovação, cultura e educação

Júlia Lewgoy

O olhar sensível e inovador de algumas pessoas está transformando uma área, até então estereotipada como degradada, no primeiro polo de economia criativa de Porto Alegre. Parte da região do 4º Distrito - formada pelos bairros Floresta, Navegantes, São Geraldo, Humaitá, Farrapos e Marcílio Dias, na zona Norte da Capital - passa a ser ocupada por negócios como galerias de arte, produção de audiovisual e design, escritórios de arquitetura, brechós, escolas e espaços gastronômicos. Em um movimento espontâneo e ainda incipiente, a área refloresce por meio de convivência, ações coletivas e ideias que unem revitalização urbana e reestruturação produtiva.



O grupo mais perene e representativo desse polo em formação se chama Distrito Criativo. Formado por 67 artistas e empreendedores mapeados, o Distrito C, como é apelidado, não tem perímetros oficialmente definidos, mas se localiza no lado Oeste do bairro Floresta. O que motiva a união em torno do território não é um projeto cultural, nem de incentivo às artes, mas sim de impacto econômico e urbano. "Também não queremos ser só uma união de lojinhas para aumentar as vendas, mas um ecossistema que recupere o valor histórico do local", explica o líder da iniciativa, Jorge Piqué.

Desde novembro de 2013, o grupo debate formas de criar um design comum no território, que identifique o polo, e melhorias urbanas a serem feitas e reivindicadas. Também organiza eventos na comunidade e passeios guiados abertos ao público. Piqué capitaneia a ação por meio da agência de inovação social UrbsNova, que se propõe a criar formas de organização inovadoras e de impacto social. No início dos projetos, a empresa planeja as iniciativas sem cobrar, mas a ideia é que elas se sustentem, a longo prazo, com patrocínios. Por enquanto, o Distrito C sobrevive da boa vontade e do investimento dos próprios empreendedores. "Há muito tempo, existe um discurso de revitalizar o 4º Distrito, mas ninguém faz", critica Piqué.

Um dos primeiros engajados que apostaram na região foi o proprietário do Porto Alegre Hostel Boutique, Carlos Silveira. Ele, que já viajou por 83 países, começou a busca por uma casa com preço convidativo para transformar em hostel em 2010. "Diziam que o bairro estava degradado, mas eu não via nada de tão assustador. Só é possível revitalizar uma região trazendo negócios e pessoas para ela", acredita. Hoje, ele lidera o Refloresta, grupo de apoio à revitalização da área, que organiza uma feira de hortaliças e frutas e um brechó de rua. "Tenho o sonho de trazer mais investimentos para cá. Meu negócio só vai ser bem-sucedido se o entorno também for", projeta.

Há três anos, a galeria Bolsa de Arte, com 35 anos de história, também se mudou do bairro Moinhos de Vento para o Floresta. A proprietária, Marga Pasquali, apostou na localização, porque estava à procura de um espaço arrojado, amplo e próximo aos artistas. "Estamos acostumados a trabalhar com sensibilidade e nos demos conta que aqui era o nosso lugar. O bairro é charmoso, tranquilo, arborizado e com construções antigas, mas as pessoas ainda não o descobriram", conta. A Bolsa de Arte também tem uma sede no bairro Vila Madalena, em São Paulo, conhecido como o vilarejo alternativo das artes e da boemia. Marga acredita que o Floresta caminha para se igualar ao bairro paulistano, mas, para isso, precisa que mais pessoas acreditem na ideia de investir na região.

Região tem história de produtividade

Os artistas e empreendedores do 4º Distrito vêm percebendo o potencial urbanístico e produtivo de uma região que arquitetos e urbanistas consideram nobre. Mesmo degradado na aparência e em fase de reconstrução, o território ainda resguarda a riqueza arquitetônica de um tempo que representou o boom industrial de Porto Alegre. Seu tesouro são as fachadas sem muros. "O pessoal que trabalha com criatividade valoriza esse tipo de lugar, em que a morfologia dos edifícios faz com que as pessoas não tenham medo de chegar", explica a professora de urbanismo da Pucrs Cibele Figueira, coordenadora da especialização em Arquitetura da Cidade.

Fonte: Jornal do Comércio. Disponível em: <<http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=177334>>
Acesso em 29 out. 2014

Anexo F - Notícia vinculada na mídia sobre a situação de abandono do 4º Distrito.

Porto Alegre (RS) – Quarto Distrito espera há pelo menos 30 anos por uma revitalização

16 de novembro de 2014

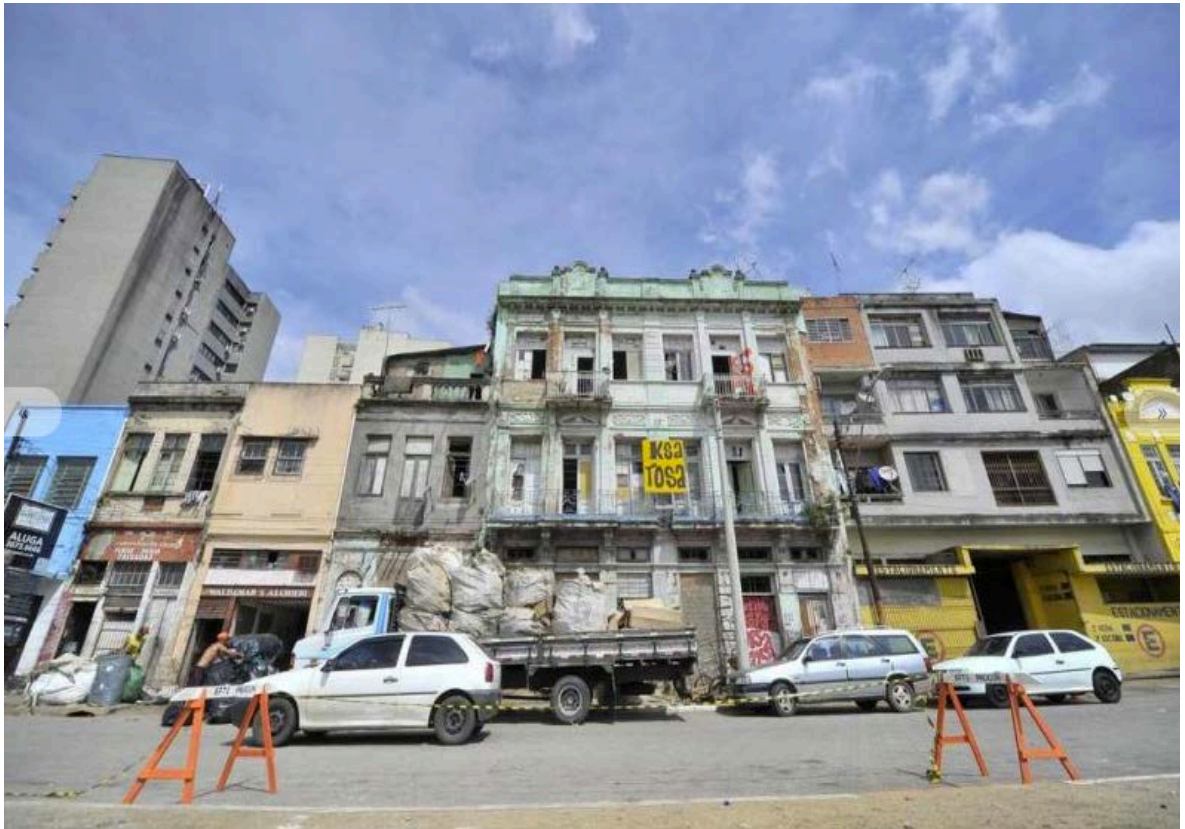
Berço do progresso da Capital, área dos bairros Floresta, Navegantes, Humaitá, Farrapos e São Geraldo lida com problemas recorrentes.



Antiga fábrica de fogões da Wallig, projeto de Theo Wiederspahn, de 1921, é um retrato de como ficaram os armazéns industriais. Fotos: Lauro Alves / Agencia RBS

"A partir do momento em que a prefeitura não apresenta um plano específico para a região, ela fica ao sabor dos interesses e precisa lidar caso a caso. Aí, às vezes, as obras são melhores para o investidor, às vezes melhores para a cidade - sustenta Roberto Py, presidente do CAU-RS."

Fonte: <<http://defender.org.br/noticias/rio-grande-do-sul/porto-alegre-rs-quarto-distrito-espera-ha-pelo-menos-30-anos-por-uma-revitalizacao/>> Acesso em: 16 nov. 2014.



"Para o presidente do IAB-RS, a falta de planos claros causa insegurança jurídica aos proprietários:

– Os investidores não sabem o que vai ocorrer naquela área. Assim, as grandes propriedades acabam funcionando como uma poupança da especulação imobiliária – avalia Tiago Holzmann da Silva."

Fonte: <<http://defender.org.br/noticias/rio-grande-do-sul/porto-alegre-rs-quarto-distrito-espera-ha-pelo-menos-30-anos-por-uma-revitalizacao/>> Acesso em: 16 nov. 2014.

Anexo G - Valor e prazo do Contrato de Prestação de Serviços firmado entre o Município de Porto Alegre e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, tendo como objetivo a consultoria para o desenvolvimento do Master Plan de Revitalização do 4º Distrito.

| | | | | | |
|---------------------------------------|--|---|------------------------|----------------|---------------------|
| Código Sistema (ID): 11283 | | Contrato Anexo  | | | |
| Orgão ou Entidade Responsável | SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO | | | | |
| Nº Contrato / Registro PGM | 61461 | Ano: | 2016 | | |
| Nº Processo | 1600000007319 | | | | |
| Nome(s) do(s) Contratante(s) | UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL | | | | |
| CNPJ/CGC | 92969856000198 CGC | | | | |
| Objeto | Consultoria para o desenvolvimento do Master Plan de revitalização do 4º Distrito. | | | | |
| Dotação | Exercício | Unidade Orç. | Proj. Atividade | Rubrica | Vínculo Orç. |
| | 2016 | 1901 | 1716 | 339035010000 | 1 |
| Valor | R\$ 450.000,00 | | | | |
| Prazo | 6 Meses | | | | |
| Fundamentação Legal | Lei 8666/93 e alterações posteriores | | | | |
| Data Publicação Diário Oficial | 21/03/2016 | | | | |
| <input type="button" value="Fechar"/> | | | | | |

Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Disponível em: <https://cnc.procempa.com.br/cnc/servlet/cnc.procempa.com.br.wp_contratos?11283> Acesso em: 12 jun. 2018

Anexo H - Contrato de Prestação de Serviços, celebrado entre o município de Porto Alegre e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, visando o desenvolvimento do Master Plan de Revitalização Urbana para o 4º Distrito de Porto Alegre Vinculado à Reconversão Econômica da Região.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO



CONTRATO

LIVRO: 963 - D
FLS.: 29
REG.: 61461

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE E A UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS), COM INTERVENIÊNCIA DA FUNDAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DE ENGENHARIA DA UFRGS (FEENG), VISANDO O **DESENVOLVIMENTO DO MASTER PLAN DE REVITALIZAÇÃO URBANA PARA O 4º DISTRITO DE PORTO ALEGRE VINCULADO À RECONVERSÃO ECONÔMICA DA REGIÃO.**

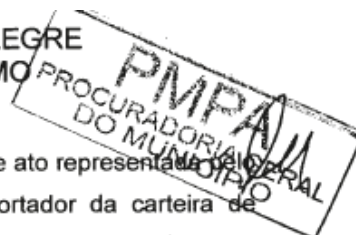
Aos 31 dias do mês de Março do ano de 2016, de um lado o **Município de Porto Alegre**, com sede na Praça Montevideu nº 10, em Porto Alegre/RS, CNPJ nº 92.963.560/0001-60, neste ato representado por sua Procuradora-Geral, Cristiane da Costa Nery, com a interveniência da Secretaria Municipal de Urbanismo, representada pelo Secretário Valter Nagelstein, e da Secretaria Municipal da Fazenda, representada pelo Secretário Jorge Luis Tonetto, doravante denominado **MUNICÍPIO**, e a **UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**, a seguir simplesmente denominada **UFRGS**, autarquia pública federal, vinculada ao Ministério da Educação, nos termos do Decreto Estadual nº 1.254 de 4 de dezembro de 1950, com sede na Av. Paulo Gama, 110, Porto Alegre, RS, inscrita no CNPJ nº 92.969.856/0001-98 neste ato representada por seu Reitor, Carlos Alexandre Netto, inscrito no CPF sob o nº 346.005.820-04, com interveniência da **FUNDAÇÃO EMPRESA ESCOLA DE ENGENHARIA**, doravante denominada **FEENG**, Fundação de apoio à Universidade, inscrita no CNPJ nº 02.475.386/0001-13, com sede à Av.





PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO

030



Oswaldo Aranha, 99, Sala 513, Porto Alegre/RS, neste ato representado por seu Diretor Presidente, Flávio Sanson Fogliatto, portador da carteira de identidade nº 7018683305, inscrito no CPF nº 424.992.080-15, mediante as cláusulas e condições abaixo, decidem celebrar o presente contrato de prestação de serviços.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Pelo presente instrumento, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) através da FUNDAÇÃO EMPRESA ESCOLA DE ENGENHARIA (FEENG), prestará ao Município serviços para o Desenvolvimento do Master Plan de Revitalização Urbana vinculado à Reconversão Econômica do 4º Distrito de Porto Alegre/RS.

CLÁUSULA SEGUNDA – EXECUÇÃO

O presente contrato de prestação de serviços será executado da seguinte forma, fazendo parte integrante deste o Projeto Básico e o Termo de Referência:

O objeto da contratação abrange os seguintes produtos:

01. MASTERPLAN

1.1. Estrutura Conceitual de Articulação das Áreas e de Uso do Solo, no formato .shp4 e no formato .pdf, A2;

1.2. Espacialização dos Clusters de Negócios / Caracterização do Mix de Uso do Solo, no formato .shp e no formato .pdf, A2;

1.3. Desenho Urbano e Simulações de Paisagem Urbana, no formato .shp, no formato .ctz5 (compatível para visualização do modelo tridimensional em software de simulação urbana) e no formato .pdf, A4.

02. SIMULAÇÃO DO POTENCIAL CONSTRUTIVO





PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO

031



- 2.1 Caracterização e consolidação das aptidões e restrições ambientais, legais e administrativas, no formato .pdf, A4;
- 2.2 Caracterização e consolidação das aptidões e restrições originadas relacionadas à infraestrutura local, no formato .pdf, A4;
- 2.3 Modelagem do Potencial Construtivo baseados em parâmetros de desempenho associados à definição de Edifícios Protótipo, no formato .shp e no formato .ctz (compatível para visualização do modelo tridimensional em software de simulação urbana);
- 2.4 Simulação do Potencial Construtivo baseados em parâmetros de desempenho associados à definição de Edifícios Protótipo, no formato .shp e no formato .ctz (compatível para visualização do modelo tridimensional em software de simulação urbana);
- 2.5 Análises de impacto ambiental, cultural e social envolvendo simulações do impacto visual de ambientes urbanos, suas quadras e Edifícios Protótipo, no formato .pdf, A4;
- 2.6 Modelo de Conversão do Potencial Construtivo baseado em parâmetros de desempenho para as regras utilizadas pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, no formato .pdf, A4;
- 2.7 Exemplos de Conversão e Validação do Modelo de Conversão, no formato .pdf, A4.

03. ESTRUTURA DE MOBILIDADE

- 3.1 Caracterização e Configuração da Estrutura Viária: Consolidação e Adaptação, no formato .pdf, A4;
- 3.2 Compatibilizações da Estrutura Física Viária com os diferentes modais de transporte, no formato .pdf, A4;





PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO

032



3.3 Caracterização da lógica de articulação dos diferentes modais de transporte entre si e com os Clusters de Negócios, no formato .shp e no formato .pdf, A4;

3.4 Caracterização da estrutura de articulação dos diferentes modais de transporte com os usos residenciais existentes e futuros, no formato .shp e no formato .pdf, A4;

3.5 Caracterização da articulação entre a estrutura de transportes metropolitana, municipal e local, no formato .shp e no formato .pdf, A4;

3.6 Caracterização da estrutura de mobilidade voltada para o pedestre e meios de transporte de curto alcance, no formato .shp e no formato .pdf, A4.

04. CARACTERIZAÇÃO, ADAPTAÇÃO E COMPLEMENTAÇÃO DE REDES DE INFRAESTRUTURA

4.1 Descrição e Hierarquização das prioridades de intervenção nas Redes de Infraestrutura (Águas Urbanas, Energia e Comunicações), no formato .pdf, A4;

4.2 Caracterização e Descrição dos projetos de infraestrutura necessários para a consolidação da AIETC, no formato .pdf, A4;

4.3 Descrição da Estrutura de Gestão das Redes de Infraestrutura da AITEC, no formato .pdf, A4;

4.4 Compatibilização das Redes de Infraestrutura com os Projetos Estruturantes da AIETC, no formato .pdf, A4



05. REDAÇÃO DA MINUTA DE LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL

5.1 Embasamento Jurídico, no formato .pdf, A4;

5.2 Definição de instrumentos urbanísticos a serem utilizados na operação urbana, no formato .doc e no formato .pdf, A4;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO

033



- 5.3 Conversão do Master Plan em Lei, no formato .doc e no formato .pdf;
- 5.4 Elaboração, discussão e consolidação do Projeto de Lei, no formato .doc e no formato .pdf, A4;
- 5.5 Ajustes na Minuta da Lei, no formato .doc e no formato .pdf, A4.

06. TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA / CAPACITAÇÃO

6.1 Capacitação presencial para uso do Software CityZoom (30 horas), incluindo apostila em .pdf;

6.2 Capacitação EAD em Modelagem Urbana com ênfase em ambientes de simulação de potencial construtivo (40 horas) incluindo apostila em .pdf. Todos os produtos entregues em formato .shp (shapefile) deverão estar georreferenciados de acordo com o DECRETO Nº 18.315, DE 11 DE JUNHO DE 2013 da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Mapas em formato .pdf poderão ter a dimensão da folha padrão alterada para serem apresentados em escala compatível com a compreensão de seu conteúdo.

Quaisquer omissões, incorreções ou alterações no Termo de Referência eventualmente encontrados pela UFRGS/FEENG no decorrer da prestação dos serviços deverão ser comunicadas, por escrito, ao MUNICÍPIO.

Nenhuma modificação poderá ser realizada no Termo de Referência sem o consentimento prévio, por escrito, do MUNICÍPIO.



CLÁUSULA TERCEIRA – DO CUSTO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Pela execução dos serviços contratados, contidos no Projeto Básico e no Termo de Referência, o MUNICÍPIO pagará a quantia de R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais), sendo o pagamento feito de forma parcelada de acordo com o Cronograma de Atividades constante do item 13 do referido termo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO

034.



O valor pactuado entre as partes está previsto na Dotação Orçamentária nº 1901-1716-339035010000;

No valor deste contrato estão incluídas todas as despesas necessárias à execução dos serviços, bem como as decorrentes de impostos, taxas e encargos sociais, sem quaisquer ônus ou responsabilidade solidária ao MUNICÍPIO.

Caso seja necessária a execução de trabalhos não previstos neste contrato, o seu preço deverá ser ajustado previamente pelas partes, devendo ser realizado termo aditivo a este instrumento.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente instrumento será de 6 (seis) meses, sendo que o prazo para a entrega final da prestação dos serviços, bem como dos produtos será de 4 (quatro) meses, contados a partir da assinatura do presente instrumento, podendo ser prorrogado por instrumento escrito por igual período na forma do artigo 57, §§ 1º e 2º da Lei Federal 8.666/93.

A prestação dos serviços e entrega dos produtos serão considerados concluídos quando assinado pelas partes o Termo de Recebimento, devendo estar de acordo com as especificações do Termo de Referência.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES

São obrigações da UFRGS:

- executar as atividades previstas no PLANO DE TRABALHO;
- assumir a responsabilidade técnica pela execução dos serviços;
- submeter-se à fiscalização do MUNICÍPIO;
- submeter-se às disposições legais em vigor;





PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO

035



e) não transferir a outrem as obrigações assumidas neste Contrato sem a autorização prévia e expressa do Município;

São obrigações do MUNICÍPIO:

- a) Disponibilizar todos os dados necessários para execução do trabalho, como indicado no Projeto Básico e no Termo de Referência;
- b) Viabilizar a troca de informações entre a equipe da UFRGS e os técnicos e setores do MUNICÍPIO relevantes para o desenvolvimento do trabalho;
- c) Indicar um Coordenador Técnico para acompanhar o desenvolvimento do presente Contrato;

São obrigações da FEENG:

- a) Executar a gerência financeira e rotinas administrativas, tais como compras de material de consumo, equipamentos e serviços, realização de importações, reserva e compra de passagens, contratação de bolsistas e recursos humanos e demais procedimentos necessários à execução das atividades previstas no Projeto Básico e no Termo de Referência;
- b) Responsabilizar-se pelo pagamento de todos os tributos, diretos e indiretos, decorrentes do presente contrato;
- c) Apresentar, quando da conclusão do projeto, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, prestação de contas contendo: demonstrativo de receitas e despesas, relação de pagamentos identificando o nome do beneficiário e seu CNPJ ou CPF, número do documento fiscal com a data de emissão e bem adquirido ou serviço prestado, atas de licitação, se houver, relação de bolsistas e de empregados pagos pelo projeto com as respectivas cargas horárias, guia de recolhimento (GRU) à conta única da Universidade, e o saldo;
- d) Após o encerramento do projeto, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, deverá ser providenciado o depósito do saldo, na conta única da UFRGS, devendo a GRU constar da prestação de contas. Em não havendo o



Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO

036



depósito no prazo estabelecido, os valores deverão ser corrigidos pelo INPC pro-rata.

f) Providenciar o depósito dos recursos disponibilizados pelo MUNICÍPIO em conta contábil específica e utilizá-los de acordo com as determinações da UFRGS;

g) Possuir e manter pelo período de 5 (cinco) anos, após o término do projeto, toda a documentação relativa à execução das atividades desenvolvidas sob o contrato e seus Termos Aditivos, com as notas fiscais devidamente identificadas com o número do projeto, assim como os extratos bancários, se for executada a conciliação diária, com identificação dos projetos a que correspondem os créditos e débitos.

h) Atender todas as normas previstas na Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, e seus Decretos regulamentadores, em especial os Decretos nº 7.423/2010 e 8.241/2014.

CLÁUSULA SEXTA – DA COORDENAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS CONTRATADOS

O acompanhamento das atividades previstas neste contrato será realizado por uma Coordenação composta por representantes das entidades partícipes, assim definidos:



- Pela UFRGS: Prof. Luiz Carlos Pinto da Silva Filho, Diretor da Escola de Engenharia e pela Docente CARLA TEN CATEN;

- Pelo MUNICÍPIO: O titular da Secretaria Municipal de Urbanismo, um Arquiteto lotado na Secretaria Municipal de Urbanismo a ser designado pelo



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO

037

Coordenadora do Grupo de Trabalho do 4º Distrito e o titular da Secretaria Municipal da Fazenda;



- Pela FUNDAÇÃO DE APOIO (FEENG): Prof. Flávio Fogliatto, Diretor Presidente;

O Coordenador Técnico da equipe da UFRGS que desenvolverá o PLANO DE TRABALHO será o Docente Benamy Turkienicz (Coordenador do Núcleo de Tecnologia Urbana (NTU/UFRGS). Pelo MUNICÍPIO, a Coordenação Técnica ficará ao encargo da Arquiteta Ada Raquel Doederlein Schwartz, matrícula 471073/1, lotada na Secretaria Municipal de Urbanismo e Coordenadora do Grupo de Trabalho Executivo do 4º Distrito.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, por ambas ou qualquer uma das partes, neste último caso mediante avio escrito à outra com prazo de antecedência de 60 (sessenta) dias, ressalvados os serviços já em andamento, que deverão ser concluídos e pagos.

A rescisão motivada por inadimplemento das obrigações contratuais sujeita a parte infratora à reparação por perdas e danos, nos termos da lei civil.

Aplica-se, também, quanto a rescisão o disposto nos artigos 77-79 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

As partes elegem o Foro da Justiça Federal de Porto Alegre, em conformidade com o art. 109, I, da Constituição Federal, para dirimirem quaisquer questões oriundas do presente instrumento.



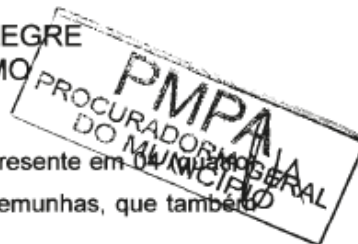
Handwritten signatures and initials, including the number 9.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO

038

E por estarem assim justos e acordados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também assinam.



Cristiane da Costa Nery

Procuradora-Geral do Município

Valter Nagelstein

Secretário Municipal de Urbanismo

Jorge Luis Tonetto

Secretário Municipal da Fazenda

Carlos Alexandre Netto

Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Flávio Sanson Fogliatto

Diretor Presidente da FEENG



Anexo I - Termo de Referência para contratação de serviços técnicos especializados para elaboração do Master Plan do 4º Distrito.



039

ELABORAÇÃO DO MASTER PLAN DO 4º DISTRITO



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
Secretaria Municipal de Urbanismo - SMURB
Supervisão de Desenvolvimento Urbano - SDU

TERMO DE REFERÊNCIA

PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS
PARA ELABORAÇÃO DO MASTER PLAN DO 4º DISTRITO

Porto Alegre, Março de 2016

Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Disponível em: <https://cnc.procempa.com.br/cnc/PublicTempStorage/contrato_2016_614619258386.pdf> Acesso em: 12 jun. 2018

040



ELABORAÇÃO DO MASTER PLAN DO 4º DISTRITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
Secretaria Municipal de Urbanismo - SMURB
Supervisão de Desenvolvimento Urbano – SDU

EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

GOVERNO MUNICIPAL

José Fortunatti
Prefeito de Porto Alegre

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO – SMURB

Valter Nagelstein
Secretário de Urbanismo

José Luiz Fernandes Cogo
Secretário Adjunto de Urbanismo

ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Supervisão
Arq. Esp. Patrícia da Silva Tschoepke
Supervisora de Desenvolvimento Urbano

Elaboração
Arq. MSc. Ada Raquel Doederlein Schwartz
Coordenadora do Grupo de Trabalho Executivo do 4º Distrito

Integrantes do GT Executivo do 4º Distrito que colaboraram na elaboração deste documento:

| |
|--|
| Arq. Maria Alice Michelucci Rodrigues (SMF) |
| Cont. Maria José Costa Rodrigues da Silva (INOVAPOA) |
| Dra. Andréa Teichmann Vizzotto (PGM) |
| Psicól. Cláudia Remião Franciosi (SMGL) |

Grupo de Apoio da SMURB:

| |
|-----------------------------|
| Eng. Tânia Regina Quintana |
| Arq. Vaneska Palva Henrique |
| Arq. Camila Rosana Braga |

4

2
4

041



ELABORAÇÃO DO MASTER PLAN DO 4º DISTRITO

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1. OBJETO..... | 4 |
| 2. OBJETIVO | 4 |
| 3. PROGRAMA DE GOVERNO E FONTE DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS | 4 |
| 4. MASTER PLAN | 4 |
| 5. ANTECEDENTES..... | 5 |
| 5.1. DISPOSIÇÕES GERAIS..... | 5 |
| 5.1.1. Território do Projeto..... | 5 |
| 5.1.2. Diagnóstico..... | 6 |
| 5.2. DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS..... | 7 |
| 6. ÁREA DE ABRANGÊNCIA..... | 7 |
| 7. CONTEXTO..... | 7 |
| 8. QUALIFICAÇÃO DA CONTRATADA | 8 |
| 9. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO | 9 |
| 10. METODOLOGIA | 9 |
| 11. PRODUTOS | 10 |
| 12. FORMAS DE APRESENTAÇÃO | 12 |
| 13. PRAZO E ATIVIDADES | 12 |
| 14. CUSTO E FORMA DE PAGAMENTO | 18 |
| 15. SUPERVISÃO DOS TRABALHOS..... | 18 |
| 16. ACEITE DOS PRODUTOS E ENTREGAS..... | 18 |
| 17. ELEMENTOS DISPONÍVEIS E FONTES DE REFERÊNCIA | 18 |
| ANEXOS..... | 22 |

+

Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Disponível em: <https://cnc.procempa.com.br/cnc/PublicTempStorage/contrato_2016_614619258386.pdf> Acesso em: 12 jun. 2018

042



ELABORAÇÃO DO MASTER PLAN DO 4º DISTRITO

1. OBJETO

Termo de Referência para contratação do MASTER PLAN¹ de Revitalização Urbana do 4º Distrito vinculado à Reconversão Econômica da região.

2. OBJETIVO

Descrever os serviços especializados a serem contratados pelo Município de Porto Alegre para o desenvolvimento do Master Plan de Revitalização Urbana vinculado à Reconversão Econômica do 4º Distrito.

3. PROGRAMA DE GOVERNO E FONTE DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Este plano encontra-se previsto na Ação 1716-Plano de Desenvolvimento Estratégico do 4ºD do PPA de 2014/2017, inserido no Programa Desenvolver com Inovação. A ação é nova e faz parte da LOA de 2016.

4. MASTER PLAN

Estudos de instrumentos urbanísticos, legais e econômicos necessários para que o município de Porto Alegre viabilize a Revitalização Urbana e a Reconversão Econômica, previstas no art 83, V, do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA), necessárias para o desenvolvimento estratégico do 4º Distrito.

¹ MASTER PLAN é um plano abrangente que fornece uma visão de longo prazo para o ambiente construído de uma determinada região/área de uma cidade. Orienta o uso adequado do solo dentro de determinada região de um município, com o objetivo de promover o bem-estar geral aliado ao desenvolvimento econômico. O Master Plan deve identificar, entre outras coisas: locais adequados para atividades comerciais, residenciais e de uso misto; locais onde o município deva aumentar a densidade, promovendo o desenvolvimento; permite identificar oportunidades para ampliar e/ou qualificar o espaço aberto, as áreas de lazer e as instalações civis; possibilita criar estratégias para promover o desenvolvimento econômico; promove a preservação dos recursos ambientais, históricos e culturais que necessitem de conservação; propõe soluções para resolver questões referentes ao tráfego de automóveis e pedestres, bem como solucionar possíveis gargalos no sistema. Como resultado, o Master Plan tem uma relação direta com os seus cidadãos, especialmente quem trabalha ou reside na região/área de influência do Projeto.

043



ELABORAÇÃO DO MASTER PLAN DO 4º DISTRITO

O desenvolvimento estratégico desta região está baseado no Plano Conceitual desenvolvido pelo GT Executivo do 4º Distrito, que utiliza o conceito de Cidades Inteligentes (*Smart Cities*²) e que está estruturado a partir de espaço urbano que desempenhe a função de "Living Lab"³.

5. ANTECEDENTES

Na primeira metade do século XX, Porto Alegre experimentou um acelerado processo de crescimento urbano e expansão industrial, consolidando-se como o terceiro parque industrial do Brasil. Esse processo deu origem a um conjunto de bairros operários conhecidos genericamente como 4º Distrito. A população destes bairros formou-se, basicamente, a partir da confluência de uma grande diversidade de fluxos migratórios internos e externos.

A existência de oferta de emprego constante e a possibilidade limitada, porém real, de mobilidade social ascendente, associados à forte influência de modelos paternalistas de relação de trabalho, forneceram a base para a hegemonia cultural do empresariado sobre a comunidade trabalhadora do 4º Distrito. Por outro lado, a criação de espaços de sociabilidade, práticas culturais e a solidariedade derivada da exposição a riscos comuns ou surgida da defesa de direitos sociais, criou uma identidade comunitária abrangente que possibilitou aos setores populares da região se constituírem em atores sociais e políticos relevantes.

5.1. DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1.1. Território do Projeto

² O conceito de *Smart Cities* refere-se ao desenvolvimento urbano com base na economia do século XXI: o conhecimento, as tecnologias e a informação disponíveis na era digital como vetores de mudança de realidades econômicas, sociais e ambientais. Pressupõe um novo paradigma urbanístico que procura responder aos principais problemas correntes no espaço urbano, desde crises econômicas, passando por alterações climáticas até as desigualdades e a exclusão social. Para esclarecimento, trata-se de uma cidade onde seu território traz inovação e TIC (tecnologia e Informação e Comunicação) dentro da mesma localidade.

³ *Living Lab* é um ecossistema de inovação aberta que opera no contexto de uma porção do território. Baseia-se na abordagem da co-criação feita por diversos usuários integrando os processos de pesquisa e inovação através da exploração, experimentação e avaliação convertidos em idéias, cenários, conceitos e artefatos tecnológicos relacionados a casos de uso da vida real. Basicamente tratar-se-á da estruturação do espaço urbano para fomentar a inovação.

044



ELABORAÇÃO DO MASTER PLAN DO 4º DISTRITO

O território chamado 4º Distrito consta no Plano de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre-PDDUA, Lei Complementar 434/99, em suas Estratégias e nos instrumentos de regulação para a intervenção no solo (art 49, inciso V-Projetos Especiais); no capítulo V, art 55, inciso I, há a previsão do Projeto Especial de Impacto Urbano de Realização Necessária; no parágrafo 1º do art 55 está a conceituação dos Projetos Especiais de Impacto Urbano de Revitalização Necessária; os artigos 81, 82 e 83 dizem respeito às Áreas de Revitalização; especificamente no artigo 83, inciso V, há a previsão do 4º Distrito como Área de Revitalização Urbana com Reconversão Econômica.

Limitado entre a interface do Centro Histórico, junto à Estação Rodoviária, estendendo-se até a Ponte do Guaíba/Av Sertório, no sentido Castelo Branco, interface com a orla do rio Guaíba. Esta área é chamada de Perímetro Preferencial (**Área 1**) e caracteriza-se pela presença de imóveis inventariados, miscigenação de usos e conflitos de mobilidade urbana.

Para efeitos de estudos, o território do 4º Distrito foi acrescido pela Área de Interesse Cultural AIC-Igreja dos Navegantes, e seu entorno como Área 2. Delimita-se ao norte com o limite da AIC da Igreja dos Navegantes (DC Navegantes junto ao prolongamento da rua Santos Guerra), ao sul com Av Cairú, a leste com a Av Farrapos e na continuidade, com a av A.J. Renner, e a oeste com o recho da Orla Norte (Parque Náutico).

Também faz parte do território do 4º Distrito a área dos bairros Farrapos e Humaitá, entre a Free-way (juntamente com a orla) e a linha do TRENSURB, onde está inserido o Programa Integrado Entrada da Cidade-PIEC, que é denominado Perímetro do PIEC e entorno (**Área 3**).

5.1.2. Diagnóstico

Trata-se de uma ação de caráter público, em localização estratégica em termos de acessos a Porto Alegre e em relação à Região Metropolitana, representada pela Ponte do Guaíba-BR 116, Av Farrapos, BR 290-Freeway e BR 448, junto ao bairro Humaitá.

O quadro atual deste território apresenta um cenário pouco atrativo, concentrando problemas de ordens diversas. Eles foram resultantes do processo de decadência econômica daquela região da cidade, configurando uma desqualificação da paisagem urbana, decorrente da falta de vegetação e de áreas verdes, do mau estado de conservação das edificações e da ausência ou aleatoriedade da disposição dos elementos de mobiliário urbano. Passeios e feito

Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Disponível em: <https://cnc.procempa.com.br/cnc/PublicTempStorage/contrato_2016_614619258386.pdf> Acesso em: 12 jun. 2018

045



ELABORAÇÃO DO MASTER PLAN DO 4º DISTRITO

viário em precário estado de conservação e dimensionamento inadequado somam-se aos problemas de circulação de veículos de passeio, transporte coletivo e de carga, de pedestres (especialmente aqueles com deficiência física e mobilidade reduzida), de carroças e carrinhos de papeleiros. Algumas partes do território conservam um comércio local, remanescentes do período em que a região era próspera, porém, há a presença de população socialmente marginalizada, ligada ao consumo e tráfico de drogas, à prostituição e outros delitos que compõem o cenário desta região da cidade.

Esta área da cidade tem sido palco de grandes investimentos por parte da Prefeitura Municipal de Porto Alegre-PMPA nestes últimos anos: Vila Santa Terezinha (antiga Vila dos Papeleiros), Conduto Forçado Álvaro Chaves-Goethe, PIEC e Viaduto Leonel Brizola. Além destes, vem sendo implantadas a segunda ponte do Lago Guaíba e a duplicação da Av Voluntários da Pátria, foi concluída a construção do complexo Esportivo do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense, bem como inúmeros empreendimentos habitacionais, representados por edificações com apartamentos de um e dois dormitórios, investimentos de construtoras de grande porte e representação nacional. Também foram desenvolvidos estudos para a construção de um Terminal Turístico Rodoviário, bem como estudos para a implantação do Projeto Cais Mauá, que desempenhará uma importante conexão com o 4º Distrito. Estes são, sem sombra de dúvidas, importantes eventos sinalizadores da possibilidade concreta de Revitalização do 4º Distrito.

5.2. DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS

O território de intervenção, objeto da consultoria a ser contratada, para a elaboração do Master Plan do 4º Distrito, deverá abranger somente as Áreas 1 e 2, em diferentes aspectos, bem como suas áreas de influência. A Área 3 deverá ser objeto de posterior contratação.

6. ÁREA DE ABRANGÊNCIA

A área de abrangência compreende as Áreas 01 e 02, e respectivos entornos de influência, como demonstrado no Mapa da Área de Estudo constante no Anexo 01.

7. CONTEXTO

Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Disponível em: <https://cnc.procempa.com.br/cnc/PublicTempStorage/contrato_2016_614619258386.pdf> Acesso em: 12 jun. 2018

046



ELABORAÇÃO DO MASTER PLAN DO 4º DISTRITO

A partir dos trabalhos desenvolvidos, reuniões com alguns segmentos da sociedade e com os gestores públicos, ficou evidenciada a necessidade da elaboração de um Master Plan de revitalização urbana vinculado à reconversão econômica, que contemplasse os anseios do Poder Público e dos atores sociais locais quanto ao desenvolvimento estratégico da região.

Desta forma será possível promover investimentos de forma gradativa na região a serem estabelecidos pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, minimizando as carências de infra-estrutura, de equipamentos urbanos e comunitários, bem como recuperando a paisagem urbana daquela área, trazendo, com isso, o desenvolvimento econômico e demais benefícios esperados para a cidade.

A situação atual é de acúmulo de informações, levantamentos, diagnósticos setoriais e diretrizes de caráter urbano ambiental. Este material encontra-se compilado em forma de PowerPoints, de arquivos shapefile (.shp) e .pdf disponíveis na SMURB. Também encontram-se disponibilizados na página da Secretaria Municipal de Urbanismo-SMURB para *download* os arquivos em .pdf do Diagnóstico, bem como o arquivo das Premissas e Diretrizes para Master Plan das propostas apresentadas na Câmara Municipal de Vereadores em 18 de Dezembro de 2015.

A partir da entrega dos produtos, o Executivo Municipal poderá elaborar e implementar um Plano de Desenvolvimento Estratégico do 4º Distrito, com ações a curto, médio e longo prazos.

8. QUALIFICAÇÃO DA CONTRATADA

Entende-se como semelhante e compatível a experiência em elaboração de estudos urbanísticos, com aporte de apoio de profissionais com experiência comprovada, similar ou correspondente, em todo ou em parte, ao objeto do TR. Ressalta-se a importância da experiência e do conhecimento envolvendo Cidades Inteligentes (*Smart Cities*).

Serão necessários profissionais, constituídos em equipes multidisciplinares, com atuação reconhecida nas seguintes áreas do conhecimento: Arquitetura e Urbanismo (Ambiente Construído, Planos Regulatórios-Aspectos Legais e Técnicos); Ciência da Computação; Sistemas de Tráfego e Transportes; Engenharia Hidráulica; Geotecnia e Estudos Geoambientais; Geomática; e Conforto Ambiental. Além disso, também serão necessários laboratórios e ferramentas para Urbanismo que possibilitem simulações do potencial construtivo e do impacto urbano gerado, considerando estas áreas do conhecimento.

Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Disponível em: <https://cnc.procempa.com.br/cnc/PublicTempStorage/contrato_2016_614619258386.pdf> Acesso em: 12 jun. 2018

047



ELABORAÇÃO DO MASTER PLAN DO 4º DISTRITO

9. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Os serviços técnicos especializados deverão contemplar a complexidade do território, bem como a capacidade de resposta, a qualidade da mesma e o tempo necessário para atendimento às necessidades do Poder Público.

A PMPA, apesar de possuir em seu quadro funcional técnicos arquitetos e engenheiros, estes não dispõe da qualificação específica necessária para garantir a capacidade e o tempo de resposta, com a qualidade desejada, em relação ao objeto do TR. Além do mais, o objeto do TR prescinde de laboratórios e ferramentas para simulações que o município não dispõe.

Ressalta-se que o projeto não alcançará os objetivos no prazo e na qualidade desejados se não houver a contratação da equipe identificada no documento Justificativa Contratação por Inexigibilidade.pdf constante deste processo.

10. METODOLOGIA

A metodologia de desenvolvimento dos trabalhos envolve utilização de laboratórios especializados e de ferramentas e softwares específicos para geração de métricas e simulações de modelos – a partir das áreas do conhecimento citadas – a fim de validar a conversão dessas nos instrumentos legais que embasarão a legislação a ser proposta.

O projeto prevê o desenvolvimento simultâneo do Master Plan; da Simulação do Potencial Construtivo; da caracterização e configuração da Estrutura de Mobilidade e das Redes de Infraestrutura no território; e da redação da minuta de lei complementar. Esse desenvolvimento simultâneo objetiva viabilizar o projeto no prazo proposto, bem como permitir a integração do aporte das diversas áreas do conhecimento no projeto final do Master Plan.

Ao final das atividades, será ministrada capacitação no uso de modelos digitais, em especial do software CityZoom – parte presencial e parte EAD –, tendo por objetivo colocar ao alcance dos técnicos do município ferramentas para simulação do impacto construtivo, monitoramento ambiental e uso do solo no território municipal.

As etapas e sub-etapas previstas estão detalhadas no item 13 (treze) deste documento, Prazos e Atividades.

4



048

ELABORAÇÃO DO MASTER PLAN DO 4º DISTRITO

11. PRODUTOS

Deverão ser entregues os seguintes produtos que compõem o serviço a ser contratado:

01. MASTERPLAN

- 1.1. Estrutura Conceitual de Articulação das Áreas e de Uso do Solo, no formato .shp⁴ e no formato .pdf, A2;
- 1.2. Espacialização dos Clusters de Negócios / Caracterização do Mix de Uso do Solo, no formato .shp e no formato .pdf, A2;
- 1.3. Desenho Urbano e Simulações de Paisagem Urbana, no formato .shp, no formato .ctz⁵ (compatível para visualização do modelo tridimensional em software de simulação urbana) e no formato .pdf, A4.

02. SIMULAÇÃO DO POTENCIAL CONSTRUTIVO

- 2.1 Caracterização e consolidação das aptidões e restrições ambientais, legais e administrativas, no formato .pdf, A4;
- 2.2 Caracterização e consolidação das aptidões e restrições originadas relacionadas à infraestrutura local, no formato .pdf, A4;
- 2.3 Modelagem do Potencial Construtivo baseados em parâmetros de desempenho associados à definição de Edifícios Protótipo, no formato .shp e no formato .ctz (compatível para visualização do modelo tridimensional em software de simulação urbana);
- 2.4 Simulação do Potencial Construtivo baseados em parâmetros de desempenho associados à definição de Edifícios Protótipo, no formato .shp e no formato .ctz (compatível para visualização do modelo tridimensional em software de simulação urbana);
- 2.5 Análises de impacto ambiental, cultural e social envolvendo simulações do impacto visual de ambientes urbanos, suas quadras e Edifícios Protótipo, no formato .pdf, A4;

⁴ Formato .SHP diz respeito ao formato SHAPEFILE utilizado por softwares de Geoprocessamento (Ex: ArcGis, Quantum, etc).

⁵ Formato .CTZ diz respeito ao formato nativo do software CITYZOOM, desenvolvido pelo NTU/UFRGS, e que será disponibilizado para uso dos técnicos da PMPA pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da assinatura do contrato.

10
[Handwritten signatures and initials]

049



ELABORAÇÃO DO MASTER PLAN DO 4º DISTRITO

- 2.6 Modelo de Conversão do Potencial Construtivo baseado em parâmetros de desempenho para as regras utilizadas pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, no formato .pdf, A4;
- 2.7 Exemplos de Conversão e Validação do Modelo de Conversão, no formato .pdf, A4.

03. ESTRUTURA DE MOBILIDADE

- 3.1 Caracterização e Configuração da Estrutura Viária: Consolidação e Adaptação, no formato .pdf, A4;
- 3.2 Compatibilizações da Estrutura Física Viária com os diferentes modais de transporte, no formato .pdf, A4;
- 3.3 Caracterização da lógica de articulação dos diferentes modais de transporte entre si e com os Clusters de Negócios, no formato .shp e no formato .pdf, A4;
- 3.4 Caracterização da estrutura de articulação dos diferentes modais de transporte com os usos residenciais existentes e futuros, no formato .shp e no formato .pdf, A4;
- 3.5 Caracterização da articulação entre a estrutura de transportes metropolitana, municipal e local, no formato .shp e no formato .pdf, A4;
- 3.6 Caracterização da estrutura de mobilidade voltada para o pedestre e meios de transporte de curto alcance, no formato .shp e no formato .pdf, A4.

04. CARACTERIZAÇÃO, ADAPTAÇÃO E COMPLEMENTAÇÃO DE REDES DE INFRAESTRUTURA

- 4.1 Descrição e Hierarquização das prioridades de intervenção nas Redes de Infraestrutura (Águas Urbanas, Energia e Comunicações), no formato .pdf, A4;
- 4.2 Caracterização e Descrição dos projetos de infraestrutura necessários para a consolidação da AITEC, no formato .pdf, A4;
- 4.3 Descrição da Estrutura de Gestão das Redes de Infraestrutura da AITEC, no formato .pdf, A4;
- 4.4 Compatibilização das Redes de Infraestrutura com os Projetos Estruturantes da AITEC, no formato .pdf, A4.

05. REDAÇÃO DA MINUTA DE LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL

↓

11
Handwritten signatures and initials.

Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Disponível em: <https://cnc.procempa.com.br/cnc/PublicTempStorage/contrato_2016_614619258386.pdf> Acesso em: 12 jun. 2018

050



ELABORAÇÃO DO MASTER PLAN DO 4º DISTRITO

- 5.1 Embasamento Jurídico, no formato .pdf, A4;
- 5.2 Definição de instrumentos urbanísticos a serem utilizados na operação urbana, no formato .doc e no formato .pdf, A4;
- 5.3 Conversão do Master Plan em Lei, no formato .doc e no formato .pdf, A4;
- 5.4 Elaboração, discussão e consolidação do Projeto de Lei, no formato .doc e no formato .pdf, A4;
- 5.5 Ajustes na Minuta da Lei, no formato .doc e no formato .pdf, A4.

06. TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA / CAPACITAÇÃO

- 6.1 Capacitação presencial para uso do Software CityZoom (30 horas⁶), incluindo apostila em .pdf;
- 6.2 Capacitação EAD em Modelagem Urbana com ênfase em ambientes de simulação de potencial construtivo (40 horas) incluindo apostila em .pdf.

Todos os produtos entregues em formato .shp (shapefile) deverão estar georreferenciados de acordo com o DECRETO Nº 18.315, DE 11 DE JUNHO DE 2013 da Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

Mapas em formato .pdf poderão ter a dimensão da folha padrão alterada para serem apresentados em escala compatível com a compreensão de seu conteúdo.

12. FORMAS DE APRESENTAÇÃO

Os produtos deverão ser apresentados em língua portuguesa de acordo com as normas técnicas pertinentes da ABNT; em 02 (duas) vias, quando em meio impresso, e em 03(três) vias quando em meio digital (DVD).

13. PRAZO E ATIVIDADES

O prazo para execução dos serviços será de 06 meses (seis meses), a partir da assinatura do contrato, e de acordo com o cronograma a seguir:

⁶ Nestas 30 horas estão incluídas as reuniões presenciais necessárias para organizar a segunda parte da capacitação, que ocorrerá no formato EAD.

↓

12
[Handwritten signature]



ELABORAÇÃO DO MASTER PLAN DO 4º DISTRITO

Coordenação
GT Executivo 4º Distrito

| | MÊS 01 | | | | MÊS 02 | | | | MÊS 03 | | | | MÊS 04 | | | | MÊS 05 | | | | MÊS 06 | | | | | | | |
|---|--------|---|---|---|--------|---|---|---|--------|---|---|---|--------|---|---|---|--------|---|---|---|--------|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 1 | 2 | 3 | 4 | 1 | 2 | 3 | 4 | 1 | 2 | 3 | 4 | 1 | 2 | 3 | 4 | 1 | 2 | 3 | 4 | | | | |
| 1.0 MASTER PLAN | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | | | | | | | | | | | | |
| 1.1 Estrutura Conceitual de Articulação das Áreas e de Uso do Solo | X | | | | X | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Entrega dos produtos relativos ao item 1.1: - arquivo em formato .shp com o mapeamento da Estrutura Conceitual de Articulação das Áreas e de Uso do Solo; - relatório e mapa em formato .pdf, A4 e A2, respectivamente. | | | | X | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 1.2 Especialização dos Clusters de Negócios /Caracterização do Mix de Uso do Solo | | | | | X | X | X | X | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Entrega dos produtos relativos ao item 1.2: - arquivo em formato .shp com a Especialização dos Clusters de Negócios /Caracterização do Mix de Uso do Solo ; - relatório e mapa em formato .pdf, A4 e A2, respectivamente. | | | | | | | | X | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 1.3 Desenho Urbano e Simulações de Paisagem Urbana | | | | | | | | | | | | | X | X | X | X | | | | | | | | | | | | |
| Entrega dos produtos relativos ao item 1.3: - arquivo em formato .shp e .ctz das simulações realizadas; - relatório contendo as imagens das simulações em formato .pdf A4. | | | | | | | | | | | | | X | X | X | X | | | | | | | | | | | | |
| 2.0 SIMULAÇÃO DO POTENCIAL CONSTRUTIVO | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X |
| 2.1 Caracterização e consolidação das aptidões e restrições ambientais, legais e administrativas. | X | X | | | X | X | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Entrega dos produtos relativos ao item 2.1: - relatório em formato .pdf A4. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 2.2 Caracterização e consolidação das aptidões e restrições originadas relacionadas a infraestrutura local. | X | X | | | X | X | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Entrega dos produtos relativos ao item 2.2: - relatório em formato .pdf A4. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 2.3 Modelagem do Potencial Construtivo baseado em parâmetros de desempenho e na definição de Edifícios Protótipo. | | | | | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X |

051



13

Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Disponível em: <https://cnc.procempa.com.br/cnc/PublicTempStorage/contrato_2016_614619258386.pdf> Acesso em: 12 jun. 2018

ELABORAÇÃO DO MASTER PLAN DO 4º DISTRITO

| 7.0 | CONCLUSÃO DAS ATIVIDADES | | | | | | | X | X | X | X |
|-----|--|---|---|--|--|---|--|---|---|---|---|
| | PAGAMENTOS | | | | | | | | | | |
| | PARCELA INICIAL AO ASSINAR O CONTRATO | 2ª PARCELA | 3ª PARCELA | 4ª PARCELA | 5ª PARCELA | 6ª PARCELA | | | | | |
| | R\$ 90.000,00 | R\$ 105.300,00 | R\$ 104.850,00 | R\$ 104.850,00 | R\$ 20.000,00 | R\$ 25.000,00 | | | | | |
| | PAGAMENTOS A SEREM REALIZADOS NO RECEBIMENTO DOS PRODUTOS DESCRITOS NAS RESPECTIVAS COLUNAS | 2ª PARCELA | 3ª PARCELA | 4ª PARCELA | 5ª PARCELA | 6ª PARCELA | | | | | |
| | | Relatórios em formato .pdf, em A4, referente aos itens 1.2, 2.3, 2.4, 3.3, 3.4, 4.2, 5.2. Arquivo vetorial em formato .shp referente aos itens 1.2, 2.3, 2.4, 3.3 e 3.4. Mapa em formato .shp referente ao item 1.1. Mapa em formato .pdf, em A2, referente aos itens 1.2, 3.3 e 3.4. | Relatórios em formato .pdf, em A4, referente aos itens 1.2, 2.3, 2.4, 3.3, 3.4, 4.2, 5.2. Arquivo vetorial em formato .shp referente aos itens 1.2, 2.3, 2.4, 3.3 e 3.4. Mapa em formato .pdf, em A2, referente aos itens 1.2, 3.3 e 3.4. Arquivo vetorial em formato .ctz referente aos itens 2.3 e 2.4. | Relatórios em formato .pdf, em A4, referente aos itens 1.3, 2.5, 2.6, 2.7, 3.5, 3.6, 4.3, 4.4, 5.3 e 5.4 (os dois últimos também em formato aberto .doc). Arquivo vetorial em formato .shp referente aos itens 1.3, 3.5 e 3.6. Mapa em formato .pdf, em A2, referente aos itens 3.5 e 3.6. Arquivo vetorial em formato .ctz referente aos itens 2.3 e 2.4. | Relatórios em formato .pdf, em A4, referente aos itens 5.5 e 6.1 (item 5.5 também em formato aberto .doc). | Relatórios em formato .pdf, em A4, referente ao item 6.2. | | | | | |
| | | | | | | | | | | | Conclusão de Relatórios e Prestação de Contas |

055



+

RG
\$
R

Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Disponível em: <https://cnc.procempa.com.br/cnc/PublicTempStorage/contrato_2016_614619258386.pdf> Acesso em: 12 jun. 2018



056

ELABORAÇÃO DO MASTER PLAN DO 4º DISTRITO



14. CUSTO E FORMA DE PAGAMENTO

O custo de execução dos serviços solicitados neste TR, cuja especificação encontra-se no documento Proposta Valores_UFRGS.pdf, será de R\$450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil), sendo os pagamentos feitos em parcelas de acordo com o Cronograma de Atividades constantes do item 13.

15. SUPERVISÃO DOS TRABALHOS

Os trabalhos serão supervisionados por representantes do GT Executivo designados para tal tarefa, e pelo grupo de apoio da SMURB, em encontros programados para tal, conforme cronograma a ser definido, considerando o Cronograma de Atividades previsto no item 13.

16. ACEITE DOS PRODUTOS E ENTREGAS

Os produtos e entregas deverão ser submetidos ao GT Executivo e GT Estratégico em versão preliminar à entrega para o aceite. Somente após a análise prévia do material técnico deverá ser apresentada a versão final da etapa a ser entregue, contendo os ajustes solicitados pelo grupo técnico do Município. O grupo emitirá o Termo de Aceite das sub-etapas e do trabalho final para fins de pagamento e encerramento do projeto.

17. ELEMENTOS DISPONÍVEIS E FONTES DE REFERÊNCIA

- CONSÓRCIO OFICINA LOGIT MATRICIAL. **Plano Diretor Cicloviário de Porto Alegre:** relatório final. Porto Alegre, 2007.193p.
- PLURAL CONSULTORIA EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL LTDA. **Plano de Revitalização Urbana para a Área 2 – Quarto Distrito e Entorno da Igreja Nossa Senhora dos Navegantes:** Relatório Parcial 07. Porto Alegre, 2014, 32p.
- PORTO ALEGRE. Decreto Municipal nº 18.315, de 11 de junho de 2013. **Institui o Sistema Cartográfico de Referência de Porto Alegre (SCR-POA).** Disponível em: <<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cgi-bin/nphbrs?s1=000033512.DOCN.&l=20&u=%2Fnetahtml%2Fsirel%2Fsimples.html&p=1&r=1&f=G&d=atos&SECT1=TEXT>>. Acesso em: 07 mar 2016.

Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Disponível em: <https://cnc.procempa.com.br/cnc/PublicTempStorage/contrato_2016_614619258386.pdf> Acesso em: 12 jun. 2018

05 ? :



ELABORAÇÃO DO MASTER PLAN DO 4º DISTRITO

- PORTO ALEGRE. Departamento de Esgotos Pluviais. **Plano Diretor de Drenagem Urbana: Manual de Drenagem Urbana**. Vol. VI. Disponível em <http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/dep/usu_doc/manual_de_drenagem_ultima_versao.pdf>. Acesso em 07 mar 2016.
- PORTO ALEGRE. Departamento Municipal de Água e Esgotos. **Plano Municipal de Saneamento Básico-Vol 1: Diagnóstico**. Disponível em <http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/dmae/usu_doc/01_pmsb_diagnostico_web.pdf>. Acesso em 08 mar 2016.
- PORTO ALEGRE. Departamento Municipal de Água e Esgotos. **Plano Municipal de Saneamento Básico-Vol 2: Prognóstico, Objetivos e Metas**. Disponível em <http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/dmae/usu_doc/02_pmsb_prognostico_objetivos_metas_web.pdf>. Acesso em 08 mar 2016.
- PORTO ALEGRE. Departamento Municipal de Água e Esgotos. **Plano Municipal de Saneamento Básico-Vol 3: Programas, Participação Social e Indicadores**. Disponível em <http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/dmae/usu_doc/03_pmsb_programas_participacao_social_indicadores_web.pdf>. Acesso em 08 mar 2016.
- PORTO ALEGRE. Departamento Municipal de Habitação. **Plano Municipal de Habitação de Interesse Social**. Disponível em <http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/demhab/usu_doc/revista_silvia_ultima_com_capa.pdf>. Acesso em 07 mar 2016.
- PORTO ALEGRE. Departamento Municipal de Limpeza Urbana. **Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. Volume 1 – Diagnóstico e Prognóstico**. Disponível em: <http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/dmlu/usu_doc/pmgirs_porto_alegre_volume_1.pdf>. Acesso em: 08 mar 2016.
- PORTO ALEGRE. Departamento Municipal de Limpeza Urbana. **Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. Volume 2 – Planejamento**. Disponível em: <http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/dmlu/usu_doc/pmgirs_porto_alegre_volume_2.pdf>. Acesso em: 08 mar 2016.
- PORTO ALEGRE. Lei Complementar nº 284, de 27 de outubro de 1992. **Institui o Código de Edificações de Porto Alegre e dá outras providências**. Disponível em <http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smov/usu_doc/codigo.pdf>. Acesso em 07 mar 2016.
- PORTO ALEGRE. Lei Complementar nº 420, de 03 de novembro de 1998. **Institui o Código de Proteção contra Incêndio de Porto Alegre e dá outras providências**. Disponível em <http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smov/usu_doc/incendio.pdf>. Acesso em 06 mar 2016.
- PORTO ALEGRE. Lei Complementar nº 678, de 22 de agosto de 2011. **Institui o Plano Diretor de Acessibilidade de Porto Alegre**. Disponível em <http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smacis/usu_doc/plano_diretor_de_acessibilidade_de_porto_alegre.pdf>. Acesso em 07 mar 2016.
- PORTO ALEGRE. Lei Complementar nº 626, de 15 de julho de 2009. **Institui o Plano Diretor Cicloviário Integrado**. Disponível em:

4

19
J
F
S

Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Disponível em: <https://cnc.procempa.com.br/cnc/PublicTempStorage/contrato_2016_614619258386.pdf> Acesso em: 12 jun. 2018

058



ELABORAÇÃO DO MASTER PLAN DO 4º DISTRITO

- http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/epc/usu_doc/lei_complementar_626_alterada_pela_lc_710_pdc.pdf>. Acesso em: 08 mar 2016.
- PORTO ALEGRE. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre** (LC 434/99 atualizada e compilada até a LC 667/11, incluindo a LC 646/10). Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?p_secao=205>. Acesso em 07 mar 2016.
 - PORTO ALEGRE. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre – Anexos** (LC 434/99 atualizada e compilada até a LC 667/11, incluindo a LC 646/10). Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?p_secao=218>. Acesso em 08 mar 2016.
 - PORTO ALEGRE. **Plano Municipal de Habitação de Interesse Social – Etapa 2: diagnóstico do setor habitacional de Porto Alegre**. Disponível em <http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/demhab/usu_doc/diagnostico_porto_alegre.pdf>. Acesso em 07 mar 2016.
 - PORTO ALEGRE. Resolução COMAM nº 05, de 28 de Setembro de 2006. **Dispõe sobre o Plano Diretor de Arborização Urbana de Porto Alegre**. Disponível em <http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smam/usu_doc/resolucao_5_comam_republicacao_final.pdf>. Acesso em 07 mar 2016.
 - PORTO ALEGRE. Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana. **Pesquisa de Vitimização em Porto Alegre**. Disponível em: <http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smdhsu/usu_doc/apresentacao_pesq_vitimizacao_2006.pdf>. Acesso em: 08 mar 2016.
 - PORTO ALEGRE. Secretaria Municipal de Governança. **Desafio Porto Alegre Resiliente – Avaliação Preliminar de Resiliência**. Disponível em <<http://portoalegreresiliente.org/downloads/PRA-POA-20150323.pdf>>. Acesso em: 08 mar 2016.
 - PORTO ALEGRE. Secretaria Municipal de Governança. **Desafio Porto Alegre Resiliente – Anexos – Avaliação Preliminar de Resiliência**. Disponível em <<http://portoalegreresiliente.org/downloads/PRA-POA-20150323-ANEXOS.pdf>>. Acesso em: 08 mar 2016.
 - PORTO ALEGRE. Secretaria Municipal de Governança. **Desafio Porto Alegre Resiliente – GT Diversificação da Economia 18/Maio/2015**. Disponível em <http://portoalegreresiliente.org/downloads/100RC_GT-Diversificaca_da_Economia-Apresenta%C3%A7%C3%A3o_20150518.pdf>. Acesso em: 08 mar 2016.
 - PORTO ALEGRE. Secretaria Municipal de Saúde. **Plano Municipal de Saúde 2014-2017**. Disponível em: <http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/sms/usu_doc/pms_2014_2017.pdf>. Acesso em: 08 mar 2016.
 - PORTO ALEGRE. Secretaria Municipal de Saúde. **Programação Anual de Saúde – PAS 2016**. Disponível em: <http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/sms/usu_doc/pas_2016c.pdf>. Acesso em: 08 mar 2016
 - PORTO ALEGRE. Secretaria Municipal de Urbanismo. **4º Distrito - Revitalização Urbana e Reversão econômica: 1ª parte - Apresentação do Diagnóstico**. Disponível em

Handwritten signatures and initials, including the number 20.

Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Disponível em: <https://cnc.procempa.com.br/cnc/PublicTempStorage/contrato_2016_614619258386.pdf> Acesso em: 12 jun. 2018

059



ELABORAÇÃO DO MASTER PLAN DO 4º DISTRITO

- <http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/spm/usu_doc/4d1.pdf>. Acesso em: 07 mar 2016.
- PORTO ALEGRE. Secretaria Municipal de Urbanismo. **4º Distrito - Revitalização Urbana e Reconversão econômica: 2ª parte – Premissas e Diretrizes para o Masterplan.** Disponível em <http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/spm/usu_doc/4d2.pdf>. Acesso em: 07 mar 2016.
 - PORTO ALEGRE. Secretaria Municipal dos Transportes e Empresa Pública de Transporte e Circulação. **Plano Diretor de Mobilidade Urbana.** Disponível em: <http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/eptc/usu_doc/rel_plano_mob_urb_poa_v02.pdf>. Acesso em: 08 mar 2016.
 - URBSNOVA. **Distrito Criativo de Porto Alegre - Prioridades Urbanas 2015-2016.** 7 set 2015.
 - Arquivos digitais dos estudos e diagnósticos do 4º Distrito desenvolvidos pela extinta SPM-Secretaria do Planejamento Municipal de Porto Alegre.
 - Outros relatórios e documentos técnicos gerados pelos órgãos vinculados à Administração Municipal.
 - Plano Integrado de Transporte e Mobilidade Urbana (PITMUrb), incluindo Relatórios Técnicos, Relatório Síntese e Relatório Final.
 - Relação de projetos para o 4º distrito no âmbito do Fórum das IES. Disponível em: <http://www.inovapoa.com/default.php?p_secao=26> . Acesso em: 08 mar 2016.

↑

21
FR
P
B
S

Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Disponível em: <https://cnc.procempa.com.br/cnc/PublicTempStorage/contrato_2016_614619258386.pdf> Acesso em: 12 jun. 2018

060



ELABORAÇÃO DO MASTER PLAN DO 4º DISTRITO

ANEXOS

Anexo 01 – Mapa da Área de Estudo

Anexo 02 – Lista do Base de Dados da área de estudo

A large, stylized handwritten signature in black ink, consisting of several loops and a long tail.

A small, handwritten mark or signature, possibly a stylized letter or symbol.

Handwritten notes and a signature. The number "22" is written at the top left. To its right are several scribbles and a signature. Below these are more scribbles and a signature.

Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Disponível em: <https://cnc.procempa.com.br/cnc/PublicTempStorage/contrato_2016_614619258386.pdf> Acesso em: 12 jun. 2018



061

ELABORAÇÃO DO MASTER PLAN DO 4º DISTRITO

ANEXO 01

MAPA DA ÁREA DE ESTUDO:



Legenda:
Área 1 e Entorno
Área 2 e Entorno

250 0 250 500 m



23
Handwritten signature and initials.

Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Disponível em: <https://cnc.procempa.com.br/cnc/PublicTempStorage/contrato_2016_614619258386.pdf> Acesso em: 12 jun. 2018

062



ELABORAÇÃO DO MASTER PLAN DO 4º DISTRITO

ANEXO 02

Base de Dados (para a Área de Estudo)

| TEMA | DESCRIÇÃO |
|---|---|
| ECONOMIA CRIATIVA | Pontos de Interesse do Distrito Criativo |
| | Rota do Passeio das Artes |
| | Diagnóstico da Economia Criativa |
| MOBILIDADE | Bloqueios e Transposições nas Avenidas Voluntários e Farrapos |
| | Rede Cicloviária e Pontos de Aluguel de Bicicletas |
| | Rotas de Transporte Coletivo (Ônibus, BRT, Trem) e Pontos de Parada |
| | Acidentes de Trânsito |
| | Projetos Viários (Gravames e Diretrizes Viárias) |
| | Passagens / Comportas |
| | Rotas Acessíveis |
| RESTRICÇÕES AMBIENTAIS E LEGAIS | Modelo Digital do Terreno, Topografia e Pontos Cotados |
| | Mapa Hipsométrico |
| | Mapa Clinográfico |
| | Pontos de alagamento |
| | Hidrografia |
| | Áreas de Preservação Permanente |
| | Imóveis listados: Tombados, Estruturação e Compatibilização |
| Zona de Proteção de Aeródromo | |
| BASE CADASTRAL | Próprios Municipais, Estaduais e Federais |
| | Lotes Desocupados |
| | Vazios Urbanos |
| | Base Cartográfica do Município 2010 (eixos, quadras, lotes e edificações) |
| | Imagem Aérea 2010 |
| | Hierarquia Viária (com informação de gabarito e pavimentação) |
| | Limite dos Bairros, Macrozonas, Unidades e Subunidades de Estruturação Urbana |
| | Alvarás ativos Indústria, Comércio e Serviço |
| Ocorrências que geraram demanda da SAMU | |
| EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS | Saúde |
| | Educação |
| | Cultura, Lazer e Esporte (Praças, Parques e Outros) |
| | Segurança |
| | Administração |
| INFRAESTRUTURA | Áreas de Interesse Turístico |
| | Rede de Drenagem |

Handwritten signatures and initials, including the number 24.

Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Disponível em: <https://cnc.procempa.com.br/cnc/PublicTempStorage/contrato_2016_614619258386.pdf> Acesso em: 12 jun. 2018

063



ELABORAÇÃO DO MASTER PLAN DO 4º DISTRITO

| | |
|-------------------|---|
| | Coleta de resíduos sólidos |
| | Rede de Fibra Ótica |
| | Rede de Abastecimento de Água |
| | Rede de Esgotamento Sanitário |
| | Iluminação Pública |
| PLANOS E PROJETOS | Plano Diretor Lei e Anexos |
| | Plano Plurianual |
| | Projetos Urbanos em Andamento |
| | Projeto Metrô |
| | Diagnóstico do 4º Distrito GT Executivo |
| | Premissas e Diretrizes para o Master Plan do 4º Distrito GT Executivo |
| | Plano de Revitalização Urbana para a Área 2 - Relatório Final 2014 |
| | Outros Planos e Projetos Incidentes sobre a Área |

9

25
9/5
9/5

Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Disponível em: <https://cnc.procempa.com.br/cnc/PublicTempStorage/contrato_2016_614619258386.pdf> Acesso em: 12 jun. 2018

Anexo J - Valor e prazo do Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços firmado entre o Município de Porto Alegre e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, tendo como objetivo a redefinição de novo perímetro para inclusão de produtos a serem entregues no Master Plan.

| | | | | | |
|---------------------------------------|---|---|------------------------|----------------|---------------------|
| Código Sistema (ID): 12123 | | Contrato Anexo  | | | |
| Orgão ou Entidade Responsável | SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO | | | | |
| Nº Contrato / Registro PGM | 62918 | Ano: | 2016 | | |
| Nº Processo | 1600000007319 | | | | |
| Nome(s) do(s) Contratante(s) | UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL | | | | |
| CNPJ/CGC | 92969856000198 CGC | | | | |
| Objeto | Termo aditivo de redefinição de novo perímetro para inclusão de produtos a serem entregues no Master Plan | | | | |
| Dotação | Exercício | Unidade Orç. | Proj. Atividade | Rubrica | Vínculo Orç. |
| | 2016 | 1901 | 1716 | 339035010000 | 1 |
| Valor | R\$ 112.500,00 | | | | |
| Prazo | 3 Meses | | | | |
| Fundamentação Legal | Lei 8666/93 e alterações posteriores | | | | |
| Data Publicação Diário Oficial | 23/09/2016 | | | | |
| <input type="button" value="Fechar"/> | | | | | |

Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Disponível em: <https://cnc.procempa.com.br/cnc/servlet/cnc.procempa.com.br.wp_contratos?12123> Acesso em: 12 jun. 2018

Anexo K - Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços, celebrado entre o Município de Porto Alegre e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para desenvolvimento do Master Plan de Revitalização Urbana para o 4º Distrito de Porto Alegre vinculado à reconversão econômica da região.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO



TERMO ADITIVO DE CONTRATO

LIVRO: 989 - 7
FLS.: 229
REG.: 62914

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA DESENVOLVIMENTO DO MASTER PLAN DE REVITALIZAÇÃO URBANA PARA O 4º DISTRITO DE PORTO ALEGRE VINCULADO À RECONVERSÃO ECONÔMICA DA REGIÃO, CONSTANTE DO LIVRO 963-D, FLS 029, REG Nº 61461, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE E A UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS), COM INTERVENIÊNCIA DA FUNDAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DE ENGENHARIA DA UFRGS (FEENG), EM 31 DE MARÇO DE 2016.

Aos 30 dias do mês de setembro do ano de 2016, de um lado o **Município de Porto Alegre**, com sede na Praça Montevideu nº 10, em Porto Alegre/RS, CNPJ nº 92.963.560/0001-60, neste ato representado por sua Procuradora-Geral, Cristiane da Costa Nery, com a interveniência da Secretaria Municipal de Urbanismo, representada pelo Secretário José Luiz Fernandes Cogo, e da Secretaria Municipal da Fazenda, representada pelo Secretário Jorge Luis Tonetto, doravante denominado **MUNICÍPIO**, e a **UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**, a seguir simplesmente denominada **UFRGS**, autarquia pública federal, vinculada ao Ministério da Educação, nos termos do Decreto Estadual nº 1.254 de 4 de dezembro de 1950, com sede na Av. Paulo Gama, 110, Porto Alegre, RS, inscrita no CNPJ nº 92.969.856/0001-98 neste ato representada por seu Reitor, Rui Vicente Oppermann, inscrito no CPF sob o nº 148.516.100-25,



[Handwritten signatures and initials]



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO

PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO

com interveniência da **FUNDAÇÃO EMPRESA ESCOLA DE ENGENHARIA**, doravante denominada **FEENG**, Fundação de apoio à Universidade, inscrita no CNPJ nº 02.475.386/0001-13, com sede à Av. Osvaldo Aranha, 99, Sala 513, Porto Alegre/RS, neste ato representada pelo seu Diretor Presidente, Flávio Sanson Fogliatto, portador da carteira de identidade nº 7018683305, inscrito no CPF nº 424.992.080-15, mediante as cláusulas e condições abaixo, decidem celebrar o presente Termo Aditivo do contrato de prestação de serviços para o Desenvolvimento do Master Plan de Revitalização Urbana para o 4º Distrito de Porto Alegre vinculado à Reconversão Econômica da Região, constante do Livro 963-D, Fls 029, Reg N° 61461, firmado em 31/03/2016.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente TERMO ADITIVO tem como objetivo aditar o Objeto e o Prazo Legal do presente Contrato, com base na Justificativa, tendo como objeto proceder a **redefinição de novo perímetro para inclusão de produtos a serem entregues** no Contrato de prestação de serviços para o Desenvolvimento do Master Plan de Revitalização Urbana vinculado à Reconversão Econômica do 4º Distrito de Porto Alegre/RS, bem como **prorrogar** o referido Contrato de Prestação de Serviços.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

O presente TERMO ADITIVO procede a redefinição de novo perímetro para o território (denominado POLÍGONO DE ADESÃO EXPERIMENTAL, conforme demonstrado na Justificativa do Termo Aditivo, e **inclusão de produtos** na Cláusula Segunda do Contrato Original de Prestação de Serviços.

Os produtos incluídos aos demais produtos previstos anteriormente, são os seguintes:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO

FMPA
PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO

8. DETALHAMENTO DE QUADRAS DO SETOR OESTE DO 4º DISTRITO
(Polígono de Adesão Experimental):

8.1. Inclusão, na Minuta da Lei, da Regulação Urbanística referente às quadras do Setor Oeste do 4º Distrito (Polígono de Adesão Experimental).

8.2 Entrega dos Anexos da Lei referidos às quadras Setor Oeste do 4º Distrito (Polígono de Adesão Experimental), incluindo elementos gráficos relativos à Regulamentação Urbanística.

8.3 Consolidação da Minuta da Lei e dos seus Anexos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO CUSTO DO ADITAMENTO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Pela execução dos serviços aditados, o MUNICÍPIO pagará a quantia de R\$112.500,00 (cento e doze mil e quinhentos reais), correspondendo ao aditamento em 25% (vinte e cinco por cento) do valor do Contrato Original, sendo o pagamento feito de forma parcelada de acordo com o Cronograma de Atividades do referido Termo Aditivo.

No valor deste contrato estão incluídas todas as despesas necessárias à execução dos serviços, bem como as decorrentes de impostos, taxas e encargos sociais, sem quaisquer ônus ou responsabilidade solidária ao MUNICÍPIO.

O valor aditado está previsto na Dotação Orçamentária nº 1900-1716-3390 Vínculo 1.



CLÁUSULA QUARTA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA

Nos termos da Cláusula Quarta do Contrato Original, fica prorrogado o prazo de vigência por mais 3 (três) meses, com início em 01/10/2016 e término em 29/12/2016.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO



A prorrogação promovida por este Termo Aditivo se deve aos seguintes fatores:

- O contrato tinha vigência de 06 (seis) meses, a contar da data da assinatura do mesmo, em 31/03/2016 e previa o pagamento de parcela inicial de entrada. Devido aos trâmites municipais, houve atraso deste pagamento à CONTRATADA, e os trabalhos tiveram início somente em 02/05/2016, fato comprovado pela Ordem de Início 1/2016;
- A Administração sentiu necessidade de promover o aditamento do Contrato em epígrafe por razões vinculadas à viabilidade do Master Plan do 4º Distrito: com o aditamento, a vantagem será da Administração Pública, uma vez que os serviços até agora fornecidos pela CONTRATADA são de qualidade superior e têm atendido plenamente as necessidades da CONTRATANTE.

O presente Aditivo encontra embasamento legal no Art 57 da lei Federal nº 8.666/93 e na Cláusula Terceira do Contrato Original.

CLÁUSULA QUINTA – DO CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

Nos termos da Cláusula Quarta do Contrato Original, fica prorrogado o prazo de vigência por 3 (três) meses, com início em 01/10/2016 e término em 29/12/2016.





PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO



| CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DO CONTRATO INCLUINDO O TERMO ADITIVO (a partir do Mês 07) | | | | | | | | | | |
|--|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--|---------------|--------------|--|
| ATIVIDADES | MÊS 01 | MÊS 02 | MÊS 03 | MÊS 04 | MÊS 05 | MÊS 06 | MÊS 07 | MÊS 08 | MÊS 09 | |
| | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez | |
| 1.0 MASTER PLAN | | | | | | | | | | |
| 2.0 SIMULAÇÃO DO POTENCIAL CONSTRUTIVO | | | | | | | | | | |
| 3.0 ESTRUTURA DE MOBILIDADE | | | | | | | | | | |
| 4.0 Caracterização, Adaptação e Complementação de REDES DE INFRAESTRUTURA | | | | | | | | | | |
| 5.0 REDAÇÃO DA MINUTA DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL | | | | | X | X | X | X | X | |
| 6.0 Transferência de Tecnologia / CAPACITAÇÃO (prazo alterado pelo Aditivo) | | | | | | | X | X | | |
| 7.0 CONCLUSÃO DAS ATIVIDADES (prazo alterado pelo Aditivo) | | | | | | | X | X | X | |
| 8.0 DETALHAMENTO DE QUADRAS SETOR OESTE* (incluído pelo Aditivo) | | | | | | | X | X | X | |
| 8.1 Inclusão na Minuta da Lei da Regulação Urbanística das quadras do setor oeste do 4º Distrito (Polígono de Adesão Experimental) | | | | | | | X | | | |
| Entrega dos produtos relativos ao item 8.1: | | | | | | | - arquivo em formato .PDF e .DOC(X) - relatório e mapa em formato .PDF e .SHP | | | |
| 8.2 Entrega dos Anexos da Lei referidos às quadras Setor Oeste do 4º Distrito (Polígono de Adesão Experimental), incluindo elementos gráficos relativos à Regulação Urbanística. | | | | | | | | X | | |
| Entrega dos produtos relativos ao item 8.2: | | | | | | | - arquivo em formato .PDF e .DOC(x)-relatório e mapa em formato .PDF e .SHP | | | |
| 8.3 Consolidação da Minuta da Lei e dos seus Anexos | | | | | | | | | X | |
| Entrega dos produtos relativos ao item 8.3: | | | | | | | - arquivo em formato .PDF e .DOC(X) - relatório e mapa em formato .PDF e .SHP | | | |
| PAGAMENTOS DO TERMO ADITIVO (25% do valor do contrato) = R\$112.500,00 | | | | | | | 1ª PARCELA | 2ª PARCELA | 3ª PARCELA | |
| | | | | | | | R\$ 50.625,00 | R\$ 56.250,00 | R\$ 5.625,00 | |

CLÁUSULA SEXTA – Nos termos da Cláusula Décima Primeira do Contrato Original, em seu item 1.3, na nota de rodapé 5 (cinco) da pg 10, o software Cityzoom estará disponível para uso dos técnicos da PMPA pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da Ordem de Início 1/2016, em 02/05/2016.





PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO



CLÁUSULA SÉTIMA – Permanecem em vigor as demais cláusulas do Contrato de Prestação de Serviços, não alteradas no presente instrumento jurídico.

E por estarem assim justos e acordados, ratificam o contrato ora aditado em todos os seus termos, cláusulas e condições que àquele se integra formando um todo único e indivisível para todos os fins de Direito, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também assinam.

Cristiane da Costa Nery
Procuradora-Geral do Município

José Luiz Fernandes Cogo
Secretário Municipal de Urbanismo

Jorge Luis Tonetto
Secretário Municipal da Fazenda

Rui Vicente Oppermann
Reitor da Universidade Federal de Rio Grande do Sul
UFRGS


Flávio Sanson Fogliatto
Diretor Presidente da FEENG



Anexo L - Notícia vinculada no site do Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento do Rio grande do Sul (IAB-RS), sobre a palestra “Operação Urbana Consorciada do 4º Distrito”, ministrada pelo coordenador do projeto MASTERPLAN-4D.

Palestra Operação Urbana Consorciada do 4º Distrito

Data: 22/09/2016
Fonte: Sabrina Ortácio



O 4º distrito de Porto Alegre foi pauta de evento promovido pelo Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB RS) na noite desta quarta-feira (21/09). A palestra “Operação Urbana Consorciada do 4º Distrito: Plano Master”, foi ministrada pelo arquiteto e professor da UFRGS Benamy Turkienicz e teve como debatedores o arquiteto Iran Rosa e o historiador Francisco Marshall.

Pela sua localização estratégica e oportunidades espaciais o 4º Distrito em Porto Alegre constitui território que está a demandar um olhar especial por parte de todos os envolvidos na produção da cidade. Mediante convênio entre a Prefeitura de Porto Alegre e a universidade foi aberta a possibilidade de aprofundar esta discussão.

O desafio de promover a revitalização urbana e a reconversão econômica neste setor urbano foi apresentado por Benamy Turkienicz, envolvendo o processo de proposição de um Master Plan. O professor da UFRGS falou sobre a formulação de uma legislação com os conteúdos de uma Operação Urbana Consorciada, conforme Estatuto da Cidade, para esta parcela da cidade.

“O Quarto Distrito é o filtro de entrada e saída da cidade e podemos pensar como este grande filtro acaba sendo tão degradado, tão pobre de atividades econômicas, já que ele tem altíssima acessibilidade”, observou Benamy.

“Temos obras urbanas que não foram pensadas pelo conjunto municipal como a Ponte do Guaíba, o Metrô, e a Avenida Farrapos, por exemplo. Porto Alegre teve obras de cunho metropolitano sem nenhuma reação com a trama viária municipal, e por causa desta inércia o setor oeste ficou isolado do resto da cidade”, disse o professor.

A estratégia regional para o Quarto Distrito é criar programas econômicos e sociais em escala regional nas áreas de saúde, tecnologia da informação, economia criativa e educação superior. Como estratégia municipal a ideia é criar projetos de moradia, serviços, cultura e lazer.

“A ideia do sistema viário é que possamos ter essa ligação dos principais eixos de articulação municipal com eixos de articulação regional, visando atrair investimentos. Precisamos casar estas malhas e oferecer o que o município já tem, com sinergia dos modais integrados”, destacou o palestrante.

Segundo ele, o projeto busca potencializar parcerias públicas e privadas, visando financiamento destas estruturas. Também queremos estimular a criação de atividades econômicas e sociais, baseado consolidando arranjos produtivos locais.

O arquiteto Iran Rosa, debatedor do evento, se disse entusiasmado com a alternativa de desenvolvimento urbano, econômico, social e cultural para alavancar um grande processo revitalização num pequeno território da cidade. “A gente teima em acreditar que o projeto será sempre possível, e às vezes é, entretanto nem sempre como a gente pensou. Então, pergunto, de que modo este Master Plan vai acontecer e como a cidade vai absorver estas mudanças? E com que base nós podemos sustentar que o Master Plan aconteça com esta integração e eficiência desejada?”

Benamy garantiu que uma das possibilidades é com a utilização do Estatuto da Cidade, o que não é uma novidade brasileira. “Não podemos ficar à mercê do Plano Diretor, que é mecanismo regulador e não tem a mesma capacidade que um projeto de reunir um conjunto de parceiros e atores de uma maneira bem definida com a dimensão tempo. Temos um caldo altamente realista, por si só o quarto distrito tem este potencial”, enfatizou.

O historiador Francisco Marshall afirmou que é um enorme desafio trabalhar numa área degradada, com esgotamento de ciclos sociais e econômicos. “Como ocorrerá a conversão de um bairro que já tem um perfil que não corresponde ao projeto?”, questionou. Para o historiador, a iniciativa encontra uma cidade com pessoas que estão escaldadas com projetos fracassados como o do Cais Mauá, de baixíssima qualidade arquitetônica e falta de consistência econômica e escassez de diálogo. “A tua presença aqui já ajuda a termos um cenário importante de diálogo e reflexão. Mas ainda temos a gentrificação de intervenções, marcada com uma presença massiva de capital concentrado”, revelou Marshall.

“Quanto o assunto é gentrificação a imagem que tenho é do bairro Cidade Baixa. Isso se reequilibra com o tempo, é um bom modelo de bairro. Existe um patrimônio cultural no Quarto Distrito e queremos resgatar o que já existiu. Tem famílias que estão lá há mais de 70 anos. Existem hábitos que queremos incorporar em novas tradições. É possível termos integração social”, acredita Benamy Turkienicz.

Video do evento disponível em:
<https://www.youtube.com/user/iabrstv>

Fonte: Site do IAB-RS. Disponível em: <<http://www.iabrs.org.br/noticia/palestra-operacao-urbana-consorciada-do-4%C2%BA-distrito.aspx>> Acesso em 27 set. 2017

Anexo M - Notícia vinculada na mídia sobre a entrega do “Masterplan do 4º Distrito (4D)” ao prefeito José Fortunati.



ALINA SOUZA

O engenheiro Benamy Turkienicz fez a apresentação do estudo

CP Mobil Siga as instruções da capa e confira a palavra do prefeito Fortunati

4º DISTRITO

Estudo moderniza a área

O prefeito José Fortunati recebeu ontem, na Capital, o Masterplan do 4º Distrito (4D), desenvolvido pelo Núcleo de Tecnologias Urbanas (NTU) da Ufrgs. O projeto estudou a destinação adequada para a região, que é uma luta antiga desde que o espaço deixou de ser o polo industrial no século 20.

“Não há dúvida de que se trata de um dia histórico”, definiu Fortunati. O prefeito lembrou que o 4º Distrito foi perdendo seu vigor ao longo das décadas de 1960 e 1970 e resumiu o processo como “sucateamento” da

área. Segundo ele, isso levou a um paradoxo, já que o local é privilegiado: está próximo do acesso à *freeway* e ao Aeroporto Salgado Filho, por exemplo.

O coordenador do NTU, engenheiro Benamy Turkienicz, diz que o projeto engloba os bairros São Geraldo, Floresta, Humaitá, Navegantes e Farrapos. “O local é excelente, por ser plano e próximo ao Guaíba”. O Masterplan propõe planejamento urbanístico e arranjo das atividades econômicas: TI, comunicação, saúde, ambientes de coworking e startups são alguns exemplos.

Fonte: Recorte do jornal Correio do Povo, Quinta-feira, 22 de Dezembro de 2016.

Anexo N - **Notícia vinculada na mídia contendo a afirmação, do coordenador do projeto Masterplan de Revitalização Urbana e Reconversão Econômica do 4º Distrito, de que o plano é o que se chama de Operação Urbana Consorciada.**

ZONA NORTE

Revitalização do 4º Distrito prevê desapropriações em cinco bairros

Elaborado pelo Núcleo de Tecnologias Urbanas da UFRGS, plano prevê o incentivo à cessão de até 25% dos 594 hectares na zona norte da Capital

22/12/2016 - 09h07min

Atualizada em 22/12/2016 - 10h03min

MARCELO MONTEIRO



Benamy Turkienicz apresenta o projeto
Sergio Martins / UFRGS

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) apresentou oficialmente ao prefeito José Fortunati, na tarde desta quarta-feira, o Masterplan do 4º Distrito de Porto Alegre, projeto de revitalização de uma área de 594 hectares que abrange os bairros Floresta, São Geraldo, Navegantes, Humaitá e Farrapos, na zona norte da Capital. O objetivo da iniciativa é dosar o uso do solo urbano visando à atração de investimentos privados em infraestrutura e de empreendimentos na áreas de tecnologia, saúde, conhecimento e indústria criativa, gerando emprego e renda.

– Quando assumimos a prefeitura, o desafio era pensarmos uma nova cidade. Temos uma área muito próxima do Centro, extremamente bem localizada, perto do Trensurb e das rodovias BR-290 e BR-116. Mas, até hoje, todas as iniciativas foram tomadas de forma desordenada. Agora, temos um estudo fantástico, que mostra o potencial maravilhoso desta região – celebra Fortunati.

Coordenador do projeto Masterplan de Revitalização Urbana e Reconversão Econômica do 4º Distrito, o arquiteto e doutor em Urbanismo Benamy Turkienicz afirma que o plano é o que se chama de operação urbana consorciada, no qual um consórcio de proprietários se une a investimentos privados, com a intermediação por parte do poder público, em uma espécie de Parceria Público-Privada (PPP). Segundo Turkienicz, além de detalhar com mais precisão o Plano Diretor da cidade, o Masterplan levou em consideração a possível exploração do potencial construtivo (área máxima de construção permitida por lei) das áreas disponíveis na região, procurando criar condições de qualificação do espaço urbano com o mínimo de investimento público.

Elaborado pelo Núcleo de Tecnologias Urbanas da UFRGS, o projeto foi inspirado na área denominada Barcelona 22@, onde antigos galpões industriais abandonados da cidade espanhola foram substituídos por áreas verdes, centros culturais e prédios tecnológicos, criando uma rejuvenescida região que ocupa parte dos bairros Sant Martí e Poblenou. A ideia é replicar o modelo na Capital.

– O poder (público) entra com os projetos e ideias e a iniciativa privada contribui para que esta qualificação seja feita. Agora, as obras da iniciativa privada devem ser bem dirigidas, para habitação social e para o aumento de áreas verdes, por exemplo, que hoje ocupam apenas 1,4 hectare. A proposta é atingirmos 23,5 hectares de áreas públicas, a partir da desapropriação e da cessão de espaços privados – diz Turkienicz, que também é professor titular do Departamento de Arquitetura da UFRGS.

Ao qualificar a área, gerando espaço para habitação social (moradores que ganhem até três salários mínimos), praças, parques, equipamentos públicos, distritos de inovação tecnológica, universidades e instituições de ensino e pesquisa, a intenção é oferecer melhores condições para quem pretende morar e/ou trabalhar na região. Atualmente, a densidade habitacional no 4º Distrito varia de 40 a 60 habitantes por hectare, enquanto o Plano Diretor prevê que até 300 pessoas habitem cada hectare da região.

– Existe uma área entre as avenidas Farrapos e Voluntários onde moram só 9 mil pessoas. Ali, nós pretendemos colocar 60 mil moradores – afirma o arquiteto.

Na prática, caberá à prefeitura negociar com os proprietários de possíveis áreas a serem incorporadas ao projeto, valorizando seus terrenos e bonificando-os com a manutenção ou até o aumento do potencial construtivo de suas propriedades. O percentual estimado a ser desapropriado é de 25% da área total do 4º Distrito.

– O maior interesse do proprietário é o potencial construtivo de uma área. Se o proprietário tem um terreno de mil metros quadrados, com índice 2, ele pode construir 2 mil metros quadrados. Agora, se eu diminuo este terreno para 750 metros quadrados, com a desapropriação de 25% (paga pela prefeitura) e reduzo o espaço privado, mas mantenho o potencial construtivo em 2 mil metros quadrados, isto se torna interessante para o proprietário – exemplifica Turkienicz.

Fonte: Jornal Zero Hora. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2016/12/revitalizacao-do-4-distrito-preve-desapropriacoes-em-cinco-bairros-8843370.html>>

Acesso em 27 set. 2017

Anexo P - Notícia vinculada no site do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul (CAU-RS) sobre o prêmio entregue pelo Sindicato das Indústrias da Construção Civil no Estado do Rio Grande do Sul (Sinduscon-RS) ao Núcleo de Tecnologia Urbana (NTU-UFRGS), pelo projeto “MASTERPLAN 4D - Operação Urbana Consorciada para Revitalização Urbana e Reconversão Econômica do 4º Distrito de Porto Alegre.

SERVICOS ONLINE INSTITUCIONAL LEGISLAÇÃO ESPAÇO DO ARQUITETO ELEIÇÕES TRANSPARÊNCIA COMUNICAÇÃO FALE CONOSCO
Home » Notícias » Destaques, Notícias, Notícias CAU/RS » Sinduscon Premium destaca atuação de arquitetos e urbanistas gaúchos

Sinduscon Premium destaca atuação de arquitetos e urbanistas gaúchos

6 de junho de 2017

O Sindicato das Indústrias da Construção Civil no Estado do Rio Grande do Sul (Sinduscon-RS) fez a entrega do Sinduscon Premium 2016/2017 no dia 29 de maio na Associação Leopoldina Juvenil em Porto Alegre. O presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU/RS), arquiteto e urbanista Joaquim Haas, subiu ao palco para a entrega dos troféus da categoria “Destaque Acadêmico”:



Acadêmico Bronze: UFRGS/NTU



Acadêmico Prata: Unisinos/ITT



Acadêmico Ouro: UFRGS/NORIE

- Ouro: “Núcleo Orientado para a Inovação da Edificação Case Dióxido de titânio (TiO2): nanomaterial inovador para promover a autolimpeza de fachadas expostas ao microclima urbano e evitar a biodeterioração em prédios históricos” (UFRGS – NORIE);
- Prata: “Instituto Tecnológico em Desempenho e Construção Civil Case Resistência ao fogo das paredes estruturais com função de compartimentação” (Unisinos – ITT);
- Bronze: “Núcleo de Tecnologia Urbana Case MASTERPLAN 4D – Operação Urbana Consorciada para Revitalização Urbana e Reconversão Econômica do 4º Distrito de Porto Alegre” (UFRGS – NTU).

Toda grande obra também é resultado do trabalho de arquitetos e urbanistas – da concepção do produto, projeto arquitetônico, execução e acompanhamento de obra. “Acredito que incentivar as boas práticas, bons produtos e, por isso, bons projetos qualifica e enaltece a profissão do arquiteto e urbanista, das construtoras e toda a cadeia produtiva da construção civil”, comenta Joaquim Haas.

Conheça os escritórios envolvidos nos projetos premiados:

- Categoria “Empreendimentos de grande porte”: Engenhosul com o projeto “Unisinos Porto Alegre” da AT Arquitetura;
- Categoria “Empresas de pequeno e de médio porte”: Smart com o projeto “Iguaçu – Arquitetura que flerta com a arte” da própria Smart;
- Categoria “Empreendimentos de pequeno e de médio porte”: TGD com o projeto “IN 1183 – A TGD Constrói a ponte entre passado, presente e futuro e atinge grandes resultados no auge da crise do setor imobiliário” da própria TGD;
- Categoria “Ações e Práticas Sustentáveis”: Delpro e Torres & Bello Arquitetos com o projeto “Sustentabilidade Net Zero e Bem Estar” da Torres e Bello [Clique aqui](#) para conferir todos os cases vencedores.

Fonte: Site do CAU-RS. Disponível em: <<https://www.caurs.gov.br/sinduscon-premium-destaca-atuacao-de-arquitetos-e-urbanistas-gauchos/>> Acesso em 8 ago. 2018

Anexo Q - Mapas do percurso e notícias veiculadas na mídia sobre o Projeto MetroPOA.



Obs.: Quatro estações estariam localizadas na área do Baixo 4º Distrito de Porto Alegre (Estações Conceição, Florida, São Pedro e Cairú, sendo esta última uma estação de integração multimodal) (nota do autor).

Fonte: <<http://www.mobilize.org.br/midias/noticias/mapa-do-tracado-do-metro-de-porto-alegre>>
Acesso em: 22 ago. 2013.



“Outra certeza é o grande impacto urbanístico que o projeto vai trazer à zona Norte. O principal deles será a eliminação dos corredores de ônibus das avenidas Assis Brasil e Farrapos, uma vez que a circulação neste trecho será feita por metrô. O presidente da Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC), Vanderlei Cappellari, resalta que as mudanças pautarão debates futuros: “Em algum momento terá que ser aberto uma discussão com a população para definir a utilização deste espaço, que representa cerca de três faixas de trânsito”, assinala.”

Fonte: Jornal Correio do Povo. Disponível em <<http://www.correiodopovo.com.br/Noticias/?Noticia=510240>> Acesso em: 19 out. 2013.

QUILÔMETROS EM ESTUDO

PERCURSO EM ANÁLISE

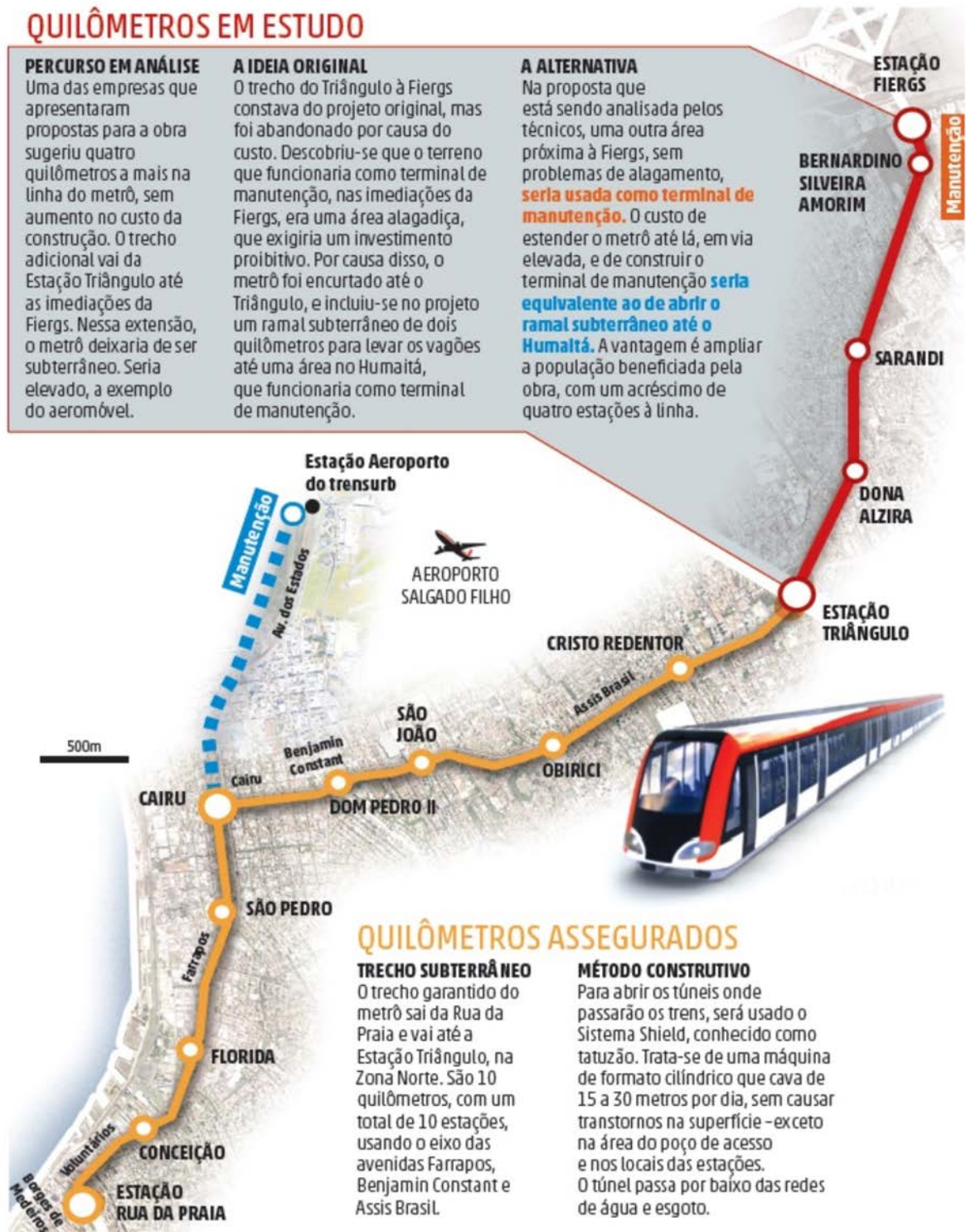
Uma das empresas que apresentaram propostas para a obra sugeriu quatro quilômetros a mais na linha do metrô, sem aumento no custo da construção. O trecho adicional vai da Estação Triângulo até as imediações da Fiergs. Nessa extensão, o metrô deixaria de ser subterrâneo. Seria elevado, a exemplo do aeromóvel.

A IDEIA ORIGINAL

O trecho do Triângulo à Fiergs constava do projeto original, mas foi abandonado por causa do custo. Descobriu-se que o terreno que funcionaria como terminal de manutenção, nas imediações da Fiergs, era uma área alagadiça, que exigiria um investimento proibitivo. Por causa disso, o metrô foi encurtado até o Triângulo, e incluiu-se no projeto um ramal subterrâneo de dois quilômetros para levar os vagões até uma área no Humaitá, que funcionaria como terminal de manutenção.

A ALTERNATIVA

Na proposta que está sendo analisada pelos técnicos, uma outra área próxima à Fiergs, sem problemas de alagamento, **seria usada como terminal de manutenção**. O custo de estender o metrô até lá, em via elevada, e de construir o terminal de manutenção **seria equivalente ao de abrir o ramal subterrâneo até o Humaitá**. A vantagem é ampliar a população beneficiada pela obra, com um acréscimo de quatro estações à linha.



QUILÔMETROS ASSEGURADOS

TRECHO SUBTERRÂNEO

O trecho garantido do metrô sai da Rua da Praia e vai até a Estação Triângulo, na Zona Norte. São 10 quilômetros, com um total de 10 estações, usando o eixo das avenidas Farrapos, Benjamin Constant e Assis Brasil.

MÉTODO CONSTRUTIVO

Para abrir os túneis onde passarão os trens, será usado o Sistema Shield, conhecido como tatuzão. Trata-se de uma máquina de formato cilíndrico que cava de 15 a 30 metros por dia, sem causar transtornos na superfície – exceto na área do poço de acesso e nos locais das estações. O túnel passa por baixo das redes de água e esgoto.

Fonte: < <http://www.mobilize.org.br/noticias/7587/trajeto-do-metro-de-porto-alegre-ate-a-fiergs-volta-a-ser-discutido.html> > Acesso em: 22 jun. 2015.

APÊNDICES

Apêndice A - Quadro síntese da linha de tempo do Projeto MetroPOA.

Apêndice A - Quadro síntese da linha de tempo do Projeto MetroPOA.

| | | |
|------|----------|---|
| 1997 | Setembro | Chamado de Linha 2 , a proposta nasceu na Trensurb: 16km de extensão (Assis Brasil-Centro-Azenha); |
| 2009 | Agosto | No embalo da Copa do Mundo, se propõe um novo trajeto que passa a incluir o Beira-Rio : 15.3km (16 estações); |
| 2011 | Março | Cadastro no sistema do PAC Mobilidade Grandes Cidades ; |
| | Outubro | Trajetos retorna à zona norte : 14.8km (13 estações); Governo Federal garante R\$ 1 bilhão (obra total orçada em R\$ 2.5bilhões); |
| 2012 | Junho | Inauguração do escritório MetroPOA (Escritório-Geral do Metrô de Porto Alegre); |
| | Outubro | Lançamento do Edital para a Proposta de Manifestação de Interesses (PMI) ; |
| 2013 | Abril | PMI rejeitada pelo valor elevado de R\$ 9.5 bilhões ; |
| | Setembro | O metrô encolheu 30% : 10.3km+1.4km destinado à manutenção (10 estações); |
| | Outubro | Governo Federal garante R\$ 3.7 bilhões em recursos públicos (obra orçada em R\$ 4.8 bilhões); |
| | Novembro | Oito empresas interessadas (cinco habilitadas) para participarem da segunda PMI ; |
| 2014 | Abril | Quatro propostas entregues (estudos e projeto), três meses para análise da Comissão Técnica; |
| | Setembro | Projeto migra para o PAC Mobilidade Urbana ; |
| | Novembro | Edital de Licitação PPP (para a execução da obra) com início previsto para 2015 ; O início das obras são postergadas para o segundo semestre de 2015 ; O responsável pelo projeto executivo, e pela construção da obra (prevista para 5 anos) , receberia a concessão da obra (operação e manutenção do sistema) por um período de 25 anos. Podendo, este período, ser renovado. |
| 2015 | Janeiro | Novas discussões sobre a extensão do trajeto . Uma das empresas participantes da licitação sugeriu quatro km a mais na linha do metrô, sem aumento no custo da construção. O trecho adicional iria da Estação Triângulo até as imediações da Fiergs. Nesta parte da extensão, o trajeto deixaria de ser subterrâneo. Seria elevado, a exemplo do aeromóvel. |
| 2016 | Dezembro | As obras nunca foram iniciadas, e no final de 2016, o Escritório-Geral do Metrô de Porto Alegre (MetroPOA) foi extinto . |

Fonte: Quadro elaborado por C.Wagner (2019), com base nas informações obtidas junto ao Escritório-Geral MetroPOA, PMPA, arquivos e jornais.